





E. VIGORETTI, AO 1903.

AUTO-RETRATO DE UM INTELLECTUAL LÚCIDO E SÉRIO

Nelson Werneck Sodré é uma figura atuante e conseqüente no panorama da cultura brasileira contemporânea. Intelectual do mais alto valor, com substanciosa obra publicada — e a publicar —, não faz parte de qualquer “panelinha” nem se compraz em *viver a vida literária*, como tantos de seus colegas, dedicados mais à aparência do que à realização de um trabalho que implica sacrifício, perseverança, quase abnegação. Nelson Werneck Sodré impôs-se uma tarefa cultural e a vem executando ao longo dos anos, numa continuidade brilhante.

Oficial do Exército Brasileiro (é General-de-Brigada, reformado a pedido em 1962), a que serviu com brilho, eficiência, patriotismo e dignidade, a carreira militar permitiu-lhe conhecer de perto, nos mais variados quadrantes, as manifestações dramáticas de uma realidade nacional repleta de contrastes e injustiças. Democrata convicto, sempre se pôs a serviço do livre debate, do respeito a opiniões contrárias às suas, desde que honestas, das campanhas em prol da emancipação e do desenvolvimento de nosso País, não vacilando jamais diante dos inegáveis perigos que enfrenta quem se disponha a questionar verdades supostamente absolutas ou direitos que se tenha como adquiridos e inalienáveis.

Seriedade, autoridade e clara participação nas correntes progressistas que visam buscar para o Brasil uma saída do labirinto sócio-econômico em que se vê perdido há séculos, eis os traços marcantes deste historiador, crítico literário, pensador social e jornalista que é Nelson Werneck Sodré: *un homme dédié, un clerc engagé*.

Metódico, sistemático, objetivo, seus numerosos trabalhos de exegese e pesquisa revelam à primeira vista a presença de um homem que polícia suas emoções, buscando

Memórias de um Escritor

Coleção
VERA CRUZ
(*Literatura Brasileira*)
Volume 146



D
Nelson W.
Sodré

Nelson Werneck Sodré

MEMÓRIAS
DE UM
ESCRITOR

Volume I

FORMAÇÃO



civilização
brasileira

I
921
5679

423.862 - cl-73

I, 287, 4, 12



423.862d

1983

Exemplar Nº 471

Desenho da capa:
DOUNÊ

I
921
5679m
v. 1

Diagramação:
LÉA CAULLIRAUX

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1970

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Obras de NELSON WERNECK SODRÉ

História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos, S. Paulo, 1938; 2ª edição, Rio, 1940; 3ª edição, Rio, 1960; 4ª edição, Rio, 1964; 5ª edição, Rio, 1969 — *Panorama do Segundo Império*, S. Paulo, 1939 — *Oeste. Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoril*, Rio, 1941 — *Orientações do Pensamento Brasileiro*, Rio, 1942 — *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, S. Paulo, 1943 — *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, 1944 — *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, Rio, 1945; 2ª edição, Rio, 1960; 3ª edição, Rio, 1967 — *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio, 1958; 2ª edição, Rio, 1963; 3ª edição, Rio, 1967 — *Narrativas Militares*, Rio, 1959 — *A Ideologia do Colonialismo*, Rio, 1961; 2ª edição, Rio, 1965 — *Formação Histórica do Brasil*, S. Paulo, 1962; 2ª edição, S. Paulo, 1963; 3ª edição, S. Paulo, 1964; 4ª edição, S. Paulo, 1967; 5ª edição, S. Paulo, 1968 — *Quem é o Povo no Brasil*, Rio, 1962; 2ª edição, Rio, 1962; 3ª edição, Rio, 1963 — *Quem Matou Kennedy*, Rio, 1963; 2ª edição, Rio, 1964 — *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964; 2ª edição, Rio, 1967 — *Evolución Social y Económica del Brasil*, Buenos Aires, 1964 — *Ofício de Escritor. Dialética da Literatura*, Rio, 1965 — *O Naturalismo no Brasil*, Rio, 1965 — *História Militar do Brasil*, Rio, 1965; 2ª edição, Rio, 1968 — *História da Imprensa no Brasil*, Rio, 1967 — *Memórias de um Soldado*, Rio, 1967 — *Fundamentos da Estética Marxista*, Rio, 1968 — *Fundamentos da Economia Marxista*, Rio, 1968 — *Fundamentos do Materialismo Histórico*, Rio, 1968 — *Fundamentos do Materialismo Dialético*, Rio, 1968 — *Síntese de História da Cultura Brasileira*, Rio, 1970 — *Memórias de um Escritor. Formação*, Rio, 1970.

A APARECER:

Memórias de um Escritor: Maturidade — *Memórias de um Escritor: Experiência* — *Introdução à Geografia do Brasil* — *História da Propriedade no Brasil* — *Vida e Morte da Ditadura*.

Índice Geral

INICIAÇÃO 1

Primeiras Leituras 10

A época 14

O Modernismo 26

Estréia 45

Intervalo 54

CRÍTICA LITERÁRIA 63

Expansão Editorial 72

Galeão Coutinho 80

José Olímpio 93

Ditadura e Literatura 100

Imprensa e Igrejinhas 114

DEFESA DA CULTURA 125

Conservadores e Revolucionários 135

História da Literatura 144

O Movimento Literário 157

Jornalismo 171

Vida Literária 195

GUERRA 215

Indecisão Política 222

Novos Ensaios 239

Cavalheiro 255

Obstáculos 272

A Luta Comum 290

BALANÇO 301

Formação da Sociedade 305

Lobato 316

Escritores e Editores 329

Fim da Ditadura 340

Pausa 351

ÍNDICE ONOMÁSTICO 367

Iniciação

PARECE que persiste ainda a dúvida a respeito das causas que levam alguém à predileção por determinada atividade. Em algumas pessoas, isso se manifesta cedo e de forma ostensiva, mas a maioria demora em encontrar a atividade preferida ou adequada, balançando entre várias. Outros são compelidos pela vida a fazer o que não gostam, e êste é o caso da maioria. Pondo de parte o império da necessidade, a que não se pode fugir, as vocações vêm tarde, quase sempre, e a própria pessoa interessada custa a descobrir a sua e às vêzes descobre-a por acaso: ela aparece de súbito, trazida por acidente, e constitui como que uma revelação.

Que razões levam alguém a tornar-se escritor? Tais razões serão de ordem genética ou de ordem cultural, ou de ambas?

Na literatura não se encontra — o que acontece na música — vocações transmitidas de pai a filho; os Bach foram músicos famosos, mas Goethe não recebeu nem transmitiu seu pendor para as letras. É idéia consagrada que a vocação não dispensa a educação. Mas é também generalizadamente aceito que a educação, para resultar altamente proveitosa, exige certo interesse prévio, aquilo que se convencionou conhecer como vocação. Se esta se manifesta cedo, aquela encontra caminho fácil. Mas nem sempre isso acontece.

Em minha família, o pendor para as letras era acentuado. Nisso pesava o fator social: nos fins do século XIX, minha família paterna, oriunda, como a materna, da província do Rio de Janeiro, entrou em decadência material. Ora, a forma de resguardar, nessa decadência, o decôro de classe, de que era, naturalmente, ciosa, estava na atividade intelectual. Meu avô paterno lutou a vida inteira para formar os filhos: desejava-os com diploma, anel de grau, título de doutor, e sacrificou-se para isso. Ora, no amplo quadro das atividades intelectuais, a literária se engastava bem: era vista assim como forma boêmia de existência, mas com simpatia. Não representava segurança de enriquecimento, muito pelo contrário, mas preservava o orgulho de classe. Se não proporcionava glória e lucro, trazia destaque e, com isso, a abertura de perspectiva política. Foram regra, no Brasil, os que fizeram das letras e do jornalismo, confundidos então, degraus para a função pública. As academias, como escreveu Nabuco, eram antecâmaras do parlamento e dos ministérios. Claro está que, na maioria dos casos, era a origem de classe que condicionava tudo: poder estudar, poder escrever, poder conquistar um lugar ao sol, nas letras e na política. As exceções confirmam a regra.

Os homens de letras, na minha família paterna, por tudo isso, eram relativamente numerosos. Na geração romântica, destacaram-se Odorico Mendes e Joaquim Manuel de Macedo. Macedo, que a historiografia literária vem deixando quase à margem da literatura, soube pintar razoavelmente a sociedade fluminense, como era nomeada, então, a da capital do Império. Seu maior serviço foi, entretanto, no romance e no teatro, ter contribuído muito, destacadamente mesmo, para a formação do público. Sua fôrça criadora era mínima, mas o talento em reconstituir os detalhes da vida fluminense não lhe pode ser ne-

gado; êsse miúdo realismo foi traço característico de sua ficção, a primeira que, entre nós, conquistou leitores numerosos. Êsse realismo rudimentar, que não se chocava com os cânones do Romantismo, levava-o a buscar motivos próximos, fáceis de serem colhidos pela sua observação curta, que não alcançava senão os horizontes próximos, quase domésticos. Como sabem os que o estudaram, a Moreninha era uma Abreu Sodré, figura real e da família, que êle soube, apesar de seu parco fôlego, tornar conhecida de sucessivas gerações de brasileiros.

Pelo casamento com minha tia-avó Mariana de Abreu Sodré, irmã de meu avô paterno, Raimundo Corrêa entrou em nossa família e nela deixou, realmente, profundo sulco, não pelas suas qualidades literárias mas pelas suas qualidades humanas. Se a análise esclarece que as môças de hoje, em sua insegurança, buscam alguém que as sirva como espôso mas também como pai, o inverso, de homens que desejam e precisam de espôsa maternal, acontece há muito tempo. Tia Zinha foi, para Raimundo Corrêa, espôsa e mãe, e particularmente mãe porque tio Raimundo, pela sua aguda sensibilidade, precisava de cuidados maternos, e os encontrou na espôsa, que suportou, com infinita paciência, as suas manias. Se o poeta era, por um lado, criatura humana admirável pela firmeza de caráter e pela extrema bondade, era, por outro lado, criatura de convívio difícil, pelas esquisitices que só o amor poderia tolerar e compreender. As manias de tio Raimundo, os episódios pitorescos a que deram lugar, muitas vêzes, foram sempre comentados, na família. Ao longo de minha atividade de imprensa, contei muitos dêsses episódios, alguns pouco conhecidos.

Em duas fases de sua vida, Raimundo Corrêa estêve ainda mais próximo de meus pais do que a condição de tio, por si só, autorizava. A primeira ligou-se à infância de meu pai: por algum tempo, meu avô entregou-o a tio Raimundo, em cuja casa residiu. O poeta estava, então, em Ouro Prêto, onde era secretário do presidente da província, Crispim Jaques Bias Fortes. Aí, sua filha mais velha, Lavínia, chegada quando êle esperava filho homem, era obrigada a andar vestida como homem. Daí se afastou duas vêzes, acompanhado por meu pai: a Barbacena levou-o o prazer da conversa com o Pe. Correia de Almeida, que lia, então, às gargalhadas, *A Reliquia*, de Eça de Queirós. Naquele homem inteligente, a irreverência do roman-

cista não despertava repulsa, mas compreensão e até encantamento; e à chácara de Afonso Arinos de Melo Franco, onde foi convalescer de achaque provocado pelo clima da velha capital mineira. Dessa temporada, guardou meu pai o fascínio por Ouro Preto, que conservou até o fim, sem ter tido oportunidade de realizar um de seus grandes sonhos, o de rever a cidade do Aleijadinho, onde passara parte de sua infância.

A outra fase da vida de Raimundo Corrêa que muito o aproximou de meus pais foi a de sua permanência em São Gonçalo do Sapucaí, como juiz. Nessa ocasião, tia Zinha foi acompanhada de sua irmã Zita, que conheceu então meu avô materno, César Correia de Almeida, com quem viria depois a casar-se, em segundas núpcias dêle, que enviudara de Rosina Werneck de Almeida, minha avó materna. Minha tia-avó Zita decidiu, como era então comum, casar seu sobrinho Heitor com sua enteada Amélia e, assim, as duas famílias criaram mais um laço. Por êsse laço, meu pai viria a ser sobrinho de seu sogro e minha mãe, sobrinha de sua madrastra. Êsse trançado de família era outro aspecto comum do tempo, a endogamia, que gerava os casamentos entre primos e de tios com sobrinhas, e de cunhados com as viúvas de seus irmãos, casamentos sempre arranjados por pais e padrinhos, numa época em que padrinho e madrinha eram considerados parentes próximos, com direito de intervir nos assuntos dos afilhados. Em algumas famílias, como a de minha mãe, os filhos mais velhos eram padrinhos ou madrinhas dos mais jovens; como eram numerosos, de dois casamentos, a diferença de idade entre padrinhos e afilhados às vêzes era grande. Isso reforçava o respeito com que os irmãos-afilhados tratavam os irmãos-padrinhos e madrinhas: o afilhado de minha mãe, meu tio Alexandre, mesmo depois de adulto e chefe de família, tratava-a de madrinha e senhora, coisa que eu, de outra geração e de outro tipo de criação, achava estranho; na minha geração, realmente, já se começava a tratar de você aos próprios pais.

Além de sua condição de tio, Raimundo Corrêa estava ligado a meus pais por outros laços e circunstâncias. Meu pai teve por êle, aliás, grande afeição sempre e me contava episódios, conhecidos alguns, outros desconhecidos, da vida do tio. Entre os conhecidos, o da relutância de Campos Sales em nomear Raimundo Corrêa juiz, pela sua condição de poeta; o

do prefeito de pequena cidade, que confidenciara ao juiz recém-chegado que corria ali boato desabonador a seu respeito, o de que era poeta; o dos conselhos dados pelo juiz aos réus; o de seu amor pelas árvores, que o fazia desvelar-se, em Niterói, por aquela corroída e condenada e que êle tratava como a uma criatura humana; o de seu apêgo às coisas que o haviam servido, como a um chapéu velho, que se recusava a pôr fora de uso; o de seu horror ao dinheiro, que obrigava a espôsa a embrulhar a moeda com que êle pagaria o bonde, na ida ao tribunal; e muitos outros. Mas também desconhecidos: seu julgamento severo dos homens e seu aprêço aos amigos; suas sentenças concisas e precisas, fundadas em saber jurídico sólido e pouco alardeado; seus seguros juízos críticos sôbre o valor de poetas e poesias, separando-os das circunstâncias que poderiam afetar tais juízos, a amizade com o autor, por exemplo; seus auto-julgamentos rigorosos, como o que o fazia detestar o sonêto "As Pombas" e sua fama ligada a êsse famigerado sonêto; sua extrema delicadeza com as pessoas estimadas ou necessitadas, que não excluía a sinceridade de seus pronunciamentos a respeito delas.

Por muitas razões foi Raimundo Corrêa querido e discutido em nossa família. Tia Zinha, que sobreviveu muitos anos ao marido, era bastante considerada por todos. Não conheci tio Raimundo, que faleceu no ano em que nasci, mas lembro-me nitidamente de minha tia e de sua gentileza, a que a criança que eu era ficaria sempre grata. Por algum tempo, acalentei a idéia de escrever um ensaio biográfico sôbre tio Raimundo; suas filhas não ficaram nada animadas com essa idéia e guardavam seus inéditos, livros e correspondência com extrema reserva. Creio que julgavam mais apropriado que um neto, e não um sobrinho-neto, se ocupasse do poeta. Os anos passaram e a idéia teve de ser posta de lado. Não sei se conseguiria reconstituir a figura humana singular que foi Raimundo Correia, tão próxima de mim, apesar de não o ter conhecido pessoalmente, e se conseguiria também, analisar a sua obra com segurança.

Na minha geração, Bilac tinha muito mais prestígio do que Alberto de Oliveira e Raimundo Corrêa; as novas gerações, ao contrário, tendem a reduzir o lugar de Bilac. De qualquer modo, creio que a análise crítica da poesia, e particularmente da parnasiana, entre nós, está por ser feita. Quanto a Raimundo

Corrêa, os estudos biográficos sôbre êle, que circularam e desapareceram, parecem-me fracos, e o estudo crítico de Múcio Leão, que acompanha a edição de suas *Obras Completas*, da Companhia Editôra Nacional, está cheio de equívocos de informação, a meu ver, e mesmo de julgamento. Raimundo Corrêa não mereceu ainda a análise crítica que sua obra exige. Mesmo em estudos mais recentes e com pretensões mais amplas, quando o parnasianismo aparece já com maior nitidez, o lugar de Raimundo Corrêa não me parece bem caracterizado. O tempo tem contribuído para esmaecer bastante o brilho dos parnasianos brasileiros — que, a rigor, não foram tão parnasianos quanto desejariam ou esperavam — mas o fato é que existiram, ocuparam um lugar, deixaram uma obra. O balanço dessa obra está por ser feito.

Do lado materno, havia também precedentes literários, em minha família, embora menos acentuados. A família Werneck, cujos numerosos ramos irradiaram da província do Rio de Janeiro, não foi atingida, nos fins do século XIX, pela decadência material que tangeu os Abreu Sodré para a província de São Paulo, que começava a arrancada cafeeira que a colocou na vanguarda do desenvolvimento econômico do País. Ou antes: não foi totalmente atingida. Enobrecidos no latifúndio escravista, os Werneck distinguiram-se como grandes fazendeiros, e não apenas na prática, porque ainda na teoria: de um dêles é a contribuição mais válida para o conhecimento da lavoura do café. Estabelecidos nas terras altas, enquanto os Abreu Sodré eram do vale do Paraíba, cultivaram secularmente suas propriedades, em Vassouras, Pati do Alferes e adjacências. Minha avó materna era filha dos barões de Bemposta — hoje êste é o nome de uma cidade, naquela zona. Seu irmão, Américo Werneck, destacou-se como engenheiro e como escritor. O nome do engenheiro é ainda lembrado porque foi êle quem captou as águas minerais de Cambuquira e de Lambari, no sul de Minas. Seu nome ficou ligado à localidade de Nova Baden, entre aquelas estâncias hidrominerais, onde sua fazenda foi depois transformada em hôrto florestal. As obras de Lambari, onde foi prefeito, particularmente o lago e o cassino, seriam suficientes para fazê-lo lembrado. Tais obras acabaram por resultar em disputada ação judiciária, em que Américo Werneck pleiteou e alcançou do Estado de Minas Gerais indenização vultosa para a época. Foi a questão forense Minas-Werneck, em que Rui Barbosa

defendeu os interesses do Estado e Rodrigo Otávio, os de Américo Werneck. O dinheiro da indenização foi colocado, depois, na indústria Alba, pioneira, entre nós, na produção de material esmaltado.

Mas aqui interessa justamente aquela atividade de Américo Werneck que ficou esquecida, a do escritor. Esse esquecimento é injusto, sob alguns aspectos: na obra de Américo Werneck, variada e relativamente extensa, há coisas que mereciam ser guardadas. Uma só de suas páginas, entretanto, foi salva do esquecimento: na antologia da língua portuguesa organizada pelo Prof. Eugênio Werneck, e que rivaliza, ainda hoje, com aquela organizada por Carlos de Laet e Fausto Barreto, na preferência dos mestres do ensino médio — figura trecho do romance *Graciema*, de Américo Werneck, descrevendo a derrubada. É, realmente, aquilo que se convencionou conhecer como página antológica. Teria sido o acerto da escolha de Eugênio Werneck vinculado a laços de família? Não seria de espantar, num País em que nem as antologias, na atividade literária provinciana do tempo, escapam a tais critérios. O fato é que, por isso ou por aquilo, a seleção e a inclusão entre os trechos de mestres de nossas letras foi justa, nesse caso. Mas a verdade é que, ao revés, o nome de Américo Werneck, como escritor, desapareceu, e suas obras, sem reedições, caíram no esquecimento. A sentença foi demasiado severa e de todo imerecida.

A existência desses predecessores tem alguma coisa a ver com a minha tendência para as letras? Parece que não. Mesmo porque — salvo no que diz respeito a Américo Werneck, que conheci mas com quem não privei — nenhum deles influenciou para que tal tendência surgisse ou fôsse encorajada. Américo Werneck sempre aconselhou minha mãe, sua sobrinha, que me destinasse à engenharia química, que reputava carreira de futuro, em nosso País, e com razão, do ponto de vista geral. Porque, do ponto de vista particular, de cada um, acontece que nem sempre as carreiras de mais futuro são as preferidas. Haverá, por outro lado, caracteres genéticos, que decidem ou influem decisivamente nos pendores das pessoas? Parece que existe, em nós, e talvez provenha dos genes, pendor para isto ou aquilo. De outro modo seria difícil explicar algumas vocações precoces e ostensivas, para as atividades mais díspares: jogar xadrez, gostar de matemática, ou de escrever, ou aprender línguas, ou interpretar música. No terreno das letras — ao contrário do

que acontece em outros terrenos — essas vocações precoces têm resultado, invariavelmente, em mediocridades adultas. No meu caso particular, os parentes citados — e alguns não o eram de sangue — os antecedentes, não explicam de forma alguma o pendor que, aliás, nem foi precoce, pelo menos como traço marcante e original.

Se não resultou de fator genético, deveria ter resultado de fator cultural, ligado à educação, ao ensino. Mas também não foi assim. Nem fui incentivado a tornar-me escritor, a preparar-me para ser escritor, nem aprendi, de forma sistemática, a escrever, com o fito de tornar-me escritor. Muito ao contrário, ainda aqui: todos os obstáculos foram colocados no sentido de impedir ou dificultar ou retardar a realização da tendência literária, em meu caso. Se meu pai apreciava a leitura e dava-me livros, em minha infância, passou a deixar claro, desde que atingi a adolescência, que eu devia encarar a urgência em encarrear-me, em adotar profissão ou atividade que me permitisse, o mais cedo possível, prover as minhas próprias necessidades. Essa insistência derivava de sua preocupação em vir a faltar — ameaça que, desde os meus tempos de menino, pesou, realmente, sobre ele — e minha mãe ficar sem meios de vida. Ao decidir-me pela carreira das armas — e não foi por influência d'ele — sua satisfação foi grande. Não a escondeu: era a carreira de estudo gratuito e remuneração assegurada, com a formatura, dispensadas outras despesas e prazos.

Claro que, indiretamente, isso tudo correspondia a desestímulo à tendência para as letras. Em minha época de estudante não havia, entre nós, naturalmente, profissão literária. Ninguém ganhava a vida como escritor. Ser escritor significava, em alguns casos, muito raros, certo refôrço de orçamento. Era o caso dos jornalistas, dos teatrólogos. Não havia, a rigor, nem mesmo a profissão de jornalista; tratava-se de um bico. De profissão, os jornalistas eram funcionários públicos, via de regra. Não podia passar pela cabeça de ninguém preparar-se para ser escritor. Nem para ser jornalista. Nem para ser teatrólogo. Primeiro, a sério, a vítima escolhia uma profissão — e eram poucas numerosas as de base intelectual e mesmo as outras, com a divisão do trabalho ainda incipiente aqui — depois é que, como adorno, diversão, bico, achega, escrevia em jornais, publicava livros, fazia peças de teatro. As Faculdades de Filosofia apareceram

muito mais tarde. O que significa, no fundo, que minha infância e minha adolescência mesmo desenvolveram-se num Brasil “essencialmente agrícola”, isto é, um País em que a classe dominante — a de meus avós — era latifundiária, em que a burguesia dava os primeiros passos e o proletariado, pouco numeroso, sem consciência de classe e praticamente sem organização, ou com organização ainda muito débil, recrutava-se no campo e na imigração, também de origem camponesa, e o trabalho, nos latifúndios, lembrava a escravidão, que a geração anterior conhecera, e se estagnara nas formas feudais que a haviam substituído. Nada disso correspondia, no geral do País, no particular de minha família, senão a obstáculos à tendência para as letras que, existindo em mim desde cedo, não encontrava formas e saídas para se manifestar. Mesmo a leitura, como se verá adiante, não era incentivada, mas vista como vício, como êrro, como crime a punir. E, envolvendo tudo isso, estava o quadro geral do País, com a cultura em nível baixíssimo.

Como, apesar disso, permaneceu escondida, esquecida, refugada, a tendência para as letras, em mim? É isso uma das razões por que suponho existir em nós, dentro de nós, algo que nos impulsiona para esta ou para aquela atividade, de preferência a outras. É êsse algo que não sei definir, e penso que a ciência ainda não definiu, que torna fáceis para uns determinadas tarefas, difíceis para outros, que não têm afinidade alguma com elas. Acredito que faça parte do simples bom senso verificar o pendor de cada um e colocá-lo nas tarefas que lhe sejam fáceis, porque com elas afinam. Haverá algo de mais dramático do que a escravização, por necessidade ou por preconceito, a uma atividade para a qual não se tem pendor algum? Se os pendores não fôsem diferentes como, numa sociedade socialista, ficaria a divisão do trabalho? Numa sociedade assim, não seriam todos artistas; ela apenas torna fácil o caminho dos que desejam ser artistas. A vocação, para empregar uma palavra consagrada e desgastada pelo uso, teria saída e as criaturas mutiladas e frustradas, que encontramos habitualmente, por fazerem o que detestam, impotentes para fazer o que estimam, teriam cura. Mas é verdade, ao mesmo passo, que muitas pessoas passam a existência inteira sem saber o que querem e o que gostam de fazer. A ausência de vocação também faz parte da realidade.

PRIMEIRAS LEITURAS

O gosto pela leitura é inseparável, suponho, do pendor para as letras. Êle não leva, obrigatoriamente, às letras mas sem êle o pendor não se realiza. O escritor, como se sabe, não inventa, apenas transforma o que adquiriu, o que assimilou na leitura. Essa transformação, que consiste em dar forma nova a velhas coisas, temas por vêzes antiqüíssimos, define o espírito criador. A originalidade está, na maior parte dos casos, em apresentar de forma diferente um velho problema. No fim de contas e no fundamental, os problemas humanos são os mesmos, desde o início da história; ao longo do tempo, as soluções é que mudam. O que representaria problema dramático, há um século, quando os pais decidiam do casamento dos filhos, no Brasil, representaria, hoje, anedota, desprovida de sentido e não serviria para tema de romance. O que mudou? Não foi o tema — o amor, o mais velho dos temas — mas a forma com que se apresenta e que condiciona a forma de que se reveste na criação artística. A leitura é, portanto, a aprendizagem não sistemática, não didática, por assim dizer, da arte literária. Como, em minha infância e em minha adolescência, não havia, no Brasil, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras — onde é possível, agora, aprender literatura ou, pelo menos, estudar literatura — a leitura era o caminho único para essa aprendizagem. Já o conselheiro Acácio sabia que, para bem escrever, é preciso ler muito. Mas só lê muito quem lê por prazer, por impulso natural. É o que o conselheiro não sabia: que, no fim de contas, a qualidade do conhecimento literário não é diretamente proporcional à quantidade de leitura. Ler muito não é tudo. É condição necessária, mas não suficiente.

Minha fascinação pela leitura foi, desde o início, intensa. Motivou, em mim, o desejo profundo de aprender a ler; não foi na escola que essa revelação me chegou, mas em casa, antes de começar a freqüentar a escola pública, na Muda da Tijuca, onde me iniciei nos estudos. Nesse tempo não havia, no Brasil, o estágio conhecido como Jardim da Infância; a criança, na idade adequada, começava pela chamada escola pública, onde aprendia as primeiras letras. Não havia, também, revistas infantis. Pouco depois, surgiu *O Tico-Tico*, que fez as delícias da geração que começava a ler, abrigando alguns dos melhores desenhistas do Brasil, precursores das histórias em quadrinhos. *Chiquinho*, menino travêso, foi tipo que tal revista popularizou

entre nós. Nessas histórias, que giravam em torno de peraltices, a violência não encontrava guarida. Elas se diferenciavam, qualitativamente, portanto, das histórias em quadrinhos importadas, agora, em doses maciças e ministradas, como processo de embrutecimento em massa, às crianças do nosso País que, nelas, além de tudo, aprendem a venerar heróis estrangeiros e, conseqüentemente, a se alienar, desde os primeiros anos. Essa praga não existiu, para a infância da minha geração.

Havia livros infantis traduzidos, e eram aquêles clássicos, tanto quanto me lembro, com as histórias recolhidas ou criadas por Andersen e pelos irmãos Grimm, deliciosas histórias que continuam a fascinar as crianças de todo o mundo. A literatura infantil, como se sabe, é gênero de maturidade cultural dos mais difíceis; nossa literatura estava ainda imatura para gerar êsse gênero. Compreendi a grandeza da literatura infantil e dos que a cultivaram, em Copenhague, ao ver como os dinamarqueses, e não apenas os dinamarqueses, conservaram a admiração por Andersen. Alguns dias depois de conhecer a casa onde nasceu o grande encantador de crianças, em Copenhague, passava pela Perspectiva Nevski, em Leníngrado, quando encontrei longuíssima fila, na calçada, constituída por pessoa de tôdas as idades, que pretendiam comprar alguma coisa numa grande casa comercial; aproximei-me, curioso. Aquilo que centenas de soviéticos adquiriam era a última edição ilustrada dos contos infantis de Andersen. Não estávamos, no Brasil, em condições de ter um Andersen, naturalmente. Por essa época, um editor interessante, hoje esquecido, o português Quaresma, que tinha livraria à rua São José, no lado que depois foi demolido, encarregou Figueiredo Pimentel de organizar livros de histórias infantis. Pimentel compilou velhas histórias de circulação universal em volumes como as *Histórias da Vovòzinha* e outros, muito lidos, na época. Ao lado disso, Quaresma divulgava, também, fascículos, com histórias antiqüíssimas, a da princesa Magalona, entre elas, algumas colhidas nas lendas medievais, como as dos cavaleiros de Carlos Magno, outras colhidas na tradição portuguesa, como a de José do Telhado, terceiras ligadas ao folclore universal, encontradas, com variantes, em todos os idiomas.

Tudo isso eu li, com aquela terrível gula e aquela capacidade de aceitar qualquer coisa, próprias de quem começa. Disso passei, rapidamente, aos livros de Júlio Verne, nas edições portuguesas, cartonadas em vermelho, que o Alves divulgava aqui,

e aos folhetins dos jornais, numa época em que, nos diários, o folhetim era a seção talvez de mais leitores, devorada, religiosamente, pelos que apreciavam as aventuras ou os dramalhões românticos, e o folhetim tinha um pouco de cada. Era moda, também, a divulgação em fascículos de romances policiais ou de aventuras: recordo-me de que devorei os que contavam as proezas de Buffalo Bill e as de Nick Carter, como os romances históricos de Michel Zevaco. De tudo isso, a melhor recordação permanece a da leitura, então sôfrega, dos contos com que Conan Doyle imortalizou a figura de Sherlock Holmes. É interessante observar, a esta altura, o seguinte: sempre é possível reler Andersen, sem a menor dúvida, com a noção clara de que êle escreveu para crianças, mas, de tudo o que foi citado aqui, e do muito que não o foi, a única matéria suscetível de releitura seria, talvez, os contos policiais com as análises de Sherlock Holmes. A observação não é irrelevante: convém notar que a possibilidade de atravessar os tempos não está ligada, sempre e obrigatoriamente, ao teor qualitativo das obras.

A leitura, particularmente a noturna, me consumia o tempo e preocupava minha mãe; algumas vêzes inquietou-se, também, quanto ao conteúdo dos livros. Por essa época, residíamos no Hotel Tijuca, demolido há anos e em cujas terras abriram ruas, loteando a área. O proprietário assinava o *Jornal do Comércio*, que entregava à leitura dos hóspedes. No jornal, de fisionomia uniforme, exemplo de imutabilidade que só o *Times*, de Londres, superou, a seção policial era a última, logo seguida das páginas de anúncios (ninguém, na época, pensaria em misturar notícia e anúncio, colocando-os na mesma página). Na seção policial concentrava-se a minha atenção; no jornal inteiro, só ela me atraía. Convenhamos que não era leitura das mais edificantes. Minha mãe quis proibir-me, a certa altura, a leitura dos *Mistérios de Paris* (ou seria *Mistérios de New York?*). Lembro-me de que não era livro, mas a coleção de recortes de rodapé de jornal, formando grosso e longo volume. A proibição foi inútil: li o calhamaço escondido. Como a tôda criança, fascinava-me, nos textos, a ação; ora, o noticiário policial (bastante ornamentado de literatice, então), como o folhetim de aventuras, trazia êsse irresistível tempêro e a leitura constituía um prazer voluptuoso, fascinante, prendendo a atenção, absorvendo-a. Um adulto não pode compreender essa fascinação.

Em 1922 — eu estava com onze anos — fui internado num colégio, em Copacabana; meus pais moravam no Alto da Boa Vista. Todos os sábados e tôdas as segundas-feiras, fazia a longa viagem do colégio para casa e de casa para o colégio. Não havia ônibus, no Rio; a viagem era de bonde, num tempo em que os bondes tinham horário: o fiscal, antes de contar os passageiros e confrontar o total com o registrado na tabela que o condutor lhe apresentava, puxava o relógio do bôlso, geralmente uma roda que era preciso pôr na palma da mão, e conferia com o horário previsto para a passagem do bonde naquele ponto. Nessas longas viagens, era a leitura que me distraía. Muita gente lia no bonde, principalmente jornais; os jornaleiros, meninos, adolescentes, especialistas em tomar e descer do bonde em movimento, com a ginga de corpo que a todos espantava, apregoavam os jornais, no estribo. Hoje, não há bondes, nem os jornais são vendidos aos passageiros dos coletivos, e ninguém pode ler nêles com o sossêgo antigo, os tempos mudaram mesmo. Como contei, nas *Memórias de um Soldado*, foi a revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, que me despertou o interêsse para o fato político, na leitura dos jornais. A imprensa, então, refletia e atiçava as paixões políticas; comecei a apaixonar-me, também, acreditando em tudo quanto vinha consagrado pela letra impressa. O tenentismo, refletindo embora contradições sociais que começavam a aprofundar-se, cresceu com as campanhas da imprensa, particularmente a do Rio e, nesta, destacadamente, o *Correio da Manhã*. Deixei de ler o *Jornal do Comércio*, sizudo, conservador: era governista ou, como se dizia, na época, *legalista*. Com a paixão dos adolescentes, o que me encantava era a linguagem violenta do jornal de Edmundo Bitencourt.

Não me lembro das leituras que me ocupavam o tempo, no Ginásio Brasileiro; penso que a leitura, ali, se não era bem vista, também não era perseguida, salvo nas horas e nos locais de aulas e de estudo. Creio que foi em fins de 1922 que minha família fixou-se em Caçapava; como ali não existisse colégio, fui internado no Ginásio Diocesano, em Taubaté, mantido pelo bispado e dirigido por padres alemães cuja Ordem não me recordo. Ali, sim, a leitura era encarada como atividade pecaminosa, ainda nas horas de recreação. Passei nesse colégio apenas alguns meses, em 1923; no ano seguinte, ingressei, novamente como interno, no Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Não é o

caso de descrever, aqui, o que representaram, em minha formação, os sete anos que ali passei, como externo os dois últimos; a influência dessa formação foi muito grande.

Importa, aqui, mencionar apenas o traço de singularidade que igualava êsse colégio aos outros: a leitura era ali mal vista e até mesmo perseguida, encarada como ociosidade e como hábito pernicioso, de que se deviam afastar os adolescentes, sob pena de severos castigos e de maléficas conseqüências. O que não impediu que essa época de minha vida, entre 1924 e 1930, fôsse a das grandes, das intensas leituras. Entre êsse impulso para a leitura e a severidade da repressão de que ela era objeto, balançou a minha adolescência; o impulso foi, realmente, irresistível, para poder superar a repressão. O traço, entretanto, merece ser guardado, e não apenas no que se refere ao meu caso particular: revelava a incultura de uma sociedade em que a burguesia fazia enorme esforço para ascender e para impor os seus padrões, uma sociedade em que os traços culturais peculiares ao escravismo e ao feudalismo — o nosso feudalismo caboclo, extemporâneo, peculiar — predominavam, isolando as manifestações artísticas como objeto de interesse de poucos, de selecionados, de privilegiados, de afortunados.

A ÉPOCA

Antes de relatar a minha experiência literária individual, é indispensável situá-la historicamente, isto é, dar os traços da época, caracterizar a fase, a situação, a gigantesca moldura do quadro mundial e a moldura menor do quadro brasileiro. Sem essa caracterização, o depoimento perde consistência, pois todos os fenômenos, episódios, processos, fatos só adquirem significação quando apresentados em seus condicionamentos. É o que falta, em geral, nas autobiografias e nas biografias, como nos depoimentos e memórias; é o que desejo que não falte aqui, pois tudo seria insignificante se não devidamente inserido no tempo e no espaço. Isso é verdade eterna, sem exceção, naturalmente: tem força de lei, isto é, reflete o universal. Mas cresce em importância e em significação se considerarmos a fase histórica em que estamos vivendo, em que o memorialista viveu,

fase de transição, como outras, mas de intensidade muito maior na transição, na mudança, fase em que se opera a mais profunda mudança da história, a de uma sociedade de classes, que chega ao fim, para uma sociedade sem classes, que se aproxima.

Nasci em 1911; tinha três anos, ao irromper a Primeira Guerra Mundial; seis, quando surgiu a Revolução de Outubro; sete, quando terminou a guerra; onze, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com tôdas as manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade, em arte, e a luta violenta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o czar Alexandre III, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stalin. No Brasil atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Nôvo, do *putsch* de 1938, da Segunda Guerra Mundial e de nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subseqüentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, de 1954, de 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada. Tive oportunidade de conhecer o passado relativamente distante, em depoimentos orais de testemunhas: conheci a guerra do Paraguai, na narrativa fluente e calorosa de Clemente Barbosa Martins; a vida do Império, segundo as reminiscências de minha bisavó Francisca de Almeida Lemos, que faleceu quase centenária e absolutamente lúcida; a escravidão pelos depoimentos de antigos senhores e particularmente de antigos escravos. Assisti as grandes transformações por que o Brasil passou neste século; as mudanças têm sido profundas, mal nos damos conta de quão profundas têm sido. E o mundo, então, nem se fala: somos, ao mesmo tempo, em épocas assim, contemporâneos do passado e do futuro. Como assisti a tudo com muita atenção e, no que diz respeito ao Brasil, com muita participação, suponho ter o que contar. Tudo o que fica registrado aqui, entretanto, mesmo quando isso não esteja explícito, deve ser entendido em seu enquadramento histórico, relacionado com

o tempo e com aquilo que o caracterizava. Os fatos isolados perdem a razão de ser porque eles não acontecem isolados. Cada um, reduzido a si mesmo, pouco ou nada representa. Como elo de outros fatos é que existiram, e assim devem ser reconstituídos pela narração, e assim devem ser compreendidos.

No início de 1924, como estava contando, fui internado no Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Era já leitor impenitente e, nessa qualidade, travara contato com a repressão à leitura, que reinava, então, nos estabelecimentos de ensino e particularmente nos internatos. Como trazia razoável base, os dois primeiros anos do curso não me exigiram estudos acurados; foi, então, possível, desde que vencidos os obstáculos da repressão, ler bastante, sem nenhum critério. Nesses dois primeiros anos, a leitura se resumiu, para mim, nos jornais e na ficção. Foi quando travei conhecimento com os autores que constituem lastro comuns de todos os que formam sua cultura literária sem outro rumo que não a simples curiosidade, a busca do prazer. Naquele tempo, eram as edições Garnier, de capa verde, que ofereciam o melhor, em nossa língua: Walter Scott, e *Ivanhoé* foi um dos meus primeiros deslumbramentos; Balzac, cuja exata dimensão e grandeza o adolescente não tem condições para aferir; Dickens, de que o *David Copperfield* foi talvez o romance que mais me comoveu, na época; Oscar Wilde, que Paulo Barreto estava popularizando aqui, tendo traduzido, de início, a *Salomé*, mas depois também os ensaios. Entre os nacionais, Garnier abastecia o mercado, monopolizando-o praticamente com Machado de Assis e José de Alencar em destaque. Mas havia ainda os livros portugueses, quer os de autores de lá, com Eça de Queirós na vanguarda, quer os traduzidos, entre os quais avultavam os russos, Górkí, Dostoievski, Tolstoi. Pouco depois, e transitòriamente, apareceram as edições do Castilho, poucas mas escolhidas; duas me ficaram na lembrança: a de *À Procura do Absoluto*, de Balzac, e a de *O Meu Tio Benjamin*, de Claude Tillier. Alencar e Eça de Queirós eram os autores preferidos pelos que gostavam de ler, na época, e não eram muitos, diga-se a verdade. Machado de Assis era pouco lido; entre os seus romances, os iniciantes preferiam os da primeira fase. Isso define bem a precariedade de gòsto, natural na idade e ligada à inexperiência. É que, como se sabe, há autores que agradam mais à adolescência mas não resistem às leituras e principalmente às relcituradas da maturidade, quando nossa escala de valores está alicerçada em anos de experiência.

Por essa época — terceira década do século — que autores ocupavam o cenário das letras brasileiras? Os jovens de hoje não ouviram jamais falar na maioria dos que desfrutavam de prestígio, quando me iniciei. Havia, em primeiro lugar, uma espécie de monstro sagrado, Rui Barbosa, que ninguém lia, ao que suponho, mas que todos reverenciavam como estilista, mestre supremo do bem falar e do escrever certo. A posição ocupada por Rui Barbosa em nossa história política, sujeita embora a controvérsias, algumas apaixonadas, tem hoje, ao que parece, seu relêvo reconhecido e aceito; a posição que ocupa, hoje, nas letras brasileiras, entretanto, não chega a ser a sombra daquela de que desfrutou em vida. Rui não foi, na realidade, escritor; o que produziu, com a manifesta intenção literária, foi pouco e, vamos ser francos, foi frágil. O seu enorme talento verbal, o seu conhecimento profundo da língua, multiplicaram a eficácia de seus arrazoados jurídicos e de suas intervenções parlamentares, mas nada contribuíram para a sua arte literária, da qual andou sempre desinteressado, prêso às atividades específicas que lhe asseguraram o renome, as da política e as do Direito. Escrever corretamente não é o suficiente para caracterizar aquêle que usa o idioma para fazer literatura, e Rui teve, apenas, como homem de letras, essa qualidade necessária mas não suficiente. Seu entêrro, que assisti, foi apoteótico, só excedido, em meu tempo de estudante, pelo de Paulo Barreto, estimado pela colônia portuguesa, abalada com a sua perda.

Outro monstro sagrado era Coelho Neto mas, êste sim, com tôdas as características do escritor, escritor por intenção, por vocação e até — o que era raríssimo, no tempo — por profissão. Coelho Neto deixou de ser lido, as novas gerações não o conhecem e, além disso, sofreu de ter tipificado, com as lutas do Modernismo, uma arte morta e falsa. Merece ser rediscutido; mais, merece ser relido. Não na totalidade da obra copiosa, mas na seleção de dois ou três romances, aquêles em que, justamente, pelo muito que contêm de experiência direta, deixou precioso depoimento sôbre a sua época. Note-se como Coelho Neto e Rui Barbosa tiveram o traço comum do fascínio pela sonoridade verbal, do gôsto pelo vocábulo raro e desusado, pela expressão difícil. Essa ostentação de conhecimento, êsse preciosismo, êsse esforço em distinguir-se, escrevendo, dos pobres mortais que também escreviam, conservava aquêle timbre aristocrático que o letrado, antes, em uma sociedade como a nossa, ainda domi-

nada pelas oligarquias, ainda não distante do escravismo, ainda prêsa a manifestações feudais, devia mesmo ostentar, como marca de classe, que o distanciavam da vil ralé, que não havia tido acesso às letras ou apenas conhecera os seus rudimentos.

Mas não é possível acusar Rui e Coelho Neto como responsáveis pela linguagem empolada, pela ênfase, pela retórica — no pior sentido — que adotaram. Eles não criaram e impuseram essa norma, obedeceram-na, aceitaram-na e, assim, contribuíram para que ela se fixasse como regra, como cânon do bom gosto. O mal era do tempo e estava ligado ao fraco desenvolvimento de nossa literatura. Note-se que Rui — e este não era escritor — chegou até o início da terceira década do século, e Coelho Neto viveu um pouco mais do que o seu confrade; ora, é interessante lembrar que a ênfase, a fascinação vocabular vem do início do século, dos fins do século XIX, a rigor; consultem-se os naturalistas: são, via de regra, enfáticos, difíceis, pernósticos; e são do início do século XX dois livros modelares, quanto à ênfase: *Os Sertões* e *Canaã*. Rui e Coelho Neto levaram a norma a limite extremo, na verdade. Tendo radicalizado uma tendência, que era transitória, ligaram-se a essa transitoriedade: passaram. E, hoje, estão esquecidos, enquanto homens de letras.

Na época, não li Rui Barbosa. Suas poucas peças de intenção literária, fraquíssimas, li muito depois; seus trabalhos políticos, êstes sim, merecem consulta, mas êstes, naquele tempo, não me interessavam. Li Coelho Neto e, como os contemporâneos, admirei-o. E admirei-o — como a Euclides e a Graça Aranha — pelos seus defeitos, pela ênfase, pelo preciosismo, pela carga ornamental. Volto a lembrar, aqui, que Machado de Assis era pouco lido e os adolescentes, os leitores iniciantes, preferiam dêle os romances da primeira fase, isto é, o pior, aquilo que o tempo desmereceu. Coelho Neto era mestre, no gênero, até na escolha dos títulos para os seus livros: *Banzo*, *Inverno em Flor*, *Rapsódias*, tudo sonoro. Suas metáforas eram ardentes e audaciosas. Aferrava-se às comparações com motivos gregos, não da Grécia dita clássica, seus deuses, suas lendas históricas, seus filósofos; só conhecia, da Grécia, a mitologia. Demorava verificar que se tratava de uma Grécia de cartolina, postiça, falsa, vulgar, inteiramente diversa de tudo aquilo que ela fôra, realmente, e cuja herança é patrimônio da cultura humana, com a dimensão da eternidade. Mas as peças de Coelho Neto, na fic-

ção, na crônica, no discurso, no teatro, encontravam admiração e estima. Adolescente, mordido pelo mal incurável da literatura, eu também admirava e estimava aquilo. Falou-se, na época, em prêmio Nobel para êle; deram-lhe o título de príncipe da prosa; hoje, disso tudo, quase nada resta. Essa distância serve para explicar quanto evoluímos, realmente, em literatura. Mas a verdade é que os falsos juízos de valor, no domínio das letras, pertencem a todos os tempos. Não só as letras padecem dêsse mal, naturalmente, mas tôdas as artes. Não só isso acontece no Brasil, mas por tôda parte.

Outra figura eminente, consagrada pela fama, com prestígio literário absoluto, era Paulo Barreto: dominava na imprensa e no livro, na Academia e no público; seus livros eram disputados, sucedendo-se as edições; suas crônicas eram lidas por milhares, consideradas o que havia de melhor no gênero. Coelho Neto era homem de vida discreta, mas Paulo Barreto apreciava pavonear-se, gostava das exibições, disputava o calor do aplauso, sentia-se bem quando os transeuntes o reconheciam nas ruas. Atrás dessa parafernália, dêsse brilho todo, escondia-se uma transparente superficialidade, a mais notória mediocridade, sem nada, nada mesmo, que arrimasse uma glória tão intensa. Muitos anos depois, ao conversar com José Lins do Rêgo, procurando saber de suas primeiras influências, chocou-me ouvir que, entre elas, estava Paulo Barreto. Lembro que isso repercutiu em mim como nota em falsete, em desfavor da dimensão cultural do romancista paraibano. Mesmo porque, depois de 1930, não conheci ninguém, com um mínimo de cultura literária, que mencionasse o nome de Paulo Barreto como escritor apreciável, digno de ser mencionado como influente. Tudo isso refere-se, naturalmente, ao escritor.

Porque, no que diz respeito ao jornalista, as coisas são diferentes; nesse terreno, Paulo Barreto teve um papel, sem dúvida, nesse terreno êle deixou marca, inovou, abriu caminho. Seu livro que mereceria reedição, a meu ver, seria aquêle em que, fazendo o balanço das letras brasileiras, portou-se como repórter, *O Momento Literário*, inquérito em que ouviu os escritores mais prestigiosos daquela fase. Mas ainda êsse livro, mera coletânea de entrevistas, permite aferir muita coisa: algumas das perguntas marcam o diletantismo do entrevistador, alguns dos nomes escolhidos assinalam a precariedade de sua escala de valores. O conjunto nos fornece, sem nenhuma dúvida,

singular amostragem da desvalia literária da época, da falsidade e da superficialidade de suas figuras, da fraca densidade cultural do meio. Fora um que outro pronunciamento lúcido — o de João Ribeiro, por exemplo — o mais é matéria que dá pena ler. E, entretanto, é amostra do que tínhamos de melhor. de mais prestigioso pelo menos. Quem, hoje, sem ter ouvido falar em Paulo Barreto, sem ter lido os seus livros, acredita que haja exagêro, não está em condições de avaliar o prestígio que o cercava, a auréola de admiração que o consagrava. Esse dono das letras desapareceu delas, no entanto. E a sentença do tempo, nesse caso, foi justa.

O dono do sucesso era Benjamin Costallat, romancista que se vendia muito. Vendia-se tanto que, associando-se a um amigo, que entendia de artes gráficas, organizou uma editôra para lançar os seus livros. Tendo começado como crítico de teatro, cedo compreendeu que o caminho da glória consistia em seguir dois modelos de muita voga: o dos desenhos animados cinematográficos norte-americanos, através dos quais apareceram os tipos contrastantes de Mott e Jeff, e a novela francesa de sexo. Cinema e sexo, conjugados, assegurariam o triunfo de quem soubesse aproveitá-los literariamente. Por essa época, fazia escândalo em todo o mundo o romance de Victor Margueritte, *La Garçonne*; o escândalo motivara a expulsão do autor da Academia Francesa e repercutia por tôda a parte, provocando enorme curiosidade em tôrno do livro, que colocava algumas cenas com as côres mais cruas (para a época, porque, depois, as coisas mudaram muito e, hoje, Margueritte, que já nem é lembrado, seria romancista quase púdico). Costallat quis ser uma espécie de Margueritte brasileiro. Esquecia-se de que o ficcionista francês era medíocre e que a exploração do sexo é dos antigos e palmilhados caminhos da literatura. A imitação brasileira seria muito pior, naturalmente, do que o original francês, e nem poderia entrar tão a fundo nos detalhes frascários; Margueritte, em todo caso, tinha credenciais: elaborara, com o irmão, uma obra e essa obra lhe abrira as portas da Academia e lhe permitira conquistar o público. Costallat, colaborador do *Jornal do Brasil*, pouco representava, na cena literária de nosso País. O fato é que seus romances alcançaram sucesso de venda; o mais típico, e parece que também o de maior tiragem, *Mlle. Cinema*, andava nas mãos dos adolescentes e mesmo de alguns adultos. Diante dêsse sucesso, o matutino em que o autor colaborava tratou de associar-

se ao método: lançou, com grande propaganda, em página inteira, sensacional série de reportagens assinadas por Costallat, os *Mistério do Rio de Janeiro*. A vida carioca, ao tempo, não tinha muitos mistérios; os poucos que podia alinhar eram desconhecidos do romancista que, aparentando afeição por um tipo escandaloso de vida, era, na realidade, morigerado pequeno burguês, que dormia cedo e não conhecia senão o caminho de casa.

O segundo cartaz, nas paradas do sucesso literário, era Théó Filho. Escritor muito mais qualificado do que Benjamim, acompanhava, como êste, os modelos franceses do após-guerra, não só no que tocava aos temas como à forma de tratá-los; aproximava-se, paradoxalmente, de novelista de terceira ordem, mas de extenso sucesso, Maurice Dekobra, quando Costallat, mais caprichoso, buscara pelo menos aproximar-se do modelo fornecido por um acadêmico, embora expulso. Por êsse tempo, o Rio não conhecia ainda a divisão da cidade em norte e sul, esta pretensamente aristocrática, aquela subestimada como refúgio dos infelizes; Tijuca e Botafogo equivaliam-se, em superioridade social; o Grajaú começava a surgir; além do túnel, Copacabana era bairro pouco povoado (face ao mar, o edifício nôvo do Copacabana Palace Hotel permanecia isolado, cercado de enormes montes de areia); Ipanema e Leblon eram areais abandonados, com umas poucas casas dispersas. Théó Filho foi o pioneiro da valorização literária dos bairros da orla marítima, da que seria chamada zona sul, particularmente de Copacabana, onde manteve, depois, uma revista semanal.

Mais ou menos na mesma linha dêsses dois príncipes das letras, Humberto de Campos dedicava-se à elaboração de contos frascários, que divulgava em sua revista *A Maçã*, tipo de publicação para ser lida escondido, precursora modestíssima do que seria, em outros tempos, outras terras e outras proporções, o *Playboy*. Êsses contos foram depois reunidos em vários volumes; lembro-me de alguns títulos: *Os Gansos do Capitólio*, *O Tonel de Diógenes*; os contos tinham irreverência e malícia, distancian-do-se da obscenidade; *A Maçã*, hoje, poderia ser leitura de freiras. Tendo começado em *O Imparcial*, de José Eduardo de Macedo Soares, um dos melhores jornais que o nosso País conheceu, adequado às campanhas políticas e às condições do tempo, Humberto de Campos vinha, a pouco e pouco, arrumando um lugar na república das letras. Alcançou-o, como pretendia: chegou mesmo à Academia e, em seguida, à Câmara dos Deputados;

depois de 1930, quando a situação a que servira foi destruída, tornou-se colunista muito lido; um de seus livros, as *Memórias*, teve sucesso de crítica, tido como das grandes obras de nossa literatura. Não era. As memórias que deixou para publicação póstuma, divulgadas em revista semanal de larga circulação, eram um odre de veneno, ferindo mesmo os que o haviam ajudado. Nesse tempo, entretanto, era apenas o malicioso contista de *A Maçã*.

Outro acadêmico, com alguma voga na época, e cujo nome ficou totalmente esquecido, foi Garcia Redondo, contista e cronista consagrado por Agripino Grieco com o espirituoso e adequado dito de que êle era a única prova da quadratura do círculo. Mais ou menos do mesmo nível, mas com uma audácia sem limites e obra extensíssima, foi outro acadêmico, Gustavo Barroso que, vindo do Ceará, conquistou a capital, como haviam feito e como fariam tantos, cumprindo a canção de Dorival Caimi: "Tomei um Ita no norte"... Barroso, começando bem, com *Terra de Sol*, de que, pelo menos, a página sôbre as avoantes merece ser lembrada, descambou para a literatura gratuita, cosmopolita e, já no fim, para a falsificação histórica a serviço da vesguice política. Foi dos primeiros, entre nós, a explorar o filão patrioteiro, escrevendo livros e livros sôbre as guerras platinas. Tirou grossos dividendos dêsse filão: o presidente Epitácio Pessoa fê-lo diretor do Museu Histórico Nacional, sinecura em que permaneceu até à aposentadoria. As autoridades nacionais e estrangeiras distinguiram essa mediocridade supimpa — e aqui estou imitando Lima Barreto, em sua irreverente personagem muito mais importante — com numerosíssimas comendas, a tal ponto que Agripino diria dêle que usava condecorações até nos antípodas do rosto. Grafomano irrequieto, publicou tantos livros que um crítico mais ferino disse dêle que suas obras deviam ser compradas aos metros. Como Garcia Redondo e Humberto de Campos, Barroso desapareceu também da lembrança dos leitores; a glória acadêmica não salvou aquilo que estava marcado pela mediocridade.

Foi êsse o tempo, também, em que Monteiro Lobato, que os contos dos *Urupês* e uma referência consagradora de Rui Barbosa haviam fixado com renome nacional, lançava a sua empresa gráfica editôra, fazendo ainda, em nova fase, a *Revista do Brasil*. Além dos seus próprios livros, Lobato editou muita coisa digna de leitura: o curioso romance de Hilário Tácito, *Madame*

Pommery, com cenas da vida burguesa, da burguesia paulista que avançava para o enriquecimento e para a disputa do poder e de tudo o que êle pode proporcionar; a deliciosa novela de Godofredo Rangel, *Vida Ociosa*; o excelente *Professor Jeremias*, de Leo Vaz. Lobato lançou, também, as *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana que, com a *Evolução do Povo Brasileiro*, já conhecido então, formaria o nome do autor, que surgia como renovador de nossa história. E lançaria um romancista que desapareceu da circulação e que parecia destinado a melhor sorte: Veiga Miranda. Político, chegaria êle a ministro da Marinha, no govêrno de Epitácio Pessoa, mas o romancista, ao contrário do que acontece, hoje, em casos semelhantes, não se beneficiou do prestígio daquele. *Mau Olhado* e *Redenção* poderiam ser relidos agora: pretenderam fixar os quadros da vida dos imigrantes e da expansão dos cafêzais paulistas; *A Serpente que Dança*, de reminiscências autobiográficas, retratava a vida estudantil paulistana nas primeiras décadas do século.

O grande escritor brasileiro dessa época — em que Benjamim Costallat pontificava — permaneceria desconhecido funcionário do Ministério da Guerra, colaborador modesto de pequenos jornais e revistas de vida curta e de circulação precária, autor de um romance de escândalo, logo abafado por intencional silêncio: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Afonso Henriques de Lima Barreto era o nome principesco que servia a um mulato desengonçado, doente, dado à bebida que apresentaria, por essa época, ao editor Lobato os originais do *Gonzaga de Sá*, total insucesso de venda e de crítica, a coroar o infortúnio de quem não fôra poupado pela vida. Poucos, mesmo entre os afeiçoados às letras, sabiam da existência de Lima Barreto. Cito o meu próprio exemplo: não o conhecia, nem de leitura. Só em 1926, meu professor de História, Isnard Dantas Barreto que, além de mestre em sua ciência, tinha cultura literária e gôsto apurado, falou-me do romancista carioca, como me falaria de outro desconhecido, desaparecido há mais tempo, Adolfo Caminha, cujos livros não estavam em circulação. O esquecimento em tôrno de Lima Barreto era tal que a *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, lançada na época e em cujas páginas finais há numerosa relação de escritores vivos ao tempo, em atividade, na maior parte desprovidos de importância, nem se refere ao romancista que os críticos posteriores considerariam o continuador de Machado de Assis.

Só um crítico, que começava sua demolidora tarefa, Agripino Grieco, faria justiça a Lima Barreto. Recordo-me bem quando comecei a ler os rodapés de crítica de Agripino Grieco, na *Gazeta de Notícias*. As novas gerações não sabem — não saberão nunca, certamente, não poderão jamais avaliar — quanto as letras brasileiras ficaram a dever ao sarcasta implacável, que sabia mostrar a nudez dos deuses literários. Logo depois, Agripino Grieco começou a escrever em *O Jornal*, ganhando uma faixa de público mais ampla. O órgão, que Assis Chateaubriand comprara e vinha renovando, com arrôjo e extraordinário tino jornalístico, ficava, assim, com os dois grandes críticos da época: Alceu Amoroso Lima, que se fizera conhecido sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde, e Agripino Grieco, cuja demolidora clava continuaria a ser utilizada para a saneadora tarefa que vinha empreendendo. Nem Alceu nem Agripino renovavam a crítica, no sentido de aplicação de método novo; isso não poderia mesmo ter acontecido, no Brasil da terceira década do século. A crítica acompanhava, aqui, os modelos franceses dos fins do século XIX, mas sem rigor. Acatava-os, mais do que os imitava. Não repetia Sainte Beuve, porque não se preocupava em fazer retratos — a nossa galeria era muito pequena, demasiado modesta. Não repetia Taine, ainda muito citado, porque não tinha pretensões científicas. Acompanhava, ainda que de longe, críticos menores que, na França, faziam tarefa sistemática, na imprensa, sob a forma do rodapé. Isso fizera José Veríssimo, desde os fins do século XIX, e depois, no novo século, tornando-se o juiz respeitado, que todos temiam. Alceu e Agripino acompanhavam, em rodapés semanais, o aparecimento dos livros.

Era o que uma classificação posterior crismou de crítica impressionista, sem nenhuma alusão à escola de pintura que ficou conhecida por êsse título, mas tão simplesmente porque revelava a “impressão” deixada no crítico pelo livro a que se referia. Tratava-se, pois, de questão de gosto literário, de conhecimento, pelo crítico, do que havia de excelente, para comparar com êsse padrão o que vinha aparecendo. Era uma tarefa judicativa que, quando exercida sem inteligência, transformava-se em simples e simplório aconselhamento de leitura. Com Alceu e com Agripino, ela não deslizou para êsse plano estéril. Nesse plano, aliás, permanecia, na época, Osório Duque Estrada, que mantinha a seção correspondente no *Jornal do Brasil*. Temido pelos novos, o autor da letra do Hino Nacional brandia a pal-

matória da gramática e da métrica; era professoral, estreito, dogmático, a negação do crítico. No mesmo jornal, modesto, sempre amável, seguro nos julgamentos, tolerante, aberto, sem pretensões a crítico, João Ribeiro, em um palmo de coluna, esbanjava cultura e difundia juízos e orientações que marcaram época. Como Alceu e Agripino, soube compreender o Modernismo e foi daqueles que situaram com clareza a ficção pós-modernista. Mas João Ribeiro não era e nem pretendia ser crítico. Escrevia sobre assuntos variados, sempre com acêrto. O contraste entre a sagacidade de João Ribeiro, seu conhecimento profundo das coisas da cultura, e a estreiteza de Osório Duque Estrada, sua absoluta insensibilidade artística, seu formalismo superado, parecia até ironia do jornal. Nunca duas criaturas tão antípodas foram vizinhas, na mesma fôlha.

Alceu Amoroso Lima e Agripino Grieco foram dois grandes críticos — o primeiro, depois, também excelente teórico da literatura, dentro de seu método — na linha iniciada por José Veríssimo. A propósito, é pena que Veríssimo não seja reeditado, nos volumes em que reuniu os seus melhores artigos de crítica. Alceu selecionou também os seus, que constituem os volumes dos *Ensaio*s. Agripino deixou na imprensa o que escreveu, ao longo dos anos; aproveitou alguma coisa na *Evolução da Prosa Brasileira* e na *Evolução da Poesia Brasileira*, como em *Gente Nova do Brasil*, mas não os artigos inteiros e todos. Sim, alguns, ou alguns trechos, estão em *Zeros à Esquerda*, em *Carcças Gloriosas*. Mas a maior parte continua esquecida, nas coleções da *Gazeta de Notícias*, de *O Jornal*, de *A Manhã*, um pouco no *Boletim de Ariel*. Só a sua ironia farpelante poderia ter colocado, à porta de seu livro *Vivos e Mortos*, a advertência prudente: “Os mortos, não raro, mais vivos do que os vivos . . .”

Eram figuras muito diferentes, no exercício da crítica literária, Alceu Amoroso Lima e Agripino Grieco. O traço comum, estava na cultura literária, de um lado, e no gôsto, de outro lado. Mas Alceu foi sempre sério, comedido; se o livro não tinha valor mínimo, não se ocupava dêle; mesmo divergindo, deixava bem o autor a que se referia. Assim foi, por exemplo, quando Graça Aranha publicou *A Viagem Maravilhosa*, tentativa falhada de romance modernista: Alceu mostrou a fraqueza do livro, mas evitou ferir os melindres do autor. Agripino Grieco exerceu sua tarefa de forma inteiramente diversa: não poupava os consagrados, principalmente as empavonadas mediocri-

dades que povoavam a vida literária brasileira, desnudando-as pelo ridículo, mostrando quanto eram falsas; com os novos, os estreates, porém, era de extrema benevolência. Não resistia, em qualquer caso, à tentação da tirada irônica, da observação aguda e exata, da graça que ameniza a teorização ou o julgamento.

Alceu podia consagrar, com o seu prestígio. Assim aconteceu quando, no rodapé intitulado “Romancista ao Norte”, revelou José Américo de Almeida, que havia publicado, na Paraíba, *A Bagaceira*. Depois que escreveu o artigo “Adeus à Disponibilidade”, tornou-se católico militante e isso, na crítica, enfraqueceu muito sua posição: quando pretendeu consagrar como obra-prima um romance póstumo de Jackson de Figueiredo, já não foi acompanhado. Todos sabem como, muito depois, conciliou superiormente a militância com exemplar amplitude de análise e de julgamento, em letras como em política, mas isso pertence a outra época e será referido na altura própria. Agripino também podia consagrar. Nesse sentido, seria suficiente lembrar o artigo que dedicou a *O Estrangeiro*, de Plínio Salgado. Mas o seu forte foi sempre a desmistificação. A utilidade de sua tarefa desmistificadora não pode ser posta em dúvida; sem ela, o Modernismo não teria imposto as seus valores e normas senão mais tarde; sem ela, nossa escala de julgamentos ainda por longo tempo consideraria como ligados à literatura personagens como Ataulfo de Paiva e quejandos, como altos valores literários personagens como Gustavo Barroso e assemelhados. Agripino limpou a área literária; nesse sentido, para lembrar a Grécia de Coelho Neto, foi como Hércules, limpando as estrebarias de Augias. As novas gerações, que não conheceram a época em que isso se passou, não podem avaliar a grandeza do serviço prestado por Agripino Grieco às letras brasileiras.

O MODERNISMO Na terceira década do século, quando voltei ao Rio para estudar, as contradições da sociedade brasileira, aprofundando-se, assinalavam o esforço ascensional da burguesia, acompanhado pelo de seu inevitável e temido acólito, o operaria-

do. As contradições ficaram denunciadas, na área política, pelo Tenentismo; na área artística, pelo Modernismo. São fenômenos relacionados ao mesmo quadro, paralelos, às vezes confundidos, marcando as mesmas inquietações, sob formas diferentes. Ao Tenentismo, fiz menção nas *Memórias de um Soldado*; não voltarei ao assunto, aqui, senão nas referências indispensáveis. É aqui que cabe tratar do Modernismo, por outro lado. Acompanhei muito de perto suas manifestações, com simpatia, quase sempre, mas sempre sem ilusões. Como vivia entre o Rio e São Paulo — no Rio, no período de aulas; em São Paulo, no período de férias, que era longo — foi possível, para mim, ficar a par do que acontecia. Li, na época, grande parte das esporádicas e transitórias revistas lançadas pelos modernistas, *Klaxon*, *Estética*, *Novíssima*, esta, aliás, um primor gráfico, o que era excepcional naquele tempo; acompanhei pelo *Correio Paulistano*, principalmente, o que eles faziam na imprensa.

É interessante verificar — coisa a que, na época, não se concedeu atenção — como o Modernismo apresentava, desde logo, alguns aparentes paradoxos. Aparentes porque, no fundo, havia boas e sólidas razões para aquilo e, assim, não eram, na realidade, paradoxos. O primeiro, e fundamental, estava na área originária do movimento renovador; havia, e continua a haver, muita confusão em torno do assunto. Alguns estudiosos encontram no Modernismo um fermento revolucionário; êle seria forma artística de rebeldia social, enquanto o Tenentismo seria forma política. Até certo ponto, isto correspondia à realidade, mas o limite deve ser precisado: o Modernismo não continha nada de revolucionário, no sentido de manifestação de interesse da classe operária ou dos trabalhadores não assalariados; representava um dos sintomas do avanço burguês, em nosso País, avanço que sempre busca apoio em camadas inferiores e pretende apresentar-se como da totalidade do povo e não apenas de uma de suas classes ou camadas sociais. As manifestações de radicalismo político que surgiram, no conjunto do Modernismo, esporádicas, isoladas, individuais, não caracterizaram o movimento. No conjunto e na essência, o Modernismo correspondeu às necessidades artísticas da burguesia brasileira, em seu processo ascensional. A ausência de qualquer sentido revolucionário autêntico, de exigência de alteração estrutural do regime, é fácil de provar. O simples fato de ter sua base em São Paulo já era significativo: o Modernismo encontrou ali, naturalmente, o agru-

pamento mais forte e mais organizado da burguesia; conseqüentemente, condições mais próprias, favoráveis, ambiente mais receptivo.

Tratava-se, como era fácil perceber, de rebeldia artística, de contestação escandalosa e violenta dos padrões e valores consagrados, que surgia bafejada pela proteção conspícua de camadas, grupos, pessoas, organizações tradicionais. O jornal que dava cobertura ao Modernismo era justamente o provector *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista, que defendia a oligarquia, o governo, tudo aquilo que, em política, representava o passado, o atraso. Paradoxo? Não. É que o latifúndio e a burguesia se compunham, e que, no Estado de São Paulo, as relações capitalistas estavam já suficientemente desenvolvidas, alastradas ao campo inclusive, de forma a permitir à burguesia uma posição de superioridade que logo seria verificada e constatada por acontecimentos de repercussão. É claro que a vigilante Comissão Diretora do PRP não permitiria as travessuras modernistas se elas contivessem, realmente, sentido revolucionário, correspondessem a exigências ou necessidades ou reivindicações de outra classe que não a burguesia. Outro curioso traço: o cenário oferecido para os atos da Semana de Arte Moderna, em 1922, na capital paulista, foi nada menos do que o Teatro Municipal, gentilmente cedido pela Prefeitura para que os modernistas apresentassem sua mercadoria ao público. Note-se, pois: não foi na praça, na rua, num campo de futebol, numa quadra de pelota, num anfiteatro acadêmico mesmo — foi no Teatro Municipal, o teatro do Governo, que os renovadores apareceram. E com grande estardalhaço, com larga propaganda, a que serviram jornais capitaneados pelo órgão oficial do velho partido monopolizador do poder.

É interessante lembrar como as organizações que a política oligárquica criou para gerir a coisa pública, para exercer o poder, não foram hostis à inteligência, à cultura — desde que os seus portadores as servissem. As bancadas paulistas no Congresso Federal reuniam o que havia de mais expressivo na cultura do Estado, homens de talento, advogados, escritores, professores, figuras destacadas. E isso não acontecia apenas em São Paulo, mas em todos os Estados: Coelho Neto e Humberto de Campos representaram o Maranhão na Câmara; Augusto de Lima, a Minas Gerais; Sílvio Romero, a Sergipe, que manteve na Câmara e, depois, no Senado, longamente, Gilberto Amado. Por

tôda parte, a oligarquia buscava os valores, mesmo os que apenas começavam a aparecer. Dava-lhes tôdas as oportunidades, exigindo apenas — e nesse apenas estava a essência — que a servissem, que fôsem os seus porta-vozes, os intérpretes de seus interesses. Não discrepando dessa obediência, podiam alardear qualquer originalidade; as originalidades só preocupavam quando punham em dúvida ou contestavam a legitimidade da estrutura vigente. Ora, o Modernismo não tinha êsse sentido. A burguesia reivindicava parcela maior de poder político, na correspondência com a força econômica que já representava; mas de forma alguma essa reivindicação envolvia risco para o latifúndio. Naquela fase, o avanço burguês comportava ainda compatibilidade com a existência do latifúndio e, além de tudo, a burguesia temia muito mais o proletariado do que o latifúndio, particularmente a partir da Revolução de Outubro.

Os artistas que se apresentavam como renovadores não traziam nenhuma ameaça à ordem vigente, mas apenas ao gôsto geral, aos padrões que o costume consagrara, em arte. Eram criaturas recrutadas, naturalmente — e nem poderia ser de outra forma — na camada média, na pequena burguesia, camada sempre ansiosa, naquela fase, por adotar os padrões da classe dominante, que tomava como modêlo. O bafejo da burguesia e mesmo de alguns setores do latifúndio, num Estado em que o industrial e o banqueiro eram, geralmente, também fazendeiros, aparecia com realce até nos nomes tradicionais que aplaudiam e até empresavam o espetáculo modernista. O nome mais conhecido, entre os que se associaram ao Modernismo, era o de Paulo Prado, que tipificava a proteção das classes dominantes do alvoroço trazido pelos novos. Paulo Prado fixaria sua posição, indiretamente, implicitamente, mais adiante, nos livros que deixou: se *Paulística* corresponde a uma concepção conservadora da História, o *Retrato do Brasil*, além disso, reflete o pessimismo, em relação ao nosso País, pessimismo que está ligado, pelo autor, à formação de nosso povo, inferiorizado pelas suas origens. Êsse pessimismo em relação ao povo, essa aceitação e eco de preconceitos gerados pelos interesses das classes dominantes, traduz o desespero burguês ante a falta de perspectiva histórica para a sua classe. O *Retrato do Brasil* tem, apesar disso, um sentido “revolucionário”, antecipando a Revolução de 1930, mas era a revolução como a concebia a burguesia, isto é, a ampliação de seu poder político.

Se o *Correio Paulistano* dava cobertura total aos modernistas, alguns dos quais eram seus redatores ou colaboradores, o mesmo não acontecia com *O Estado de São Paulo*, mas apenas por motivos circunstanciais. Foi no jornal dos Mesquita que Monteiro Lobato publicou o artigo de crítica — se é que a espinhafrção pode receber êsse nome — aos trabalhos de Anita Malfatti, precursora da pintura moderna aqui, quando realizou exposição em São Paulo. A total ausência de sensibilidade artística, evidente em Lobato, somava-se ao prestígio de sua notoriedade, e o artigo refletia a resistência dos padrões consagrados pelo hábito e pelo tempo. Mais adiante, quando Fernando de Azevedo, que fazia a crítica literária naquele jornal, manifestou-se compreensivo em relação à *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade, criou-se um caso com a direção e foi preciso que o crítico defendesse a sua autonomia de julgamento. Da parte do público, a resistência ao Modernismo foi acentuada e duradoura; da parte dos escritores antigos, a resistência se revestia de aspectos burlescos, às vêzes. Carlos de Laet, que era excelente cronista, escreveu dois sonetos debochativos da nova corrente, que foram muito comentados; outro que repudiava as inovações, Afrânio Peixoto, incluiu-os no volume *Panorama da Literatura Brasileira*, modelo de falsa concepção do que seja literatura.

Laet procurava, naqueles sonetos, satirizar o estilo picadinho dos modernistas, e fazia-o com muita graça e alguma propriedade. O problema das simplificações que o Modernismo procurava impor, como contestação à ênfase que vinha predominando até então, estava em que se prestavam, como acontece sempre com o que é original, às contrafações; como o repúdio à rima e à métrica, na poesia; como a rebeldia à cópia, na pintura. As deformações modernistas, em pintura, eram confundidas com os erros que decorrem do desconhecimento da técnica, da geometria, da perspectiva; o desprêzo pela forma rígida dos versos e até pela sua arrumação — de que o soneto representava o modelo consagrado — era confundido com o desconhecimento das normas até aí dominantes; a simplicidade estilística, na prosa, e a recusa de obediência ao que a gramática prescrevia, era tida como ignorância. Ora, o desrespeito ao convencional — tão comum na criança e nos criadores que não passaram por processo educativo em arte e que lhes confere uma amplitude e uma liberdade criadora às vêzes singularmente fecundas em soluções

novas e válidas — nada tem a ver com a ignorância do convencional. A verdade é que a heterodoxia abria uma brecha na escala de valores, nos padrões adotados, e permitia a contrafação, isto é, que as diferenciações intencionais, decorrentes do desejo do artista de encontrar formas de exteriorização mais expressivas e originais fôssem confundidas, rudimentarmente, com o êrro, com aquilo que provém do desconhecimento. As experiências lingüísticas de Mário de Andrade, e particularmente sua rebeldia às normas de colocação de pronomes — que resultavam do desejo de, realmente, criar uma língua literária, aproximando-a, ao mesmo tempo, da linguagem coloquial — provocavam repulsa. E havia ainda os Osório Duque Estrada que, cegos de total incompreensão, combatiam justamente na base das exigências gramaticais, cobrando a observância às normas compendeadas e vigentes. Mas o fato é que, do outro lado, a rebeldia contra o formalismo gramatical escondia, muitas e muitas vêzes, o desconhecimento puro e simples da língua; a luta por novas formas de expressão servia também para acobertar a ignorância crassa e a preguiça cultural.

E os inovadores, cujo número crescia com o tempo, constituíam singular mistura de valores, uns poucos autênticos, intentando formas originais, a maioria apenas acompanhando a moda, moda protegida, aliás, gozando de tôdas as garantias, alimentada por criaturas bem postas na vida. Uns começavam então e esposavam com entusiasmo as novas formas; outros haviam passado pela aprendizagem árdua, eram antigos parnasianos e mesmo antigos simbolistas, que voltavam as costas à dura escola do sonêto e atiravam-se com fúria ao verso livre, branco, desajeitadamente às vêzes, outras vêzes com a ousadia dos neófitos, mais realistas do que os reis. Até que ponto o Modernismo refletiu mudanças externas, copiadas aqui em sua forma, mas desprovidas naturalmente do conteúdo originário, soando em falso? Até que ponto traduziu razões nacionais e serviu como expressão adequada daquilo que, até aí, carecia de expressão? Parece que a verdade está em que refletiu as duas influências, a externa e a interna; no início, foi mais a espécie de “mediunidade transatlântica”, antiga em nossa cultura artística, inevitável no passado colonial e além de seus limites meramente cronológicos; depois, firmou-se em suas raízes naturais, ganhou expressão própria, definiu-se melhor e mais profundamente com seus motivos especificamente nacionais.

No ocidente europeu, as inovações artísticas do após-guerra, desde 1919, refletiam as angústias de uma burguesia surpreendida em ver brotar, impetuosamente, por fôrça da dialética histórica, do gigantesco conflito em que buscara decidir competições, a realidade do socialismo, com sua terrível ameaça. Aquelas inovações correspondiam, de um lado, a êsse desespêro desatinado de burguesia decadente, que via o seu fim inevitável aproximar-se inexoravelmente, e, de outro lado, à contestação desorientada das novas gerações pequeno burguesas, órfãs de guias, incompatibilizadas com o passado mas sem nenhum desejo de aderir ao socialismo nascente como realidade institucional. Grande parte daquelas inovações tinham inequívoco sentido reacionário — o futurismo italiano, por exemplo — mas estava ainda confusa a interpretação, que hoje parece aceita, que constata o positivo de outras, o sentido libertador, a sôfrega busca de expressão mais humana, mais popular, menos aristocrática, sob influência, além disso, do avanço científico, que vinha quebrando velhos conceitos, como o do espaço euclidiano, alguma coisa que era, no nosso tempo, semelhante à ruptura com a cosmologia ptolemaica, séculos antes. A arte que mais contrastava, em seus novos padrões, com as normas anteriores, era a pintura, arte difícil, que requer aprendizagem, educação, para o estabelecimento da escala de valores, arte em que a criação era insuscetível de multiplicação, permanecendo na singularidade do original, em museus ou ricas pinacotecas privadas. Foi em consequência dos problemas ligados à pintura, realmente, subvertendo a própria visão rotineira, isto é, o uso do sentido da visão, que surgiu a associação entre arte moderna e arte reacionária, tidas como significando a mesma coisa. A confusão, na literatura, marginalizava os inovadores e colocava-os, sem apelação, na fossa comum, como reacionários, expressão da decadente arte burguesa. Assim eram rotulados Joyce, Kafka, Proust, que surgiram nessa fase, nesse tormentoso após-guerra. Assim eram rotulados os que reformulavam a expressão literária, entre os quais se destacavam os surrealistas.

Tudo isso nos chegava já refratado, sem análise, sem filtagem, sem crítica. No que diz respeito à literatura, principalmente sem crítica, porque teria sido função da crítica explicar as origens e as razões dos movimentos inovadores que surgiam no ocidente europeu, mostrando o que, nêles, era específico da etapa histórica que ali estava sendo vivida e o que tinha sentido

universal e, conseqüentemente, nos serviria. Porque, na verdade, enquanto na Europa assistia-se à decadência da burguesia, aqui, ao contrário, a burguesia era nova, ascensional, reformadora, tinha perspectivas, estava, a rigor, começando uma trajetória que logo se tornaria tempestuosa. O que, na Europa, estava ligado à decadência, aqui estava ligado ao avanço. Na Europa, avançar importava em destruir a burguesia; aqui, avançar importava em destruir o latifúndio. Tratava-se de destruir uma e outro enquanto classes e, aqui, nem mesmo a destruição do latifúndio estava colocada como premente, no palco político. Assim, o conteúdo das inovações artísticas, na Europa, era um; aqui, era outro. Adotando, aqui, formas que lá se generalizavam, encontravam acolhida e aplauso, estávamos cometendo êrro antigo em condições novas. A afirmação de que as inovações artísticas lá triunfantes, tôdas elas, correspondiam à negação da arte era, entretanto, uma simplificação, um esquematismo sem qualquer base. A simplicidade que leva às condenações peremptórias e definitivas, quanto às inovações, em arte, desconhece a complexidade das relações causais, nesse domínio, e pode induzir a erros irreparáveis.

Não era de surpreender que o movimento modernista surtisse primeiro, no Brasil, na pintura. A exposição de Anita Malfatti trazia a um meio respeitoso e distante das normas acadêmicas — pintura era ocupação de raros e despertava a atenção de poucos — a nota de escândalo que provocaria o infeliz artigo de Monteiro Lobato, cego ao sinal renovador e positivo que aquela exposição representava. Não era de surpreender, também, que as inovações artísticas nos fôssem trazidas por brasileiros que as colhiam em suas viagens ao exterior. No campo da pintura, isso era obrigatório; havia, inclusive, na Escola de Belas-Artes, os prêmios de “viagem à Europa”, tácito reconhecimento da necessidade de procurar a arte em suas melhores fontes. Anita Malfatti trouxera da Europa as suas inovações; outros faziam o mesmo, depois. Com a literatura não acontecia isso: não era, aqui, objeto de aprendizagem sistemática, mas cada um se investia, por iniciativa própria, mais ou menos audaciosa, do título de escritor. Não era necessária a viagem à Europa para tomar conhecimento das inovações, nesse terreno; mesmo sem sair do País, pela leitura de jornais, revistas e livros estrangeiros, notadamente franceses, era possível acompanhar



a renovação que se processava. Mas o conhecimento direto, pelas viagens, incontestavelmente, prestigiava muito.

Foi isso que conferiu a Oswald de Andrade a situação de primazia, de que desfrutou por longo tempo, entre nós, no quadro do Modernismo. Há, hoje, curioso esforço para rever o papel desempenhado por Oswald de Andrade, no sentido de, por assim dizer, “reabilitá-lo”, como se tivesse sido êle despojado de méritos a que tivesse direito. É um dos equívocos de que é objeto o escritor paulista, equívoco só menor do que outro, o de ver nêle um revolucionário e, nesse sentido, precursor de um tipo de literatura também revolucionária. Aí, o equívoco é escandaloso. Convém examinar o caso, desde as suas origens, pois ajuda a compreender muito do que o Modernismo teve de mais característico. Em primeiro lugar, Oswald de Andrade foi o tipo acabado do *enfant gaté*: nascido em família rica, não teve, na mocidade, outro trabalho senão o de consumir, inconseqüentemente, a fortuna que lhe chegara às mãos. Inteligente, agitado, vivo, dotado de espírito ferino e de extraordinária capacidade para divertir-se e para divertir os outros, vivia parte do tempo em Paris e parte do tempo em São Paulo; de lá, trazia o que havia de mais recente e de mais comentado; como tinha pendor para as letras, como quase todo brasileiro de sua classe e fortuna, eram as inovações literárias que mais acompanhava, ocupando-se também daquelas que diziam respeito às artes plásticas. As circunstâncias aproximaram-no de uma paulista que estudava pintura na França; dotada de grande talento, Tarsila do Amaral deve ter sido mestra de Oswald de Andrade naquela arte em que ela, com ou sem êle, não tardaria em ser admirada. Como Oswald era rico, freqüentavam os meios artísticos franceses e dessa freqüência decorreu outra fonte de prestígio para êle: o conhecimento pessoal com artistas e escritores de fama internacional. A base da autoridade exercida por Oswald de Andrade, no movimento modernista, era representada por êsses dois lados: o conhecimento das fontes francesas das inovações artísticas do pós-guerra e uma extraordinária capacidade para agitar os meios literários em nosso País.

Oswald de Andrade foi talvez, entre nós, o exemplo mais típico do homem que coloca todos os seus recursos e todos os seus esforços não na tarefa de elaborar uma obra literária, mas na tarefa de manter-se em evidência na vida literária. O desperdício de energias para conseguir êsse precário e transitório triun-



foi sempre em prejuízo do que poderia ter sido dedicado à elaboração da obra que seria lícito esperar de quem desfrutava de tanto prestígio. Porque, em balanço sereno e objetivo, a obra deixada por êle representa muito pouco. Na ficção, o painel da sociedade, que tentou — como, paralelamente, Plínio Salgado tentaria — ficou frustrado. No teatro, suas peças — agora, uma delas, *O Rei da Vela*, ressuscitada e enxertada por José Celso Martinez Correia — não despertaram atenção. Na poesia, terreno em que sua herança tem o quinhão qualitativamente mais destacado, o efeito é sempre prejudicado pela permanente preocupação da *blague*.

É que Oswald vivia fascinado pelo imediato e seu talento espontâneo, sem o alicerce da cultura, voltava-se para os efeitos fáceis, para aquilo que tem o condão de atrair as atenções. Na conversa, em algumas crônicas, nos artigos de teor polêmico, deixou o melhor que estava em condições de oferecer. Seu gênio inquieto e sua vaidade sensibilíssima ajudaram a colocá-lo numa posição de chefia a que não tinha, pela obra, nenhum direito, embora o tivesse, sem a menor dúvida, pela atividade. Essa atividade, entretanto, útil em vida de quem a exerce, não deixa vestígios que os pósteros possam distinguir, aferindo por êles das dimensões do autor ou agente. Oswald preferiu ser agente a ser autor. Seus livros foram caindo no esquecimento, ainda em sua vida, e essa vida, do ponto de vista literário, teve fase final triste porque êle já não representava quase nada mas lembrava muita coisa, era uma lenda e não um ser vivo. Como a lenda repousava em atos, fatos, episódios, anedotas, vivendo muito da transmissão oral, na medida em que passavam os comparsas, os confrades, os companheiros, as testemunhas, esmaecia e começou a diluir-se, a desaparecer. Na verdade, Oswald de Andrade foi, para a geração do Modernismo, mais ou menos o que foi Valentim Magalhães para a geração da Academia. Hoje, ninguém lê Valentim Magalhães, nem é possível, e poucos sabem quem foi êle; Oswald de Andrade que, aliás, já não era muito lido, quando vivo e nem mesmo na época em que desfrutava de maior prestígio, ingressou na sombra do esquecimento, da qual alguns tentam retirá-lo, pensando numa “reabilitação” que não tem a menor razão de ser. É claro que a comparação deve ser vista em têrmos porque, no fim de contas, Oswald tinha muito talento e uma vivacidade que o outro absolutamente não possuía.

Como todos os movimentos que visam contestar os valores dominantes, o Modernismo exigia agitação e a agitação pedia ativistas. Nesse sentido, a ação de Oswald de Andrade permaneceu inexecutada. Ele possuía, mais do que os outros, algumas características e qualidades que acabaram por colocá-lo à frente da campanha: a irreverência mais descomedida, a pedrada fácil, a capacidade para agremiar as hostes amigas no combate e a de assustar o adversário, a cobertura mais ampla e os recursos materiais que assegurariam ressonância às ações e pronunciamentos, uma insuperada ousadia para agir e para escrever, o prestígio do homem viajado, que conhecia as celebridades estrangeiras. Tudo isso lhe valeu de muito e lhe permitiu um destaque até certo ponto justo — justo, de maneira incontestável, na fase inicial do Modernismo. Mas de tudo isso derivou uma lenda, a do sentido revolucionário de sua ação e particularmente de sua obra. Quem quiser ter a paciência de estabelecer o confronto entre os romances de Oswald de Andrade e os de Plínio Salgado verificará que, não havendo conteúdo revolucionário nem nos primeiros nem nos segundos, êstes apresentam mais consistência social, mais simpatia pelo que era nôvo, mais acolhimento às mudanças e até maior arte e mais forte semelhança e verossimilhança do que aquêles. Havia, em Oswald de Andrade, nos textos, tiradas radicais — a peça *O Rei da Vela* é repositório delas — mas tratava-se de radicalismo verbal inconseqüente, de travessura perdoada pela situação dominante. A burguesia não levou nunca muito em conta as injúrias e as caricaturas de seus críticos superficiais — o que não importa em negar à caricatura uma função crítica que pode ser eminente. Tem até premiado e prestigiado os que a tratam assim, desde que se contentem com isso. Sabe que o teor de perigo concreto que tais coisas representam é mínimo; sua tolerância diante de inconseqüências lhe confere o direito de alardear liberalidade e de permitir a dura repressão daquilo que, menos radical na expressão, na forma, muitas vêzes, representa ameaça objetiva, concreta, no conteúdo. O revolucionarismo de Oswald de Andrade, seu radicalismo — que estaria em absoluto contraste com o seu irredutível individualismo — vem sendo, agora, relembrados, justamente pelo que representaram de positivo, de inconseqüente, de desimportante.

Uma análise atenta verificará que o Modernismo foi mais de atitude, em muitos de seus adeptos, do que de criação; era

mais alardeado do que praticado, e a contribuição realmente nova foi reduzida. Havia, em suma, maioria de travestidos, nas hostes inovadoras; os autênticos acabaram por se impor, mas os disfarces duraram, uns poucos chegaram à fase posterior, sem que a verdade íntima e essencial das personagens surgisse às claras. A rigor, figuras como Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Ronald de Carvalho, pouco tinham de modernistas em suas obras. Graça Aranha, que fez muito barulho, tinha pouquíssimo; era, antes, modernista de palavra, de proclamação, de ação discursiva; sua obra intencionalmente modernista, o romance *A Viagem Maravilhosa*, está muito mais próxima do verbalismo de *Canaã* — de Coelho Neto, portanto — do que aquilo que, no fim de contas, acabou por definir o romance brasileiro moderno. Oswald de Andrade, Plínio Salgado, esforçaram-se para isso, mas malograram; foi a quarta década do século, os anos trinta, que trouxe, na verdade, ao cenário o romance brasileiro moderno. Mas, aí, já estávamos no pós-Modernismo.

Guilherme de Almeida, magnífico artesão do verso, mestre de sua técnica — exatamente como Bilac, na geração anterior — permaneceu sempre nostálgico dos sonetos do *Nós*, livro de estória que marcou, para sempre, a sua personalidade e o seu lugar; sua obra melhor continua a ser *Messidor* porque, nela, ele aparece autêntico. Na prosa — e Guilherme de Almeida foi colaborador de jornal a vida inteira, exercendo, portanto, a prosa, obrigatoriamente — suas características aparecem com clareza. Seu esforço, em *Raça* principalmente, para afirmar-se como modernista, é meritório, mas inútil; não era aquilo o que sabia fazer melhor; aquilo era apenas o que, na sua mestria artesanal, podia fazer, com violação de sua natureza, de sua formação, de sua autenticidade. Quando *Nós* apareceu, o desabusado Antônio Tôrres, que escrevia as crônicas mais ágeis da imprensa brasileira da época, mostrou a fragilidade daquela coleção de sonetos, situando o autor como uma espécie de sub-Geraldty em português. A crônica, entretanto, não contribuiu para definir a mediocridade do livro, mas para popularizá-lo. A poesia, ao tempo, era assunto de leitores jovens, principalmente mulheres, o que, por si só mostra as insuficiências do nosso público: foram elas que consagraram Guilherme de Almeida que, depois, como acontecera com Coelho Neto, mas na prosa, foi consagrado “príncipes dos poetas bra-

sileiros". Fazíamos, na realidade, ainda, uma literatura digna desses títulos; êles substituíam os valores verdadeiros, os prêmios compensadores.

Menotti del Picchia foi outra figura consagrada pelo público que prestigiava a poesia — ou o que entendia como poesia — e que só faltava ressuscitar a declamação, ao som da Dalila. Foi êsse público que acolheu os seus "poemas" "Máscaras", "A Angústia de D. João", e, principalmente, "Juca Mulato", elogiado êste pelo português Júlio Dantas e por êle tido como telúrico, brasileiro, autêntico. Seus romances, *Flama e Argila*, *A Mulher que Pecou*, *O Crime daquela Noite*, *Salomé*, *A Tormenta*, escritos ao longo de muitos anos de intensa atividade literária, careciam totalmente de importância. No *Correio Paulistano*, entretanto, suas crônicas, assinadas com o pseudônimo Helios, representavam lenha grossa, que ajudava a crepitar a fogueira modernista. A demonstração de sua absoluta incompatibilidade com a literatura moderna está em sua prosa, que permaneceu a mesma, antes e depois do Modernismo. A poesia também mas, nesta, as alterações formais disfarçam a fidelidade ao passado, não ao passado valioso, que não perde importância apenas por ser passado, mas ao passado que deve ser esquecido, justamente porque nada nos pode oferecer.

Ronald de Carvalho, da mesma forma, estava ancorado num parnasianismo fora de época e de propósito, falso e sêco. Seus ensaios são exemplos característicos da ênfase que o Modernismo pretendia combater; no conteúdo, revelam desinformação elementar, particularmente histórica; o volume sobre a nossa história literária é de mediocridade tamanha que custa a crer tenha alcançado sucessivas edições; hoje aposentado, serviu de fonte, por muito tempo, aos estudos de nosso passado literário, com função didática além de tudo, e isso mostra quanto demorava, entre nós, a constatação da superficialidade. *Tôda a América*, pastichado de Walt Whitman, foi a obra com que Ronald pretendeu ingressar, praticamente, no Modernismo, sobre o qual vinha teorizando; essa obra, além de servir como prova escrita, visando o diploma de modernista para o autor, voltava-se para os círculos literários do continente, nos quais o poeta, que era também diplomata, esperava encontrar prestígio. O livro, acompanhando, evidentemente de muito longe, o modelo adotado, fez certo ruído, mas acabou merecidamente esquecido. Ronald de Carvalho, que desapareceu cedo, já não

recebe a atenção dos leitores; ingressou no rol daqueles que, tendo conhecido precocemente a pequena glória que os confrades podem proporcionar, precocemente também são vítimas da transitoriedade e da precariedade dessa glória.

Mas está fora de dúvida que o Modernismo, surgido da necessidade de renovação de nossa arte e de nossas letras, teve papel eminente e deixou saldo significativo. Se muitas das formas que adotou traziam a marca da origem estrangeira, não eram nossas, elas sofreram, em prazo até relativamente curto, um processo de trituração nacional que as liquidou ou deformou, adequando algumas ao nosso meio. Paradoxalmente, ao lado dessas cópias ou adaptações — que produziram até generalização do pastiche — surgiram também tentativas curiosas de repulsa e de resistência às influências externas que, no fundo, eram características manifestações passadistas ou inócuas formas de disfarçar as verdadeiras dimensões do movimento e, conseqüentemente, suas debilidades. Assim o impulso nacionalista definido como “antropofagia” ou aquele que gerou o “grupo arco-e-flecha”, que buscavam, talvez inconscientemente, repetir, em pleno século XX, a forma que as letras brasileiras haviam escolhido, na metade do século XIX, com o indianismo, para expressar seu esforço de afirmação nacional, pela diferenciação dos modelos metropolitanos e pela valorização do elemento indígena. Mas o indianismo, nas condições brasileiras da época, tinha sólidas razões para assumir a relevância que assumiu e traduzia bem nossas possibilidades naquela época, enquanto a sua ressurreição, sob outros títulos, na terceira década do século XX e no bôjo de um movimento que traduzia o avanço de relações capitalistas e a ascensão burguesa em nosso País, não estava em correspondência com a realidade. E tanto não estava que sua duração, sua influência e o que conseguiu elaborar, tudo de reduzidas dimensões, denunciaram a inanidade da tentativa.

O Modernismo, em primeiro lugar, prestou o serviço, necessário como operação preliminar, de destruir os falsos valores que o período de estagnação que atravessávamos, em termos de cultura, havia permitido que se erguessem e até que fôssem aceitos, por adesão ou por omissão, como autênticos. Entre a geração da Academia — aquela que se agrupou e fundou a instituição — e o Modernismo, realmente, existiu a pausa. Com o abalo da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Ou-

tubro, essa pausa foi rompida e o movimento retomado. O Modernismo significou precisamente isso: a retomada do movimento. Como tudo estava parado, essa retomada foi um pouco difícil, fêz barulho mais do que literatura, causou destruição. Mas foi imprescindível. A tarefa de arrasamento do que existia, de revolvimento do terreno, preparou a etapa futura; sem ela, não teríamos o pós-Modernismo que, continuação natural do Modernismo, apresentaria os seus frutos. Por assim dizer, o Modernismo foi muito mais uma sementeira; a fase seguinte é que seria a colheita.

O despojamento da ênfase, particularmente na poesia, e a busca da simplicidade na prosa, foram grandes serviços que o Modernismo prestou. No fundo, tudo se resumia no esforço pela comunicação, correspondente à fase ascensional da burguesia e decorrente de sua necessidade de impor os seus padrões, de vê-los aceites pela maioria e adotados, de sentir-se apoiada pelas classes e camadas sociais inferiores na escala social e que lhe constituem, sempre, até aqui, a base política. A conquista do público, por isso mesmo, foi outro grande serviço que ficamos devendo ao Modernismo; não surgiu de imediato, muito ao contrário, houve resistência dos leitores em digerir as peraltices modernistas, particularmente as do radicalismo que travestiu o falso modernismo, aquelas de poetas como Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Ronald de Carvalho, ou de ficcionistas como Oswald de Andrade; superada essa fase preliminar, entretanto, e afirmando-se no pós-Modernismo, surgiu a curiosidade do público, seu interesse, sua aceitação. O romance não poderia conquistar o público com obras do tipo da *Canaã*, de Graça Aranha — que, entretanto, havia sido sucesso, na relatividade do tempo, ao iniciar-se o século — nem coisas dotadas da carga enfática que caracterizava a prosa de Coelho Neto e era levada a extremos quase grotescos nas criações de influência simbolista, como a *Mocidade Morta*, de Gonzaga Duque, ou a *Exaltação*, de Albertina Berta, quase ilegíveis também e logo piedosamente sepultadas no esquecimento.

A simplicidade estilística de Monteiro Lobato, raiando a vulgaridade, estava, embora êle tivesse ficado à margem do Modernismo, muito mais próxima do que a corrente renovadora pretendia do que a ênfase, apenas de tipo diverso, da de Coelho Neto, com que Oswald de Andrade, e ainda Plínio Salgado, sobrearregavam a ficção que elaboravam. Que poderia, na ver-

dade, ser mais moderno do que a ficção de Lima Barreto, apesar de sua carga de imperfeições? E, entretanto, morrendo o romancista carioca justamente quando o Modernismo surgia, bafejado por tôdas as ajudas, pesou sôbre a sua obra estranho silêncio, que a pretendia aniquilar. Assim, é preciso distinguir, no Modernismo, o verdadeiro do falso, o autêntico do postiço. E particularmente porque a sua história começou a ser feita com as figuras mais conhecidas ainda vivas, e estas a torceram, cada uma julgando-se detentora da propriedade do movimento, e reputando a sua atividade, a sua obra, essenciais. Ora, se não abandonarmos, neste como em todos os processos, o particular, se não nos esforçarmos por chegar à essência, não encontraremos conclusão válida. Até aqui, em relação ao Modernismo, é isto o que tem acontecido. O próprio movimento, se fôr visto apenas resumido à Semana de Arte Moderna, ao incidente na Academia, de que foram principais protagonistas Graça Aranha e Coelho Neto, a alguns episódios isolados e menores, ficará amputado de sua real significação. A tendência em estudá-lo através de fatos isolados, os mais pitorescos, de dados biográficos sôbre a ação e o papel dêste ou daquele, está deformando a história do Modernismo. Não chegaremos, por êsse caminho, a uma interpretação razoável do movimento. Os que trouxeram, realmente, a contribuição renovadora — e só a podiam trazer de modo efetivo com a obra literária e não com a vida literária — são passados para trás, tranqüilamente, reduzidos em suas proporções, em favor de outros, que apenas fizeram barulho. Da primeira leva modernista, a grande figura foi, sem dúvida, a de Mário de Andrade. Depois, na poesia, alinham-se Raul Bopp e Ascenso Ferreira, para atingirmos, quando o movimento havia já ultrapassado a sua fase inicial de ruptura da maciça resistência acadêmica e tradicionalista, a plenitude criadora de um Murilo Mendes e, principalmente, de um Carlos Drummond de Andrade.

Vem sendo moda, agora, — escrevo em fins de 1969 — ressuscitar e engrandecer figuras literárias do passado, supostamente injustiçadas no julgamento de suas obras, ao mesmo tempo que se procura reduzir a importância de outras, supostamente favorecidas. Essas revisões têm um lado positivo: provocam o reexame, a análise, a crítica, em termos novos, de autores sôbre os quais os julgamentos assentaram mais na re-petição do que no estudo. Estão sendo conduzidas, entretanto,

a caminhos tortuosos, que as podem inutilizar. Assim, concretistas procuram ver em um poeta maranhense, Sousândrade, uma espécie de gênio incompreendido em seu tempo e diminuído pelos que fizeram história literária. Sousândrade foi, realmente, figura original e seu poema "O Guesa" representa exceção, fugindo ao gosto e às normas dominantes aqui, em seu tempo; muito da originalidade de Sousândrade estava ligado ao fato circunstancial de, num País em que os modelos eram procurados na França, tê-los encontrado em fontes inglesas. Isso contribuiu para que a sua poesia fôsse, realmente, mais ampla, mais livre, heterodoxa por assim dizer. Mas, tudo bem balanceado, o lugar ocupado por Sousândrade nas letras brasileiras não foi de destaque; êle teve o aprêço merecido, salvo quanto à análise mais atenta de sua obra, que faltou, e por razões naturais. A muitos faltou essa cuidadosa análise. A quase todos, na verdade. A crítica e a história literárias estão ainda atrasadas, entre nós. Outra figura ressuscitada agora é a do teatrólogo gaúcho Qorpo Santo, cujas peças chamam a atenção porque são precursoras, sob certos aspectos, de determinadas tendências atuais do gênero, particularmente ligadas à irreverência. Nosso passado em obras teatrais não é muito rico, mas isso não significa que Qorpo Santo altere o valor do conjunto, se ressuscitado. O fato é que êle está sendo ressuscitado, não porque tenha valor, ou antes, não por razões ligadas ao seu valor, mas por razões ligadas ao presente, às tendências que se pretende acentuar hoje, no teatro brasileiro. Não é aqui, entretanto, o lugar para discutir problemas de teatro, nem tenho, para isso, condições, de vez que meus conhecimentos do gênero não me conferem autoridade para discutir suas características e sua evolução.

Mas há, nas letras, agora, uma corrente que não esconde o seu deslumbramento diante da obra de Oswald de Andrade, que vem sendo reeditada. Êsse deslumbramento, mais ostentado como moda do que real, tem suas razões, e essas razões são extraliterárias, a meu ver. Muito próximas, aliás, das razões que levam à revalorização de Qorpo Santo, a que aludimos de passagem, e que estão ligadas ao teatro. O deslumbramento diante do teatro de Oswald de Andrade começou a se manifestar depois da encenação de sua peça *O Rei da Vela*, que provocou escândalo. Escândalo procurado, aliás, o que reduz muito suas proporções. O teatro, aliás, vem sendo arena predileta para desabafo de doença peculiar ao nosso tempo, no Brasil: o radica-

lismo político. Esse radicalismo esconde um paradoxo: sob a aparência de sentido revolucionário extremado estão o desespero e a desorientação de camadas ou grupos sociais que perderam a perspectiva e que, esmagados pelas condições reinantes na sociedade burguesa, temem, de outro lado, mudanças sociais que tornem o seu individualismo inaceitável. Espremidos entre o passado e o futuro, e receando tanto um como o outro, escapam da realidade pelos descaminhos de uma rebeldia formal e verbal cuja validade procura afirmar-se na veemência e no escândalo das formas de protesto. Para os que estão presos a essa posição desesperada — já de si esmagados pela situação pequeno burguesa — não há nenhuma forma mais avançada, mais revolucionária, do que a adotada por eles, tôdas as outras acusadas de tímidas e superadas.

O teatro do palavrão e da nudez — nem todo, aliás — no fundo traduz angústia, medo, desejo de ostentar radicalismo que se embala apenas no escândalo buscado, provocado, por gestos e palavras cuja inconseqüência não resiste a uma análise mais acurada. Em todos os terrenos de que a classe operária está afastada, essas formas desesperadas assumiram a primazia: no teatro, onde aquela não teve, entre nós, possibilidade de influir ainda; na política, da qual foi violentamente afastada desde abril de 1964. Caminham paralelamente, assim, o radicalismo teatral, que prejudicou profundamente e levou ao impasse as atividades nesse gênero, e o radicalismo político, que se formou na adoção de formas heróicas e isoladas de ação, atrasando o esforço político de organização das forças populares e debilitando o esforço pela unidade na resistência, com as perigosas ilusões de que a situação poderia ser mudada pela seriação de episódios de repercussão nas manchetes dos jornais. Que uma fase em que isso aparece volte-se para figuras como a de Oswald de Andrade, e para obras como as que êle deixou, não pode surpreender.

Em outra época, sob outras condições, Oswald de Andrade fêz justamente o que seus atuais admiradores estão fazendo e pregando, particularmente no teatro: valorizou o radicalismo político e as ações individuais, como o radicalismo artístico, pela negação do passado de forma total, em seu patrimônio principalmente, e ainda insubmisso às formas organizadas de trabalho político, a que se julgava superior e a que não desejou jamais acompanhar, quanto mais submeter-se, e que considerava mes-

mo como secundárias, até humilhantes. Mas que a ressurreição de Oswald de Andrade e de sua obra esteja subordinada a tais características, que culminarão por infrutíferas no que se propõem, não é o pior. O pior está em que, para glorificar Oswald de Andrade — que, assim ressuscitado, passa a pertencer aos seus “reabilitadores” — os pretensos renovadores busquem, e sem nenhuma necessidade, aliás, diminuir a figura, a influência, a obra de Mário de Andrade, aquêle que, realmente, realizou, no Modernismo, desde a fase inicial, alguma coisa que provou ter condições para resistir à passagem do tempo. Levado por tais caminhos, o esforço de revisão, que deve ser permanente, tende a esterilizar-se. Não há têrmos de comparação entre uma obra fragmentária, dispersa, irrealizada, em que a violência verbal e inovações formais escandalosas pretenderam constituir subversão, e essa foi a de Oswald de Andrade, e uma obra em que a arte literária, o conhecimento de nossa cultura, a força de comunicação conseguiram superar as tentativas formais menores — como a da gramatiquinha — e essa foi a de Mário de Andrade.

O poeta da *Paulicéia Desvairada* não cultivou as manifestações escandalosas, senão nos limites em que a inovação, rompendo padrões costumeiros e já só nisso arrimados, aparece, inicialmente, como desconcertante e surpreendente. Não dedicou as suas energias à vida literária, mas à obra. Estudou e pesquisou a vida tôda. Mudou muito, ao longo de sua existência, conservando-se sempre fiel aos valores artísticos, de que jamais se afastou e que constituíram o resumo de suas preocupações. Compreendeu que a cultura popular representa inesgotável tesouro, sôbre o qual se debruçou, preocupado com as festas, as tradições, as histórias, a música, a dança, os folguedos que nossa gente criou, adotou e praticou. Sendo aquêle que, no Modernismo, sabia o que queria, tinha clara e nítida noção da arte, de seus condicionamentos sociais e estéticos, foi, conseqüentemente, o que deixou a herança mais sólida, no conjunto da qual, entre os ensaios, está a melhor interpretação do Modernismo, entre aquelas elaboradas por protagonistas do movimento renovador. Mário de Andrade, importante sob vários aspectos — o da música, o do folclore, o do ensaio, o da poesia, o da ficção, o da crítica — evoluiu, em sua concepção da arte literária, das inovações estéticas puras, do início, à concepção militante da “Lira Paulistana” e do “Carro da Miséria”, amadurecendo sua

contribuição, de sorte a fixá-la, muito cedo, como das mais importantes de nosso tempo e, sem dúvida, a mais ampla e a mais sólida que o Modernismo nos deixou.

ESTRÉIA

Ao iniciar o curso do Colégio Militar, alguma coisa já me arrastava para as letras pois passei logo a ser frequentador das sessões semanais da Sociedade Literária e a figurar entre os mais ativos clientes de sua biblioteca. Desde logo apareci, também, como colaborador de seu órgão oficial, *A Aspiração*. Em 1924, realmente, essa revista publicava pequena crônica, com a minha assinatura, sob a qual, entre parênteses, o redator-chefe pusera, cuidadosamente, a ressalva: "Do 1º Ano", para que os leitores não julgassem da revista pelos lugares comuns alinhados pelo colaborador audacioso e desconhecido, que aparecia despreparado em letra de fôrma. O período inicial dessa crônica é suficiente para aferir do nível da estréia precoce: "Canta o galo, saudando o astro do dia. No horizonte rubro, o sol vai, pouco a pouco, espargindo a sua luz pela face da terra. Os operários levantam-se, prontos para a azáfama diária". A coisa ia nessa toada, passando por referências à "satisfação do dever cumprido", e por imagens como a de chamar o sol de "astro do dia", acabando num "porvir de progresso e felicidade". Pior do que isso seria muito difícil. Nada tive de precoce e até hoje invejo os que partem para as aventuras da arte literária, confiantes apenas no que chamam "inspiração", afirmando-se cedo como figuras destacadas. Isso não aconteceu comigo; minha trajetória foi longa e penosa e só muito tarde deu sinal de alguma qualidade, pelo menos a resultante do esforço honesto e continuado, da insistência, da pertinácia.

No ano seguinte, *A Aspiração* voltou a contar com o estreatante tão generosamente acolhido; parece que a revista, normalmente, dava um número por ano, pois, se mais circulassem, acredito que mais repetidas seriam as minhas colaborações. A de 1925 era uma espécie de apólogo em vinte linhas: "A Serpente". Explicava que "a serpente aguarda o homem num bosque, numa clareira, num matagal, para assaltá-lo". Terminava,

judiciosamente: “Bem faço eu, que me desvio da trilha das serpentes, porque sou cauteloso e prudente”. Era vulgar mas incontestavelmente superior à colaboração do ano anterior. Em 1926, inevitavelmente, reincidência, e agora para pior: em uma coluna inteira, numa linguagem pretensiosa, comparava cena da natureza, movimentada por um casal de sabiás, com as desgraças amorosas dos homens, coisa de ruindade audaciosa, inteiramente diversa da ruindade ingênua e por isso mesmo fácil de perdoar. Em 1927, outra colaboração, “Bússola”, insistia numa comparação sovadíssima entre o instrumento náutico e o coração humano. A de 1928 fugia ao modelo, mas insistia numa linguagem enfeitada, lembrando “os rapsodos, que andavam repetindo, pelas estradas da velha Grécia, as maravilhas do gênio de Homero”. Nesse ano, apareci em *A Aspiração* três vezes; a revista devia ter melhorado de condições, para aumentar assim a circulação anual. A primeira e a segunda colaborações tinham a mesma dedicatória, a uma namorada, e falavam de amor, naturalmente. No terceiro número, de agosto, apareceram dois contos meus. Tentava pela primeira vez o gênero, com a ousadia que a inexperiência permite. Um era intitulado “Paixão de Frei Martinho” e refletia influência da “Tentação de Santo Antônio”, de Flaubert. O outro, “Amor de Lázaro” parece que imitava algum escritor estrangeiro em voga na época e de que não me recordo. Isnard Dantas Barreto elogiou êsse conto em aula: comecei a convencer-me de que tinha jeito para as letras. Nesse ano, realmente, nota-se alguma melhora no que eu escrevia, melhora quantitativa, mas animadora.

Em 1929, eu já estava diplomado como escritor colegial: a crônica de abertura, em *A Aspiração*, era assinada por mim. Intitulava-se “Maio” e era um amontoado de vulgaridades bonitinhas, que são as piores; êsse número saiu em junho. Trazia outro “artigo” meu: “Obregon”, simpático ao político e militar mexicano, assassinado há pouco. Foi minha primeira tomada de posição política, por escrito, em letra de fôrma. No número de julho — foi outro em que circularam três números da revista — aparecia novamente com dois trabalhos, “Sonho” e “Amor Bárbaro”, coisas caprichadas mas muito ruins, assinalando declínio de qualidade em relação ao ano anterior. Em agosto, circulou o terceiro número de *A Aspiração*. Trazia, outra vez, duas colaborações minhas: na primeira, “Agonia”, era perceptível a influência mista de Vargas Vila e de D’Annunzio; se é possível

um híbrido dessa natureza: verbalismo, melancolia, pessimismo. Mas a segunda assinalava significativa mudança: sob o título "Esparsos", alinhavam-se reflexões bastante pretensiosas. A primeira afirmava que o coração humano tem sempre necessidade de um ídolo; na segunda, eu dizia, com a autoridade de meus verdes anos, uma tolice muito em voga então, a de que "o gênio é uma das múltiplas formas da loucura"; o mesmo escreviam dezenas de incautos e alguns espertos, como um tal Arvède Baringe e o ensaísta Max Nordau; na terceira, eu descobria a pólvora: "O homem vive sempre entre três pólos, amor, estômago e pensamento", concluindo: "Por isso é o estômago a causa de tôdas as convulsões das sociedades, de todos os cataclismas políticos, reinando sôbre o homem, acima do cérebro, acima do coração..." As reticências finais eram de bom tom, na época.

Em dezembro desse ano de 1929, há quarenta anos, portanto, ocorreu minha estréia no que se pode chamar "grande imprensa". Ocorreu por acaso. Naquela época, as revistas semanais ilustradas haviam já alterado a fisionomia inicial, a que apresentavam, nos primeiros anos do século, quando eram principalmente literárias. Assim tinham sido, por exemplo, a *Renasceça* e *Kosmos*. Agora, tornavam-se preponderantemente mundanas, sem abandonar de todo as belas-artistas. Traziam ainda sonetos, ocupando página inteira, enfeitados de cercaduras; uma que outra crônica, assinada por nome famoso; seção de correspondência dos leitores e até, em alguns casos, de aconselhamento literário. Um pouco diferente, com características próprias, a *Careta*, do Schmidt, ostentava os bonecos de J. Carlos; era revista de crítica e de humorismo e não havia salão de barbeiro que não a tivesse. As revistas típicas eram, então, *Fon-Fon* e *Seleta*, ambas de Sérgio Silva, por êsse tempo; a *Revista da Semana*, da Editôra Americana, que lançava, também, a *Leitura Para Todos* e o *Eu sei Tudo*, imitações das revistas francesas do mesmo nome, como a *Ilustração Brasileira*. *Frou-Frou* e *Para Todos* apareceram depois e já não tiveram a larga duração de *Fon-Fon* e *Seleta*, como da *Careta*, revistas da gente bem na época.

Foi quando Carlos Malheiros Dias, o escritor português que vivia no Brasil, teve a idéia de lançar uma revista semanal ilustrada, moderna, para o grande público. Como o govêrno de Washington Luís vinha se batendo pela estabilização monetária — como isso é velho — e, entre as medidas julgadas indispen-

sáveis à estabilização estava a mudança da moeda, devendo o substituto do mil réis chamar-se cruzeiro, êsse nome, muito conhecido pelas discussões políticas, foi escolhido para batizar a nova revista. O lançamento desta foi precedido por larga campanha de publicidade, a maior da época, quando o rádio dava os primeiros passos, como o cinema falado — em televisão nem se sonhava. Lembro-me que, certa tarde, a avenida Rio Branco foi inundada de prospectos, anunciando o próximo aparecimento de *O Cruzeiro*. Seu primeiro número trazia uma carta do rei Alberto, da Bélgica, popular no Brasil, não só em consequência de fatos ligados à Primeira Guerra Mundial, como pela visita que fizera ao nosso País, quando comemorávamos o centenário da Independência em 1822.

Uma das inovações que *O Cruzeiro* trazia era a de um concurso permanente de contos: quem quisesse podia enviar o seu conto à redação; se fôsse publicado, o autor receberia cem mil réis — quantia relativamente grande, na época — e mais original de uma das ilustrações, sendo os ilustradores escolhidos entre professores da Escola de Bela-Artes. Não tive dúvidas: preparei um conto e enviei-o a *O Cruzeiro*. Não me recordo se tinha autocrítica suficiente para avaliar minhas possibilidades. O conto, cujo título, “Satânia”, fôra sugerido pelo de um soneto de Olavo Bilac, refletia a influência de D’Annunzio — já não misturado com Vargas Vila — e de um sub-D’Annunzio, muito em voga na Itália, naquele tempo e, depois, com dois ou três livros traduzidos para o português — quando perdiam muito — por Antônio Ferro um deles. Tratava-se de Guido da Verona, cuja sonora mediocridade ficou estereotipada na anedota que apresenta a família real italiana, ao receber Benedetto Croce, por força de comenda conferida ao crítico, que ia agradecer-lá; desejando provar seu inexistente interesse pelas coisas da cultura, a família real falava de sua sedução pela leitura das obras dêsse grafomano sem nenhuma importância. Pois bem, “Satânia” refletia essas influências que, no fundo, me nivelavam à família real italiana, em termos de cultura literária.

Era a história dos amôres de um jovem austríaco por uma estranha mulher, cheia de fascínio e de mistério, amôres contrariados, que acabam, após vertiginosa temporada em Viena, em separação, pela fuga da amante, e que levam ao delírio e, finalmente, à guerra, dois anos depois, ao amante, que busca a morte e que, ferido, é procurado por ela, recusando-se a per-

doá-la; no dia seguinte; arrependido, vai ao seu encontro, após o bombardeio do hospital em que ela trabalhava como enfermeira; mas é tarde: ela morrera pela manhã. O conto, de um romantismo que ia da forma ao conteúdo, não era aproveitável, para uma grande revista, embora deixasse adivinhar qualidades, se o autor viesse a compreender, finalmente, o que é literatura. Acontece, porém, que o julgador era Tasso da Silveira, escritor de grande prestígio naquela época. Generoso em seu julgamento, Tasso aprovou o conto, que foi publicado, com ilustrações de Carlos Chambelland, em *O Cruzeiro* de 28 de dezembro de 1929. Só vim a saber, abrindo a revista. Foi a maior impressão de toda a minha vida de escritor. Algum tempo depois, compareci à redação e ali o secretário, Victorino de Oliveira, português, como quase todos os secretários de redação, na imprensa do Rio, entregou-me o original de Chambelland, que guardo até hoje. Victorino de Oliveira era velho e calejado jornalista: despachou depressa o jovem que lhe tomava o tempo, sem pressentir a emoção que o dominava. *O Cruzeiro* estava passando à propriedade de Assis Chateaubriand e já começava a enquadrar-se nas normas de suas empresas: foi a muito custo e depois de muita insistência, muitas idas e vindas, muitos “volte amanhã”, que recebi os cem mil réis.

Essa estréia, ao terminar o ano de 1929, que trouxe tantas perturbações e tantos prejuízos, com abalos que, originados da Bôlsa de New York, repercutiram nos cinco continentes, ficou isolada. Ela chegou cedo demais para mim; eu não estava preparado para tirar dela todos os ensinamentos. De sorte que, em 1930, em vez de novos feitos, ao contrário, nada alcancei. Penso que *A Aspiração* não circulou, naquele ano turbulento. Eu estava concluindo o curso do Colégio Militar. Morando em “república” de estudantes, tomava contato com os encantos que a grande cidade oferece aos jovens. E também com o trabalho, que tentei, sem condições para me manter nêle. Tudo contribuía para que minhas atenções se desviassem para outras coisas. Em 1930, nada aconteceu de marcante, nada que deixasse sinal, em uma carreira de escritor que, em 1929, parecia bem encaminhada. Em meu arquivo relativo a 1930, nada consta. Duas devem ter sido as causas: a dificuldade em publicar, de um lado; e a atenção voltada para o problema político, de outro lado. O ano de 1930 foi, realmente, pontilhado de acontecimentos políticos que denunciavam o agravamento da situação e a aproximação

mação de um choque. Dentro de minhas possibilidades, sendo então externo, no último ano do curso, acompanhei de perto aquêles acontecimentos, nas praças, nos comícios, no Congresso, cujas galerias freqüentei, ouvindo os calorosos pronunciamentos dos parlamentares. Assisti, inclusive, a sessão de 3 ou 4 de outubro, na Câmara. A censura impedia que os jornais informassem; a tribuna parlamentar não estava submetida à censura; era ali, pois, que alguma coisa podia ser dita, próxima da verdade. Em 24 de outubro, a oligarquia tombou, com estrépito. Jamais supuseram os seus líderes, o presidente inclusive, que tal fim chegaria assim, naquela altura; o sistema parecia eterno; o govêrno, onipotente. E tudo veio abaixo, quase que no grito, porque estava podre, corroído, sem condições de resistência.

No dia da derrocada do que parecia eterno, suicidou-se Hermes Fontes, poeta sergipano, funcionário dos Correios, ligado à situação por ser oficial de gabinete do ministro da Viação, Vítor Konder. Hermes Fontes, autor esquecido, era acatado como dos melhores, àquele tempo. A verdade é que, entre os chamados “passadistas” — antônimo dos modernistas — êle tinha destaque, e êsse destaque provinha do baixo nível da geração que se intercalara entre a da Academia e a do Modernismo. Nela, Olegário Mariano tinha posição de relêvo, chamado “poeta das cigarras”, mas apareciam ainda Pereira da Silva, simbolista retardatário, e um engenheiro, Luís Carlos da Fonseca que, com um livro, *Colunas*, conquistara a glória acadêmica inclusive, e de quem, hoje, ninguém se lembra. Alberto de Oliveira era ainda vivo, e cruzava as ruas da cidade, sempre ereto, cabeça grande e alta, de cabeleira longa e revôlta, lembrando Castro Alves, bigodes encerrados, figura imponente que merecia respeito. Representava o passado, como último dos parnasianos da geração da Academia. Produzindo muito — talvez só superado por Luís Delfino, em volume de produção — sua obra tem desníveis acentuados, mas é inegável que apresenta, dentro de suas características, um pouco do melhor que aquela geração criou, em termos de poesia.

Mas o poeta que os jovens estimavam era outro: Augusto dos Anjos começava a conquistar o público, depois de sua morte, e a reedição do *Eu*, acompanhada de outras poesias e precedida de carinhoso prefácio de Orris Soares, foi sucesso absoluto. No Colégio, onde a poesia não era estimada, o prestígio de Augusto

dos Anjos era singular: seu pessimismo e até a originalidade de sua linguagem, que abusava dos termos ligados às ciências, encantava os jovens. Que influência teve o movimento modernista nesse prestígio, se é que houve relação entre uma coisa e outra? Não sei. O que posso afirmar é que os moços não liam os poetas modernistas, cuja glória era tôda trabalhada no estreito círculo dos confrades, mas liam Augusto dos Anjos; começavam a detestar as declamadoras — a declamação foi a peste sócio-literária da época — mas declamavam seus versos cruéis, de imagens fortes, insólitas. Uma argentina, Berta Singerman, fêz sucesso como declamadora: era uma mulher alta, de longos braços, agitando-os ao dizer, e movendo-se no palco, espalhando os panos que a envolviam; para suas apresentações, no Municipal, era preciso reservar poltrona com larga antecedência. Apareceram subprodutos nacionais, para cultivar o gênero, e até cursos de declamação foram organizados, com matrículas caras e alunas recrutadas na *jeunesse dorée*, como era então moda escrever. Nessa área *bem*, Augusto dos Anjos não entrava. Mas dominava a outra, a do público. Uma estréia importante, na época, foi a de Raul de Leoni, com *A Luz Mediterrânea*. Estava entre êle, Olegário Mariano e Hermes Fontes a primazia, entre os “passadistas”. O sergipano, ferido no coração e depois ameaçado com a mudança política, desertou da arena.

Para avaliar quanto era baixo o nível da atividade literária entre nós naquela fase, é interessante lembrar que uma das figuras de mais prestígio era a de um poeta, Bastos Portela, que mantinha, no *Fon-Fon*, seção de correspondência com autores que lhe enviavam seus versos, para julgamento e publicação; Portela era severo nesse julgamento, ironizava os consulentes e, à custa dêles, e valendo-se da ausência de polícia literária, ia organizando a sua glória, semanalmente. O fato é que de todo o País lhe chegavam versos; estávamos nos aproximando do fim de uma época em que literatura, aqui, quase se resumia em fazer versos, e todo brasileiro alfabetizado — e muitos não alfabetizados — presumiam-se em condições de fazê-los. Os poucos que preferiam a prosa sentiam-se obrigados a estrear com um livro de poesias: era uma espécie de prova de admissão; sem ela, o candidato não podia adotar o gênero de sua preferência. Ia, com os pós-modernistas, começar época diferente, em que essa prova de admissão ficaria dispensada e a poesia começaria a impor-se, autônoma, livre. Aproximava-se

a fase em que, no Brasil, começaria a surgir a língua literária, instrumento adequado, único e necessário para alicerçar uma literatura. O aparecimento da língua literária e o lento trabalho de seu aprimoramento não foi, entretanto, processo dos mais fáceis. Muito pelo contrário.

Antes de 1930, surgiram promissores sinais desse processo e é isso que assinala a passagem do Modernismo ao pós-Modernismo. Um desses sinais foi a publicação do romance de José Américo de Almeida, *A Bagaceira*. O autor não era estreado, tendo já lançado livro de ensaios sobre a sua terra, *A Paraíba e seus Problemas*, para não mencionar as *Reflexões de uma Cabra*. O romance, publicado na província, mal impresso, de autor desconhecido, passaria despercebido ou demandaria tempo para merecer divulgação numerosa e conquistar destaque, não fôsse o consagrado rodapé de Tristão de Ataíde, em *O Jornal*. Se houve caso de sucesso de autor baseado em elogio de crítico, este foi típico. Reconhecido pelo crítico mais acatado, *A Bagaceira* encontrou reedição em melhores condições e começou sua carreira. Na esteira do pronunciamento de Alceu Amoroso Lima, outros vieram, fazendo eco. Recordo-me de que apenas Agripino Grieco não acompanhou o côro: reconhecendo as qualidades do romancista paraibano, teve a ousadia de apontar as deficiências do romance. Sua voz dissonante não perturbou a marcha triunfal do livro. O que colocou esse livro no lugar merecido foi o tempo, juiz geralmente justo ou, pelo menos, mais justo do que o homem e, particularmente, o contemporâneo. Mas o importante, aqui é situar *A Bagaceira* como dos primeiros sinais da passagem do Modernismo ao pós-Modernismo, isto é, do fim do Modernismo. Com esse fim, abre-se a fase em que começa a funcionar a língua literária entre nós. As pedradas e os apitos do Modernismo, a sua tarefa demolidora, começavam a ser inadequados, perdendo sentido.

A Bagaceira reunia, contraditoriamente, elementos tradicionais ou apenas antigos e gastos e elementos novos, modernos, que encontravam, em contraste com os outros, relêvo que, isolados, não apresentariam. Era a interpretação bastante romântica, no fundo, de problemas candentes, que a realidade colocava com veemência e que não poderiam ficar fora da literatura. A rigor, o livro não tinha estrutura de romance e pecava por pesada carga de ênfase, na sua prosa ainda empolada. A força do autor estava, não nos dotes de ficcionista, que, nêle, eram

frágeis, mas na agudeza das observações e no dom de definir problemas ou situações em duas ou três frases, densas de conteúdo e, ao mesmo tempo, sonoras, carregadas de vigor e colorido. Sob certos aspectos, lembrava *Canaã*, com que Graça Aranha, quase trinta anos antes, surpreendera os leitores brasileiros. Apesar de sua heterogeneidade, *A Bagaceira* era melhor do que *Canaã*; sua carga de ênfase era melhor dosada e, na verdade, tinha um cerne de realidade, um núcleo de agudeza, que lhe fornecia suporte, enquanto, no livro de Graça Aranha, tratava-se de verbalismo puro, em sua forma discursiva, incompatível com as normas, as características, as dimensões da ficção. O rendilhado das imagens, a ênfase, e particularmente a ausência de estrutura, além da maneira romântica de apresentar o problema social que o tema encerra, condenaram *A Bagaceira* a uma fraca duração, apesar do ruído da estréia e do número de reedições. Seu lugar já foi destacado; hoje, serve como referência. Para o leitor moderno, mesmo aquêle que conheceu pouco mais do que o romance nordestino, o que surgiu com o pós-Modernismo, *A Bagaceira* é já leitura difícil. Os outros romances de José Américo de Almeida serviram apenas para comprovar que êle não era romancista, — não existem. No autor, aliás, a atividade política superou a literária. Quando aquela começou, entretanto, na administração estadual de João Pessoa, José Américo era visto, pelo menos no Sul, como escritor principalmente. Mesmo quando a Revolução de 1930 exigiu a passagem do político à esfera federal, era ainda o escritor que merecia maior atenção. Pouco a pouco, entretanto, as coisas se inverteram. Já restava quase nada de prestígio literário quando, com a carreira política também encerrada, foi êle recolhido à Academia.

O ano de 1930 foi, para mim, de grandes leituras; já atravessara aquela fase de aprendizagem em que se toma conhecimento dos valores perduráveis da cultura ocidental, nos domínios da ficção particularmente. Lido o melhor de Balzac, de Dostoievski, de Tolstói, de Dickens, de Flaubert, de Maupassant de mistura com outros, menores, e muita coisa de segunda ordem, desimportante — os Dumas, os Eugène Sue, para não mencionar os Arnold Bennett, os Hall Caine e, mesmo, os Bourget, os René Bazin — quem persistia, e êsse era o meu caso, começava a escolher: encontrava encantos já em Stendhal, em Thackeray, em Sterne, em Strindberg. Na fase anterior, alguns deslumbramentos e algumas impressões permitem avaliar o grau

de imaturidade: Anatole France, por exemplo, com *Thais* e, principalmente, com *Le Lys Rouge*; o D'Annunzio dos *Laudi* e dos contos dos Abruzzos (tive a sorte de detestar, desde logo, os seus romances). O autor cuja obra inteira percorri, sendo ela extensa e variada, de renome internacional, ao tempo, foi o espanhol Vicente Blasco Ibañez. Certo que seus romances que fixam a paisagem valenciana, *Arroz y Tartana*, *Cañas y Barro* por exemplo, guardam fidelidade ao quadro físico e humano, o mesmo acontecendo, mas não já no mesmo grau, com *La Horda*, *La Bodega*, *La Barraca*, *Sangre y Arena*. Os romances que constituem pretexto para contar a história da expansão espanhola no mundo, como os de ambiente cosmopolita, são, em sua obra, a parcela pior. Foi um destes últimos, porém, *Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse*, que deu renome internacional a Blasco Ibañez; levado ao cinema, deu projeção a Rodolfo Valentino. Daí por diante, em tiragens numerosas, Blasco Ibañez foi lido em muitas línguas. Dois de seus livros me impressionaram, contudo, pelo aspecto político: um deles, *Jesuitas*, era de virulento anticlericalismo; o outro, *La Catedral*, de fundo anarquista, como estava na tradição espanhola, realçava pinceladas de um socialismo romântico, com largas tiradas filosóficas. Alguns anos depois, não havia lugar para os livros de Blasco Ibañez em minha biblioteca. Parece que êsse declínio não foi mais do que amostra do que aconteceria por tôda parte: Blasco Ibañez deixou de ser lido, pelo menos por numeroso público. Pois a certa altura, entre as duas guerras mundiais, era o mais lido em todo o mundo, milionário, com romances levados ao cinema, vila em Menton, nome nas manchetes dos jornais em quase todos os países. Tiveram êstes, naturalmente, bons motivos para perdoar-lhe o anticlericalismo, o republicanismo, o socialismo. Seu exemplo lembra muito o de autores contemporâneos, que se deixam embalar pelas largas tiragens e pelo renome bem recompensado, mesmo quando mesclado de pruridos esquerdistas.

INTERVALO

O curso da Escola Militar, na qual ingressei, em abril de 1931, era demasiado absorvente para permitir grandes leituras, que ficaram transferidas para as férias, sempre

passadas em Caçapava. Havia na Escola Militar uma Sociedade Acadêmica em que os cadetes mais dados ao mister discursavam; freqüentei-a muito pouco pois as sessões se realizavam após o jantar, quando eu preferia passear pelas ruas do Realengo, com os companheiros. Havia, também, a *Revista da Escola Militar*, de vida e circulação incertas, ora com boas fases, ora aparecendo a largos intervalos, ora suspensa, tudo conforme as circunstâncias. Em 1931, apareceu uma só vez, em formato pequeno; lá estava minha colaboração, com o título "Esparsos". Em uma página estavam enfileiradas algumas reflexões, mais ou menos no estilo que, sob o mesmo título, motivara colaboração minha em *A Aspiração*. Tais reflexões nada apresentavam de nôvo, de original ou de importante. Acentuavam alguns traços, já antigos em meu pensamento, e insistiam em algumas colocações pessimistas, sob certo alarde de isenção, de distanciamento, com insistência em alguns temas: o homem necessita de ídolos, quando perde um, escolhe outro; o desenvolvimento histórico é sempre marcado com o sangue humano; a arte é indefinível; não existe imparcialidade no exame dos acontecimentos históricos; arte e moral são coisas diversas e o moralismo em arte não faz sentido; o amor varia de pessoa para pessoa; Paulo teve mais importância do que Cristo na difusão do cristianismo; tolíce a mulher pleitear o direito de voto se a família patriarcal lhe negava qualquer liberdade e o casamento era indissolúvel; só duas coisas são estáveis: a fome e o amor, a história da humanidade resumia-se na forma de satisfazer essas necessidades. Aparecia um parágrafo nôvo, agora, definindo a revolução como uma ideologia em marcha, que ninguém pode deter. Velhos conceitos, na maioria; alguma coisa nova, prenunciando mudança. Nesse ano de 1931, escrevi, também, no *Correio da Manhã*, um artigo, "A Ironia e a Piedade", refletindo influência de Anatole France.

Em 1932, a *Revista da Escola Militar* publicou dois números. No primeiro, apareceu um conto assinado por mim, "A Mulher Fatal", pequeno ensaio sôbre a obra de Vilfredo Pareto e uma nota crítica sôbre a obra de Anatole France; no segundo, outro conto, "A Derrota de D. Juan" e curta nota de explicação sôbre a capa da revista, feita pelo pintor Miranda Júnior. Em 1933, meu último ano na Escola Militar, fui escolhido para diretor de sua revista. Conseguimos publicar três números. No de junho, escrevi a crônica de abertura, com o título "A Ironia

e a Piedade”, revelando, nessa repetição de título, velha influência; um artigo, “Isnard Dantas Barreto”, homenagem ao professor do Colégio Militar que tanto me ajudara com indicações bibliográficas, empréstimo de livros, sem falar nos ensinamentos, nas aulas e na conversa pessoal; uma nota sobre a capa de Miranda Júnior; e o conto “A Tormenta”, que também revela influência de Anatole France, provavelmente de *A Revolta dos Anjos*. No segundo número, escrevi um artigo sobre “Gandhi” — contra Gandhi! — de total incompreensão; um estudo sobre “Camilo”; uma nota sobre “Protágoras”, e o conto “Desespêro”. No terceiro número, compareci com um artigo, “A Ciência e a arte”; com o conto “Reminiscências de um encarcerado”; e duas notas: “Mocidade inquieta”, em que fazia o elogio de três excelentes colaboradores da revista, e “Última página”, breve relatório de nossa gestão nela.

Ao assumir a sua direção, eu tivera o cuidado de tomar duas providências, sem as quais o sucesso me parecia impossível. Consistia a primeira em alcançar o apoio do comando da Escola, inclusive de ordem material; a segunda estava em conseguir a colaboração efetiva, e não apenas em artigos, de alguns colegas que tivessem gosto pelo mister e desejo de ajudar. As duas foram atendidas. O comandante, Gen. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — que vinha reformando a Escola Militar, alterando inclusive o sistema de vida ali — atendeu nosso pedido; jamais fez qualquer tentativa de intervenção nos assuntos da revista; aborreceu-se, certa vez, com paródia à *Ceia dos Cardeais*, feita por cadete, em que eram mencionados oficiais, mas o cadete que a escrevera era, agora, também oficial, pois tratava-se de transcrição. Os companheiros que escolhemos e convidamos para nos ajudar foram Umberto Peregrino, que comprovaria, adiante, seus dotes de escritor; Janary Gentil Nunes, que exerceria, depois, eminentes funções públicas, fazendo carreira política; Francisco de Assis Bezerra, a quem não mais vi, desde que deixei a Escola, e que passou quase todo o tempo de serviço no Nordeste; e Miguel de Assis Vieira, talento espontâneo, cujos dotes foram confirmados mais tarde no exercício do magistério superior de Engenharia em diversas faculdades.

Ambicionávamos, todos os da redação, que a revista fôsse o elemento de ligação com o meio intelectual do País; que ela mostrasse aos intelectuais que, no Exército, também havia com-

preensão e aprêço pelas coisas da inteligência. Precisávamos para isso estabelecer contatos fora da Escola, conseguir colaboradores entre os nomes consagrados das letras nacionais. Dividimos as tarefas: um de nós, não me lembro qual, procurou Gilberto Amado que, em desgraça política, com a vitória da Revolução de 1930, dedicara-se ao ensino e voltara à literatura: êle nos entregou parte de uma conferência sôbre Goethe, cujo centenário vinha de ser comemorado; Agripino Grieco e Théo Filho cederam-nos trechos de livros que estavam escrevendo; Medeiros e Albuquerque, Afrânio Peixoto, Roquette Pinto, Peregrino Júnior e outros escreveram artigos especiais para a revista. Foi nessa ocasião que procurei Ribeiro Couto, que chefiava, no Rio, a representação do jornal oficial do govêrno paulista. A interventoria do gen. Valdomiro Castilho de Lima decidira fazer do jornal, antes simples repositório de atos oficiais, órgão informativo e opinativo, como os outros, o que vinha provocando protestos dos que achavam que isso prejudicava a "iniciativa privada". Recordo-me de que a sucursal ficava na Cienlândia; nela fui recebido por Ribeiro Couto, que estava acompanhado por Sérgio Buarque de Holanda, chegado há pouco da Europa, onde fizera uma série de entrevistas para *O Jornal*, entre elas uma, que me ficou gravada na memória, com Henri Guilbeaux, que desfrutava de muito prestígio naquele tempo, nas áreas esquerdistas. Ribeiro Couto que, depois, ingressou na diplomacia e cujo nome está passando ao esquecimento era poeta sem muitos méritos, dono de um romance, *Cabocla*, idílio campestre convencional, mas cujos contos merecem ser relidos. Estava êle fascinado, então, pelo integralismo, que começava a expandir-se. Não sei o que, nisso, influía suas ligações de família com Plínio Salgado. A Ação Integralista Brasileira estava muito preocupada em conquistar adeptos no meio militar, acenando-lhes com o nacionalismo, de um lado, e com a defesa da "ordem", de outro lado. Ser procurado por um cadete, assim, e convidado para escrever na *Revista da Escola Militar*, ia ao encontro do que Ribeiro Couto almejava. Guardo dêle carta dessa época em que coloca o problema do integralismo. Eu não tinha nenhum interêsse nisso. Estava apenas preocupado em fazer uma boa revista.

Meus contos, nela publicados, assinalam significativa mudança: parte dêles, até agosto de 1933, traz a marca das velhas influências — Anatole France, D'Annunzio, Guido da Verona,

Blasco Ibañez — e, portanto, da alienação: carecem de ambiente nacional, estão envolvidos por uma névoa de cosmopolitismo e de fantasia que os obscurece, e escritos com ênfase, aferrados a uma eloqüência desprovida de sentido, pesados de artificialismo; a outra parte, representada pelos contos “Desespêro”, de agosto, e “Reminiscências de um encarcerado”, de outubro, assinalam grande passo no sentido da desalienação, ao mesmo tempo que ganham em fôrça e autenticidade, aproximando-se do real. Esses dois contos poderiam ser publicados, hoje, e não me envergonhariam. Essa mudança importava em amadurecimento. Jamais voltaria a escrever as narrativas complicadas, modeladas francamente no tipo fixado por D’Annunzio. Essa literatice, cuja vulgaridade não ficava escondida pelo manto pomposo da sonoridade verbal e das imagens pretensamente originais, estaria, no meu caso, condenada ao esquecimento. Dela teria de me envergonhar, se é o caso de envergonhar-se o aprendiz das tolices e dos erros que gravam os primeiros passos. Muitos anos depois — para se ver como são as coisas — um companheiro de bancos escolares, pessoa de certo nível cultural, professor em colégio nordestino, encontrando-se comigo e procurando ser gentil, referir-se-ia aos meus escritos dessa época, não aos que eu agora reputava razoáveis, mas justamente aos outros, e até repetia a imagem, que lera em um dêles, há tantos anos e não esquecera: “panteras surpreendidas no salto pela inércia da pedra”. Ficou um pouco desconcertado vendo que eu a esquecera; isso vem provar apenas o que a prática confirma: nem sempre é o melhor o que resiste ao tempo.

Em janeiro de 1934, com as solenidades do costume, minha turma despedia-se da Escola Militar, com a “declaração de aspirantes”. Íamos começar a carreira. Esperava-nos a responsabilidade da vida prática, com a prestação de serviços. Fui destinado a um Regimento de Artilharia, em Itu, no interior paulista. As possibilidades, ali, de ler e principalmente de escrever, pareciam mínimas. Acontecia-me o que acontecia, normalmente, aos homens de letras, em nosso País, naquela época. Na província e no período da adolescência, dedicado ao estudo básico, aos cursos de humanidades então comuns, no Brasil, tinham oportunidade de ler, e tempo para isso. Era a fase das grandes leituras, de armazenamento de conhecimentos literários; fase dispersiva, porque de leitura sem método, sem escolha sistemática, ao sabor das circunstâncias e na medida da curiosidade e das

preferências deseducadas dos que não sabem distinguir os valores. Nessa fase, apareciam, também os pendores literários, e os adolescentes cometiam os seus pecados, geralmente pelo caminho obrigatório e muito batido e transitado da poesia. Uns poucos preferiam a eloquência verbal, treinando na oratória calorosa das reuniões das sociedades literárias colegiais. Outros inclinavam-se à prosa e enchiam revistas e jornais escolares com o seus ensaios. Era a norma repetida pelos costumes e pelas possibilidades.

Vinha, depois dessa aprendizagem de autodidatas, a vida prática, com as suas exigências terríveis, prementes, intransferíveis. Surgia a necessidade de exercer uma profissão e quase nenhuma permitia utilizar, quanto mais continuar ou ampliar, o cabedal adquirido nas leituras antigas. Aparecia o dever da subsistência; logo, o do sustento da família; em seguida, o de ascender, de progredir. Nessa mudança, às vezes radical, o patrimônio de conhecimentos armazenados na adolescência ia-se tornando velho e não era renovado. Mais do que isso: os pruridos literários da adolescência desapareciam. Na maioria das vezes, desapareciam naturalmente. Eram, como o sarampo, uma doença peculiar a determinada fase, inútil depois, e até perigosa. Podia ser desculpada, naquela fase; depois, não. Assim, o grosso dos candidatos desistia, sem nenhuma resistência. Nem se faziam escritores e nem mesmo continuavam a ler. A vida prática triturava os frágeis pendores que a adolescência alvoroçada parecera evidenciar. Mas havia sempre a minoria, que continuava, que insistia, às vezes por força de uma atividade mais ou menos afim com a das letras, o Direito, o jornalismo, o ensino; às vezes, mas em casos raros, porque se tratava de vocação autêntica, irreprimível.

Mas era a vida prática, agora, mesmo no caso das atividades afins, que reduzia o tempo destinado à leitura, quando não reduzia, também, as possibilidades do escritor em potencial. Assim, mesmo nos casos em que a vocação e as possibilidades eram concordantes, a cultura tinha condições limitadas de desenvolvimento e o patrimônio armazenado na adolescência era a fonte quase única para o exercício da atividade literária. Acontecia, então, que a literatura, entre nós, resultava do autoditadismo amadorista de uns poucos; fundava-se em patrimônio cultural precário, reduzido, pouco atualizado. Os escritores não

eram pessoas cultas; nem mesmo eram compelidos — até pela concorrência — a sê-lo. Liam muito pouco, depois de formados. Seus conhecimentos — até mesmo o da língua, ferramenta de trabalho — eram limitados, e não se renovavam. O meio letrado era constituído por figuras dotadas de dimensões culturais frágeis, no terreno específico como, principalmente, no terreno geral; o catedal científico delas era, praticamente, nulo. E tudo isso não refletia, naturalmente, deficiências pessoais, mas resultava de condições sociais históricas, derivava do nível cultural do País, das fracas exigências culturais da classe dominante, que monopolizava o aparelho de transmissão da cultura.

Numa sociedade assim, cultura aparecia como ornamento, prenda em indivíduos afortunados, que haviam tido o privilégio de adquiri-la e que a ostentavam como traço de classe. Não era estimada por si mesma, pelo que proporcionava ao portador, pelo que êste, usando-a, podia proporcionar à sociedade. Enquanto prenda, merecia louvores, distinguia as pessoas, dava-lhes como que um título. Quando utilizada, podia despertar desconfianças, era vista com suspeição, porque dela podia advir sempre perigo para a ordem estabelecida, para a estrutura dominante. Ninguém, aqui, vivia da cultura — e da literária é que escrevo. Ela acrescentava algo a quem tinha outros títulos, para a vida prática, mas não assegurava, sem aquêles, o mínimo de possibilidades ao portador, para manter-se, e muito menos, naturalmente, para enriquecer. Mesmo quando não especificadamente literária, a cultura conferia brilho mas não lucro ou simples remuneração: era o caso dos professôres de nível superior, por exemplo, cuja cátedra era atividade secundária, auxiliar. Mesmo os jornalistas, não viviam da profissão, via de regra — e, aqui, é claro que não me refiro a proprietários de jornais. Ela os honrava e lhes permitia complementar o orçamento, e nada mais. Além disso, as atividades culturais de natureza literária prestavam-se, normalmente, à ajuda, serviam como instrumento, degrau, apoio, bengala para andanças e lances maiores, mais sólidos, mais objetivos.

Serviam para conquistar nomeação para função pública; serviam para galgar postos políticos; serviam, também, para brilho social que podia levar, e às vêzes levava, ao casamento rico, que sempre era uma saída. Muito comerciante analfabeto ou fazendeiro bronco desejava, para genro, um bacharel desemba-

raçado, alguém que soubesse usar a cultura para preservar o patrimônio da família em que ingressava, e até para lhe conferir um certo brilho, o lustre que encobriria a rudeza, e a esconderia. Tudo isso, que era o quadro do tempo, a paisagem cultural do País — e que, aliás, estava começando a mudar, por pressão das exigências das relações capitalistas que se alastravam — tudo isso vem a propósito de que, iniciando carreira, e carreira em que existia certa tendência, por vezes acentuada, ao antiintelectualismo, eu estava, enquanto escritor, na encruzilhada: seria ou desistiria? Uma guarnição do interior como local de trabalho fazia pender a balança para a alternativa da desistência. Como encontrar, nessas condições, possibilidades para ler e, principalmente, para escrever? Desconhecido, como poderia vir alguém a lembrar-se de meu nome para qualquer atividade de natureza literária? Absorvido nos misteres da tropa, eu nem pensava nisso. Estava, aliás, aprendendo tudo aquilo que a vida ensina. E, como Górkí escreveu certa vez, é muito mais difícil aprender na vida do que nos livros.

Crítica Literária

HAVIA em São Paulo, por essa época, um dêsses admiradores de Camilo que, antigamente, era comum encontrar-se na província. Camilo fôra leitura obrigatória da geração anterior à minha, em que deixara a sua marca e gerara admirações profundas. Conheci-o nas edições de capa vermelha, com estante apropriada à coleção completa de suas obras, que a gente encontrava, naquele tempo, nas bibliotecas do interior. Lera, dêle, o principal. Os da geração anterior liam tudo. Seu romantismo descomedido, mesmo quando pastichou o naturalismo, me tornava difícil a leitura. Claro que, em alguns livros, ou nos outros, em alguns trechos, havia, nêle, muito que admirar. Não afinava eu, no entanto, com o seu esquema superado de fidalgos decadentes que se afundavam ou se salvavam pelo casamento, depois de peripécias em que a carpintaria romântica fazia proezas. Mes-

mo o *Amor de Perdição*, sua obra mais lida, me deixara frio. Mas admirava, nêle, o desembaraço da frase, a amplitude da prosa, larga, movimentada, colorida. E admirava, também, o romance de sua vida, o melhor de seus romances, o sentido trágico de sua existência; era terrível conhecer e acompanhar aquela sombria paixão por Ana Plácido, e a cegueira final e a marcha para o suicídio. Foi isso que me levou a escrever pequeno ensaio que a *Revista da Escola Militar* publicou. Luís Correia de Melo, que trabalhava na redação do *Correio Paulistano* e era entusiasta de Camilo, leu o ensaio e não sei por que portas e travessas soube de minha presença em Itu. Para lá me escreveu. Encontramos, depois em São Paulo, onde eu ia com freqüência. Pela sua mão amiga, comecei a escrever no *Correio Paulistano*.

Meu primeiro artigo apareceu em 19 de setembro de 1934 — há trinta e cinco anos, precisamente. Da publicação do primeiro conto, em *O Cruzeiro*, em 28 de dezembro de 1929, à do artigo no *Correio Paulistano*, havia corrido algum tempo: cinco anos. Isso mostra quão acidental fôra aquela prematura estréia. O artigo inicial, intitulado “Infância-Escola”, referia-se ao tom amargo das reminiscências escolares, em memórias como na ficção, entre nós, mostrando como o ensino deixava marcas profundas de revolta no espírito das crianças e dos adolescentes, representando irremissível condenação. O artigo tem exageros, o assunto só me era conhecido visto de um lado, o dos memorialistas e ficcionistas, mas estava bem lançado e aceitável. No segundo, publicado no dia seguinte, eu apreciava a *História da Humanidade*, de H. Van Loon, escritor holandês de origem, popularizado nos Estados Unidos e agora começando a ser traduzido e editado no Brasil. O livro fôra premiado com a medalha John Newberry, concedida à “mais valiosa contribuição em literatura americana para crianças”. Era melhor, nos limites de sua vulgarização, e embora fôsse destinado a crianças, do que os compêndios vulgares, utilizados por e para adultos. Em 21 de setembro, apareceu o terceiro artigo: “David Copperfield”. Refletia não apenas a funda impressão que me deixara, na adolescência, a leitura do romance em que Dickens mais vivamente situou o problema da infância desvalida, mas a impressão recente da leitura dos *Études Anglaises*, de André Maurois, autor da moda, então já bastante lido no Brasil, livro em que um dos capítulos era dedicado a Dickens. O artigo, com a nota de sinceridade das reminiscências de leitura, tem interêsse.

Já no dia seguinte, 22 de setembro, aparecia, ligeiramente retocado, o artigo "A ciência e a arte", antes publicado na *Revista da Escola Militar*; o fato de reeditá-lo, com um certo intervalo, mostra que o reputava em condições de aparecer e ser lido pelo grande público. Em 23, aparecia um artigo em que, sob o título "Edgar Wallace", eu procurava interpretar as razões da voga do romance policial na Inglaterra, como, de resto, nos países de grande desenvolvimento capitalista. Em 24, o artigo "Júlio Verne" estudava a relação entre o romance geográfico e científico, em que fôra mestre o autor francês, e o desenvolvimento do capitalismo na fase industrial. Em 30 de setembro, seis dias depois do artigo anterior, último de uma série diária, escrevi sobre Blasco Ibañez. Daí por diante, com dois ou três artigos por semana, conquistei um lugar de colaborador permanente do jornal. Sob essa forma, escrevi no *Correio Paulistano* até outubro de 1936. Nesse período, colaborei na *Revista da Escola Militar*, por solicitação de seus novos diretores, em dezembro de 1934, e em *O Cruzeiro* que, em 8 de agosto de 1936, publicou meu velho conto "Reminiscências de um encarcerado". Toda essa atividade, parece supérfluo informar, era gratuita.

O *Correio Paulistano* já não era, depois da derrota da revolução dita Constitucionalista, de 1932, o jornal que fôra antes da Revolução de 1930, quando órgão oficial do Partido Republicano Paulista. Perdera sua fisionomia de órgão do governo, dizendo amém a todas as decisões do executivo estadual. Após período de circulação suspensa, conseguira reorganizar-se. Com a derrocada dos constitucionalistas, São Paulo mantivera a unidade política das cúpulas, rompida, pouco depois, quando Vargas, fazendo de Armando de Sales Oliveira interventor no Estado, estimulava este a tornar-se líder de novo partido, o Partido Constitucionalista, a que o velho PRP, reorganizado, se oporia. O *Correio Paulistano* passou, assim, a órgão de oposição, o que melhorou muito sua influência entre os leitores, mas piorou sua posição econômica e financeira, que seria sempre difícil, daí por diante. Das lutas de facções, que ameaçaram dividir o próprio PRP, resultou cair o *Correio Paulistano* sob o domínio do grupo comandado por Sílvio de Campos, que tratou de organizar nele uma direção eficiente. As figuras principais dessa direção eram José Carlos Pereira de Sousa, baiano, advogado em São Paulo, e Antônio Hermann Dias Meneses, jornalista

e depois radialista, aquêlê diretor e êste superintendente. Foi dêles que partiu, em outubro de 1936, o convite para que me encarregasse do rodapé de crítica literária do jornal.

Iniciei essa nova fase, em 11 de outubro, com um estudo sôbre as *Confissões*, de J.J. Rousseau, de que aparecera edição em nossa língua, lançada por emprêsa nova, que se especializaria em textos clássicos, a Atena. Êsse estudo, do ponto de vista da obra de Rousseau, pouco representa. Para quem estava iniciando uma atividade como a de crítico literário de um grande jornal, representa alguma coisa, pois, nesse primeiro momento, nesse momento inaugural, sem preocupação de firmar doutrina, mas a propósito do êrro que situa os enciclopedistas, os pensadores, os Rousseau, como causadores da Revolução Francesa, o crítico se definia assim:

“O aparecimento de uma nova classe, as sucessivas transformações da sociedade medieval, o advento de novos meios de produção, conduzem os acontecimentos dos fins do século e fazem-nos apenas coroamento de uma evolução econômica profunda e segura que independeu, naturalmente, das obras filosóficas do tempo e, pelo contrário, influiu para que essas obras surgissem. Assim, o que parece causa não é mais do que consequência e, para a marcha das coisas, tem mais influência o advento da máquina a vapor de James Watt do que o aparecimento de tôdas as obras filosóficas que antecederam os tumultos dos Estados Gerais e levaram à queda da realeza em França. Isso para exemplificar com o nome de um homem que, modificando, com uma invenção, o processo de transporte e de fabricação dos artigos, introduzindo novos meios no industrialismo nascente, revolucionaria e economia de sua época e, com isso, todos os padrões morais, sociais ou religiosos, que vivem e se modificam em função da economia”.

Dentro de seu esquematismo e do tom peremptório que tende às simplificações, embora, era segura manifestação de rumos, para quem se iniciava, aos vinte e cinco anos, na fase tormentosa da ascensão fascista que, no Brasil, tanto influiria para

as violências de classe que, desencadeadas desde 1935, culminariam com a implantação do Estado Nôvo, nos fins de 1937.

A crítica literária, no Brasil, acompanhando o modelo francês da segunda metade do século XIX, apresentava a forma do rodapé semanal. A adoção fôra tão caprichada que José Veríssimo, fundador dêsse gênero, entre nós, publicava os seus rodapés às segundas-feiras — naquele tempo os jornais circulavam também nesse dia — como Sainte-Beuve que, depois, deu a volumes em que reuniu os seus rodapés o nome daquele dia. Gênero de maturidade, de coroamento, no processo de desenvolvimento de uma literatura, a crítica, no Brasil, era recente e não havia ainda definido os seus métodos nem os seus propósitos. Hoje, quando a forma de crítica em rodapé desapareceu, quando a nossa literatura tem já características definidas — é literatura e é brasileira — a crítica mudou totalmente, passando a ser exercida, de forma sistemática, nas Universidades, pelas cadeiras próprias ou afins das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ou dos Institutos de Letras, ou nas revistas especializadas, adotando métodos diversos, que lhe permitem aparecer como ramo autônomo, de características e de finalidades próprias. Não era assim naquele tempo. Acompanhando o modelo francês, e com a defasagem costumeira — naquela época, essa defasagem podia, em cultura, ser estimada entre vinte e cinqüenta anos — nossos primeiros críticos formaram-se na imprensa, na posição de pessoas mais experimentadas, mais conhecedoras, de gôsto mais apurado, que escreviam comentários sôbre os livros recém-aparecidos. Faziam dessa atividade uma espécie de tribunal, com juiz singular, de sentenças inapeláveis. O juiz fornecia os julgamentos, e êles eram acatados, formalmente, porque se tratava de sentença oriunda de pessoa de mais experiência e de mais apurado gôsto. Êsses juízos de valor funcionavam como conselhos de leitura. Os livros eram analisados pelo critério comparativo, servindo escritores mais antigos ou desaparecidos ou estrangeiros como padrões de referência.

Como é natural, êsse tipo de crítica era superficial e inconseqüente. Tivemos, no Brasil, a sorte, servida por mera coincidência, de pertencer a José Veríssimo, nos primeiros tempos em que o gênero começou a ser praticado, a função judicativa de aconselhamento. E é uma pena, realmente, convém repetir, que os seus rodapés, depois selecionados e reunidos em volumes,

não chegassem ao leitor atual, a que seriam muito úteis, ou mesmo aos estudiosos das Faculdades de Filosofia, a que poderiam servir muito. Havia, em José Veríssimo, tudo aquilo que se poderia exigir de um crítico, no modelo da época, na conformidade com as características e as possibilidades daquela fase do nosso desenvolvimento literário. Vistas, agora, na perspectiva do tempo, tais qualidades, assim reunidas numa só pessoa, chegam a surpreender. E particularmente pela pressão que a vida literária exercia efetivamente sobre a tarefa do crítico: num meio literário pequeno, numéricamente reduzido, de gente que se conhecia, a condição humana tornava pessoal tudo o que se fazia e, assim, colocava sempre o crítico sob o risco da desafeição daquele mal aquinhoado nos julgamentos.

A superioridade de José Veríssimo — espantosa, consideradas as condições do tempo e do meio — provinha da associação, em sua tarefa, do conhecimento (isto é, da experiência), do gosto (isto é, da escala de valores), e da honestidade (isto é, da isenção). Sem conhecer e sem, portanto, obedecer a qualquer método crítico, mas dotado das referidas qualidades e de segura intuição da natureza do fenômeno literário, José Veríssimo exerceu grande e salutar influência em nossas letras. Seus juízos de valor foram confirmados pelo tempo, e isso avulta de importância desde que consideremos as circunstâncias e a ausência de métodos nêles, ou melhor, na crítica. Alguns desses juízos são modelares, nada há que reparar ou acrescentar nêles. Veríssimo deve ter provocado ressentimentos, além daqueles que chegaram ao nosso conhecimento. Que tenha resistido, num meio provinciano como o das letras brasileiras em seu tempo, à pressão de simpatias e antipatias, de laços pessoais e de contingências materiais, provoca sempre admiração.

Ao tempo de José Veríssimo e depois desse tempo, outros exerceram a mesma tarefa, claro que sem a superioridade e a justeza do ensaísta paraense. Sílvio Romero não fez crítica sistemática e seus juízos de valor constituem a parte mais fraca da obra que empreendeu, de sentido mais histórico. Araripe Júnior ficou muito distante de Veríssimo; sua sensibilidade, seu gosto e mesmo seu conhecimento de literatura estiveram muito abaixo dos de Veríssimo. Medeiros e Albuquerque mal arranhou essa atividade e sem qualquer brilho. João Ribeiro não fez crítica sistemática, nem pretendeu isso, embora exarasse juízos de valor, quase sempre exatos, e o quase, aí, vai por conta de sua bene-

volência. Nestor Vítor, tido como crítico do simbolismo, fica ainda abaixo do nível de Araripe Júnior. Ronald de Carvalho deixou, no gênero, pouca coisa que se aproveite. E chegamos, finalmente, sem ter muito que mencionar ou esquecer, ao tempo em que me iniciei na crítica. Nesse tempo, Alceu Amoroso Lima, sempre como Tristão de Ataíde, havia perdido um pouco de seu prestígio pela militância religiosa que exercia e que influía em seus juízos. E Agripino Grieco, que continuava a colaborar na imprensa, passava por uma fase de fastio, só interrompida, de quando em quando, pelo calor de uma polêmica ou pelo espetáculo de uma página calcada na mordacidade antiga.

O ambiente político, por outro lado, contribuía para dificultar o exercício da crítica. O policialismo, que culminaria sob o Estado Nôvo, colocava em risco juízos discrepantes das normas vigentes, que obedeciam ao direitismo mais descomedido. As posições haviam se radicalizado muito. Essa radicalização influía até em espíritos da altura de um Alceu Amoroso Lima, como nos que tinham idéias por êle combatidas. Tasso da Silveira começava a fazer crítica literária em *A Ofensiva*, jornal dos integralistas, e isso dá idéia do teor de radicalização que atingia o campo da literatura. A maior parte dos escritores pertencia à esquerda ou era simpática aos princípios defendidos pela esquerda mas, em 1934, quando comecei a escrever em jornal, e profundamente desde 1936, quando comecei a fazer crítica literária, não havia condições, de forma absoluta, para a exteriorização de tais princípios ou daquilo que com êles afinasse. Eu, inocentemente, prosseguia, como se nada estivesse acontecendo, sem levar muito em consideração tais condições, expondo-me sem necessidade, pela total alienação em que estava envolvido.

No meu segundo rodapé, em 16 de outubro de 1936, analisei dois livros de contos, o de Telmo Vergara, *Cadeiras na Calçada*, que vinha de ser premiado em concurso instituído pela Editôra José Olímpio, e o de Xavier Marques, *Terras Mortas*. Mas já no terceiro, do dia seguinte, abordava outros dois livros, em que o problema político tinha implicações. Um dêles, o de Vivaldo Coaracy, *Zacarias*. O conhecido cronista, já naquele tempo muito apreciado, criara um tipo, o que dá nome ao livro, para representar personagem muito comum entre nós, que sôbre todos os problemas dá palpite e se presume conhecedor de tôdas as soluções. O tipo, no livro, servia para que Coaracy exterior-

rizasse sua crítica à situação brasileira. Não gostei da crítica e não gostei do livro. A parte do rodapé que lhe era dedicada, assim, tinha sentido negativo. Não era o que acontecia com a parte, muito mais extensa, em que analisei o romance de Graciliano Ramos, *Angústia*. Antes de mais nada, é interessante explicar que, até àquele momento, isto é, quando recebi o romance, o nome do autor me era inteiramente estranho. Vivendo em pequena cidade do interior, e com tempo reduzido para ler, não acompanhava o movimento editorial nem estava a par do que se passava nos meios literários. Ignorava, inclusive, o que acontecera com o romancista alagoano: sua prisão e as circunstâncias em que ocorrera. Não conhecia o seu livro de estréia, *Caetés*; não lera *São Bernardo*. Graciliano Ramos, para mim, era ilustre desconhecido. Ia analisar o seu livro com inteira isenção sem nenhuma restrição literária ou política. Isso importava em mérito para mim? Nada disso. Significava que estava inteiramente distante da realidade do País. Distante também do que se passava nos meios literários. Sem condições, portanto, para exercer a crítica.

Como me saí da tarefa de analisar um romance difícil e denso, livro importante em nossa história literária, profundo, sério? Comecei por mencionar, em falso, evidentemente, que “esquisita associação de imagens”, lendo *Angústia*, me trouxera à lembrança o romance de Blasco Ibañez *La Horda*, “em que o pintor da horta valenciana estuda as misérias dos bairros suburbanos de Madri”, em que o personagem central, Maltrana, era um ser “roído pelas misérias e pelas torpezas da vida, dobrado pelas resistências ásperas e cruéis, amolecido pela dor que o consumia, uma existência inteira em servir aos que, favorecidos da sorte, possuíam os dons maravilhosos do conforto material e das posições de evidência”. As duas figuras, Maltrana e Luís Silva, eram tristes, “sentindo mais fundo a miséria que os domina e a desolação que os acabrunha”. Mencionava, em seguida, a atmosfera do romance de Graciliano Ramos, “plúmbea e pesada”: “Nem um raio de sol atravessa a sombra densa dêsse drama, que se desenvolve, desde a fazenda morta e incipiente, até à cidade vazia e triste. Tudo é dor, dor horrível, que se transmuda em obsessão e sofrimento louco, mania aniquiladora que pode levar ao crime e ao suicídio”.

E o romance, a trama? Dêle, eu escrevia isto: “Livro difícil de escrever, êsse, e difícil de se ler. Composição com altos

e baixos, maravilhosa nas recordações da vida da fazenda, cheia de detalhes exatos e pitorescos, confusa na sucessão dos acontecimentos, confusa como o cérebro conturbado do herói, em que as sombras dos mortos se misturam com as dos vivos, aquelas, quiçá, mais reais e mais vivas para êle, estas que o atormentam, o atraioam e o perseguem. Livro sem paisagem, adstrito a um quintal solitário onde uma rêde balança, ao nome de uma rua, a um ou outro detalhe sem importância, livro todo passado no espírito dum maníaco, de cujas murmurações percebemos a sua história, desde a desalentada infância até à maturidade amarga e medíocre, arrastada e sem descanso, sem pausa e sem côr, vida que escorria como água, sem fazer ruído quase, num marulho baixinho e triste". No fim, o julgamento do autor: "... escritor que atingiu a maturidade do seu talento, ao pleno domínio das suas fôrças e que sabe discipliná-las e conduzi-las para a feitura de obras acabadas". Do livro, em si: "Em poucas obras, de autores de tôdas as línguas, senti impressões assim tão funda e tão poderosa de desolação enorme e de dor sem remédio".

É evidente que, naquela leitura, não compreendi o romance de Graciliano. As impressões do crítico, exatas quanto ao sentimento de angústia que o romance transmite, e nisso está o segredo de sua fôrça, a prova de seu triunfo como realização, permaneceu à superfície, mal afloram as razões profundas. Recordo-me, e posso hoje confessar que senti a grandeza do romance, tive a intuição de sua importância, mas não soube compreender a sua significação, nem acompanhar o seu desenvolvimento, aquêle aumento de tensão que antecede o crime e que, no romance, é magistralmente conduzido por Graciliano, como não soube entender o condicionamento social, porque, no fim de contas, aquela era a angústia existencial provinciana do pequeno burguês decadente, que vai sendo triturado pela vida e que, em seu desespero, supõe que tipos como Julião Tavares é que lhe trazem a desgraça, que provém de causas muito mais complexas e profundas. Nota-se, na análise que fiz do romance, a perplexidade do crítico, que pressente estar diante de algo significativo, a que deve homenagear, portanto, mas que não pode divisar com exatidão, e a que teme referir-se pela obrigação de explicar a referência. Felizmente, salvo o desacerto da comparação inicial — é que eu estimava, realmente, *La Horda* — não há, nessa crítica, êrro comprometedor, julgamento falho. Há,

isto sim, superficialidade de análise. Era a minha impreparação para o mister que ficava evidente. Mas isso eu, então, não estava em condições de compreender.

EXPANSÃO EDITORIAL

Pouco depois de terminada a revolução paulista de 1932, um empregado da Livraria Garraux, estimado pelos que a freqüentavam, conseguiu levantar a quantia necessária e comprou o acervo da biblioteca deixada por Alfredo Pujol, estabelecendo-se por conta própria e, em seguida, mudando-se para o Rio de Janeiro e ali organizando uma editôra que seria, para o pós-modernismo, o que a casa Garnier fôra para o Romantismo, no Brasil. O rapaz de Batatais era José Olímpio Pereira Filho. A editôra tomou o seu nome. José Olímpio, audacioso, sagaz, inteligente, compreendeu que estava começando a existir, no Brasil, já em proporções razoáveis, o mercado do livro, isto é, que o livro, além de sua função didática, começava a existir como mercadoria e sua existência, assim, apresentava, agora, duplo aspecto: o cultural e o mercantil. Isso derivava, sem dúvida alguma, do grau de desenvolvimento das relações capitalistas aqui. Antigo empregado de livraria — num tempo em que os empregados de livraria conheciam livros — acompanhando o crescimento do público, isto é, do número de consumidores dessa mercadoria nova e especial que é o livro, sentiu que era o momento de lançar-se numa área que estava praticamente vazia, à espera dos que a quisessem explorar.

Monteiro Lobato, como é sabido, tentara ocupar essa área, mas nas condições que ela apresentava três lustros antes, muito menos favoráveis, portanto. Antes do aparecimento da empresa gráfica organizada por Lobato, e que antecedeu o Modernismo e coexistiu com êle, os escritores brasileiros deparavam dificuldades quase insuperáveis para pôr em livro suas criações. Eram poucas e rudimentares — transitórias, também — as editôras, aqui; as oficinas gráficas, mal aparelhadas, faziam livros, sob encomenda, com orçamentos altos, mas não se encarregavam de sua comercialização. Os escritores mais afortunados encontravam solução na procura dos editôres portugueses e alguns, mesmo ainda na fase do Romantismo, faziam imprimir na Eu-

ropa os seus livros, como Gonçalves Dias. Isso continuou por largo tempo, chegando, aqui, à terceira década do século: Afonso de E. Taunay fêz imprimir seus primeiros livros em Tours, na França. Coelho Neto teve grande parte de sua obra lançada em Portugal. A atividade editorial lusa fundava-se no consumo pelo mercado brasileiro, embora a classe culta consumisse também o livro francês. Lima Barreto só conseguiu editor em Portugal para o *Isaiás Caminha*, e sem ganhar um tostão.

Monteiro Lobato teve fase inicial muito feliz, quando o grosso do movimento de sua empresa era constituído pelos seus próprios livros. Lobato tinha público, desde o aparecimento dos *Urupês*, um dos grandes sucessos editoriais da época. À base desse início feliz, decidiu aumentar a empresa. Como a atividade editorial, nela, compreendia a produção gráfica, partindo do trabalho da oficina impressora, a ampliação assentava no aparelhamento, na renovação, no aumento dessa oficina impressora. Lobato encomendou máquinas nos Estados Unidos; quando chegaram, surgiu uma crise de crédito, na praça, e sua empresa não teve condições para manter-se. É sabido que ela passou às mãos de Octales Marcondes Ferreira e constituiu a Companhia Editora Nacional, que se tornaria, praticamente, monopolizadora do livro didático no Brasil, nisso assentando o seu extraordinário crescimento.

José Olímpio partiu, sob novas condições, de novas bases, montando estrutura editorial diferente. No plano material, a diferença de estrutura consistia na separação entre as duas fases: a gráfica e a editorial, a produção e a comercialização. Sua empresa, numa fase em que a divisão do trabalho, entre nós, impunha tal medida não compreendia a produção, a impressão. Isso lhe permitia concentrar o investimento na tarefa específica de editar, que estava madura, aqui. A impressão, livro a livro, era contratada com as oficinas gráficas existentes e entrava no cálculo do preço de produção, que condicionaria o preço de venda. Por sinal, estando a separação entre produção e comercialização determinada pela pressão natural da divisão do trabalho, das ruínas da empresa mista de Monteiro Lobato sobraria, também, o impressor mais capaz da época, Nelson Palma Travassos. A Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, desenvolvida sob sua direção, resultara, coincidentemente, de outro desastre empresarial, agora na área da produção gráfica apenas. Dentro em pouco, essa empresa, aprimorando a impressão de

livros, tornar-se-ia a fornecedora das empresas editoras que começaram a surgir, inclusive e principalmente a Editora Nacional e a José Olímpio, cada uma com as suas características, tudo de acordo com o desenvolvimento do mercado brasileiro do livro.

Marcando o início dos trabalhos de sua editora na obediência às condições estabelecidas pela realidade, José Olímpio se caracterizaria, ainda, pela acuidade com que acompanhava os acontecimentos, sentindo os seus reflexos na atividade a que se dedicava. Um dos seus rasgos de lucidez e de audácia, ao mesmo tempo, foi o de compreender que o romance pós-modernista tinha público e que esse público poderia crescer. Esse aspecto da atividade da editora José Olímpio será estudado, nestas memórias, pouco adiante. O que importa lembrar agora é outro aspecto: José Olímpio tornar-se-ia o editor do integralismo. Percebendo que essa corrente política crescia, bafejada por ventos favoráveis, José Olímpio armou suas velas para colhêr esses ventos e tornar-se o divulgador das pregações integralistas. Mantinha, para isso, coleção especial. É interessante que os livros dessa coleção tenham desaparecido, sem deixar sinais: não os vejo, hoje, nem mesmo nos *sebos*, que frequento com assiduidade.

A minha seção de crítica literária não completara ainda um mês quando, em 1º de novembro, analisei o livro de Jaime R. Pereira, *Democracia Integralista*, lançado por José Olímpio, na coleção a que me referi. Eu teria, pois, de exteriorizar meus pontos de vista em relação ao integralismo e a seu chefe, Plínio Salgado, que assinava o laudatório prefácio ao livro em aprêço. É importante recordar, que o esforço dos integralistas para conquistar adeptos nos meios militares vinha sendo coroado de sucesso. A adesão ao integralismo, nesses meios, era protegida, estimulada, vista com benevolência sempre e quando menos. Na maioria dos casos, com aprêço, como mérito a mais, garantia de fidelidade ao regime. A corrida para o integralismo nesses meios, correspondia um pouco a honestos propósitos patrióticos e nacionalistas de alguns e a irrefreável carreirismo de muitos, sempre atentos para verificar o sentido em que sopram os ventos, a fim de se lançarem, furiosamente, nesse sentido, como crentes apaixonados, na verdade inteiramente desinteressados e jejunos da teoria que aparentam aplaudir, aceitar e obedecer. Sendo eu militar, em princípio de carreira, a posição que escolhesse, face ao integralismo, ficaria marcada e anotada e condicionaria meu futuro. Devo confessar que tudo isso estava distante de minhas

cogitações: não sendo comunista — como eram acimados os que não rezavam pela cartilha dos integralistas — eu não tinha pelo integralismo nenhuma simpatia, e isso ancorava no fato de que a teoria que diziam defender era um repositório de vulgaridades, de lugares comuns, de pobreza política transparente. O que eu não compreendia, na minha honesta ingenuidade, é que isso tudo era o menos importante. Hitler, na sua vulgaríssima bíblia, então multiplicada aos milhões — é preciso não esquecer que estávamos em fins de 1936 e Hitler chegara ao poder mais de três anos antes — não alinhava idéias lúcidas, nem lógicas, nem importantes, mas frases bombásticas e trivialidades ameaçadoras. O que êle escrevera, entretanto, não era o essencial; o essencial estava em saber a quem o nazismo servia. Aqui, o essencial estava em verificar a quem, do mesmo modo, o integralismo servia. E, quanto a isso, eu estava inteiramente desatento, inocente. Pretendia julgar o fenômeno pelos documentos. Um livro era documento. Ia julgá-lo com isenção, esquecido de que, assim, estava julgando uma política e, conseqüentemente, assumindo uma posição política, uma responsabilidade política.

Eu começava, então, por afirmar que a crítica das obras políticas era inteiramente diversa da crítica das obras literárias, mais difícil e mais ingrata; esclarecia, em seguida, para dissipar dúvidas, que isso não significava haver separação entre literatura e política: “Realmente, admitir o isolamento da literatura, manifestação do pensamento humano, dos choques e tendências em que se debatem os povos do nosso tempo, é êrro de compreensão inadmissível em quem estude o desenvolvimento das sociedades”. Entrava, depois, no geral, mencionando que o movimento integralista nascera há pouco e era diverso dos movimentos semelhantes que, em alguns países europeus, haviam chegado ao poder; o nazismo entre êles, que já se tornara muito nacional e pouco socialista, surgira de condições peculiares à Alemanha; entre essas condições, estava o descontentamento, mas o descontentamento mostrava, apenas, a superfície das coisas; no fundo, estava a situação econômica da Alemanha, “a pressão que o ressurgimento da indústria pesada exerceria sôbre as limitações que lhe impunha a social-democracia”. No Brasil, a causa superficial era, também, o descontentamento, para a irrupção do integralismo, mas descontentamento que encobria razões profundas mas inteiramente diferentes: “no fundo, um desequilíbrio econômico que vem de trás, agravado pela crise de 1929, re-

fletido em convulsões político-militares”. Em consequência disso e do descontentamento, o integralismo passaria a abrigar os desiludidos da liberal-democracia, os temerosos das investidas comunistas.

E passava logo a segurar o touro pelas guampas: Plínio Salgado prefaciara o livro, era o chefe do integralismo; isso tornava importante examinar suas colocações e suas definições. O prefaciador — escrevia eu — possuía cultura puramente literária, de características de “absoluto desvalor no campo dos conhecimentos econômicos e sociais”. Esses conhecimentos — supunha eu — eram indispensáveis, para quem pretendesse exercer a liderança. Era outro êrro de interpretação, de minha parte. Dêsse êro partia para a condenação: “Desconhecendo todos os aspectos da economia e das finanças, ignorando a marcha do processo social, carecendo de vistas para a apreciação do desenvolvimento histórico, o Sr. Plínio Salgado não poderia condicionar a arregimentação de seus adeptos a uma ideologia nítida. Dêsse modo, o movimento integralista caiu no vácuo e vai se limitando a uma eloqüência fácil e inconseqüente e a um cerimonial copiado e forçado. Ao invés de ser o grande teórico da sua doutrina, o Sr. Plínio Salgado passou a ser, apenas, uma vítima a mais do messianismo político”. Cometera eu, com tal condenação, a heresia de negar valor ao movimento que, no Brasil, pretendia salvar-nos da “hidra vermelha”, à doutrina que nos manteria na área da “civilização cristã e ocidental”.

Passava, em seguida, à análise do livro que, para mim, desde logo — escrevia — “não foge a essa ideologia confusa, a êsse inócuo verbalismo, ao cipoal de argumentos vagos em que se debatem os integralistas”. A vacuidade verbal e a inconseqüência conceitual eram comprovadas com transcrições do livro que, a certa altura, afirmava: “Será ainda o integralismo a única força capaz de permitir a harmonização dos contrários, respeitando as justas aspirações do indivíduo e reconhecendo as razoáveis imposições da sociedade”. Quais são as “razoáveis imposições da sociedade”, até que ponto iriam “as justas aspirações do indivíduo”, como se faria “a harmonização dos contrários”? — indagava eu. Continuava a transcrever trechos do livro, em que o autor se referia à “tortura de um povo endividado e escravizado aos agiotes internacionais”, aos “nossos lavradores, cujas terras foram tomadas por estrangeiros gananciosos”; à “angústia dos operários, cujas fábricas se fecharam”; à “onda de

sangue do comunismo russo a retalhar as nossas propriedades e a conspirar os nossos lares". Minha condenação era, pois, peremptória: "Coisas vazias, em suma, ou truísmos, como o de afirmar que sem os bons sentimentos o homem se perverte e se amesquinha". Continuava assim a sentença condenatória: "O autor, como os seus pares, ataca constantemente a burguesia internacional, o capitalismo, etc., mas não nos diz até que ponto chegam essas limitações. Chama o comunismo de 'forma larvada do capitalismo internacional', definição que me parece exagerada, dado que o Sr. Pereira junta aí os dois pólos opostos". Mostrava como o programa mencionado no livro era contraditório, pois dêle constavam tanto a "defesa da família" e dos "sagrados direitos do povo" como "a limitação dos interesses capitalistas", tanto a "proteção à propriedade" como "a socialização e nacionalização das grandes empresas de serviços públicos", para culminar com desejos, como o da "supressão da luta de classes", o "fim das oligarquias e supremacias", "tornando o Brasil o País dos nossos sonhos, como uma potência respeitada pelas maiores potências, grande, próspera, rica e feliz". Minha conclusão, em consequência, era a seguinte: "Que se perdoe a abundância das citações. Não gosto de me apoiar em opiniões alheias, em alheios cabides. Prefiro eu mesmo escrever as minhas crônicas. Mas, no caso presente, era necessário e imprescindível. Quem falou contra o Sr. Jaime Pereira foi o próprio Sr. Jaime Pereira. Eu, bem ou mal, alinhabei as citações. Teria desempenhado, neste caso, o papel daquela agulha, do apólogo de Machado de Assis, na sua desalentada conclusão? Quem ler, dirá".

Dois meses depois, justamente em 31 de dezembro de 1936, teria eu, por dever de ofício, de enfrentar, novamente, o integralismo, na pessoa de seu chefe, Plínio Salgado. José Olímpio acabava de reeditar *O Esperado* e, como o autor mudara muito, desde a primeira edição dêsse romance, e o Brasil também — o "esperado" era Luís Carlos Prestes — sentiu-se obrigado, à luz de suas novas posições, a explicar o que escrevera. Dificilmente, como se sabe, a releitura da maturidade repete as delícias da leitura da adolescência: o encanto fácil das fracas exigências dos iniciantes não encontra correspondência no gosto mais apurado e na sensibilidade mais educada dos que viveram mais e leram mais. Não é surpreendente isso; decorre da própria natureza das coisas; o mesmo livro, pois, aparece de maneira di-

versa, ao mesmo leitor, na adolescência e na maturidade. Não era êsse bem o caso, com o romance de Plínio Salgado, para mim. É que, na realidade, não haviam decorrido muitos anos entre a edição inicial e essa reedição, nem sequer um decênio. Mas, como ocorre em alguns casos, êsses anos correspondiam a mudanças tais, no Brasil, que pareciam decênios. É que, como o espaço, o tempo parece às vêzes dotado de dimensões não lineares, não euclidianas: o mesmo período cronológico — um mês, um ano, um decênio, um século — “dura” mais ou “dura” menos, conforme contenha mais ou contenha menos alterações.

Ora, entre o momento da edição de *O Esperado* e o momento de sua reedição muita coisa havia mudado no Brasil. E muito havia mudado o “esperado” Luís Carlos Prestes, em sua existência real: deixara de ser o Cavaleiro da Esperança, em que a pequena burguesia brasileira tanto confiara, bandeara-se para o comunismo, passara uma temporada na União Soviética, voltara para encabeçar um movimento político e uma rebelião armada, cuja derrota o levava à condenação, sentença que estava cumprindo. E muito havia mudado o autor que, de participante do Modernismo — hoje esquecida essa fase, até pelos próprios modernistas — e de jornalista militante no órgão do partido situacionista, passara a preceptor de adolescente rico, viajando ao exterior, e voltando para arvorar-se em chefe das hostes integralistas, que se propunham salvar o Brasil da influência das “doutrinas exóticas”, das “ideologias alienígenas”, hostes bafejadas pela proteção das classes dominantes e pela simpatia concreta e influência de forças externas em ascensão naquela fase. Daí a necessidade das explicações, a título de prefácio, em livro já conhecido.

Minha análise começava por constatar, no romance, “certos defeitos”, “falta de unidade no estilo”, “várias descaídas”, o que não invalidava o talento “de quem soube escrever estas páginas, ricas de colorido e de vida, plenas de agitação, tumultuosas dos mais desencontrados desejos, cheias de desnorteadoras encruzilhadas, apreensivas e desconexas muita vez, mas guardando, no ritmo altíssimo em que foram compostas, os lineamentos de uma obra que honra o seu autor e lhe marca definitivamente o nome”. De passagem, uma observação: é incompreensível que os pretensos inovadores, que buscam, agora, realçar as obras de Oswald de Andrade, supostamente injustiçadas, não atentem para as de Plínio Salgado, nos domínios da

ficção. *O Estrangeiro*, *O Esperado*, *O Cavaleiro de Itararé*, refletindo muito do Brasil da época em que foram escritas, têm tanto mérito literário quanto as de Oswald de Andrade. Voltamos à minha crítica, porém. É interessante transcrever este trecho: “Dessa agitação tumultuária, iniciada em *O Estrangeiro*, o autor poderia ter saído comunista ou fascista. Nota-se, aqui e ali, sinais do que êle é hoje, motivos semelhantes aos de seus discursos de propaganda, e só a existência, no livro, de um inglês áspero, que impõe soluções e concessões ruinosas e humilhantes, e o descalabro moral do meio político narrado, indicam, seguramente, claramente, nitidamente, a descrença absoluta e inamovível nos processos e nas fórmulas políticas da democracia. Mas, por outro lado, a pintura da miséria, o forcejamento para nos fazer acreditar que ela é profunda e dolorosa, a queda moral das filhas dos que empobrecem, dá-nos indicação segura do revoltado social”.

Havia restrições a mencionar: “Há, evidentemente, coisas falsíssimas, em todo o livro, coisas feitas para o efeito, coisas que caberiam naqueles romances cujos defeitos, cuja inatualidade o sr. Plínio Salgado comenta. Há trechos de um romantismo desconcertante, ao lado de outros chocantes de realidade. A própria maneira de escrever, vertiginosa e moderna, cheia de períodos curtos que se sucedem, períodos de poucas palavras, frases incisivas e breves, se entrecorta de trechos antigos, onde as imagens balouçam, velhas e gastas. Essas imagens chocam-se com as palavras, vêm adiante das palavras, sentem-se mal, enquadradas como são nos limites diferentes de uma fraseologia nova. São imagens acostumadas aos longos períodos, às palavras que se sucedem sem termo. Mal cabem nessa técnica breve e rápida. Como que transbordam dos vocábulos, sentem-se mal dentro deles. Falta, pois, ao estilo a unidade perfeita e, nesse ponto, seria fácil notar uma transição de três anos, embora essa transição se encontre em pleno movimento da arte moderna”.

Repetia o que já mencionara, no campo das contradições que o romance encerrava: “Ao concluir êsse romance, não se

sabia, há um lustro, para que lado ia pender o pensamento do autor. Daí poderia sair qualquer ideologia de combate e de extremas atitudes. Ele pendeu para um fascismo caboclo. Foi, talvez, o êxito que o fêz assim". A respeito da explicação que precede o romance, na segunda edição, meu parecer foi êste: "Mas seria uma lástima que o Sr. Plínio Salgado político interviesse naquelas obras escritas há mais de cinco anos, antes de todos os acontecimentos que o atiraram para o messianismo político. (...) Mas, entre o homem que escreveu os romances mais interessantes do seu tempo de literato e êsse que se entregou de corpo e alma à propaganda política vai mais do que um passo, — vai um abismo".

GALEÃO
COUTINHO

Em 1936, José Olímpio organizou a coleção "Documentos Brasileiros", cuja direção entregou a Gilberto Freyre. O livro que inaugurou a coleção foi *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Pronunciei-me sôbre êsse livro em novembro. Algumas de suas teses foram por mim contestadas: a de ser o Brasil o único esforço bem sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical; a de que os íberos entraram decididamente para o côro europeu, após a descoberta da América; a de que portugueses e espanhóis sentiram vivamente a *irracionalidade* específica, a injustiça social dos privilégios hereditários, bem antes de triunfarem no mundo as chamadas idéias revolucionárias; a de que uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia; a de que a Abolição marcou, no Brasil, o fim do predomínio agrário, e algumas outras de menor importância. Escrito por um homem culturalmente equipado, dos melhores que o nosso tempo conheceu nesse terreno, *Raízes do Brasil*, muito bem escrito além do mais, foi dos mais importantes títulos editados em nosso País naquela época e por isso mesmo continua a ser lido.

Nesse ano, apareceram alguns livros interessantes; o pós-Modernismo apresentava os seus lampejos, que a ditadura apa-

garia. Menciono, aqui, apenas aquêles que li, para o exercício da crítica, no último trimestre de 1936. Um romance esquecido, por exemplo, *Brejo*, de Cordeiro de Andrade, tinha qualidades acima do comum. José Lins do Rêgo lançava o *Moleque Ricardo*, transferindo as suas reminiscências para o ambiente urbano do Recife, onde o moleque da bagaceira passa por aventuras difíceis; o livro já reflete um pouco o declínio do autor, ao mesmo passo que reflete o quadro de repressão policial e de terrorismo cultural da época, com o romancista intervindo no romance e este acabando em derrota dos elementos populares, com os presos mandados para Fernando de Noronha. José Lins do Rêgo fundiu suas reminiscências do Recife do tempo em que êle era ali acadêmico com acontecimentos em que apareciam tons e motivos da época em que escrevia, isto é, 1935 ou 1936, de sorte que havia sempre notas destoantes e assimétricas, numa narração em que o forte do romancista, a capacidade para reconstituir a paisagem física e humana do meio rural, o domínio do engenho, desaparecia. O livro recebeu, entretanto, elogios do crítico que eu pretendia ser, sem maiores restrições.

Nesse ano, Afonso Arinos de Melo Franco publicava, na prestigiosa coleção "Brasiliana" da Companhia Editôra Nacional, dirigida por Fernando de Azevedo, um dos seus primeiros livros, *Conceito de Civilização Brasileira*, onde estão, em gérme ou já desenvolvidos, os marcos de sua interpretação do processo político nacional, particularmente os preconceitos de classe, colocados com clareza, com sinceridade, sem nenhum disfarce. O autor escreveria, ao longo de sua existência, livros muito melhores, sem dúvida, mas naquele estava já presente uma estrutura de pensamento e um corpo conceitual que presidiram tôda a obra elaborada depois. Se êle apenas começava uma carreira literária que seria sempre, daí por diante, como a carreira política, bafejada de ajudas, Humberto de Campos encerrara a sua, há pouco, e, pòstumamente, apareciam as suas *Últimas Crônicas*. O escritor maranhense, entre os reveses que a derrota das oligarquias, com a Revolução de 1930, lhe trouxera, encontrara motivos para retomar uma obra que deixara envelhecer. A necessidade o forçaria a uma atividade de cronista a que jamais voltaria, não tivesse ocorrido a circunstância escravizadora. A verdade é que Humberto de Campos, pouco conhecido do grande público até aí, tornou-se cronista muito lido, talvez o primeiro, entre nós, a conhecer o sucesso amplo de que,

depois, haveria alguns outros exemplos. Na crônica, êle se especializaria no culto ao sentimentalismo vulgar — hoje explorado pelas novelas de rádio e televisão — que lhe assegurou a conquista e a atenção de numerosos leitores.

Nos últimos anos de sua existência, êsse caminho lhe proporcionou prestígio tão amplo quanto transitório. Quando publicou as suas *Memórias*, de que só apareceu o primeiro volume, ainda os meios literários mais apurados, e a crítica, supostamente mais exigentes quanto à escala de valor, saudaram êsse livro como obra-prima. O esquecimento em que caiu mostra quão apressado fôra aquêlê juízo. Já não se fala nas *Memórias* e as obras completas de Humberto de Campos, que chegaram a constituir peça importante no sistema de venda de coleções a crédito, decaíram para a curiosidade dos leitores pouco exigentes. Em 1936, quando analisei as *Últimas Crônicas*, já estava em condições de situar a fraca dimensão literária que as caracterizava, como da obra elaborada pelo autor nas duas fases de sua existência e de seus trabalhos como homem de letras, a do fastígio e a da necessidade.

Peregrino Júnior apareceria, também em 1936, com as *História da Amazônia*, reunindo os contos que escrevera ao longo do tempo e publicara, em livros, sob outros títulos. Eram histórias que lembravam os seus tempos de Belém, onde se iniciara no jornalismo. Evocada com a fôrça da saudade, a paisagem amazônica aparecia, nessas histórias, com as suas côres violentas. O que salvava o contista de descambar para o pitoresco vulgar, para a ênfase, era a sua maneira de escrever, de simplicidade transparente. Peregrino Júnior, transferindo-se ao Rio de Janeiro, estudara medicina e, continuando a fazer jornalismo, mantivera coluna sistemática em *O Jornal* — de que saíam as crônicas da *Vida Fútil* — e na *Careta*, criando forma muito pessoal de tratar os assuntos do momento. Quando de minha passagem pela direção da *Revista da Escola Militar*, Peregrino Júnior, trazido por via do seu irmão, Umberto Peregrino, fôra um dos escritores que condescendera em colaborar conosco. As *Histórias da Amazônia* permanecem como sua obra mestra. Desde as narrativas de José Veríssimo, que as novas gerações desconhecem, nada se escrevera tão fiel àquela área abandonada. Claro que o romance de Ferreira de Castro é excelente, mas vê os problemas amazônicos de outro ângulo. O perigo dessa literatura — e por isso é que merece valorização tudo o que

consegue superá-lo — está em seguir as pegadas de Alberto Rangel, como fez Carlos Dias Fernandes, supondo que as palavras têm condições para traduzir ou para fixar o pitoresco da paisagem, como se fôsem coloridas, enquanto êsse pitoresco, mal fixado sempre, obscurece o importante, que é o drama humano. A natureza amazônica é, realmente, extraordinária. Mas não será mais extraordinário o homem, que não se deixa esmagar por ela?

Minha colaboração no *Correio Paulistano*, agora sistemática, era mantida apesar da distância. Quando de seu início, eu residia em Itu; a partir de junho de 1935, passei a residir em Jundáí; em 1936, voltei a Itu, e foi quando passei a fazer crítica literária. O jornal enviava-me os livros, semanalmente. Vez por outra, eu passava alguns dias em São Paulo, e tomava contato direto com a redação. O ano de 1937 traria algumas alterações, em minha vida, afetando a atividade literária que vinha desenvolvendo. Um grupo de escritores, de São Paulo e do Paraná, lançou, na capital paulista, o semanário de letras *Roteiro*; fui convidado para, sem prejuízo do que fazia para o *Correio Paulistano*, escrever ali uma seção de crítica literária. Como acontecia, via de regra, com jornais dêsse tipo, o *Roteiro* durou pouco. Por outro lado, a direção do *Correio Paulistano* mudou: o grupo de Sílvio de Campos demitiu-se. José Carlos Pereira de Sousa e Antônio Hermann Dias Meneses haviam sido mais do que diretores, para mim, porque se haviam tornado meus amigos. Colocou-se, então, diante de mim, a alternativa: deveria acompanhá-los, por solidariedade, abandonando o jornal, ou deveria, apesar da estima que lhes dispensava, permanecer como colaborador?

O pessoal da redação, constituída de profissionais, não se alterou com a mudança na direção. Acompanhei essa conduta. Redatores e colaboradores, realmente, nada têm a ver com a direção do jornal, nem com a sua orientação, normalmente. Como a direção mudara, aguardei sua iniciativa; esta foi no sentido de me manter na crítica literária: continuei a fazê-la. Durante a fase anterior, minha atividade fôra gratuita e isso, que hoje pode parecer espantoso, era, naquele tempo, normal. Aproveitando a mudança, já que não estava tratando mais com amigos, pleiteei remuneração para o meu trabalho. O superintendente, A.M. Moreira César, que nada tinha de jornalista e fôra pôsto naquela função para equilibrar as finanças da em-

prêsa, concordou: passaria a pagar trinta mil réis por artigo. Mas exigia condição nova e curiosa: eu deveria restituir ao jornal os livros que a êle eram enviados para crítica, salvo, naturalmente, os que me eram pessoalmente enviados, isto é, com dedicatórias ou, de qualquer forma, sem passar pelo jornal. Concordei com isso: a maioria dos livros me era enviada pessoalmente, diretamente, com dedicatória. A condição, entretanto dá idéia da mentalidade que passava a existir e dominar o jornal.

Foi por essa época que conheci Galeão Coutinho. Aparecera o seu romance de costumes *Memórias de Simão, o Caolho*, publicado antes, em folhetins, em *A Gazeta*. Gostei do livro, analisei-o em minha seção, lembro-me que juntamente com um, de Orígenes Lessa, *O Joguête*. Lessa, que fizera nome como repórter, na revolução paulista, não era ainda o excelente contista e cronista que tanto se destacou mais tarde. Numa de minhas viagens a São Paulo, conheci pessoalmente Galeão Coutinho. Redator de *A Gazeta*, era amigo do pessoal da redação do *Correio Paulistano*; êsses jornais eram vizinhos, ambos no quarteirão da rua Líbero Badaró próximo ao largo de São Bento; haviam passado pelas mesmas peripécias, com a vitória da Revolução de 1930, com as redações depredadas e a circulação temporariamente suspensa. *A Gazeta* conseguiu, depois — não sei se o mesmo obteve o *Correio Paulistano* — vultosa indenização pelos prejuízos então sofridos, o que lhe permitiu construir o prédio de sua sede própria. Quando a cisão nas cúpulas da política paulista colocou o *Correio Paulistano* na oposição, *A Gazeta* acompanhou o velho órgão e, assim, encontraram, mais uma vez, caminho comum. A vizinhança, ao tempo, e a identidade de posição política, estabeleceram condições propícias a entendimentos entre o pessoal das duas redações. Foi assim que fiquei conhecendo Galeão Coutinho, conhecimento que se transformou em amizade que só terminou com sua morte, em acidente de avião, quando ia do Rio para São Paulo.

Galeão Coutinho foi das figuras mais curiosas da imprensa e das letras brasileiras, hoje injustamente esquecida, quer como jornalista, quer como escritor. Naquela fase, estava iniciando uma atividade literária diferente: sem ser estreante — o livro *Câmbio a 3* não pode ser colocado no mesmo nível de sua obra posterior — começava a série de romances de costumes que foram muito lidos e que apresentavam qualidades destacadas,

com a particularidade de serem elaborados, a princípio, de maneira pouco habitual no Brasil. É que se apresentavam como híbridos do jornalista e do romancista, particularmente as *Memórias de Simão, o Caolho*, que foram escritas no dia-a-dia da redação e refletindo o cotidiano com penetrante sentido crítico. Galeão Coutinho era, então, figura destacada na redação de *A Gazeta*, vespertino grãficamente muito bem feito e com público certo, quase todo recrutado na capital e cidades mais próximas, circulando pouco no interior mais distante. Jornal paulistano por excelência, *A Gazeta* tinha em Galeão Coutinho um dos responsáveis pela sua popularidade, fundada também na excelência de sua seção esportiva.

Dotado de muito espírito e de aguda observação, Galeão Coutinho, ao longo da prática de jornal — começara em *A Tribuna*, de Santos — apurara um estilo leve, claro, movimentado, de simplicidade insuperável, que tornava fácil tudo o que ele narrava, e atraente a sua leitura. Se o chavão de que o estilo é o homem precisa comprovação, o romancista de *Vovô Morungaba* foi das mais expressivas. Ele era como escrevia: movimentado, imprevisto, risonho, aberto, crítico. Sua gargalhada freqüente era o encanto dos amigos. Em sua conversa, idêntica em tudo e por tudo à sua prosa, o riso era o refrão constante, a narrativa corria pontilhada de anedotas, de colorido, com insopitável fluência e, entretanto, bordejada de elementos marginais, acessórios, fascinantes, o tempêro, o ornamento, o acompanhamento riquíssimo, que a tornavam viva e fascinante. Galeão era franzino, baixinho, com vasta cabeleira, inteiramente branca quando o conheci, repartida ao meio, despenteada, agitada. Esse corpo frágil era movimentado por extraordinária força, entretanto, por singular vivacidade, como provido de motor muito mais poderoso que as suas necessidades. Andarilho, glutão, amando a conversa acima de tudo, Galeão obedecia, na prática, e com fidelidade que lhe deveria ser onerosa, a alvo-rojada imaginação que forjava sonhos e projetos extraordinários, de que lhe proviria, em breve, sucesso e até mesmo enriquecimento. Com essa servidão ao sonho, empreendeu coisas gigantescas, em relação às possibilidades materiais, jamais temendo conseqüências e mesmo sanções financeiras. Do projeto à execução, não demorava; da execução ao desastre, vivia pulando, no esforço supremo e inútil de prevenir o inevitável. Do desastre a nôvo projeto, não havia que esperar muito.

Memórias de Simão, o Caolho, que despertou grande interesse entre os leitores, quando de sua publicação em folhetim diário em *A Gazeta*, era a crônica do cotidiano, num meio pequeno burguês. Alberto Cavalcanti fez do romance um filme muito bom, mas que não conseguiu — e certamente isso não foi culpa do diretor — captar toda a variedade, movimento, colorido, picardia, mordacidade do texto que Galeão Coutinho elaborara, todos os dias em sua máquina de escrever, na redação, parando a cada instante, para contar ou ouvir uma anedota, atender a telefone, dar ou receber recados, sempre rindo e agitando a sua cabeleira branca, juba de leão sobre um corpo muito pequeno para tão prodigiosa vitalidade. Sua obra-prima seria *Vovô Morungaba*, em que o grotesco de cenas e personagens contrasta com episódios pungentes. Ninguém melhor do que Galeão Coutinho para captar o mais recôndito do coração humano, sem complexidades, sem ênfase, traduzindo-o em passagens pitorescas, em que o riso e o pranto, sempre vizinhos, acontecem naturalmente. Essa capacidade de observar, de colher a realidade miúda, faz o romancista de costumes. Em nossa literatura, eles são muito raros. Antes de Galeão Coutinho o maior foi Manuel Antônio de Almeida. Acredito que, entre os dois, a rigor, não apareceu ninguém. Lima Barreto foi um pouco romancista de costumes, mas isso, em sua obra, representou apenas um aspecto, e não era o essencial. E, entretanto, Galeão Coutinho não desperta mais a atenção dos leitores, como se a sua crítica tivesse cedido à passagem do tempo. Ninguém, na realidade, realizou uma crítica tão penetrante e, por isso mesmo, apesar do burlesco que aparece como seu clima natural, mais pungente da sociedade brasileira, na fase de alastramento das relações capitalistas.

Uma das últimas aventuras de Galeão Coutinho foi a editora Cultura Brasileira que, como todas as suas aventuras, terminou em malôgro. A programação da Cultura Brasileira foi das melhores e das mais homogêneas que já tivemos. Começou pelo critério na seleção dos clássicos, Platão, Aristóteles, Cícero; pela escolha acertada dos antigos, Voltaire, Diderot, se bem me lembro; pelo esforço em traduzir os bons escritores modernos; pela seleção dos textos brasileiros. Os que viveram aquela fase hão que lembrar, por exemplo, do sucesso de *Judeus Sem Dinheiro*, de Michael Gold, que tanta influência exerceu em nossos romancistas do pós-Modernismo, particularmente os nordesti-

nos, que buscavam acentuar o caráter social dos problemas que apresentavam. A Cultura Brasileira, outros não que lembrar, apresentou Hermann Hesse aos leitores do nosso País; note-se: há trinta e cinco anos. Augusto de Sousa realizou a proeza de traduzir *O Lobo da Estepe*, com mestria que lembrava a do grande tradutor português das obras de Flaubert, João Barreira. Hermann Hesse é, hoje em dia, muito conhecido entre nós; seus romances e contos estão traduzidos, lidos, discutidos, seus livros alcançam sucessivas edições. Mas, naquele tempo, era desconhecido aqui, e nem a ficção sombria e belíssima de *O Lobo da Estepe* conseguiu despertar grande atenção. O gosto do público era outro. Não havia ainda, aqui, o que hoje há — e marca a diferença qualitativa em relação àquela época — público relativamente numeroso para a obra de nível superior. Hermann Hesse, escritor para a elite, naquele tempo, é, hoje, lido por muitos e apreciado. Mas ninguém lembra o editor audacioso que, há tanto tempo, tentou divulgar a sua obra em nossa língua.

Outra linha da programação da Cultura Brasileira foi a do livro político moderno. No Brasil, isso acontece, periódicamente, e, aos impulsos, sucedem-se os refluxos. Nesse terreno, Galeão Coutinho não inovava, e os títulos por êle escolhidos, na área da literatura socialista, não foram excepcionais. Desde a Revolução de 1930, o mercado começara a conhecer, em lançamentos avulsos de pequenas editoras, do tipo da Cultura Brasileira, a literatura marxista ou simplesmente socialista. Isso se repetiria depois da Segunda Guerra Mundial, mas já em nível e volume muito mais avançados. Naquela fase, Galeão Coutinho teve o mérito de lançar bons textos, com apresentação condigna; entre os títulos que revelou, lembro-me de Max Beer: *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Com a repressão cultural que se desenvolveu paralelamente à repressão policial, desde 1935 — conhecemos, no Brasil, as fogueiras de livros, em praça pública! — a Cultura Brasileira levou golpe que abalou a sua estrutura. Não era empresa em condições de poder superar apreensão numerosa de livros. Embora a linha de obras políticas não fôsse majoritária em sua programação o peso financeiro de apreensões ou proibição de lançamento de títulos sobre os quais a editora já havia efetuado despesas, foi suficiente para abalar os seus frágeis alicerces. Não sei se, no malôgro da Cultura Brasileira, entrou, também, a inépcia de Galeão Coutinho para os misteres mercantis, em que, entretanto, se julgava douto,

a sua natural e intrínseca aversão a tudo o que importasse em organização, em método, em plano. É provável que assim tenha sido, pelo menos em parte. É curioso que aquêlê homem de talento tivesse e exteriorizasse envaidecimento de suas inexistentes habilidades e de sua presumida visão dos negócios. Ora, a vida mostrou que, como quase sempre acontece, atrás da vaidade havia muito pouca coisa.

Mas, aqui, adiantei-me cronològicamente aos fatos. Antes do desastre da Cultura Brasileira e quando — pelo menos para mim — nada prenunciava tal desastre, conversando com Galeão Coutinho, mencionei meu projeto de escrever uma nova história da literatura brasileira, nova no sentido da aplicação de método realmente histórico e, mais do que isso, e essencialmente, no sentido da aplicação do materialismo histórico à reconstituição do processo de desenvolvimento de nossas letras. Galeão entusiasmou-se com o projeto, o que não era de surpreender nêlê, pois seus entusiasmos eram fáceis. Vislumbrou a possibilidade de sucesso para a interpretação materialista, dado o interêsse, dos leitores, na época, por tudo o que trouxesse tal timbre. Indagou do pé em que estava o projeto. Aí, cometi um êrro: contagiado pelo seu entusiasmo e desejoso de aproveitar sua boa vontade, afirmei-lhe que a execução ia adiantada; com pouco tempo mais, poderia entregar os originais. Na realidade, embora acalentasse tal projeto, não havia escrito uma só linha. Desde que me comprometera a entregar os originais pouco adiante — não lembro em que prazo — havia que cumprir o prometido. Eu deveria pagar pela leviandade em afirmar que o livro estava praticamente pronto.

O mais grave era que nem o livro estava pronto nem eu em condições de escrevê-lo. Para escrevê-lo, realmente, era necessário que estivesse preparado sob dois aspectos, o do tema e o do método. Ora, embora tivesse lido muito, não lera com a finalidade de escrever um livro de tal natureza, não lera os textos fundamentais todos, desconhecia obras que deveriam merecer referência e mesmo autores, e desconhecia parte do que já se escrevera, no campo da crítica e no campo da história de nossa literatura. De outro lado, meus conhecimentos do materialismo histórico eram insuficientes para uma emprêsa das dimensões e das características daquela que estava em minhas cogitações e, agora, no terreno do compromisso. Tendo lido a maior parte dos textos marxistas aqui editados — e eram

poucos — e boa parte daqueles editados em francês, não lera o mínimo que autorizasse a audácia de aplicar o método a um caso concreto. Mesmo com o material disponível, hoje, nesse campo — as obras dos clássicos e os estudos que surgiram em todo o mundo, particularmente na União Soviética — é tarefa muito difícil a de reconstituição do processo de desenvolvimento de uma literatura nacional. Como é sabido, os clássicos do marxismo não estudaram e escreveram especificamente sobre estética e, no campo desta, sobre literatura. Há, na obra que deixaram, referências aos problemas de estética, algumas muito importantes, tôdas fecundas; nelas aparece, aqui e ali, menção a trabalhos literários. Na correspondência, particularmente, as notas e observações a respeito de autores e de livros surgem com alguma frequência. Preocupados com os fundamentais problemas filosóficos, políticos, econômicos, não tiveram os clássicos possibilidades, nem condições e mesmo interêsse, em traçar normas ou estabelecer análises do fenômeno estético. Muito se escreveu, depois, nos círculos marxistas, desde recuados tempos, a tal respeito. Em todos os trabalhos desse gênero, por assim dizer, proclama-se a complexidade das relações entre as condições materiais e os padrões estéticos.

Desde que assumira um compromisso, havia que dar cumprimento ao mesmo. Tendo sido transferido há pouco de Jundiá para Itu, aluguei ampla casa antiga, das muitas que, naquele tempo, havia ainda na velha cidade, e dispus-me a trabalhar. Com os dias inteiros absorvidos nos afazeres de quartel, sobravam-me as noites, as tardes de sábado, os domingos e feriados, as férias, para realizar um trabalho cujas dificuldades, que avaliava grandes antes de iniciá-lo, assumiram proporções gigantescas na execução. A maior dessas dificuldades era a falta de fontes de consulta; a maior parte dos títulos, da relação bibliográfica preliminar que organizei, era de livros fora de circulação, só existentes em boas bibliotecas públicas e particulares, e essas só existiam nas grandes cidades. Naquele tempo, as histórias de nossa literatura, a de Sílvio Romero como a de José Veríssimo, esgotadas e não reeditadas, eram encontradas apenas em bibliotecas de interessados em letras. De críticos do tipo de Araripe Júnior, Nestor Vítor, para não citar o próprio José Veríssimo, nem era bom falar. Outros, mais esquecidos, como Rocha Lima e mesmo Capistrano de Abreu, permaneciam ignorados. Eu conhecia, naturalmente, algumas das obras necessá-

rias, de consulta obrigatória, mas não tôdas, e isso não era o suficiente: precisava tê-las à mão, ver como os historiadores mais antigos, ou os críticos, haviam encarado obras, autores, correntes. Nos períodos curtos de permanência em São Paulo cobri algumas lacunas, fração mínima de minhas necessidades. Além do mais, precisava ler e até transcrever trechos de autores do passado, muitos dos quais — Botelho de Oliveira, Bento Teixeira, etc. — me eram desconhecidos e, portanto, não os poderia julgar; outros eram conhecidos, mas eu não dispunha de suas obras.

A mocidade é tão audaciosa quanto a velhice é timorata; o estreante deseja publicar, sem nenhuma preocupação com as possibilidades, sem nenhum cuidado ou temor quanto aos seus próprios conhecimentos; a maturidade começa a despertar receios, não nos afoitamos, temos consciência de que não sabemos o suficiente. Nossas preocupações são as lacunas, quando sabemos; quando não sabemos, nem sequer essas preocupações nos assaltam. Só quem sabe pode avaliar ou ter consciência de quanto não sabe. É próprio do autor jovem a pressa em estrear, a ânsia em aparecer; ao contrário, é próprio do autor experimentado, e por isso culto, o vagar, o temor de não estar ainda com o assunto dominado, o receio das falhas que sabe existir em seu trabalho. Ora, naquela época, e mercê, além de tudo, de algumas circunstâncias favoráveis, que me haviam ajudado numa carreira difícil, como é a das letras, em nosso País, minha coragem de afirmar era grande; minha consciência das falhas em meus conhecimentos, diminuta. Assim, passando por cima de tudo, fui em frente. Tinha meu próprio juízo sôbre a quase totalidade dos autores e das obras; presumia conhecer o materialismo histórico suficientemente para aplicá-lo ao caso concreto que era o de nossa literatura. Havia, aqui e ali, dificuldades que não podia superar, particularmente a dos exemplos, trechos em prosa ou verso dos autores mencionados. De alguns, especialmente os mais próximos no tempo, tinha uma que outra obra, onde me era possível colhêr êsses trechos; como, de outros, isso não era possível, colhi-os em antologias ou em referências de terceiros. Não considereei isso importante, confesso-o, com tôda candura. Mas isso me foi atirado em rosto por um crítico eventual, quando meu livro apareceu. Êle só viu isso, no livro; assim, seu julgamento foi injusto, pela unilateralidade, embora justo quanto ao detalhe observado.

Devo ter consumido alguns meses escrevendo o livro. Foram meses de intenso trabalho, mantido pela pertinácia que, ao que parece, é inseparável da autêntica vocação. Passo a passo, a reconstituição histórica ia tomando corpo; alguns claros, ao largo dos quais eu ia passando, para não me demorar, foram preenchidos por último. Não me recordo quando comecei e quando terminei os originais, começo e fim ocorreram dentro de 1937, pois viajei para o Rio, transferido, no segundo semestre desse ano, e os originais foram entregues à Cultura Brasileira antes dessa viagem. Essa entrega aliviou-me. Estava desobrigado do compromisso assumido com tamanha leviandade. O problema final residia no título, ou melhor, no subtítulo. O título era, naturalmente, *História da Literatura Brasileira*. O subtítulo deveria esclarecer, particularizar: não se tratava de mais uma história de nossa literatura, mas de uma outra história. Era preciso, nêle, definir que outra história era: o subtítulo escolhido foi, conseqüentemente: *Seus Fundamentos Materialistas*.

Esbarramos em dificuldade em que não havíamos pensado antes: o policialismo cultural, então desenfreado, não permitiria êsse subtítulo. Poucos dias antes, noticiavam os jornais, um cidadão fôra prêso, no Rio, porque sobraçava um livro de crítica a *O Capital*, de Marx. Só fôra pôsto em liberdade, no DOPS, quando alguém mostrou ao delegado que a obra era contra Marx. Isso podia. A favor de Marx, estudando Marx, dava cadeia. Galeão Coutinho e eu discutimos o problema: claro que o subtítulo adequado era impossível e devia ser abandonado. Mas havia que definir o que o livro apresentava de essencial. Optamos, finalmente, pelo subtítulo: *Seus Fundamentos Econômicos*. Não atinei, na época, com os seus inconvenientes; mas, se tivesse atinado, não teria condições para substituí-lo. O inconveniente fundamental, naquele que foi adotado, após algumas dúvidas, estava em induzir a êrro o leitor e permitir que outros admitissem êsse êrro, também, atribuindo-o ao autor, isto é, que êste aceitasse uma relação direta e mecânica entre a economia e a cultura literária e que, assim, encarasse o marxismo como reduzido a um simples economismo. Essa acusação também pesou sobre mim, mas eu bem sabia que não era justa e não a considereei. Por longos anos não me foi possível dar a presente explicação. Depois de tudo, o livro já em quinta edição, achei que, certo ou errado — errado, evidentemente — o subtítulo

havia sido incorporado à existência do livro e já não lhe causa tanto prejuízo.

Em fins de agosto de 1937 mudei-me para o Rio, convidado para ajudante-de-ordens do Gen. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A situação que se abria para mim era curiosa e propícia: meu chefe, em divergência com os donos do Exército, os Gens. Dutra e Góis, estava sem comissão. Meu trabalho com êle consistia apenas em conversar, todos os dias, em sua residência, e em prestar-lhe pequenos servigos. Isso me deixava livre a maior parte do dia. E aquela fase era excitante, abrindo-se perspectiva de melhora na opressiva situação que o País vinha atravessando, desde 1935, com os direitos e garantias individuais estraçalhados e as imunidades parlamentares conspurcadas. Abrira-se a campanha presidencial; dois eram os candidatos: Armando de Sales Oliveira, interventor em São Paulo, e José Américo de Almeida, que conquistara prestígio na pasta da Viação. Êste era tido como candidato da situação; em tórno de sua candidatura, com Benedito Valadares, governador mineiro, à frente, formavam as fôrças políticas que apoiavam o Governo. Pela situação de intelectual — o prestígio de *A Bagaceira* era ainda grande — e também pelos pronunciamentos, na campanha eleitoral, José Américo merecia a simpatia dos confrades. Assis Chateaubriand que, em seus jornais, apoiava a candidatura Armando de Sales Oliveira, acusava José Américo de esquerdista e avançava mesmo que o esquerdismo do candidato do Governo provinha da influência sôbre êle exercida por Gilberto Freyre. O fato é que uma campanha de sucessão presidencial abre largas perspectivas, com alvissareiras promessas de melhores dias, tudo, é claro, em relação à situação que o País atravessava. Como se sabe, essa situação se prolongou e se agravou, porque a campanha foi interrompida, e instalada a didatura crismada de Estado Nôvo.

No Rio, com folga de tempo, descompromissado, passei a freqüentar as rodas literárias. A principal era a que girava em tórno da editôra José Olímpio e tinha como local de reunião a livraria mantida por aquela editôra, à rua do Ouvidor, 110, próximo à esquina da avenida Rio Branco, quase em frente ao prédio da Garnier. Na Livraria José Olímpio os escritores deixavam e recebiam correspondência, com a môça da Caixa, marcavam encontros, distribuíam recados, com ela ou com o Castilho, velho empregado, de todos conhecido. E mantinham

longas e às vêzes tempestuosas conversas, à porta ou nos fundos, onde havia um banco. O banco, que assinalava o local do crime, tinha freqüentadores certos; ali, por exemplo, Graciliano Ramos dava "audiência" todo santo dia. Como a maioria dêsses freqüentadores fôsse de esquerda, o banco passou à suspeição policial. A certa altura, alertado por Lourival Fontes, José Olímpio, prudentemente, mandou retirar o banco. A esquerda literária ficou sem ter onde sentar. Com o mesmo efeito do sofá da anedota.

JOSÉ OLÍMPIO

José Olímpio atingira, nessa altura dos acontecimentos, posição ímpar. Para um escritor, ver livro seu lançado por êle era o máximo. Sua casa — *a casa*, como êle gostava de dizer, com vaidade — era procurada com insistência por velhos e novos; muitos se valiam de pistolões para chegar até êle, para ver um original aceito. Mesmo pessoas de grande destaque na vida do País, na política, na administração, nas finanças, ansiavam por serem aceitas no círculo de seus editados ou, quando menos, de seus freqüentadores. Pelo escritório da editôra, nessa época instalado no térreo de um prédio à rua 1º de Março, junto ao beco dos Barbeiros, passavam figuras ilustres. Ao fundo, ficava o depósito, onde se processava também a expedição; à frente, separadas por tabiques, as salas da administração; a mais próxima da rua era a de José Olímpio. Não me lembro quem lá me levou, ou se fui por minha própria iniciativa. José Olímpio, um vitorioso, assumira já aquêle ar *blasé*, que lhe dava exterior amarrado, à primeira vista, escondendo, na verdade, um coração generoso. A *casa* começava a crescer, firmada no sucesso da difícil arrancada inicial. As funções de direção estavam entregues à família. Na medida em que a empresa crescia, mais ir-mãos nela se integravam e, depois, cunhados, e, mais tarde, filhos. José Olímpio não parecia irmão mais velho, mas pai solícito e protetor. Dentro em pouco, Daniel seria o seu auxiliar imediato; Atos, apareceria logo adiante; Antônio Olavo, mesmo de longe ajudava; e Flávio, voltado para a ciência, fazia revisões, em São Paulo, enquanto Luís Gonzaga de Melo cuidava da filial ali.

Dois traços, já expressivos naquela época, distinguiram José Olímpio como editor: o tino na escolha dos títulos, sem o qual ninguém pode exercer tal atividade e que, nas grandes editoras americanas, inglesas ou francesas é substituído, adequadamente, pelos pareceres de *ledores* especializados; e a capacidade para fazer o que, logo depois, ficou conhecido como “relações públicas”, tarefa que êle não delegava e que desenvolvia com grande habilidade. Até que ponto era ela prejudicada por sua máscara entediada, é difícil dizer. José Olímpio tinha, para facilitar sua tarefa referida, habilidade — não sei se espontânea, não sei se forjada pelas necessidades do homem de empresa — para tratar com os poderosos e para cativá-los. Essa habilidade acentuou-se com o tempo; na época de que trato, ela não podia ser levada à conta de puro aulicismo, pois havia o reverso: entre os seus amigos mais próximos estavam dois homens que só lhe podiam oferecer amizade: um suboficial de Marinha e um jogador de futebol. E não havia apenas isso, no reverso: José Olímpio valeu a escritores que a situação dominante no País deixara em condições muito precárias. Para só citar um caso: *Angústia* foi incluída em seu programa editorial quando Graciliano Ramos ainda estava na prisão.

Ao editor interessava a qualidade das obras que pretendia editar, por oferecimento dos autores ou por sua própria escolha, não importando a posição política de quem as escrevera, até o limite, muito natural, do risco para a sua empresa. Havia os títulos que eram aceitos ou procurados porque o público os preferia. E havia outros em que os prováveis, às vezes certos, prejuízos, eram compensados por outra forma de lucro, não contábil, por exemplo a de amizade que poderia ser útil adiante, seja para o crédito bancário, seja para a obtenção de algum favor ou concessão do poder. Naquele tempo, José Olímpio, amigo dos poderosos, era-o também dos que não tinham nenhuma afinidade com o poder. Tornou-se íntimo de Lourival Fontes que, dirigindo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão publicitário da ditadura, encarregado inclusive da censura e do controle da imprensa, lhe era útil, e editou os seus livros. Mas a verdade é que essa amizade durou até à morte de Lourival Fontes, cujos livros foram editados tôdas as vezes que desejou. Já o lançamento do romance de um dos sucessores de Lourival no DIP não poderia ter outra justificativa senão a necessidade de viver em bons termos com o diretor de

órgão que tanto interferia com a cultura e seus meios e processos de divulgação. Original assinado por banqueiro não era recusado; todos os banqueiros eram gênios por definição. Mas, ao lado disso, havia o enorme acervo de autores que José Olímpio revelou ao País ou aos quais proporcionou condições editoriais que, até aí, eram privativas dos consagrados.

As atividades de José Olímpio, como editor, começaram com o lançamento do livro de J. Ralph, *Conhece-te pela Psicanálise*. Seu primeiro lance de audácia foi a proposta a José Lins do Rêgo para edição do romance que êste estava escrevendo. José Lins do Rêgo havia lançado, com Adersen Editor, em 1932, o seu livro de estréia, *Menino de Engenho*, e com a Ariel Editora, de Gastão Cruls, em 1933, o segundo, *Doidinho*. José Olímpio oferecia-lhe, agora, algo de sensacional para a época: fazer uma edição de dez mil exemplares de *Bangüê*, e uma reedição, de cinco mil exemplares, de *Menino de Engenho*. *Bangüê* apareceu em 1934; em 1935, José Olímpio editava o *Moleque Ricardo* e reeditava *Doidinho*, tirando quatro mil exemplares daquele; em 1936, editava *Usina*, com cinco mil exemplares, e reeditava *O Moleque Ricardo*; em 1937, reeditava *Doidinho* e editava *Pureza*. Raquel de Queirós, que escrevera *O Quinze* entre 1929 e 1930, publicando-o em 1931, e que reaparecera com *João Miguel*, em 1932, passava a editar com José Olímpio, que lançava, nesse ano de 1937, o *Caminho de Pedras*. Nesse mesmo ano, o vitorioso editor apresentava a sétima edição de *A Bagaçeira*. Jorge Amado, que estreara com *O País do Carnaval*, em 1930, e encontrara seu tema favorito, com *Cacau*, de 1933, e com *Suor*, de 1934, para atingir o ápice, com *Jubiabá*, em 1935, e continuar com *Mar Morto*, de 1936, e com *Capitães da Areia*, de 1937, passara a trabalhar com José Olímpio. Com *Angústia*, lançado em 1936, Graciliano Ramos era também incorporado à galeria da nova editora, como Amando Fontes que, depois da estréia importante, com *Os Corumbas*, decaíra de força, com a *Rua do Siriri*. José Olímpio seria, assim, o divulgador do romance nordestino, a casa a que o pós-modernismo ficara ligado. No terreno do ensaio, já em 1937 haviam aparecido cêrca de dez títulos na coleção "Documentos Brasileiros". Nela, depois de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, haviam aparecido livros importantes: as *Memórias*, de Oliveira Lima, que deixavam mal personagens consagrados pela apologética da reedição e chegara a provocar escândalo; a biografia *Bernardo*

Pereira de Vasconcelos, de Otávio Tarquínio de Sousa; o *Nordeste*, em que Gilberto Freyre escrevia sobre tema de sua predileção e que acrescentava informações, agora no campo da ecologia, às que apresentara em *Casa Grande & Senzala* e em *Sobrados & Mocambos*. Com *Nordeste*, quarto título da coleção, esta podia ser considerada vitoriosa, em 1937; seu prestígio estava assegurado.

Em 10 de novembro de 1937, depois de ter obtido do Congresso tudo o que dêle exigira, pressionado pelos militares, com a dupla Dutra e Góis à frente, Vargas instalou, sem resistência, o Estado Nôvo, outorgando ao País uma Constituição de encomenda, redigida por Francisco Campos. José Olímpio ligou-se a Lourival Fontes, do DIP, tornou-se editor de Campos e, depois, de Vargas. Os romancistas nordestinos que haviam, em suas obras, documentado a miséria da região, tiveram de moderar-se; salvo Graciliano Ramos, que seria pôsto em liberdade justamente no ano em que a ditadura se instalava abertamente, entraram em fase de declínio. Começaram a aparecer ensaios que pretendiam criar as bases teóricas da nova estrutura de Estado, traduzidos alguns, como o de Manoilescu, de autores nacionais a maioria, como o de Azevedo Amaral, *O Estado Nacional e a Realidade Brasileira*, sem falar nos livros dos políticos que haviam sido beneficiados com a nova ordem de coisas, chamados às funções mais destacadas. A mudança política fôra tranqüila: na noite de 10 de novembro, Vargas jantou na embaixada argentina, atendendo compromisso fixado antes. Contou Ramón Cárcano, o historiador platino, muito considerado entre nós, que só um sintoma de integral ocupação do tempo, em Vargas, denunciava as providências para a instauração do nôvo regime: o Presidente não fizera a barba. O Congresso foi dissolvido, sem maiores problemas. Eu fôra a Itu, atender doença em pessoa de família; sentindo a tensão do ambiente, voltei às pressas, desembarcando no Rio justamente na manhã de 10 de novembro. Quando passei, de ônibus, pelo Monroe, vi que um esquadrão da Polícia Militar repousava nos jardins do palácio em que funcionava, naquele tempo, o Senado. Era presidente da Câmara o mesmo político que, mais de trinta anos depois, seria impedido de exercer a presidência da República apesar de crente e aderente da situação instalada em abril de 1964. Em 1937, presidindo a Câmara, consentira que representantes do povo fôssem presos e até espancados, fornecera ao Govêrno as me-

didadas de exceção, estado de sítio, estado de guerra, sem que isso saciasse a fúria liberticida reinante. Diz o povo que o castigo anda a cavalo, mas êsse ditado é da época das diligências: êle anda mesmo é de jato.

O clima político, em 1937, quando fui para o Rio, era tenso, e a tensão afetava as áreas literárias. Com o Estado Novo, a censura à imprensa inutilizava qualquer esforço para exercer a crítica que tivesse sentido de análise mais profunda. Antes, ainda que não funcionasse a censura, abertamente, o clima de repressão era tal, desde 1935, que nenhum jornal ou revista ousava tomar posição ostensiva de crítica social. A campanha presidencial é que aliviou a tensão e surgiram, no calor das pregações eleitorais, debates mais sérios. No Congresso, entretanto, a denúncia das violências e arbitrariedades policiais era constante, embora levantada sempre pelos mesmos parlamentares, quatro ou cinco, que mantinham, com a sua combatividade, a tradição democrática, na realidade tão frágil entre nós. O fechamento do Congresso deixou sem instrumentos êsses corajosos representantes. Um dêles, Osório Borba, teve de ganhar a vida na imprensa, com os obstáculos em que a época era fecunda. Homem de conduta exemplar, jamais se rendeu. Não passava de ardoroso liberal, fiel às suas crenças políticas, que estavam passando por rude prova, mas a acusação de comunista marcou-o, no esforço de intimidação própria da época.

E que época! Mussolini e Salazar, ditadores no poder há mais de dez anos, pareciam fincados nêle até à eternidade, no ápice de estruturas fascistas de Estado que encontravam imitações em todos os continentes. Hitler ascendera ao poder em 1933 e estava entregue à sinistra e sangüinolenta empresa de preservar a ordem capitalista, pelo aniquilamento físico de todos os que pudessem resistir e de muitos que não tinham sequer a intenção de o fazer; o nazismo apresentava ao mundo a sua face hedionda, sem despertar nenhuma repulsa nos meios dominantes da "civilização cristã e ocidental". Suas garras chegavam ao Brasil, nos métodos utilizados pela polícia política comandada por Filinto Müller, nas organizações nazistas, particularmente numerosas no Sul do País, na teoria e até na prática da Ação Integralista Brasileira, como a célebre "noite dos punhais" com que seu chefe havia ameaçado o Brasil, na criminosa entrega a Hitler de duas indefesas mulheres, a esposa de Luís Carlos Prestes e a de Harry Berger, assassinadas nos campos de concen-

tração, com a conivência, portanto, de autoridades brasileiras, como milhares de outras criaturas cujo crime era o de divergir ou de terem nascido judias. A Espanha, que servira de arena e de campo de treinamento para massacres guerreiros que preludiam o gigantesco conflito mundial, vinha de entrar na longa noite do domínio fascista de Franco, que talara o País em tôdas as direções com suas hordas de mercenários e com a cooperação ostensiva dos seus protetores, Hitler e Mussolini. No Brasil sentimos, quando Franco acabou de liquidar a república espanhola, que estávamos nos aproximando do fim de uma civilização. A época era tão sombria que a maioria se desesperava: não veríamos, em nossa geração, outro horizonte senão aquêlo, marcado pela tortura policial, pela repressão mais violenta, pela censura cultural, pelos campos de concentração, pelo massacre metódico e organizado.

Os que haviam resistido, padeciam nas prisões, condenados a longuíssimas penas por uma justiça de exceção que arrasou com as nossas tradições jurídicas. Outros, mais afortunados, mergulharam na clandestinidade ou desapareceram simplesmente; de alguns, jamais se ouviu falar. Os livros foram queimados, as bibliotecas, públicas ou particulares, vasculhadas. As cátedras universitárias — como sempre acontece, com o ódio e o horror que o nazismo tem à cultura — foram também feridas em suas seculares imunidades. Alguns dos melhores mestres perderam suas cátedras; outros foram encarcerados; a maioria restante atemorizou-se e ninguém falava sôbre temas científicos, particularmente de ciências da sociedade, sem cuidados, fazendo rodeios, evitando escolhos, fugindo de opinar. No DOPS, o famigerado delegado Boré firmava doutrina.

E a espionagem, organizada ou espontânea, fundada esta no servilismo e no temor, deixava em suspenso vidas, atividades, trabalhos, criações. Vivíamos em clima social cinzento, em que o traço fundamental era o medo. Ninguém confiava em ninguém. Qualquer opinião em desacôrdo, ainda que rudimentar e limitada, vinha envolvida em cautelas tais que dava engulhos. A moda era injuriar a democracia: já tinha dado o que podiar dar; regime históricamente superado, permanecia como remanescente de uma fase encerrada, em países debilitados, que deveriam ceder a liderança mundial aos fortes. E êstes — que eram os nazistas, fascistas, militaristas — iriam marcar a nova época histórica, redimindo a humanidade das mazelas do so-

cialismo, com que a ameaçava o Oriente. Antes, resolveriam as divergências e resistências pelo caminho drástico da liquidação física em massa. Todos deviam pensar da mesma forma, ter a mesma conduta, acreditar nos mesmos deuses. Ai dos que discordassem! Esperava-os o campo de concentração, os fornos crematórios, o aniquilamento implacável. Enviando tropas à Espanha, bombardeando Almeria, arrasando Guernica, nazistas e fascistas acreditavam piamente que jamais a supremacia que exerciam e o terror que infundiam chegaria ao fim. Estavam preparados para uma dominação milenar.

E, aqui, seus seguidores, imitadores e aproveitadores viam com delícia êsses exemplos paradigmáticos, que vinham de tão longe. Os que odiavam o nazismo ou o temiam, de cabeça baixa, viam a sucessão das torpezas e o reinado da esperteza e da mediocridade, sem perceber qualquer sinal de mudança. O capitalismo imperialista gerara aquela monstruosidade e a nutrirá, como o organismo enfêrmo gera e alimenta o câncer que o há de destruir. Os subdesenvolvidos e satélites, sôfregos na submissão, tratavam de agachar-se mais: o nazismo seria, para êles, a salvação das velhas estruturas, a imutabilidade, a paz de pântano que caracteriza as uniformidades incontestadas, em que a vilania se instala como ética fundamental e a repressão é proporcional ao anacronismo que acoberta. Não conhecemos nunca uma época assim ainda nas priscas eras coloniais, quando, em Vila Rica, um grupo de sonhadores acreditou na redenção pela rebeldia.

Naqueles ominosos tempos, o amor à terra e à gente do Brasil representava crime punível no patíbulo; a inteligência fôra algemada, ultrajada, infamada; a delação fôra erigida em mérito — Joaquim Silvêrio foi premiado e chegou a pleitear condecorações — a infâmia fôra apresentada como modelo que se deveria seguir. Estávamos em situação idêntica. Ninguém poderia esperar, em 1794, quando a cabeça do mártir rolou e seu corpo foi esquartejado que, três decênios depois, seríamos nação autônoma. Ninguém esperava, em 1937, com Hitler, Mussolini, Salazar, Tojo, Franco e a sinistra troupe dos tiranos menores, imitações daqueles monstros, que a humanidade encontrasse uma saída que a redimisse. A maioria, oprimida, amargurada, vencida, conformava-se. Iamos ter de suportar no Brasil uma longa ditadura: a vida seria de cabeça baixa. E, de cabeça baixa, os artistas, os escritores em primeiro lugar, esperavam passar a tempestade, iludindo os leitores com as suas criações raquíticas,

as suas ambigüidades, o palavreado vazio, voltando-se para o passado e ressuscitando valores antigos, ou discutindo nonadas com uma veemência de desrecalcamento, sonâmbulos, fingindo-se cegos, surdos, mudos, para coonestar o silêncio a que estavam condenados.

Mas, em meio a tudo isso — a mais trevosa fase da história humana — havia, aqui, e claro que muito mais fora daqui, os que confiavam, os que mantinham acesa a esperança, os que trabalhavam para que melhores dias chegassem, os que organizavam, os que lutavam, os que sabiam que a História é inexorável, os que trabalhavam com o futuro. Não eram muitos, aqui, certamente, e pouco lhes era possível fazer. Nem é isso o que espanta e o que, no fim de contas, importa: o que importa, o essencial, é que, apesar de tudo, sabiam que tudo passa, que nada é eterno, que a força pode aparentar a condição da perenidade mas está condenada pelas suas próprias raízes. A resistência à ditadura, na fase em que o nazismo e o fascismo estavam no apogeu, foi uma página de heroísmo e de glória, aqui, que está ainda desconhecida. Não haverá surpresas, quanto às pessoas, para muitos; mas os fatos surpreenderão. Parecia espantoso, aos poucos que sabiam da existência dos que confiavam, dos que lutavam, dos que sentiam forças para viver, que ainda subsistisse gente assim. Grande e extraordinária coisa é o homem, que pode superar fases tais e reviver o que há de essencial, de generoso e de fecundo na condição humana!

DITADURA E LITERATURA

José Lins do Rêgo foi dos meus primeiros conhecimentos, no Rio, quando aqui permaneci, em 1937. Fiscal do imposto, com exercício no Estado do Rio de Janeiro, não saía da capital e, nela, da José Olímpio, circulando dos escritórios da editora à livraria; o pedaço da rua do Ouvidor entre a rua 1^o de Março e a avenida Rio Branco, era o seu palco. Exuberante, extrovertido, distraído, José Lins do Rêgo era temperamento apaixonado e sensível. Cabeça grande, cabelos revoltos, olhos salientes, faiscando atrás das grossas lentes dos óculos, andava depressa, gesticulando muito enquanto falava. No canto dos escritores, onde havia o banco,

ao fundo da livraria, era sempre figura central nas palestras. De vitalidade fora do comum, apreciava as coisas boas da vida e, particularmente, a admiração que o cercava, como a relativa popularidade. Num tempo em que não havia televisão para permitir que as pessoas, vistas uma vez que seja, já no dia seguinte possam ser identificadas por milhões, José Lins do Rêgo alcançou um nível de identificação bastante apreciável. E êle saboreava êsse fato, que o colocava em evidência. Amava o triunfo e, porque era, no fundo, tímido, receava a crítica desfavorável, até o limite do temor, apesar de aparentar que não e de admitir que as restrições podiam ser naturais e não oriundas de razões outras. Eu já era apreciador de sua obra, quando o conheci. Sem sermos íntimos, mantínhamos boas relações; mais tarde, elas não foram tão boas, mas isso será contado a seu tempo. Entre outras identidades, não muitas, que tínhamos, havia a de sermos torcedores do Flamengo. Adiante, êle chegaria a fazer parte da diretoria do clube; deve ter apreciado também isso, pois alargava o âmbito do seu prestígio. Além disso, José Lins do Rêgo apreciava o convívio numeroso, o ruído, o debate. Chefiando, como diretor de futebol, delegação que viajou ao exterior, os jogadores puseram nêle apelido que, na sua malícia, o retratava bem: “boi de presépio”.

José Lins do Rêgo, nascido em família de latifundiário — o velho José Paulino, retratado em *Menino de Engenho* — fizera, como se tornara comum em sua classe de origem, os estudos de Direito na tradicional Faculdade do Recife; como era comum, desde que a endogamia declinara, passara à pequena burguesia urbana, no setor das profissões liberais; como era comum, tinha tendência para as letras. A vida obrigou-o a transferir, por algum tempo, a realização da tendência literária: casou-se, foi nomeado para função pública bem remunerada, mas teve de deixar o Recife. A paisagem da várzea do Paraíba, onde estavam as terras de seu avô, não ficou esquecida; por todo o tempo sofreu de sua nostalgia. Quando teve oportunidade de concretizar a vocação já antiga, essa paisagem constituiria o fundo de sua ficção, aliás muito próxima da realidade, mas não naturalista. Em têrmos de ficção, êle a transpôs para a arte literária, com extraordinária fôrça evocativa. Enquanto nos domínios conhecidos pela sua própria experiência, sua ficção mantém-se em nível alto; enquanto apela para o que sua apurada sensibilidade gravara, e gravara fundo, de forma indelével, é ro-

mancista de lugar relevante. Quando busca outros assuntos, outros horizontes, outros problemas — mesmo aquêles incorporados à sua experiência, mas não gravados nela — sua arte passa a nível secundário. Trata-se das duas memórias: os cenários e os personagens de sua infância pertenciam à memória profunda, fonte de sua ficção válida; outros cenários e personagens, que estavam na memória superficial, não o levam a criações importantes.

Como os outros romancistas nordestinos — salvo Graciliano Ramos — José Lins do Rêgo é um documentarista, além de memorialista. O romance nordestino do pós-Modernismo — que representou fase curiosa no desenvolvimento da literatura brasileira — foi acentuadamente documentarista: informou sobre a vida regional, reconstituiu-a, denunciou suas mazelas, forjou um libelo, válido como tal, sem dúvida, mas frágil como arte literária. Esse nível de documentário, em que o romance nordestino se manteve e de que se alimentou, era assim como uma espécie de estágio pré-artístico, de etapa preliminar, como se tivesse sido atribuída a alguns escritores a missão preliminar de reunir o material bruto. Nota-se isso desde *A Bagaceira*, em que falta até a estrutura de romance. José Lins do Rêgo faz o relatório da vida no engenho e o da transformação do engenho em usina; Jorge Amado faz o relatório da vida na zona do cacau e em Salvador. São excelentes documentaristas. Sob certos aspectos, os romances que escrevem servem ao estudo sociológico das regiões indicadas; passagens, episódios, problemas, poderão até incorporar-se, como categorias históricas, à análise do desenvolvimento da sociedade regional de que tratam: a transformação do engenho em usina, a conquista, desbravamento, apropriação das terras do cacau.

Há, no desenvolvimento histórico das literaturas nacionais, fases em que o conteúdo se adianta à forma; em outras, é o inverso que acontece. Não é aqui lugar para discutir problemas de teoria literária, como o da ligação entre conteúdo e forma, mas convém frisar que são inseparáveis, unidos e contrários, funcionando dialéticamente e provocando a mudança, o avanço, o desenvolvimento. Isso fica registrado para prevenir qualquer interpretação no sentido de separá-los, ou supor que seja esse o meu pensamento. Na fase atual, em algumas literaturas nacionais — a francesa, por exemplo, para mencionar uma das mais conhecidas aqui — nota-se o avanço da forma sobre o con-

teúdo, sintomático nas experiências formais que se multiplicam e de que sentimos, no Brasil, os efeitos, as repercussões, as influências, na poesia como na prosa. Isso parece refletir um fim de época, quando os valores estão mudando, os antigos sendo desprezados, os novos ainda não prestigiados pelo geral e apenas levantados e defendidos pelos que se antecipam, os pioneiros do que é novo. No Brasil, no decênio dos trinta, era o inverso que acontecia: o conteúdo se antecipava à forma. Isso refletia uma sociedade em que nova fase se delineava e que necessitava, em termos de arte, antecipar os seus valores, colocá-los diante de todos, defendê-los, divulgá-los, impô-los ao gosto comum.

A forma não comportaria essa renovação, que vinha de motivos profundos. Era preciso renovar o próprio conteúdo da criação literária: ela não poderia mais limitar-se ao domínio dos raros, dos escolhidos, dos afortunados; devia alargar os seus efeitos, ampliar-se, ser objeto da atenção de muitos. O gênero literário que passa a primeiro plano, em fase dessas características, quando o conteúdo novo deixa a forma atrasada, em relação à rapidez com que se impõe, é o romance. Por isso é que, a rigor, a literatura brasileira começa com o pós-modernismo, sendo tudo o mais, o seu longo passado cronológico, uma espécie de pré-história, proto-história quando muito, e na época mais próxima. Uma sociedade nova, em avanço, quando a burguesia conquistava a parcela de poder político — e cultural — compatível com o seu poder econômico, e quando o seu acólito, o proletariado, crescia e avançava com ela, refugava as soluções tradicionais, repudiava as normas superadas. Essa sociedade impunha às artes, e à arte literária particularmente, por ser aquela de participação mais numerosa, de mais ampla divulgação, seus novos problemas.

Desde logo, era preciso denunciar o que era velho: a função dos romancistas nordestinos do pós-modernismo, atuando como aguerrida vanguarda, foi a de libelistas. Eles trouxeram à tona e colocaram diante de todos os brasileiros o novo conteúdo, e desnudaram a realidade. Essa etapa preliminar, na urgência de suas tarefas, impunha a subalternidade da forma. Eles traziam, pois, os seus libelos crus, mostrando a vida de nosso povo, na região mais antiga, de quatro séculos de exploração, de padrões longamente ancorados no tempo, estratificados, mortos, gerando contradições que eram novas mas tinham

raízes profundas. Isso tudo estava sendo denunciado. Para a denúncia, com o calor que a envolvia, a forma era o menos. Assim, êsses romancistas, nos seus documentários, apresentavam teor artístico rudimentar, primitivo, tôsko. Mas eram, via de regra, dotados de fôrça como narradores. São contadores de histórias, em nível mais alto apenas, mas idênticos aos que, nas feiras, cantam ao som da viola, os enredos dos ABC, os velhos que conservam e transmitem, como rapsodos, a tradição oral, as velhas escravas, as avós, as mucamas, que encantam crianças com as suas histórias de assombrar.

O que caracteriza êsses ficcionistas, a cuja etapa pioneira se deve, sem a menor dúvida, a renovação das letras brasileiras, consolidando o que o Modernismo representara, sem condições de fixar, é o desleixo formal e mesmo a insuficiência. Da forma, não possuem sequer o domínio do material, a língua. Trabalharam-na mal, sem lhe conhecer os segredos, os recursos, e mesmo sem obedecer às normas sintáticas; ela lhes sai sem nenhum apuro, sem nenhuma beleza, distanciada da perfeição. Servem-se dela com uma ausência de desembaraço que surpreende em quem se pretende artista. O menosprêzo, por outro lado, diante de tudo aquilo que pertence ao domínio da forma não deriva de intenção, é espontâneo, natural, parece ligado ao modo de ser literário de cada um. Salva a êsses maus artesãos, que desconhecem a língua culta, algo de poderoso, de intuitivo, que os torna narradores algumas vêzes saborosos; em Jorge Amado, o sentimento lírico das coisas; em José Lins do Rêgo, a capacidade evocativa que, em algumas páginas, atinge notas muito altas. Em *Menino de Engenho*, dois ou três episódios: o da enchente, o do caboclo no tronco, o do entêrro do velho José Paulino, servem de exemplo. Nesses ficcionistas, espanta ainda a cultura apoucada, o desconhecimento do que é pertinente e do que é vizinho da arte que escolheram. Suas leituras não são suficientes para constituir a experiência mínima que fundamenta as criações de qualidade. Nos domínios da forma são rudimentares. O conteúdo é o que os distingue. Assim, tendo tido papel eminente, em certa fase, o tempo tende a reduzir a importância do que fizeram.

Na década de trinta, não nos apercebíamos disso. Todos creditavam a êsses renovadores da ficção brasileira mérito destacado, tanto mais que estavam criando o público para a literatura brasileira. E êsse aspecto não pode ser esquecido, e tem

sido. Como a época de minhas grandes leituras, as da adolescência, começara antes, conheci o tempo em que o público brasileiro, para literatura, era reduzido. Mais do que isso: lia, de preferência, em francês. Não seria possível, naquela época, conhecer os grandes autores, os do passado como os que ainda produziam, sem ler francês. Nenhum homem no Brasil poderia ser considerado culto se não lesse francês. Alguns iam um pouco adiante, lendo espanhol e italiano. Mas o idioma por excelência da cultura literária era o francês. Poucos, muito poucos, liam o inglês; raros, o alemão. Ora, o hábito de ler literatura em francês — e não apenas literatura francesa, é bom notar — levava ao ridículo de trazerem, normalmente, os nossos livros de ficção o aviso: “Romance brasileiro”. Era tão comum esse traço que não despertava estranheza. Como não despertava estranheza a prosódia lusitana dos nossos artistas de teatro, tida como distinta, modelo a alcançar pelos que não a traziam do berço ou do costume. A ficção do pós-Modernismo rompeu aquela norma e obrigou o público a tomar conhecimento de literatura em português. O Modernismo já romperá o gosto pela ênfase, o fascínio do ornato verbal, da palavra sonora, da frase tortuosa. O pós-Modernismo levou mais longe e consolidou essa repulsa à retórica, à eloquência, particularmente na prosa. Como a poesia modernista não apresentou, inicialmente, nenhum grande poeta, no sentido de renovador da expressão poética e, portanto, de triunfador da luta contra a eloquência — Carlos Drummond de Andrade, pouco conhecido e iniciante, então, só depois apareceu como mestre, nesse sentido — ela persistiu um pouco nesse terreno. Ainda um poeta das qualidades de Casiano Ricardo não ficou inteiramente imune à ênfase e mesmo o *Martim Cererê* ressentiu-se dela.

Os ficcionistas do pós-Modernismo, os nordestinos, refugaram a eloquência; pendiam para o excesso oposto, a vulgaridade; buscavam linguagem próxima do coloquial. Começaram, em sua procura da simplicidade e da vizinhança com o real, a introduzir, na ficção, as côres e os dados mais crus da realidade: as cenas começaram a ser fortes, as palavras começaram a aproximar-se do palavrão. Na maioria dos casos, as figuras femininas eram postizas e a mulher um objeto de prazer, apenas, como na sociedade que estava desaparecendo, a chamada sociedade patriarcal. Perto dos ficcionistas de hoje, nesse sentido, os do pós-Modernismo eram púdicos. Pois muita crítica áspere

foi dirigida a Jorge Amado, a José Lins do Rêgo, acusados de linguagem inconveniente e de apreciadores de cenas fortes. O romancista paraibano sentia essas críticas; o baiano divertia-se com elas. O Estado Nôvo enfatizou o moralismo fácil, como o civismo de encomenda: o uso ou abuso do palavrão ou das cenas eróticas era característica subversiva, visava debilitar a moral, permitindo a conquista do poder. Romances de Jorge Amado e de José Lins do Rêgo foram para as fogueiras purificadoras; as bibliotecas sofreram buscas e delas, banidos como heréticos, êsses livros, licenciosos para a nova pudicícia, foram retirados, com alarde.

Não sei até que ponto, em minhas relações no meio literário, influiu o fato de ser militar e, naquele momento, ajudante-de-ordens de chefe conhecido. Acredito que essa circunstância tenha ajudado: numa fase de mando militar, não utilizei minha condição como ajuda. Sempre busquei, aliás, separar uma atividade da outra. Recordo-me de que, quando cheguei ao Rio, começaram a sair das prisões alguns intelectuais, presos em 1936, acusados de "subversivos". Um dêles, Hermes Lima, despojado de cadeira na Faculdade de Direito, conquistada em concurso brilhante, tornou-se meu amigo. A acusação que pesava sobre ele era absurda, mas a reação não aceitava sequer que um professor explicasse a matéria com espírito científico. Sua prisão fôra equívoco — um entre centenas de outros — e a perda, no caso, era mais do que ensino do que dêle, professor. Pediu-me, um dia, que o levasse ao Gen. Pessoa; não pretendia nenhum favor, nada iria pedir. Queria explicar os equívocos, como o de que fôra vítima. Mostrar o êrro dessas acusações absurdas, gratuitas, malévolas, resultantes, às vêzes, da malícia de competidores, de pretendentes a lugares, a vagas, a promoções, em tôdas as carreiras. Falei ao general; recusou-se a receber o professor e a ouvir suas explicações. Fazia, como os outros, julgamentos esquemáticos, inapeláveis, radicais. Conversar era uma concessão; discutir, uma fraqueza. Ora, essa posição não era a minha. Jamais me recusaria a ouvir, mesmo a adversários. Daí, parece-me, a receptividade que encontrei sempre.

É claro que, naquela época, em regime de força — ditadura militar exercida por um civil — ninguém se abria. O mêdo fechava as pessoas. Todos temiam a violência policial. Não havia direitos, quando as autoridades que velavam pela "segurança" decidiam atirar-se contra alguém. Com a imprensa cen-

surada e os editôres sem condição para lançar obras não ortodoxas — e a ortodoxia era marcada pelos órgãos de repressão — cada um se guardava e não havia confidências senão quando o conhecimento antigo autorizava. Os escritores soltos, na maioria, alardeavam, e com ênfase, posição “imparcial”. Alguns ou-savam a tolice de se afirmar criaturas “do centro”. Reinava a covardia mais reles, quando não a prudência. Comecei a compreender o verdadeiro valor e o verdadeiro sentido da liberdade naquela época. Foi então que conheci de perto o escritor “apolítico”, sem posição, sem opinião, amorfo, aceitando tudo, compactuando com tudo. Essa posição era rendosa, como ainda hoje acontece; dava condições de acesso à cátedra universitária, ingresso nas funções públicas, recebimento de prêmios. Era aceitável, compreensível e até respeitável a posição de homens como Lourival Fontes, intelectual de direita, antes, em fase de liberdade para escolher rumo — sempre relativa, embora — redator de *Hierarquia* muito antes de se pensar, aqui, em ditadura; ou como Almir de Andrade, coerente com a sua formação, as suas idéias, as suas convicções. Nêles, a posição não decorrera do Estado Nôvo, antecederam-o. Vinculava-se a uma convicção honestamente esposada.

Logo que instaurado o Estado Nôvo, Galeão Coutinho foi chamado ao Rio pelo seu amigo Genolino Amado. Galeão rompeu com Casper Líbero, proprietário de *A Gazeta* e perdera o emprêgo. Pretendia estabelecer-se no Rio, sem desligar-se dos negócios da Cultura Brasileira, em São Paulo. Começamos a escrever para uma agência governamental; no meu caso, tratava-se de revelar ao público, que desconhecia seus aspectos e atividades internas, o que era, na verdade, o Exército. Moacir Deabreu, que conheci na Companhia Editora Nacional, em São Paulo, imaginara essa série de artigos. Naquele tempo, em dependências do Palácio Tiradentes, funcionava essa agência. Ali conheci Jaime Adour da Câmara — um dos poucos intelectuais brasileiros que realmente lia, que tinha cultura, adquirida em livros e em viagens. Moacir Deabreu, temperamento boêmio, traduzia romances policiais e fazia jornalismo, sem muito apêgo a qualquer dessas atividades. Galeão Coutinho, como sempre, trazia grandes projetos: com Genolino Amado, ia transformar aquela agência. O sonho durou pouco: Lourival Fontes foi encarregado de organizar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão central de informações governamentais, di-

retamente subordinado à Presidência da República, — Vargas era tratado de Presidente, apesar do regime — encarregado também da censura à imprensa e ao rádio. Lourival incorporou a antiga agência e quem não gostou, como Moacir Deabreu, teve de sair. Jaime Adour da Câmara saiu também. Genolino Amado, logo depois, largou tudo. Galeão Coutinho, que dependia dêle, viu mais um sonho frustrado. Começou o longo reinado do DIP. Já Francisco Campos, ministro da Justiça, determinara que havia jornais em abundância no Brasil: ficava proibida a fundação de outros. Com as licenças de importação de papel de imprensa nas mãos, o DIP controlava os jornais sem fazer fôrça. Na imprensa, como alhures, a vida passou a ser de cabeça baixa. Nas letras, também, mas com variantes que permitiam certa flexibilidade. Era possível, por exemplo, não escrever nada, como era possível ficar mudo. Havia liberdade para isso, — a única, a rigor.

Os intelectuais presos, que começaram a ser postos em liberdade — os militantes políticos cumprindo já longuíssimas penas, alguns condenados para o resto da vida, como Prestes — custavam a conseguir trabalho. O anticomunismo da época maculava as criaturas; até os parentes se afastavam. A propaganda difamadora, que hoje desperta mais ridículo do que ódio, cavava fundo. E havia, acima de tudo, o mêdo. Na pequena burguesia, em que haviam sido recrutados os militantes políticos condenados, em absoluta maioria — comunistas e não comunistas — a campanha difamatória marcara as pessoas. Havia, ainda, no Brasil, quem acreditasse que os comunistas não tinham família, nasciam embaixo das pontes, viviam em promiscuidade sexual, alimentavam-se de bracinhos assados de crianças, pretendiam, com a vitória da revolução, estuprar mulheres, queimar propriedades, arrasar materialmente a sociedade. Essa pregação gerava ética especial: matar comunistas era justo, torturá-los era humano.

Graciliano Ramos, secretário da Educação em Alagoas, já conhecido como romancista, fôra arrancado às funções, prêso, metido em porão de navio, recolhido à penitenciária, em promiscuidade com criminosos comuns da pior espécie, com a cabeça raspada e vestindo o uniforme dos presidiários: jamais foi ouvido, jamais foi processado, jamais foi condenado e, apesar de tudo, penou longos meses, de cárcere em cárcere, de presídio em presídio. A injustiça não tinha importância, o êrro não tinha

importância, o arbítrio não tinha importância: a vítima era um comunista . . . A tortura campeava, infrene, levando pessoas à loucura, matando, marcando, mutilando, mas não tinha importância: as vítimas eram comunistas . . . E a estes se acusava de cruéis, desumanos, violentos e criminosos.

Foram os homens de letras que organizaram o esforço para conseguir a liberdade de Graciliano Ramos; libertado, abria-se para êle o problema do trabalho. Enfraquecido pelos meses de sofrimento e de má alimentação, com mulher e filhos para sustentar, desempregado, o romancista foi morar numa pensão do Catete: tinha de recomeçar a vida. Os amigos conseguiram, depois, sua nomeação para fiscal do ensino; a mais alta função que ocupou, em tôda a sua existência, o maior romancista brasileiro depois de Machado de Assis. Para reforçar o orçamento doméstico conseguiu o emprêgo de revisor, exercido no *Correio da Manhã*. Na revista *Cultura Política*, dirigida por Almir de Andrade e consagrada à propaganda da ação do govêrno, fôra encarregado de trabalho condigno mas, ainda ali, para refôrço de orçamento doméstico, fazia revisão. Era curioso, — e triste também — ver aquêle extraordinário escritor, o maior de nossa época, colocando, com sua costumeira meticulosidade, caprichadas meias-solas na prosa agreste dos pretensos homens de letras que tinham direito de escrever nos jornais e nas revistas.

Uniu-me a Graciliano Ramos amizade que começou logo depois que foi pôsto em liberdade, amizade que não teve nenhum estremecimento e que durou até à sua morte. Só privávamos quando a vida militar me permitia passar algum tempo no Rio de Janeiro, mas isso em nada afetava a estima em que o tinha e, creio, aquela com que sempre me honrou. Conheci-o, se a memória não me trai, nas conversas da livraria José Olímpio, ao fundo, no banco de que êle era o ocupante mais assíduo. Ao longo dessas conversas, às vêzes na presença de outros escritores, fomos nos conhecendo e à maneira de pensar de cada um, surgindo a amizade. Quando eu me afastava do Rio, ela não ajudava a manter correspondência, porque êle não amava escrever cartas. Tenho, dêle, duas ou três, importantes apenas pela época em que foram escritas: era preciso escrevê-las, se não êle se esquivaria a êsse trabalho. Nas conversas era, no geral, reservado, ouvia mais do que falava, porque, além de tudo, falava pouco. Para alcançar o grau de confiança que merecia

suas confidências ou mesmo suas opiniões era preciso tempo. Como costumam ser os sertanejos, era homem exteriormente agreste, calado, comedido, rude e incisivo nas definições, quando se decidia a opinar. Esse exterior de linhas duras, que casava com a angulosidade dos traços do rosto e com a magreza do corpo, escondia uma apurada sensibilidade, que êle refreava e policiava com esforço. Sentado, cruzava as pernas e ficava balançando a de cima, enquanto segurava, com a magra mão direita, o infalível cigarro, de que tirava lentas tragadas, acompanhando, com os olhos encovados, ainda mais pela saliência das maçãs do rosto, que o assemelhavam ligeiramente a um oriental, a conversa que corria à sua volta.

Graciliano Ramos era, já por essa época, escritor respeitado pelos confrades. Os que o conheciam de perto admiravam também o homem. Concorria para essa admiração, que muitos coroavam com a estima, a dignidade modesta de suas atitudes, a compostura imutável de seu procedimento. Sem alardes, mantinha-se fiel a si mesmo e aos princípios que adotara e isso, naquela fase, era difícil e perigoso. É interessante lembrar, entretanto, que a sua grandeza não havia ainda sido aceita, pelo menos fora do círculo dos homens de letras. Para o público, e mesmo para muitos supostos entendidos em literatura, a obra de José Lins do Rêgo, como a de Jorge Amado, e até a de Raquel de Queirós, era mais importante do que a dêle. Acontecia com Graciliano Ramos o que acontecera com Machado de Assis, que a posteridade consagrou como figura superior mas que, quando vivo, não era tido assim, embora confrades da estatura de José Veríssimo lhe avaliassem com exatidão a importância. O público do tempo apreciava mais outros ficcionistas, particularmente o público jovem. Só o nosso tempo deu a Machado de Assis o merecido prestígio. Na época de minhas leituras de adolescência, nem eu, que era dominado pelo vício da leitura, nem os leitores que conheci, apreciávamos Machado de Assis, muito pouco lido. Machado de Assis, na sutileza de sua ficção da segunda fase, não pode ser captado senão pelo espírito já amadurecido; não é leitura para adolescentes. Saboreá-lo é um prazer que só os anos concedem e a experiência possibilita. Assim acontecia com Graciliano Ramos.

Isso não derivava apenas da alta qualidade de sua obra, já àquele tempo — sem falar em *Caetés* — com dois títulos

de primeira grandeza, dois livros imortais, *São Bernardo* e *Angústia*, qualquer deles superior ao conjunto do que os outros haviam escrito, naquela altura. Derivava de circunstância muito característica daquela fase e que tem ocorrido em tôdas as literaturas, antes de conquistarem a maioria, isto é, criarem a língua literária, assumirem autenticidade nacional e terem público: o primado da vida literária sôbre a obra literária. A vida literária assumia aspectos movimentados e curiosos, absorvendo as energias que, se colocadas a serviço da obra literária, produziriam trabalhos destacados. Havia até mestres da organização e da manutenção da notoriedade. Foi o tempo em que as biografias quase apresentavam roteiro comum: descia o rapaz de um Ita, vindo do Norte, para conquistar a capital. Via de regra, procurava algum contrerrâneo, que o encaminhava e, principalmente, punha-o em contato com as figuras já vitoriosas. O adventício conquistava uma coluna de jornal e começava a bracejar duro, com a pertinácia dos que sabem o que querem. Sua arma era o elogio, transformado em blandícia, com que ganhava as boas graças dos poderosos do momento: todo ministro era gênio por definição, seus secretários eram poetas do nível de Verlaine, ou prosadores da marca de Anatole France (ídolo da época dos avós). Alguns faziam-se escribas: discursos parlamentares, teses, projetos, entrevistas, tudo era preparado por êles e dito, ou assinado, por criaturas que não tinham talento nem conhecimentos, mas tinham dinheiro ou posição (tendo, às vêzes, passado pela mesma etapa, fazendo, antes, aquêles mesmo roteiro). As proteções alcançadas com o elogio fácil concretizavam-se em benemerências: nomeação para cargos públicos, viagens à Europa, sinecuras que permitiam folgas na vida. Os mais espertos, ou mais afortunados, davam o chamado "golpe do baú": acabavam casando com a rica herdeira que lhes trazia notoriedade, fortuna ou posição e, às vêzes, tudo isso. Na maior parte dos casos, o antigo rapaz pobre deixava de lado as veleidades literárias pois já havia alcançado o que pretendia. Em outros casos, mais raros, a fortuna, a posição, a notoriedade eram postas a serviço de seu nome. Lima Barreto retratou um pouco êsse roteiro em *Numa e a Ninfa* e deixou traços dêle no *Isaiás Caminha*.

Em regime ditatorial, o uso de tais processos encontrava facilidades excepcionais. Peados pela censura, os jornais concediam espaço, antes destinado aos problemas políticos, às cria-

ções literárias. Foi o momento em que, em todos os jornais, apareceram suplementos de letras e artes. O do Govêrno, *A Manhã*, criou um de tal forma importante que constitui, até hoje, uma das boas fontes para o estudo da nossa literatura. Êsses suplementos foram, desde logo, controlados por reduzido grupo de escritores, alguns nem chegavam a constituir grupos, que se tornaram os árbitros da vida literária. E aconteceu, então, com as criações literárias o que, hoje, acontece com as criações musicais, no terreno da música dita popular, particularmente a carnavalesca: a caitetagem. O processo é conhecido: sai o autor da música com o disco debaixo do braço e entra em contato com os chamados *disc-jockeys*, isto é, os locutores dos programas de música popular nas emissoras; por dinheiro ou por pagamento de outra espécie, e até por troca de favores, vai obtendo que o disco seja tocado e com freqüência, nesses programas; êsse esforço pertinaz é o alicerce de muita notoriedade musical, como se sabe. Com o livro, naquele tempo, acontecia coisa semelhante, ainda que em escala menor. De qualquer modo, o importante é que os círculos ligados às letras, os que delas se ocupavam, os que podiam estabelecer a notoriedade de autores e de livros, caíram sob contrôle de reduzido número de pessoas, ligadas mais à vida literária do que à literatura. Os beneficiados embalavam-se no sucesso assim alcançado e cometiam o êrro de supô-lo eterno. Quando, além do ruído dessa organização publicitária, havia ainda, por acaso, valor próprio, no autor ou no livro, é claro que o resultado da propaganda recebia a ação multiplicadora dêsse acidente.

Ora, para enfrentar problema assim pôsto, Graciliano Ramos não tinha condição alguma. Em primeiro lugar, sofria o entrave político: uma organização como a que descrevemos — e a que assistimos funcionar com a mesma eficiência do jôgo do bicho — não poderia servir a um escritor marcado pela posição que o levava ao presídio. Em segundo lugar, havia, constituindo impedimento insanável, o seu temperamento de homem bom mas sêco, desajudado de artimanhas jeitosas e de agrados fáceis. E havia, por último, como outro obstáculo, a alta qualidade de sua obra, a que se justapunha a impossibilidade do autor para retribuir os favores recebidos. Lima Barreto apresentou, aliás, caso semelhante e a tal ponto que, como ficou registrado, o compêndio de Ronald de Carvalho, sôbre a his-

tória de nossa literatura, nem sequer mencionou o seu nome. Como a maioria absoluta dos membros da organização que controlava os suplementos e seções literárias dos jornais era de nordestinos, diziam os maliciosos que Gracialiano Ramos, como alagoano, pertencia ao quadro mas os companheiros nunca lhe passavam a bola. Na verdade, êle, que era o valor mais alto e mais autêntico, desconhecia a publicidade, e esta o desconhecia. Não era, e nem só por isso, dos autores mais lidos, muito ao contrário.

Foi ainda nessa época que conheci Azevedo Amaral. Admirava-o como jornalista e como ensaísta. Do primeiro, conhecia mais a fama do que a obra, pois sua passagem pelo *Correio da Manhã* e sua correspondência da Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial, era anterior à época em que comecei a me ocupar com a leitura de jornais. Do segundo, porém, conhecia o mais importante, os *Ensaaios Brasileiros*, de 1930, uma das primeiras tentativas de interpretação materialista que apareceram por aqui, embora ainda em esboço, aplicada ao caso concreto brasileiro. Quando Otávio de Faria lançava o *Maquiavel e o Brasil*, tentativa teórica de indicação de saída autoritária, Azevedo Amaral interpretava a nossa situação com muita sagacidade, denunciando, aliás, uma formação cultural de linhas muito diversas do que era costume encontrar entre nós. Os *Ensaaios Brasileiros* não encontraram a repercussão que mereciam. Para a época ainda ensolarada de verbalismo inócuo, quando o autor da moda, tido como autoridade, era o incrível Gustave Le Bon, as suas interpretações eram avançadíssimas. Amaral já estava cego quando o livro foi elaborado: seus períodos são longos, às vêzes, perdendo em clareza, como acontece, normalmente, com os textos ditados. Mas a lógica que os inspira e alicerça é de grande força. No Brasil, de grande originalidade também. Hoje, relido, o livro apresenta o rendilhado de seus vazios e de sua trama, mostra a superficialidade do homem apenas bem informado, que tem identidades meramente formais com o homem culto. Mas, naquela época, essas deficiências não apareciam, porque as qualidades alinhadas eram grandes pelo confronto com a ausência de informação e de cultura política e sociológica entre nós.

Amaral tinha uma conversa fluente, agradabilíssima, cintilante. Tinha muito que contar, como jornalista que trabalhara

com Edmundo Bittencourt, na época em que o *Correio da Manhã* era, realmente, o grande jornal de crítica, numa posição política errada na forma, às vezes, mas certa no conteúdo, como intérprete das aspirações da burguesia brasileira. Como, na época, o que regulava a vida dos jornais era a venda avulsa, a virulência da linguagem oposicionista do *Correio da Manhã* traduzia a catequese da pequena burguesia, mais radical sempre em suas posições. Amaral acompanhava de perto tôdas as lutas daquele período, dominado, na fase inicial, pela figura singular de Pinheiro Machado. Era, também, o protagonista de episódio escandaloso, que motivara sua expulsão da Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial, quando, na correspondência de jornal, mostrara como a pátria de Churchill permitia que o algodão norte-americano entrasse na Holanda, apesar do bloqueio, com destino à Alemanha, onde seria transformado em explosivos para matar soldados inglêses, ao mesmo tempo em que impedia que o algodão brasileiro tivesse a mesma facilidade. Vibrante, culto, versátil, Azevedo Amaral, que casara com a secretária e que, como cego e como homem, não podia prescindir da ajuda que ela lhe prestava, apreciava as coisas boas da vida. Era, no fundo, cético e epicurista. Seus prazeres pareciam, às vezes, infantis; um dêles era passear, de automóvel e de madrugada, pelas avenidas que, no Rio, beiram o mar, prazer praticamente olfativo mas, apesar de tudo, paradoxal, em pessoa de sua natureza. Outro de seus prazeres: o da mesa, desejando sempre os pratos mais complicados, mais condimentados e mais raros.

IMPrensa E IGREJINHAS

Foi no apartamento de Azevedo Amaral, no Edifício Góis, à Rua Álvaro Alvim, na Cinelândia, que conheci um rapaz que se iniciava, então, no jornalismo e que se associara ao autor dos *Ensaioes Brasileiros* para editar uma revista, *Diretrizes*, que marcou época na imprensa do Rio: Samuel Wainer. Com o Estado Nôvo, os sócios divergiram. Wainer desejava seguir um rumo, Amaral, outro. O mais môço registrara o título em seu nome, unicamente, valendo-se de que só

êle, entre os dois, podia tomar providências de ordem prática. Amaral, impetuosamente, assumiu posição quixotesca. fundou outra revista, denominando-a *Novas Diretrizes*. Eu não percebera nêle o germe transparente do direitista que viria a ser e que existe, entretanto, em muitos esquerdistas da pequena burguesia, particularmente entre os mais radicais. Tal germe, a rigor, encontrava-se já nos próprios *Ensaioes Brasileiros*. Manifestou-se, em dimensões crescentes, quando do Estado Nôvo, a que Amaral aderiu com entusiasmo, escrevendo o ensaio de interpretação mais lúcido, talvez, que tal regime chegou a merecer. Vargas recebeu-o, em audiência cujas peripécias Amaral contaria com a vivacidade costumeira. Colaborador de *Diretrizes* — que continuei a ser — e de *Novas Diretrizes*, esclareci ao amigo que não acompanhava o seu entusiasmo pela ditadura. Pediu-me que continuasse a escrever em sua revista, para a qual esperava ajuda do DIP. Concordei. No número em que tive de exteriorizar pensamento diferente do dêle — nem era de crítica ao Estado Nôvo, porque isso teria sido impossível — fêz anteceder meu trabalho de uma nota, explicando ser a opinião externada de minha responsabilidade pessoal, ali publicada apenas como norma democrática de respeito à divergência. A revista desapareceu logo em seguida.

Quando me contara o episódio de que resultara sua expulsão da Inglaterra, Amaral fizera referência, mencionando-o como curioso, a um detalhe: a maneira correta como, de regresso ao Brasil, fôra tratado pela direção da *Light*. Não dei importância a êsse detalhe. Amaral trabalhara na imprensa carioca em uma época em que os ataques ou críticas à *Light* derivavam, normalmente, de pura chantagem, processo conhecido de tomar dinheiro da empresa dita canadense. Na realidade, tão canadense quanto são panamenhos os navios que cortam os mares com a bandeira do Panamá. A posição de crítica ao “polvo canadense”, pois, trazia sempre, para quem a adotava, inequívoco teor de suspeição. Não havia, nessa crítica, nada de profundo, conceitual; não se tratava de luta contra o imperialismo. Claro está que outra era a qualidade, como outras as razões, quando o ataque ou a crítica partiam da pequena imprensa operária, quase tôda, na época, de orientação anarquista. Essa imprensa não contava: a *Light* não se dava ao trabalho de pagar a suspensão das críticas ou ataques. A realidade é que, com a objetividade que caracteriza o imperialismo, a *Light* pagava tão-

somente aquilo que poderia perturbar suas relações com o Estado, no Brasil. Essas relações exigiam que mantivesse, no seu corpo de advogados, na sua fôlha de pagamento, com remuneração fixa, sem prestar serviços profissionais, alguns dos mais eminentes e prestigiosos políticos brasileiros.

O que eu não poderia, naquela época, conhecer é que Azevedo Amaral percebia da Light importância mensal, como se a ela estivesse ligado pela prestação de serviços. O fato vai aqui registrado, tão-somente, sem mais e, particularmente, sem nenhum julgamento. Vale como sintoma da vida brasileira, na época a que me refiro. Evidencia, entre outras coisas, a diferença que distanciaria tanto as normas que presidiam as operações do imperialismo inglês, então ainda poderoso no Brasil, e as que, mais tarde, presidiriam o botocudismo do imperialismo norte-americano. Diferença que não estava ancorada em condições da raça, nem mesmo de experiência. Antigo, experimentado, realmente, o inglês podia dar-se ao luxo de disfarçar sob formas polidas as suas extorsões: o americano seria exercido numa fase histórica já de condições diversas e ver-se-ia obrigado a deixar de lado qualquer cerimônia, agindo com ostensiva brutalidade, sem nenhum disfarce. Claro que tais diferenças permaneceram sempre no domínio da forma; no conteúdo, na essência, não havia, e não há, diferenças.

Apesar do desenvolvimento já alcançado, as letras brasileiras atravessavam, naquela época, uma fase de transição, em que se confundiam ainda o velho e o novo. Enquanto, de um lado, conquistavam o público, de outro mantinham o provincianismo da igrejainha. As literaturas subdesenvolvidas, realmente, apresentam a igrejainha como característica normal: como não conquistaram o público — público e literatura guardam entre si relação dialética: o público influi na literatura e a literatura influi no público — os escritores vivem do calor artificial, de estufa, gerado em círculos reduzidos, constituídos por oficiais do mesmo ofício, quando os fatores pessoais primam sobre os sociais, o particular sobre o geral. Onde não existe público, quem pode consagrar senão os próprios confrades, agremiados em igrejainhas, como forma espontânea, natural, inevitável, necessária até de aprêço, de conforto, de aplauso? Desde que o público começa a existir e começa a influir, a igrejainha perde a razão de ser, torna-se característica de componente velha, superada, remanescente de fase anterior. Trata-se, em meio lite-

rário desenvolvido, de nota provinciana e ridícula, como tudo o que sobrevive às condições originárias, existindo em discrepância com os novos tempos.

Quando a literatura ganha maturidade, as igrejinhas perdem a razão de ser. Quem define o valor das obras e o prestígio dos autores é o público. Claro que, na fase nova, que se abre então, surge a contradição entre qualidade e aprêço, que leva ao *best-seller*, isto é, o contraste definido no aprêço numeroso por obras desprovidas de qualidade, e aprêço restrito pelas que, inovando, permanecem incompreendidas por algum tempo. Mas êsse é outro problema, e existe e se desenvolve em ligação estreita com a contradição que existe entre as relações capitalistas — o livro na categoria de mercadoria — e as criações artísticas. Se, no exame do problema da comunicação — assunto tão discutido agora — não se considera a contradição de classe, é impossível chegar a conclusões próximas da realidade. Preliminarmente, a contradição entre o público e as criações artísticas deriva do fato de que, numa sociedade dividida em classes, as dominantes têm acesso à cultura, recebem educação, enquanto as dominadas são privadas de cultura, não têm acesso à educação. Claro que esta é a visão macroscópica do problema; êle apresenta complexidades que repelem a simplicidade do esquematismo. Mas só partindo da premissa apontada é possível alcançar suas razões.

Quanto mais marginalizado o esforço de criação artística, quanto mais ilhado no aprêço de número reduzido de pessoas, maior a pressão para a saída que a igreja representa: ela substitui o público, onde não existe ou ainda não impôs o seu gosto. Atravessávamos, no Brasil, naquela época, uma fase em que a igreja, no crepúsculo de sua função substituidora, representava o provincianismo superado, a agremiação antes necessária e agora supérflua. Como contei, antes, havia número reduzido de escritores e jornalistas, que controlavam os suplementos literários e consagravam determinadas figuras, omitindo ou obscurecendo outras. Os critérios eram diversos, nas igrejinhas então existentes, influenciando muito o fator regional. Como a fase apresentava a galeria de ficcionistas nordestinos como agrupamento mais ativo, uma das igrejinhas mais conhecidas, e a mais forte, era por êles mantida. Para sua manutenção, aceitavam adesões de elementos não recrutados pelo local de nascimento, desde que pudessem ser úteis. A regra da igre-

jinha era o auxílio mútuo; uma das formas do auxílio mútuo era o elogio recíproco, trocado com uma constância e um método que a publicidade comercial invejaria. O auxílio mútuo ia mais longe, através do controle dos suplementos literários, das seções de crítica literária ou de simples informação, que a quase totalidade dos jornais mantinha; tais suplementos eram privativos, na colaboração, dos que aceitavam as consagrações da igreja. Isso levou, e não poderia deixar de levar, ao monopólio dos prêmios literários e esse foi outro campo em que, provincianamente, as nossas letras capengavam ainda nos laços que as prendiam ao passado.

Se os modernistas, até mesmo por razões da luta que travavam, eram gregários e o agrupamento deles surgira como decorrência de seu isolamento, da resistência que o meio opunha ao que eles faziam, os pós-modernistas, particularmente aqueles que provinham da safra nordestina, seriam gregários por força de outras necessidades, como processo de conquista dos instrumentos que fazem a glória literária, como método para neutralizar competidores. Controlando a imprensa literária e a crítica, passaram logo a controlar os prêmios de literatura, poucos, pobres mas disputados. Dois deles tinham algum destaque: o da Fundação Graça Aranha e o da Sociedade dos Amigos de Filipe de Oliveira. Aquela fundação agremiava gente ligada a Graça Aranha, particularmente figuras do Modernismo; esta sociedade agrupava antigos amigos e admiradores do poeta gaúcho tão cedo desaparecido, mantida pelo seu irmão João Daudt de Oliveira, que enriquecera no comércio e era alto dirigente da associação que reunia os comerciantes cariocas. Eram prêmios de valor material reduzido: o da Fundação Graça Aranha montava em dez contos de réis, numa época em que um romance se vendia entre seis e dez mil réis o exemplar.

A Fundação Graça Aranha premiara, em 1931, a *O Quinze*, de Raquel de Queirós, iniciando sua série de escolhas anuais; no ano seguinte, o livro premiado seria *Menino de Engenho*, de José Lins do Rêgo. O Filipe de Oliveira caberia, entre outros, a Raquel de Queirós, com *As Três Marias*, em 1939; a José Lins do Rêgo, com *Água Mãe*, em 1941. A estréia de Raquel de Queirós fôra singular, pelo vazio da ficção brasileira naquela fase, e pela idade da autora. Hoje, o romance da sêca, calcado em suas exterioridades e pitoresco, está liquidado, e *O Quinze* perdeu a importância que apresentava. O mesmo não se pode

dizer da estréia de José Lins do Rêgo: *Menino de Engenho* conserva seu interesse para o público brasileiro. Já o caso de Jorge Amado foi diverso: *Mar Morto*, premiado, em 1936, pela Sociedade Filipe de Oliveira não é dos seus melhores livros; a premiação de *Jubiabá*, em 1935, teria sido justa.

Note-se que as escolhas apontadas, quanto às da Sociedade Filipe de Oliveira, são da época que preparou o Estado Nôvo ou da vigência dêste, e refletem o clima em que vivíamos. *As Três Marias*, de Raquel de Queirós, como *Água Mãe*, de José Lins do Rêgo são romances mediócrs. Essas premiações definiam a escala de valores dominante nos círculos que controlavam as letras brasileiras: buscava-se antes o nome do autor do que a qualidade da obra. As escolhas sofriam das injunções pessoais, traduziam a parcialidade dos julgadores. É fato que, em alguns casos, foram acertadas, mas o acêrto não decorreu dos méritos do livro premiado, mas da coincidência de ser o autor figura ligada aos que o concederam. Tais prêmios não afetavam — como nos países capitalistas desenvolvidos — a venda do livro; distinguíam o autor, valiam como título, acalentavam sua vaidade. As relações pessoais regulavam quase absolutamente o processo de escolha. Numa época em que o público começava a existir, para os ficcionistas brasileiros, os critérios pessoais adotados refletiam o passado, traduziam características superadas, fixavam o provincianismo de um meio que apresentava já traços modernos. Se assim era com os dois prêmios que tinham alguma repercussão, embora só no meio dos letrados, o que acontecia com outros, desconhecidos do público e sem qualquer influência, até mesmo como título — como os da Academia Brasileira de Letras — era muito pior. Os da Academia, ignorados e materialmente insignificantes, passavam por manipulações desprimorosas, que os desmoralizaram de forma total. Mais adiante, a Academia criou um prêmio especial, para o conjunto da obra de cada escritor, mas os seus critérios continuaram os mesmos e o prêmio não honrou a ninguém. Os processos de fabricação de celebridades — na escala brasileira, naturalmente — eram provincianos, exigindo a ação de injunções pessoais nem sempre dignas. Hoje, com o pêso dos chamados meios de comunicação de massa, são ainda piores, como se sabe.

O Estado Nôvo, desde a fase preparatória, anterior a novembro de 1937 — como tôdas as ditaduras — procurou destruir a incipiente organização universitária brasileira. Naquele

tempo não houve necessidade de agir em força contra as organizações estudantis. O esforço de repressão foi exercido contra os professores; os melhores foram afastados, alguns presos. A Universidade do Distrito Federal foi liquidada. Era a iniciativa avançada, na época, a experiência universitária moderna, reunindo alguns nomes de prestígio e dotada de estrutura atualizada. Contra ela investiu o fascismo caboclo, na sua incurável cegueira. Anísio Teixeira, que vinha organizando aquela Universidade, teve de retirar-se da atividade cultural. Voltou à Bahia, onde passou alguns anos afastado dessa atividade, dedicados ao comércio, que até lhe proporcionou condições materiais superiores às que tinha no Rio, mas não era o que gostava de fazer. O antiintelectualismo, que aparece em fases tais, faz com que seja vista com suspeição qualquer atividade cultural. Essa deformação leva às generalizações fáceis e alarmadas e até perigosas, como a de colhêr em malhas repressoras criaturas sem nenhuma idéia revolucionária, liberais no máximo e, em alguns casos, até conservadoras. Anísio Teixeira tem sido vítima repetida dessa deformação: espírito aberto, liberal, tolerante, repetidamente é catalogado como esquerdista, elemento perigoso, “subversivo”, comunista.

Controlando a imprensa e o rádio, através do DIP, o Governo dispunha ainda de outros recursos: viera às suas mãos a Rádio Nacional, que era, ao tempo, a mais poderosa e a mais ouvida emissora do País. No acervo incorporado aos bens da União estava, também, o jornal *A Noite*, fundado por Irineu Marinho — que dêle partiria para criar *O Globo* — e depois pertencente a Geraldo Rocha ou à empresa que êle representava. *A Noite* já não era o jornal popular, vivo, vibrante, dos tempos de Irineu Marinho — que foi, na verdade, jornalista de excelentes qualidades, consideradas as características da imprensa da época — mas tinha patrimônio considerável. Do ponto de vista da imprensa, o mais importante, nesse patrimônio, era o parque gráfico. A rotogravura apenas começava entre nós: *A Noite* dispunha de aparelhamento que lhe permitia imprimir *A Noite Ilustrada*, em rotogravura, com larga circulação. Por sorte, o Governo deixou em *A Noite* alguns dos experientes jornalistas que ali encontrou. À base dêles e com os recursos de que dispunha, a empresa se ampliou. Surgiu o jornal *A Manhã* título antigo, que Mário Rodrigues popularizara muito, anos antes — e, aproveitando a rotogravura que, fazendo apenas *A*

Noite Ilustrada, dispunha de capacidade ociosa, as revistas *Carioca* e *Vamos Ler*.

Essas revistas, com a maioria das páginas em rotogravura, foram concepções jornalísticas apropriadas ao público; a realidade confirmou-as e tiveram êxito, alcançando circulação numerosa. *Carioca* tratava dos meios de difusão de massa: teatro, cinema, rádio principalmente, numa época em que, não existindo ainda a televisão, o rádio era o meio fundamental para alcançar as grandes audiências e o único capaz de gerar as celebridades que nem o futebol, naquele tempo, conseguia gerar. Foi então que apareceram os grandes nomes na música popular brasileira, quanto à notoriedade. *Carioca* dava cobertura a êsses nomes e aproveitava do prestígio de que êles gozavam. Como o teatro já começava a se associar ao rádio, utilizando o mesmo material humano, a revista voltava-se, também, para os palcos. O cinema nacional estava na base da chanchada carnavalesca, calcada na música popular. *Carioca* refletia êsse conjunto de atividades, umas ligadas às outras. Tornou-se a revista predileta da classe média, a pequena burguesia urbana, cujo gosto e padrões eram intensamente trabalhados pelos citados meios de comunicação, com o rádio na vanguarda. A música popular recebia, então, extraordinário impulso: Carmem Miranda e Francisco Alves, que haviam aparecido em fase anterior, continuavam a desfrutar de grande prestígio. Ari Barroso aparecia como estrêla de primeira grandeza. Nos auditórios enfileirados, cantoras novas, que logo seriam celebridades, disputavam as calorosas preferências.

Vamos Ler foi outra “descoberta” jornalística importante: voltava-se para os assuntos ligados à cultura, colocando-se sempre em nível popular. Com páginas impressas em papel de jornal e outras em rotogravura, alcançou circulação muito grande, dentro das limitações naturais, que não poderia superar. A fórmula adotada por *Vamos Ler* parecia ser a mais acertada, no sentido de alcançar o grande público mas fazendo concessões para isso e atuando no sentido de elevar o gosto popular. A realidade confirmou que essa fórmula era certa, não só porque a revista triunfou como porque a fórmula foi retomada, adiante, com nôvo sucesso a confirmá-la. Outra fórmula, a do jornal de literatura, tentada também, na época, por Brício de Abreu, com *Dom Casmurro*, não aprovou, durando pouco. A tentativa gozada teve o mérito de proporcionar oportunidade para alguns

juvêns que se iniciavam nas letras, e na imprensa. O mais dotado seria Joel Silveira que, particularmente em *Diretrizes*, logo se firmaria como autor de excelentes reportagens e como contista de primeira ordem, nos livros *Onda Raivosa* e *Roteiro de Margarida*. Rubem Braga, que começava a se firmar como cronista, no estilo que aprimorou ao longo do tempo e que se fixou como personalíssimo, tinha já coluna permanente nos jornais. *Vamos Ler*, escorada na solidez da empresa *A Noite*, mostrava como era possível fazer uma revista de cultura em nível popular e manter larga circulação.

Raimundo Magalhães Júnior, que começara sua carreira de teatrólogo e ficcionista com um livro de contos lançado pela editora *A Noite* e que já se firmara na imprensa, passara da redação do vespertino que dava nome à empresa à redação das revistas antes mencionadas. Foi dêle que partiu o convite dirigido, em São Paulo, a Orígenes Lessa e a mim, para colaborar em *Vamos Ler*. A revista tivera iniciativa interessante: a de publicar entrevistas de escritores, colhidas por repórteres que lhes davam movimento e interesse, mantendo o cuidado em despojá-las de ênfase e de lances profundos, para assegurar seu teor jornalístico. Em São Paulo, Silveira Peixoto realizara uma série dessas entrevistas, reunidas depois em dois volumes, com o título *Falam os Escritores*. A entrevista que concedi a Silveira Peixoto integra o segundo volume, publicado em 1941.

Eu já era, assim, antes de vir para o Rio, conhecido dos leitores de *Vamos Ler*. Aqui convém intercalar observação que me parece interessante e que já foi feita por outros, relativa à capacidade de consagrar nacionalmente que só o Rio detém, no Brasil. Pode alguém, na província, exercer atividade intelectual anos a fio, na imprensa, no teatro, no rádio: sua notoriedade permanece limitada ao âmbito regional ou local. Só o Rio tem condições para conferir notoriedade nacional. Isso acontece — não tenho certeza se continua a acontecer, particularmente em relação a tudo que usa a televisão como veículo — mesmo quando se tratava de São Paulo. O crítico literário, o cronista, o colunista, aparecendo nos jornais paulistanos, era conhecido ali pelo público, uns mais, outros menos; fora dali, apenas pelos confrades. Quando vim para o Rio, em 1937, só era aqui conhecido por escritores; o público ignorava totalmente o meu nome. Meia dúzia de colaborações em *Vamos Ler*, de circulação nacional, me fizeram mais conhecido do que anos de

colaboração constante e sistemática em grande jornal paulista. O Rio detinha, realmente, o monopólio da capacidade de consagrar em âmbito nacional, e o que acontecia em relação a São Paulo acontecia, em escala muito maior, em relação a Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Recife, etc.

Foi por essa época, também, que começou a circular a revista *Cultura Política*, dirigida por Almir de Andrade. Era destinada à propaganda do regime, mas em termos de cultura. Orientada por intelectual que acreditava nas virtudes desse regime e que admirava as de seu dirigente, *Cultura Política* teve significativo papel na época e sua coleção é ainda procurada e estudada, como preciosa fonte de informação sobre o Estado Novo. Colaborei nessa revista, praticamente desde seu lançamento; por duas vezes, se a memória não me trai, redigi o trabalho de maior responsabilidade, aquêles em que era analisada a iniciativa governamental que apresentava mais interêsse no momento. Tratava-se, na revista, do tema principal e por isso tais artigos assumiam as proporções de pequenos ensaios. Quando me coube redigi-los, tive sempre de prepará-los, de estudar o problema em foco. Foi quando, com surpresa, verifiquei que o Estado Novo não se resumia na sinistra face policial que revoltava os esquerdistas, os liberais e, naturalmente, todos os homens de bem. O regime autoritário podia ser chamado de fascista, para fins de agitação, mas a verdade é que, embora tivesse identidades com o modelo externo, algumas transparentes, revestia-se de peculiaridades, era fórmula circunstancial de uso do poder para permitir à burguesia brasileira, com todos os seus vínculos com o latifúndio e com o imperialismo, realizar os seus propósitos sem a necessidade de fazer concessões às forças populares, que defendiam os interêsses dos trabalhadores. Era uma época, aquela, em que as relações capitalistas podiam desenvolver-se sem liquidar o latifúndio e sem enfrentar decididamente o imperialismo.

Tratava-se, no fim de contas, para a burguesia brasileira, de realizar os seus propósitos, fazer a sua pequena revolução, ainda que de maneira parcial, incompleta, deformada — mas, ainda que de maneira parcial, incompleta, deformada — mas, no essencial, contra o proletariado. Na época da ascensão autoritária no mundo, a burguesia brasileira, incipiente, nova, débil, atrasada, julgava poder dispensar a base popular que sempre proporcionou àquela classe força capaz de lhe permitir a conquista de seus objetivos. O regime, assim, não era o mesmo que,

nos países de capitalismo desenvolvido, havia gerado o nazismo, o militarismo, o fascismo. Traço comum era o anticomunismo: naqueles países representava o medo ao socialismo, capitaneado pela União Soviética; aqui representava fantasma levantado para alcançar a passividade ou a aquiescência da pequena burguesia. Atrás da fachada policial, o Estado Nôvo levantava os problemas em cujas soluções a burguesia brasileira estava interessada. O regime pretendia, em suma, conciliar o inconciliável: realizar uma política nacionalista mas sem participação popular. Isso tudo vem a propósito dos temas que *Cultura Política* colocava, porque o Governo os encarava e pretendia resolvê-los. Muitos desses temas eram importantes; algumas das iniciativas governamentais eram defensáveis.

Não pretendo, de forma alguma, justificar *a posteriori* — quando isso é fácil — ter prestigiado com a minha pena um regime de força, cujas mazelas eram indiscutíveis e ostensivas. As pessoas são como são e têm história, não são as mesmas a vida toda, mudam, evoluem. Detestando os métodos policiais do Estado Nôvo, fiel ao princípio da liberdade de pensamento e, conseqüentemente, contrário à censura e à propaganda unilateral dos atos oficiais, eu não tinha nenhum compromisso ideológico, não estava ligado a nenhuma organização, seita, agrupamento, partido, a cujo programa, diretriz ou rumo devesse obediência. Estava, na realidade, desinteressado das questões políticas, que não me afetavam. Não tinha conhecimentos suficientes para constatar que a minha omissão importava em ajuda ao regime estabelecido, então praticamente incontestado. Tratava-se, em realidade, da alienação, mas como prova de que ela representa, não ato de vontade, mas traço do tempo e do meio. O fato é que eu não tinha dela consciência. Não se colocava, para mim, na época, o problema de que essa conduta fôsse boa ou má; tal conduta não fôra adotada como decorrente da análise da realidade. Ela surgira, naturalmente, com a espontaneidade ingênua com que acontece com os que sofrem o fenômeno da alienação. Os contrastes, que a alienação comporta, permitiam contradições; uma delas, no meu caso particular, consistia em ser amigo e admirador de homens como Graciliano Ramos — aliás, revisor de *Cultura Política* — ou Osório Borba e, ao mesmo tempo, colaborador da revista que apoiava o Governo, escrevendo, de quando em vez, elogios a determinadas iniciativas desse Governo. Mas assim era.

Defesa da Cultura

A ÉPOCA em que iniciei minha carreira literária, praticamente, foi das mais turbulentas em nosso País. Em grande parte, essa turbulência refletia as contradições globais da sociedade humana, na fase de transição de uma era a outra, de um modo de produção a outro, de um regime a outro. Cruzavam-se e entrosavam-se contradições externas e contradições internas, grandes e pequenas, essenciais e secundárias, e a turbulência caracterizava essa época de mudança, de perecimento rápido de velhos valores e de amadurecimento rápido de novos valores. Muitas vezes, os primeiros estavam ainda presentes no cenário, enquanto os segundos mal haviam nêle penetrado, de sorte que aquêles vigoravam, enquanto êstes não se haviam impôsto.

Em épocas assim, a confusão entre o nôvo e a simples novidade costuma aparecer e perturbar os julgamentos, tanto mais que o ritmo das mudanças se acelera e o processo aparece convulsionado por contrastes violentos e pela sucessão ou coexistência do falso e do autêntico. Como alguém já disse, “é mais fácil inventar a novidade do que fazer o nôvo”. Nos domínios da política, isso aparece com muita frequência e a novidade, no caso, representa esforço inteligente ou apenas hábil do velho para travestir-se de nôvo, confundindo o quadro. Nos domínios da arte, sempre profundamente afetados pelas transformações que se operam na realidade — e de que a política se ocupa, especificamente — a confusão entre a novidade e o nôvo é comum, pertence quase à rotina, ao cotidiano por assim dizer. Nas épocas de transição, ganha destaque, apresenta-se como aspecto fundamental. Os que têm dúvida a respeito dos laços profundos entre a realidade e a arte, ou sobre o caráter político inequívoco das criações artísticas, são levados, com frequência, a aceitar como nôvo a simples novidade e essa confusão, em si mesma, é prova eloqüente daqueles laços e daquele caráter político. Quase nunca, entretanto, os protagonistas se dão conta de que o são, de que na realidade representam uma peça: os artistas raramente têm consciência de que, nas controvérsias em torno do nôvo e da novidade — que tanto os apaixona, por vezes — há algo mais do que a aparência, algo que transcende os problemas da forma, particularmente, algo que contém o sentido humano, que representa, portanto, o conteúdo político da mudança e da controvérsia que a envolve e que tantas vezes a confunde.

Recordar episódios daquela época — em que me iniciei — poderá servir, assim, para caracterizar ou, pelo menos, definir, em suas grandes linhas, a atividade literária brasileira e, através de suas manifestações, a vida do País. A propósito de uma escala que muda muito, por exemplo, e que mostra a transitoriedade do desimportante, ainda quando fantasiado de profundo, lembro que, em 10 de janeiro de 1937, meu rodapé de crítica tratava de um autor e de um livro que desapareceram da lembrança e do interesse dos leitores atuais, Cláudio de Sousa e seu romance *Os Infelizes*. Preliminarmente, eu procurava distinguir os escritores brasileiros contemporâneos pelo estilo, mostrando como aquêles que estavam elaborando a linguagem literária assemelhavam-se, no modo de escrever, às casas bra-

sileiras tradicionais, “à ampla casa senhorial de nossos avós, à casa-grande, com os seus copiares abertos ao sol”, enquanto os outros, que iam sendo marginalizados, assemelhavam-se, no modo de escrever, às casas de mau gosto com que os novos ricos procuravam marcar posição social, sobrecarregadas de ornatos e imitando modelos externos, onde o prazer dêses ornatos, como a ênfase no escrever e o fascínio da imitação, correspondiam, em literatura, à submissão a influências mal assimiladas. Claro, o romancista Cláudio de Sousa pertencia a êste último tipo, apesar do prestígio de que desfrutava e de seu título acadêmico.

É curioso lembrar, porque mostra quão precária é a escala de valôres entre nós, a fama e, mais do que a fama, o prestígio de Cláudio de Sousa, naquele tempo, em contraste com o total esquecimento a que o relegaram os que vieram depois. Havíamos já esquecido os famosos ficcionistas da fase que antecedeu e acompanhou o Modernismo, e quando êste não havia ainda impôsto os seus valôres. Já não havia leitores para Benjamim Costallat ou para Théo Filho, nem para o *best seller* *A Sarjeta*, de Ari Pavão. Mas havia ainda quem lesse Afrânio Peixoto e criaturas do nível de informação de Edmundo Bittencourt o apreciavam, pois o diretor do *Correio da Manhã* colocava *Fruta do Mato* no nível dos grandes romances de Machado de Assis. E, agora, havia o prestigioso Cláudio de Sousa, acadêmico, homem rico, que provocava elogios derramados com suas obras, diante das quais os julgadores se curvavam.

Era o que eu frisava, em seguida, na minha crítica: “O autor se apresenta como um dos nossos escritores mais carregados de títulos e de elogios. A obra do Sr. Cláudio de Sousa, que poderia ter sido escrita aqui como na China, na Índia como nos Estados Unidos, nada nos conta da terra, se desapega dos motivos nacionais, é escrita nessa língua estreita e apertada, inexpressiva e monótona, sem lances de movimento, sem naturalidade, sobrecarregada de ornatos estranhos que a enfeiam e a tornam difícil. Essa obra vem, contudo, perseguida pelos elogios mais encomiásticos, cercada de um côro de louvores que não guardam limites, antes se extremam numa adjetivação forte e abundante. A palavra ‘mestre’, para os amigos do Sr. Cláudio de Sousa, é trivial e frívola. Medeiros e Albuquerque, vulgarizador amável e inteligente, diz de uma das obras do autor de *Os Infelizes*: ‘livro de mestre escritor’. Luís Guimarães Filho escreve que ‘o autor é mestre’. Ciro Costa afirma: ‘Livro de-

licioso, real, existente, de mestre'. René Thiollier é categórico: 'Cláudio é hoje um mestre'. Xavier Marques, o paisagista feliz de *Jana e Joel*, a respeito de outro livro do Sr. Cláudio de Sousa, *As Mulheres Fatais*, alinha sentença favorável: 'Obra de mestre, que nada mais tem que aprender'. Menotti del Picchia insinua: 'É um dos nossos romancistas mais fortes, um mestre sábio, ágil, colorido: vida, ação, drama, interêsse'. O poeta Harold Daltro concorda: 'Dono de sua arte, verdadeiro mestre, ninguém escreve, entre nós, com mais graça, mais leveza ou melhor'. Para Benjamim Lima, Cláudio de Sousa era 'um purista da linguagem, escritor perfeito'. Félix Pacheco achava que um de seus livros era de 'brilhante estilista'. Paulo Magalhães considerava outro como 'livro definitivo' e o autor como 'criador da comédia brasileira."

Meu juízo sôbre *Os Infelizes* discrepava dessa orquestração: "Os lugares-comuns pontilham o livro, fala-se em 'areia adusta', em 'terra esplendorosa e ubérrima do Brasil', escreve-se que a grande cidade é a 'arena de gladiadores da perfídia', diz-se de uma 'voz abemolada' que 'estivesse calcando os pedais de sua melodia', comenta-se um 'êxtase sinfônico', uma 'paz dionisíaca', umas 'flâmulas alvissareiras', chama-se as árvores de 'gigantes vegetais'. Nesse livro, se digladiam o lugar-comum, a trivialidade e o eufemismo." A opinião era severa, mas correspondia, nesse excesso, ao extremo de concessão, de facilidade, de gratuidade, de falta de respeito até que vinham marcando o lugar do autor nas letras. Essa gratuidade era incabível, quando tantos obstáculos se erguiam diante dos novos, dos que traziam, realmente, algo de importante, dos que podiam fazer avançar a nossa cultura.

Uma semana depois, o rodapé de crítica era dedicado ao livro de Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*. O autor era acadêmico, como Cláudio de Sousa, e gozava de prestígio por isso, mas principalmente porque se tornara um dos chefes do fascismo brasileiro, figura destacadíssima, nada menos que comandante da milícia integralista que, como sabem os que viveram aquela época, compunha-se principalmente de militares. A Ação Integralista vinha em rápido desenvolvimento, bafejada por tôdas as ajudas, as internas como as externas: o anticomunismo, em que se resumia, praticamente, sua teoria, era o alimento que a agigantava. Em pânico, desde os acontecimentos de novembro de 1935, as classes ditas "conservadoras" aferra-

vam-se à organização fascista como um naufrago à tábua de salvação. Assim, fortemente amparada, fomentada, estimulada, ela crescia, assumia atitudes ameaçadoras, prometia vinditas tenebrosas. Gustavo Barroso, escritor secundaríssimo, hoje inteiramente esquecido, foi dos primeiros a vestir a camisa verde; pouco depois, chegava ao comando da milícia. Era o nosso Goering — mas de *burros-sem-rabo*, não de aeronaves — gordinho, palrador, vesânico. Como “intelectual” do movimento, escolhia tecla nova para os brasileiros, velhíssima para a reação ocidental e cristã: o anti-semitismo. Era simples decalque do anti-semitismo nazista, que começava a mostrar as suas garras, numa fase em que o mundo desconhecia a existência e as sinistras operações dos campos de concentração e das câmaras de gás; Hitler era ainda o salvador predestinado da “civilização ocidental e cristã”.

A Companhia Editôra Nacional, de que era proprietário Octales Marcondes Ferreira, que ficara com o espólio da empresa gráfico-editôra de Monteiro Lobato e que, à base da produção de livros didáticos, era já poderosa organização empresarial, lançara há algum tempo a Biblioteca Pedagógica Brasileira, dividida em cinco seções e dirigida por Fernando de Azevedo. Uma dessas seções, a quinta, era a “Brasíliana”, que vinha reunindo obras antigas, assim reeditadas, e modernas, sobre o nosso País. Aproximava-se do centésimo título e já era, apesar da heterogeneidade, respeitada como o mais sério empreendimento, e o de maiores proporções, no gênero. Foi quando, não sei por que razões, apareceu, nela, o volume inicial da *História Secreta do Brasil*, de Gustavo Barroso. Era surpreendente o acolhimento, em coleção de livros dotados de um mínimo de seriedade científica, de obra que não a tinha e que se caracterizava por ser panfleto político, a serviço das idéias mais retrógradas.

Uniam-me a Fernando de Azevedo laços de parentesco e uma estima antiga; a Octales Marcondes Ferreira, se não amizade íntima, pelo menos relações muito cordiais. De outro lado, a posição política do autor, o caráter oficioso que a organização fascista indígena apresentava, a desqualificação inevitável dos que a combatiam ou simplesmente negavam ou desconheciam, apresentavam-se como obstáculos a qualquer restrição pública ao livro. Eu estava começando uma carreira; não possuía títulos, posição, notoriedade. Teria sido fácil, e nem seria notada, a

minha omissão. Para que, entre tantos livros dignos de atenção, por êste ou aquêle motivo, inclusive a qualidade, deveria eu ocupar-me dêsse que, sendo objeto de crítica, deveria trazer-me dissabores? A rigor, realmente, nada me obrigava a comentar uma obra que não tinha mérito literário ou científico, nem apresentava qualquer inovação que exigisse exame, análise, discussão. A mediocridade do autor — freguês da exploração “literária” de temas da crônica histórica e particularmente de uma espécie barata de falso patriotismo, que dá dividendos certos, particularmente com a ingenuidade dos militares. — dispensava comentários: era pública e notória. Só pessoas totalmente desinformadas o consideravam figura da galeria literária; seus trabalhos pertenciam àquele extenso limbo, à margem das letras, em que repousam as realizações sem qualidade, descaracterizadas por permanecerem abaixo do nível mínimo exigido para pertencer à literatura.

Foi, certamente, a qualidade de comandante da milícia fascista, inserida no quadro da época, quando, no interior e no exterior, tudo bafejava a reação, que me obrigou a dizer uma palavra de recusa, de negação, de repulsa ao que o livro, o autor do livro, o partido do autor do livro mereciam. Essa palavra deveria ser clara, incisiva, sem rodeios. Não se tratava de trabalho científico diante do qual, à margem das divergências, todo homem culto se inclina com respeito; não se tratava de discutir as teses do livro, de mostrar sua falta de base. A discussão pressupõe um mínimo de qualidade, no oponente ou no objeto dela. No caso, não havia o que discutir. Desde que era preciso opinar, tratava-se, desde logo, de despojar o comentário de qualquer caráter normal, de crítica. Cumpria advertir, além do mais, de que não se tratava senão de distinguir o panfleto político da obra científica.

Havia que estranhar, desde logo, a inclusão dêsse panfleto político numa coleção séria e respeitada como a “Brasileira”. Era o espaço onde eu me colocava em divergência com amigos aos quais prezava. Daí o período inicial do rodapé, em que impugnava a inclusão, entre os livros de real mérito que compunham a “Brasileira”, daquela “história sem pé nem cabeça, ôca e vazia, repleta de afirmações vagas e inconsistentes, história contada ao sabor da vontade e de idéias preconcebidas, onde se entrelaçam magnificamente o êrro, a paixão e a tolice”. Entre tais livros figuraria, agora, ‘um livro fraco, um livro vazio, um

livro versânico, onde existe tudo menos estudo, menos pesquisa, menos valor". Era, pois, mais do que discutível a inclusão, na "Brasiliana", dêsse hóspede mal vindo, dêsse calhamaço importuno, que agravava a própria pequenez com a promessa de outros volumes. O período final era êste: "Foi o Sr. Elói Pontes quem disse que a obra do Sr. Gustavo Barroso devia ser avaliada aos metros. 'Tenho tantos metros de Gustavo Barroso', diriam os idólatras do escritor, e olhariam, alinhados nas estantes, os livros dêsse autor. Não sei se isso é verdade. Pode ser intriga de judeu. Em todo caso, os admiradores do historiador terão acrescentado alguns centímetros a essa glória incomparável".

O comandante da milícia integralista ficou furioso com a repulsa que manifestei. Veio, pela *Ofensiva*, órgão do seu partido, com quatro pedras na mão. Atirou-me a suspeita de judaísmo. Juntou, depois, êsse artigo a outros — inclusive aquêles em que atacava Roberto Simonsen — e lançou-os em livro a que deu o sugestivo título de *A Sinagoga Paulista*. Quando apareceu o artigo, os diretores do *Correio Paulistano*, meus amigos José Carlos Pereira de Sousa e Antônio Hermann Dias Meneses remeteram-me o recorte e puseram o jornal à minha disposição para a polêmica. Agradei mas recusei: a polêmica só interessava ao outro lado, que lucraria com ela. Como, antes de enviar o rodapé ao jornal, escrevera a Fernando de Azevedo, prevenindo-o de que iria proceder assim, e pedindo que avisasse a Octales Marcondes Ferreira, recebi carta dêle, explicando a posição em que se colocara, e a da Editôra. A verdade é que os volumes subseqüentes da *História Secreta do Brasil* não apareceram na coleção "Brasiliana"; o autor lançou-os avulsos, em outra editôra. Nunca me preocupei em indagar se meu artigo contribuiu para isso. Mantenho, até hoje, meu juízo sôbre o livro e sôbre o êrro que foi sua inclusão em uma coleção como aquela. Nas centenas de títulos que a compõem, a coleção tem livros de qualidades variadas, inclusive os de indiscutível mediocridade. Há, em todos, entretanto, a intenção científica, ou artística, ou literária. E não era êste o caso do trabalho de Gustavo Barroso. O episódio serve, também, para assinalar como o anti-semitismo se inseriu aqui naquela época turbulenta, na brecha aberta pela organização fascista que, então, vinha em desenvolvimento. Paguei, então, e mesmo depois, o preço que me cabia por ter agido como agi. Pagamos sempre determinado

preço pelo que fazemos — e até pelo que não fazemos — mas assim se deve fazer, quando a convicção obriga.

Em 1937, antes da instauração do Estado Nôvo, apareceram alguns livros importantes. Ocupei-me dos principais. Das *Memórias de Simão, o Caolho*, já falei. A estréia de Ciro dos Anjos, com *O Amanuense Belmiro*, foi muito comentada. Esse romance assinalava a mudança que ia começando a ocorrer em nossa ficção: aos documentaristas nordestinos, crus, objetivos, solares, diretos, pouco dados à imaginação, com as narrativas próximas da reportagem, suceder-se-iam os analistas, com o gôsto dos aspectos subjetivos, penumbrosos, um pouco complicados — mais do que complexos — voltados para os problemas do espírito. Ciro dos Anjos enfileirava-se na linhagem machadiana, numa história contada na primeira pessoa, situada em Belo Horizonte e, realmente, um pouco mineira, de um funcionário e sua vida apagada, miúda, vazia, monótona, quebrada apenas pela paixão não correspondida e por salpicos de aventura política. A sutileza e a universalidade de Machado de Assis fica, aqui, reduzida à singularidade sem complicações do amanuense, em tórno de cuja existência o romance bordava um desenho fácil, um tanto convencional. Mas teve sucesso de crítica.

No outro plano, o do depoimento cru, aparecia a *Rua do Siriri*, de Amando Fontes, e assinalava o declínio do autor de *Os Corumbas*, inserido no conjunto declinante da ficção documentarista nordestina. O romance de estréia de Amando Fontes, muito elogiado por João Ribeiro, apreciava a decadência de uma família em que as môças se prostituem. *Os Corumbas* não era grande romance; faltava a Amando Fontes fôrça criadora, capacidade para fixar os aspectos essenciais da realidade. O livro foi impulsionado pelo caráter de libelo social que se traduzia em certo simplismo e até mesmo em certo esquematismo — a história das irmãs é a mesma — mas se salvava pela simplicidade da narrativa, que contrastava com a ênfase da ficção anterior ao Modernismo, mais cheia de curvas do que um rio de planície. Em *Os Corumbas* tudo era claro, direto, vulgar. *Rua do Siriri* apresentava a clássica rua das prostitutas, em cidade nordestina. O tema era perigoso e vinha sendo tratado em tôdas as línguas, desde o Romantismo, com altos e baixos, algumas notas obrigatórias e poucas variantes. Amando Fontes não dispunha de recursos literários para, fingindo aos esquemas

usuais e usados, apresentar algo novo ou melhor. O romance apagou um pouco a fama de *Os Corumbas*. Depois dêle, o ficcionista sergipano não publicou mais nada. Ao desaparecer, anos depois, deixou um romance inacabado, *O Deputado Santos Lima*, com reminiscências da passagem do autor pela política, especialmente, pela Câmara Federal.

Pouco depois de instaurado o Estado Novo, já Aparício Torelly, o celebrado Barão de Itararé, podia apelidá-lo de “estado a que chegamos”, em vista das mazelas gerais. Apareciam ainda, entretanto, livros que resistiram à passagem do tempo, mas voltados para o passado. Quando regressei ao Rio, na manhã de 10 de novembro, de breve estada em Itu, encontrei carta de Galeão Coutinho, que estava ainda em São Paulo. Anunciava para daí a vinte dias o lançamento de minha *História da Literatura Brasileira*. E acrescentava, ao final: “O Roberto Simonsen acaba de enviar-me os dois volumes de sua monumental *História Econômica do Brasil*. Você não pode perder de vista êsse trabalho”. E não o perdi, realmente, dedicando-lhe extenso rodapé de crítica, que marcou o início de minhas relações com Simonsen, homem de grande inteligência e espírito aberto, capaz de apreender os problemas com rapidez, capaz de situar os complexos processos econômicos e financeiros, fiel aos interesses de sua classe mas dotado de cultura e desligado de convenções e de preconceitos. Sua *História Econômica do Brasil*, editada em 1937, reunia conferências que haviam constituído o seu curso em uma escola superior paulista. Simonsen conseguira aquilo que a organização pode proporcionar e que fica fora do alcance do indivíduo: constituíra um grupo de estudos e pesquisas, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a que presidira por longo tempo. Êsse grupo, muito selecionado e de que fizeram parte economistas depois conhecidos e tendo função pública eminente, preparava os materiais para as conferências que Simonsen pronunciava. Isso não diminuía o mérito dêste e representava a amostra do que poderia ser o trabalho universitário, ainda resumido entre nós à forma expositiva e discursiva de um tema, pelo catedrático ou algum de seus substitutos, representando quase sempre pontos de vista pessoais, sob a responsabilidade de determinado professor que, para isso, se valia apenas de suas leituras.

Fai pena que a obra de Simonsen tivesse ficado limitada no tempo, apreciando apenas a economia colonial, pois encerra

a sua análise com a Independência. Simonsen, pessoalmente, conhecia muito bem a economia brasileira dos fins do século XIX e primeira metade do século XX, justamente a época da expansão cafeeira e de início do desenvolvimento industrial. Tinha idéias novas a respeito desses dois processos, tão intimamente entrelaçados. Em trabalhos de ocasião, tornou-as públicas. Não escreveu, entretanto, a peça fundamental que poderia vir a ser o terceiro volume de sua *História Econômica do Brasil*.

Roberto Simonsen foi, certamente, o mais autêntico e o mais capaz entre os líderes que a burguesia brasileira forjou, ao longo de seu tormentoso desenvolvimento. Cedo compreendeu que era necessária a organização da classe e a participação política de seus componentes. Foi daqueles que, mais cedo do que a maioria, adotou o partido do planejamento. Em seu tempo, isso era quase subversivo. Entendendo o desenvolvimento como sinônimo da industrialização, via a necessidade de planejar a ação do Estado. Nisso havia, sem dúvida, certa aceitação da intervenção do Estado na economia, o que representava, para os espíritos aferrados aos métodos tradicionais, verdadeiro sacrilégio. O planejamento afastou-o das lideranças tradicionais, que se mantinham absolutamente fiéis à repulsa às intervenções estatais. Eugênio Gudim, que seria incontestavelmente o papa das idéias tradicionais — convenientes ao imperialismo, no fim de contas — tinha horror a Simonsen. Muitos anos depois daquele em que apareceu a *História Econômica do Brasil*, disse-me, em conversa, que Simonsen, com a sua “audácia”, poderia chegar, no Brasil, à Presidência da República, o que seria desastroso, a seu ver. Julgava-o uma espécie de demagogo da economia, em busca de popularidade.

Mas a verdade é que Roberto Simonsen foi a figura mais expressiva do desenvolvimento das relações capitalistas em nosso País, em sua época, um espírito progressista, que via muito mais longe do que os seus companheiros de classe e entendia melhor como defender os interesses dela. Sua cultura, por outro lado, colocava-o sempre em destaque: sua morte correspondeu bem a esse aspecto, pois foi fulminado por ataque cardíaco, ao discursar na Academia Brasileira de Letras. Como homem de cultura, gostava dos que a cultivavam e buscava cercar-se de auxiliares capazes, com os quais discutia sempre problemas e soluções. Em sua presidência, a Federação das Indústrias

do Estado de São Paulo realizou estudos importantes e pesquisas sistematizadas; algumas apareceram em livros ou folhetos; são indispensáveis, como os trabalhos do próprio Simonsen, ao conhecimento de nossa história econômica. A entidade, em seu tempo, publicou excelente revista, em que colaborei assiduamente. Com a sua morte, a revista desapareceu. Seus confrades preferiam comprar opinião em jornais existentes a ter órgãos próprios. Habitados a uma poupança rotineira, sem espírito de investimento, paralelamente a hábitos pessoais perdulários, nossos industriais não acompanhavam senão tímidamente as amplas iniciativas do líder que não tiveram condições para substituir.

CONSERVADORES E REVOLUCIONÁRIOS Entre os livros que analisei, em 1937, estava um ensaio do escritor gaúcho Carlos Dante de Moraes sôbre Tristão de Ataíde. Como se sabe — ou se sabia,

no meu tempo de crítica — era êsse o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima que, em *O Jornal*, e isso foi já contado aqui, manteve rodapé de crítica literária muito apreciado e exerceu grande influência, pelo prestígio de quem o assinava. Ao longo da agitada vida brasileira, na fase em que exerci atividade intelectual, as circunstâncias e as peripécias colocaram-me, algumas vêzes, em posições opostas, frontalmente em certos casos, às do eminente crítico que, com Agripino Grieco, dominou o cenário das letras brasileiras por longo tempo. A história dessas posições seria a história da época a que me referi. A primeira foi assumida justamente em 1937, antes da instauração do Estado Nôvo, quando do aparecimento do ensaio de Carlos Dante de Moraes. Alceu Amoroso Lima desenvolvia a fase posterior ao seu artigo “Adeus à Disponibilidade”, a partir do qual se proclamou, mesmo em crítica literária, militante católico.

Minha análise do livro de Carlos Dante de Moraes começava por aplaudir a escolha do autor:

“Poucos escritores brasileiros do nosso tempo podem oferecer um espetáculo tão interessante e tão expressivo,

tão cheio de faces, para um estudo consciencioso, do que o Sr. Tristão de Ataíde. Foi a certeza disso que, provavelmente, influuiu no espírito do Sr. Carlos Dante de Moraes, levando-o a compor um estudo, sumário é verdade, mas bem delineado, da personalidade dêsse crítico que, buscando, no tumulto e na encruzilhada da época que vamos vivendo, uma direção e um sentido, escolheu aquele que lhe pareceu mais consentâneo com o espírito humano e enveredou seguramente por êle, pondo a serviço dêsse ideal tôda uma cultura, todo um senso crítico, dos mais eminentes do nosso tempo e dos mais expressivos de tôda a vida literária brasileira”.

Prosseguia, mencionando que considerava discutível a vantagem de “assumir uma posição definitiva, uma posição imutável”. E passava a situar a crítica exercida por Tristão de Ataíde, antes de sua adesão ao catolicismo militante, como “um dos momentos mais felizes e mais lúcidos da crítica brasileira”. Mostrava, adiante, que a cultura, a segurança, a serenidade não excluam naquela crítica a vibração, o entusiasmo, apontando, como exemplo disso, seu rodapé consagrador de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida.

Até aí, minha análise nada tinha de mais importante. Mas, a essa altura, reportava-me a rodapé que dedicara a Tasso da Silveira, quando me referira a Jackson de Figueiredo e à influência por êle exercida no “surto de renovação cristã que empolgou certo número de escritores e pensadores brasileiros”. Acrescentava:

“Pareceu-me evidente o contraste entre a obra do comentador de Pascal e a sua ação pessoal. Efetivamente, a obra de Jackson aí está, na sua claríssima pobreza, ausente de poder de sedução, ausente de beleza, ausente de claridade interior. E, entretanto, os efeitos de sua ação pessoal, do fascínio de sua figura, de seu poder de convencer, estão evidentiíssimos, personalizando-se nesse grupo de homens de letras e de cultores da inteligência e das forças espirituais, que se reuniram para uma obra

de revalorização dos padrões e dos dogmas cristãos, destinando-se a tornar mais forte, mais eficiente e mais ativa a intervenção da Igreja entre as componentes da sociedade futura. Não seria necessário muito entendimento, certamente, nem uma inteligência muito aguda, nem um talento excepcional para compreender o papel que a Igreja poderia desempenhar, como força conservadora, para a solução da crise contemporânea, de cujas ruínas materiais e morais terá de sair o Estado do futuro, a sociedade de amanhã”.

Estava clara, nessa análise, a interpretação que eu adotara: como um pensador medíocre, Jackson de Figueiredo, conseguira, pela ação pessoal, ganhar para a Igreja homens da capacidade de Alceu Amoroso Lima? É que êsses homens viam na Igreja a força conservadora capaz de evitar as transformações radicais que estavam em processo por todo o mundo. Para isso, para colocar a Igreja em posição ainda mais militante, mais ativa, mais combativa, êsses homens submetiam-se à disciplina, sacrificavam sua liberdade de pensar e de agir:

“Que homens lúcidos como o Sr. Tristão de Ataíde e os seus companheiros de jornada chegassem a reconhecer a força e o poderio, a importância capital que poderia ter, e que tem, a religião católica, como organização, na gestão do mundo que sucederá ao caos contemporâneo, nada de novo. O que surpreendeu, o que chocou, o que produziu pasmo, foi a atitude extrema dêsses analistas, dêsses críticos dos aspectos modernos, sempre aptos a decompor, peça a peça, os organismos que se lhes apresentassem, na busca da verdade — verdade relativa, verdade vertiginosa, verdade momentânea, morrendo ao primeiro contraste, estiolando-se ao primeiro choque. O que surpreendeu foi ver toda a expressão analítica, toda a força de decomposição do Sr. Tristão de Ataíde posta a serviço do dogma, no que êle tem de estável, de estático, de imutável. Foi a serenidade com que aceitou a disciplina severa das fileiras católicas. Foi o espírito de sacrifício que o

levou a submeter-se a um mundo de coisas que não podíamos acreditar consentâneas com a clareza de seu raciocínio e com a lucidez de seu pensamento, com a ânsia de sua crítica. O conformismo, a disciplina, a submissão moldaram, entretanto, a alma dêsses renovadores e, em breve, o que se assistiu foi um agrupamento de homens de letras pôr-se a serviço dos dogmas religiosos, das ânsias religiosas, das finalidades religiosas, para combater ao lado da Igreja, já não se diga em 'frente única' com essa poderosa fôrça conservadora dos aspectos normais da sociedade, mas fundindo-se nas suas fileiras, assumindo posições de direção e de responsabilidade, marcando nitidamente os seus lugares e vincando profundamente as suas atitudes”.

É preciso considerar que tais opiniões, situadas historicamente, estavam vinculadas a um quadro convulsionado pelo radicalismo, com a direita em violenta ascensão, com as esquerdas perseguidas, esmagadas, massacradas, — entre a “intentona comunista” de 1935 e o golpe de Estado de 1937, que instaurou a ditadura em nosso País. De um lado, as fôrças de esquerda, nas quais pesava muito a ideologia pequeno burguesa, consideravam a religião como característica do atraso, possuídas do anticlericalismo que tinha raízes no socialismo da segunda metade do século XIX e no anarquismo peninsular, enquanto a Igreja se colocava, quase totalmente, no mundo e no Brasil, a serviço da reação, realmente, como que justificando aquêlê juízo errôneo da esquerda. O que minha análise buscava demonstrar é que a adesão de alguns homens de letras, aliás destacados, aqui, à religião militante — eram, antes, católicos honorários, como a maioria dos brasileiros — não era motivada por conversão, por razões de fé, mas por conveniência, por razões políticas. Por isso, o rodapé continuava nestes têmos:

“Como índice dessa evolução do Sr. Tristão de Ataíde pode-se apontar a sua crítica ao livro do Sr. Virgílio de Melo Franco sôbre a Revolução de 1930. Nessa crítica está explicada a sua atitude e, certamente, a dos que o

acompanharam. Ao comentar a obra do político mineiro, responsável em grande parte pelo motim militar que irrompeu no Rio Grande do Sul, naquele ano, o Sr. Tristão de Ataíde não só deixa entrever, mas deixa ver claramente, os motivos de sua evolução para o catolicismo. Êle aponta a facilidade com que a burguesia joga o destino das classes e das nações, frisa o caráter de improvisação de certas mutações da sociedade atual, e conclui por apontar a tática de Marx, de auxílio às revoluções liberais em que a classe adversa se vai estiolando e dividindo. Como índice, ainda, das idéias do Sr. Tristão de Ataíde, no terreno da fisionomia das instituições, que é a forma aparente das sociedades, pode ser apreciada uma referência passageira a Jackson de Figueiredo, em que êle escreve que o autor de *Pascal e a Inquietação Moderna* era 'um temperamento de lutador cristão, inteiramente desenganado dos sofismas liberais e democráticos'. Nessas páginas, como nas que escreveu sôbre a reforma do Sr. Francisco Campos na Universidade que aquêlê educador pretendia criar na capital do País, quando ministro da Educação, está a sùmula do pensamento político do Sr. Tristão de Ataíde”.

O rodapé de que extraí os trechos anteriores foi publicado em 11 de julho. Poucos dias depois, datada de 15 do mesmo mês, recebi carta de Alceu Amoroso Lima. Essa carta merece ser conhecida porque, nela, o crítico e pensador alinha considerações a respeito de minha análise à sua adesão à militância católica. Assim se pronunciava êle:

“Lendo uma página sua, no *Correio Paulistano*, sôbre o livro de Carlos Dante de Moraes, não posso ficar silencioso e venho apertar-lhe a mão, tal a simpatia com que escreve sôbre o falecido (ou adormecido?) crítico T. de A. Sua página vigorosa, ágil, sincera e sobretudo muito generosa, tocou-me de modo muito grato, pois nada nos agrada mais do que sentir que um espírito distante e, com certeza, de uma nova geração, compreendeu a

nossa obra. Só uma frase quisera eu contestar, na sua crítica. Quando diz que minha conversão foi uma atitude nitidamente política, como é hoje nitidamente política minha posição. Não é absolutamente exato. Minha volta à Igreja se fez por motivos puramente filosóficos e espirituais e não aceitei de forma alguma a posição política de Jackson cuja influência V.S.^a tão bem acentuou em nosso grupo. Hoje em dia, continuo a manter uma atitude rigorosamente extrapolítica. As *conseqüências* de minha conversão foram *também políticas*, porque a Religião tem repercussões em *todos* os domínios, mas nunca teria operado uma conversão tão profunda em minha vida se não fôsse por motivos rigorosamente sobrenaturais. Confesso-lhe que a política não me interessa e cada vez menos me interessa como tal e apenas como reflexo da situação geral do Homem e do seu destino, êsse sim o grande e fundamental problema. Agradeço-lhe a oportunidade que me ofereceu de dar esta pequena explicação e de assegurar-lhe a estima”, etc., etc.

A vida, como mencionei antes, colocou-me por vêzes em posições antagônicas às de Alceu Amoroso Lima. No fundamental, professando êle uma filosofia idealista e sendo eu materialista, caminhamos em sentido oposto. Do ponto de vista da relação entre pessoas assim definidas no essencial, o importante é que, pelo menos de minha parte, houve sempre, em relação a êle, grande respeito. Em todo o tempo conservei sôbre a personalidade de Alceu Amoroso Lima e sôbre a sua obra — me refiro à parte de crítica literária — inalterável admiração. Como me foi dado dêle divergir, de público, algumas vêzes, particularmente quanto à conceituação do fenômeno literário — e tais divergências, em última análise, assentavam na fundamental divergência filosófica — é possível que me tenha escapado qualquer aspereza, aqui ou ali. Não me lembro disso, nem isso é do meu temperamento e de minha conduta normal, mas é possível. O dado importante é que tal deslize, se ocorreu, ficou vinculado às posições ásperas assumidas, por vêzes, na radicalização peculiar à época a que me refiro. Dos dois lados, a linguagem era violenta. Quando assistimos a pessoas sofrerem por idéias, prêsas, torturadas, assassinadas, não surpreende que

as controvérsias e discussões políticas sejam evitadas também de violência. O tempo nos ensina a tolerância, mas, no calor da luta, a injustiça de julgamento ou a derivação para a invectiva costuma corresponder a revides isolados, individualizados, que brotam face às injustiças coletivas e às violências de classe, assumindo aspectos policiais. Naqueles ominosos tempos — os de Hitler, Mussolini, Tojo no poder, para não mencionar suas cópias subdesenvolvidas — era comum, por exemplo, a expressão "lacaio do imperialismo" com que se invectivava todo adversário, todo elemento a serviço, direto ou indireto, da reação política. Claro está que a expressão era injusta, se analisado o seu uso em cada caso isolado; mas correspondia ao quadro, só podendo ser compreendida quando nêle situada. Era justa, assim inserida, embora injusta em relação a esta ou àquela pessoa, circunstancialmente alvo dela. Penso que jamais algum elemento de esquerda, na época, usou expressão dessa natureza em relação a Alceu Amoroso Lima. Em todo caso, como êle militou em campo oposto, e lutou com ardor, é possível que tenha sido ferido por outras expressões. O fato vem a propósito da imagem atual de Alceu Amoroso Lima, que representa, certamente, e por consenso geral, uma das figuras mais eminentes, hoje, de resistência democrática. Que significa isso? Significa, em última análise, que todos mudamos, ao longo do tempo. Mudou êle, certamente, mas o fundamental é que os tempos mudaram. Assim é a História.

O ambiente cultural no Rio, onde permaneci um ano, de agosto de 1937 a julho de 1938, era desolador. Com as violências policiais de que fôra vítima a cátedra universitária, com a censura à imprensa e ao rádio, mas particularmente com o terror impôsto à nação, as atividades culturais estavam sem condições para desenvolver-se. Os Profs. Castro Rabelo, Leônidas de Resende e Hermes Lima, da Faculdade Nacional de Direito, foram proibidos de lecionar, tendo os dois últimos conhecido a prisão. Não privei com os dois primeiros, mas conheci, nessa época, a Hermes Lima que reorganizava sua vida, exercendo atividades profissionais. Ao longo de muitos anos nossas relações foram cordiais; admirava nêle a vivacidade de espírito, a inteligência aguda, capaz de apreender rapidamente os problemas; desamava nêle certo ceticismo, não sei se oriundo dos reveses sofridos, por idéias simplesmente, injustos sem a menor dúvida, o ceticismo dos que perderam a perspectiva ou julgam

distantes ainda as condições de liberdade criadora, dispensando portanto sacrifícios, tornando-os inúteis. Na prisão, parece que teve decepções: pessoas que reputava dignas de estima ficaram menores, vistas de perto, nas duras contingências a que estavam submetidas. A revolução, na prática, tanto quanto a conhecera — e para a qual não contribuira — pareceu-lhe vulgar e vazia, porque a mediu por aquêles com quem foi obrigado a privar, na reclusão forçada e injusta. As autoridades reputavam-no perigoso elemento subversivo, apenas porque, na cátedra, sem nenhuma intenção de catequese, tratava de problemas, de teorias e de autores que cairiam depois no índice. Os que haviam participado do movimento de 1935, militares quase todos, homens da pequena burguesia quase todos — e muitos sem nenhuma idéia revolucionária — ostentavam desprezo pelos intelectuais. Hermes Lima, intelectual típico, generalizou suas impressões dessa época e seu ceticismo enraizou-se. Se nada tinha com a revolução, menos ainda após a terrível experiência do presídio. Com disponibilidade de tempo, então, como eu, freqüentava a Livraria José Olímpio, à rua do Ouvidor, 110, como o escritório daquela editôra, à rua 1^o de Março. Foi naquela ou neste que nos conhecemos. Êsse conversador inteligentíssimo, capaz de prender as atenções, irônico com acentuada tendência para o sarcasmo, tinha a palavra fluente, fácil, mas não vazia. Em tôrno dêle, formava-se sempre a roda dos apreciadores, ouvindo-o e discutindo os casos do dia e problemas de cultura.

Freqüentador assíduo dos mesmos lugares — mais do escritório do que da livraria — Otávio Tarquínio de Sousa ouvia mais do que falava. Dirigindo a coleção “Documentos Brasileiros”, sucedendo a Gilberto Freyre, depois de ter lançado nela o seu estudo *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu Tempo*, Tarquínio fazia pesquisas que lhe permitiram escrever os estudos biográficos e as interpretações que constituíram, depois, os dez volumes da *História dos Fundadores do Império do Brasil*, em que se destaca, no meu modo de ver, o excelente escôrço sôbre *José Bonifácio*. Era escritor claro, harmonioso, de modelo clássico, de cultura francesa, fácil de se ler mas sem nenhuma vizinhança com a vulgaridade. Espírito lúcido mas conservador, surpreendia os que o conheciam pouco com a sua carga de convencionalismo político. De espírito mais aberto, nesse sentido, mas ainda na área conservadora — note-se que há grande diferença entre conservador e reacionário — Lúcia Miguel Pe-

reira, que adiante seria a companheira de Tarquínio, até o desastre de aviação que os vitimou juntos, aparecia pouco nas rodas de conversadores da José Olímpio. Estava elaborando, cuidadosamente, com singular espírito feminino, feito de inteligência, minúcia e simetria, uma obra de crítica que iniciara no *Boletim de Ariel*. Nesse ano de 1937 publicaria o seu estudo *Machado de Assis*, muito bem feito e merecedor dos elogios que recebeu, inclusive os meus. Coube-lhe, também, o prêmio distribuído pela Fundação Graça Aranha; coube-lhe por muitos motivos, mas o certo é que se a autora não pertencesse aos círculos que controlavam a glória literária, na capital, o prêmio teria ido para outro livro. De Lúcia Miguel Pereira ficará, sem dúvida, o volume que escreveu sobre a prosa de ficção, no Brasil, entre 1870 e 1920, para a projetada *História da Literatura Brasileira*, que a Editora José Olímpio esperava publicar e que malogrou; trata-se de estudo muito cuidadoso, com exata análise dos autores e das obras, e com juízos de valor dignos de menção pela acuidade com que foram expendidos. O seu romance *Amanhecer* não merece o esquecimento a que foi atirado. Já não acredito que o seu *Machado de Assis*, apesar de ter alcançado reedições, resista ao tempo.

Muita coisa se escreveu, desde então, sobre Machado, somando-se ao que já se escrevera. Lúcia Miguel Pereira, no terreno biográfico, deu um passo à frente. Mas já Astrojildo Pereira fixara magistralmente o sentido da obra do mestre, com o ensaio inserido nas *Interpretações*, e Augusto Meyer compusera os seus estudos, revelando o mundo de sugestões que se distribui com muita sutileza nas suas criações, particularmente a carga de sensualismo nelas transparentes. E até as doenças de Machado eram cuidadosamente estudadas: Ribeiro do Vale abriu caminho com a sua tese. E naquele mesmo ano de 1937, Peregrino Júnior escrevia o *Doença e Constituição de Machado de Assis*, que me fôra dado ler em originais e que me parecera excelente. Lutei pela publicação do ensaio de Peregrino Júnior, primeiro junto à Companhia Editora Nacional, depois com José Olímpio. Nesse sentido, Fernando de Azevedo me escrevia, nos últimos dias de 1937: "Quanto ao livro do Peregrino Júnior sobre Machado de Assis, falei ao Octales Ferreira, diretor, que está hesitando em tomar o encargo de publicá-lo por já ter, na série 'Brasiliana', livro, e excelente, sobre o grande escritor

brasileiro. Insisti, alegando a sua opinião sôbre êsse trabalho. Se v. puder obter do autor que me mande os originais para exame, sem compromissos, creio que me será mais fácil obter a resolução que desejamos. De minha parte, ser-me-á, como sabe, extremamente agradável acolher a sua sugestão". O livro, entretanto, acabou editado por José Olímpio.

Peregrino Júnior, no prefácio, teve a generosidade de lembrar quanto me empenhei pela publicação de seu ensaio. O autor foi dos meus mais antigos e diletos amigos, no meio intelectual do Rio. Quando voltei à capital, em agosto de 1937, éramos já amigos, não apenas pela estima que me ligava a seu irmão Umberto, colega de turma na Escola Militar, mas pela forma como acolhi seus trabalhos de biotipologia das artes plásticas em minha seção de crítica no *Correio Paulistano*. Peregrino Júnior era escritor e médico, triunfando nas duas carreiras, a custa de seus esforços e de seus méritos, impondo-se em ambas. Além das qualidades de espírito, possuía as de coração. Sabia ser amigo, sempre pronto a servir, mestre da cordialidade. Quando o conheci pessoalmente, era oficial de gabinete do ministro da Educação, Gustavo Capanema, que se fizera cercar de intelectuais, quase todos mineiros, que lhe deram, aliás, enorme ajuda. Em sua pequena sala — o Ministério estava, então, instalado num prédio à rua Álvaro Alvim, pois aquêle em que depois se instalaria, hoje Palácio da Cultura, ainda não existia — Peregrino Júnior recebia os numerosos amigos, a que atendia com as gentilezas que, nêle, eram normais. Suas *Histórias da Amazônia*, reunindo os contos antes publicados em outros livros, dão bem a idéia da paisagem física e da paisagem humana daquela região, com as impressões que lhe haviam sido gravadas na lembrança, na mocidade, e que não se apagaram.

HISTÓRIA DA LITERATURA

Meu livro de estréia, *História da Literatura Brasileira*, apareceu no início de 1938. O Estado Nôvo, tabuleta da ditadura brasileira, dava os primeiros passos. A crítica de livros, na imprensa, passava por uma de suas fases de eclipse. Não

era possível dizer tudo. E não era conveniente, de forma alguma, elogiar qualquer trabalho que trouxesse o mínimo sinal de es-
querdismo. O subtítulo de meu livro — *seus fundamentos eco-
nômicos* — despertava suspeições, e justas, quanto ao conteúdo.
A crítica foi cautelosa, quando favorável; implacável, quando
contrária. Ser contrária, no caso, proporcionava merecimento
junto às autoridades. Os suspeitos de esquerdismo caprichavam
na crítica, contestando o que o livro continha: estavam se for-
necendo auto-atestado de ideologia. Eu, inocentemente, supunha
sinceras tais posições. Elas me causavam mal-estar, na verdade.
O estreante almeja sucesso, naturalmente. E se me esforçara,
escrevendo o livro e publicando-o, é porque acreditava em suas
qualidades e estava, portanto, cego aos seus defeitos. Mesmo
naquele tempo, para ser franco, eu tinha consciência de que
o livro não era excelente; mas esperava — e achava que podia
esperar — um mínimo de compreensão para aquela primeira
tentativa de aplicação de método renovador à história literária
de nosso País. Quanto às implicações ideológicas, estava inte-
ramente distante delas, inconsciente do que representavam. Se
tivesse consciência disso, é claro que não teria escolhido ou
aceito aquêlo momento para publicar o livro.

Já nos primeiros dias de fevereiro, em sua seção “Um
Sorriso para Todos”, mantida por muitos anos em *A Careta*,
Peregrino Júnior assinalava o aparecimento de meu livro de
estréia como “sólida e lúcida interpretação”, mas era o juízo
do amigo. Pelo *O Globo*, à mesma altura, Pinheiro de Lemos
afirmava que o livro ficara “no limiar dos seus problemas”,
quanto às ligações entre a economia e a literatura. Acrescentava:
“E daí por diante, é sempre arguto e seguro, quando explica
os acontecimentos econômicos ou quando traça os panoramas
literários. Entretanto, quando se trata de estabelecer comuni-
cação entre os dois planos, o autor, ao contrário do que seria
de esperar, silencia ou lança a ponte frágil e gratuita de um
parágrafo pouco fundamentado”.

Ainda em fevereiro, paradoxalmente, pelas colunas de *A
Ofensiva*, órgão dos integralistas, Tasso da Silveira ocupava-se
do livro, em sua seção de crítica, achando-o “desigual, um tanto
apressado e cheio de incríveis erros de revisão”, mas capaz de
proporcionar-lhe “puro júbilo pelo quanto significa”, afirmando
ainda “mais fecundo e expressivo do que a harmoniosa e serena

e por vêzes tão superficial *Pequena História*, de Ronald de Carvalho". Mencionava, adiante, que eu vinha "tentando uma revisão de valores", uma "renovação de métodos de julgamento", uma "compreensão mais aguda do sentido interior dos vários períodos de nossa história literária, assim como da obra de poetas e pensadores inãbilmente situados até agora pela crítica indígena". Tasso da Silveira passava, em seguida, a defender-me do crime que, a seu ver, eu não cometera; nesse sentido, é curioso recordar sua posição: "O livro traz como subtítulo uma expressão de caráter marxista, que não corresponde de maneira nenhuma à realidade espiritual do historiógrafo, antes parece uma imposição do editor. O Sr. Nelson Werneck Sodré, em verdade, não desenvolve no volume uma tese de materialismo histórico, como o subtítulo infeliz ("Seus fundamentos econômicos") procura sugerir. O que, sim, muito razoável e acertadamente se esforça, por integrar a história da nossa literatura na história geral do País, furtando-a à separação estanque com que outros historiadores lhe tiraram o melhor de sua significação".

Seguia-se o julgamento da obra:

"Além desta tentativa fecunda de integração, para fins de exegese crítica e histórica, do fenômeno literário na realidade total de nossa vida de povo, há no livro todo um desejo ardente de desvendar a face verdadeira de alguns dos mais significativos trabalhadores da nossa vinha literária, vários dos quais injustamente relegados à sombra, até hoje, pela crítica leviana. Não obstante, como mostrarei, por deficiência de informação, ainda o Sr. Nelson Werneck Sodré comete, em tal sentido, injustiças graves. Em muitos dos julgamentos dêste livro encontro uma justiça de critério e uma capacidade de romper com velhos prejuízos dos historiadores mais antigos, que me enchem de esperança na obra que, nesta mesma esfera, ainda poderá realizar o jovem exegeta. Aqui temos, à página 195 e seguintes, o perfil intelectual de Joaquim Nabuco: traçado com admirável lealdade, releva, nas suas linhas serenas, uma percuciência e um sentimento da medida em verdade raros nos historiadores das nossas letras. O Sr.

Nelson Werneck Sodré, não encobre com meneios da frase elegantemente torneada, como outros fizeram, um vazio de emoção ou de interesse em face de obras e autores. A numerosos autores de vários períodos de nossa história literária pôde estudar atentamente e, quando o fez, soube marcar com nitidez as diferenças e as gradações de valor. A outros, que porventura serão colocados em primeiro plano por historiadores futuros, cala o nome ou focaliza deficientemente, como não poderia deixar de acontecer em obra deste gênero, construída com excessiva sofreguidão juvenil. Os resultados totais, contudo, são mais do que apreciáveis e deixam patente a capacidade do autor para tratar a matéria”.

Ao contrário dos outros, Tasso da Silveira esclarecia que lhe haviam agradado “os intermédios destinados a estabelecer íntima ligação entre o fenômeno literário e a vida total do País”. Frisando quanto apreciara no livro o juízo sobre Cruz e Sousa, lamentava, entretanto, que eu tivesse omitido quanto haviam trabalhado para a glória do poeta negro Andrade Murici, Nestor Vitor e êle próprio, Tasso da Silveira. Suas queixas mais sérias referiam-se ao fato de aparecer Nestor Vitor em simples menção, com o nome acompanhado de tímido elogio, quando se tratava de um mestre a que não se podia desconhecer e cujo papel fôra muito importante.

Maurício de Medeiros, uma das vítimas das perseguições políticas da época, porque cometera o inominável crime de escrever um livro em que contava impressões de viagem à URSS, mantinha, então, por necessidade de subsistência, coluna diária, se bem me lembro, em *A Gazeta*, de São Paulo. Nessa coluna, certo dia de março, analisou o livro; fê-lo com severidade. Mostrou a sucessão dos capítulos, até chegar à literatura jesuítica e a Anchieta, saindo-se com a observação seguinte:

“O autor, que passa logo a estudar Anchieta, não mostra em nenhuma passagem onde êle encontrou a ligação entre o gênero de literatura de Anchieta e a conformação com a nova vida. É uma primeira decepção. O

prosseguimento da leitura trará outras e que são tantas quantas vêzes o autor estuda qualquer figura da literatura nacional. Em nenhum dêesses estudos se encontra o elo de ligação entre o escritor estudado e o campo econômico descrito páginas atrás. (...) Praticamente, é como se o autor tivesse reunido num mesmo livro duas histórias: a da evolução econômica do Brasil e a de sua literatura. Qualquer delas poderia ser impressa à parte e constituir um livro isolado, bem escrito, com sínteses muito bem feitas e de útil leitura, mas sem o mínimo nexo de ligação com o outro. Isso não tira, é certo, valor ao trabalho, como compêndio de leitura agradável e instrutiva. Mas é evidente que êle fica muito aquém do título, pois que, em verdade, a história da literatura brasileira que nêle se faz não repousa sôbre fundamentos econômicos”.

No mesmo jornal, no dia seguinte, disfarçado nas iniciais BB, Brito Broca analisava o livro. Referia-se, de início, aos “compactos rodapés em negrito”, assinados por mim, em dois anos de crítica militante, numa tarefa exercida com “espírito consciencioso, honesto, bem intencionado e inteligente”, na “evidente preocupação de fixar idéias gerais e dar aos autores o máximo de atenção que êles pudessem merecer”, fugindo aos “inconvenientes do subjetivismo que infelicitam muitos dos nossos críticos”. Destacava um aspecto: eu “não cedia à tentação da piada”, era um “estudioso que levava a crítica a sério”. Apesar de tudo, contando pouco mais de vinte e cinco anos, embora dispondo de “bela cultura”, eu não poderia mesmo esquivar-me “a certas falhas que só a experiência corrige”. Meus erros seriam “erros da falta de experiência”. No final desse balanço, o julgamento era benevolente: “A sua crítica semanal, que continua laboriosa e aplicada, representa, acima de tudo, um esforço para a valorização da cultura do Brasil atual”. O julgamento do livro não era, entretanto, tão favorável: “O autor não considera a questão (a ligação entre a economia e a literatura) a rigor e está longe de estabelecer uma relação constante entre as letras e os fatores econômicos”. Em síntese: “Mas a irregularidade no traçado não desmerece a obra. O conjunto satisfaz enormemente. É um resumo vivo e percuciente. O autor

tenta sempre dizer alguma coisa de nôvo e fazer descobertas". Alinhava algumas divergências e rematava: "Essas minúcias não podem ser levadas em conta num livro que dá, de chôfre, ao Sr. Nelson Werneck Sodré, um nome e um lugar na literatura brasileira contemporânea".

Naquele tempo, Gondin da Fonseca mantinha coluna permanente no *Correio da Manhã*, já no inconfundível estilo que lhe dava grande facilidade de comunicação com os leitores. Manifestou-se também sôbre o livro, que achava "bem feito e bem escrito", afirmando: "Revela, o autor, uma grande cultura". Depois de discutir o problema de Gil Vicente e de estranhar a simples referência a José Albano e a omissão do nome de Catulo da Paixão Cearense, finalizava, à sua maneira colloquial, como se conversasse diretamente com o autor: "Em resumo, eu acho esplêndido o seu livro. Foi com enorme prazer que o li, satisfeito por ver que o nosso Exército tem criaturas como o senhor, que dignificam as letras e não escrevem pela 'funética' do Phurnando".

No *Dom Casmurro*, jornal de letras que circulou no Rio por algum tempo, Umberto Peregrino recordaria, a propósito do livro, nosso trabalho comum na *Revista da Escola Militar*, nossa dispersão pelos quartéis do Brasil. Em um dêles, estaria eu. Fazendo o quê?

"Estará, talvez, a esta hora — lembrava — transmitindo a recrutas broncos os segredos de uma peça de artilharia, a sua abundante e inútil nomenclatura, ou ajudando a atrelá-la, numa luta quase corporal com os animais de tração, ou presente à limpeza dos cavalos de sua seção, espiando aqui uma ranilha mal cuidada, ali um tôso a fazer ou uma baia a consertar... Êsse o seu mundo, o nosso mundo. Difícil vencê-lo e conduzir paralelamente uma atividade mais elevada. Todo esforço as mais das vêzes resultará inútil, esbarrando contra a fadiga física, quando já não foi atalhado pela inércia".

Claro está que uma análise feita por companheiro dos bancos escolares teria de ser elogiosa; na de Umberto Peregrino

a generosidade dos conceitos traía a velha amizade. Assim era também a página escrita por Peregrino Júnior e divulgada em vários jornais; o recorte que dela me resta é de *A Tarde*, de Salvador. Na *Revista do Brasil*, que Assis Chateaubriand havia ressuscitado, entregando a direção a Otávio Tarquínio de Sousa, Almir de Andrade fêz recensão do livro. Foi objetivo, informando, sem qualificar. Ao fim, mencionou que a literatura contemporânea fôra tratada “ràpidamente, num arremate final que a coloca muito aquém do seu verdadeiro valor”. O livro tinha, como mérito, sua tese pioneira, mas, “em muitos capítulos, as influências econômicas e sociais apontadas pelo autor não ficam suficientemente esclarecidas”.

A crítica de *O Estado de São Paulo* era feita por Plínio Barreto, advogado, professor e principalmente jornalista, participando da direção daquele matutino e nêle militando em tôda a sua vida de imprensa, salvo quando o jornal estêve fora das mãos de Júlio Mesquita Filho. Plínio Barreto não era escritor, no sentido estrito da palavra, não pertencia à área das letras, mas possuía, como é comum, boa informação sôbre a literatura brasileira e sua cultura humanística lhe assegurava o bom gôsto, a capacidade de distinguir valôres. Sua crítica, sempre polida e quase sempre superficial, não tinha muita significação nos meios literários, mas era respeitada pelas qualidades de quem a assinava. Trabalhávamos — êle no apogeu de sua carreira, em que houvera momentos, particularmente políticos, de destaque; eu começando a minha e sem poder supor até onde chegaria — em jornais que mantinham tradicional rivalidade e antagonismo, em que, por vêzes, havia excessos de linguagem e sempre acrimônia ou, pelo menos, hostilidade. Plínio Barreto nem por isso se desviou um milímetro de sua proverbial polidez. Começou por descrever o esquema do livro, mencionando as partes e transcrevendo trechos. Definia algumas divergências, mas colocava-as com a sua habitual cordialidade: “Digo isto, não para diminuir o valor do livro, que é grande, mas, unicamente, com o intuito de assinalar como são perigosas as construções sistemáticas nos domínios da literatura”. Mas, por outro lado, destacava que a “ausência de dogmatismo, nas apreciações, não é dos menores encantos desta *História da Literatura Brasileira*”. E era generoso nos elogios: “A finura do seu espírito crítico e o conhecimento direto que possui dos autores e dos seus escritos tornam não só instrutivo como agradável o

contato com essas idéias”. Referia-se a méritos que sua benevolência encontrava: o acêrto das “observações dêsse nôvo e brilhante historiador de nossa literatura”, a forma como o livro “espelha em fidelidade e elegância a vida literária do Brasil”, sendo “uma visão panorâmica da ‘paisagem’ intelectual brasileira a que não faltam relêvo, colorido e vigor”. Concluía por comparar o livro ao que Thibaudet escrevera sôbre a literatura francesa.

A crítica de Plínio Barreto apareceu em março de 1939, mais de um ano depois do lançamento do livro. Por questão de método, prefiro referir-me, aqui, a duas críticas, uma de setembro e outra de outubro de 1940, ambas publicadas no *Correio da Manhã* e referentes à segunda edição do livro, agora incluído na coleção “Documentos Brasileiros” da Livraria José Olímpio Editôra. O texto da obra não sofrera alterações: os juízos, por isso, podem ser comparados, pois referem-se ao mesmo texto. Uma delas era assinada por Hermes Lima, em coluna de sua colaboração eclética no jornal; a outra fôra escrita por Alvaro Lins, em sua seção permanente “Crítica Literária”. Nunca apurei, mas sempre tive desconfiança de que a acolhida dispensada por José Olímpio ao meu livro e sua inclusão na prestigiosa coleção que Otávio Tarquínio de Sousa dirigia foi devida à impressão que Hermes Lima lhe transmitira. No artigo do matutino carioca, o professor baiano assim se externara: “Êsse livro me causara, na primeira leitura, excelente impressão que, agora, neste nôvo contato, vem de se confirmar. Proporciona uma visão de conjunto da nossa história literária, paralelamente ao desenvolvimento material de nossa civilização, muito lúcida. Revela, através de penetrante capacidade para situar socialmente as correntes literárias e os escritores, como a história de um país é bem um só bloco de várias faces, uma coexistência de aspectos nacionais interdependentes”. Lamentava que a moderna literatura brasileira, quando o Modernismo já ultrapassara vinte anos, não tivesse sido ainda analisada em conjunto. E acrescentava: “Agradou-me verificar que precisamente na *História* de Nelson Werneck Sodré foi onde, até agora, deparei o esforço interpretativo mais interessante do modernismo brasileiro. Êle não se restringiu a indicar nomes, a distribuí-los pelos diversos gêneros literários. Procurou, além disso, traçar as coordenadas do movimento, descobrir-lhe o *back-ground*, o que fêz, de modo sumário, porém indicativo de justa compreensão

do problema. O movimento modernista brasileiro está à espera de seu historiador, de seu Sílvio Romero. Quem sabe se êsse historiador não será o próprio Nelson Werneck Sodré, se a tanto se quiser abalançar?"

A crítica de Álvaro Lins era de outro teor; sob o título geral "Panoramas", o crítico do *Correio da Manhã* apreciava, no mesmo rodapé, três livros: o de Afrânio Peixoto, *Panorama da Literatura Brasileira*, o meu, em sua segunda edição, e a tradução da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, de Debret. Sobre êste, escrevia pouco; a respeito do trabalho do romancista baiano, demorava-se, para escalpelá-lo. Quanto à minha *História da Literatura Brasileira*, era severo no julgamento, embora benevolente quanto ao autor. Tratava-se de "um panorama de linhas mais amplas, embora ainda incompletas e flutuantes" — dizia, sentenciando: um livro "cuja sorte principal consiste em ter fugido do seu objetivo", uma vez que "só incidentalmente, em raros momentos, o A. se lembra da sua tese", representando uma obra — definia — "que me parece média no seu valor; e com muitas páginas animadas de fôrça descritiva e de compreensão literária", a que faltava, contudo, "uma participação mais pessoal, mais direta, mais atuante do autor dentro dos elementos de sua obra", "um conhecimento mais completo, em extensão e em profundidade, das nossas figuras literárias". Disso derivaria "um certo tom apologético, exaltado, superficial dos seus comentários, quando uma história estaria a exigir serenidade, sobriedade e, sobretudo, sentido das proporções". Mas — continuava — como se poderia exigir tudo isso de um escritor jovem? E opinava: "Acho que a empresa de uma história da literatura, na mocidade, é uma precipitação que nem mesmo um caso como o de Ronald de Carvalho torna aconselhável". Consolava-me, no final, afirmando que o livro revelava "as excelentes qualidades de um escritor que vem se afirmando, entre nós, pelo talento, pela seriedade do espírito, pelo amor às nossas letras".

Escrever livros ou artigo de imprensa é uma atividade pública, não um ato privado. Como atividade pública está sujeita ao julgamento. Assim como, no teatro, é um direito do público gostar ou não gostar e, conseqüentemente, aplaudir ou vaiar, a atividade do escritor está submetida ao gosto dos leitores e às contingências da crítica. Revoltar-se quando aquêles

não apreciam e esta não aplaude é infantilidade e incompreensão. Claro está que, quando o meio cultural alcançou certo nível de desenvolvimento, as divergências no juízo de valor, as diferenças da crítica referem-se unicamente às obras, deixando de lado a pessoa do autor. Por outro lado, se existe maturidade e, em consequência, seriedade no exercício da crítica, ela se reveste, naturalmente, espontaneamente, de respeito pela obra que analisa, cuja estrutura e cujas características e qualidades discute. Isto significa que a injúria não faz parte da crítica, embora um autor nunca esteja livre dela e nem deva preocupar-se ou revoltar-se com ela. Em 1938, e com relação ao meu livro de estréia, por exemplo, a crítica — apesar de sua precariedade, da ausência de método que a caracterizava, do amadorismo que a presidia, da heterogeneidade do valor individual de cada crítico — portou-se normalmente. Todos os críticos, ainda os mais elogiosos, alinharam discordâncias, em relação a teses ou julgamentos que o livro apresentava. Todos os críticos, ainda os mais severos no juízo sobre a obra, colocaram-se no nível cultural em que o diálogo é possível e necessário. Naquele tempo, para mencionar mais um julgamento, e desfavorável, fazia crítica no *Dom Casmurro* um escritor que se desinteressou depois de sua carreira, para a qual dispunha de boas condições, Wilson Lousada. Estava começando e num jornal de existência efêmera, mas isso não afetava as suas manifestações. Para êle, minha obra de estréia era “indiscutivelmente honesta”, mas não atingira “o ponto desejado, a base verdadeira do assunto”, daí “não representar ainda a história literária do Brasil em bases econômicas”, mas tão-sòmente, “quando muito, um esboço, uma tentativa honesta mas deficiente”. Era um julgamento respeitável, sem a menor dúvida; o autor poderia supô-lo severo e até injusto, mas não tinha como rebelar-se contra êle e muito menos indispor-se com o crítico.

Mas há sempre, nos meios literários de cultura pouco desenvolvida, os que escolhem, para acelerar seu ingresso ou sua ascensão na escala dos escritores, como rentável, a via do escândalo, pela invectiva. Conheci também êsse lado da realidade. No mesmo *Dom Casmurro*, que aceitava tudo, uma pessoa com quem jamais tive contato pessoal, que jamais conheci e que, portanto, não chegou a ingressar na área das letras, assinando-se Plínio Fernandes Bastos, publicou, contra meu livro, uma cartilínaria, cujo teor pode ser avaliado pelo trecho seguinte:

“Dei há poucos dias dez mil réis por uma *História da Literatura Brasileira* do Sr. Nelson Werneck Sodré. Dê-se crime contra a minha bolsa culpo o Sr. Peregrino Júnior, que é uma bela inteligência e um péssimo conselheiro. Feito o gasto, passei à leitura, na intenção justificável de aproveitar a minha grana. Aquela coisa entre parênteses na capa do livro (seus fundamentos econômicos) dava-me a alegre esperança de coisas novas, a certeza gostosa de excelentes revelações, a convicção acalmadora de que com o dinheiro de uma aula dada eu iria ganhar novas, originais interpretações das nossas coisas literárias. Mesmo porque somente assim se explica a publicação de um livro dessa espécie. Se não traz novidades, se vai repetir aquilo que outros disseram, é bom parar. O Sr. Nelson Werneck Sodré não parou, e com seus fundamentos econômicos acabou levando um pouco de minha pequena economia. Logrou-me. E êsse lôgro eu não perdôo. Foi supérflua, inútil a minha despesa. Eu possuo a *Pequena História da Literatura* do Ronald de Carvalho. E o livro de ‘seu’ Nelson é o mesmo do Ronald”.

Estava eu, pois, simplesmente acusado de plágio, não de um trecho, uma passagem, mas de um livro inteiro.

Examinando, mais de trinta anos depois, as críticas ao meu livro de estréia, é possível distinguir nela alguns traços comuns. Êsses traços é que importam — pois caracterizam a crítica — e não os juízos a respeito do livro e do autor. O traço que se repete em quase tôdas as críticas é de que o livro não correspondia à tese que se propusera e que estava enunciada no subtítulo. Como já contei os detalhes de elaboração desse livro e manifestei meu juízo sôbre êle, é dispensável demorar na afirmação de que êsse traço comum era uma indicação justa: o livro não havia realizado o seu deliberado propósito. Era fácil verificar isso. Mas já era mais difícil constatar o que se tornaria outro traço comum da crítica: o livro não apenas não realizara a associação entre o desenvolvimento econômico ou, melhor, material com o desenvolvimento literário como — e isso não foi mencionado — nada tinha com o materialismo histórico, porque o autor não conhecia dêste o mínimo necessário a um estudo dessa natureza. Mesmo Tasso da Silveira, que faz rá-

pida alusão ao sentido materialista do subtítulo, que repudia, não percebe o traço essencial, essa distância entre o método apregoadado e sua execução. É provável que o crítico de *A Ofensiva* tivesse do materialismo histórico uma noção errônea, deformada; mas percebeu a sua marca. Os outros nem isso perceberam e, provavelmente, não tinham qualquer noção do que fôsse o materialismo histórico.

O terceiro traço comum da crítica consistiu na discussão de omissões e de excessos na menção de autores: eu teria citado alguns, entre os vivos, a respeito dos quais os julgamentos estavam longe de ser definitivos, e teria esquecido, entre os vivos e entre os mortos, tais e quais; e cada um, segundo suas preferências, mencionava os injustiçados. Gondim da Fonseca, por exemplo, lembrara Catulo da Paixão Cearense. O último traço comum consistia na menção ao livro de Ronald de Carvalho, mostrando que a crítica brasileira, naquela altura, conservava ainda alto apreço por aquêle livro. Álvaro Lins, que era, na época, o crítico de mais prestígio, indiscutivelmente, a propósito de meus poucos anos, prevenia sôbre o caráter excepcional do caso de Ronald, deixando claro que êste alcançara triunfo irrepetível escrevendo a sua *Pequena História da Literatura Brasileira* ainda muito jovem. Isso importava em admitir que a obra de Ronald tinha grande valor.

Nada caracteriza e define melhor o nível de cultura do que os juízos de valor, claro que tomados em conjunto, constituindo escala, e não quando considerados individualmente. O traço comum da crítica da época, pela reiteração do juízo de valor que colocava em lugar destacado o compêndio de Ronald de Carvalho era a incompreensão do que deva ser a história e particularmente a história literária. Quando me dispusera a escrever uma obra que a renovasse, aqui, fôra precisamente a desvalia daquela de Ronald que me viera à lembrança. Sempre que um crítico, ao escrever sôbre meu livro, reportava-se ao de Ronald, portanto, estava, na escala dos juízos de valor, em plano inteiramente diferente do meu. E isso me irritava mais justamente quando alguém, pretendendo elogiar o meu livro, comparava-o ao de Ronald. Isso revelava absoluta incompreensão do sentido do que eu fizera. Ora, ao que parece, e os longos anos de experiência literária firmaram essa idéia em mim, o que um autor espera da crítica é compreensão. Mesmo os mais enrai-

zados individualistas, as criaturas mais vaidosas, aquelas para as quais o elogio, e o elogio impresso particularmente, representa recompensa suprema, verdadeiro néctar ou música embalsadora, mesmo essas, no fundo, buscam a compreensão. O que um escritor deseja é isso, acima de tudo. De minha parte, foi sempre assim, e os elogios que se distanciavam da compreensão, gratuitos, sempre me foram indiferentes; os elogios alicerçados na compreensão, ao contrário, representaram sempre, e representam, a alta recompensa que realmente conforta. De modo geral, pois, a impressão que me ficou foi de que a crítica não compreendera o meu livro. Isso não é uma impressão de hoje, decênios depois. Não: foi a impressão, ao tempo, quando o livro foi publicado. As restrições, particularmente aquelas referentes a nomes, mencionados ou omitidos, pareceram-me inteiramente secundárias.

Claro que eu desejava sucesso; a estréia vitoriosa representa muito, como estímulo. Não a tive. Merecidamente, o livro foi acolhido sem grandes comentários, sem ruído. Salvo o aspecto da compreensão — que era o aspecto essencial — as restrições da crítica não me fizeram mal, por mais que, como é natural, eu preferisse, na época, uma crítica melhor, no sentido de mais entusiástica no aplauso. Embora, às vezes, como acontece com todo autor, achasse que o livro era melhor do que os críticos supunham, não fiquei magoado com eles, em nada as relações que mantinha, ou que viria a manter com eles foram afetadas. No conjunto, acredito que os pronunciamentos foram generosos: mesmo apresentando restrições, os críticos faziam ressalvas elogiosas. Não tinha do que me queixar realmente. A convicção de que a crítica fôra justa, de que o livro nem merecia mesmo as ressalvas elogiosas — no volume e no grau de benevolência com que foram feitas — veio com o tempo. E tanto dei razão à crítica — nas restrições, note-se, deixando de lado o problema da incompreensão — que, na terceira edição, refiz integralmente o livro. Se estivesse satisfeito com a obra teria deixado intato o texto das duas edições iniciais. Quando o pus de lado e escrevi uma obra nova — e o texto, a partir da terceira edição, é isso — foi porque concordei com a crítica, julgando insuficiente aquilo que fizera. Claro está, portanto, que a insatisfação com a estréia não era com a crítica, mas com a obra, comigo mesmo, que não tivera a capacidade de

fazer alguma coisa capaz de alcançar aquêlê sucesso, aquêlê triunfo, aquêlê repercussão com que todo escritor sonha, por tôdas as razões.

O MOVIMENTO LITERÁRIO

Para os que têm na verdade vocação para escritor — e sem discutir, precisamente, o que vem a ser vocação —

os obstáculos não trazem esmorecimento ou, quando menos, desistência. No início de 1938, ainda no Rio e com tempo disponível, pensei em escrever uma interpretação do período histórico imediatamente posterior à Independência brasileira; pouco adiante o projeto ampliou o período, levando-o até à Proclamação da República. Elaborei um esquema da obra e enviei-o a Fernando de Azevedo. Sua carta de 15 de fevereiro de 1938 me estimulou:

“A sua carta trouxe-me, com as notícias suas, o plano de um nôvo livro, em preparo, *Panorama do Segundo Império*. Gostei muito da construção do livro, bastante compreensivo, projetado com uma larga visão de conjunto e equilibrado nas suas partes. Pode escrevê-lo para a Brasiliana, na lista de cujos colaboradores terei muito prazer em incluir o seu nome. Logo que estejam concluídos os originais, mande-me cópia para uma resolução definitiva e o necessário entendimento entre o autor e os editôres. O livro ajusta-se perfeitamente à coleção, em que, espero, figurará entre os trabalhos de mais interêsse e destinados à maior repercussão”.

Convalescendo de enfermidade que me levara a permanecer alguns dias hospitalizado, escrevi os capítulos do livro à base de numerosas notas de leitura tomadas no hospital,

Aproveitando a forçada imobilidade, li os historiadores antigos, quase todos os que haviam estudado o período que me propusera reconstituir. Há, na província, por vêzes, surpresas interessantes: a existência de boas bibliotecas particulares, por

exemplo, em que encontramos livros raros, fora de circulação há muito tempo. Como me operei no interior, vali-me dessa circunstância favorável, dispondo de duas bibliotecas excelentes, uma voltada mais para a literatura, mas a outra constituída preferencialmente de obras sôbre o Brasil, algumas já preciosas e só existentes nas coleções ricas, já por êsse tempo começando a desaparecer com a carência de espaço nas residências das capitais. Recordo-me de que, entre os historiadores nacionais do século XIX, valeu-me Pereira da Silva, de cujos extensos volumes da *História da Fundação do Império do Brasil* fiz notas importantes. De Pereira da Silva, diziam os compêndios, particularmente os de história da literatura, que era enfadonho e prolixo, sem maiores méritos. É julgamento que, a meu ver, vive da repetição. Êle é interessante em várias de suas obras, talvez mais em suas memórias; a longa narrativa histórica da fase preparatória do Império e de seus primeiros tempos, de que extrai notas valiosas, pode ser prolixa, às vêzes, mas não é enfadonha, reunindo muita coisa digna de ser conhecida e até mantendo ponto de vista muito defensável, particularmente a respeito dos acôrdos firmados por Strangford em 1810. Foi essa a época em que percorri, com todo vagar, as narrativas históricas de Varnhagen e de Southey.

Quando estava hospitalizado recebi desesperada carta de Galeão Coutinho, revelando a agonia da Editôra Cultura Brasileira:

“Tenho vivido e não sei até quando viverei nessa contradição. Pessoalmente, contarei a você o que tem sido êste inferno, as tipografias também em luta desesperada contra a falta de pessoal idôneo e de trabalho, o que é pior. Enfim, meu caro amigo, se eu não tivesse oitenta contos meus na Cultura, era bem capaz de mandar tudo isto às favas. Trabalho por amor à arte. Empresa editôra é uma cachaca. A gente vai tomando gôsto pela coisa, um livro, mais outro livro, é colhido de surpresa por uma crise como esta e não sabe como agir nem como atender aos credores. Enfim, o apostolado das letras, no Brasil, exige o sacrifício, não apenas dos que escrevem, mas também daqueles que põem em circulação o pensamento. E não há tigrir nem mugir. Tenho que agüentar firme”.

O Estado Nôvo, realmente, apertava a cultura com uma torquês: um dos braços era a ofensiva policial e da censura contra tôdas as manifestações do pensamento, animada pelo obscurantismo mais feroz; outro braço era a redução do crédito, o apêrto financeiro, as restrições numerosas e variadas que, apresentadas como salvadoras e saneadoras da moeda, arrasavam o poder aquisitivo e estreitavam bruscamente o mercado. Entre as pontas da torquês, a pequena emprêsa — e as editôras eram pequenas emprêsas, e continuam a ser — vinha sendo triturada. O orçamento, ao fim de contas, continuava deficitário, a inflação prosseguia o seu caminho, mas a cultura entrava em pausa, pois os meios materiais que a alimentavam reduziam-se. Essa terapêutica, como se sabe, pode ser repetida, sem nada de original, e tem inequívocos traços de classe. Uma das características dêsse traço de classe é o horror à cultura, origem de todos os males, fonte das rebeldias, fomentadora das mudanças, foco de tôdas as subversões, coisa demoníaca, votada aos infernos.

Em março de 1938 o *Correio Paulistano* publicava o rodapé de crítica que dediquei ao livro de Azevedo Amaral, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. O velho jornalista pretendia fornecer à ditadura brasileira os fundamentos teóricos de que ela abrirea mão para se estabelecer, fiel ao seu empirismo e seduzida por algumas fórmulas importadas, na fase em que o fascismo, sob seus variados modelos, estava, por tôda a parte, em vigorosa ascensão. Ao iniciar a crítica, procurava eu explicar que evitava sempre tratar de assunto nacional da esfera política, ligado a acontecimentos dos últimos dez anos. Não por temor das personagens e de seu desgosto ante possíveis restrições, nem por obediência à convenção que exige a “perspectiva do tempo” para ver melhor as coisas. Mas porque “nem sempre me era dada a liberdade de criticar aquilo que achava errado e falso”. Ia, agora, abrir uma exceção, pelo alto conceito em que tinha o autor, desde logo prevenindo, entretanto, que, se em tórno do autor e das idéias gerais que êle defendia, estava em condições de abrir os limites para uma crítica ampla, não podia fazer o mesmo em relação a certos pontos do livro, que pareciam “tocar em questões sôbre as quais me é impossível opinar”, esclarecia. Era advertência necessária e mesmo imprescindível, uma vez que a censura inutilizaria qualquer tentativa em contrário e deixar a crítica apenas com a parte

de elogios teria sido despojá-la de sua autenticidade e, ao autor, de sua dignidade.

Recordava em seguida que duas pessoas haviam exercido grande influência na formação de minha mentalidade. Uma delas era o ensaísta cujo livro ia agora criticar, pois os seus *Ensaícos Brasileiros* muito me haviam impressionado. A outra era “um homem apagado e modesto, duma curiosidade mental extraordinária, apto como poucos à síntese, dono dos mais vastos e sólidos conhecimentos”. Eu muito lhe devia e, em tôdas as circunstâncias, tinha afirmado essa dívida, “para assinalar, pelo contraste, a tristeza do panorama da educação no Brasil e o divórcio, cada vez maior, entre mestres e discípulos”. Continuava: “Os últimos anos acumularam sôbre essa personalidade de elite a soma de reveses e sofrimentos que é capaz de proporcionar o desvario da ignorância, da malevolência e do crime”. Citava: “Êsse homem foi o Sr. Isnard Dantas Barreto”. Tratava-se, naquele momento, de homenagear, pelo menos com a simples menção de seus méritos, um professor privado da cátedra pela reação fascista, incapaz, pela sua própria natureza, de tolerar a cultura. O outro mestre de meu pensamento era, então, Azevedo Amaral. Não, entretanto, o autor do livro que ia ser objeto da crítica, mas o autor dos *Ensaícos Brasileiros*.

Aplaudindo algumas das teses defendidas por Azevedo Amaral — e outra não seria, hoje, a minha posição — terminava a análise de seu livro com maliciosa sugestão: “Seja-me lícito um último reparo. Acredito, com a credulidade fácil que me faz julgar bem as pessoas e as instituições ainda não provadas, que o Estado Nôvo encare com mais realidade o aproveitamento das elites brasileiras, tão divorciadas da coisa pública. Se êsse aproveitamento tiver lugar, estou certo de que ao autor dêste livro útil será dada alguma função eminente”. Não aconteceu nada disso, embora Getúlio Vargas desejasse, estou certo, aproveitar Azevedo Amaral num lugar em que êle, condicionado pela cegueira, pudesse prestar os serviços de que era capaz, recebendo, ao mesmo tempo, a recompensa que merecia. Lembro-me que Amaral foi recebido por Vargas, com quem conversou longamente e que o encaminhou, depois, a Lourival Fontes. Salvo alguns artigos políticos que o DIP, então em vias de organização e ainda sem o nome a que aquela sigla corresponde, distribuiu aos jornais, o Estado Nôvo não fêz nada

pelo seu teórico mais importante. Em compensação, meteu na cadeia alguns dos mais eminentes intelectuais brasileiros.

O declínio qualitativo da produção literária era ostensivo: passara a fase melhor do chamado romance nordestino. José Lins do Rêgo, uma de suas principais figuras, publicaria, nesse ano de 1938, *Pedra Bonita*, alongado, com idas e vindas, curvas e ziguezagues, na prolixidade descritiva que foi um dos piores aspectos negativos do romancista paraibano. Zé Lins não conhecia o fanatismo religioso e creio que nem o sertão, e menos ainda o processo social complexo que liga um ao outro, e suas relações de causalidade. O romance, repetindo conhecimentos de oitiva e sem o vigor daqueles em que recorda o visto e gravado, nada acrescentava ao que êle já havia conquistado. Apareciam, apesar do declínio de conjunto da literatura, três ou quatro romances importantes. Um dêles, *Vovô Morungaba*, a melhor, talvez, das obras de Galeão Coutinho, livro denso, em que a ironia convive num clima de pungente ânsia, retratando a vida de camadas inferiores da pequena burguesia, com suas ilusões e suas mazelas, seu esforço continuado e doloroso para não afundar na classe proletária e seus sonhos de grandeza e suas fugas no misticismo e no embalo das cantigas carnavalescas. Outro, o de Amadeu de Queirós, *A Voz da Terra*, romance em que um escritor nostálgico do ambiente rural de sua infância reconstitui com amor e com fidelidade a graça, a poesia e a beleza da vida provinciana, quase desapercibida sempre, mas sem os toques que o regionalismo e o sertanismo valorizaram, com a clareza e a simplicidade peculiares a tudo o que escreveu esse romancista hoje esquecido tão imerecidamente. Terceiro, o de João Alfonsus, *Rôla Môça*, em que o autor, embora menos à vontade do que no conto — algumas de suas histórias curtas são das melhores que a nossa literatura conhece — apresenta figuras e situações bem delineadas, tudo envolvido pela profunda ternura que êle dispensava às criaturas. João Alfonsus começa a ser objeto de pesquisas e estudos, particularmente em Minas; isto significa que se salvará do esquecimento.

Creio que deveria ser tarefa das Faculdades de Filosofia e Letras, ou dos Institutos de Letras, o reexame dos autores do passado próximo, e não só dos grandes, dos que têm lugar assegurado na memória coletiva, mas daqueles que não alcançaram essa situação — muitas vêzes não por falta de mérito — e permanecem no esquecimento. Refiro-me aos do passado pró-

ximo muito de propósito, pois vem sendo moda, agora, ressuscitar, rever e até descobrir autores do passado já distante. É o caso de Sousândrade. É o caso de Qorpo Santo. É um pouco o caso de Oswald de Andrade. Se convencionarmos uma divisão no tempo, compreenderemos melhor o problema: passado distante seria aquele anterior a 1930 ou ao pós-Modernismo; passado próximo, daí até os nossos dias. Nossa literatura não tem, a rigor, muito mais do que um século: essa divisão atende, ao que parece, à sua juventude, que é, certamente, uma das marcas de sua imaturidade. Mas, voltemos ao passado próximo: há autores, hoje fora de circulação, que merecem novas leituras, merecem o encontro com as novas gerações de leitores, têm muito a oferecer. Mencionei aqui três deles: Galeão Coutinho, com dois ou três romances que não deveriam ter sido esquecidos; Amadeu de Queirós, com bagagem maior, de contos e romances, como os *Contos do Carimbamba* — um deles, pelo menos, antológico, o “Chão de Terra Preta” — e os romances *A Voz da Terra* e *Praga de Amor*, ainda omitindo os de ambiente urbano, menos importantes mas de maneira alguma vulgares; João Alfonsus, de que se conhece muito dois ou três contos, destacadamente “Galinha Cega”, com a sua marca de ternura, com *Rôla Môça* e tudo o mais que deixou. O ensino universitário de literatura, ao que parece, poderia compreender o estudo desses autores, sobre os quais o tempo está passando uma esponja e que não podem de maneira alguma ser apagados do rol dos que deixaram obras cujo merecimento está fora de dúvida.

Não ficou esquecido, aliás, outro dos bons romances lançados em 1938, o de Orígenes Lessa, *O Feijão e o Sonho*, multiplicado em sucessivas edições e com um público numeroso. Não influiu nisso o fato de ser vivo ainda o autor — os três antes citados já faleceram — mas circunstâncias e características favoráveis ou, quem sabe, tão simplesmente fatores acidentais, imponderáveis. Creio que uns e outros: o romance é realmente delicioso e fácil, ao mesmo tempo que bem feito e cheio de sentimento, alinhando o contraste entre as inexoráveis pressões da vida real e as inevitáveis evasões para a fantasia, girando em torno de um escritor. Orígenes Lessa, mestre do conto, dono de alguns dos melhores de nossa literatura — o único escritor em que é visível, aliás, a influência de outro mestre no gênero, entre nós, Antônio de Alcântara Machado — salva o seu ro-

mance do perigo de reduzir-se a uma longa anedota pela força que imprime à narração, pelo traço firme das personagens e, destacadamente, pela mestria do estilo, na sua simplicidade superior, marcada, além do mais, pelo domínio absoluto do diálogo.

O clima político, com a ditadura se consolidando, depois da tentativa de *putsch* integrista dêsse ano, desfavorecia os ensaios de análise profunda, em que as contradições sociais estão presentes. Os pesquisadores, estudiosos, intérpretes, ensaístas, voltavam-se para temas incontrovertidos ou em que a controvérsia, pela distância dos problemas no tempo, revestia-se de gravidade acadêmica. Era uma fase favorável à erudição, à acumulação de dados, de elementos informativos, dos materiais de cujo manejo, pela aplicação de rigoroso método, o analisador pode extrair o essencial. A fase era, em suma, de domínio do singular e do particular, de tudo aquilo que permite a passagem ao universal. Como não se pode nunca trabalhar apenas com o particular ou com o singular ou o universal, vivendo a dialética da constante passagem de um a outro, havia caráter estático, de unilateralidade nesse tratamento isolado do singular e do particular. E é fácil comprovar essa deformação com dois exemplos, os dos ensaios mais profundos aparecidos então — falo de 1938 — um a respeito de tema recuado no tempo, datando dos primeiros séculos da colonização, o outro biográfico, a respeito de figura marcante de nossas letras. Refiro-me a *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco, e ao *Sílvio Romero*, de Carlos Sussekind de Mendonça, aquêles lançados na coleção “Documentos Brasileiros”, e êste, na “Brasíliana”.

O trabalho de Afonso Arinos de Melo Franco representava o resultado de singular mudança de rumos em suas atividades intelectuais. Vinha êle, até aí, no caminho dos ensaios de interpretação do Brasil, sem alçar grandes vôos. Nesse terreno, o seu livro *Conceito de Civilização Brasileira*, de que me ocupara, em minha seção de crítica, deixava muito a desejar, não apenas porque ficava prêso a um sistema conservador de aferição das linhas de nosso desenvolvimento, nada aduzindo de nôvo, como porque o autor não havia ainda amadurecido a sua forma, tornando acessíveis as idéias que apresentava. Deixando o rumo da interpretação, enveredava agora pelo da erudição e mostrava que êsse era o seu terreno favorável senão predileto. Aprovei-

tando os vagares do tratamento de enfermidade que o acometera ainda jovem, o autor lera e anotara cuidadosamente os viajantes e os pensadores que, particularmente desde o século XVI, haviam se ocupado do índio, isto é, o “selvagem” americano. Tais autores — todos sabem — são uma coisa quando lidos correntemente e outra coisa quando lidos com vagar. Nesse segundo caso, oferecem um mundo de observações que nos passam despercebidas, via de regra, na leitura comum. Foi o que aconteceu com Afonso Arinos de Melo Franco que, sem pressa, recolheu tudo, praticamente, que os homens de pensamento dos séculos XVI, XVII e XVIII registraram sobre o índio. Ora, o que êles pensavam do índio — e do brasileiro com destaque, pois sobre êste girava a maioria dos depoimentos — estava estreitamente vinculado ao que êles pensavam dos próprios europeus, da própria sociedade em que viviam. Essa literatura compreendia a série de utopias que, naqueles séculos, revelavam a insatisfação com os percalços da ascensão burguesa. O trabalho de erudição que é *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, em tudo idêntico a uma tese de cátedra universitária, mostrava, à simples leitura, a sua importância e a sua singularidade, colocando o autor, desde então, como figura de relêvo entre os pesquisadores de nosso passado.

A reação política, logo configurada em termos policiais, preparatória da ditadura definida no Estado Nôvo, colhêra em suas malhas aos filhos de Lúcio de Mendonça que, naturalmente, por fôrça da própria personalidade, mas também honrando o nome paterno, eram intelectuais de alto mérito e, como tais, homens de pensamento livre. Associados a outros admiradores de Euclides da Cunha, entre os quais se destacava Francisco Venâncio Filho, haviam constituído grupo de estudos que zelava pela obra do autor de *Os Sertões*. Sílvio Romero que, como Euclides, se caracterizava pelo sentido brasileiro de suas obras e pelo desejo de aprofundar o conhecimento de nossas coisas, era outra das admirações dos filhos de Lúcio de Mendonça. O volume que, assinado por Carlos Sussekind de Mendonça, apareceu em 1938, sobre a vida e a obra de Sílvio Romero — a que outro, pelo menos, se deveria seguir, o que, infelizmente, não aconteceu jamais — representava o resultado de pacientes e prolongadas pesquisas do autor e de seu irmão Edgard, situando-se, desde logo, como fonte essencial ao conhecimento do que foi e do que fêz o ensaísta sergipano. Indiscutível era o

mérito dêsse trabalho que, entretanto, ficou incompleto e não mereceu reedição.

O acontecimento editorial de 1938 foi, sem dúvida, o lançamento de *Vidas Sêcas*, com que Graciliano Ramos voltava à ficção. Depois de *Caetés*, poderia haver dúvida, mas depois de *São Bernardo* e de *Angústia* quem quer que fôsse dotado de um mínimo de perspicácia e de conhecimento de literatura sabia que, com Graciliano Ramos, estava diante de um romancista do nível de Machado de Assis, da maior figura da ficção brasileira depois dêste. Já contei que conheci Graciliano Ramos no Rio, em 1937, logo depois que êle foi restituído à liberdade e quando, penosamente, começava a recompor a sua vida, apoiado no emprêgo de fiscal do ensino secundário e na labuta da revisão de revistas e jornais. O velho Graça, como os amigos o tratavam, era figura singularíssima, uma espécie de sertanejo largado há pouco na selva do Rio de Janeiro, pitando um cigarro de palhas, ouvindo, com os olhos semicerrados, as conversas, opinando pouco, atento, no entanto a tudo e a todos, recolhido, mais para dentro do que para fora, mas às vêzes sorrindo, descontraído, quando confiava, dizendo coisas inteligentes mas, de quando em quando, só para ver o impacto, dizendo de propósito alguma barbaridade. Cedo nos fizemos amigos. Homem de poucas confidências, aparentemente sêco e às vêzes intratável, tinha profundas reservas de sensibilidade que vinham à tona de raro em raro e quando a vida permitia. Num meio literário cheio de provincianices, como o do Rio, naquela época, em que a luta pela notoriedade se processava sem muitas cerimônias, com agressividade às vêzes, sem escrúpulos em alguns casos, Graciliano Ramos, infenso às tricas e futricas, era reservado em seus julgamentos, retraindo-se quando não conhecia bem os que o cercavam, na Livraria José Olímpio, no célebre banco dos fundos — “perigoso foco de subversão”, para alguns delatores, competidores literários que não sabiam utilizar a pena senão para denúncias — ou à porta.

Encontrávamo-nos, ali, quase todos os dias, onde êle “despachava”, refazendo-se a pouco e pouco das conseqüências da longa reclusão nos presídios, retomando o hábito do convívio entre pares, sem as atribulações que, depois, narraria nas espantosas *Memórias do Cárcere*. Quase tôdas as vêzes eu tinha oportunidade de perguntar o que êle estava fazendo, em literatura, instando para que retomasse uma atividade em que, eu sabia,

o seu trabalho era sempre lento. Respondia que, no momento, descansava, lia, tratava de coisas práticas, pois a família era numerosa e dependia d'êlé, precisava garantir o orçamento doméstico. Além disso — confessava — faltava-lhe vontade. Tudo conspirava para desestimular o desejo de escrever: o regime, a opressão, a insegurança, a censura, a necessidade de garantir a subsistência dos seus, as atribulações de família, tudo, tudo. A certa altura, para surpresa minha, contou: começara a escrever um nôvo livro, não sabia bem em que ia dar, lidando com parco material e paisagem estreita. Eram poucas as personagens, um homem, uma mulher, duas crianças, uma cachorra, um papagaio, os bichos quase humanos, o homem e a mulher quase bichos. Uma história do sertão, mas sem as côres violentas e sem as cenas pitorescas que costumam ornamentar o sertão, na literatura brasileira, desde que esta se esboçou.

O romance apareceu em março e teve o mesmo ritmo de saída dos outros livros de Graciliano. Pois a verdade é que o grande romancista demorou em ser aceito pelo público, como acontece, via de regra, com os escritores excepcionais. Para ser exato, demorou também em ser consagrado pela crítica e pelos confrades. Naquele tempo — parece que isso foi há um século — Graciliano nem de longe acompanhava o prestígio de um Jorge Amado, de um José Lins do Rêgo e mesmo de uma Raquel de Queirós, diante do público; e o prestígio dêstes e de um Mário de Andrade, de um Érico Veríssimo, de um Ciro dos Anjos, para a crítica. É espantoso, mas é verdadeiro. Seus livros iam sendo vendidos vagarosamente e vagarosamente iam conquistando um lugar entre os que sabiam distinguir a qualidade literária. Em 1938 apareceu a segunda edição de *São Bernardo*, um dos maiores romances da literatura brasileira. Nada anunciava, a primazia de que o nome de Graciliano Ramos desfruta hoje. Seus companheiros de gênero, particularmente os da mesma região geográfica, os nordestinos, que faziam literatura regional, que escreviam libelos literários, que apresentavam documentários que valiam como relatórios, eram os triunfadores, puxando o cordão. Êle, tímido, casmurro, ficava para trás, compondo vagarosamente suas histórias, sem colorido, sem pitoresco, sem glossário, enquanto os outros, com a regularidade das poedeiras, botavam um romance por ano.

Escrevi sôbre *Vidas Sêcas* um rodapé menos extenso do que era meu costume; foi publicado em 7 de abril, no *Correio*

Paulistano. Dêsse julgamento, que data de mais de trinta anos, é interessante lembrar algumas notas. “Compreendemos — escrevia — ao percorrermos as linhas de seu último livro, que o segredo da arte do autor consiste num binômio singular: um aperfeiçoamento constante e contínuo da maneira de escrever e de tôdas as qualidades de romancista, e uma perpétua renovação de temas e de processos”. Agora, o julgamento do livro: “Essa simplicidade, essa ausência de literatura, no sentido vulgar, essa compreensão nítida e equilibrada do sentimento e das impressões dos primários, essa tradução perfeita dos seus anseios medíocres e da estreiteza dos seus horizontes, representam o seu grande triunfo, a supremacia da sua posição no cenário das letras contemporâneas em nosso País. Porque, nessa latitude tão mesquinha, adstrito a material tão parco, êle conseguiu escrever um extraordinário livro, um romance verdadeiro, uma obra palpitante de realidade”. E por que êsse romance da sêca era diferente dos outros, de tantos outros que o flagelo climático provocou? Eu respondia: “Dir-se-á que é êste um livro da sêca onde não existe eloquência, onde não há imagens coruscantes, onde a luz não inunda os quadros, onde o artifício das palavras não encontra lugar”.

O que distingue o grande romancista dos que não o são, embora possam alcançar sucesso ruidoso e extenso por algum tempo, é a capacidade de observar e a de transpor para o romance os traços essenciais da vida, aquêles que realmente a definem, desprezando o inumerável, acessível, fácil material que se apresenta à simples vista e que, à observação menos atenta, parece definir a realidade, quando apenas a esconde. O que a crítica moderna conhece como tipificação, e sôbre o que Górkí discorreu com mestria e Lukács escreveu tantas obras, é justamente isso: o abandono da realidade aparente, superficial, para a reconstituição da realidade profunda. É, em poucas palavras, recolher o particular, universalizando-o. Nesse sentido, qualificar como pertencendo à literatura regional a obra de Graciliano Ramos é necedade, incompreensão absoluta do fenômeno literário e do processo de criação literária.

Compare-se *Vidas Secas* com outros romances que focalizaram a mesma paisagem, o mesmo drama. Ver-se-á como, na quase totalidade, êstes cabem perfeitamente no campo do regionalismo, e nêle apenas, porque se perdem nos detalhes da

realidade aparente, sem possibilidades para transpô-la e captar a realidade profunda. Graciliano Ramos só teve, como identidade com os ficcionistas nordestinos que puxaram o cordão barulhento do pós-Modernismo, as coincidências de ter nascido naquela área e de ter nela situado os seus romances. A primeira coincidência não foi de sua responsabilidade. Quanto à segunda, é daquelas que assinalam a mestria: a ficção tem espaço e tempo, ocorre em determinados lugares, que têm características físicas que influem nas personagens, dura determinado tempo, enquanto a ação surge, cresce, desenvolve-se, chega ao desfecho. Mas, ao mesmo mesmo tempo, transcende êsse espaço e êsse tempo, porque guarda algo que pertence ao homem pela sua condição mesma, algo que é comum aos homens e, portanto, não apenas daqueles que vivem naquele espaço e naquele tempo. E é por isso, evidentemente, que a obra de Graciliano Ramos cresce com o fluir dos anos, sem cessar, enquanto a dos regionalistas começa a penetrar na sombra e cedo estará em segundo plano.

Os assuntos fáceis em literatura são, na realidade, os assuntos difíceis. Haverá assuntos mais fáceis do que a bandeira, o beijo, a mãe, a rua? São, entretanto, difícilísimos, na proporção daquela tamanha facilidade que convizinha com a vulgaridade e que os caracteriza. A ficção nordestina, e não apenas a ficção, sempre encontrou na sêca um de seus temas prediletos e, portanto, repetidos. Se o ensaio teve o precedente gigantesco, assustador, temível, de *Os Sertões*, a ficção deparou também precedentes sérios, desde o Romantismo, passando pelo Naturalismo e esgalhando-se nas formas diversas do sertanismo e do regionalismo. A sêca, no Nordeste — e mesmo fora dêle — foi como tema obrigatório de prova escrita de literatura. A sêca e seus complementos, naturalmente, o cangaço e o fanatismo. Repetia-se, no regionalismo nordestino, e nem só nêle, a identidade com a temática medieval, que se encontra sempre que uma sociedade apresenta os traços que definiram a sociedade feudal, claro que não em tôda a sua pureza. Daí a tendência a colorir o cangaço com as côres do heroísmo, fazendo de simples bandoleiros brancos uma espécie de cavaleiros andantes, roubando aos ricos para dar aos pobres, revidando ofensas impunes, lavando feridas na honra familiar etc., etc. Daí a tendência para colorir o fanatismo religioso com as côres pretensamente científicas da psicologia das multidões e das anorma-

lidades psíquicas. Que um homem como Nina Rodrigues, dispondo da ciência de seu tempo, creditasse às “coletividades anormais” fenômenos e desvios hoje de fácil diagnóstico com os recursos de que dispõem as ciências sociais, não espanta. O que espanta é que a ficção, ao aproximar-se a metade do século XX, aceitasse a sêca e seus complementos ainda sob o império absoluto do pitoresco.

Levante o pesquisador curioso — e êste seria outro problema para grupos de estudo, nos Institutos de Letras, hoje tão ocupados em despertar horror à literatura — o rol dos livros que tomaram a sêca como tema. Deixe de lado os de pura ciência, preocupados com a natureza, mas não os que se ocuparam do homem. Encontrará imenso material: centenas de ensaios. Mas, estreitando ainda as malhas: dezenas de obras de ficção. Encontrará numerosas peças teatrais. Encontrará poesias. E, atualmente, encontrará, nos domínios de outra arte, que não a literatura, alguns filmes: o de Lima Barreto não foi o primeiro, mas foi pioneiro no sucesso; o de Gláuber Rocha não será o último, mas levou também os cenários adustos às telas de todo o mundo. É, pois, um assunto comum, um assunto vulgar — um assunto fácil. E é, também, o tipo do assunto difícil, por isso mesmo que é fácil. Alinhemos três exemplos: como romance, o de José Lins do Rêgo, *Cangaceiros*; como peça de teatro, a de Raquel de Queirós, *Lampião*; como filme, o de Lima Barreto, *O Cangaceiro*. Há um traço comum, nessas três obras, de gêneros diferentes, quanto ao tratamento do assunto: elas repousam sobre o pitoresco. A sêca tem manifestações exteriores violentas: ela altera a paisagem, extinguindo grande parte das espécies, mas já habitualmente o sertão apresenta revestimento peculiar. Mas a sêca não afeta apenas a natureza. Afeta o homem. Afeta-o através do que afeta a natureza, porque rompe o equilíbrio entre ela e o homem, e afeta-o diretamente. Afeta-o enquanto indivíduo e afeta a sociedade. Nesse campo, o da sociedade, ela influi no cangaço e no fanatismo místico. Não é causa dêles, note-se: mesmo em períodos em que não há sêca, há cangaço e há fanatismo, ou pode haver.

Paisagem física adusta, cangaço, fanatismo são exteriorizações, como a própria sêca, que não é constante, aparecendo a intervalos mais ou menos largos. Pode o sertão ser definido,

apresentado, caracterizado em sua integridade, em sua profundidade, em sua complexidade, por êsses traços exteriores, de paisagem física e de paisagem humana: sêca, fanatismo, cangaço? É o que acontece naqueles três exemplos, o do romance, o da peça teatral, o do filme. E aqui não se discute o valor de cada um como obra de arte, do ponto de vista da técnica — técnica de literatura, técnica de teatro, técnica de cinema. Nem mesmo, para maior amplitude, do ponto de vista da forma. Em *Vidas Sêcas* — releiam o romance — a paisagem física é caracterizada em algumas pinceladas, que se destinam a situar o drama no espaço. Aparece a sêca, naturalmente: ela vai tanger a família de Fabiano e estará presente em tôda a duração da retirada, castigando homens, bichos, plantas. Não há lugar para o cangaço nem para o fanatismo religioso. Isto significa, em suma, que o romance é despojado de todos os elementos que fazem parte da fórmula, da receita, do tipo de ficção regional que tem a sêca como tema. Ele não utiliza o pitoresco, no fim de contas. O romancista sabe que não é o pitoresco que define, em profundidade, o problema. Tudo o que acontece — e acontece muita coisa nesse livro muito pequeno — pode levar Fabiano ao cangaço ou ao fanatismo, mas isso é o secundário, e não aparece, não faz parte do drama. *Vidas Sêcas* começa por diferir no título: sêcas são as vidas, as criaturas que as vivem. A sociedade — não a natureza — é que seca essas vidas. Os males profundos, enraizados, duradouros é que secam essas vidas e transformam homens em bichos, viventes em coisas — e não os flagelos. No plano da realidade, é sabido que a sêca castiga o pobre, mas poupa o rico.

Para êste, ela pode ser — e muitas vêzes é — um bom negócio. Quando não é um bom negócio, também não o molesta. O pobre, que nada tem, ou tem o seu minifúndio — disfarce esfarrapado que faz aumentar o teor da miséria — sofre a sêca porque não tem recursos, por ser pobre. Tôdas as sêcas representam maior concentração da propriedade, maior concentração da riqueza. E isso nada tem de pitoresco. *Vidas Sêcas* é o maior romance, entre os que tiveram o sertão como cenário. Em Fabiano, o romancista tipificou o sertanejo pobre, ignorante, atrasado, vítima, não da sêca apenas, mas da sociedade feudal nordestina. E, assim, tão profundamente enraizado no espaço, naquele determinado espaço, o sertão nordestino, o romance universalizou, do ponto de vista artístico, o drama hu-

mano que descreveu, e se universalizou, porque está, hoje, nas línguas mais faladas, e, como filme, nas telas de todo o mundo. Há ainda o que dizer sobre *Vidas Sêcas*, hoje servindo como texto básico de estudo nas Universidades: como arte literária, como forma, é realização superior. Porque é evidente que não basta o poder de captar a realidade, buscando-a sob os disfarces do pitoresco. É preciso, também, o poder de reproduzi-la, em termos de arte literária. Só quando isso acontece, existe o escritor.

JORNALISMO

Foi em 1938 que comecei a escrever para a revista *Vamos Ler*; lembro-me que o primeiro trabalho foi sobre Júlio Verne. A revista queria artigos leves, informativos, fáceis; nada de ensaios, de análises profundas. Julguei que Júlio Verne era assunto que cabia perfeitamente nos limites dessas exigências. Dois outros artigos, que ali publiquei, naquele ano, tratavam de autores de interêsse mais restrito, mas eram também leves: um sobre Kipling, outro sobre Chesterton. Continuava também colaborando, embora de forma não sistemática, em *Diretrizes*, que Samuel Wainer vinha mantendo com dificuldade. O Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, em sua fase inicial, distribuía aos jornais de todo o País meus artigos sobre as atividades do Exército. Ao aproximar-se o fim do ano, comecei a publicar em *O Jornal* trechos de um livro que vinha preparando com vagar e que só apareceria três ou quatro anos depois, como o título de *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Tratava-se de reunir uma série de estudos sobre as principais figuras das letras brasileiras, traçando, assim, por composição de diversas partes, o quadro de conjunto da atividade literária naqueles dias. Recordo-me de que procurei Alceu Amoroso Lima, para que me fornecesse os dados necessários à elaboração do estudo sobre sua obra, mas um desencontro me privou de realizar essa parte do plano. Fernando de Azevedo enviou-me documentos e depoimentos que permitiram completar o capítulo a êle referente. Sobre Gilberto Freyre, que estava fora do Rio, ajudou-me Luís Jardim, seu amigo e conterrâneo. Quanto aos demais, meu processo con-

sistia em manter conversas com os escritores, repetidas às vêzes, conhecendo dêles não apenas dados biográficos mas a forma como cada um sentia os problemas da criação literária. Não havia muito, um escritor de qualidade secundária e de notoriedade internacional, Emil Ludwig, havia publicado um livro, logo traduzido aqui, *Colóquios com Mussolini*, que, independente de seu pouco valor, atualizava êsse processo que, como todo mundo sabe, não era nôvo.

Um dos primeiros capítulos que escrevi para o livro foi aquêle referente a Graciliano Ramos, não apenas porque o julgava de presença obrigatória numa obra como a que eu planejava como porque, encontrando-o constantemente, meu trabalho ficava extraordinariamente facilitado. O capítulo sôbre o romancista de *Angústia* resultou não só da leitura de seus livros e das críticas que haviam merecido como dessas conversas. Em fins de setembro de 1938, estreando em *O Jornal*, publiquei a primeira parte dêsse estudo, porque era o que eu dispunha naquele momento. "A infância do romancista". Quando êsse trabalho foi publicado, já eu não estava mais no Rio. Depois de demoras, protelações, conversas, decisões e recuos, o Govêrno designara o Gen. José Pessoa, até aí sem comissão, para o comando da Brigada de Infantaria sediada em Belo Horizonte, retificando alguns dias depois essa decisão, e nomeando-o comandante da 9ª Região Militar, com quartel general em Campo Grande.

Seguimos, pois, para Mato Grosso no início de agosto de 1938. Continuei, de lá, enquanto me permitia o serviço e as viagens, mantendo minha colaboração no *Correio Paulistano*, fazendo a crítica literária sistemática, e em *Vamos Ler, Diretrizes* e *O Jornal*, do Rio. Distante da capital e de São Paulo, precisava ter, numa e na outra, amigos que funcionassem como meus representantes para uma série de providências que o trato com a balbúrdia das redações de revistas e jornais torna indispensável. Êsses amigos, que muito me valeram, foram Emil Farhat, no Rio, jornalista, trabalhando então no *Diário da Noite*, órgão da cadeia de jornais de Assis Chateaubriand, e Edgar Cavalheiro, em São Paulo, escritor, bancário e jornalista, depois assessor da Livraria Martins Editôra.

Não sei qual foi o motivo que me levou a apelar para Graciliano Ramos, nessa ocasião; não era êle pessoa das mais indicadas para providências práticas e, portanto, tratando-se de

entendimentos com a direção de *O Jornal*, ao que parece, deve ter havido razão especial para que eu o envolvesse em alguma coisa de tal natureza. Sua resposta é, entretanto, interessante, tanto mais que Graciliano tinha horror a escrever cartas, parte de sua intrínseca dificuldade em escrever, que os amigos conheciam e que acabou por configurar-se em sua obra exígua. Dizia êle, em carta de 12 de novembro:

“Caro Nelson. Recebi ontem à noite a sua carta de 6, a segunda que me chega depois de sua saída. A resposta à primeira foi escrita, mas perdi-a e tive preguiça de fazer outra, o que teria sido muito difícil, porque eu andava com a vida encrencadíssima. Um horror, seu Nelson, um buraco. Se as coisas melhorarem, preciso escrever bem um cento de cartas. Estou selvagem, estou completamente selvagem. Não encontrei o Emil Farhat, mas vou procurá-lo hoje e transmitir-lhe a sua proposta ao Chateaubriand. Por segurança, entender-me-ei também com José Lins e com Dario Magalhães. E falarei a Otávio Tarquínio, que paga cem mil réis por artigo para a *Revista do Brasil*. O Farhat lhe mandará logo a resposta. E se eu conseguir alguma coisa, na empresa do Chateaubriand ou fora dela, avisá-lo-ei: desta vez não serei preguiçoso como da outra. Sim, vi o trecho publicado no *O Jornal*, ótimo, tão bom que fiquei meio desconfiado, pensando que aquilo não era comigo. Você quer transformar-me num sujeito importante, Nelson, e eu me atrapalho, e não me ajeto nessas camisas enormes. Enfim, tenho obrigação de procurar acomodar-me. O trecho que saiu é realmente magnífico. Bem, Nelson, adeus. Um grande abraço do Graciliano Ramos”.

A ditadura estava completando um ano, tudo indicava que iria durar. Nos presídios, na clandestinidade, no exílio, todos os que se opunham estavam atados, dispersos, divididos. No quadro internacional, Salazar continuava seu longo reinado tecnocrata: era a economia estagnada na perfeição suprema dos orçamentos equilibrados e da moeda estável, índices que faziam

os idiotas babar de admiração; Franco arrumava a casa, esmagando a estrutura republicana e ressuscitando a Espanha feudal, fanática e inquisitorial: havia espanhóis espalhados pelo mundo todo, a nata de sua cultura; Mussolini continuava a bravatear, liquidadas tôdas as resistências italianas, outro país de que a inteligência estava exilada; Hitler, na Alemanha, em tempestuosos pronunciamentos, fazia estremecer o mundo ocidental e cristão que o parira e criara; nos Estados Unidos, Roosevelt encontrava resistências à sua política de salvação da economia do país; a Inglaterra e a França, sem que se pudesse prever então, preparavam-se, pela traição da burguesia, para passar, adiante, ao nível das nações secundárias; no Oriente, o Japão digeria com dificuldade a Manchúria, aproveitando a divisão entre os chineses; na URSS, Stalin, desconfiado e cauto, liquidava divergências internas, atento às ameaças do Ocidente, em que as nuvens da tempestade se acumulavam. A política brasileira assumia aspectos inéditos: os laços comerciais com o Japão e com a Alemanha se desenvolviam e também a aproximação política. Falava-se muito, nos círculos palacianos e nos círculos militares, em decadência da democracia: as perspectivas eram róseas para a ditadura.

Que se passava, entre nós? Trechos de cartas de observadores inteligentes podem fornecer elementos para reconstituir o quadro da época. Em novembro, Peregrino Júnior me escrevia:

“Você está fazendo uma das coisas que eu mais ardentemente desejava fazer: cruzando êsse sertão em todos os sentidos. Imagino que livro curioso você vai trazer de Mato Grosso — documentado, informativo e esclarecedor. Quando você o publicar, eu farei em sua companhia essa bela e sedutora viagem. Com a dupla vantagem de fazê-la cômodamente e em companhia de um cicerone que conhece o itinerário e outras coisas. E o livro para o José Olímpio? O *Panorama*, creio que só o teremos no próximo ano, não? Estou trabalhando agora num livro sôbre *Alimentação e Constituição*. Quando você pretende estar de volta cá pelo Rio? A turma fala sempre de você com simpatia. Mande notícias”.

Azevedo Amaral, que não conseguira firmar, como seria justo e lógico, sua ligação com o Estado Nôvo, ainda em novembro, quando lhe mandei carta por um portador — os nossos serviços postais, como ainda hoje, não dispensavam o uso do “próprio” — contava-me dos percalços de *Diretrizes*:

“Exatamente poucos dias após a chegada dêsse artigo, verifiquei fatos muito desagradáveis, que corriam por conta do meu sócio naquela publicação. Desliguei-me dêle e dela completamente e não pude suspendê-la, porque o homenzinho, com extraordinária falta de honestidade, fizera o registo do título exclusivamente em nome dêle, apesar de tôdas as despesas terem corrido por minha conta. Resolvi imediatamente publicar outra revista — *Novas Diretrizes* — esta de minha exclusiva propriedade e direção”.

Pedia-me colaboração, que logo lhe enviei.

Emil Farhat, como jornalista que era, dava conta de assuntos privados e relatava as novidades da “Côrte”:

“Desejo-lhe boa saúde aí, onde deve haver muito mosquito e muito pântano. Você deve ter estranhado que eu não respondesse imediatamente a carta que me mandou por intermédio do Gracialiano. O que houve foi o seguinte: justamente uma semana antes, o Dario Magalhães havia seguido para os Estados Unidos, onde se acha até agora. E é êle a pessoa mais abordável, na alta direção dos Diários Associados. Pus o seu oferecimento nas mãos do Vítor do Espírito Santo, que era a pessoa indicada para entrar em entendimento com o Chateaubriand. Êste viajou para São Paulo, ia e vinha, e sempre com uma predisposição de espírito nada conveniente para ser abordado. Ontem, finalmente, o Vítor falou com êle. Se você soubesse o que se tem passado nestes últimos dias na imprensa compreenderia umas tantas coisas do Chateaubriand, que lhe contarei mais tarde e pessoalmente. De início, você guarde esta: êle fêz uma certa objeção, por-

que você vinha por meu intermédio, e eu não tenho boa 'fama' com êle, por motivos 'espirituais'. Vai daí que, levando em conta o referido pânico que reina nas altas rodas jornalísticas, êle concordou em que você mande uma primeira colaboração, para êle ver o (avalie!) sentido da mesma . . . O nosso homem viu fantasmas, porque outros, que pareciam mais firmes, já foram tragados pelo lobisomem”.

Continuava, informando:

“Vou mandar os jornais que você pediu. Também aí tenho de lhe explicar outras coisas pessoalmente: por motivos independentes da nossa vontade, não pôde o *Diário* dar o noticiário no mesmo dia em que você mandou, acontecendo até que, no dia seguinte, *O Globo* nos furou, por intermédio da Agência Havas. Os 'motivos independentes' você deve saber quais são, acontecendo que *O Globo* é mais acatado no Olimpo. O endereço do *Diário da Noite* é rua Rodrigo Silva, 12. O noticiário que você tem mandado vem saindo em todos os Diários Associados. Atualmente você não tem tempo para trabalhar nos livros, não é? Por aqui, os acontecimentos literários vão se sucedendo: novas revistas, novos livros. Acho que você já sabe que o José Olímpio lançará o meu romance daqui a uns dias, juntamente com outro do Lúcio Cardoso e um do Guilherme Figueiredo. Não sei se você estava aqui quando o Rosário Fusco apareceu, fazendo crítica literária no *Diário de Notícias*, cujo suplemento está muito bom. O Tristão também retomou seu pôsto nos Diários Associados. Por enquanto, ninguém leu nada do que êle escreveu até agora, em quatro domingos; por isso não sei lhe dar opinião . . . O Graciliano prepara um livro de contos. Foi nomeado para um lugar regular na Universidade do Distrito. Mas andou acabrunhado êsses dias porque a esposa teve de fazer uma operação difícil sendo porém feliz. O *Olhai os Lírios do Campo* está em quarta edição. O José Lins vai lançar a segunda de *Pedra Bonita* e a terceira de *Menino de Engenho*. Um *speakear* de rádio foi

contemplado com alguns mil contos no testamento de uma velha milionária. Não aconteceu nada disso a nenhum escritor nosso conhecido... A Sra. Rosalina Coelho Lisboa foi a Lima e discursou na reunião de uma comissão garantindo que era poetisa. Notícia importante: o *Dom Casmurro* encomendou crônicas ao Rubem Braga e ao Genolino Amado e pagou! *Diretrizes* paga a uns em moeda corrente, e a outros em elogios... Sairá por êstes dias *Para Todos*, com o Álvaro Moreira à frente. Em São Paulo, *Problemas* vai bem, e saiu *Cultura*".

O relatório tinha de ser feito por partes, às vêzes:

"Interrompi a carta para atender a um chamado: era a sua aérea que chegava. O Segadas Viana, secretário, ficou satisfeito porque vamos dar um 'rombozinho' nos outros jornais. As fotografias serão devolvidas, como você pediu. Hoje, há uma grande azáfama por aqui, devido ao pavoroso desastre de trem que houve próximo a Barbacena: quarenta e seis mortos e setenta feridos. A Rádio Tupi também tem irradiado as informações sôbre a perseguição aos cangaceiros. Temos falado bastante em você e no Gen. José Pessoa. Você precisa ver se descobre algum garimpo bom por aí. Isso daria trabalho a muita gente daqui, onde o dinheiro anda fino e a miséria elegante... Se você tiver tempo, mande o primeiro artigo sôbre o Oeste, como lhe falei acima. Outras notícias: o Agripino Grieco voltou da Itália desiludido. Numa semana só, o José Olímpio lançou treze livros diferentes! Êle está editando muito. Você soube que o Osvaldo Orico se engalfinhou com o Marques Rebêlo? Saíram sôcos e sangue".

Nessa carta, há várias notas interessantes, características daquele primeiro ano de ditadura: o pêso da censura sôbre os jornais, o ambiente tenso, inseguro, das redações, o temor das emprêsas diante do poder discricionário. No que me dizia respeito: os entendimentos para uma série de artigos sôbre Mato Grosso, cujo território eu vinha cruzando, em viagens que me

proporcionaram informações inéditas ou curiosas sobre aquela região e as vizinhas, artigos que apenas inicii e que foram, depois, incorporados ao meu livro *Oeste*; a correspondência de jornal, que comecei a enviar aos Diários Associados, sobre a campanha da tropa federal contra os bandoleiros que operavam nas zonas fronteiriças de Mato Grosso e que permitiria ao Gen. Pessoa empenhar-se na obtenção de apoio do Governo para prosseguir naquelas operações de limpeza; o destaque conquistado pela Livraria José Olímpio Editora, a mais importante do País, do ponto de vista do nível das edições, da qualidade das obras, já se aprestando, naturalmente, àquela altura, para vir a ser, como foi, a editora de Getúlio Vargas, em obra então menosprezada, porque financiada pelo Governo e destinada à propaganda deste, mas hoje precioso e insubstituível repositório de informações sobre a época; a mobilização, pelos jornais, dos escritores de tendência direitista, reacionária ou apenas conservadora, chamados a preencher espaço, com uma literatura inofensiva, que o noticiário severamente policiado deixava em branco; a posição esquerdista do próprio Emil Farhat, que era a absolutamente predominante nos meios intelectuais e jornalísticos, e que ameaçou a solução do problema de minha colaboração, a que, entretanto, nada afetava, posição de que Farhat evoluiria, com o tempo, como se verá adiante, como se verá o sintomático episódio da publicação de seu romance, que eu apadrinhara junto a José Olímpio e que este vinha hesitando em lançar, pela posição esquerdista do autor e pelo caráter de libelo que o livro apresentava.

Apesar das viagens e dos afazeres absorventes da profissão, em Mato Grosso, eu continuava a trabalhar em dois livros: aquele que seria depois *Orientações do Pensamento Brasileiro*, reunindo estudos sobre as mais destacadas figuras das letras brasileiras da época, e aquele que seria o *Oeste*, interpretação geoeconômica do desenvolvimento da zona pastoril de Mato Grosso. Salvo quando estive na campanha — se é que merece esse nome a operação contra os bandoleiros — sempre encontrei vazar, nas sobras de tempo, para o trabalho intelectual, apesar de todos os obstáculos que se apresentavam. Um desses obstáculos era a distância, a ausência de informação, o isolamento. É, como se sabe, dos maiores: a atividade intelectual exige contatos, conhecimento do que se passa, visão mais completa das coisas,

troca de impressões, leituras amplas e atualizadas. O isolamento e particularmente o que decorre de distância física, é obstáculo considerável à cultura. Note-se que escrevo sobre o que acontecia no Brasil de 1938; hoje, a distância física não leva, obrigatoriamente, ao isolamento, pelo menos quanto à informação. Eu procurava atenuar esse isolamento com a correspondência e encontrei, entre os meus amigos, compreensão plena a esse respeito. Com suas cartas, eles não apenas me permitiram trabalhar, suprindo-me das informações de que eu necessitava, como me estimulavam a prosseguir, e a completar trabalhos que, muitas vezes, eu tinha vontade de pôr de lado, à espera de melhores dias.

As informações de que eu necessitava para escrever os estudos que comporiam as *Orientações do Pensamento Brasileiro* chegavam àquela distância a largos intervalos. Sobre Gilberto Freyre, por exemplo, de cuja formação eu conhecia muito pouco e com quem não tivera oportunidade de conversar, tendo tido com êle apenas ligeiro contato, dependi, como já mencionei, da boa vontade de Luís Jardim. Em fins de novembro de 1938, naquelas lonjuras, chegou-me, finalmente, o depoimento de Jardim, acompanhado de retratos, para os quais me pedia cuidado especial. Jardim começava, realmente, contando coisas interessantes:

“Quanto aos dados sobre Gilberto, na parte econômica, sei bem pouco: procede de família bem pobre; estudou na América com muito sacrifício, a princípio às custas do pai, depois com a ajuda do irmão, Ulisses Freyre, que também estudou lá. Por fim, Gilberto aliviava as algibeiras dos de casa, fazendo traduções, escrevendo, trabalhando em suma. O assunto econômico individual, ou doméstico — o *thrift* dos ingleses — por êle Gilberto tem quase desprezo. É um desleixado do dinheiro. E se você observar, não sabe nem guardar os cobres no bôlso. Quando tem dinheiro, coloca no bôlso mais próximo. É gastador. Gosta do que é bom, como qualidade”.

E por aí se perdia o excelente Luís Jardim — aliás uma das criaturas mais dotadas que conheci, escritor de mérito, de-

senhista, pintor de personalidade marcante — por fôrça da incompreensão que lhe ficara talvez do subtítulo de minha *História da Literatura Brasileira*. Os malefícios dêsse subtítulo, aliás, foram numerosos, mas não pensei que chegassem a êsse limite: fazer supor a um homem inteligente que eu pretendesse analisar indivíduos, tomados isoladamente, considerando como encaravam, na prática, no cotidiano, os problemas materiais, que conhecemos, por extensão, como “econômicos”. A carta de Jardim estendia-se, assim, em detalhes psicológicos e, depois, abandonando o tema, discutia outros, com muita verve. A certa altura, por exemplo, lembrava:

“Qual o romance que trata do aspecto econômico do indivíduo isolado? A não ser a miséria bruta, em massa, ou a riqueza pomposa — até accidental, de propósito, como no caso de uma personagem de Érico Veríssimo, que enriquece na loteria — o aspecto da economia individual passa despercebido. E, no entanto, nenhum talvez mais interessante, em certo sentido, do que êste. As reações, o comportamento do indivíduo em relação ao pouco ou muito que possui. A loteria é um símbolo: é a miragem dos brasileiros em geral. Raro de nós que não vê na bichinha uma espécie de milagre. E quem vive muito de milagres, dentro do puramente terreno, é pouco objetivo, pouco prático. Suponho que são dois aspectos que na nossa literatura quase não contam: êste, de economia individual, e o de decoração interna. Fora Machado, nenhum outro escritor se ocupa da descrição do ambiente interno. Você, lendo um romance de hoje, não sabe como é a vida interna de uma casa. Os dramas parece que se tecem na rua”.

A observação, realmente inteligente, cabível, não me ajudou a compor o estudo sobre Gilberto Freyre, dos piores do livro, mas me enriqueceu o espírito.

Luís Jardim concluía sua carta com observação que, ao tempo, tinha certa importância — a ditadura, exercida com um civil na chefia do Govêrno, repousava, sem a menor dúvida, nas Fôrças Armadas — mas cuja importância, hoje, é ainda maior:

“... não posso findar sem lhe contar uma grande surpresa que me fez Graciliano, tanto maior quanto você é o tipo físico do homem antimilitar. Digo isso porque sou dos que acham necessário um reajustamento da vida do militar com a do paisano. De ordinário, o paisano vê nos militares um senhor de bota, autoprivilegiado nas coisas materiais da vida, protegido da sorte; a impressão inversa é a de um paisano sempre pronto nas safadezas políticas, doido por elogiar o Governo, etc. (...) Se há região no mundo onde o exército precisa de ser uma grande, uma extraordinária força civil é aqui. Ninguém mais do que vocês são antibairristas, são tão nacionalistas e têm essa capacidade de nomadismo. Se se derem à observação, os militares serão os confessores, não de indivíduos, mas de agrupamentos. E daí o material enorme de que vocês poderão dispor. A obra a realizar pelos militares marca Werneck é enorme. (...) Você fique certo de que tem dupla personalidade, escrevendo: a de militar e a de civil”.

Se, pessoalmente, decepcionei a Luís Jardim, pelo menos acredito ter trabalhado para que as coisas acontecessem como ele desejava.

Mas havia, na correspondência, decepções também. Meu livro de estréia, a *História da Literatura Brasileira*, deveria, segundo a percentagem usual de 10% sôbre o preço de capa, e segundo a tiragem — dois mil exemplares — proporcionar-me dois contos de réis de direitos autorais, e o valor vai aqui expresso em contos de réis porque expressá-lo em cruzeiros, velhos ou novos, não daria a impressão que permite compará-lo a valores atuais. Em moeda dos nossos dias de confusão financeira, seriam dois cruzeiros novos. Mas isso nada significa, pois dois cruzeiros novos, hoje, pouco representam, e dois contos de réis, em 1938, já representavam alguma coisa. Pouco depois do lançamento do livro, recebi, por conta daqueles direitos, a quarta parte do total: quinhentos mil réis, moeda da época. Mais adiante, se bem me lembro, Galeão Coutinho pagou-me, em duas parcelas, mais quatrocentos ou quinhentos mil réis. Depois, mais nada. Quando lhe falava, e isso me constrangia profundamente, prometia pagamento mais tarde. O problema arrastou-se. Sempre me agradou mais, em casos dêsse tipo, a franqueza;

sempre detestei, por temperamento e por educação, protelações e enganos. Era o que vinha acontecendo. Eu, conquanto escritor jovem, num País em que o trabalho intelectual não é visto como trabalho, mas como diversão, esforcei-me para que as coisas mudassem e aquêlê trabalho fôsse remunerado como devia e não fôsse considerado como favor ou diversão gratuita. Não acompanhava, por outro lado, o problema da editôra; estava desinformado de seu andamento. Nessas condições, escrevi a Galeão Coutinho e, certamente, ao fazê-lo, com a minha costumeira falta de jeito para disfarçar ou atenuar as coisas, a maneira clara e direta de expressá-las, devo tê-lo ofendido, embora minha intenção não fôsse essa. Admirava-o, como escritor, e estimava-o, como amigo, na verdade. Se êle, desde logo, me tivesse esclarecido que não podia pagar, estaria tudo resolvido. Na derrocada da Cultura Brasileira havia, entretanto, o traço comum em tais casos: pagava-se os credores de papel, imóveis, etc., mas não os credores de direitos autorais. Êstes ficavam sempre entre os que o não pagamento nem desonra nem prejudica comercialmente. E nisso estava envolvida, é claro, a subestima pelo trabalho intelectual; mais do que isso: o desprezo por êle. E era isso, precisamente, o que mais me irritava.

As ditaduras provocam, inevitavelmente, a estagnação da cultura; os meios de produção e de comercialização do livro, em tais regimes, se esclerosam, como consequência natural. O Estado Nôvo, prolongando o terror cultural que dominava o País desde fins de 1935, determinou a retração do mercado de livros. A Cultura Brasileira, cuja estrutura empresarial era fraca, foi carregada na enxurrada desastrosa que se desencadeou em 1938. A resposta de Galeão Coutinho à minha carta era altiva e amarga. Acusava-me de “pesadas injustiças” que, em qualquer período anterior de sua vida, o teriam enchido de “justificada revolta”, mas, agora, causavam-lhe apenas “uma grande tristeza”. E comentava:

“Se você, intelectual que viu a maneira leal, entusiástica, cordialíssima, com que eu acolhi a publicação do seu livro na Cultura, tratando-se de um estreante, quando os estreantes são recebidos de má sombra em tôdas as empresas editôras do mundo, e só depois de pôsto por nós em

letra de fôrma, na sepultura honesta do livro, se viu re-
qüestado por outras emprêsas; se você, Nelson Werneck
Sodré, nega-se a reconhecer a situação aflitiva em que me
vi e vejo ainda, pelo puro idealismo de dar ao meu País
uma casa de livros escolhidos e finos, que poderei eu es-
perar do comum dos mortais?"

Nessa altura, quem estava aflito era eu. Escrevi a Galeão,
desculpando-me pela carta anterior; senti-me em posição falsa;
fiquei mal comigo mesmo. No fim de contas, foi como se fôsse
eu o devedor e não o credor. Não se falou mais em direitos
autorais.

Em janeiro de 1939 estive no Rio. Revi amigos. Reto-
mei contatos. Creio que foi Raimundo Magalhães Júnior, que
me abriu as páginas de *Vamos Ler*, quem me pediu que falasse
a Vasco Lima, um dos diretores de *A Noite*. Êste me propôs
fazer, com exclusividade, a cobertura da campanha contra os
bandoleiros de Mato Grosso, para cuja intensificação o Gen.
Pessoa viera ao Rio, em busca de recursos materiais que lhe
faltavam e que, apesar de seus esforços, continuariam a faltar.
A Noite providenciou a franquia telegráfica e passei a forne-
cer-lhe o noticário, como antes fizera com os Diários Associa-
dos, só que, para êstes, a título gracioso. A situação em Mato
Grosso era, porém, insustentável: o Gen. Pessoa, no seu lou-
vável intuito de acabar com o banditismo, quebrou algumas ve-
neráveis louças, alguns móveis de estimação, esquecendo que o
regime feudal reinante naquela área pastoril, a do sul mato-
grossense, tinha seus fiadores na "Côrte". Um dêles, o chefe de
polícia, Filinto Müller, figura de primeiro plano num regime de
essência policial como o Estado Nôvo. Outro, o ministro da
Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, provàvelmente, menos por
identidade do que por incompreensão. Voltando a Mato Grosso,
o Gen. Pessoa recebeu gentil bilhete azul. Os coiteiros de ban-
dados, que eram os latifundiários do sul daquele Estado, haviam
ganho a parada. O general voltou ao Rio; eu, a Itu. Meus ven-
cimentos não me permitiam viver na capital; na província,
era rei.

De Itu, voltando ao tipo de vida interiorana que, na sua
tranqüila rotina, favorece o aproveitamento dos vagares, em-
bora limite os horizontes, mantinha eu as linhas de colabora-

ção sistemática, com prioridade para a crítica literária do *Correio Paulistano*, e as eventuais, para *Diretrizes*, *O Jornal* e *Vamos Ler*, no Rio, e o *Jornal da Manhã* e o *Roteiro*, de São Paulo. Nesse tempo, Samuel Wainer fazia ginásticas terríveis para manter *Diretrizes* e me escrevia com freqüência, pedindo colaboração. Pagava sessenta mil réis por artigo, o que estava de acôrdo com os padrões da época. Em março, remetendo-me pagamento de dois artigos, explicava a entrada de Genolino Amado para diretor, ficando êle como secretário: "A entrada do Genolino na redação não tem mais significado que o simples ingresso na revista, unicamente como diretor. Creio, aliás, que isto contribuirá favoravelmente, pois o Genolino, além de ótimo jornalista, de bom sujeito, é honesto e consciencioso". Eu, de longe, percebia que a entrada de Genolino, por cima, como diretor, visava apaziguar a censura.

No Departamento de Imprensa e Propaganda pagavam-me duzentos mil réis por artigo, que se destinavam a tornar conhecidas as atividades e realizações do Exército. Eu começara a escrevê-los antes do advento do Estado Nôvo, e continuei. O padrão de pagamento era excepcional; nenhum jornal pagava isso naquele tempo. Quando pagava. Minha colaboração em *O Jornal*, por exemplo, deu trabalho para ser paga. Lancei mão de amigos, de pistolões, briguei, insisti, e só a muito custo consegui receber. Chateaubriand construiu seu império jornalístico à base dêsses processos, e isso era conhecido, e sempre foi constatado. Sôbre êsse problema girava o comentário de uma carta de Emil Farhat, dos fins de março, para Itu:

"Falei também ao Zé Lins, que é, como já disse, a melhor pessoa para tratar dessas coisas com o Dario. Êle me informou que hoje resolveria o assunto e me pediu o seu enderêço para lhe escrever já. Como velho conhecedor dos meus patrões, não estou estranhando a safadeza que já começaram a fazer com você. O Dario gosta de trabalho gratuito ou mal pago: êle sabe bem o valor da mais-valia . . . É por isso que o monte dêle cresce cada ano".

José Lins do Rêgo dava-me conta de sua intervenção, realmente, logo depois. Sua carta, sem data, era quase ilegível. Zé

Lins tinha péssima letra, verdadeiros garranchos espalhados no papel. Consigo, a custo, entender o trecho principal: “Você tem tãda razão para estar aborrecido com esta história dos seus artigos. E eu também, porque me vejo responsável, em parte. Ontem estive com o Dario, que me disse o seguinte: a sua colaboração que saiu será paga imediatamente”. Seguiu-se trecho em que as palavras eram ilegíveis, mas o sentido era êste: Dario de Almeida Magalhães “não achava oportuna” a publicação dos outros artigos meus já entregues a *O Jornal*. Prometia restituir os originais. Emil Farhat recebera os quatrocentos mil réis que me eram devidos. E Zé Lins se escusava, ao fim: “Você, meu caro Nelson, queira me desculpar. Sou um pouco responsável. Mas é o meu relaxamento, esta minha falta de capacidade para agir que leva a essas situações”. Não me recordo porque Zé Lins se considerava parcialmente responsável pelo ocorrido. Teria sido intermediário entre o colaborador e a direção do jornal? Não tenho nenhuma recordação disso. Dario de Almeida Magalhães, êste sim responsável, pagou o que sua empresa devia, pela insistência na cobrança, mas fechou-me as portas do jornal. Para isso, não influiu apenas a cobrança em si — já considerada insultuosa pela empresa — mas certa forma que, em dado momento, fui obrigado a adotar, escrevendo-lhe uma carta em que expressava o que sentia diante de sua conduta.

O tratamento concedido ao trabalho intelectual não se limitava a essa forma de exploração em que o escritor, indefeso porque isolado, sem organização profissional, se via diante do proprietário de jornal que, além dessa condição, estava agora armado de outra: a de dedo-duro, apontando o credor como elemento perigoso à segurança nacional. Na carta de Emil Farhat, antes referida, conta-se uma história dêsse tipo:

“Os meios literários da Livraria (José Olímpio) foram atingidos, há dias, por um ‘trabalho’ do Heitor Moniz no pasquim *A Pátria*. Êle me citou entre os que não olham pelos mesmos aros dos óculos dêle. E minha citação foi de tal maneira que o Zé Olímpio achou melhor não nos apresentar o seu amigo Cangerão. E aquêles bancos do fundo foram retirados . . . De modo que êles agora vendem livros de pé, de pé como se deve viver, etc. . . . Também o concurso de contos, que foi ganho pelo Luís Jar-

dim, levantou uma celeuma por parte do pessoal do *Dom Casmurro*, com o Marques Rebêlo à frente. É mais uma das do Marques, que parecia ter, como sempre, os seus protegidos. O Graciliano manda um abraço. O Jorge chegou de Sergipe”.

O concurso a que Emil Farhat se refere, e de que foi vencedor Luís Jardim, com o livro *Maria Perigosa*, foi aquêle a que concorreu Guimarães Rosa, com *Sagarana*, que mereceu a preferência de Marques Rebêlo. O caso foi muito comentado, na época: os meios literários não sabiam quem era João Guimarães Rosa. Graciliano Ramos, que fazia, como Marques Rebêlo, parte da comissão julgadora, votou em Luís Jardim. Os originais de *Sagarana* não tinham, no concurso, os mesmos textos que constaram depois na publicação. Graciliano achou heterogêneo o conjunto, Guimarães Rosa eliminou alguns contos, pôliu os outros, antes de autorizar a edição do livro que, desde o seu lançamento, alcançou sucesso entre os oficiais do mesmo ofício, particularmente consagrado por uma crítica de Álvaro Lins.

No primeiro trimestre de 1939, de Itu, escrevi a Daniel Pereira, irmão e sócio de José Olímpio. Contava-lhe que estava ultimando o trabalho que viria a ser *Orientações do Pensamento Brasileiro* e que estava interessado na reedição da *História da Literatura Brasileira*. Sôbre aquêle, havia conversado, quando estava no Rio, com José Olímpio, por vêzes, sem entrar em mais detalhes, no terreno editorial, porque o livro não estava pronto. O editor e amigo conhecia o plano, a estrutura e a relação dos autores escolhidos para objeto dos estudos. Nessas condições, nada dissera. Foi com alguma surprêsa, pois, que recebi resposta direta de José Olímpio:

“Meu caro Nelson. Recebi o seu recado pelo Daniel. Fiquei contente. Contente porque: 1º) não me era possível editar o seu livro sôbre pensadores brasileiros. Razões de ordem particular me impedem de ser o editor daquele trabalho. Estava constrangido porque precisava ser franco a você e receava magoá-lo. Tenho-o em grande aprêço e, além disso, quero-lhe bem. Você agora me

oferece a reedição da *História da Literatura*, que aceito, com grande prazer, para fazer imediatamente. Mande, pois, o original. Sairá na 'Documentos' se o nosso Tarquínio concordar. E, se êle não concordar, sairá fora da coleção, mas entrará para o prelo imediatamente”.

O motivo particular, que José Olímpio não revelava, consistia em que, entre as figuras estudadas em *Orientações do Pensamento Brasileiro* havia uma de desafeto seu. O curioso — e, aliás, honroso para as duas partes — é que, sendo eu amigo de ambos, jamais ouvi de cada um a mínima referência ao outro; os dois respeitaram sempre a minha condição de amigo.

Conquanto, nessa altura, escrevesse para várias revistas e jornais, minha seção de crítica literária no *Correio Paulistano* constituía o motivo principal, o centro de gravidade da atividade intelectual a que me vinha dedicando, acumuladamente com o desempenho dos afazeres profissionais em que me mantive sempre zeloso. Desde o início, e não só no que se referia à remuneração, coloquei-me entre os que buscaram valorizar e honrar o trabalho intelectual. Foi uma das formas dessa valorização, a intransigência com que tratei sempre os hóspedes eventuais da área das letras, que nela buscavam, por aventura, um pouco de brilho, quando já o tinham, por outros motivos. No Brasil, e provavelmente isso aconteceu também nos países outros de passado colonial, existia a singularidade de ser a atividade intelectual prenda que todos desejavam exhibir. Esse caráter de prenda representava outra forma de subestimar aquela atividade. Era procurada por pessoas que nada tinham a ver com o que ela tem de essencial. Claro que, aqui, na variedade de manifestações compreendidas no campo da atividade intelectual, é às artísticas e às literárias que me refiro em particular. Mas a procura, por exemplo, do diploma de curso superior, de Direito geralmente, por pessoas desde logo deliberadamente dispostas ao não exercício profissional pode ser apontada como parte daquilo que estamos acusando. No campo da literatura, as incursões de amadores eram freqüentes. Sempre me dispus a desmascará-las. Em minha ingenuidade, mal sabia que estava tratando com adversários que, conquanto não fôsem homens de letras, podiam influir na carreira dos homens de letras.

Em fins de abril de 1939, a minha seção de crítica literária aparecia com o título: "O Livro do Homem Rico". Começava por situar a atividade literária, aqui:

"Escrever é função de gente pobre, no Brasil. É mal-fadado destino que marca determinados indivíduos e os agrilhoa a uma predestinação que não tem fim e não lhes traz sinal algum de bem-aventurança, nem de repouso, nem de progresso. Demais, é luxo também. O papel está caro. Para favorecer uma indústria nacional já solertemente organizada em truste, barrou-se a entrada do papel estrangeiro, com uma pauta alfandegária intransponível. A crise da imprensa é a mesma do livro: o preço inacessível do papel. Não há indústria que possa resistir a tal pauta e a tal preço. (...) No Brasil, País de analfabetos em massa, as idéias dificultam consideravelmente a marcha dos indivíduos. Quem as tem, deve guardá-las. O grande problema nacional, dizem os entendidos, é a educação. Formam-se barreiras indestrutíveis, entretanto, à frente dos que desejam educar-se. Fecham-se as escolas aos desprovidos de pecúnia. Permite-se o encarecimento de tudo o que se usa para a aprendizagem. Livro e jornal ficam ao alcance de poucos. Jornal ainda consegue qualquer difusão na percentagem de população que lê. Livro é coisa supérflua e de luxo. Fica circunscrita aos bem-aventurados".

Pois, apesar de tudo isso, aparecia quem desejasse ser escritor, seja por vocação autêntica, e a êstes se apresentavam dificuldades de tôda ordem, seja em busca de brilho:

"Não nos espanta, pois, que, de quando em quando, apareça em fantasia de autor de livros, de pensador, de estudioso, um dêsses costumeiros e vulgares simpatizantes do livro, com vocação decidida para coisas mais opostas, mas desejando firmemente surgir como homens de letras. Que tanta sedução tem êsse destino de homens pobres, que

os homens ricos vivem a invejar, no que tem êle de bom e de aparente, não querendo conhecer o que êle possui de triste e de amargo! Travestidos em homens de letras, êsses vulgares desconhecedores de tudo encontram sempre quem lhes diga que possuem muito talento, que é verdadeiramente uma pena que não queiram deixar os afazeres costumeiros para dedicar-se, de corpo e alma, ao mister de pensar para, através da asa dêsse pensamento profundo e altaneiro, salvar tudo o que o mundo possui e que êles supõem em perigo porque não vêem a realidade. Bem amparados por essa solércia dos mais vivos, que segredam êsse alarde de inteligência pouco comum, bem amparados por recursos de tôda a sorte, que transformam um caderno de palavras vazias em livro muito bem impresso, com a aparência de obra clássica, bem vestido, bem composto, bem ilustrado — o livro do homem rico, em suma — êsses tranqüilos donos da vida e dos seguros que ela pode fornecer vão atravessando a fila dos homens de letras, convencidos de que o são e, o que é pior, tidos pelo vulgo e pelos espertos como homens de letras verdadeiros, dêsses que pensam, que estudam, que trabalham com a cabeça, parte do corpo que êles sempre julgaram ter a finalidade única de receber o chapéu”.

Passava a analisar o caso concreto que se apresentava e que motivara aquela introdução:

“Eis o livro do homem rico. Papel de primeira ordem, dêsses que não são usados nem mesmo nas coleções clássicas, destinadas a resistir à traça e aos destruidores animais das bibliotecas pobres. Tipos grandes, redondos, bem apresentados, iluminando o pensamento que contêm, tornando-o mais acessível, mais próximo da vista. Tipos assim não dão trabalho aos olhos e quase não dão trabalho ao cérebro. O que êles contêm não exige esforço algum para ser compreendido, nem assimilado. Penetra por osmose. As páginas tôdas contêm pequenas iluminuras, cercaduras, enfeites, molduras expressivas para os pensamentos encerrados. (...) Do quilate e da profun-

deza dêsse espírito ímpar, que compôs êstes 'pensamentos', podemos bem avaliar, após a procissão dos elogios, se verificarmos que êle afirma, num dos mais sutis repentes de gênio, que 'como o chorar, o rir é, para a alma, uma sublime faculdade'. Ou então, apanhando um lance completo, poderemos nos deliciar nessa idéia, tão plena de inteligência: 'O melancólico chiado de uma carrêta é tal se fôsse estrangulando o pensamento, e é que o pensamento somente palpita no silêncio e, quando ouve o chiado, sente como se a rude carrêta o quisesse aprisionar'. (...) Grande livro, apesar das cento e poucas páginas! Digno de ser comparado às mais sublimes concepções acacias. M. de la Palisse não o escreveria tão perfeito. Calino, Cacasseno e seus comparsas teriam inveja desta obra".

Mas o autor de livro tão singular não era menos do que diretor-presidente de consórcio de que a empresa mais conhecida era uma companhia de seguros. A êsse consórcio afluía boa parte da poupança brasileira, e dêle fluía para o exterior essa poupança. Seu livro de "pensamentos" revelava, no título, suas preocupações e afinidades: *Cadeias de Ouro*. O consórcio era, entretanto, grande fornecedor de anúncios aos jornais, não só pela companhia seguradora como pela de "capitalização" e pela de imóveis. Para o jornal em que eu escrevia, o rodapé de crítica em que feriu a vaidade de criatura tão poderosa foi péssimo negócio. Não tardei em conhecer as conseqüências. Já percebera, por incidente anterior, um pouco dêsse lado da "liberdade de imprensa": naquele tempo, as agências de publicidade, que viriam a controlar a imprensa, o rádio e a televisão "brasileiros", não haviam ainda conquistado êsse contrôle, estavam apenas começando as suas atividades. As empresas de maiores dimensões distribuía sua própria publicidade, tendo, para isso, sempre, elemento selecionado que mantinha contato com os jornais. Entre essas empresas havia uma que, fabricando produto farmacêutico de largo uso, tinha como gestor de sua imensa, para a época, verba de publicidade rapaz com altas pretensões literárias, autor de uma série de livros muito elogiados nos jornais. Cometi a infável gafe de recusar-me a comentar êsses

livros, pela impossibilidade em encontrar nêles qualquer motivo para elogio e não desejando também tomar conhecimento dêles apenas para destruir a "reputação" do autor. No caso, houve solução cômoda, que a todos satisfez: o jornal publicava os elogios às obras do rapaz como matéria da redação, isto é, sem assinatura, em outra página que não a de literatura ou aquela em que aparecia o meu rodapé. Qualquer *foca* conhece a desvalia dêsses elogios, mas o autor em questão se satisfazia com êles e o jornal recebia a publicidade cuja distribuição ficava a critério daquele autor.

Em 1939, caminhando para completar três anos de crítica literária sistemática, quais eram minhas idéias a respeito dessa atividade? Foi então que as discuti, em duas oportunidades: no próprio rodapé do *Correio Paulistano* e numa entrevista concedida ao jornal de letras *Roteiro*, em maio, cuja seção de crítica ficou também a meu cargo. No jornal, em abril, meu rodapé tratava do curso de metodologia da crítica, ministrado, então, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por Fidelino de Figueiredo. Minha posição era de descrença nas possibilidades daquele curso. Embora não explicitado, um dos motivos dessa descrença era a posição adotada pelo professor português em suas obras. Eu desejava, entretanto, guardar reserva das restrições que fazia ao método crítico de Fidelino de Figueiredo. Essa reserva tinha sua razão no desejo de não apresentar de público divergência com um intelectual que fôra compelido a deixar sua pátria por incompatibilidade com a ditadura salazarista. Era uma posição falsa, a minha, sem dúvida, mas, hoje, não há senão constatar que era assim. Começava a esboçar-se, naquele tempo, a alteração — hoje completada — que retirava a crítica literária dos jornais, para encerrá-la nas revistas especializadas e na cátedra universitária. Meu ponto de vista é de que, não existindo ainda revistas especializadas — as que depois apareceram surgiram vinculadas à Universidade e, portanto, apenas multiplicando a ação desta — e nem ensino universitário de literatura digno de confiança, cabia ainda à crítica avulsa, como a que a imprensa agasalhava, papel de destaque. É claro que, em cada um dos casos, o que dava dimensão à crítica — e isso é eterno e universal — era a qualidade do crítico.

“Não sei se a crítica literária pode ser dividida e decomposta — escrevia eu — e nisso estou na posição em que se fixaram Sócrates e Platão, frente ao humanismo e ao cinismo protagóricos. Não será demais, em todo caso, que um curso sôbre a sua metodologia seja exercido, e por alguém que tem autoridade para tal. Que traga resultados, não acredito. Pode bem ser, entretanto, que o passar dos tempos me condene e que os cursos formem críticos à altura de orientar e de dirigir o pensamento brasileiro, ainda disperso e empregado em uma série de sentidos. Pode bem ser que, depois de tantas décadas de cultura meramente desinteressada, de beletismo, cheguemos ao ponto de comportar a formação de críticos, a formação de romancistas, a formação de ensaístas, a formação de tôda espécie de cultores do obscuro labor do pensamento”.

Passava, depois, ao estudo do problema segundo o método histórico, mostrando como a crítica de purismo gramatical e da vulgaridade das questões estilísticas correspondia à literatura peculiar a uma cultura alienada, de imitação de padrões e escolas externas. A transformação que se vinha, embora lentamente, operando na crítica correspondia, por sua vez, às transformações que vinham surgindo nas condições materiais e, conseqüentemente, na cultura brasileira, que começava a ganhar autenticidade. De minha parte, naquela seção de crítica, vinha me apoiando “nos processos fornecidos pelas modernas conquistas da ciência social, da psicologia social, da antropologia social, tudo subordinado às condições do meio e da raça, ao primado geográfico e aos imperativos locais e históricos, que formam a própria tradição. Colocando tôda a atividade social subordinada aos fatores da produção, não podíamos deixar de estabelecer a seriação funcional das atividades humanas e aceitar o labor intelectual como uma das faces mais curiosas e mais notáveis da atividade social”. Era bastante confusa tal formulação, apesar da confissão implícita de adoção de método materialista.

Na entrevista ao *Roteiro*, minha definição era a mesma, com outras palavras, e mais clara. A crítica — dizia eu — não deveria “cingir-se ao processo narrativo, nem mesmo des-

cambar para a pura opinião, mesmo porque a opinião, quando não calcada em bases sólidas e nítidas, deixa de ter valor positivo, para adquirir relêvo meramente pessoal e individual. Fixar os autores e as obras no ambiente, estudar os reflexos que denunciam e os conflitos e ânsias que indicam, tudo emoldurado no tempo e nas características do meio e de tôdas as condicionais que a pesquisa social nos oferece, parece-me tarefa superior ao puro critério de classificação, imediatista e vulgar". A pergunta final, sôbre qual a posição e a atitude que o escritor brasileiro deveria manter, frente à situação que o mundo atravessava, foi por mim respondida tal como a responderia hoje:

"Tenho para mim que o homem de pesquisa e de estudo, se é verdadeiramente digno de sua tarefa, precisa de uma grande amplitude de raciocínio, uma liberdade ilimitada de julgamento e de análise. (...) Certamente, só um ambiente de liberdade de pesquisa, de amplitude de exame, de debate e de discussão é propício ao desenvolvimento, quer das conquistas científicas, quer da própria personalidade humana. Dos entreveros a que nos pretendem levar a anarquia contemporânea, alguma coisa sairá com os rumos apontados. Quando contemplamos a agitação e a confusão modernas, a timidez de uns e a passividade de outros, não nos devemos entregar ao desânimo. Dentro da própria anarquia, uma nova ordem se estabelece e essa ordem, para felicidade da existência, não poderá conduzir à diminuição da dignidade humana, mas ao seu acentuado relêvo, ao seu positivo sentido construtor. Quem viver, verá".

Isto significava, no fim de contas, que se eu não via claro o processo da crítica literária, era confiante no triunfo da razão humana sôbre a fúria desencadeada pelo nazismo e pelas variadas formas de fascismo que chagavam o mundo ocidental e particularmente o Brasil.

O entrevistador que preparava as entrevistas para o *Roteiro* fazia sempre breve apresentação do entrevistado. De mim, escrevia que era "uma das mais expressivas figuras da atual literatura paulista", o que não tem importância porque corres-

pondia à necessidade de valorizar o entrevistado. Mas dizia depois algo que tinha importância para mim, e era o seguinte: "Sem ser freqüentador de rodinhas e sem se preocupar muito com as safadezas literárias que todos os dias se processam por aqui, êle se impôs como um analista honesto e consciencioso, cujas opiniões, quando não aceitas, são, pelo menos, respeitadas". Esse respeito é que me recompensava. Porque, a essa altura, eu havia conquistado, mercê de continuado esforço, um lugar, embora modesto, não nas fileiras do público, mas entre os confrades, entre os oficiais do mesmo ofício, os escritores.

Do Amazonas, escrevia-me, por exemplo, Raimundo Moraes, enviando livros seus. Do Rio, Hermes Lima, cuja opinião me era grata, escrevia-me para agradecer o rodapé que eu dedicara ao seu livro *Tobias Barreto*, realmente importante, um dos grandes lançamentos do ano de 1939.

"Para a crítica e para o público — dizia — foi você quem 'descobriu' o livro. Realmente, o primeiro a escrever sobre o mesmo, você deu ao seu rodapé um tom de tal modo excepcional que, logo de manhã, um amigo aí de São Paulo me telefonou contando a boa notícia. Sem dúvida, você foi muito generoso. Mas, descontado tudo, a amizade, a simpatia, a identidade de tantos dos nossos pontos de vista, senti que você gostou do livro objetivamente, realmente, 'no duro' como se diz. Você também é autor e pode avaliar quanto nos agrada uma demonstração dessas, partida de pessoa realmente qualificada para opinar, como era o seu caso".

Hermes Lima me conhecia o suficiente para saber que eu não elogiaria o livro se não tivesse realmente gostado. Jamais poderia conceder em baratear o juízo de valor para agrada. Na maioria absoluta dos casos, os autores mais elogiados eram desconhecidos para mim. E acontecia, às vezes, uma grata surpresa, porque alguns, embora desconhecidos, eram autores de minha estima intelectual e, às vezes, de minha antiga afeição, por todos os motivos, como aquêles que, de Santos, já bem velho, me escreveu uma carta extremamente simpática:

“Meu brilhante confrade Nelson Werneck Sodré. Li há dias as palavras generosas que você escreveu a meu respeito, num rodapé do *Correio Paulistano* dedicado exclusivamente à literatura regional. Venho agradecer-lhas de coração. Com agradecer-lhas devo deixar explicado que não me dirijo em especial ao crítico, pois êste procede sem intuito de favor ou desfavor e sim por movimento de sua consciência literária, mas ao confrade que, dentre tantos nomes ilustres e merecedores, quis destacar o meu. Esta ação, cometida por um contemporâneo que admiro com entusiasmo, por ser sempre e admiravelmente claro no que diz, além de desapaixonado nos juízos que formula, causou-me quase o efeito de um encantamento... Terei pena se não ficar sabendo que você recebeu estas linhas. Afetuosamente, Valdomiro Silveira”.

VIDA LITERÁRIA Mas havia, também os que pensavam de modo diferente e continuavam a respeitar a honestidade e seriedade do crítico. As divergências, via de regra, não geravam agravos. Na vida intelectual, particularmente na literária, os homens se separam, com frequência, mais por razões de ordem pessoal do que por motivo de princípios. Essas separações revestem-se, muitas vêzes, de aspectos violentos, gerando questões que, reduzidas por análise desapaixonada e objetiva, são questões menores, de nonada, em que os sentimentos têm mais espaço do que a razão. Tais questões, divergências e separações ocorrem, portanto, muito mais em tórno de problemas da vida literária do que de problemas da obra literária. O meio em que giravam os escritores, até à Segunda Guerra Mundial, embora repartido por três ou quatro capitais brasileiras — Rio, São Paulo, Belo Horizontte, talvez Pôrto Alegre, e ainda um pouco o Recife — era acanhado, estreito, provinciano. A opinião do confrade era muito importante, influía bastante no sucesso da obra. E esta, assim, sendo reduzido o público, dependia muito do juízo favorável de críticos e companheiros. A exteriorização dêsse juízo influía pouco junto ao público, salvo casos excepcionais. Além do mais, para

o escritor, o prestígio era tudo. E prestígio derivava do juízo dos pares. Por tudo isso, a vida literária primava, era o espaço quase específico da atividade do escritor. Hoje é diferente. Mostrar como o processo se desenvolveu e as alterações surgiram é um dos objetos fundamentais destas memórias.

A êsse propósito, de divergências, e apresentando uma exceção, porque de divergência surgida e mantida no terreno dos princípios, é interessante apresentar o que se passou com Azevedo Amaral, um dos autores prediletos de minha adolescência, depois amigo cordial, mais adiante separado de mim por sua adesão ao Estado Nôvo. Amaral não gostava de manter correspondência. Era-lhe isso penoso porque, cego, ditava as cartas a Cecília, sua secretária e, àquela época, já sua esposa, o que o fatigava muito. Foi com surpresa, pois, conhecedor dêsse detalhe, que recebi e li sua carta de 16 de julho de 1939, às vésperas, portanto, do irrompimento da Segunda Guerra Mundial. Nessa carta, êle está retratando, por inteiro e, com êle a essência do pensamento de direita, na elaboração de um teórico de invulgar capacidade. Seria longo, aqui, situar a evolução dêsse pensador que juntava uma paixão alicerçada no raciocínio a uma combatividade excepcional e que, entretanto, exerceu, em nosso País, mesmo em circunstâncias favoráveis, influência tão reduzida.

Amaral começava desculpando-se pelo longo silêncio. Escrever não interessava, dizia. Queria escrever demoradamente. O contato comigo era mantido pela remessa dos exemplares de *Novas Diretrizes*, onde registrava o seu modo de ver os problemas que se apresentavam: “Quando escrevo” — continuava — “nunca penso no público, mas exclusivamente em um número limitado de pessoas, que para mim constituem o círculo com que procuro conversar por meio da palavra impressa. E é claro, meu caro Werneck Sodrê, que nessa palestra à distância V. é sempre uma das figuras da pequena platéia em quem mais freqüentemente se fixa a minha visão espiritual”. Sentia, desde logo, necessidade de fazer a ressalva:

“Bem sei que muita coisa, e talvez tudo mesmo, que tenho escrito não desperta da sua parte uma reação favorável. Mas isto não é para mim o essencial, embora a sua opinião me seja tão valiosa. Prefiro sempre diri-

gir-me aos que admiro, mas que não se acham invariavelmente no meu campo. Conversar com os que pensam como nós pode ser agradável ao elemento sibarita que forma uma parcela de tôdas as personalidades e que, no meu caso, não é diminuta. Mas o meu sibaritismo é menor do que a minha combatividade. E o temperamento belicoso, que me havia predestinado a empunhar uma baioneta, mas que o destino reduziu à contingência de batalhar com palavras, torna-me sempre inexcedivelmente delicioso o prazer de uma logomaquia com adversários de pulso. E desta categoria, no Brasil, poucos encontrarei da sua envergadura”.

Até aqui, estamos nos preliminares, na introdução, na preparação para o real motivo da carta, que é longo desabafo, um pouco triste naquele homem de luta, já se aproximando dos setenta anos, segundo os meus cálculos. Começava por confessar sua desilusão com o Estado Nôvo, sem abandonar sua confiança no sistema autoritário de govêrno:

“Vou acompanhando a marcha dos acontecimentos que aqui se desenrolam, sem alterar, é claro, o que há de essencial nos meus pontos de vista, mas com crescente ceticismo sôbre a maneira como as oportunidades do golpe de Estado de 10 de novembro serão aproveitadas por quem tem nas mãos, não direi a espada, que é coisa demasiadamente grandiosa para o nosso meio, mas simplesmente a faca e o queijo . . . Entretanto, meu caro Werneck Sodré, estou convencido de que um passo decisivo está dado e que não será mais possível retornar ao cemitério, em que foram definitivamente inumadas as instituições democráticas. Agora só nos resta a alterntiva de construir um autêntico Estado autoritário, ou ficar ao relento, tremendo de frio, à espera de que o desenvolvimento histórico designe o nosso futuro à nossa revelia”.

Note-se, nesse homem de cultura, o traço aristocrático: o que o impressiona não é a opinião popular, pela qual conserva

total desprezo, mas a opinião de alguns, os privilegiados, os bem-aventurados, aquêles que estão destinados a tutelar o povo, a exercer o govêrno, a conservar entre suas mãos o poder. E, analisando os fatos, apesar de constatar o desastre que era a ditadura do Estado Nôvo, que vinha em deterioração precoce, a convicção de que a democracia estava liquidada, não se restabeleceria, o passado não voltaria, e o Brasil ou encontraria o seu destino em regime autoritário ou ficaria à margem da História. Como tal regime se estabeleceria, que fôrças o criariam e preservariam? É o que fica esclarecido logo adiante, e até com certa visão profética, menos no que se refere a mim, pessoalmente

“Escrevo estas coisas” — continuava Azevedo Amaral — “e tantas vêzes transmito as minhas idéias pelas páginas de *Novas Diretrizes*, pensando em V. Não é neste caso no amigo para quem convergem a minha admiração e os meus sentimentos que estou pensando. Mas no môço a quem um bom destino encaminhou para a carreira militar, dando-lhe, com a farda, o único meio possível de contribuir eficazmente, no momento atual e nos anos que se sucederão no correr do século, para cooperar realmente na obra de construção de um Brasil Nôvo. Quanto mais penso na situação brasileira e nos seus problemas, mais robusteço a convicção de que o Brasil tem literalmente os seus destinos dependentes do modo como as classes armadas souberem compreender a sua responsabilidade histórica e tiverem a coragem de assumir a direção do trabalho educativo dessas massas humanas, que por ora são apenas a informe matéria-prima de uma nação. E é dentro desta ordem de idéias que dirijo, não ao meu jovem amigo, mas ao Ten. Werneck Sodré o pedido de um, ou antes de vários artigos para *Novas Diretrizes*. Mande-me o primeiro quanto antes. Infelizmente, não me chegará mais a tempo de publicá-lo na edição de agosto. Mas honrará as páginas da minha revista no número de setembro. Escreva sôbre o que quiser e diga o que pensar. Peço-lhe, porém, que escreva com a ponta da espada, que é o único instrumento adequado à condução dos povos infantis ou retardatários”.

Não me lembro do que escrevi. Lembro-me que, pela divergência com o pensamento de Azevedo Amaral, obrigou-o a colocar a clássica ressalva de que o artigo representava o meu ponto de vista individual mas não o da revista por êle dirigida. Mantendo nossa amizade estávamos definitivamente separados no terreno das idéias. Quando meu artigo apareceu, no número de setembro de *Novas Diretrizes*, a Segunda Guerra Mundial havia começado. Hitler, qual nôvo Átila, talava os campos europeus, no caminho da perdição.

Em agosto não havia sido resolvido ainda o problema de *O Jornal*, porque Emil Farhat me falava disso em uma de suas cartas:

“Mas só ontem me lembrei de que não havia respondido à que você me escreveu, pedindo que tratasse do recebimento com o Dario Magalhães. Depois de cinco ou seis tentativas para falar com o meu chefe (veja você como se fica depois de uma viagem à América...), êle me informou de que o cheque já havia sido remetido para você, a princípio com o enderêço errado e depois corrigido. Descansei-me com essa informação, e isso me deu a impressão de que já me havia comunicado com você sôbre o assunto. Recebeu o cheque? (...) Na tarde em que me avistei com o Dario conversamos uns quinze minutos, e eu verifiquei que tudo o que aconteceu com você é uma conseqüência do pandemônio constante em que andam os Diários Associados. E seu amigo José Lins me disse que havia combinado com o Chateaubriand, que é justamente quem menos controla a vida dos seus jornais. O Dario andava pelos Estados Unidos. Os artigos que você mandou ficaram, ao que parece, parados. Quando êle chegou, encontrou muitos e logo a seguir aquela sua carta, de cujos têrmos se queixou...”

Essa carta, do início de agosto, informa sôbre o clima político, ou antes policial, a propósito do romance que o meu amigo tinha encalhado com José Olímpio:

“Tenho lido suas críticas no *Roteiro*. Quando é que saem os três livros que você prometia para este ano? Sei que não estão na situação do meu empacado romance... Há um mês que não converso com o Zé Olímpio. Mas, na última palestra, ele me disse que havia entregue o romance para uma ‘alta personalidade’ ler e que essa pessoa daria o juízo final, que seria para ele uma divisão de responsabilidade na publicação de tamanha droga... Mas eu já estou achando que há um personagem misterioso em tudo isso, entretendo (e eu a pensar que há quem se preocupe comigo!...) entretendo o meu caminho. Deve ser a mesma pessoa que vetou a minha possível indicação para a secretaria da *Revista do Brasil* que, como você sabe, pertence também aos Diários Associados, onde a tal misteriosa pessoa tem muita influência. Mas tudo isso é muito pouco diante do que se passa no mundo...”

Na carta seguinte, de meados de agosto, Emil Farhat não contava nada a esse respeito. Na de fins de setembro — a guerra fôra desencadeada — a situação mudara: “O *Cangereão* continua sob as vistas meticulosas do José Olímpio. Mas o mundo tem rodado muito depressa e ele chegou a me dizer esses dias que iria publicá-lo...”

Em meados de agosto, Farhat me remetia trezentos e dez mil réis de direitos das colaborações em *Vamos Ler*, a cinquenta mil réis por artigo, como média. Referia-se a algum problema, de que não me lembro, em relação à correspondência de campanha para *A Noite*: “Falei ontem ao Magalhães Júnior e ele manda pedir desculpas por não ter podido responder à sua carta. E também disse que houve umas contrariedades com você, em relação às matérias mandadas para *A Noite*, contrariedades essas que não correram por conta dele”. Quanto ao dinheiro que me remetia, uma nota pitoresca: “O Jorge Amado ficou de água na boca quando me viu com tanto dinheiro... E sapecou logo um empréstimo de dez mil réis, que saíram dos meus...” Nos fins de agosto, outra informação sobre colaborações e pagamentos:

“Falei com o Evandro Viana, do Departamento. Ele me disse que o Lourival fêz um grande corte nas verbas das colaborações, mas que há muito ele queria o seu enderêço. Pediu-me que telefonasse dois dias depois, o que ele próprio fêz hoje para o *Diário da Noite*. Disse-me para lhe comunicar que você ficaria, por ora, fazendo um artigo mensal, nas mesmas bases antigas: duzentos mil réis por artigo. E, quanto ao assunto, o dêste mês ficava ao seu critério, preferindo, porém, sôbre fatos militares ou atos governamentais. Assim sendo, você fica desde já encarregado da tarefa. Quanto a *Diretrizes*, o Samuel me disse que estava justamente querendo comunicar-se com você, para lhe mandar assunto, ou apenas encomendar artigo, ficando o assunto a seu critério. Vou dar a ele o seu enderêço ainda hoje. E o Raimundo Magalhães vai bem, tendo mandado lembranças para você. O Jorge Amado, como você já deve saber, está agora como redator-chefe do *Dom Casmurro* e, na medida das possibilidades do jornal, melhorou-o imensamente, dando um espírito mais moderno àquilo que estava se tornando bolorento e descambando para o franco literatismo provinciano. O grande Jorge me disse que não viu os dois rodapés a que você se refere na carta e que ficaria imensamente grato se você os mandasse para ele, com enderêço da Livraria José Olímpio”.

Estas notas miúdas, algumas de interêsse meramente pessoal, vão aqui registradas para fixar, em alguns detalhes, o grande quadro da época. Nesse quadro era detalhe microscópico, mas significativo, o das lutas e trabalhos dos jovens escritores do tempo. A vida separou-os, cada um seguindo o seu destino. A mim é sempre grata a recordação daquela época, em que nos esforçávamos, a um tempo, para desafogar o orçamento doméstico com as parcelas oriundas do ingrato e mal pago trabalho literário e para conquistar nome, público, um lugar ao sol nas letras nacionais.

Diretrizes parecia ir bem agora. Samuel Wainer escrevia, então, em papel com o timbre da revista, título em grandes letras vermelhas e as advertências, em baixo, de que tratava de política, economia e cultura. E outra: “Fundada em março de

1938", que me fazia sorrir. Os comerciantes, antigamente, apreciavam colocar, na tabuleta de suas lojas ou firmas, a indicação da data de fundação da firma. Isso recomendava, era prova de capacidade, de idoneidade, mas acontecia, evidentemente, quando as casas podiam ostentar certa idade. Num País de lenta acumulação, o dado era importante. Hoje, perdeu a importância, com a burguesia nova, ávida, sôfrega, que acumula grandes fortunas em tempo curto, sendo isso uma característica do "desenvolvimento" em que nos embalamos, e que, realmente, representa a rapidez do alastramento das relações capitalistas e a renovação vertiginosa da burguesia, tão recente que alguns levantaram a tese da "nova classe". A classe não é nova; seus componentes é que o são. Na revista, porém, o dístico provocava pilhéria: *Diretrizes* só podia alardear um ano e meses de vida. Era pouco, para tempos normais. Era muito, para aquêlo tempo.

As proezas de Samuel Wainer, para mantê-la faziam-se numerosas. Naquele momento, havia imaginado uma delas: o Concurso Republicano. Criara, para isso, o Departamento do Concurso Nacional Republicano, que estava encarregado da concessão de prêmio de cinco contos de réis (cinco cruzeiros novos mas, na época, quantia ponderável) aos melhores originais de uma pequena história da República para crianças. A comissão julgadora fôra escolhida a dedo: Lourival Fontes, Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo, Aníbal Machado e Roberto Macedo. Foi na onda dos trabalhos para tal concurso que me escreveu. Contava de seus esforços, da confusão de sua atividade, e entrava no assunto:

"Vou anexar agora o útil ao agradável e pedir que mande dizer como vai por aí, acompanhado por um artigo especial para o grande Número Republicano, que vamos lançar no dia 15 de novembro, em comemoração ao Cinquentenário. Queríamos de V. o seguinte artigo: 'As Letras e as Artes Sob a República'. Será acompanhado, nessa edição, por mais uns quinze ou vinte colaboradores, todos dignos de estarem em sua companhia. Trata-se de uma edição que esperamos constitua grande sucesso. Tratará exclusivamente da República e a abrangerá em todos os seus aspectos. Aceita? Artigo contra vale postal: cem mil réis. É pouco, mas honesto. Pretendo combinar com você

uma rápida série de artigos para o Suplemento Literário, que saiu êste mês, anexo à revista. Responda-me esta carta e trataremos logo dêste caso”.

O meu problema, no momento, era encontrar editor para dois livros: *Orientações do Pensamento Brasileiro*, que José Olímpio se escusara de lançar, e *Oeste*, que reunia os estudos feitos em Mato Grosso. Com a reedição da *História da Literatura Brasileira* tratada com José Olímpio e com o *Panorama do Segundo Império* entregue à Companhia Editora Nacional e prestes a aparecer, sentia-me impedido de propor a essas duas casas aquêles novos títulos. Decidi voltar-me para a Globo, de Porto Alegre, que vinha ampliando suas edições e, depois de lançar muita tradução, voltava-se agora um pouco para a produção nacional. Escrevi a Viana Moog, pedindo-lhe que falasse a Érico Veríssimo. A resposta não foi das mais estimulantes: “Como você sabe, o nosso Érico Veríssimo embarcou para os Estados Unidos, onde se demorará uns quatro ou cinco meses. De sorte que o *affaire Oeste* não pôde ser tratado com êle. Tratei do caso com o Sr. Henrique Bertaso, que é o chefe da seção editôra da Globo. Se você tiver pressa, envie-lhe os originais para êle estudar as possibilidades: tiragem, percentagens, etc. Não foi preciso insistir sôbre a significação do seu nome, bastante conhecido dêle, através dos recortes da *Lux*.” A carta de Moog estava datada do último dia de agosto; em outubro, a Globo informava-me que não podia editar o livro. Como é da praxe, a negativa estava envolvida em panos quentes: “Recebemos os originais de *Oeste*, cuja edição V. S^a nos propõe. Entregamo-los imediatamente ao nosso departamento editorial, onde foram lidos pelo Sr. Érico Veríssimo, que no-los devolveu com a seguinte nota: ‘É um livro interessantíssimo, que honraria qualquer das melhores coleções culturais que se publicam no País. Aliás, eu já conhecia e admirava o seu autor. Sob o ponto de vista da qualidade da obra, não ponho nenhuma objeção e acho mesmo que *Oeste* deve ser publicado’. Seguiu-se a decisão: “Acontece, porém, que a Biblioteca de Investigação e Cultura, a única coleção de documentos brasileiros que mantínhamos, acaba de ser suprimida, por não ter encontrado o sucesso que esperávamos. Além disso, temos ainda cento e dezesete obras a publicar no próximo ano. Tôdas essas razões

nos forçam a uma recusa quanto à edição de *Oeste*. Seria para nós uma honra ter o nome de V. S^a entre os de nossos editados, mormente sabendo que V. S^a goza da estima e da admiração de amigos nossos como os escritores Viana Moog e Érico Veríssimo, que constantemente nos fazem os elogios de seus trabalhos”. Era uma recusa modelar, que levava seus escrúpulos ao extremo de deixar bem a Viana Moog e a Érico Veríssimo, cuja responsabilidade no caso não existia.

Não fiquei magoado com essa recusa. Voltei-me para a Civilização Brasileira. Em novembro, sua decisão me chegava, em breves linhas, assinadas por Antônio Bertrand: “Acusamos sua prezada carta de 11 do corrente, que passamos a responder. No momento não podemos contratar qualquer nova edição, porque o nosso movimento editorial está muito sobrecarregado para todo o resto dêste ano e provávelmente para o próximo ano todo. É com pesar que recusamos o seu oferecimento, pois não nos é possível atender presentemente”. Já a Casa Editora Vecchi, que vinha lançando também uma série de livros de autores nacionais, abria alguma perspectiva, diante de minha consulta prévia sôbre a possibilidade de editar as *Orientações do Pensamento Brasileiro*: “Sem assumirmos nenhum compromisso editorial, estimaríamos examinar os originais do seu livro de título marginalizado, a fim de aquilatarmos das possibilidades comerciais do mesmo. Será, para nossa emprêsa, um prazer realizar a sua publicação”. Estávamos em novembro de 1939. Remeti à Vecchi os originais alguns dias depois.

Estava sendo lançado, então, o *Panorama do Segundo Império*. O prestígio da coleção “Brasiliana”, dirigida por Fernando de Azevedo, era garantia de sucesso comercial para uma edição pequena, creio que de apenas mil e duzentos exemplares, nunca acima de dois mil. A Companhia Editôra Nacional já era a potência, em têrmos empresariais, que ainda hoje domina o mercado, mercê do contrôle que já exercia no campo do livro didático. Funcionava há pouco no prédio, em São Paulo, na esquina da rua dos Gusmões com a Conselheiro Nébias. Ali recebi os exemplares destinados ao autor e, com êles, o cheque de direitos autorais. No conjunto do movimento da emprêsa, os lançamentos da “Brasiliana” pouquíssimo representavam; a coleção era mantida para fins de prestígio. Ali autografei os exemplares destinados a algumas pessoas a quem prezava ou de quem esperava algo em favor do livro, em têrmos de no-

ticiário ou crítica. Guardo comigo, na velha norma de não rasgar papéis, a relação dessas pessoas. Oferece talvez interesse mencionar tais pessoas, pois representam a escala de prestígio da época: Oliveira Viana, Múcio Leão, Atilio Garcia Mellid, J.C. de Macedo Soares, Brito Broca, Artur Ramos, Diegues Júnior, Rubens do Amaral, Alceu Amoroso Lima, Abner Mourão, Cid Franco, Osório César, Plínio Barreto, Costa Rêgo, Peregrino Júnior, Donatelo Grieco, Azevedo Amaral, Samuel Wainer, Almir de Andrade, Tasso da Silveira, Lívio Xavier, Otávio Tarquínio de Sousa, Manoelito de Ornelas, Viana Moog e Mário Pope.

Uma das primeiras pessoas a escrever-me sobre o livro foi Oliveira Viana. Não era a primeira vez; não seria a última. Cada livro meu que lhe enviava era motivo para uma carta sua, generosa, abundante, simpática, com um exagêro no julgamento que estava na sua índole um pouco derramada e bastante pródiga de afeição, de cordialidade. Eu o conhecera, quando de minha permanência no Rio, entre agosto de 1937 e julho de 1938. Procurara-o, conversara com êle, fôra à sua casa da alameda São Boaventura, em Niterói. Oliveira Viana era homem agradável de trato, simpático, de maneiras discretas, simples. Naquele tempo, como muita gente, eu era seu sincero admirador; lera tôdas as suas obras e me afeiçoara particularmente às *Populações Meridionais do Brasil*, no único volume até então publicado e que alcançaria várias edições, antes que aparecesse o outro. Havia em Oliveira Viana o estôfo de escritor; êle estava destinado, realmente, a essa atividade. Creio que o êrro consistiu em ter preferido os estudos históricos e políticos; nêles, os dotes do escritor representavam apenas a forma, aliás superior, mas o conteúdo era suprido de outras fontes e estas não eram superiores. Creio que o sucesso de seus livros, e particularmente o das *Populações Meridionais do Brasil*, repousou fundamentalmente nas virtudes do escritor. Suas obras estão, hoje, completamente superadas e, ainda quando analisadas à luz da ciência social do seu tempo — que não está assim tão distante — mostravam sua fragilidade. Mas nós não tínhamos crítica de obras de ciências sociais. Nossos críticos eram homens de letras. Daí verem, nas obras de Oliveira Viana, as virtudes do escritor, fáceis de serem percebidas. Fui um desses críticos, falo por experiência própria; aliás, por deficiência própria.

Voltarei a falar de Oliveira Viana. No momento, para exemplificar — guardo dêle outras cartas, no mesmo estilo — quero apenas registrar suas palavras sôbre o *Panorama do Segundo Império*:

“O seu livro é um dos mais belos livros que se tem escrito ùltimamente em nosso País. (...) O seu belo volume nos veio dar essa visão, num verdadeiro panorama: isto é, largueza, generalidade, compreensão dos traços gerais, intuição da trama obscura, subterrânea, invisível dos acontecimentos e das suas causas explicadoras. (...) No seu forte ensaio há uma intuição dessas relações causais, dessa trama profunda e íntima dos fatos e das causas — e o quadro esboçado tem horizonte, amplitude, beleza de perspectiva. Escreveu-o, ao demais, com essa maneira sua, larga no corte dos períodos, cheia de nobre elegância no andamento da frase, deixando a expressão transparecer a dignidade e a altitude do pensamento. Em suma, o seu livro é um livro sério, que faz pensar e que se há de impor pela sinceridade do seu conteúdo, pela honestidade dos seus juízos e pela elevação das suas idéias. Creia que espero novas e tão brilhantes manifestações do seu talento e da sua cultura com o maior interêsse intelectual e a mais viva simpatia e admiração”.

Uma das inovações mais interessantes de José Olímpio, em relação aos seus editados, foi a de estabelecer entre êles e a crítica — e não só a crítica — relações de simpatia que exigissem do crítico o pronunciamento que a simples oferta do livro pelo editor não exige. O cerimonial de lançamento de um livro editado por José Olímpio comportava, pois, obrigatoriamente, o serviço em que o autor, assistido pelo editor, fazia as dedicatórias do livro aos críticos e a outras pessoas gradas. De início houve resistência da parte de alguns autores, que achavam tais dedicatórias uma diminuição de seu *status*. Depois, tornou-se rotina. Também os críticos, de início, levavam a sério as palavras das dedicatórias — formais, na maioria esmagadora dos casos — e depois verificaram que se tratava de praxe, sem maior significação. Outra coisa que José Olímpio introduziu foi a

norma de fazer constar, no verso da última capa — a chamada quarta de capa — uma coleção das referências elogiosas que o autor merecera, antes evidentemente, por motivo de outros livros quase sempre. Havia quem juntasse, nessas coleções, também trechos de cartas, do tipo daquela que foi antes transcrita e que recebi de Oliveira Viana. Não me foi suficiente jamais a coragem para proezas dessa ordem. Sempre considerei e a experiência da vida me confirmou que cartas dêsse tipo ficam entre quem as escreveu e a quem foram dirigidas. São tema de ordem privada. Não creio que Oliveira Viana, naquela oportunidade, escrevendo um artigo de jornal, por exemplo, reproduzisse o descomedimento daqueles elogios. Por último, em relação ao ensaísta fluminense, um detalhe: Oliveira Viana, desde a organização do Ministério do Trabalho, foi consultor jurídico e assessor para a legislação criada pelo Estado Nôvo. Essa legislação, com acentuados traços corporativistas que a prática esvaziou, era característica do sentido conservador e até reacionário do regime, como não podia deixar de ser. Assim, os dois ensaístas a que me ligavam, naquele tempo, laços de grande admiração e de estima pessoal, Azevedo Amaral e Oliveira Viana, tornaram-se esteios da estrutura ditatorial então implantada, com os traços fascistas de que se revestia. Isto significa, em última análise, que a ditadura dispunha de quadros intelectuais excelentes e que os usou com largueza e proveito. Hoje, como sabemos, nenhum intelectual de primeiro plano, nenhum valor destacado, presta-se a repetir aquela situação. Estamos numa etapa completamente diferente.

A vida intelectual é, na realidade, permanente troca de idéias, de influências, de elogios, de pedidos. Normalmente, sempre foi irritante para mim receber pedidos para tratar bem êste ou aquêle autor. É legítimo o gesto de quem indica ao crítico um livro digno de sua atenção: está fazendo um favor, dando uma ajuda; não está interferindo, de modo algum, no julgamento que o crítico fará. Foi com êsse espírito que recebi, a certa altura, de Honório de Silos, meu companheiro no *Correio Paulistano*, então como secretário, bilhete nos têrmos seguintes: "Mando-lhe junto três exemplares da *Revista do Brasil*, chamando sua atenção para a novela 'A Sereia Verde', de nossa brilhante e jovem colaboradora Diná Silveira de Queirós. Ela é filha de Alarico Silveira, pertencendo, portanto, à fulgurante estirpe dos Silveiras (Valdomiro, Agenor, Breno, João pai e

filho)”.Eu talvez fôsse mais chegado do que o missivista à “fulgurante estirpe”, mas sua carta teve a virtude de me fazer ler a novela que a *Revista do Brasil* havia publicado, e de que gostei, menos pelo que era do que pelo que prometia, e sôbre a qual escrevi. Tais estréias promissoras acontecem com relativa frequência; com menor frequência, a confirmação posterior. A experiência tornou-me cauteloso com elas. Nem todos encontram facilidade, porém. Pela mesma época, o romancista Rubem Rocha pedia-me, diretamente, ajuda para ver em letra de fôrma o seu livro *A Derrocada*: “Queria merecer imenso favor seu: sua opinião a respeito do mesmo; uma orientação sua do que devo corrigir, suprimir ou acrescentar e, também, se possível, uma indicação sua sôbre um editor para o livro. Faço o mesmo contrato que fiz com a Rumo. Tiragem de dois mil exemplares para a primeira edição, sem eu nada receber em dinheiro ou percentagem, recebendo apenas cinqüenta exemplares”. Não pude valer a Rubem Rocha senão com a opinião a respeito dos originais. Sempre evitei recomendar autores a editôres, e aquêles enganam-se supondo que êstes consideram imperativa a palavra do crítico. Sei bem que a qualidade nem sempre está em concordância com as possibilidades comerciais, no que diz respeito a livro.

Só em dois casos, naquele tempo, empenhei-me a fundo para conseguir a edição de livros, e eram livros de amigos naturalmente, mas de qualidade inequívoca, no meu modo de ver, e com possibilidades comerciais, também segundo me parecia. O primeiro já contei: foi o do livro de Peregrino Júnior sôbre Machado de Assis; a realidade confirmou a minha previsão. O segundo foi o do romance de Emil Farhat, *Cangerão*, que José Olímpio, depois de pausas e hesitações, publicou, em fins de 1939. Empenhei-me na publicação dêsse romance por duas razões. Era um bom romance, e esta razão sempre me pareceu eliminatória; era um romance que retratava, em têrmos de arte literária, a triste realidade da infância de nosso País, nas camadas populares. E era o livro de um amigo, que vinha provando a sua estima servindo-me como meu representante no Rio e sem cujo auxílio eu não teria podido manter as linhas de colaboração que mantinha e auferir os rendimentos, embora magros, que o meu trabalho intelectual me proporcionava. A luta pela publicação do romance foi longa, tempestuosa às vêzes, cheia de altos e baixos. Houve momentos em que cheguei a

dar a causa como perdida. Pelos fragmentos de correspondência aqui registrados, é possível ter uma pálida idéia do que foi aquela terrível luta. Quando o livro foi publicado, finalmente, tratei de completar a minha parte, acolhendo-o com aplausos em minha crítica.

Em fins de novembro, Emil Farhat já me podia escrever assim: "Muito grato pela sua carta e pelo que ela representa para mim de estímulo. Vou esperar o *Correio Paulistano* e aguardo ver nêle as indicações que você me terá naturalmente feito para melhor me dirigir no bom caminho das letras. Confesso a você que alguma coisa de bom que existir no *Cangerão* se deve à crítica esclarecida que o Graciliano e o Rubem me fizeram, antes de o publicar. O Zé Olímpio já me disse que considera vendida tôda a edição e, apesar de se tratar de poucos mil exemplares, é um motivo de não muito desânimo para mim". E já em meados de dezembro, voltava:

"Só hoje tenho uma oportunidade descansada para escrever um pouco vagorosamente para você e agradecer o sucesso que emprestou ao *Cangerão*, com a sua crítica do *Correio Paulistano*. Não sei como lhe agradecer o relêvo que você deu ao meu romance, e penso que comentar a repercussão da crítica, a grande repercussão, seria a melhor maneira de lhe mostrar que você prestou um extraordinário serviço a um principiante, que precisa imensamente das trombetas amigas para tentar emergir da sombra total do anonimato. Quero me iludir, crendo que a nossa amizade não foi a única razão das suas palavras animadoras, e você me demonstra que eu não tinha muita confiança na minha capacidade descritiva (e é fato) quando procurei citar datas e precisar lugares para provar que tudo aconteceu. . . Uma coincidência interessante é que, no mesmo domingo, aqui no Rio, o Mário de Andrade também apresentava uma crítica — um rodapé inteiro — sôbre o *Cangerão*, com observações de grande generosidade a respeito daquilo que me custou uma trabalhadeira dos diabos. Vários amigos meus já me disseram que bastam a sua crítica e a do Mário para compensar-me de todos os esforços e de tôdas as lutas travadas até chegar ao ponto final da publicação do romance. Não se pode

ser mais feliz em literatura do que começar assim: tendo quem rebusque em nosso trabalho literário algum mérito e o proclame para incentivar o autor e apontá-lo a um modesto lugar na admiração do público (prefiro dizer *povo*) a quem êle procura servir com a sua escrevinhação. Ser compreendido é, e sempre será, o meu desejo, assim como fugir à obscuridade total pode ser também uma perdoável aspiração de um mortal... Mas o fim maior e constante, e a característica apaixonada da minha literatura você bem conhece, e bem sentiu nos juízos que expendeu a respeito do *Cangerão*, no rodapé do *Correio Paulistano*. Enquanto da sua parte houve tamanha generosidade, e me aparecem críticas amáveis vindas de outras pessoas e de outros Estados, em Minas não saiu uma nota sequer, nem as simples notas da própria livraria!... Boa gente, a minha. E inteligente: êles realizam o intuito de afogar na obscuridade alguém que julgam ser incômodo. Tolice daqueles gigantes de lá, porque não disputo nenhuma das altas posições em que se colocam a si mesmos... Não falha o velho ditado do santo de casa... Apesar dos intelectuais de lá, o zé povo tem comprado o livro. E isso consola muito e muito."

Isto aconteceu há mais de trinta anos; a vida nos separou, como já referi; Emil Farhat seguiu um caminho, eu segui outro. Devo reiterar, com a sanção do tempo, os motivos pelos quais lutei pela publicação de seu romance que, aliás, refletia bem a criatura que êle era, uma criatura que merecia amizade, ajuda e admiração.

Em fins de dezembro, êle me informava sôbre as minhas colaborações:

"Conforme prometi a você, na última carta, segue agora o cheque de noventa e sete mil réis, relativo aos cem mil réis das suas últimas colaborações em *Vamos Ler*, inclusive a que saiu na quinta-feira passada, sôbre Oliveira Viana. O Magalhães me disse, em tom de brincadeira, que um cidadão havia informado a êle que um artigo seu sôbre o avô do Zé Lins já havia sido publicado

em jornal. O Magalhães demonstrava alguma coisa parecida com ciumada. . . Mas não é bom que você escreva a êle sôbre isso, devendo apenas tomar precauções para que tal não se repita, se é que se verificou mesmo. Êle me disse que não importava e que, aliás, considera como natural que se escreva vários artigos sôbre o mesmo assunto, mas não gosta muito do mesmo artigo publicado várias vêzes. . . Mas não se aborreça com isso, porque o tom em que êle comentou o caso comigo era pilhérico. O seu dinheiro em *Diretrizes*, o próprio Wainer ficou de mandar, na primeira oportunidade. Êles se acham em grandes dificuldades, com a interrupção de publicação sofrida pela revista, independentemente de sua vontade, o que, como já lhe escrevi, ocorreu simultâneamente ao *Dom Casmurro*. Agora, ambos voltaram a circular”.

Magalhães Júnior não tinha razão: meus artigos para *Vamos Ler* — os referidos são trechos dos estudos reunidos nas *Orientações do Pensamento Brasileiro* — foram sempre exclusivos. Acontece que havia, então, o hábito, na imprensa, da transcrição sem autorização do autor e sem pagamento de seus direitos. Pelo que era feito à minha revelia não podia eu ser responsável. Chateaubriand elevou isso à categoria de sistema: o mesmo artigo, pago uma só vez, era reproduzido em todos os seus jornais, que eram muitos, espalhados por todo o Brasil. Os de província eram feitos com tesoura, como testemunhei, mais tarde, compondo recortes de *O Jornal*. Juntando um pouco de noticiário local estava pronta a fôlha. Essas coisas vão aqui registradas para verificação como o trabalho intelectual — é do literário que falo — era explorado na época.

Em 1939, escrevendo no *Correio Paulistano*, em *O Jornal*, no *Jornal da Manhã*, aparecido em São Paulo, sob a direção de José Carlos Pereira de Sousa, no *Roteiro*, em *Diretrizes* e *Novas Diretrizes*, e em *Vamos Ler*, produzi muito, nesse esforço dispersivo que é a colaboração na imprensa, útil, entretanto, ao escritor iniciante que, assim, forma pouco a pouco o seu público. A maioria das colaborações para *Vamos Ler* era constituída por trechos dos estudos depois reunidos em livro, como disse. No *Jornal da Manhã* deixei, nesse ano, artigos sôbre Raimundo Corrêa, baseados nas reminiscências de meu pai, com

revelações inéditas sobre o poeta. Em 1939, apareceram alguns ensaios importantes, a que dei atenção, em minha crítica do *Correio Paulistano*: o *Tobias Barreto*, de Hermes Lima, excelente análise da vida e da obra do professor sergipano, feita por um mestre do Direito e homem de ampla cultura; o *Eça de Queirós e o Século XX*, de Viana Moog, biografia interessante e bem informada; a *Contribuição à História do Modernismo*, de Tristão de Ataíde, depoimento crítico de protagonista e intérprete de alta qualidade; e *No Tempo dos Bandeirantes*, livro de historiador consciencioso e de artista consumado, único em nossas letras históricas, em que Belmonte, o extraordinário criador do calunga Juca Pato, nos ensina mais sobre os bandeirantes do que o bom e exaustivo Afonso de E. Taunay em sua obra copiosa.

Apareceram, nesse ano, dois bons livros de contos: o premiado *Maria Perigosa*, de Luís Jardim, e *Onda Raivosa*, estréia de Joel Silveira em livro, mas estréia marcante, com histórias líricas e sentimentais, seguidas pelas do *Roteiro de Margaridas*, apresentando uma das faces do autor, cuja outra face seria a do repórter sagaz e audacioso. Apareceram, também, alguns bons romances: *A Estrêla Sobe*, de Marques Rebêlo, contando a vida dos bastidores do rádio; *Olha para o Céu, Frederico*, em que José Cândido de Carvalho repetia, em relação à área açucareira campista, os documentaristas nordestinos, mas já com muita força descritiva e qualidades de narração; *Mãos Vazias*, de Lúcio Cardoso que, abandonando o documentário, que tentara com *Maleita* e *Salgueiro*, estava agora firme no caminho da ficção psicológica, em que se realizaria. Nesse caminho, aliás, a safra era grande; podem ser citados os *Dois Romances de Nico Horta*, de Cornélio Pena; *Os Caminhos da Vida*, com que Otávio de Faria dava prosseguimento ao plano ambicioso de retratar, numa série de romances, a tragédia da burguesia. Um pouco fora desse terreno, aparecia Guilherme Figueiredo, com *30 Anos sem Paisagem*. Havia que considerar com destaque o *Cangerão*, de Emil Farhat. Não apenas fiz a crítica elogiosa que o livro merecia; no balanço de fim de ano afirmei que fôra o melhor no gênero. A opinião, com o eco que os Diários Associados e as emissoras de rádio do mesmo grupo permitiam, chegou a todos os cantos do País: a edição minguada do romance desapareceu das livrarias (claro que nisso influuiu apenas como ajuda a minha escolha).

O romance que José Lins do Rêgo apresentou, nesse ano, o *Riacho Doce*, era fraquíssimo. Fui obrigado a externar essa opinião na crítica que escrevi sobre ele, e penalizado, pois José Lins não só era bom amigo e criatura estimável por muitos títulos, como sensível às restrições. Nem essa era uma opinião isolada. Por êsse tempo, em carta, Peregrino Júnior, também amigo do romancista paraibano, me dizia: “Estou inteiramente de acôrdo com você, no caso do *Riacho Doce*: nem sequer consegui chegar ao fim do livro. É o pior livro do Zé Lins, e de nível muito abaixo dos anteriores. Eu tinha, aliás, um motivo para lê-lo com simpatia: conheci pessoalmente a heroína, que foi minha cliente. Uma Edna muito interessante. Mas nem por isso consegui gostar do romance: falso, frágil, cacête. Melhorou, contudo, na correção da linguagem. Terá sido, realmente, uma *melhora*?” O ano de 1939 assinalou, também, o aparecimento da versão francesa de *Jubiabá*, de Jorge Amado. Não estou bem certo de que tenha sido a primeira dos romances do autor de *Cacau*, mas foi aquela, certamente, que começou a lhe dar projeção no exterior.

O balanço das letras que eu vinha fazendo todos os anos, despertara celeuma, daquela vez. A escolha do *Cangerão* foi um escândalo: eu abandonara as compactas fileiras dos consagrados para ir buscar um estreante e, portanto, desconhecido. Emil Farhat, êle próprio, comentou o caso, em uma de suas primeiras cartas de 1940:

“O seu ‘Inventário’ literário de 1939 foi uma bomba aqui para o meu lado... Agora tenho de ser o que você disse... E me preparar para as acutiladas das vaidades feridas... A Agência Meridional fêz um telegrama, a propósito do seu artigo, telegrama que foi reproduzido aqui e em Minas. Não preciso dizer nada nem comentar mais a sua opinião audaciosa sobre o *Cangerão*. Sei que ela é sincera. Mas o meu grande receio é que você, ao expressi-la, tenha sido levado mais pela fôrça da amizade do que pelo raciocínio sereno... Você pode ficar certo de que me tem trazido grande estímulo, ao reconhecer as qualidades titubeantes da minha literatura. E pode estar certíssimo de que êsse estímulo continuará a existir

também nas vêzes em que você me apontar as falhas e defeitos, para que eu saiba aonde tenho de podar os meus excessos e onde tenho de reunir mais forças para suprir fraquezas. Vai tudo bem por aqui. Tenho trabalhado muito em crônicas e artiguetes, aproveitando encomendas de carnaval... Se sempre existissem êsses assuntos, que levam revistas a nos procurar, talvez remendássemos as finanças. Quero cavar colaborações nesse sentido. Na verdade, cinquenta mil réis por artigo é mais bem pago do que romance..."

Guerra

MEU segundo livro, lançado em novembro de 1939, o *Panorama do Segundo Império*, teve alguma repercussão. Ao imoderado elogio contido na carta de Oliveira Viana, já mencionado, sucedera-se, em minha correspondência, o juízo de Pe-regrino Júnior, também envolvido no calor da amizade:

“Recebi e já comecei a ler o seu *Panorama do Segundo Império*. Do que li até aqui a impressão é excelente: sólido, lúcido, documentado. E feito dentro de um plano admirável. Estou contente. Nem há alegria melhor, nem mais legítima, do que essa de ver um amigo realizar uma obra de tamanha importância e com tão aguda inteligência. Depois falarei sobre o livro, para debater com V. alguns

problemas interessantíssimos que êle agita e examina. Você pode sorrir feliz: fêz um grande livro. E creia que são raros, no Brasil, os homens capazes de escrever um grande livro duas vêzes. Você já havia escrito a *História*: estava dispensado de fazer êste *Panorama*. Mas fêz os dois, e isto é admirável”.

Em seu rodapé de *O Estado de São Paulo*, Plínio Barreto achava o livro “um trabalho brilhante”, “uma síntese vigorosa da história brasileira naquele período”, “conquanto discutíveis muitos conceitos do historiador”. Como era seu costume, Plínio Barreto fazia longa reconstituição da estrutura do livro, pouco opinando. De quando em quando, interrompia, para manifestar-se: “Os males da centralização, tanto para o País como para o regime, descreve-os o Sr. Nelson W. Sodré com um vigor impressionante. São páginas em que se espelha uma alta e forte visão política”. Sua opinião divergia, quanto ao perfil de D. Pedro II: “É flagrante a injustiça dêsse conceito”, afirma, após transcrever algumas notas do livro sôbre o imperador. E acrescentava, adiante: “É uma injustiça dizer-se que a sua atitude, durante o reinado, foi de quase absoluta apatia”. Pouco depois, a respeito de outra figura: “Mais verdadeiro é o perfil que o historiador traça de Caxias”. Plínio Barreto discordava ainda da análise da política externa do Império: “. . . não me parece justa a apreciação que o Sr. Nelson Werneck Sodré fêz de que o Império foi obrigado a desenvolver no Rio da Prata”. Seu balanço final era favorável: “Acredito que será grande o número dos leitores que não aceitarão, sem reserva, todos os juízos históricos do Sr. Nelson Werneck Sodré. Mas acredito, também, que será reduzidíssimo o dos que não acharem o seu livro um atraente e sugestivo panorama da nossa vida durante o Segundo Império”.

Em sua seção em *A Gazeta*, Brito Broca, sempre colocando apenas as iniciais, modestamente, achava que o livro merecia um longo estudo e que era “uma síntese luminosa”. “Espírito nada leviano” — dizia de mim — “inimigo das fosforescências verbais, avêssô à eloquência, êle não traça os seus panoramas históricos para os amigos do pitoresco”. Acrescentava: “Nem um só momento êle se entrega à superficialidade das anedotas. Examina, pesquisa, desmonta as peças para recompor o quadro

nas suas linhas exatas. E com que coragem e elevação de vistas se empenha nessa tarefa inteligente, libertando-se dos preconceitos e colocando-se numa posição de absoluta imparcialidade". Finalizava: "O reduzido espaço de que dispomos nos impede de continuar êste comentário sôbre uma obra que indica no seu autor fôrça, cultura e inteligência, e merece as melhores atenções da crítica". Pelas *Novas Diretrizes*, em seu número de janeiro de 1940, sem assinar, Azevedo Amaral elogiava excessivamente o livro, "um dos estudos mais sérios, não hesitamos mesmo em dizer, o mais completo até hoje surgido entre nós, com o objetivo de reconstituir a história do reinado de Pedro II, o que se convencionou chamar Segundo Império"; "magnífico quadro, em que ressurge o conjunto das atividades nacionais naquele período"; "análise profunda, percuciente e lúcida dos fatores étnicos, econômicos, sociais e políticos, que influenciaram o período em aprêço". Em março, pelo *Diário de Notícias*, do Rio, onde vinha mantendo sua crítica, Mário de Andrade escrevia que se tratava de "livro objetivo, de grande imparcialidade", para lançar o juízo final: "O livro do Sr. Nelson Werneck Sodré é de uma visão sábia e comedida, que eu jamais seria capaz de ter. Demonstra um espírito perfeitamente organizado, que sabe dominar os seus tumultos". A nota era sóbria.

Isenta e severa era a de Lívio Xavier, no *Diário de São Paulo*. O excelente crítico trotsquista, se é que se pode juntar essas duas coisas — não esquecendo que Trotski foi crítico de qualidade — examinava o livro com propriedade, sem concessões e sem desmandos. O autor, a seu ver, dava "mais uma amostra do seu pendor e, já agora, de sua preparação para os estudos históricos". Seria desejável, no caso, "uma forma mais simples e concisa, mais adequada ao objetivo da interpretação geral de um largo trecho da nossa história, como também, para melhor merecer o título, uma visão de conjunto mais panorâmica, menos ligada aos fatos incidentais". Isso não invalidava o livro, entretanto: "Bastaria o cuidado evidente de ser imparcial nos seus juízos e sobretudo uma concepção histórica geral mais justa, para fazer do livro do Sr. NWS uma obra simpática a quantos detestam a substituição da história do Brasil pela sistemática apologia do passado e pela incompreensão vesânica dos seus fundamentos econômicos". Lívio Xavier criticava severamente a tendência do autor a "mecanizar excessivamente a sua concepção histórica geral", particularmente na análise da esca-

vidão. Discordava, ainda, da parte final, a respeito da decadência do Império e preparação para a República. Seu juízo, terminando, era formulado assim: “Em suma, o livro do Sr. NWS convida à discussão, faz pensar, o que se diga para o seu louvor”.

Nem faltaria ao livro a nota ríspida, de condenação, meramente opinativa, nos moldes da simples e fácil invectiva. Ela apareceu, por coincidência, em *Diretrizes*. Não trazia assinatura. Depois de analisar o romance de José Lins do Rêgo, *Riacho Doce*, que considerava “um belo romance, sem dúvida alguma, um livro muito legível, com algumas páginas de fôrça extraordinária” e, paradoxalmente, achar que nada acrescentava à obra do ficcionista paraibano, passava a cuidar do meu ensaio e o destruía, em meio palmo de coluna, sem se dar ao trabalho de explicar as razões. É interessante reproduzir a nota na íntegra porque, sob o aspecto que tipificava, era modelar:

“Por que ‘segundo império’? Só por ter havido segundo imperador? Assim, sem esclarecer suficientemente o título, o Sr. Nelson Werneck Sodré, crítico literário respeitado, escreve êsses ensaios, cuja bem comportada bibliografia inclui de preferência os livros da Editôra Nacional, e afora êstes e outros — é claro, de muito valor — as obras completas do genro de Rui Barbosa e os livros de certo publicista eminentemente disponível, capaz de provar, com o seu nome por baixo, o pró e o contra, o sim e o não, com a vantagem de não provar uma coisa nem outra. Aliás, o Sr. Nelson Werneck Sodré parece levar muito a sério êsse sociólogo equipado com taxímetro. Não se espere, nesse livro de ensaios, qualquer interpretação nova, ou qualquer documento. É tudo equilibrado, de um equilíbrio môrno, nem certo, nem errado, nem bom, nem mau, apenas sabido. Se em alguns trechos discordamos, logo adiante concordamos. Sem violência nem entusiasmo. Apenas como quem vê um filme já visto. Em matéria econômica fica o autor num economismo bastante primário, e não vai além. Em matéria política, falta-lhe o vôo largo, desembaraçado de um Joaquim Nabuco para traçar, de fato, o panorama do — vá lá — segundo império. E não é servido por um estilo agradável. Sem erros, sem deslize na linguagem, o autor escreve mal,

e não são raros os períodos confusos. Deve ter havido grande precipitação na feitura desse livro — pressa de atirá-lo à rua. Uma observação do autor, em nota à margem, deve ser comentada. Quando êle diz que ‘as eleições mais livres do Brasil, as que precederam a Constituição de 1934, deram resultado a um abaixamento desastroso do nível médio da representação nacional’, parece fazer acreditar que isso acontece porque elas foram livres, quando os motivos, fáceis de explicar e de entender, foram muito diferentes. Para muito pouca gente êsses ensaios podem ser uma surpresa”.

Acontece que o livro não era de ensaios; estava dividido em capítulos, como a maioria dos livros, mas tratava de um só tema, examinado sob seus vários aspectos. Compare-se a crítica de Lívio Xavier com esta última: naquela, é a divergência fundamentada que leva à restrição; nesta, o foliculário se dispensa da fundamentação, não está interessado em discutir mas em desqualificar. Oswald de Andrade vulgarizara a expressão irônica — “não li e não gostei” — que permitia atacar os trabalhos dos adversários, dos inimigos e . . . dos concorrentes. O anônimo de *Diretrizes* desejava punir em mim alguma coisa que condenava. Suponho que, sendo eu militar, êle me julgasse responsável pelo Estado Nôvo. Como não podia atacar o regime, atacava o meu livro. Alguém me contou, mais tarde, que o autor da verrina era um pobre rapaz que havia sido esquerdista, aparentava ainda ser esquerdista, enquanto se preparava para ingressar na posição oposta, o que fazia logo que o Estado Nôvo chegou ao fim, quando trocou as letras pela política e nesta se celebrou pelas suas exasperadas diatribes. Não sei, nada posso acrescentar. Não me preocupei em apurar a identidade do adversário gratuito. O que ninguém percebeu — Lívio Xavier andou a florando, mas não situou precisamente o aspecto — é que o *Panorama do Segundo Império* era um livro conservador, com evidentes laivos reacionários. Obra bem estruturada, ressentia-se de flagrante superficialidade na análise do processo histórico. Mas estava escrita com estilo, sendo a forma muito superior ao conteúdo. O prestígio do livro, em reduzidos círculos especializados, foi grande, durante algum tempo. Depois, ficou esquecido.

Em março de 1940 a editora Vecchi concordava em publicar as *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Com a reedição da *História da Literatura Brasileira*, eram dois livros no mesmo ano. A bagagem ia se avolumando. Ainda em março, Silveira Peixoto, que estava fazendo para *Vamos Ler* uma série de entrevistas com escritores de São Paulo, marcou encontro comigo, na capital e, de longa conversa, saiu a entrevista que apareceu não me lembro quando e que foi, depois, incorporada ao volume em que êle reuniu a segunda série desses depoimentos e que, como a primeira, teve por título *Falam os Escritores*. Em maio, minha crítica, singularmente, ocupava-se de dois livros, a *Estrêla Solitária*, de Augusto Frederico Schmidt, e *O Estado Nacional*, de Francisco Campos. Schmidt vinha em grande ascensão, como poeta, ao mesmo passo que nos negócios e na política. Ainda os seus adversários, que eram muitos, não lhe negavam a preeminência, como poeta, de características singulares, com personalidade invulgar. O Estado Nôvo permitiu-lhe, por outro lado, as realizações materiais e o desempenho político. No terreno comercial, foi quando atingiu certo nível, a partir do qual tudo é mais fácil; as raízes de sua fortuna ancoraram nessa época. Em política, Schmidt, homem de direita, sem qualquer disfarce, mais um conservador do que um fascista, apreciava o prestígio, não as funções. Creio que jamais exerceu alguma, na administração pública. O que êle amava era influir, gozar das intimidades do poder. Amigo de Francisco Campos, teorizador do Estado Nôvo, Schmidt influía, realmente.

Minha análise do livro de Campos era cautelosa. Lembra, de início, novamente, o propósito de não tratar, na crítica, de assuntos políticos recentes, e mencionava a exceção aberta para Azevedo Amaral, reafirmando os motivos. Confessava que, naquela oportunidade, fôra "preciso que o humilde rabiscador destas crônicas viesse a público comentar o livro e, para fugir à essência, daquilo que tal livro continha, num largo artigo de simpatia pelo seu autor, foi mister recordar acontecimentos de ordem nitidamente pessoal, que haviam ligado autor e crítico, no passado, e que haviam contribuído para manter essa ligação justamente até o momento em que o Sr. Azevedo Amaral abandonava a senda traçada pelos *Ensaioes Brasileiros* e penetrava em caminho que não sabemos ainda onde conduz e, por isso, preferimos abandonar, deixando só o grande sociólogo patricio, tão lúcido sempre nas suas análises das coisas". Agora,

tratava-se de quebrar o silêncio que o crítico se impusera “para um comentário à obra que vem de publicar um dos responsáveis pelo regime dominante em nosso País, homem de cuja coerência política nada se pode dizer”.

Para lembrar essa coerência política, eu reconstituía, em breves traços, a tentativa de Francisco Campos, com a vitória da Revolução de 1930, para conferir determinado conteúdo doutrinário de direita ao regime que se esboçava então. Lembra, a êsse propósito, que não “deixava de ser significativo o fracasso de um movimento desencadeado no ambiente de puro e solerte ceticismo, como o do povo mineiro”. Mostrava, depois, como operara o integralismo e seu fracasso: a arregimentação tentada por Francisco Campos, em 1930, “não deixou de ter repercussões curiosas no organismo nacional, repontando, mais adiante, numa ameaça de transplantação, para as plagas brasileiras, de um arremêdo de doutrinação política, contra o Estado e contra o próprio País, embora disfarçado em linguagem de pura demagogia patriótica, copiado, em seu próprio cerimonial, de organizações estrangeiras”. Recordava, depois, as inquietações trazidas à tona pela campanha de sucessão presidencial desenvolvida em 1937 e como o Estado Novo intentara detê-la. “Tratou-se, logo” — continuava eu — “de conferir ao regime linhas precisas, a sua configuração própria, as suas características, mais para dar uma notícia ao povo e abafar a consciência dos que julgam tudo bem quando existe uma carta política, embora não seguida nem obedecida”. Campos, como se sabe, fôra o autor dessa carta política, conhecida como “pola-quinha”, pois copiada daquela que a ditadura de Pilsudski impusera à pátria de Chopin.

Continuando a crítica, eu examinava o problema da centralização, no Brasil, uma vez que o Estado Novo era, também, episódio do movimento pendular centralização-descentralização, que se desenvolvera ao longo de nossa história política. Mostrava como a “política dos governadores” fizera de Campos Sales “concertista singular de uma orquestra em que pelo menos vinte e um músicos se desmandavam nos tons mais diversos”. O sentido era diferente, agora: “A unidade, realmente, é um problema de interesses comuns. As grandes realizações práticas do governo nacional, no sentido da ampliação dos mercados internos, pelo aparelhamento da rede de viação e dos meios de transporte, a política de quebra das barreiras interestaduais,

que realmente ainda não caíram, — indicam um rumo nítido no sentido desejado”. Criticava a excessiva centralização administrativa; na esfera administrativa era preferível descentralizar, centralizando na esfera política. Em conclusão: “A larga, viva e bela síntese do Sr. Francisco Campos permite a todos uma visão panorâmica da realidade atual do Estado nacional, em suas linhas mestras. Ela constitui, ao lado do livro do Sr. Azevedo Amaral, uma contribuição de nítido valor, na nossa bibliografia política. É mesmo o panorama político daquilo que a obra do autor dos *Ensaioes Brasileiros* foi o panorama econômico-social”. Terminava por elogiar o estilo do autor, que não escrevia pela “funética”, como chamávamos a simplificação ortográfica que vinha estabelecendo confusão nesse terreno. A crítica era superficial e politicamente fraca. Assentava em ilusão em que eu ainda me embalava, às vezes, a ilusão da imparcialidade. No conjunto do que o Estado Novo significava, havia aspectos parciais interessantes, passíveis de louvor. Elogiá-los, entretanto, era tomar o secundário pelo essencial. As grandes rodovias que o nazismo construiu não eram a essência do regime; a essência estava nos campos de concentração. Aqui, a essência residia na tutela, exercida pela força, sobre um povo que vinha conquistando progressos acentuados na prática da democracia. Do ponto de vista do avanço da burguesia é inequívoco que o Estado Novo, na legislação e na prática, apresentou realizações apreciáveis. Seu horror a povo, entretanto, era marca indelével de atraso político. E nisso não poderia haver concessões, nem mesmo a de pretensa imparcialidade.

INDECISÃO POLÍTICA

Estávamos chegando ao fim do primeiro semestre de 1940. O nazismo espantava o mundo com espetacular triunfo: terminara a Batalha da França, liquidada em poucas semanas. As tropas de Hitler alinhavam-se nas barrancas da Mancha e todos esperavam que começasse a qualquer momento a Batalha da Inglaterra. Já Goering comandava a preparação, com os terríveis bombardeios às cidades inglesas, depois da retirada de Dunquerque. A pátria de Churchill estava, agora,

sözinha, enfrentando a fúria hitlerista. No Brasil, naturalmente, tudo isso representava extraordinário estímulo às forças reacionárias no poder. A cúpula militar, responsável pela implantação do Estado Nôvo, andava eufórica. Democracia era sinônimo de atraso, debilidade, desordem; as vitórias militares comprovavam a superioridade das ditaduras. Mas, por outro lado, as espetaculares vitórias com que a Alemanha nazista ampliava sua dominação e se apoderava de enormes recursos, alarmavam os Estados Unidos, que já vinham ajudando a Inglaterra, afeitando, com isso, lucros colossais. O Brasil, satélite dos Estados Unidos, sem política externa própria, rotinado em seguir a orientação traçada pelo "aliado tradicional", estava em posição estranha, balançando, agora, entre o pólo de atração antigo e o nôvo.

Foi quando Vargas tentou, um pouco apressadamente, precipitando-se — o que contrastava com a sua natureza cauta — a manobra de mudança de rumos, abrindo novas perspectivas. Essa manobra, em outro sentido, e também em outras condições, fôra executada com êxito, por Rio Branco, no início do século. Como é mais do que conhecido, nossas relações comerciais, no século XIX, foram predominantemente com a Inglaterra, prolongando a situação colonial; em consequência, nossa política externa era a de satélite da inglesa; no século XX, entretanto, delineando-se desde as últimas décadas do anterior, nossas relações comerciais passaram a ser predominantemente com os Estados Unidos. As econômicas e financeiras, com certa defasagem, sofreram a mesma mudança: os investimentos norte-americanos começaram a crescer aqui, enquanto os ingleses diminuíam; em 1922 fizemos o primeiro empréstimo externo em dólares, começando a abandonar a área da libra. Rio Branco, apesar de formado à base da cultura européia, de seus anos de residência no velho continente, de suas simpatias pessoais, elaborou, então, a mudança: nossa política externa passou a girar na órbita da norte-americana. Foi essa a origem do pan-americanismo, em que tanto se distinguiram Rio Branco e Joaquim Nabuco. Essa mudança de eixos, entretanto, não foi súbita, mas progressiva, e ficou assinalada, particularmente, nas reuniões pan-americanas que se sucederam, sancionando uma situação de fato. Quando irrompeu a Primeira Guerra Mundial, por isso mesmo, a mudança estava amadurecida e, em 1917, acompa-

nhávamos o “aliado tradicional”, participando da luta contra a Alemanha e seus associados.

Vargas desejava aproveitar agora a oportunidade histórica para operar mudança de sentido oposto: libertar-nos da dependência dos Estados Unidos, pela aproximação com a Europa, e, no momento, com os países que, na Europa, comandavam os acontecimentos: Alemanha e Itália, ao mesmo passo que reforçava a aproximação com o Japão. Nossas exportações para os países do “eixo” Berlim-Roma-Tóquio equivaliam, em valor, nos últimos anos, às destinadas aos Estados Unidos, particularmente devido à parcela com que, nelas, entrava o algodão, em que tínhamos nos Estados Unidos os maiores — e, aliás, os mais desleais — competidores, enquanto na Alemanha e no Japão encontrávamos os grandes compradores. Tratava-se de fugir ao controle imposto pelos Estados Unidos ao nosso comércio exterior — em relação ao algodão, vinham fazendo misérias e, quanto ao café, impunham preços e quotas — pela consolidação das relações com os mercados europeus, o alemão com destaque, e com o Oriente, o japonês com destaque. Complementarmente, estávamos reaparelhando o nosso Exército com armas fornecidas pela Alemanha. Havia, ainda, coroando tudo, a identidade política com os regimes direitistas alemão e italiano e o governo autoritário japonês. E havia, por último, no Brasil, colônias alemãs, italianas e japonêsas, a primeira e a última oferecendo dificuldades à assimilação e constituindo ameaças ponderáveis ou, pelo menos, influências e pressões que não era possível desprezar.

Até que ponto a cúpula militar direitista influiu nesse processo complexo, não estou em condições de esclarecer. O fato é que, em 11 de junho, data comemorativa da história da Marinha, Vargas, a bordo de uma de nossas belonaves, acostada no pôrto do Rio de Janeiro, fêz o discurso que caiu como uma bomba, não apenas no cenário interno, mas no externo. Nesse discurso, vituperando a democracia como regime em liquidação, abria perspectivas para nova política externa. Os Estados Unidos, que acompanhavam atentamente as manobras germânicas na América dita latina, julgaram conveniente exercer pressão sobre o Governo brasileiro que, assim, ameaçava fugir ao seu controle. Vargas sabia bem, porque era político sagaz, atento ao desenvolvimento dos acontecimentos, que precisava, apesar do regime autoritário que chefiava, de apoio da opinião pública

— nessa época, sem canais para se manifestar — antes de efetivar a mudança que propunha. Sua linguagem, no referido discurso, buscava levantar alguns aspectos a que a opinião pública brasileira era já bastante afeiçoada, o antiamericanismo com destaque. Fazia-o com cuidados, ambigüidades, sutilezas, como era de seu feitio. O discurso, portanto, demandava uma exegese para ser entendido. E comportava interpretações diversas. Descuidadamente, dei a minha interpretação, em carta a Daniel Pereira, o irmão de José Olímpio com quem me correspondia.

Foi com certa surprêsa que recebi, alguns dias depois, carta do próprio José Olímpio, referindo-se ao caso:

“Nelson, vi sua carta ao Daniel. Você tem razão. Cada vez sou mais getulista e acredito nesse homem. Como também acredito que a humanidade vai ter melhores dias. A propósito: mostrei sua carta ao Lourival. Gostou dela e me pediu que lhe escrevesse pedindo um artigo sôbre o discurso do Presidente. Esse discurso, como você bem avalia, trouxe uma certa inquietação. Foi, por muitos, mal compreendido. Convém que nós, que o sentimos bem, o expliquemos. Eu não sou escritor e procuro explicá-lo nas conversas que tenho com os amigos. Você é escritor e, como brasileiro consciente, deve explicá-lo de público. Quer me mandar o artigo? Abraços do José Olímpio. PS: Seu livro sairá impreterivelmente em julho. Outro PS: o Presidente, segundo eu penso, sabia que o discurso ia, de certo modo, impressionar mal a uma certa classe de gente. E não hesitou em fazê-lo. José Olímpio”.

Remeti o artigo, com a minha interpretação, apoiando o discurso. Nessa altura, já o Catete havia distribuído nota aos jornais, desmentindo certas interpretações — fato curioso, em regime ditatorial. Meu artigo parece que não foi publicado; eu, pelo menos, jamais o vi impresso. O ângulo em que vi o discurso parece que não era conveniente ao Presidente. Ou ao sentido da nota posterior. Não sei. O discurso de 11 de junho de 1940, na história de Vargas, permanece episódio confuso.

Mas a “liberdade de imprensa” tinha outros aspectos, às vezes grotescos. Em minha crítica, era raro que os seus problemas aparecessem. Mas as coisas mudam e um regime ditatorial permite que aquela “liberdade” passe por intempéries curiosas. Nos primeiros dias de setembro recebi uma carta estranha. Pela primeira vez a direção do *Correio Paulistano* tentava interferir em minha atividade. Eis êsse modêlo de ética e de compreensão da “liberdade” de expressão do colaborador de jornal:

“Um fato excepcional nos leva a ocupar a sua atenção e para o qual contamos com a sua reconhecida gentileza. Origina-o o livro *Marcha para Oeste*. Temos sobejas razões para não inserir uma palavra que seja de reclame do autor. O Sr. Cassiano Ricardo, literariamente, criou-se no *Correio Paulistano* e nêle fêz nome; gozava de tôda consideração e auferia privilegiadas vantagens no jornal, além de um destacado trato pessoal não só da direção como de todos os que aqui trabalhavam. Pois bem. Apesar dessa excelente posição, que desfrutava, imediatamente ao golpe de 1930, o Sr. Cassiano tornou-se um implacável inimigo do jornal e até hoje, sem que possamos atinar com a causa, não deixa escapar uma única ocasião para prejudicá-lo. Diante de semelhante atitude, não nos é possível, também, prestar-lhe atenções. Pessoalmente, o signatário nada tem a alegar contra o Sr. Cassiano, mas tem o dever de manter a ética da coletividade. Diante, pois, do que fica exposto, estamos certos de que o ilustre amigo, tão dedicado e apreciador, como tem sido sempre, desta casa, não nos negará a razão e concordará com o nosso silêncio sôbre a personalidade em questão”.

Assinava essa carta singularíssima, para mim pelo menos, o superintendente, A. M. de Oliveira César, pôsto no jornal, ao que parece, para endireitá-lo e que agia discricionariamente, como comandante de tropa irregular. Não me recordo como terminou o caso; recordo-me de que escrevi sôbre o trabalho de Cassiano Ricardo. Com êste, sem ser amigo, mantive sempre relações distantes mas cordiais. A certa altura, na vigência do

Estado Nôvo, teve função de relêvo. Mas nunca lhe contei da existência dessa carta.

O ano de 1940 aproximava-se do fim. Em carta de novembro, Emil Farhat refletia o pessimismo que dominava o ambiente, particularmente acentuado nos meios literários:

“Você tem mesmo de estranhar um tão longo silêncio. É que meu pai faleceu e me transformei, da noite para o dia, em chefe de uma família numerosa, onde há sete irmãs e um mano de 13 anos. Tudo isso me tem enchido de preocupações, de pesadas preocupações. Daí até um certo descontrôle, que eu mesmo tenho notado, em minhas atividades. São muitos os problemas, e quero encetar a solução de todos e acabo me perdendo. Mas várias vêzes me lembrei de escrever a você. Tive mesmo uma certa dúvida se você continuava em Itu ou não. Foi quando veio sua carta. Procurei o Clóvis, atendendo ao seu pedido. a respeito do esclarecimento da origem da nota saída em *Carioca*. E êle me disse o seguinte, mais ou menos: — O Heitor Moniz me perguntou “que tal era êsse Nelson Werneck”. Eu disse que era um rapaz, além de culto e inteligente, generoso. E o Heitor, então, fêz a nota. Isso o que o Clóvis Ramallete me disse. O Heitor, você sabe quem é. Por mim, confesso a você que escrevo ou falo o nome dêle com certo pudor e quase nojo . . . Vou dar uma nota no *Diário da Noite* sôbre seu livro e depois remeterei a você. Quanto a romance nôvo, acabou-se isto. Recebi seiscentos mil réis pelo *Cangerão* e morreria de fome se fôsse viver das glóriolas conquistadas. Tenho a impressão de que nós, no Brasil, escrevemos com uma antecedência de um século. Pois só daqui a cem anos é que haverá no País clima para a existência de escritores. Tudo o que fazemos agora é pura obsessão. Em outros, é exibicionismo. Abraços do Emil. PS: *Diretrizes* vai muito mal de finanças”.

Assim, o bom Farhat via-se, de súbito, feito chefe de família numerosa, como se os seus próprios problemas não fôsem suficientes para atormentá-lo. Daí, talvez, o seu pessimismo.

Um romance de sucesso, o seu, acaba resumido em mil e duzentos exemplares e seiscentos mil réis de direitos autorais (sessenta centavos, em moeda atual, embora de valor aquisitivo diferente). Daí o desabafo: não podíamos ter escritores. Só dentro de um século. Os que teimavam em escrever eram obcecados, ou exibicionistas. Assim, todo o romance brasileiro do pós-Modernismo — fase importantíssima da história das nossas letras — fôra gerado por obcecados e exibicionistas. E êle, realmente, não voltaria a escrever romances, particularmente, no meu modo de ver, porque deixara, com o triunfo material em outro “ramo”, de ser obcecado e exibicionista, no sentido da tenacidade com que lutara para ver o seu romance publicado, e do prazer que sentira em receber o aplauso de alguns confrades, divulgando-os pelo uso da máquina dos Diários Associados e de suas emissoras de rádio. Preferia, agora, largar o fardo, em meio à jornada.

Porque, no fim de contas, não era um escritor autêntico. Nisso não vai nenhuma restrição, que seria, mesmo quando justa, inviável, partindo de quem tanta estima lhe ficara devendo. A história das literaturas está cheia de casos assim, de criaturas que começam e desistem. Algumas desistem apesar do início auspicioso, como Emil Farhat. Porque o escritor autêntico atravessa obstáculos aparentemente invencíveis, supera dificuldades, suporta injustiças e sofrimentos, para realizar-se. Quando vejo, hoje, escritores jovens, que guardam ainda reservas enormes de entusiasmo, enfrentando os obstáculos que se colocam para vedar-lhes a realização — a própria oportunidade de aparecer, escrevendo em revistas e jornais, tendo seus livros publicados — indago de mim mesmo quantos suportarão as provas e chegarão ao fim. A carreira literária não é fácil em parte alguma, mas, nos países ditos subdesenvolvidos, ela quase sempre se apresenta como eriçada de espinhos. A cultura, no mundo “ocidental e cristão”, aparece como coisa desprezível, escondida ou ostensivamente subestimada; nas áreas dependentes, como coisa “subversiva”, que dá cadeia, ficha na polícia, exclusão das funções públicas. Mas é a persistência nela que marca o escritor autêntico, o artista, aquêle em quem o impulso para escrever, ou para fazer arte, é assim como o ato instintivo de respirar. E se não fôr assim, realmente, como seguir adiante?

E as mesquinhas, as pequenas coisas que tornam a vida literária, em países de fraca densidade cultural, uma atividade

provinciana, em que as competições são dilacerantes? Às vêzes, até o elogio é um equívoco: eu me espantara de ler rasgado elogio a um de meus livros, na revista *Carioca* — que tratava especialmente de cinema, teatro e rádio — e indagara sôbre o autor. A explicação ali estava: Heitor Moniz, que denunciara intelectuais à polícia, indagara da pessoa mais próxima quem era eu. A pessoa mais próxima, Clóvis Ramalhete, me conhecia, falou bem de mim. Conseqüência: Heitor Moniz, que deveria antes omitir-se, em relação ao que eu fazia, ou atacar, fizera derramado elogio. A época não era favorável à cultura, realmente. Jaime Adour da Câmara, uma das criaturas melhor informadas de literatura entre nós, ainda mesmo a estrangeira, que freqüentava e que conhecia, particularmente pelas suas viagens extensas e atentas, vinha fixar-se em São Paulo. Depois de *Oropa, França e Bahia*, em que contava suas viagens, nada mais fizera. Agora, voltando a São Paulo, dava-me notícias:

“Meu caro Nelson. Estou em São Paulo, onde pretendo fixar-me. Deixei o Rio, abandonando também o DIP e Lourival. Sinto-me melhor no planalto, entre mercadores e fabricantes. Vou lhe remeter uma plaqueta que acabo de publicar, sôbre Salvador Piza, lavrador. É um pequeno capítulo sôbre a civilização do café. Ontem lancei entrevista sôbre as conferências que vou realizar sôbre a famigerada Semana de Arte Moderna e literatura modernista. É preciso acabar com o saudosismo do Menotti, que vive a falar na sua geração. Pretendo fazer um balanço do movimento em aprêço e dizer qual a contribuição que o Modernismo trouxe às nossas letras. Tenho lido seus artigos. Você é um mestre da crítica no Brasil. Trate logo de reunir seus folhetins em volumes. O estudioso não prescindirá de seus estudos, que já se acham incorporados ao patrimônio cultural do Brasil”.

Coisas assim, ditas assim, ainda que as soubéssemos exageradas, transfiguradas no calor da amizade, recompensavam, permitiam seguir adiante.

Em 1940, um dos grandes acontecimentos foi o lançamento, por um editor nôvo, de uma coleção nova. O editor nôvo era

José de Barros Martins, que passara a tal atividade há pouco, vindo da importação de livros e, antes, de emprêgo em Banco. Como todos os bons editôres, pelo menos em nosso País — desde o Garnier e o Laemmert, sem esquecer o Quaresma, o José de Matos, que haviam difundido *O Secretário Moderno* e *O Livro de São Cipriano* — José de Barros Martins não era dado à literatura. De Octales Marcondes Ferreira, que recebera o patrimônio deixado por Monteiro Lobato e transformara-o na poderosa Companhia Editôra Nacional, dizia-se que conhecia os bons livros pelo cheiro, para significar que não era como o seu antecessor, homem de letras que acabara, na atividade editorial, dando com os burros n'água. Galeão Coutinho, outro escritor aventurado em editor, não tivera melhor sorte. Mas José Olímpio, lidando com livros, como empregado da casa Garraux, acabara por se tornar o grande editor do pós-Modernismo, triunfando ali mesmo onde escritores como Gastão Cruls e Agripino Grieco, que haviam mantido a Ariel Editôra, haviam fracassado. Como todos os editôres de sucesso, Martins fizera o que se devia fazer, cercando-se de bons assessôres intelectuais. Um desses assessôres, Rubens Borba de Moraes, dirigia a coleção nova, a que me refiro, denominada Biblioteca Histórica Brasileira. Ela se constituía de traduções dos livros antigos sôbre o Brasil, particularmente os dos viajantes estrangeiros. Essas traduções eram, via de regra, muito bem feitas, e as edições eram, normalmente, acompanhadas de introduções, notas e, às vêzes, até iconografia, isto é, dotadas de aparato crítico que as tornava excepcionais. Na coleção apareceram livros importantes, de sorte a constituí-la em Brasileira de destacado valor; entre êles os de Rugendas e Debret, colocando ao alcance do leitor comum obras que lhe eram praticamente inacessíveis.

Em 1940, aliás, não houve grandes acontecimentos editoriais; dois apenas merecem ser lembrados: o romance de Cordeiro de Andrade, *Tônio Borja*, foi um dêles. O autor, que começara com *Cassacos* e, em 1936, aparecera com *Brejo*, pertencia ao grupo e corrente dos documentaristas nordestinos. Mas o esquecimento de seus romances é certamente imerecido. Outro foi o de Pierre Monbeig, *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. Foi Pierre Monbeig um dos professôres franceses contratados pela Universidade de São Paulo, iniciativa que começou quando Armando de Sales Oliveira governava o Estado e que

prosseguiu por certo tempo. Não tenho condições para opinar sobre aquêles que tratavam de ciências alheias à minha curiosidade. De um dêles, pelo menos, os seus alunos e as pessoas daquele tempo guardam lembrança como figura do maior destaque, tendo feito escola: o físico Gleb Wataghin, de quem foi discípulo, entre outros de renome internacional, o mestre brasileiro Mário Schenberg. Economistas como Paul Hugon, sociólogos como Arbousse-Bastide e Roger Bastide, deixaram inapagável recordação, o último particularmente, muito afeiçoado às nossas coisas e tendo escrito alguns livros importantes sobre problemas brasileiros. Homens da dimensão do italiano Ungaretti ou do português Fidelino de Figueiredo não podem ser esquecidos. Parece que foi entre os geógrafos que o recrutamento no exterior foi mais numeroso, e os mestres estrangeiros — os que vieram para a Universidade de São Paulo como os que vieram para o Conselho Nacional de Geografia — foram realmente renovadores do ensino dessa disciplina aqui e formadores de escola, no sentido de que fizeram de alguns de seus alunos quadros de alta qualidade, os dominadores da Geografia, entre nós.

Os elementos ligados ao Conselho Nacional de Geografia valorizaram muito, naquele tempo, a Pierre Desfontaines, como valorizariam, depois, os especialistas Ruellan e Tricart. Não há, no meu modo de ver, entretanto, nada que possa obscurecer o destaque extraordinário alcançado, no Rio, pelo alemão Leo Waibel, mestre sob todos os títulos eminente, um dos grandes geógrafos do nosso tempo. Não o conheci pessoalmente, como a Pierre Monbeig. Assim que regresssei de Mato Grosso e antes mesmo de aparecer o meu livro *Oeste*, fui convidado para fazer uma palestra na Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção de São Paulo. Ela era presidida por Monbeig e contava com pessoas da qualidade de Caio Prado Júnior e de Rubens Borba de Moraes. Mantinha uma revista excelente, *Geografia*, de que apareceram, segundo me lembro, apenas dois números, com trabalhos indispensáveis ao estudioso de nossas coisas. O que distinguia geógrafos como Pierre Monbeig e Leo Waibel, segundo me parece, era a libertação do unilateralismo, isto é, o enquadramento dos conhecimentos geográficos entre outros conhecimentos, particularmente aquêles proporcionados pelas ciências da sociedade. O alemão como o francês dominavam tais ciências, que lhes permitiam ampliar consideravelmente a análise. Os *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* foram, assim,

livro de alta qualidade, quebrando o ritmo morno da produção editorial em 1940.

Ao abrir-se o ano de 1941, José de Barros Martins tomava decisão que comprovava sua sagacidade, convidando Edgard Cavalheiro para trabalhar em sua editôra. Tratava-se de um escritor jovem, em princípios de carreira, mas em quem era fácil constatar existirem qualidades que o tempo logo confirmaria. Minha correspondência com Edgard Cavalheiro começou justamente por essa época, quando me contava das iniciativas em andamento na Martins, particularmente a Biblioteca de Literatura Brasileira, em que deveriam aparecer os nossos clássicos, isto é, aquelas obras consagradas pela sanção do tempo. A que me enviava, com a primeira carta, eram as *Memórias de um Sargento de Milícias*, o livro tão divulgado de Manuel Antônio de Almeida, agora com prefácio de Mário de Andrade. A coleção, em que apareceu um inédito de Machado de Assis — não incluído, portanto, na coleção Jackson — revelado por Lúcia Miguel Pereira, *Casa Velha*, não durou tanto quanto era de esperar, o que foi pena.

Minha situação no *Correio Paulistano* ia-se tornando insustentável; a noção que o seu superintendente tinha de imprensa era primária. Em fevereiro de 1941 solicitei aumento na remuneração dos artigos de crítica, que vinham sendo pagos a trinta mil réis; a direção concordou, estipulando que êles passariam a cinquenta mil réis: “Desejando atender a sua pretensão, na medida dos recursos da empresa, a partir de março p. entrante, passaremos para 50\$000 a retribuição de cada um dos seus artigos de crítica literária e envidaremos esforços para publicá-los, no mínimo, aos domingos”. Mas — sempre havia um mas... — era preciso que eu considerasse o pedido que me haviam feito há algum tempo e que não havia sido atendido. É espantoso, mas é verdadeiro: a superintendência, que media tudo em termos contábeis — e que ignorava que tudo que se paga apenas com dinheiro é barato — desejava que eu devolvesse os livros, após lê-los e criticá-los ou não. Tratava-se, no fim de contas, de uma tolice inócua, mais do que de uma mesquinha: a maior parte das editôras enviava os livros diretamente para minha residência; entre os que me chegavam pela redação, a maioria trazia dedicatória (e a superintendência concedera que fôssem considerados como meus); restava, assim, número insignificante de livros, normalmente de qualidade inferior. A

carta que anunciava ter sido atendido o meu pedido de aumento, aduzia, a respeito do assunto antigo, isto é, anterior: "Já encaramos a necessidade de serem devolvidos os livros, assunto tratado e até agora sem solução. O bibliotecário chega a duvidar das nossas providências nesse particular". Não me restava senão deixar o jornal. Em resposta ao cartão em que lhes participei essa decisão, lá se repetia a ladainha: "O *Correio Paulistano* aguarda a confirmação da promessa de V.Sa. de enviar os livros que aí se acham em seu poder e que muita falta fazem à sua biblioteca. É claro que nessa devolução esperamos sejam incluídos os livros que ainda não foram criticados". É claro que os mandei àquela parte.

Em maio fui servir em São Paulo, como secretário da Escola Preparatória, então em início de atividades. A vida na capital paulista estava à altura, ainda, do modesto padrão de vencimentos de um tenente. Alugamos casa na rua Pamplona, próximo à avenida Paulista, o que me permitia ir a pé ao trabalho, pois a Escola Preparatória estava se instalando na rua da Fonte, transversal da Peixoto Gomide. Era prédio novo, construído para ser hospital, a cavaleiro da avenida Nove de Julho, junto ao túnel. O trabalho era muito, pois os recursos eram mínimos. Os métodos ditatoriais não dispensavam, antes agravavam, a burocracia. A centralização das decisões, no Rio, deixava pendentes os problemas, que se arrastavam. A Escola, posta a funcionar a toque de caixa, apresentava grandes deficiências. Estávamos, porém, no reinado da teoria da "bola pra frente" e íamos tocando conforme a música. Enquanto isso, eu aproveitava as pausas, que não eram muitas, para estreitar contato com o meio literário paulista.

Foi por essa época, se bem me lembro, que Monteiro Lobato escreveu a desafortada carta a Vargas, acusando o Gen. Horta Barbosa, então na presidência do Conselho Nacional do Petróleo, de retardar a solução dos problemas ligados à exploração dos nossos recursos, que a propaganda dos monopólios norte-americanos e traição de alguns brasileiros teimavam em afirmar não existirem. Lobato sabia que existiam, mas sua tese era de deixar a exploração inteiramente a cargo da celeberrima "iniciativa privada" que, no caso petrolífero, desde a constituição dos monopólios, nem tinha iniciativa — senão quando convinha àqueles monopólios — nem era privada, por envolver

sempre problemas específicos de soberania nacional. Lobato lutou pela sua tese com bravura, tenacidade e, particularmente, virulência. Sua posição era falsa e, hoje, estou certo de que foi solertemente aproveitada pelos monopólios estrangeiros, para estabelecer confusão e atrasar a solução nacional, como de fato atrasou. O contista dos *Urupês* era exaltado e gostava de escrever cartas. Essas cartas, oriundas de impulsos, tinham, às vezes, inconvenientes, feriam pessoas, levantavam suspeições e, no fim de contas, fixavam uma posição errônea, mantida com aquela teimosia cabocla que os amigos do escritor conheciam tão bem. Ainda há pouco, Hélio Silva mostrou-me carta de Lobato, conservada no arquivo de Vargas, em que aquêle defendia, junto ao chefe do então Governo Provisório, a livre entrada e a concessão de incentivos ao capital estrangeiro. Claro que Lobato nos últimos anos de sua vida reconsiderou tais posições, passando ao pólo oposto. Nesse tempo, a que me refiro, mantinha ainda os preconceitos sólidamente enraizados em sua ingenuidade política. A acusação contra o Gen. Horta Barbosa, cuja probidade era notória e comprovada por uma carreira inteiramente dedicada ao serviço do País, poderia ter trazido graves prejuízos, sendo o principal, sem dúvida, a saída daquele militar da chefia do órgão a que coube, no fim de tudo, encontrar as primeiras reservas petrolíferas brasileiras e, ainda, estabelecer os princípios que acabariam, adiante, consagrados na lei 2.004, que criou a Petrobrás.

Estas considerações são, entretanto, marginais; o que de-sejo lembrar, aqui, é que o Governo recebeu mal a carta de Lobato e como era uma ditadura, isto é, o reinado do arbítrio, o escritor foi prêso. Essa prisão repercutiu pèssimamente em todos os círculos, particularmente no dos intelectuais, mas as possibilidades de protesto eram nulas. Acontece que Lobato sempre fora estritamente ligado a Octales Marcondes Ferreira e à Companhia Editôra Nacional. Não sei se por motivo dessa ligação ou por fôrça dos ácidos comentários feitos por Octales e, naturalmente, por todos aquêles que freqüentavam os escritórios da editôra — tudo estando no conhecimento da polícia política, que o Estado Nôvo, como tôdas as ditaduras modernas, havia aparelhado e desenvolvido — a Companhia Editôra Nacional tornou-se suspeita e circularam boatos sôbre a intervenção próxima das autoridades na emprêsa, que perderia, também, a condição privilegiada de maior supridora do mercado do li-

vro didático, sendo isso a base de sua fôrça e a razão de sua primazia. Não pareciam infundados os boatos: a ditadura não reconhecia imunidade em emprêsa alguma, e nem mesmo respeitava a propriedade. Há pouco, tomara de seus donos tradicional e conhecida emprêsa, a de *O Estado de São Paulo*. É claro que havia motivo para pôr as barbas de mólho.

Eu freqüentava muito a Companhia Editôra Nacional, desde tempos mais recuados, quando ainda seus escritórios e depósitos estavam instalados no início da rua dos Gusmões. Amigo de Fernando de Azevedo, conhecera e estimava Monteiro Lobato e Octales Marcondes Ferreira; era autor editado pela casa, com o *Panorama do Segundo Império*. Acompanhei a evolução das aflições, que cresciam ou diminuíam, ao sabor dos boatos que chegavam ou ecoavam por ali. Para preservar a editôra, só havia uma saída: melhorar ou limpar a sua ficha junto às autoridades de que poderia partir o ato de violência, a intervenção predatória, e essas autoridades eram as militares principalmente. Não sei se a idéia foi minha, mas a coordenação das providências destinadas a concretizá-la coube a mim. Tratava-se de coisa simples: a Companhia Editôra Nacional prepararia e lançaria uma *História Militar do Brasil*, em grande estilo, obra que, pelo vulto das proporções e beleza da apresentação, faria barulho e ocuparia lugar destacado. Além do mais, era obra necessária, pois, a rigor, preencheria a célebre lacuna do lugar comum, visto que ninguém poderia admitir que o livro de Miralles pudesse ser tomado em consideração, também pela sua antiguidade, nem o volume de Gustavo Barroso, que só poderia servir para enriquecer o anedotário. Como havia urgência na obtenção dos efeitos, era preferível que a autoria fôsse coletiva: o vulto do projeto justificava que assim fôsse e, assim sendo, ficariam, desde logo, ligados à Companhia Editôra Nacional, associados a um empreendimento por ela patrocinado, alguns militares ilustres e notórios. Isso constituiria uma espécie de mandado de segurança.

Planejei a obra, de sorte que apresentasse as grandes proporções destinadas a impressionar as autoridades. Elaborei, depois, com muita atenção para evitar omissões que costumam gerar ressentimentos, a lista dos militares que deveriam ser convidados a compor a autoria coletiva. É claro que, preliminarmente, caberia aos mais conhecidos intelectuais militares a de-

cisão sôbre todos os pontos. Não era possível escolher os autores, oferecer-lhes um plano elaborado sem a participação dêles, e pô-los na execução, sem mais cerimônias. Escrevi, então, aos escolhidos, consultando-os, em nome da Companhia Editôra Nacional; busquei tocar-lhes as cordas mais sensíveis, a patriótica, a cívica, a da vaidade militar, a da vaidade intelectual. Lembro-me ainda de alguns dos consultados: Tasso Fragoso, Genserico de Vasconcelos, Lima Figueiredo, Inácio José Veríssimo, Tristão de Alencar Araripe, Bertoldo Klinger, Francisco de Paula Cidade, Mário Travassos. O resultado foi decepcionante: alguns nem sequer se deram ao trabalho de responder; os outros mostraram divergências tais de concepção que provavam a impossibilidade de congregá-los para a autoria coletiva. Guardei essas respostas: elas refletiam certas concepções, particularmente sôbre a História Militar. A mais interessante das respostas — a de Tasso Fragoso era simples escusa, fundada na idade e no estado de saúde — foi a de Tristão de Alencar Araripe; resposta meditada, detalhada, analítica. Dizia-se alheio ao problema e entendia o vulto da obra: “Uma *História Militar do Brasil*, com a finalidade desejada, é obra de grande responsabilidade. O sumário esboçado em sua carta constitui programa largo e de grande profundidade”. Ia mais além, quanto às dificuldades: “Bem sabe o camarada que há um conflito entre a interpretação da História como pesquisadora da verdade e as correntes modernas que a desejam interessada e quiçá tendenciosa, como História prática, pragmática, pedagógica e política”. Aconselhava uma divisão importante: “Em meu fraco entender, talvez fôsse conveniente separar o estudo de crítica política da apreciação tático-profissional”. Quanto a nomes, era exigente: “Dos militares do meu conhecimento, reputo que sômente o Gen. Tasso seria capaz, pela sua cultura e critério, de enfrentar semelhante tarefa, não fôra o seu precário estado de saúde. Há oficiais jovens, inteligentes, capazes de *ensaiarem* êsse gênero de estudo”.

De posse das respostas — muitas demoraram a chegar — fiz rápido relatório, opinando, diante das divergências de concepção, pelo abandono do projeto. Minha idéia, derivada do conhecimento daquelas divergências, era a da autoria individual, mas em outra oportunidade. Octales concordou. Sua iniciativa, suficientemente documentada, era já fator positivo, no sentido de apagar a idéia de alguma autoridade mais ardorosa de mo-

lestar a emprêsa. Enveredou, então, por outro caminho: dar caráter solene e festivo ao lançamento do ducentésimo título da "Brasíliana", associando as autoridades ao acontecimento. A montagem do ato foi muito discutida. Alguém deveria falar pelos intelectuais, alguém não ligado diretamente à Editôra. O nome preferido era o de Guilherme de Almeida, mas houve quem lembrasse que sua ficha com os militares da ditadura não deveria ser das melhores. Viam-no aquêles ainda como o bardo da rebelião paulista de 1932, afeiçoado ao separatismo. Não, não poderia ser Guilherme de Almeida. Não sei se outros nomes foram estudados: não participei do planejamento da solenidade. O que logo vim a saber é que as preferências fixavam-se no meu nome: era intelectual, crítico militante, editado da casa e, particularmente, era militar. Creio que foi esta qualidade que prevaleceu. Consultado, concordei em fazer o discurso comemorativo. A *Fôlha da Noite*, no mesmo dia — a solenidade foi pela manhã — noticiava o fato, com fotografias:

"Em regozijo pela publicação do ducentésimo volume da 'Brasíliana'. Coquetel oferecido pela Companhia Editôra Nacional". E vinha o texto: "Em regozijo pela publicação do ducentésimo volume da coleção 'Brasíliana', a Companhia Editôra Nacional e a Emprêsa Gráfica da 'Revista dos Tribunais' ofereceram, hoje, às 11 horas, um coquetel aos escritores e elementos da sociedade paulista que têm estimulado essa iniciativa nos meios culturais. A reunião, que decorreu animada e num ambiente de muita cordialidade, foi realizada na sede da Companhia Editôra Nacional, à rua dos Gusmões, nº 639. Ao microfone, instalado pela Rádio São Paulo no local, falaram os Srs. Nelson Werneck Sodré e Palma Travassos, que disseram do valor da iniciativa da Companhia Editôra Nacional e do promissor desenvolvimento que vem tomando a 'Brasíliana'. A seguir, a Srta. Cleo Marcondes Ferreira ofereceu ao Sr. Augusto Meyer uma coleção completa da 'Brasíliana', seguindo-se com a palavra o Sr. Fernando de Azevedo, que agradeceu, em nome da Companhia Editôra Nacional as referências feitas à sua iniciativa e as constantes demonstrações de simpatia e de interesse por parte do público leitor do Brasil".

Augusto Mayer viera especialmente do Rio, representando as autoridades federais, como diretor do Instituto Nacional do Livro. Recordo-me que, encerrada a cerimônia, saímos os três, êle, eu e José de Barros Martins, para almoçarmos juntos. O fato, na sua trivialidade, vai mencionado porque era sintomático da atividade que Martins desenvolvia, para impulsionar a sua empresa.

Tendo abandonado o *Correio Paulistano* em fins de março, iniciei minha colaboração em *O Estado de São Paulo*, em meados de junho. Um de meus últimos rodapés naquele tratou de Gilberto Amado, cujo romance *Inocentes e Culpados* acabava de aparecer e estava sendo abafado, apesar dos esforços dos irmãos do autor, por malicioso e propositado silêncio. Creio que não era esta a primeira vez que apreciava a atividade literária do escritor sergipano. Duas razões me levavam a focalizá-lo, sempre que possível, ressaltando seu destaque na geração que se intercalara entre a da Academia e a do Modernismo, geração que viveu uma espécie de pausa em nosso desenvolvimento cultural, particularmente o literário. Nessa planície, Gilberto Amado era uma eminência. Razões políticas, razões sentimentais e até mesmo razões literárias haviam provocado e mantido a conspiração do silêncio em torno do seu nome e da sua obra. Juntaram-se, para isso, pessoas que o detestavam por ter tido preeminência política antes da Revolução de 1930, inclusive os que o podiam detestar por divergências de princípios; pessoas que o detestavam ainda por força do episódio em que tombara Aníbal Teófilo, muito ligado às rodas que faziam literatura e vida literária, na época; pessoas que o detestavam porque triunfara muito jovem nas letras, alcançando posições que outros só podiam conquistar na maturidade ou na velhice.

Eu não participava de nada disso: considerava a atuação política de Gilberto Amado, antes de 1930, como inserida no quadro de conjunto, e êle não era responsável pela política das oligarquias, embora beneficiário dela; considerava que a justiça havia decidido, na época, na instância e na forma devidas, a responsabilidade do episódio infeliz que vitimara Aníbal Teófilo; e considerava que, embora tivessem ocorrido interferências extraliterárias no triunfo precoce de Gilberto Amado, a verdade é que êle, como escritor, como homem de letras, era mesmo muito superior aos seus concorrentes menos afortunados. Como nada tinha, em suma, com as tricas literárias antigas, nem com

as modernas, nas quais não participara, não reconhecia suas con-
denações, muito menos as suas discriminações, particularmente
as formas iníquas de que se revestiam, como a de assassinar pelo
silêncio. Não conhecia pessoalmente Gilberto Amado. Ajuizava
de seus livros pelos textos e nada mais. Pelos textos, eram bons.
E eu os elogiava por isso. Assim aconteceu com *Inocentes e*
Culpados. Estou certo de que, da obra de Gilberto Amado, não
serão os romances, como não serão os versos, que atravessarão
o tempo. Mas aquêlê romance, para um ensaísta que, na pas-
sagem da maturidade para a velhice, estreava no gênero, era
muito bom, particularmente como depoimento, pois que, evi-
dentemente, tratava-se de ficção *a clef*. Gostei do livro; elogiei
o livro. Gilberto Amado, então no estrangeiro, não disse nada
mas, adiante, mostrou que ficara agradecido porque eu rompera
a resistência silenciosa. Não havia o que agradecer, evidente-
mente. Isso tem continuação, porque a vida se parece muito
com um filme em série, como os que fizeram o encanto dos jo-
vens da minha geração, em que, no final de cada episódio, o
“mocinho” está pendurado à beira do abismo e, no início do
seguinte, sacudindo a poeira e montando o seu cavalo, sai para
nova aventura. A continuação virá a seu tempo.

Se o rodapé sôbre o romance de Gilberto Amado foi dos
últimos que publiquei no *Correio Paulistano*, o artigo sôbre o
livro de Almir de Andrade, *Formação da Sociologia Brasileira*,
foi o primeiro que publiquei em *O Estado de São Paulo*. Apa-
receu justamente em 15 de junho de 1941, um mês e dias depois
de minha vinda para São Paulo onde, agora, estava em condições
de tratar pessoalmente dos meus interêsses. Foi uma pena que
o trabalho de Almir de Andrade tenha ficado no primeiro vo-
lume. Não tinha nada com a Sociologia, a rigor; tratava dos
estudos sôbre o Brasil, com informação copiosa e interessante,
muito bem organizada; era livro-fonte típico, de indiscutível
utilidade.

NOVOS
ENSAIOS

Mas, voltemos a *O Estado de São Paulo*. O jornal havia sido tomado aos seus proprietários pela ditadura, tendo sido agente da violência o interventor federal Ademar de Barros. As autoridades alegavam que aquêles proprietários

havam transformado a redação em centro conspirativo; afirmaram ter encontrado armas nela escondidas, quando das “diligências” policiais. Nada posso dizer, a êsse respeito. Havia verossimilhanças: Júlio de Mesquita Filho estêve envolvido em tôdas as conspirações já havidas em nosso País; era conspirador profissional. De outro lado, a ditadura, pelas suas autoridades de polícia-política, era mestra em colocar armas nas casas daqueles a que desejava incriminar, assim como documentos. Júlio de Mesquita Filho, honra lhe seja feita, não se submeteu. Outra coisa: tendo numerosos pecados políticos, sendo nitidamente conservador, creio que nunca aceitou ditadura alguma e desapareceu fiel a esta norma. Pois bem, o DIP chefiado por Lourival Fontes — que, é bom lembrar, sempre afirmou em nada ter contribuído para a tomada do jornal — escolheu como diretor justamente o redator-chefe do jornal ferrenhamente adversário do *Estado*. Foi buscar, no *Correio Paulistano*, Abner Mourão, para tomar conta do velho órgão.

Eu estava, certa vez, com Jaime Adour da Câmara, na esquina da rua Líbero Badaró com a avenida São João, quando passou Abner Mourão e parou ligeiramente, para dois dedos de prosa comigo. Jaime Adour da Câmara, quando aquêle se despediu, não pôde se conter:

— Como é que você pode ser amigo dêsse homem: êle não tem ossos.

Com a expressão, pretendia frisar a falta de personalidade do jornalista. Abner Mourão tipificou, entre nós, realmente, a figura do jornalista do govêrno, de qualquer govêrno, de todos os governos: começara a carreira em *O País*, o jornal governista também típico, na fase em que o dirigia João Lage. Ali adotou o pseudônimo de Isabela Nelson. Até 1930, acompanhou, com os seus serviços, a política do Partido Republicano Paulista, tendo se fixado em São Paulo e entrado para o *Correio Paulistano*. Estava para receber alto prêmio por tais serviços — a senatoria pelo Espírito Santo — quando a Revolução de 1930 lhe cortou as possibilidades. Voltou à imprensa governista, mas do outro lado agora. Estava há pouco no *Correio Paulistano*, quando o DIP foi buscá-lo para a difícil tarefa de dirigir um jornal cuja vida e estrutura administrativa estavam em confusão, em conseqüência do ato absolutamente ilegal, arbitrário, desatinado mesmo, da ditadura. Eu não era amigo de Abner Mourão, nem

tínhamos privança que permitisse êsse grau de relações. Essas relações eram cordiais, mas não íntimas. Dispensava-me consideração, favorecia-me no que estava ao seu alcance, quando eu mantinha a seção de crítica no *Correio Paulistano*, mas não brigava por minha causa, mesmo porque mandava pouco. Creio que foi a inépcia do superintendente do órgão do PRP que o levou a aceitar o convite para a verdadeira prebenda que seria a direção de *O Estado de São Paulo*. Logo que assumiu, procurei-o e contei-lhe o que se passara comigo no *Correio Paulistano*. Êle me disse que as colunas do *Estado* estavam abertas para mim.

Em junho comecei também minha colaboração sistemática em *Cultura Política*, revista dirigida por Almir de Andrade, e destinada a realizar, na área cultural, a política do Estado Nôvo. Como já frisei, a ditadura estadonovista isolou, realmente, a esquerda revolucionária e, concentrando nela as violências policiais — não os arbítrios, cuja área de aplicação foi mais larga — conseguiu reduzi-la ao mínimo de organização e de resistência. Ao mesmo passo, proporcionou meios de sedução os mais amplos e variados, de sorte a atenuar aversões, alcançar simpatias, aliciar pessoas válidas. Após o fechamento do Congresso, era até comovedor o cuidado de Vargas em dar emprêgo aos congressistas, um a um. Poucos se mantiveram distantes, relutantes, avessos às seduções. As resistências conspirativas resumiram-se a algumas figuras mais renitentes, de comprovada intransigência: um Euclides Figueiredo, um Otávio Mangabeira, um Júlio de Mesquita Filho, homens que conheceram, os dois primeiros pelo menos, a cadeia, o exílio e, ainda no exílio, foram alcançados pelo longo braço vingativo do regime que se recusaram a aceitar.

A ditadura buscava agradar os intelectuais, premiava-os com empregos, nomeações, sinecuras até. Quem se der ao trabalho de proceder ao levantamento dessas nomeações, poderá comprovar isso. Vargas era, êle próprio, um intelectual, homem de cultura, de inegável inteligência, de capacidade invulgar. Nada o aparentava ao tipo do ditador boçal, ignorante, que a sátira política descreve e a caricatura busca fixar. Gostava de cercar-se de pessoas de boa qualidade intelectual. Ajudava aquêles que sabia em dificuldades. Assim fêz com Humberto de Campos, que servira e fôra premiado pela situação derrotada em 1930. Assim fêz com Hermann Lima, a quem proporcionou con-

dições para realizar-se como escritor. A ditadura dispunha, assim, de quadros, alguns excelentes. Era comum, na época, atacar Lourival Fontes, mas êste era já ensaísta conhecido quando se tornou diretor do DIP, estava muito longe de ser um borra-botas qualquer.

Almir de Andrade tinha já conquistado um lugar entre os escritores, quando se tornou diretor de *Cultura Política*. E a revista cedo provou que era bem feita e que apresentava matéria de que partidários e adversários da ditadura tinham obrigação de tomar conhecimento. Era revista destinada a fornecer imagem favorável do govêrno, naturalmente, revista officiosa, para não dizer oficial. Mas era revista bem feita, revista de cultura, correspondendo ao título, e não de propaganda. O fato de ter sido possível o aparecimento e a existência de uma revista dêsse tipo, dêsse padrão e dêsse nível é, por si só, importante, e mostra como a situação era complexa, como a ditadura, aqui, fugia ao molde externo, tinha molde próprio. O fato de o partido declaradamente de direita ter levado, com todo o seu embalo, logo de saída, uma decisiva trombada, que o liquidou, foi outro traço singular da ditadura brasileira. Aquêlê partido, caprichando na imitação dos modelos externos, estêve sempre “por fora”, como se usa dizer agora. Não correspondia às necessidades das fôrças que geraram e mantiveram o Estado Nôvo — e que, no momento adequado, largaram-no, como a cobra larga a casca. É que tais fôrças não eram as mesmas que haviam gerado e mantido, lá fora, os modelos nazista, fascista, salazarista. O fato é que *Cultura Política* era revista bem feita, inteligente, informada. Sua coleção continua a ser, ainda hoje, a melhor fonte para estudo do que foi o Estado Nôvo. Os pesquisadores modernos, os estrangeiros inclusive, freqüentam suas páginas, encontram nelas muito daquilo de que necessitam para conhecer o fenômeno político que foi o Estado Nôvo.

Foi em 1941 que José Olímpio lançou, na coleção “Documentos Brasileiros”, meu livro *Oeste*, com um subtítulo um pouco pretensioso: *Ensaio sôbre a grande propriedade pastoril*. A segunda edição de minha *História da Literatura Brasileira* fôra incluída naquela coleção, sob o número 23; *Oeste* o foi, sob o número 31, um ano depois. Nem Gilberto Freyre, que dirigira a coleção até o número 18, tinha mais títulos nela; Otávio Tarquínio também tinha dois, como Elói Pontes e como Euclides da Cunha, de cuja viúva José Olímpio conseguira auto-

rização para reeditar o *Peru versus Bolívia* e para publicar o *Canudos*, que era o importante *Diário de uma Expedição*. Minha carreira alternava, como quase tôdas, derrotas e vitórias. Encontrava muitos obstáculos, os gerais, ligados às condições do meio, em que a cultura era subestimada, e os particulares ou singulares, ligados ao meu lado meramente biográfico ou às circunstâncias de profissão, de residência, etc. Mas encontrava, também, algumas facilidades, ajudas inestimáveis, estímulos poderosos. No balanço, podia ser considerada uma carreira feliz. E não é possível, porque seria grave injustiça, esquecer, nesse sentido, o papel de José Olímpio, que acreditava em minhas qualidades de escritor, sobrestimava-as até. Claro que nisso influía a estima pessoal, e só ela, tão desvalioso era eu como influêcia, ou prestígio, ou qualquer coisa que não as minhas qualidades modestas de escritor e uma autêntica vocação que, esta sim, posso proclamar ter existido e resistido a tôdas as provas. E também a algumas facilidades. Pois jamais me julguei realizado, sábio, suficiente. Quanto mais vivi, mais humilde fiquei.

Oeste não foi sucesso de crítica ou de venda. Penso que a edição se esgotou no prazo médio comum ao ensaio brasileiro na época e por fôrça do prestígio da coleção. Oliveira Viana, como sempre, foi dos primeiros a me escrever, sôbre o livro, que, como de costume, elogiava descomedidamente, considerando-o “substancial ensaio de antropogeografia e sociologia regional”, “lançado naquelas linhas largas, amplas de arquitetura e estilo que são tão do seu feitio literário e que tão bem exprimem as suas superiores aptidões para as grandes sínteses”, concluindo: “O seu livro é o mais belo ensaio que até agora tem sido escrito sôbre as nossas populações pastoris”. A crítica era discreta, no entanto. Roberto Lira, que fazia um rodapé quinzenal, em *A Noite*, elogiava a “capacidade analítica do autor”, acompanhando os fatores políticos “em segura e metódica incursão”, para resumir seu juízo em uns poucos adjetivos: “Há o que respigar nas conclusões do Sr. Nelson Werneck Sodré, às vêzes traído nos paralelos e nas generalizações, mas o seu livro — orgânico, probo e sábio — faz a primeira conquista do Oeste para os sociólogos”.

Na *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo, apareceu, também, uma resenha crítica interessante, cujo final perdi. Para quem a escrevera, meu livro historiava “com sobriedade e clareza a grande conquista do bandeirismo paulista”; caía, no ca-

pítulo seguinte, no entanto, “num círculo vicioso de que o autor não consegue safar-se”. Mais detalhadamente: “Mas se não é possível discutir causas, mais modestamente se consegue expor os processos sociológicos que explicam a situação. E o autor não se furta à pesquisa árdua desses processos, embora sua predileção pela antropogeografia empreste excessiva importância aos fatores raciais e geográficos”. Em *Novas Diretrizes*, Azevedo Amaral publicava uma nota simpática, prometendo voltar com uma análise detalhada do livro. Essas apreciações, tendo o livro sido lançado em fins de 1941, são tôdas do ano seguinte.

Mas só em 1943, na *Revista Brasileira de Geografia*, em seu número de abril-junho, apareceu longo artigo de ataque ao livro, sem assinatura, e que, mais tarde, vim a saber ter sido escrito por um filho de Mato Grosso e estudioso já antigo de suas coisas. No Brasil, naquele tempo — hoje, nem tanto — havia a presença provinciana dos donos de determinados assuntos, os únicos autorizados a tratá-los, brandindo tôdas as armas contra os incautos que ousavam incursionar nesses latifúndios medievais. Mato Grosso era latifúndio desse escritor desconhecido mas abundante; ali nascera, e isso lhe parecia credencial insubstituível, que autorizava, com exclusividade, escrever sobre a sua história, a sua geografia, a sua geologia, o seu clima, a sua economia, as suas fronteiras, e tudo quanto houvesse de interesse ali. E escrevia, realmente, e guardava, ou divulgava em revistas pouco lidas, só existentes por força de verbas governamentais, dispensadas do apoio dos leitores e até da leitura; às vêzes em livros, de que pagava as edições, porque nenhum editor ousaria arriscar nêles dinheiro vivo, por invendáveis. Era criatura gregária, que se abrigava no largo e hospitaleiro remanso do Conselho Nacional de Geografia, e de sua revista, na qualidade de especialista em Mato Grosso. A êsse especialista, o meu livro desagradou profundamente e, assim, depois de longamente ruminar o que colhêra em paciente leitura, veio a público, sob anonimato — pois assim era mais conhecido — dizer de suas iras. Eu, naturalmente, jamais supusera ter pisado em calo tão sensível.

O crítico começava por discutir o título do livro: *Oeste*, por quê? E colocava diante de minha ignorância a divisão do País em regiões naturais. Êsse êrro — escrevia — era fonte de muitos outros, pois os limites do oeste, para mim, ora eram amplos, ora eram estreitos: “Em conseqüência dessa dupla

significação para o mesmo vocábulo, insinuam-se incongruências capazes de conduzir a graves erronias o leitor incauto". E quanto à bibliografia? Nela não constavam alguns viajantes antigos, particularmente antropólogos, e "os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso". O que êle não mencionava é que faltavam, também, os seus trabalhos. Eu cometera essa terrível omissão e, como castigo, levava pela cabeça aquela cacetada raivosa. Eu escrevera que Rodrigo César deparara, em sua viagem de 1726, a "uniformidade dos panoramas"? Vinha o meticoloso crítico e mostrava, decompondo aquela viagem em nove etapas, que não era tanto assim, porque havia, nos rios, mata de anteparo e corredeiras. Eu dizia que os elementos ligados ao pastoreio antigo eram "os bárbaros, os inconformados, infensos à autoridade, eternos fugitivos, inquietos, erradios"? Êle discordava: "Infra-tores do código penal sempre houve e haverá em tôda parte, até nas cidades supercivilizadas como New York, onde operam *gangsters*". Era o tipo de crítica que divertia, mais do que molestava. É aqui mencionada para dar as côres do nível cultural da fase em que vivíamos.

Está claro que *Oeste* pretendia muito mais do que podia alcançar. Eu não tinha o domínio das informações e das ciências necessárias à pintura de um quadro tão amplo. Desejei, por isso mesmo, limitá-lo: não trataria da área amazônica, mas apenas da área platina, daquela área em que o pastoreio se havia desenvolvido, desde as primeiras entradas do colonizador e desde que surgiram ali os primeiros estabelecimentos. O que os meus recursos científicos e de informação escrita me permitiram descrever ou reconstituir, não merece ser retomado. Mas o que colhi de minha própria observação e o que colhi de depoimentos orais — entre os quais, com inexcusável destaque, o de Clemente Barbosa Martins — ainda permanece de pé, como informação digna de conhecimento. *Oeste* ficou na edição inicial; jamais me interessei em reeditá-lo, e isso representa o meu próprio juízo sobre a obra. Seus defeitos não eram aquêles apontados, tão canhestramente, pelo crítico ressentido, que se perdia em nonadas. Eram muito mais sérios. Se tivessem sido os apontados por êle, apenas, o livro teria sido reeditado, seguramente. Mas aquelas páginas sobre a apropriação da terra no sul da província, pelas famílias oriundas do Triângulo Mineiro, aquilo que ouvi do velho que ali vivera menino e fôra prisio-

neiro dos paraguaios, e conhecera o guia Lopes e Senhorinha, isso merece continuar como fonte de leitura para os que desejarem saber como os brasileiros se apropriaram daqueles campos.

Depois de pouco mais de um ano em São Paulo — onde nasceu minha filha Olga, em dezembro de 1941, no dia em que os japoneses atacaram Pearl Harbour — fui promovido a capitão e designado para uma unidade de artilharia que deveria ser organizada no Rio e seguir para Salvador. Em junho de 1942, realmente, estava já na capital do País, empenhado em armar, com pouquíssimos recursos, aquilo que as autoridades militares denominavam, por triste eufemismo, um grupo de artilharia. A partir de então, estando eu no Rio ou estando em Salvador, Edgard Cavalheiro faria por mim, em São Paulo, o que Emil Farhat fizera antes, no Rio. Já em meados de julho, dava-me contas da situação de minhas colaborações em *O Estado de São Paulo*: “Fui ao *Estado* e mostrei o trechinho de sua carta ao Sérgio. Autorizou-me a procurar, nas coleções, o que tivesse saído. Infelizmente, somente encontrei o artigo sobre o Rio Branco. O restante está nas oficinas, à espera de vez. O Sérgio andou fora, de férias. Mas, mesmo que estivesse no lugar, nada teria saído, pois a situação lá dentro é de pânico. Infeliz ou felizmente, nosso amigo Dr. Abner não é homem para tais situações. Está levando, conscientemente (?), calculadamente (?) ou idiotamente o grande órgão à ruína”. José de Barros Martins, ainda em julho, dava notícias e fazia comentários, com as preocupações do momento:

“A luta, aqui, pelo papel torna-se cada vez mais angustiosa. A nossa coleção de cadernos ainda está parada, mas penso que até o fim do ano iremos ‘desencantá-la’, publicando dois ou três volumes iniciais, um dos quais será o seu. Quero ver se vou ao Rio na primeira quinzena de agosto e resolverei definitivamente com o Sérgio as diretrizes de nossa História do Brasil. Creio que você tem estado com êle e, naturalmente, êle já lhe falou sobre a sua parte. (. . .) Como vai a briga do Afonso Arinos com o Álvaro Lins? Naturalmente deve ser um assunto palpitante, aí no Rio, não? Li o *Diário* de domingo, com o artigo do Afonso Arinos, e estou esperando a res-

posta... Outra coisa interessante é a série dos artigos do Homero Pires contra o Luís Viana Filho. Que magnífica propaganda! E que sujeito de sorte êsse Viana Filho. Cada artigo do Homero Pires torna o seu livro mais interessante, e a edição já está esgotada... Aqui, continuamos na vida provinciana e industrial. Sem gasolina e sem grandes novidades. Estou tentando fazer uma grande coleção de literatura estrangeira, com Thomas Mann, Graves, Galsworthy, Lawrence, Faulkner, etc. O que você acha? Boas traduções e bem apresentadas. A dificuldade está sempre no papel. Maldito papel... Por que será tão difícil a sua fabricação?"

Convém explicar os assuntos de que Martins tratava. Antes de tudo, um esclarecimento: o Sérgio a que se referia Edgard Cavalheiro era Sérgio Milliet, redator de *O Estado de São Paulo* já antigo, vindo da fase dos Mesquita; o Sérgio a que se referia José de Barros Martins era outro: Sérgio Buarque de Holanda, então residente no Rio. Martins projetava editar uma grande História do Brasil, de autoria coletiva; esperava convencer Sérgio Buarque de Holanda a coordenar e dirigir a preparação dessa obra; ela não passou de projeto. Muitos anos depois, Sérgio Buarque de Holanda, já catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, realizou aquêlê objetivo, mas com outro editor. A polêmica entre Afonso Arinos e Álvaro Lins, aquêlê fazendo crítica no *Diário de Notícias*, e êste fazendo-a no *Correio da Manhã*, divertia a platéia, como se verifica do interêsse com que Martins a acompanhava. Os meios literários brasileiros eram ainda suficientemente provincianos para que constituísse acontecimento um espetáculo dessa natureza. E o público portava-se como o dos meninos que assistem uma briga de dois outros, incitando-os. Isso nada tinha a ver com a cultura, naturalmente. A coleção de cadernos que Martins prometia para o fim do ano só apareceu em 1943: eram livros de ensaios literários, principalmente, de pequeno formato, constituindo a coleção "Mosaico"; foi aberta com um livro meu, *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*. O livro de Luís Viana Filho, referido na carta, era *A Vida de Rui Barbosa*, que se vinha beneficiando, realmente, com a polêmica entre Homero Pires

e o autor. Como editor, Martins invejava aquêlê successo, nascido assim de fator estranho ao livro. A coleção de grandes autores estrangeiros não chegou a vingar; Martins lançou-se em outra direção, baixando o nível. Na coleção que se concretizou, appareceria um grande livro: o romance de Ana Seghers, *A Sétima Cruz*. A referência à falta de gasolina, que estava sob severo racionamento — com alguns furos de favoritismo, como sempre acontece, e ainda mais em regimes ditatoriais — lembra o espetáculo dos gasogênios, fonte de energia de que Fernando Costa era entusiasta e que dava aos automóveis um aspecto grotesco. Quanto ao problema do papel, que afetou gravemente jornal e livro, nem é preciso comentar: já representava um dos grandes escândalos de nossa economia.

Mas havia, naturalmente, quem se deixasse fascinar pelas letras, apesar de tudo. Apesar, também das provincianices da vida literária, esbaldando-se alguns na disputa do pouco que havia, particularmente em publicidade, para repartir. Esse provincianismo — quando o julgamento do confrade, como já foi dito, assume, para o escritor, importância suprema, substituindo o do público — revelava-se de forma estreita, sectária, agressiva, nas igrejinhas, fechadas como fortalezas medievais de levadiça permanentemente suspensa e largo fôssô, impenetráveis, sem permitir novos sócios e ingresso de pessoas estranhas. A êsse respeito, isto é, em relação a êsse aspecto da vida literária, uma pequena e terrível guerra permanente, Umberto Peregrino me contava, na última carta que recebi dêle em São Paulo, antes de vir para o Rio:

“Creio que te havia falado na possibilidade de vir a ser contemplado com o prêmio de ‘estréia’ de *Diretrizes*. O Samuel, espontâneamente, me indicou isso. Ora, eu só podia fazer o que fiz — agradecer (muito obrigado, Samuel, vamos ver) e esperar. Mas era preciso mais. E, dessa forma, surgiu um Tito Batini, que ‘empatou’ comigo e, no ‘desempate’, arrastou... Parabéns, Tito... Votaram com êle, Monteiro Lobato e Álvaro Moreira. Comigo, Roquete e Hermes Lima. ‘Desempatou’, Roberto Lira. Disseram, em *Diretrizes*, que eu me mantivera muito ‘discretamente’, e parece que o premiado teve por si o forte interêsse da editôra... É claro que eu não cheguei

a me chocar com o desenvolvimento do caso, mas aprendi algo que todavia continuarei sem aplicar... Concorri ao prêmio da Academia. Por concorrer. Se vier, bem, são dois contos. Se não vier, não alterou nada. E posso até me divertir, ganhando uma 'menção honrosa'".

Guardo em meus arquivos uma carta curiosa, assinada por Artur Vecchi, que dirigia a Editôra Vecchi: "Prezado Senhor. Valemo-nos da presente para levar ao seu conhecimento que nesta data veio à luz pública o livro de sua autoria *Orientações do Pensamento Brasileiro*, por nós editado, conforme contrato devidamente assinado. Fazemos votos para que tenha a boa acolhida que merece, e nesta expectativa apresentamos a V. S^a os nossos votos de elevada estima e aprêço". Nunca houve, que eu sabia, comunicação mais solene da publicação de um livro. Só aquêlê "veio à luz pública", seria suficiente, como ênfase, para alegrar o evento. Mas o livro, infelizmente, não recebeu a boa acolhida a que o editor se referia, já temeroso talvez. Como sempre, não me faltaria a carta de Oliveira Viana que, nêlê figurando, mais fazia avultar méritos que só êle via. Diferençava o meu livro de outros, do mesmo tipo, mas simples reportagens:

"No seu caso" — escrevia — "dá-se coisa diversa: sente-se que êle é obra de um crítico nato, de um historiador de literaturas, de alguém que já estudou os autores e os julgou com finura e penetração e apenas pede à *enquête* os elementos para determinar a configuração total de cada um dêles. Não se trata do simples exercício esportivo de um espírito curioso, amigo de detalhes íntimos e, às vêzes, indiscretos; mas de uma investigação em profundidade, obedecendo a um plano, a um sistema crítico, onde só se inquire aquilo que é essencial como elemento genético da criação literária e da psicologia íntima dos autores. Há ciência neste trabalho, e não curiosidade. Por isto mesmo, o seu livro é uma espécie de chave — a melhor, a mais segura — para um perfeito entendimento da obra dos autores focados nêlê. Pelo que me toca, posso dizer que espero, depois dêle, ser mais bem

compreendido do que até agora tenho sido no alcance e tendências do que tenho escrito. Não se podia, com mais larga compreensão e mais aguda penetração, apanhar melhor e mais finamente o significado superior e as intenções de uma obra. Compreendo, agora, o sentido profundo de algumas das suas perguntas, que me pareceram, a princípio, de simples curiosidade. . .”

O livro só mereceu um estudo crítico de certa importância: o de Elói Pontes, em seu rodapé de *O Globo*, em outubro. O nome de Elói Pontes é hoje pouco conhecido e, entre os que o conheceram, muitos lhe negavam importância. Certo, não era dotado de uma qualidade que é essencial no artista: sensibilidade. Faltava-lhe, também, cultura mais profunda e talvez mesmo mais extensa. Era, ainda, preconceituoso, na sua posição de esquerda. Seus trabalhos biográficos, entretanto — sobre Machado de Assis, sobre Euclides da Cunha, sobre Olavo Bilac, sobre Raul Pompéia — são copiosamente documentados, revelando pesquisa demorada e honesta. É a parte de sua obra que ficará. Sua crítica não era das mais penetrantes. Mas assentava na autonomia de pensamento — peado apenas pelos seus preconceitos e aversões — e na probidade. Jornalista, o que fazia — salvo as biografias, que lhe demandavam largo tempo — era apressado. Como, na crítica brasileira da época, situava-se na esquerda, seus rodapés eram lidos com atenção, mesmo por aqueles que lhe negavam méritos.

Elói Pontes começava, discutindo o meu livro, por recusar-me o título. “Haverá um pensamento brasileiro?” indagava. E respondia logo, de forma categórica: “Não nos parece”. Começava mal. Continuava discordando, logo adiante: “Estamos longe de concordar com Nelson Werneck Sodré, quando procura explicar o indianismo de Gonçalves Magalhães, José de Alencar e Gonçalves Dias”. Também discordava do que eu escrevera sobre o Modernismo. O Modernismo era situado, por Elói Pontes, desta maneira:

“Primeiro, não houve campanha modernista. Houve o seguinte: mortos os romancistas e poetas de valor fora de controvérsias, o picadeiro ficara deserto. Alguns pân-

degos entraram em cena, cabriolando, careteando e batucando. A platéia achou graça, mas não se deteve muito para bocejar de tédio. Segundo, o Modernismo veio também da França, por intermédio de Graça Aranha, que o impôs à *entourage* de mediócrs. Só Graça Aranha tinha prestígio, então, para tanto. Terceiro, não houve insurreição de nenhuma espécie. As insurreições dessa natureza exigem conhecimentos que não prevaleceram no caso. Ninguém altera os ritmos dos preceitos coletivos senão com provas claras. A ignorância não constrói nada. Seria triste e depressivo que tivéssemos de avaliar os passos de nossa formação intelectual por intermédio das bobagens que escolheram o título cômodo de *modernismo* entre nós. Não acreditamos que essas puerilidades inquietem, de futuro, quem quer que venha a examinar os fenômenos literários, sem influências outras, como acontece, hoje, com o Tristão de Ataíde e com o Álvaro Lins, por exemplo”.

Por aí se pode aferir quanto era preconceituoso Elói Pontes. Como o livro reunia escritores de tendências diferentes — e isso acontecia, é claro, obedecendo a um propósito — o crítico achava ruim: “A nosso ver, Nelson Werneck Sodré confunde os termos do problema. (...) Não percebemos de que modo aproximar essas personalidades, sem os precipitados entontecedores das substâncias adversárias”. Passava a apreciar cada um dos escritores de que meu livro se ocupava. Oliveira Viana “foi quem inaugurou mesmo os estudos de história em planos acima das simples coletâneas de papéis e alfarrábios”. Azevedo Amaral, “erudito e capitoso, quando escreve, sua obra perde certa unidade exposta sempre aos fluxos e refluxos dos acontecimentos”. Gilberto Freyre era qualificado por êle como historiador que “tem procurado imprimir sentido e importância episódios que o tempo moeu e desgastou sem remédio”. Acrescentava, numa botinada que atngia muita gente: “Não nos parece que suas pesquisas sôbre problemas que a faceirice literária denominou afro-brasileiros tenham relação com o que deveríamos chamar pensamento nacional, se existisse”. Álvaro Lins achava outra coisa mas era “uma espécie de bacharel em dispauteério”. Fernando de Azevedo era melhor aquinhoado: “uma das mais lúcidas e completas inteligências do Brasil contem-

porâneo". Vinham os escritores, em seguida. O crítico achava que êles nada tinham a ver com o pensamento brasileiro, e êste não existia. Graciliano Ramos se caracterizava "pelos conhecimentos da alma alheia"; José Lins do Rêgo ia "compondo uma famosa galeria de tipos"; Jorge Amado vinha escrevendo "romances em que procura definir e fixar os dramas das vidas obscuras e as tragédias das ganâncias sem freios". Mas, Lúcio Cardoso, por que Lúcio Cardoso? E lá vinha violenta botinada em Lúcio.

No final, Elói Pontes assoprava as moderdeduras ferozes com que me premiara:

"É pena que nos fixemos nas divergências. Nelson Werneck Sodré, crítico compreensivo, tendo dos fatos noções realistas, foge sempre aos moldes das crônicas superficiais. A crítica literária tem servido apenas de trampolim, na atualidade nacional. Elogiam-se os que distribuem empregos e sinecuras. Deprimem-se os outros. Silenciam-se os esforços de quantos não podem conceder títulos, benesses e mamatas. No meio disso, Nelson Werneck Sodré tem sido uma nobre exceção. Sua crítica não se perde nunca em verbalismos, idéias vagas e conceitos imprecisos. O que escreveu sobre as relações dos problemas econômicos com os fenômenos literários chega a ser novidade, entre nós, onde a crítica ou se esgota em babarês ou se transforma em exercícios exibicionistas. Espírito em dia com os preceitos dum realismo robusto, seus juízos sobre os *modernistas* e alguns dos vibrões mais recentes das letras não denotam paciências de longas análises. Assim pensando, assim dizemos. Dizemo-lo sem prejuízos dos conceitos que a intrepidez, a erudição e o bom gosto de Nelson Werneck Sodré nos sugeriram, de outros ensejos que lhe comentamos livros de crítica. É certo que êle nos acostumou às atitudes claras e às opiniões sem reticências. É certo, também, que teremos de aplaudi-lo ainda muitas vezes".

A crítica de Elói Pontes, que pode parecer insignificante, hoje, revelava muita coisa típica da fase literária que estávamos

atravessando. Um dos traços que merecem, nela, ser lembrados: a intransigência esquerdista, de forma alguma concordaria em reconhecer talento em escritores "do outro lado". Essa intransigência esquerdista — que, no fim de contas, ajudava tanto a reação, nas suas discriminações, mais radicais ainda — representava, em escala brasileira e na escala da época, a intransigência esquerdista que negava qualquer valor a escritores como Proust, Joyce, Kafka, porque não haviam sido esquerdistas e voltavam-se para os problemas psicológicos, de preferência a colocar os problemas políticos, de forma direta, intencional, deliberada e tomando posição. Seria longo discutir, aqui, as razões dessa intransigência, na escala mundial; sua correspondente, aqui, revelava muita coisa, e acentuadamente insuficiência de conhecimento científico e artístico, insuficiência no uso de métodos de análise específicos do pensamento revolucionário autêntico. Emil Farhat, que conhecia o plano do livro e a relação dos autores estudados, já me havia prevenido de que os meios literários, predominantemente de esquerda, estranhariam a inclusão de Lúcio Cardoso entre as figuras consideradas expressivas e, portanto, estudadas. Lúcio Cardoso viera do romance documentário — com *Maleita* e *Salgueiro* — para a ficção psicológica, introspectiva. No livro, sua presença indicava apenas respeito à realidade. Fazia parte da realidade a existência de determinada tendência, de que êle era expressão, como representante típico, individualmente qualificado. Como a presença de Alceu Amoroso Lima — que, depois, não se concretizou, mas por motivos independentes da minha vontade — corresponderia ao desejo de respeitar um dado que a realidade apresentava, isto é, a existência de uma corrente de pensamento espiritualista, de que o conhecido crítico era, sem a menor dúvida, autêntico representante. A estranheza de Elói Pontes não me surpreendeu, pois, mas também não me convenceu. E não era interessante, nêle, a intransigência esquerdista que impugnava o romancista Lúcio Cardoso e aceitava os ensaístas Oliveira Viana e Gilberto Freyre?

Minhas escolhas não haviam sido arbitrárias. O livro apresentava estudos sobre quatro ensaístas, Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Fernando de Azevedo. Gilberto Freyre, desde sua estréia com *Casa Grande & Senzala*, em 1931, era nome de grande prestígio; sua obra, prolongada em *Sobrados & Mocambos* e em *Nordeste*, não fôra ainda devidamente

criticada, vivendo do simples embalo apologético dos leigos; mas era inequívoco que representava importante etapa no desenvolvimento dos estudos brasileiros. Não era obra de historiador; nisso, Elói Pontes estava completamente enganado: se há lacuna visível, nos levantamentos procedidos por Gilberto Freyre, essa é a da história. Oliveira Viana também se ressentia, embora menos, da precariedade com que a história estava representada em suas interpretações; era um analisador preconceituoso do nosso passado, reverente ainda às deformações vigentes no campo da antropologia física — um racista, em suma — e fascinado pelas teorias e teses da antropologia social e da psicologia social dos fins do século XIX, já abandonadas pela própria ciência burguesa; mas representava, entre nós, e com relêvo, uma tendência renovadora, que abandonava a subordinação mecânica aos pequenos fatos e aos traços biográficos, substituindo-os por largas — e às vêzes vazias — generalizações. Azevedo Amaral, que viera do jornalismo político, evoluíra das simpatias pelo materialismo histórico, reveladas nos *Ensaio Brasileiro*, para as posições direitistas, já ostensivas em *O Brasil na Crise Atual*, mas elevadas à teorização mais ampla em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Era outra figura expressiva e respeitada de nossa cultura. E Fernando de Azevedo representava, finalmente, e representava muito bem, as reformas do ensino, o esforço para a estruturação da Universidade, o exemplo de cultura ligada a um dos problemas capitais, entre nós, que era o do levantamento e funcionamento do aparelho de transmissão sistemática da cultura. Desde sua passagem pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, na gestão Antônio Prado Júnior, onde realizara a reforma de 1928 e mobilizara selecionado grupo de educadores, Fernando de Azevedo era mestre em sua especialidade e aquêle que, nela, tivera oportunidades maiores de transformar a teoria em prática. Esse grupo de pensadores estaria completo se nêle figurasse Alceu Amoroso Lima.

No plano da literatura, aquêle representaria, e muito bem, porque muito em correspondência com a realidade — em que a chamada crítica impressionista era a única que existia — uma vez que exercera a função de crítico militante, a que estava de volta, então, por largo tempo e prestígio indiscutível. E a ficção ficava representada por dois regionalistas cuja obra, se bem que ainda em elaboração, conquistara já o público: José

Lins do Rêgo e Jorge Amado; por um romancista da qualidade de Graciliano Ramos; e, finalmente, por um representante da ficção psicológica, que era Lúcio Cardoso. Não se tratava, no caso, de escolha inteiramente ao meu arbítrio, de meus autores prediletos, daqueles com cujas teorias eu simpatizava ou afinava. Tratava-se de autores que o público havia consagrado, prestigiando-os. As escolhas obedeciam ao reconhecimento dessa consagração. Pessoalmente, eu não preferia a ficção de Lúcio Cardoso — e nisso não entrava critério político — mas respeitava o fato concreto de que êle representava determinada corrente, corrente que existia. Eram dados da realidade. Nos pequenos ensaios sôbre cada um — assentados na leitura atenta das obras dêles, da crítica qué essas obras haviam merecido e, particularmente, sôbre longas conversas, metódicas, em que eu buscava conhecer aquilo que, via de regra, é pouco conhecido — claro está que não era o meu julgamento que prevalecia, mas aquêle julgamento feito pelo público. Dir-se-á, e com certa razão, que eu conservava ilusões na imparcialidade, na neutralidade, e até no julgamento do público. Dir-se-á, e com certa razão, que tal julgamento é variável e por vêzes sensível a fatores não culturais. O que pode ser discutido, e o que deveria ter sido discutido, não era a escolha dos nomes, mas se os ensaios de interpretação da obra de cada um eram bem feitos ou não. Hoje, posso, eu mesmo, esclarecer que eram fracos, refletiam o nível de conhecimento a que eu conseguira atingir, as deficiências do método que eu adotara. A estrutura da obra, entretanto, ainda me parece válida.

CAVALHEIRO

A curta e agitada temporada no Rio — dois meses, junho e julho de 1942 — terminou sùbitamente. Nossa nova

Unidade de artilharia estava “pronta” (para as autoridades). No dia 10 de agôsto, canhões, caminhões, soldados, sargentos, oficiais, de cambulhada com passageiros comuns e carga comum, mulheres, crianças, papagaios, cachorros, etc., foram embarcados em um Ita — o Itaité — e, às escuras, tomamos rumo da Bahia. Foram três dias e meio de viagem, se bem me lembro. O certo é que chegamos a Salva-

dor no dia 13. Desembarcamos o que podia ser desembarcado e começamos a tratar da instalação da Unidade e das famílias; o quartel era no Forte de São Joaquim, velha construção colonial, à beira do mar, entre Água de Meninos e a Calçada, a que haviam pendurado apêndices mais modernos, sem nenhum respeito. Instalei-me em Itapagipe, próximo ao Forte do Monte Serrate. Nossa instalação, a da Unidade e a das famílias, foi surpreendida com os torpedeamentos. Escapáramos por pouco. Só então alguns verificaram o crime que havia em misturar civis e militares, mulheres, crianças e soldados, passageiros em viagem comum e tropa em deslocamento como operação de guerra. Dizia-se que submarinos alemães haviam esperado os nossos navios, em que se amontoavam e se misturavam pessoas e coisas tão heterogêneas, devidamente avisados pela espionagem. A maior parte dos torpedeamentos ocorreu junto à entrada da Baía de Todos os Santos. O número de vítimas, que foi grande, poderia ter sido muito maior, não fôra a relativa proximidade da costa. O que penso a respeito da criminosa irresponsabilidade — jamais apurada e, portanto, jamais punida — que levou à tragédia dos torpedeamentos, está em minhas *Memórias de um Soldado*. Posso, apenas, e de passagem, esclarecer que os criminosos, os espões, os traidores daquela época fizeram carreira; na medida de seus serviços contra o Brasil, foram premiados.

Era um fato nôvo, aquê. O Brasil, que vinha, pelas suas autoridades, sendo mantido numa neutralidade portuguesa — distribuindo tropas pelo Nordeste e cedendo bases aos Estados Unidos — era, agora, obrigado a suspender as cortinas e apresentar-se como aliado de Washington. O povo brasileiro, que só podia usar a rua para ir ao trabalho, praticamente, pois ajuntamento de “mais de um” dava cadeia, conquistou, temporariamente, o direito de protesto: o protesto ao lado do Governo, naturalmente. Nessa altura, os integralistas ganharam o apelido de “galinhas verdes” e a maioria dêles — todos, praticamente, salvo Plínio Salgado — passaram a ser furiosos “democratas”; os generais condecorados por Hitler e os militares que comemoravam, nos locais de serviço, as vitórias do Eixo, transformaram-se em fervosos americanófilos. Voltamos às boas com o “aliado tradicional” e lhe cedemos tudo o que pediu e o que não pediu, o que precisava e o que não precisava. Essas transformações surgiram em consequência do abalo acarretado

pela tragédia dos torpedeamentos e pela violência das manifestações populares, enquanto não foi possível controlá-las e, logo, impedi-las. Passamos a defender a democracia, mas não para nosso próprio uso.

As manifestações ocorreram por toda parte. Na Bahia, foram capitaneadas pelos estudantes e conquistaram as praças, com pronunciamentos exaltados. Tais manifestações timbravam em apoiar o Governo, para o revide, e em homenagear os militares, de quem se esperava o revide. Aquêles tolerou as manifestações, no primeiro momento, mas a verdade é que as temia mais do que aos ataques do Eixo; êste estava longe, e os manifestantes estavam aqui. As autoridades militares se constrangiam, via de regra: eram o sustentáculo, aqui, do que se pretendia combater fora daqui. A massa, porém, ficava satisfeita e via que começava, então, o processo que liquidaria a ditadura. Alguns, mais apressados, desejavam liquidá-la primeiro, para, depois, pensar no resto. Mas como, se agora, todos eram “democratas”? O inimigo havia sido evaporado; só havia aliados.

Contei de minhas impressões, em carta a Graciliano Ramos. Entre outras coisas que lhe contei estava o detalhe de que, no meio das vítimas dos torpedeamentos, havia muitos simpatizantes do Eixo. Graciliano me deu conta do que se passava no Rio, em seu estilo vivo, cortado, sêco, extraordinariamente irônico, quase ferino, nessa carta:

“Meu caro Nelson: recebi há dias a sua carta de 4 de setembro, que naturalmente me deu muito prazer. Uma felicidade V. ter ido para a Bahia. Se tivesse viajado mais para o norte, estaria agora feito herói ou mártir, o que seria inconveniente à literatura. Logo que chegou aqui a notícia do suicídio dêsses nazistas a que V. se refere, o pessoal das escolas saiu à rua, fizeram-se discursos diante do jornais, houve gritos, canções patrióticas e até sambas carnavalescos, absolutamente impróprios. A multidão não tem discernimento, canta e berra maluquices, dá vivas e, depois de algumas horas de excitação, está rouca e suada. Foi um espalhafato regular. Como, porém, não eram permitidos *meetings*, sem ordem especial, no segundo dia os oradores modificaram o entusiasmo e tiveram a prudência de meter nos discursos os elogios necessários à autoridade.

Apesar disso, a força dissolveu os comícios, dando conselhos paternais e risonhos ao povo enfurecido. Lembraram-se as vitórias, diversos alemães receberam pancadas, houve três dias de manifestações de solidariedade ao Presidente da República e, por sugestão do Ataíde, levantaram-se nas ruas montes de ferro velho. Ao cabo duma semana de exaltação, os ânimos esfriaram. Presos certos elementos perigosos da extrema-esquerda, notou-se que êles exageravam, envenenavam a opinião pública: entre nós, não existe quinta-coluna. Respiramos aliviados. Findas as demonstrações coletivas, os sentimentos populares traduziram-se em caricaturas e prosa abundante, nas paredes da Galeria Cruzeiro, que se transformou num enorme jornal, agora desaparecido. Estava sendo muito livre, denunciava figuras respeitáveis, homens de cultura pesada, até senhoras, e, em consequência, morreu. A Galeria Cruzeiro foi raspada e lavada, retiraram-se todos os papéis de xingação. E estamos calmos, estamos calmos em demasia, sem disposição para realizações notáveis. Mergulhamos suavemente numa espécie de banho morno, numa preguiça mole. Aparentemente, não sabemos quais são os nossos inimigos. Terão, na verdade, os alemães torpedeado os navios? Parece que não foram êles. No comêço do ano publiquei, na Argentina, um artigo sôbre a decadência do romance brasileiro, coisa que felizmente os meus amigos não leram. Um as afirmações desagradáveis. Como não haveríamos de estar em decadência? Vivemos dormindo, alguns sonhando histórias bêstas que julgam romances e, em conformidade com hábitos péssimos da terra, são elogiados por amigos inescrupulosos. Tão cedo não teremos livros como *Bangüê*, *Jubiabá* e *João Miguel*. Essa gente secou. Adeus, meu caro Nelson. Falei na revista sôbre a remessa de seus cobres. E, receando que haja esquecimento, insisto diàriamente na recomendação. Um abraço do — Graciliano Ramos”.

A carta de Graciliano era do início de outubro. No início de novembro, Edgard Cavalheiro transmitia as novidades literárias de São Paulo. Havia sido lançados alguns bons livros: o de Luccock, na “Biblioteca Histórica Brasileira”, da editôra

Martins; a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; o *Fortes Coloniais do Brasil*, de Edgard de Cerqueira Falcão, álbum de fotografias das velhas fortificações brasileiras. A colaboração em *O Estado de São Paulo* continuava com os mesmos problemas: “o Sérgio disse que V. pode mandar os artigos. Eles sairão, embora demore um pouco. Sai uma página por semana, e essa página comporta cinco ou seis artigos. O número de escritores continua grande. Claro que o Sérgio sempre dá preferência aos melhores. Isso quer dizer que as suas chances são sempre maiores do que as da maioria. Escreva, pois, e mande”. A Martins ia lançar, finalmente, a coleção de ensaios literários planejada há muito: “Sôbre os cadernos, tenho uma boa notícia. Sairão, finalmente. A coleção chamar-se-á ‘Mo-saico’, e será aberta com o seu trabalho. Ele já se encontra em segundas provas. Como vê, bem adiantado. Sairá, no máximo, em princípios de 43. Temos um bom papelzinho para a série. O segundo volume será do Mário de Andrade, *Baile das Quatro Artes*. Em terceiro lugar, o Câmara Cascudo. Há, também, um trabalho do Bastide, e muitos outros mais em perspectiva”.

Essas informações eram complementadas pelas que Artur Neves, da Companhia Editôra Nacional enviava. O livro didático sofrera mudanças e essas mudanças atribulavam a Editôra: “Imagine você que até março seremos obrigados a publicar nada menos de quarenta livros didáticos secundários, inteiramente refundidos e de acôrdo com os novos programas de ensino. Esse trabalho de readaptação de tôda a nossa coleção de obras para os cursos ginasiiais nos tem deixado malucos. Estamos refazendo, em três ou quatro meses, o trabalho realizado em dez anos. Não é de admirar, portanto, que tôda a minha correspondência tenha ficado atrasada. Além disso, o Sr. Octales tem feito freqüentes viagens ao Rio, para tratar de assuntos ligados ao nosso programa de edições didáticas e, com a sua ausência, o meu trabalho aumenta”. Apesar de tudo, haviam sido lançados alguns títulos importantes: *Obras Completas*, de Álvares de Azevedo; *Viagens no Nordeste do Brasil*, de Koster; *O Rio de Janeiro de Antanho*, de Afonso de E. Taunauy. Estavam para sair as *Obras Completas* de Tomás Antônio Gonzaga, preparadas por Rodrigues Lapa, e *Bororos Orientais*, do Pe. Colbacchini. Havia outra novidade: “O Dr. Fernando recebeu um convite do govêrno americano para uma visita aos

Estados Unidos. Talvez êle aceite a tentadora proposta: viagem paga de avião, três meses de estadia e uma boa ajuda de custo". Fernando de Azevedo declinaria do convite, contudo; êste e outros, para sair do Brasil, foram recusados. Êsse educador e ensaísta, com obras vertidas para outros idiomas, jamais se afastou do País.

Artur Neves alinhava, finalmente, o melhor que havia acontecido:

"Por aqui, as novidades andam curtas. A única coisa digna de nota foi a eleição da nova diretoria da Sociedade de Escritores Brasileiros. Foram apresentadas duas chapas: uma com o nome de Menotti del Picchia, Cândido Mota, Oswald de Andrade e outros escritores de nomeada. A outra, de oposição, era composta de nomes de literatos mais moços. Pois bem, a chapa da oposição saiu vencedora, depois de um renhidíssimo pleito, que teve a virtude de entusiasmar os céticos literatos dêste planalto. Eis como está constituída a nova diretoria da Sociedade: Presidente: Afonso Schmidt; Vice-Presidente: Abguar Bastos; Secretário-Geral: Mário Neme; 1º Secretário: Edmundo Rossi; 2º Secretário: Paulo Zingg; 1º Tesoureiro: Almiro Rolmes Barbosa; 2º Tesoureiro: Edgard Cavalheiro; Conselho Fiscal: Ernâni da Silva Bruno, Rui Bloem, Vítor de Azevedo, Tito Batini, Luís Martins. Não sei se v. faz parte do quadro social da SEB. Vou lhe mandar os estatutos e uma proposta, para v. ter uma idéia do programa dessa instituição".

Assim, a geração do Modernismo era, agora, passada para trás; os jovens não acreditavam mais naquelas catacumbas famosas, queriam gente menos gasta, capaz de enfrentar a nova sociedade que estava sendo fundida no calor da maior guerra de todos os tempos. Gente que tivesse da literatura uma nova concepção também, O fato era sintomático dessa mudança e dessa rebeldia, dessa recusa à reverência fácil, dessa repulsa ao tipo de literatura que, começando pelo espetáculo da Semana de Arte Moderna, encerrara-se, melancolicamente, na consagração acadêmica.

Pelas revistas norte-americanas, eu acompanhava o sucesso — evidentemente fabricado — do último romance de Vicki Baum. Lembrei a José Olímpio a tradução desse romance, que poderia vir a ser bem vendido, claro que não pelas qualidades literárias — Vicki Baum não pertencia à literatura — mas pelo caráter folhetinesco que certamente provoca o interesse do grande público. Daniel Pereira não era do mesmo parecer: “Como V. sabe pelos anúncios, traduzimos quase toda a obra dessa mulher. Infelizmente. Ela não tem importância literária que justifique sacrifícios, e nem comercial. Ainda por cima, os editores portugueses puseram em circulação, entre nós, sem terem direito a isso, mais de três mil livros (pelos meus cálculos, pode ser até mais) da V. Baum. O José protestou, mas era tarde”. Tratava-se de prática que se tornou costumeira, como a da venda de direitos autorais para “países de língua portuguesa”, que vem, desde tempos os mais recuados, prejudicando as nossas editoras. O movimento de livros, apesar da guerra, apesar do papel difícil e caro, aumentava rapidamente. Esse aumento chegava até a assustar os editores:

“O José anda satisfeito, sim — continuava a carta de Daniel. Apenas um pouco preocupado com a superprodução de livros que está havendo. V. aí não tem talvez verificado, mas tem saído livro como diabo, Nelson. V. não imagina. Toda espécie de livros, de tudo quanto é editor, e produzido de todas as maneiras possíveis. As traduções enxameiam, e más traduções. Nós, que procuramos a fina flor dos nossos escritores, temos grandes dificuldades em apresentar trabalhos corretos, e então os outros, pelo menos a maioria, que ou não querem ou não podem pagar bem, ou não têm escrúpulos nem responsabilidades, e lançam tudo à matroca? É uma concorrência séria, que editores como o José e Octales sofrem. E sem estar na gente remediar. Isso pelo menos nos obriga a um extremo rigor na apresentação das edições: livros bons, boas traduções (quando se tratar de livros estrangeiros), boas apresentações, boa publicidade e boa distribuição. Porque 43 vai ser duro, nesse sentido. E acredito que vai haver novidades entre editores”.

Os planos editoriais da Livraria José Olímpio Editôra eram grandes. Nêles se demorava a carta de Daniel:

“Finalmente, resolvidas agora dificuldades de papel com a tipografia (tivemos nova alta, em cêrca de vinte contos), o Sílvio Romero vai entrar em impressão. Pelos meus cálculos, lá pra março a obra tôda estará pronta. As revisões já se acabaram, é só imprimir os cinco volumes. O Nelson Romero está radiante. E, por falar nêle, fêz há pouco um livro, *A Pronúncia do Latim*, e ontem, êle, ao contar-lhe que ia escrever a v. me pediu que lhe desse um abraço. Por êsses dias êle vai mandar um exemplar a v. *Casa Grande*, depois de cuidadosíssimas revisões, principalmente do autor, vai também sair. Em fevereiro, talvez. Vai trazer uma bibliografia das obras citadas e consultadas muito boa, índice de nomes, de matérias, o diabo. O Gilberto está entusiasmado. É uma edição realmente refundida. Não nas conclusões, nem no método, é claro. Mas na forma e noutros detalhes de importância. Ficarão, os dois volumes, com mais de setecentas páginas. (...) Em janeiro sairão, também, os romances *Moll Flanders*, do Defoe meu xará, e *Daphne Adeane*, do Baring. V. possivelmente os conhece em inglês. São magníficos os dois. E em traduções ótimas do Lúcio e do Oscar Mendes. Fiquei maravilhado com o Baring. Que escritor! Editar assim dá gôsto. Não é essa borracheira que grande parte, entre nós, escreve. É um serviço que o José presta às nossas elites, publicando obras tão fundamentais da ficção. Pelas conversas que tenho, aqui, com nossos escritores, a maioria não conhece êsses livros. Gente de muito boa cultura literária, como o Zé Lins, por exemplo, não conhecia os *Cossacos*, que o Almir traduziu bem”.

Em 1942, minha colaboração na imprensa limitava-se a dois ou três artigos mensais em *O Estado de São Paulo* e aos ensaios que *Cultura Política* divulgava. Naquele, em novembro, prestei a merecida homenagem a Azevedo Amaral, então falecido. Ligava-me ao grande jornalista uma estima que se originara

na simpatia intelectual, desde a leitura dos *Ensaioes Brasileiros*, e que se aprofundara no conhecimento pessoal, em 1937. Por muitos títulos típica, a figura de Amaral era, por alguns títulos, singular, pitoresca, curiosa. Cego já na maturidade, em consequência do tracoma, sua vitalidade não se reduzira por isso. Nem sua alegria de viver, associada àquela. Amava a luta, a polémica, o debate. Esses aspectos se haviam conjugado perfeitamente, ajustando-se e aprimorando-se, no *Correio da Manhã*, mas aquêle matutino que refletia o temperamento de Edmundo Bittencourt: desabusado, combativo, irreverente. Nem fôra Amaral uma singularidade, ali, pois, em outra fase, mas com o mesmo espírito, o *Correio da Manhã* conhecera e contara com figuras do mesmo feitio, embora cada uma com características especiais: Mário Rodrigues, em quem a paixão, ao escrever, traduzia-se em virulência, e Osvaldo Costa, mais próximo do tipo de Amaral, culto, bem informado, argumentando com vigor mas sem destemperos. Em Amaral, os anos da vida jornalística, na oposição ou na situação — Bernardes chegara a proporcionar-lhe um jornal, com a só exigência de defender o Governo — haviam gerado incurável ceticismo: não acreditava nos homens e muito menos em povo. Sabia como se formava a opinião. Quando aderiu ao Estado Nôvo, divergimos radicalmente, abertamente, irremediavelmente. Isso não afetou, entretanto, a estima em que o tinha. Nêle, o que jamais me foi possível aceitar — e talvez, não sei, porque nunca apurei, tivesse base em razões aceitáveis — foi o estipêndio da *Light*. De qualquer forma, Azevedo Amaral foi um dos nossos grandes jornalistas e, ao lado disso, ensaísta de primeira ordem, cujas obras não podem ficar desconhecidas, quando se pretenda apreciar o desenvolvimento das idéias no Brasil.

No último dia do ano, meu artigo no *Estado* era sôbre o livro de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, volume que tratava da fase colonial e que, infelizmente, não teve seguimento. O autor estreara, em 1933, com a *Evolução Política do Brasil*, primeira tentativa de interpretação do nosso passado pelo materialismo histórico, ensaio pioneiro, cujos méritos, consideradas as condições da época, são irrecusáveis. No volume inicial em que, agora, dez anos depois, retomava o estudo de nossa história, Caio Prado Júnior, curiosamente, distanciava-se do materialismo histórico. Mas o livro representava, sem dúvida alguma, avanço importante no gênero. Estávamos,

com êle, já em outro plano qualitativo, nos domínios da historiografia brasileira, não apenas em relação aos predecessores que apenas se subordinavam à simples exposição dos fatos políticos superficiais, de que Varnhagen era o representante mais típico, com seguidores no século XIX e no século XX, como em relação aos que, em nossos dias já, haviam abandonado a simples exposição para oferecer a análise dos fatos e, em alguns casos, até mesmo dos processos, de que se poderia apontar como exemplo a Oliveira Viana, embora as suas obras, a rigor, não estivessem compreendidas no campo da História. O livro de Caio Prado Júnior apresentava ângulos novos de velhos problemas e, desde logo, a curiosa inovação de emoldurar a análise histórica, preliminarmente, no quadro geográfico em que ela se desenvolveu. Antônio Sérgio vinha de fazer o mesmo, em relação à história de Portugal, com o volume preliminar, relativo à iniciação geográfica. Em Caio Prado Júnior havia, realmente, o estôfo de um geógrafo — mais talvez do que o de um historiador — como comprovam alguns ensaios, infelizmente sem seguimento também, que seriam mais tarde reunidos ao livro de estréia e lançado como *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. O que importa destacar, aqui, é que *Formação do Brasil Contemporâneo* foi o grande livro de 1942. Pena que a obra jamais tivesse sido continuada. Seria importante, sem a menor dúvida, a interpretação de Caio Prado Júnior sobre o Brasil dos séculos XIX e XX, o Brasil autônomo em suma. O autor desviou-se, entretanto, para outros campos, e ficamos privados disso.

Isolado na Bahia, com os contatos mantidos pela correspondência com os amigos, que me punham ao corrente do que ia acontecendo na Côrte e adjacências, minhas horas eram absorvidas pelo serviço no quartel, agora alterado em seu ritmo pela entrada no Brasil na guerra, as que sobravam, e não eram muitas, pertenciam à família e às atividades literárias, particularmente às leituras, agora demoradas. Ali, sem outras preocupações que não as profissionais, às vêzes realmente exaustivas, encontrei a pausa de que todos necessitamos, periódicamente, e que pode se resumir até na mera substituição da atividade de rotina, que cansa pela repetição, por outra atividade que, só em ser diversa, nos faz repousar. Conhecer a Bahia é uma experiência extraordinária, obrigatória para todo brasileiro culto, cuja cultura, pelo menos em relação ao conhecimento do próprio

País, é insuficiente se não se completou assim. Claro está que não se trata, aqui, do conhecimento turístico, vago, superficial, apressado, fixado no pitoresco. Este, quando lá estive, já atraía figuras conhecidas de estrangeiros, norte-americanos particularmente, que davam suas impressões depois e comprovavam quão por alto haviam percebido os segredos baianos. É evidente que pessoas pouco preocupadas com a cultura, em sua mais ampla significação, encantam-se facilmente com a côr local, a nota inédita, a coisa pitoresca. Na Bahia, com velhas igrejas, por exemplo, ou com terreiros de macumba, a que são levados por motoristas de praça, afeitos a fazer o visitante gastar o seu dinheiro. Pessoas assim deveriam dispensar-se de visitar a Bahia: poderiam conhecê-la em filmes documentários, e a conheceriam melhor. Não vou, aqui, entretanto, alongar-me, contando as impressões da Bahia: elas ficaram mais na sensibilidade do que na memória e não estão tôdas ligadas a fatos, a lugares, a pessoas, mas ao ambiente, àquilo que existe pela conjugação e coincidência de vários fatores. Nas *Memórias de um Soldado* contei alguma coisa a êsse respeito. Muito poderia ser acrescentado, mas demandaria alongamento que não me posso permitir.

O mais importante jornal baiano — apesar da tradição de *A Tarde*, de Simões Filho — era o órgão local da cadeia de Chateaubriand, o *Diário de Notícias*. Seu diretor, então, era o poeta pernambucano Odorico Tavares, que vinha, realmente, transformando o jornal, permitindo-lhe a primazia a que me referi. No *Diário de Notícias* mantive, durante quase todo o tempo em que vivi na Bahia, e a partir de 1943 — até fevereiro de 1944, portanto — colaboração quase diária. Fiz ali meia coluna, no canto direito, ao alto, da quarta página — em que aparecia a matéria opinativa e as colaborações — sem assinatura, porque firmada apenas pela inicial de meu prenome. Essa crônica dos acontecimentos tinha o título geral de “Esquina”, sugerido pela paginação, e o título particular associado ao tema. Os motivos eram os mais variados, na maioria ligados à guerra em desenvolvimento, mas também a coisas locais: impressões da visita que fiz a Canudos ou à Casa da Tôrre, comentários sôbre as feiras, crítica à mania de mudar o nome das velhas ruas baianas, para emplacar a vaidade de pessoas vivas (nos dois sentidos da palavra). Como se sabe, os nomes de rua são uma forma de, mantidos, sustentar a tradição. Na Bahia, a tradição

estava por tôda parte, em muitas coisas, mas estava também no nome das ruas. Trocá-los, para acalentar vaidades, tentar fugir ao tempo, que apaga os detalhes e despeja as insignificâncias, servir ao carreirismo desenfreado, parecia-me errôneo. As ruas novas é que deveriam receber nomes novos. E os nomes antigos injustiçados: o de Lucas Dantas, ali mesmo, na Bahia, por exemplo. O mártir da rebelião gorada de 1798 tivera o seu nome escondido na placa de um escuso beco, em que não havia uma só casa. Já verificou, leitor, como as grandes figuras de nossa história — é claro que me refiro às populares — não estão nas placas das ruas, mas as de pessoas desconhecidas, as donas Zulmiras, as donas Marianas, e os de pretensas personalidades, como aquelas ligadas à nobreza do Império?

Nos primeiros dias de 1943, Edgard Cavalheiro contava as novidades paulistas. Também êle gozava o resultado das eleições na Sociedade Brasileira de Escritores: “Vencemos brilhantemente a eleição da Sociedade Brasileira de Escritores. Imagine que queriam botar o Menotti, Cândido Mota Filho e outros medalhões na diretoria. Reagimos e botamos uma mocidade barulhenta e irreverente. Foi uma eleição disputada, com muitas brigas, como era natural”. A respeito de minha colaboração na imprensa, as informavões eram mais favoráveis do que antes: “Seus dois últimos artigos, sôbre o livro do Caio e influência do livro americano, já saíram, o primeiro dia 31 e o segundo dia 29. Com os duzentos cruzeiros que recebi do *Estado*, liquidei seu saldo devedor na Livraria Martins. Estás quietes, portanto, com o nosso editor. O artigo sôbre o livro americano saiu como sendo *copyright* da Interamericana, pois o Sérgio Milliet, que se interessa muito por você, achou que lhe podia cavar mais uns cobres extras. Assim, além dos cem cruzeiros do *Estado*, terás direito a outros cem cruzeiros, que a Interamericana paga por fora. A verba é pequena e são muitos os interessados. Mas sempre se arranja um jeito de meter os bons amigos no meio dessas comidas. Diga, portanto, o que devo fazer dêsses cem cruzeiros. Ainda não recebi por falta de tempo, mas até o fim da semana devo tê-los em meu poder. Vá mandando mais artigos. O Sérgio vai para os Estados Unidos, dia 24, mas ficará o Afonso Schmidt no lugar dêle e é a mesma coisa”. No mais, Cavalheiro estava preparando, para a Martins, uma antologia de contos brasileiros e outra de contos estrangeiros, esta com a limitação de autoria, pois só abrangeria autores mortos.

Isso excluía o famigerado “Chuva”, de Somerset Maugham, que Cavalheiro considerava uma obra-prima; Kipling ficaria de fora porque a Companhia Editôra Nacional era dona de seus direitos autorais em nossa língua; Bret Harte estava excluído porque já havia norte-americanos demais: Poe, Twain, O. Henry, Hawthorne; Flaubert e Dostoievski também não entrariam porque havia limitação quanto ao número de páginas. Essa antologia foi um sucesso, vendendo dois mil e quinhentos exemplares em vinte dias; para a segunda edição, em preparo, havia já pedidos para mais de mil exemplares. Reinava, então, a praga das antologias.

A de autores brasileiros mostrava como, na realidade, nossa literatura já alinhava alguma coisa expressiva, no gênero. Antologias assim tinham sempre páginas obrigatórias: “Missa do Galo”, de Machado de Assis — autor de três ou quatro contos como não há melhores na literatura universal; “Pedro Barqueiro”, de Afonso Arinos, que me parece estar decaindo, com o tempo, do prestígio antigo; “O Homem que Sabia Javanês”, de Lima Barreto; “Bebê de Tarlatana Rosa”, de Paulo Barreto; “O Plebiscito”, de Artur Azevedo; “Ninho de Periquitos”, de Hugo de Carvalho Ramos; “Chão de Terra Preta”, de Amadeu de Queirós, dono de outros contos excelentes; “Galinha Cega”, de João Alfonsus, que bastaria para consagrá-lo; “A Morte da Porta-Estandarte”, de Aníbal Machado, que, entretanto, escreveu alguns outros contos do mesmo nível. Outras escolhas dependiam do gosto pessoal: “Gaetaninho”, de Antônio de Alcântara Machado; “Meu Sósia”, de Gastão Cruls; “Circo de Coelhoinhos”, de Marques Rebêlo; “Sonosukê”, de Orígenes Lessa; “Gapuiador”, de Peregrino Júnior. Cavalheiro selecionara alguns que não teriam sido escolhidos por mim: “Firmo, o Vaqueiro”, de Coelho Neto; “Porque Matei o Violonista”, de Ernâni Fornari; “A Caolha”, de Júlia Lopes de Almeida; “O Jardineiro Timóteo”, de Monteiro Lobato (de que havia outros, a meu ver melhores); “Uma Noite de Chuva”, de Ribeiro Couto; “Contrabandista”, de Simões Lopes Neto, em cuja obra eu escolheria outra história; “O Crime do Tapuio”, de José Veríssimo, que bem merecia que sua reduzida obra de ficção fôsse reeditada; “Nísia Figueira, sua Criada”, de Mário de Andrade. Não havia sido escolhido ainda o conto de Valdomiro Silveira, que tinha alguns excelentes, nem o conto popular anônimo, cuja escolha caberia a Lindolfo Gomes, nem a lenda indígena, a ser

procurada na coleção levantada por Barbosa Rodrigues. “O público não é refratário ao conto”, escrevia Edgard Cavalheiro. Esta seria uma velha conversa dos editores. O fato é que as antologias de contos, a partir daí, se multiplicaram.

As coisas acontecem, às vezes, da maneira mais imprevista. Sempre me causou espécie a refratariedade, em nosso meio, ao livro encomendado. A rotina editorial, aqui, era sempre a mesma, sem as exceções da praxe: o autor, escrita a obra, levava-a a um editor (ou a vários, sucessivamente); o editor examinava os originais e decidia da publicação ou não. Não era norma sistemática, como hoje é, cada editora ter pessoas (no Brasil, geralmente escritores) encarregadas de ler e opinar sobre originais que esperavam decisão. Isso acontecia, mas como fato isolado e, curiosamente, quase sempre com originais de conteúdo político (no sentido vulgar da palavra). Editor encomendar determinada obra era raríssimo, meramente accidental. Entidade cultural fazê-lo, excepcional. Ora, Edgard Cavalheiro deparara com um desses casos excepcionais, em que entrava, como traço curioso, não algum editor ou alguma instituição cultural, mas um Banco, embora indiretamente. Não era uma encomenda de livro, mas o favorecimento para que o livro fôsse escrito. Ele me contava isso, em carta dos fins de janeiro:

“Estou com três longos (ou brevíssimos) meses de licença do Banco. Aconteceu simplesmente o seguinte: por simples curiosidade, andei lendo uns livros sobre republicanos e República brasileira. O do Silveira Peixoto, o do José Maria dos Santos, o do João Dornas Filho, o do José Maria Belo, etc. Um dia, cismei que havia um grande tipo inaproveitado entre os republicanos. O Glicério. O mulato que, na época da sua morte, chamaram de Patriarca da República, o único que, não doutor, no meio de tantos doutores, o único que, realmente, sabia bem para onde ir e que marchou direito ao seu fim. Um grande tipo humano, sobretudo. Pois bem, meu caro Nelson, ainda há descendentes diretos do homem, entre nós. Fiquei conhecendo um neto, ou melhor, dois netos e uma filha. Gente encantadora. E que — caso raro — guardou todo o arquivo do Glicério. Arquivo organizadíssimo. Com muitas cartas, muitos rascunhos. Um arquivo ótimo, para

um futuro biógrafo. Como a boa fortuna andava me cor-tejando, numa conversa com o Dr. Abelardo Vergueiro César, que é o atual Secretário da Justiça, aqui no Estado, contei-lhe as descobertas que fizera e o interêsse em bio-grafar o Glicério. Imediatamente, o Abelardo me confes-sou que era sobrinho um pouco longe do homem e que eu devia, realmente, biografá-lo, que êle me ajudaria no que fôsse possível. Entreguei-lhe, então, um *ultimatum*: ar-range-me uma longa licença no Banco, com todos os ven-cimentos. Nada mais fácil, para quem é Secretário da Jus-tiça. O meu Banco é semi-oficial. E o homem tem pres-tígio. Aqui estou eu, portanto, há uma semana, dedicado inteiramente às pesquisas sôbre a República e os repu-blicanos. Uma boa vida, sem dúvida. Agradável e útil. Tenho lido bastante sôbre o assunto. Estou primeiro pro-curando conhecer com segurança o meio político e social no qual se desenvolveu a propaganda republicana. Ainda não tenho um plano definido. Mesmo porque a família do Glicério não me entregou o arquivo. Estão ajeitando. Es-sa gente é muito desconfiada! Com certeza vão esconder o mais importante para um biógrafo: as fraquezas do bio-grafado. Mas não há de ser nada. O material é muito bom, mesmo o material que arrumei e estou arrumando aqui por fora”.

Edgard Cavalheiro não realizou êsse projeto. E foi pena: era um escritor probo, claro, talentoso e tiraria o melhor par-tido do arquivo que lhe seria colocado à disposição. A figura de Glicério, tão importante em vida, esmaeceu quase inteira-mente depois de sua morte. Do que conheço em tórno de sua vida, é claro que de sua vida política, seria possível tecer um quadro do regime republicano, de que êle foi, a certa altura, personalidade de singular destaque.

Em fins de fevereiro, as dificuldades já se apresentavam de forma desanimadora ao pesquisador: “Aguardo sua carta, a propósito do Glicério. Estive no Rio e trouxe muita coisa de lá. Estou lidando com um material muito bom, no que diz respeito ao biografado, mas encontro-me num mar de coisas ruins, no que diz respeito ao aspecto da política e das condições sociais do fim do Império e comêço da República. É a êste respeito

que desejaria suas indicações, como homem entendido no assunto”. Havia outro problema, na carta, ligado êste às suas funções na Editôra Martins:

“Como v. não deve ter esquecido, estás incluído na comissão de um concurso de biografias que o Martins instituiu. Êsse concurso foi um fracasso. Apareceram somente três originais. E os outros membros da comissão julgadora — Sérgio Buarque, Afonso Arinos de Melo Franco, Rubens Borba de Moraes, Souza Filho — resolveram não conceder o prêmio a nenhum dos originais. Ora, com quatro votos contra, será inútil mandá-los a você, não acha? Em nada viria alterar o resultado, que é o de não se conceder o prêmio. Tomei, portanto, a liberdade de assinar o parecer por você. Quero, portanto, que me escrevas uma carta aérea, com urgência, dando a respectiva autorização. Mas tudo isso quanto antes, pois precisamos publicar a notícia e, se aparecer alguma ‘encrenca’, desejo estar garantido”.

Claro que atendi prontamente êsse pedido. A carta, de 24 de fevereiro, trazia um PS: “Seu caderno, enfim, está saindo. O primeiro exemplar acaba de chegar. Achemos que está uma beleza. Vou colocá-lo, via aérea, para você, neste momento. Acuse recebimento, dizendo impressões”.

Nos primeiros dias de março, os assuntos de Cavalleiro eram os mesmos: a nova coleção do Martins, em que saíra o meu livro; o problema de minha colaboração no *Estado*; e o seu trabalho na biografia do Glicério. Quanto à colaboração, as coisas haviam piorado, novamente: “Hoje saiu um artigo seu, sôbre Gilberto Amado. Isso quer dizer que tens mais cem cruzeiros ao teu dispor. Vou tratar de recebê-los, quanto antes, isto é, na próxima segunda-feira, pois o *Estado* agora fixou um dia para pagamento dos vales dos colaboradores. Os outros artigos seus estão com o Schmidt e irão saindo conforme fôr possível. Tenho cotucado o Schmidt, mas a culpa não é dêle e sim da carência de espaço. Quando o Sérgio estava aqui, êle dava um jeito de meter algum fora da página, mas o Schmidt nada tem conseguido. A escassez de papel continua aterradora”. Sôbre

o Glicério, poucas linhas: "Ainda voltarei a falar com v. a propósito do Glicério. Estou com um material de enlouquecer qualquer biógrafo. Imagine que disponho de quinze copiadores, cada um com trezentas e cinqüenta páginas, de tôdas as cartas escritas pelo Glicério num período que vai de 1882 a 1899. Muita coisa será revelada de nôvo. Mas êste é assunto para uma longa carta, que não posso escrever hoje". As informações sôbre os cadernos eram entusiásticas: "A estas horas, você já deve ter recebido os primeiros exemplares do caderno. Que tal achou? Diga com franqueza. Como v. terá visto, é uma tentativa de fazer algo nôvo. É certo que nem sempre o nôvo é o melhor, mas é preciso variar, não acha? Por aqui, está causando a melhor das impressões. Repare que a qualidade do papel, nesta época, é um milagre. Gosto muito do formato. Enfim, cabe a v. dizer o que achou".

É claro que achei tudo excelente. A coleção "Mosaico" teve relativo sucesso, proporcional às suas modestas pretensões e, também, às suas características. Nela foram incluídos alguns títulos de alta qualidade, depois, particularmente de crítica literária, cujo desaparecimento faz muita falta aos estudiosos. Trazia, entretanto, entre as características, o germe do que a liquidaria: os volumes eram de pequeno formato, com limitação do número de páginas e, embora a apresentação gráfica, a começar pelo papel, fôsse muito boa, o preço de capa era baixo. Ora, estávamos, naquela época, começando a fase de liquidação das livrarias, uma das mais desoladoras conseqüências da descomodida valorização dos imóveis, ligada à guerra e à inflação. As fases sucessivas eram, pouco mais ou menos, as seguintes: onde havia uma livraria, passava a existir uma camisaria ou uma sapataria; onde existia uma camisaria ou uma sapataria, passava a funcionar um Banco. O dinheiro era a mercadoria mais procurada. O problema do livro, tão grave em suas conseqüências e em seus reflexos no desenvolvimento da cultura, está principalmente na comercialização. Não cabe aqui discutir tal problema, e mostrar como a comercialização, feita ainda nos moldes do século XIX, é que está estrangulando o desenvolvimento do livro entre nós. O fato é que — no que afeta diretamente ao nosso assunto — o espaço, para os livreiros, passou a ser muito importante. Ora, livro pequeno ocupa espaço e não dá lucro. Para o livreiro, o livro pequeno é uma praga, de que deseja ver-se livre. Para o editor, é um instrumento de ganhar o pú-

blico. Enquanto o produtor do livro está interessado em baixar o seu preço, o comerciante está interessado em aumentá-lo. Recebendo de trinta a quarenta por cento do preço de capa de cada livro (o autor recebe dez por cento), o livreiro prefere, naturalmente, ter nas prateleiras livros de preço alto (claro que tudo dentro dos limites além dos quais o fator se torna negativo). Em um álbum de pintura, por exemplo, cujo preço de capa atinge, sem nenhum caráter excepcional, quinhentos contos de réis, os quarenta por cento do livreiro correspondem a duzentos contos. Ora, tôda a tiragem de livros pequenos, de baixo preço, supondo que fôsse vendida por um só livreiro, de uma só vez, não lhe proporcionaria duzentos contos. Tudo, é claro, em valôres da época, 1943, representado em contos de réis para veracidade, pois o cruzeiro, já com dois valôres cuja diferença é mil, não pode proporcionar a relação que desejo evidenciar.

OBSTÁCULOS

Sem ser pròpriamente livro encomendado, aquêle que inaugurou a coleção "Mosaico", *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, surgira de proposta do editor Martins, que desejava dispor de um título, a prazo curto, para lançar aquela coleção. Êle sabia, evidentemente, das proporções modestas, em têrmos de lucro, a que a coleção estaria condenada, pelas suas próprias características. Tinha experiência muito grande e conhecimento do ofício, para acalentar qualquer ilusão a respeito. Com uma coleção de tais dimensões, e voltada deliberadamente para a crítica e o pequeno ensaio literário, assuntos de público selecionado e escasso, visava, evidentemente, ligar à sua casa editôra, que se vinha impondo, e que precisava pavimentar o seu caminho ascensional, alguns prestigiosos nomes das letras brasileiras. Os obstáculos de ordem material, realmente insuperáveis, obrigaram-no a encerrar a coleção, depois de uma dezena de títulos lançados. Mas os seus objetivos estavam alcançados e não havia mais razão de ser, de qualquer ordem, para a coleção. Tudo isso eu sabia, pela estima que me ligava a José de Barros Martins e pelo convívio com êle entre 1941 e 1942, em

São Paulo. Havia, de minha parte, por outro lado, o desejo de escrever um ensaio em que denunciaria os equívocos da crítica em relação à minha *História da Literatura Brasileira*, que, em vez de discutir os aspectos importantes, limitara-se a apontar os nomes que nela haviam sido omitidos. O ensaio, por isso, não caberia como apêndice ao próprio livro objeto daquela crítica, em edição futura, o que seria absolutamente inadequado. Não poderia, também, constituir um outro livro, pelas dimensões e pela impropriedade e falta de interesse em torno do problema. Um caderno, um pequeno volume, era a solução. Quando ela apareceu, abracei-a com entusiasmo. Eu havia afirmado que seria preferível uma história da literatura sem nomes próprios do que uma apenas cingida ao rol dêles. Pretendia, concretamente, demonstrar a tese. O livrinho não tem outro mérito. Serve — mas isso não foi notado — para provar quão fracos eram ainda os meus conhecimentos de materialismo histórico e de dialética marxista para tratamento de fenômenos e processos tão complexos como os da criação literária e de sua história nacional.

Pondo de parte, como sempre faço aqui, o que, em relação àquele trabalho, apareceu na imprensa a título de notícia ou de comentário sem maiores pretensões, a *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil* só mereceu, que tenha chegado ao meu conhecimento — eu estava na Bahia — um estudo digno de menção. Foram dois rodapés publicados, em março, na *Fôlha da Manhã*, de São Paulo, por Antônio Cândido, em sua seção “Notas de Crítica Literária”. Ao longo dêsses dois rodapés, o crítico aprecia muito mais os métodos vigentes de exercício da atividade que era a sua do que o livro propriamente. Dividia a crítica literária, entre nós, em dois períodos: antes e depois de Sílvio Romero que, para a nossa história literária, havia sido “um acontecimento”, ocupando “o primeiro lugar nessa ordem de estudos”. Estudava o método aplicado por Sílvio; apreciava ligeiramente o de José Veríssimo, que considerava mais crítico que historiador; mencionava a mediania de Artur Mota; mostrava como já era tempo de dar um basta ao livro de Ronald de Carvalho. Acrescentava, depois:

“E assim é que chegamos até hoje sem uma obra que substitua a de Sílvio, avelhantada e inatual. Ninguém se

aventurou ainda provido do necessário senso histórico, com espírito crítico e uma compreensão nítida da literatura como fenômeno de cultura numa sociedade. O escritor que nos levou a essas considerações, o Sr. Nelson Werneck Sodré, é autor de um livro singular, intitulado: *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos.* (...) O velho Sílvio, com todos os seus defeitos, continua sem sucessor. Pôsto o que passaremos, no próximo artigo, ao comentário do único escritor que talvez venha a se candidatar com algum fundamento à vaga tentadora — o Sr. Nelson Werneck Sodré”.

Como havia prometido, o crítico voltava ao tema, na semana seguinte. Começava por analisar a minha *História da Literatura Brasileira*, em que, dizia, eu “ficara nitidamente aquém do alvo visado”, porque a obra se caracterizava por “uma perfeita justeza nos propósitos e uma completa ausência de aplicação do mesmos”. Dessa forma: “Não se sente o condicionamento, as interrelações; por todo êle persiste o tom paralelístico, como dois trilhos que o autor, bem intencionado, tentasse unir num só e que continuassem impavidamente lado a lado, zombando das suas boas intenções”. Ora, na *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, acontecera o inverso: indo “além do objeto”, eu apertara “o desenvolvimento literário com o econômico-social num abraço tão robusto que o primeiro quase passa para o segundo plano”. Seu julgamento estava expresso pouco adiante: “O que eu censuro nesse livro não é o seu critério, que me parece perfeitamente viável e aceitável, — mas o fato de, na realidade, êle não ter sido aplicado. No de agora, apressado e esquemático, censuro o autor por ter deixado aberta para um mal-entendido que logo indicarei”. Sua conclusão era interessante:

“Dêsse modo, se não temos no Sr. Nelson Werneck Sodré um substituto de Sílvio Romero, temos nêle, sem dúvida, a única esperança de um provável historiador da nossa literatura. Seu grande mérito, nunca assaz louvado, consiste no esforço de adotar um critério objetivo e real, que substitua a supervalorização dos fatores individuais na

evolução da cultura — um dos produtos do idealismo subjetivo que a moral burguesa foi buscar para fundamentá-la, como assinala Emanuel Berl. Contra essa atitude intelectual nefasta, que é uma atitude de classe, tudo o que aparece vem a propósito. É necessário que a consideração do nosso destino social e a visão clara da relação do homem com as coisas venha trazer a sua contribuição para um nôvo humanismo — que não parta da desconversa espiritualista, mas do estabelecimento definitivo da posição do indivíduo dentro da sociedade e em face das coisas, trabalhadas pela sua técnica e postas ao seu serviço. Ora, para tal, tôda filosofia que se baseia num ontologismo qualquer, — com suas fórmulas despistadoras, como ‘dignidade da pessoa humana’, ou ‘destino próprio do homem’, ou ‘irredutibilidade do destino do indivíduo’ — é inútil ou perniciosa. E todo pensamento que encarar a dialética do homem e da coisa sob o seu ângulo verdadeiro, vendo nela a finalidade da evolução social, estará contribuindo para que se faça justiça na terra e clareza no pensamento. Razão pela qual só se pode encarar com simpatia os esforços mais ou menos felizes do Sr. Nelson Werneck Sodré”.

Como às vêzes acontece, o crítico em questão, bastante festejado na época, utilizava a mim e aos meus dois livros para exteriorizar os seus modos de ver, o seu pensamento, a sua posição. Só se pode dizer que era uma boa posição. Lástima que êle a tenha abandonado.

Há, anda, certo detalhe, associado ao pequeno trabalho meu que inaugurou a coleção “Mosaico”, que só alguns anos depois chegou ao meu conhecimento e que assinala, também, não só as deficiências da vida literária brasileira, na época, dominada por femininas tricas e futricas, como os seus inequívocos traços provincianos. Em conversa, numa roda de intelectuais, na redação de *O Estado de São Paulo*, teria surgido a acusação de que, no livro publicado há pouco, eu teria nada mais nada menos que plagiado uma conferência pronunciada por Guilherme de Almeida. Antônio Olavo Pereira, o romancista de *Marcoré*, irmão de José Olímpio, participante daquela conversa, contou-me isso, mas muito tempo depois, com o detalhe saboroso de que o poeta, presente à reunião, não desmentira a acusação,

sorrindo, com a modéstia da vítima que não protesta mas deixa aos amigos êsse encargo. Acontece que jamais fui amigo de Guilherme de Almeida; talvez tenha conversado com êle duas ou três vêzes, na Livraria Martins, local que ambos freqüentávamos. Acontece mais: eu não conhecia a conferência de que êle era autor; não a ouvira, não a lera, não sabia dela nem por comentários de terceiros. Acontece, por último, mas isso me parece essencial, que, não sendo admirador de sua poesia, apesar de sua habilidade artesanal e de suas qualidades de tradutor de poesia francesa, era-o ainda menos de sua prosa, que não me despertava o mínimo interêsse. Além disso, se havia escritor distante do meu modo e até de modelos que eu porventura apreciasse, êsse era, sem qualquer dúvida, Guilherme de Almeida. Assim, se me inclinasse a furtar frutos de trabalho literário alheio, não seria a êsse florido pomar que me dirigiria.

Coisas dessa natureza jamais me aborreceram. Eu conhecia bem o nosso meio literário para supor que, trilhando os seus caminhos, fôsse possível permanecer imune aos processos nêle dominantes. A existência, a vigência dêsses processos assinalavam imaturidade cultural. Essa imaturidade ficava denunciada, como já tive oportunidade de mencionar, pela preponderância da vida literária sôbre a criação literária, consumindo escritores as suas energias muito mais naquela do que nesta. Se o tempo, o esforço e a energia consumidos por alguns na afanosa luta para destacar-se na vida literária fôsem empregados na aquisição de cultura e na conseqüente criação literária, é de se crer que teriam aparecido, entre nós, algumas obras-primas. Perdemos tais obras, que tanto teriam feito avançar a cultura, em nosso País, pela ânsia com que o seus possíveis autores lançavam-se às insídias, às intrigas, às campanhas de difamação ou de silêncio, contra competidores reais ou potenciais.

A disputa de lugares, às vêzes modestos, absorvia esforços enormes e despertava impulsos destruidores. O mais rendoso dêsses lugares era o de crítico literário em algum dos grandes jornais do Rio ou de São Paulo, do Rio particularmente, pois São Paulo não consagrava ninguém, só ao Rio pertencendo essa qualidade. Outro lugar, paróquia de renda mais modesta do que a de crítico mas disputadíssima, era a de noticiarista literário ou de encarregado de organização de suplemento literário de um grande jornal. Dessa eminência, dominava-se a planície em que mourejavam os párias cuja atividade era o estudo e a

modesta criação literária que se sepultava nos livros. No fim de contas, cada geração tem o seu Valentim Magalhães. O importante não era isso — que isso passa, é uma ilusão como outra qualquer, fixando apenas a subalternidade da área literária em nossa sociedade. O importante é que começávamos, então, a evoluir dêsse amadorismo espinhoso para uma profissionalização mais dura ainda, aquela em que a criatura dotada de pendor ou conhecimento literários passa a ser roldana ou parafuso das gigantescas engrenagens que a massificação dos meios de transmissão montam e que a reduz a simples bagaço, mas que decorre, naturalmente, espontâneamente, do alastramento das relações capitalistas e do domínio que passam a exercer sôbre tôdas as manifestações culturais.

Dêsse ponto de vista, com o livro, pouco a pouco, passando à categoria de mercadoria, ou melhor: passando o livro a valer unicamente ou preponderantemente como mercadoria, a cultura seria compelida a subordinar-se às exigências do mercado. E da satisfação ou não dessas exigências é que viriam sucessos ou fracassos que poderiam embalar ou ferir a vaidade autoral. Senti isso de perto quando, na Bahia, recebi uma carta muito interessante, que merece ser conhecida na íntegra. Vinha do editor das *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Começava com uma conta em que, subtraindo a parcela do estoque da parcela da tiragem, verificava-se que haviam sido vendidos quinhentos exemplares daquela obra. E, por isso, o editor estava desolado. Suas queixas eram copiosas. Vamos ver como se manifestava:

“Pelo que se verifica, infelizmente o livro não obteve o sucesso desejado, apesar de que foi bem apresentado, sendo ademais impresso num papel dos melhores, que havíamos guardado para êle, e que hoje não há mais. Quanto às vendas mensais do seu livro, damos um resumo para seu govêrno: em agôsto, segundo mês da saída do livro, vendemos dois exemplares; em setembro, um exemplar; em outubro, nenhum exemplar; em novembro, nenhum exemplar; em dezembro, dezoito exemplares (quinze enviados para representante, conta depósito). Nessa marcha, não conseguiremos vender trinta exemplares por ano, e podemos contar como certo o encalhe de mais de quatrocentos exemplares pois que, se agora ainda vendemos dois

ou três exemplares por mês, daqui a um ano ou dois não sairá nenhum exemplar por mês, pois quanto mais tempo passa depois do lançamento de um livro, é natural que os pedidos escasseiem cada vez mais, até cessar por completo. Levando-se em conta o movimento do livro de V.Sa., ao qual dispensamos o maior carinho, não só quanto à parte gráfica como também apresentação, papel empregado, etc., o que foi feito com grandes despesas de nossa parte, ainda mais nesta época, em que tudo aumentou extraordinariamente, e não tendo nós a sorte de ver devidamente recompensados êsses sacrifícios, pensamos em fazer a V.Sa. a proposta de pagar-lhe os mil e quinhentos exemplares [engano: a tiragem fôra de mil e duzentos exemplares] do seu livro, gozando V.Sa., excepcionalmente, do desconto de cinquenta por cento sôbre o preço de capa. Já antes da publicação do seu livro, havíamos receado, baseados em nossa experiência com outros livros nacionais, que talvez nos fôsse prejudicial a sua edição, fazendo-lhe nessa ocasião uma proposta para que sua percentagem fôsse condicionada ao número de exemplares vendidos, o que não foi aceito por V.Sa., e embora, então, quiséssemos insistir, mostrando-lhe a justeza de nossas razões, não o fizemos, devido a que, estando os originais havia muito tempo em nosso poder, tal insistência de nossa parte pudesse ser interpretada como se estivéssemos agindo de forma a que nos retirasse os originais, o que absolutamente não era e nem poderia ser verdade. Se agora lhe propomos o que acima ficou dito, isso é devido ao fato de que, como a nossa boa vontade já foi bastante demonstrada, e da qual, aliás, V.Sa. é merecedor, sentimo-nos mais à vontade para fazê-lo, mesmo porque não podemos impor, e sim apenas sugerimos uma coisa que sabemos ser razoável, uma vez exposto a V.Sa. o nosso prejuízo com a edição. Ficamos na expectativa de suas estimadas notícias, e subscrevemo-nos, atenciosamente, Casa Editôra Vecchi Ltda. O gerente, A. Vecchi”.

Era tremenda ducha fria em minha vaidade autoral. E, além de tudo, havia a proposta para transformar-me em livreiro, “gozando” da vantagem excepcional do desconto de cin-

qüenta por cento sobre o preço de capa. Mas eu não podia, em plena guerra, na Bahia, apesar de tantas vantagens, mudar de profissão, nessa altura da vida. Tinha um contrato: a editôra teve de cumpri-lo.

E tudo ia mal nesse primeiro trimestre de 1943: o editor queria me pagar com os meus próprios livros, minha colaboração no *Diário de Notícias* da Bahia pertencia ao “esforço de guerra”: era anônima e gratuita; a do *Estado*, de frequência incerta; a de *Cultura Política* estava com o pagamento atrasado. Graciliano Ramos era revisor dessa revista; foi para êle que apelei, como amigo certo e conhecedor dos bastidores daquela publicação. Tardou um pouco a responder, com o seu horror a escrever cartas. Mas, em 29 de março, decidiu-se:

“Meu caro Nelson. Sim, recebi a carta que V. me mandou quando cheguei a meio século — lembrança que muito me comoveu. Não dei logo resposta porque ando cheio de obrigações horríveis e o jeito que tenho é virar selvagem. V. me desculpará e, desejando qualquer coisa daqui, não deixará de escrever-me algumas linhas. A carta em que se referia ao pagamento da colaboração foi entregue, depois do telegrama, equivalente a um recibo. Tranqüilizei-me. Várias vêzes havia falado nisso — e sempre me diziam que o dinheiro tinha seguido. Agora, houve um atraso de cinco a seis meses na tesouraria, o que desgostou e afastou diversos colaboradores. Aqui só existe um original seu (Sentimento de Nacionalidade na Literatura Brasileira), que há dias foi para a composição. Os últimos artigos saíram nos números 18 e 19, parece. Continuarei a atazanar D. Heloísa, para que ela não se esqueça de mencionar o seu nome nas fôlhas, coisa que faz regularmente com todos, porque escreve conversando. Falei ao Almir sobre a remessa da revista, e soube que ela tem sido enviada pontualmente. Como é possível que tenha havido extravio, o rapaz da expedição lhe remete agora os números que lhe faltam, de agosto para cá. Adeus, caro Nelson. Esta literatura vai ficando medonha. Já tivemos um romance oficial, aprovado num Ministério, com informações, pareceres, despacho, em papel selado, etc.

Para onde vamos, seu Nelson? Um abraço do — Graciliano”.

No início de abril, Edgard Cavalheiro interrompeu silêncio já longo em nossa correspondência. Estava absorvido em várias coisas, tocando apitos diversos e chupando cana:

“A razão do meu silêncio está simplesmente no controle em que andei por causa de umas tentativas que ando fazendo, numa estação de rádio aqui da capital, a Rádio Gazeta, recentemente inaugurada. Imagine que eu, em companhia do Carlos Lacerda, metemos na cabeça teatralizar para o rádio os livros infantis do Monteiro Lobato. Primeiramente, escrever um número de programas bem vasto, que não desse margem a interrupções, uma vez começado. Em segundo lugar, a escolha das vozes, ensaios, etc. Um trabalho dos diabos. Mas me parece que a coisa vai ser um sucesso. Ainda não lançamos o programa. Pensamos fazê-lo no próximo dia 20. Os ensaios e a escolha de vozes estão no fim e acredito que a nossa empresa vai marcar época nos meios radiofônicos. Não queira saber como diverte e absorve essa coisa de rádio. O resultado dessas atividades foi um descuido quanto ao Glicério, que ia indo muito bem. Estou, presentemente, lendo e anotando os copiadores de cartas do meu biografado. São quinze copiadores, com quatrocentas páginas cada um. Mais de cinco mil cartas. Um material fabuloso e virgem. Creio que posso realizar um livro bom. Não esquecerei o seu oferecimento; quando chegar a oportunidade das consultas, escreverei longamente a você sobre o assunto. Por enquanto, estou na correspondência. Depois de lida e anotada a correspondência expedida, vou ler e anotar a recebida. O homem era organizadíssimo. Uma figura bem interessante, meu caro Nelson. Mais importante do que parece. Tenciono narrar, com minúcias, como se fez a propaganda republicana. E o período tormentoso da consolidação. Mais tarde, lhe mandarei o plano. Por enquanto, ainda está em esboço. Cada copador é uma caixa de surpresas. A verdade é que a coisa vale a pena ser contada”.

A fase era de más novas: “Quanto ao seu caderno, *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, está causando a melhor das impressões. Mando-lhe os dois rodapés que, na *Fôlha da Manhã*, publicou o Antônio Cândido. Por enquanto, foi o que de melhor saiu. Assinado, saiu mais uma crônica, de Álvaro Augusto Lopes, de Santos, que mandarei para você assim que juntar alguma coisa. O que fôr saindo, encaminharei para aí. As pessoas com quem tenho conversado, sôbre o livrinho, quase sem exceção, gostaram, e muito. Tenho promessas de artigos sôbre êle. Veremos quantos cumprirão a palavra. O Martins está satisfeito por tê-lo lançado”. Ainda bem. Porque o pior vinha em seguida:

“Vamos, agora, ao assunto ingrato desta carta. Junto com esta, além dos recortes, v. encontrará um recorte do seu artigo “Vulgarização Científica”, que o *Estado* publicou hoje. Fui, imediatamente, retirar o vale, com o Sérgio, que reassumiu o cargo ontem. Pois bem, qual não foi a minha surpresa ao saber que você tinha sido cortado. Que, em lugar de cem mil réis, ou cem cruzeiros, só lhe pagariam setenta e cinco. Estranhei com o Sérgio e êle me disse que, embora tivesse protestado, ao receber a nova tabela, nada pôde fazer. São ordens de cima. Do Gabriel Monteiro e Pelágio Lôbo. Naturalmente, é uma ordem geral, mas mesmo assim não deixei de receber o vale sob protesto. Posso lhe informar, particularmente, que a ordem não é tão geral assim, pois outros colaboradores (Luís Martins, Emanuel Benningsen, etc.) continuam a receber os velhos cem cruzeiros. Aconselho você a dirigir uma carta ao Abner ou ao Gabriel Monteiro. A vista disso, pedi ao Sérgio Milliet que me devolvesse os dois originais que tinha de você, e êles estão, agora, comigo, à espera das suas ordens. Acho que é um desafôro o corte. Em todo caso, quem manda é você. Diga se quer que eu os entregue assim mesmo. Posso garantir que o Sérgio se mostrou aborrecido com a história e que tudo foi feito à revelia dêle, que sômente ontem reassumiu o cargo, pois chegou dos Estados Unidos dia 1º do corrente. Em todo caso, recebi os setenta e cinco cruzeiros que, juntamente com os cem cruzeiros do artigo, perfazem cento e setenta

e cinco cruzeiros. Estão ao seu dispor, isto é, estão à espera de suas instruções. Assim comō os originais de dois artigos. Eu desisti completamente de escrever para jornais. Levam a vida inteira para publicar e parecem estar fazendo favor para a gente. Bolas. Vou escrever livros ou vou para o rádio de uma vez, deixando essas amolações para os outros. (...) Por aqui, nenhuma novidade. O movimento literário está completamente parado”.

Algum tempo antes, outro amigo, Emil Farhat, desistira de escrever livros, para escrever artigos de jornal. O caso do *Estado* não tinha nada de estranhável e só a pura ingenuidade oriunda do generoso espírito de Edgard Cavalheiro explicara a sua revolta. Os Gabriel Monteiro da Silva, os Pelágio Lôbo, como os Dario de Almeida Magalhães, bem sabiam que é sempre fácil, numa sociedade como a nossa, economizar à custa do trabalho e em particular do trabalho intelectual. Eu tinha menos ilusões, já compreendera o que era a mais-valia. Sabia que, para fazer carreira literária, teria de penar muito, e não apenas dos agravos de ordem material, mas principalmente daqueles de ordem ética, a que as criaturas de cultura, de classe média, são particularmente sensíveis. Nossos homens de pensamento, no entanto, eram como Edgard Cavalheiro, enfureciam-se quando o agravo era na vaidade, uma película altamente enervada que lhes cobre o corpo e envolve os pensamentos. Ignoravam, ou simulavam ignorar, as razões da ordem capitalista que, como as do coração, não se subordinavam à razão, embora um dos livros da escrituração mercantil se chame também “razão”. Parece que, no caso, segui o conselho do meu amigo e correspondente, porque, em carta de 24 de abril, êle dizia: “De acôrdo com você, quanto ao caso da colaboração do *Estado*. Eu também desisti de escrever. Não paga a pena. Tanta amolação para ganhar uma ninharia. Na Sociedade dos Escritores fizemos uma reunião e, nessa reunião, deliberamos protestar contra o corte promovido pelo *Estado*. Mas, que adianta protestar, se o jornal agora é do Govêrno? Enfim, a solução é aguardar melhores dias, que virão, sem dúvida alguma. Fico com os seus dois artigos, esperando a resposta que o Gabriel vai dar a você”. E passava a outros assuntos:

“O Odorico Tavares já me tinha escrito, a propósito da sua colaboração aí. Não conheço o Odorico pessoalmente, mas me correspondo às vezes com êle. (...) O programa na rádio foi um sucesso. Estreamos ontem. Vamos radioteatralizar todos os livros infantis do Monteiro Lobato. A julgar pelo sucesso de ontem, vai ser algo de muito ‘falado’ por aqui. O Glicério continua. Estou debruçado, pacientemente, sôbre a correspondência do homem. Já li doze copiadores, num total de quatro mil e oitocentas páginas. Coisa alucinante. Há umas cartas para Saldanha Marinho e Silva Jardim que esclarecem um mundo de coisas. Creio que vai sair um trabalho muito sério e que vai obrigar muita gente a reformar pontos de vista. Ah! êste material nas mãos de um Nabuco, meu caro! Que livro não sairia! Sabes que às vezes me assunto com os rumos que estão tomando minhas pesquisas? É tarefa gigantesca e me sinto tão fraco. Principalmente por estar num campo tão estranho para mim, como é o histórico. Mas não há de ser nada. Com paciência e coragem tocarei o livro”.

Ao fim, sua carta abordava assunto ligado às minhas atividades: “Estou muito curioso com a *Síntese de História do Brasil*, que você está escrevendo. Ainda há dias, conversava com o Artur, da Editôra, sôbre a falta que está fazendo um livro nesse sentido. Êle me disse que o sucesso editorial seria único. Citou exemplos, como *Estados Unidos de Ontem e de Hoje*, na Coleção Espírito Moderno, do qual se vendeu milhares de exemplares. Creio que êsse livro seu vinha a calhar para essa coleção da Editôra e posso lhe adiantar que o Rocha uma vez já me falou na falta de uma coisa como essa para a coleção. Sua idéia é excelente e que você e realizará integralmente não há dúvida de espécie alguma”. Em outra carta, de julho — nesse ínterim muita coisa acontecera: êle se transferira da Martins para a Editôra Globo; eu permanecera no *Estado*, que voltara atrás no corte do pagamento de meus artigos — insistia naquele assunto:

“Fico esperando a *Síntese da História do Brasil*. Quando você mandar os originais, eu lerei sim. Caso a Editôra não se interesse pelo livro, quem sabe a gente

acerta com a Globo? Vamos iniciar uma coleção de autores brasileiros. Abre a coleção o José Geraldo Vieira, com um grande romance, *A Quadragésima Porta*. O volume nº 2 é a obra do Simões Lopes Neto, num único volume. Esta coleção terá dois formatos. Formato gigante e pequeno. O pequeno é assim como *Um Lugar ao Sol*, do Érico, e o gigante, como *Gato Preto*. Nessa coleção, entrarão todos os gêneros. Mas o melhor é v. concluir o livro, mandar pra gente ler. A conversa fica para depois. Outra coisa: está faltando, na nossa bibliografia, uma História do Brasil bem escrita, uma história que dê, em trezentas páginas, a evolução do Brasil. Uma coisa assim como *Estados Unidos de Ontem e de Hoje*. Conhece? Pois um livro nesse sentido seria um sucesso editorial e literário muito grande. Você é o homem para escrevê-la. Não quer fazer um plano e me mandar? Quem sabe a gente combinaria alguma coisa . . . Um livro desse jeito poderia muito bem ser encomendado pela Globo, em boas condições para v. O ideal seria você fazer um plano e traçar logo de cara algumas páginas, para dar idéia aos homens do Sul de como seria o livro. Isto é uma idéia minha. Diga o que pensa”.

Eu estava escrevendo, nos poucos lazeres baianos, o que preferi denominar *Síntese de História do Brasil* e que tomou, depois, vindo a público, o nome de *Formação da Sociedade Brasileira*. Escrevia vagarosamente, como não podia deixar de ser, com interrupções às vezes longas. Mas o trabalho ia crescendo e eu estava contente com êle. Devo ter mencionado o fato, nas minhas cartas, para que Cavalheiro voltasse a êle com frequência. Sua noção de História, porém, era diversa da minha. O modelo que apreciava e citava sempre, *Os Estados Unidos de Ontem e de Hoje*, não era do meu agrado. A idéia que os editores faziam de um livro de trezentas páginas, com a exposição da história brasileira, de maneira elegante, era aquela que, em termos concretos, gerara a *História da Inglaterra*, de André Maurois, ou a obra de Will Durant sobre o desenvolvimento histórico da Filosofia. Era vulgarização, em suma. Ora, ninguém mais distante desses modelos do que eu, ninguém menos preocupado com a vulgarização. Maurois era suficientemente au-

dacioso para, sendo crítico e ficcionista de grande público, atirar-se à História. Faltava-me essa audácia. Tinha demasiado respeito pela História para seguir tal exemplo. Não me lembro do que escrevi a Cavalheiro, sobre o assunto. Por longos anos, escrevendo à máquina, obedeci ao hábito salutar de guardar cópia de minhas cartas, da correspondência expedida, como guardava a correspondência recebida. Contingências da vida, porém, assim como me forçaram a destruir, por mais de uma vez, numerosos livros de minha biblioteca, obrigaram-me a destruir os pacotes em que, cuidadosamente em ordem, estavam arquivadas aquelas cópias. É por isso que estou escrevendo estas memórias à base da correspondência recebida e de documentos outros, como recortes de jornal. Assim, os episódios vistos, de um lado, na perspectiva da época em que ocorreram, e, de outro lado, na perspectiva dos dias atuais.

O assunto principal da carta de Edgard Cavalheiro, entretanto, era a mudança que se operava em sua vida e que estava se processando então: sua passagem da Martins à Editora Globo, de Pôrto Alegre. Tradicional empresa gráfica, que dominava o mercado sulino, e que mantinha livraria à rua da Praia, a Globo entrara no mercado editorial há algum tempo e lastreada solidamente no patrimônio gráfico de que dispunha. As atividades editoriais eram, nela, antigas, se considerarmos a longa fase em que apenas editava uns poucos títulos avulsos, quase todos didáticos, entre estes destacando-se a Aritmética de Sousa Lôbo. Vinha, desde alguns anos, ampliando essa atividade editorial — nela sempre complementar, entretanto — por força da influência da nova geração da família proprietária, os Bertaso, influência que tomou impulso na medida em que dela participou o romancista Érico Veríssimo, cujos livros, lançados pela Globo, alcançavam tiragens elevadas. A empresa, em poucos meses, tornou-se casa em torno da qual se congregaram os escritores gaúchos, pelo menos os que ainda permaneciam em Pôrto Alegre. Desejando consolidar sua posição, já importante quanto ao volume de vendas, no mercado nacional, a Globo procurava, em Edgard Cavalheiro, o elemento intelectual cuja assessoria lhe iria facilitar tal consolidação. O meu amigo e correspondente deu-me a prova de confiança de uma consulta, a respeito da decisão que tomaria. Opinei contra, dada a tradição da Globo, que era a de empresa editorial em que os fatores comerciais dominavam de forma absoluta os fatores culturais.

Sempre considere, e a experiência é que firmou em mim essa idéia, que, quando alguém nos consulta, é apenas para encontrar apoio para uma decisão que já adotou. Mas a qualidade do amigo exigia franqueza, e fui sincero, sabendo que êle, propício à decisão oposta, já estava com as malas prontas para viajar com destino a Pôrto Alegre.

Pela sua resposta é fácil deduzir de minha opinião:

“Suas considerações são justas e pra lá de sensatas. mas eu sou um pouco experimentado e não deixei de fazê-las a mim mesmo, antes de me decidir a aceitar o convite. Realmente, há o ambiente, a possibilidade de adaptação, etc. Mas, para isso, vou ter um ano inteiro de experiência. Foi o que deixei concertado. E já tenho tudo preparado para que o Banco me dê essa licença. Assim, vê v. que, se falhar o trato com êles, tenho o Banco de reserva. A verdade é que não sei se poderei voltar ao Banco. É uma coisa terrível só pensar nisso. Agora, que estou há seis meses longe daquela rotina, é que vejo quanto tempo perdido inútilmente. A proposta da Globo é muito boa, tanto financeira como intelectualmente falando. Vou ganhar o dôbro do Banco. E terei carta quase branca para negócios editoriais. Segundo o nosso contrato, estarei longe de ser ‘um menino para dar e receber recados’. Como v. sabe, o Érico vai para os Estados Unidos, onde se demorará dois anos no mínimo. E êles esperam descarregar o trabalho dêle nas minhas costas. Mas sòmente em conversa poderia dar a v. uma idéia do que a Globo pretende realizar no terreno editorial. Êles estão convencidos da minha eficiência e eu quero ver se não os desiludo. Suas impressões da Globo são, de certa forma, as impressões de quase todos os intelectuais do Brasil. Aquilo que v. me disse na sua carta, eu já havia dito a êles mesmos, em Pôrto Alegre. Falei do caráter anti-pático que êles dão ao assunto ‘livro’, tratando escritores de uma maneira pouco ‘intelectual’. Enfim, mostrei a êles que, se quisessem realmente cair na simpatia dos escritores do Brasil, precisavam dançar de acôrdo com a música que

estava sendo tocada em São Paulo ou no Rio. Aliás, eles sentem essa antipatia fundamente. E estão dispostos a vencê-la. Para isso, contam com o meu 'jeito'. E eu conto que eles alterem a forma de tratar os meus colegas”.

A minha colaboração em *O Estado de São Paulo* fôra restabelecida:

“Os dois últimos artigos que v. mandou já saíram, um em 29 de junho e outro em 1 de julho. Infelizmente, não consegui o recorte do primeiro. Estava fora de São Paulo, quando saiu (em Volta Redonda, visitando a Siderúrgica) e, na volta, fui à redação, mas não havia um exemplar para remédio. Em todo caso, subornei gente na redação para ‘abafarem’ das próprias coleções o suspirado recorte. Do segundo artigo seguirá para v. amanhã, pois tenciono liquidar mais uma letra do Pekelman com os 200 cruzeiros que tais artigos renderão. Creio que é êsse o destino que v. quer que dê para o dinheiro, não? A propósito de dinheiro: tens quinhentos cruzeiros em haver, no Martins. É o direito autoral sôbre o Caderno. Que destino quer dar aos cobres? Mande dizer”. Ao final, as novidades dos círculos literários: “Uma delas é que o crítico literário de *O Estado de São Paulo* agora é o Sérgio Milliet. Outra é que o Oswald de Andrade casou-se pela oitava ou nona vez. Minhas atividades estão concentradas no finalzinho das pesquisas pro Glicério, no preparo para a antologia de poesias *Obras-Primas da Lírica Brasileira* (é um negócio que rende, meu caro), e na conclusão de um livrinho sôbre o Garcia Lorca. (...) Pode mandar artigos, que agora saem com facilidade. O Gabriel saiu do *Estado*, foi nomeado o Sud Menucci para o lugar dêle. Bom sujeito. Grande amigo nosso”.

Em setembro, as informações de Cavalheiro eram também otimistas, a todos os respeito. *O Estado* publicara quatro artigos meus; o dinheiro servira para pagar quatro letras a Henrique Pekelman, dívida de uma mobília que eu comprara em sua

loja, ao me instalar em São Paulo, no valor (as quatro letras) de 800 cruzeiros, dívida que ficava, finalmente, saldada. O *Estado* estava publicando uma "Plataforma da Nova Geração", depois reunidos em livro os depoimentos. Meu livro em preparo continuava a interessá-lo: "Creio que é o que nós queremos", dizia. Os originais das *Obras-Primas da Lírica Brasileira* haviam sido entregues ao editor, selecionadas por Manuel Bandeira e anotadas por êle, Cavalheiro, constituindo-se de cento e vinte e dois poetas e duzentas e vinte poesias. Daí sua lembrança: "Como vai o Odorico Tavares? Escrevi a êsse poeta, mas não sei se recebeu. Estando com êle, diga que também êle entra na antologia de poesia..." O nosso amigo José de Barros Martins andava pelo Rio, montando filial: "O nosso homem está crescendo. Justamente agora, êle me perde. Vai sentir a minha falta, modéstia à parte. Mas que fazer?"

Ainda em setembro, em outra carta, Cavalheiro me explicava que deixara os meus negócios entregues a quem eu indicara, um sargento que servira comigo na Escola Preparatória, de São Paulo. Cavalheiro levou-o aos lugares que teria de frequentar, para me servir, apresentando-o. O bom Irani Evangelista Troncha, goiano quieto, ajudou-me, com dedicação e desinterêsse. Mas o intelectual que era Edgard Cavalheiro começava a sofrer a concorrência do homem de negócios, que só tinha, para isso, a oferecer, o seu trabalho: "Quanto às atividades intelectuais, andam paradas. Trabalhei um pouco num livrinho, que tinha começado, sobre o Garcia Lorca, e que espero concluir por êstes dias, no Rio ou quando do regresso. O Glicério está fichado e irá comigo para o Sul. Será bom essa parada, para 'saturar' um pouco". Em novembro, já de Pôrto Alegre, seu otimismo era ainda maior, começando pelo nôvo emprêgo: "A recepção foi a mais cordial possível. Sinto-me em casa. Conto passar uns dois meses enfronhando-me nos aspectos editoriais desta casa, que é muito maior do que parece. Os planos, aqui, são de abafar. Grandes coisas em andamento, outras maiores em estudos. Basta lhe dizer que estamos traduzindo todo Flaubert e todo Balzac". Aparecia, também, a ponta de uma antiga confidência minha: "Antes que me esqueça: lembra-te de uma carta tua, na qual me falava de que a Globo, há anos, fizera uma proposta a Graciliano Ramos, para vir trabalhar aqui em Pôrto Alegre? Poderia me contar essa história, tal como você soube? Não é por nada. Simplesmente acontece

que ninguém aqui na casa (nem os Bertaso, nem Barata, ninguém) tem notícia de um convite dessa natureza. Aliás, eu próprio ouvi de Graciliano, no Rio, essa versão, ou melhor, a história de um convite que lhe fôra formulado. Isso é absoluta novidade aqui. Me escreva dizendo como você soube do caso, pois tenho interesse na história”.

Em Pôrto Alegre, Edgard Cavalheiro me dava notícias de São Paulo: “Não sei se a notícia da saída do Artur Neves da Editôra Nacional já chegou por aí. Pois é: nosso amigo vai ser também editor. Em companhia do Caio Prado e do Sr. Leandro Dupré, fundaram uma editôra. O Octales perde, assim, o seu melhor colaborador. E nós, um excelente amigo, lá na Editôra”. Era a Brasiliense que surgia, com um programa de renovação cultural e lastreada pela obra de Monteiro Lobato, que passou a lançar; pelos romances da Sra. Leandro Dupré, largamente consumidos por adolescentes românticas; e pelos trabalhos de Caio Prado Júnior, tendo, assim, o livro infantil, a novela de larga tiragem e a obra de cultura para firmar as suas atividades. Caio Prado Júnior escrevera-me, há pouco, não para contar do projeto de organização da nova editôra, mas para acusar recebimento do meu trabalho *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*:

“Recebi sua *Síntese* (aliás sòmente há poucos dias), e muito lhe agradeço a gentileza da oferta. Você realizou um verdadeiro *coup-de-force*: uma história literária sem nomes (o ideal em qualquer história), é ainda mais difícil que numa história geral, coisa em que já pensei muitas vêzes, sem ânimo de realizar. Felicito-o calorosamente pela iniciativa, e pelo sucesso incontestável. Seus livros são um conforto: indicam um esforço, uma vontade de realizar, abrir perspectivas, que não são infelizmente comuns entre nós. O hábito de chover no molhado, ou então ostentar erudição, aparecem mais freqüentemente. Trabalhos como os seus revelam impulsos mais profundos, a cultura no bom sentido da palavra, que não pode ser desligada da vida concreta, a fim de pairar num Olimpo intelectual que o pensamento brasileiro parece querer aspirar sempre. Acredito, meu caro amigo, que estamos para assistir à fase mais interessante da história brasileira. Será dos nossos

dias o aparecimento de uma cultura realmente brasileira, legítimamente a primeira merecedora do nome, com raízes em nossa terra, e capaz de fornecer as premissas para a construção de um Brasil melhor. É êste o título de qualquer cultura fecunda, que não é apenas diletantismo e divagação intelectual”.

O que importa, no pronunciamento de Caio Prado Júnior, não é o louvor pessoal, mas, justamente, a compreensão (que era então raríssima) de que a essência de meu esforço não estava nos possíveis acertos, mas na forma de repensar, rediscutir, reanalisar, na tentativa de ver os acontecimentos, as personalidades, os fenômenos, os processos — o singular, o particular, o universal, em suma, em suas relações dialéticas — sob novos ângulos. Importa assinalar ainda, nesse pronunciamento, a afirmação de que estávamos às portas de uma nova fase em nossa história, fase fecunda, entre cujas características estaria a da gestação de uma cultura autêntica, profunda, nacional, que não tivéramos até então. Essa afirmação, absolutamente lúcida, foi confirmada pelo tempo. Muito do que assistimos, hoje, corresponde ao esforço para a deformação e para a alienação, para, em suma, destruir o nosso trabalho no sentido da afirmação da cultura brasileira. A autenticidade cultural, a marca nacional, são coisas a destruir, quando se pretende a dominação colonialista ou imperialista. Assim foi, na América, quando, sob domínio dos países colonizadores; assim foi, na África e na Ásia, com vigor ainda maior; assim é, hoje, em toda a área dita “cristã e ocidental”, controlada pelo imperialismo norte-americano, que lhe impõe os seus valores e os seus padrões culturais.

A LUTA COMUM

Em dezembro, Edgard Cavalheiro anunciava seu retôrno a São Paulo. Passara em Pôrto Alegre menos tempo do que esperava. Mas o suficiente para integrar-se na empresa que o contratara:

“Posso regressar com segurança para os meus pagos (ou planaltos). Tudo ficou assentado da melhor forma possível. Trinta dias de grandes conversas, nos quais discutimos os menores detalhes. Estou encantado com o pessoal e a organização aqui. Seu Nelson, esta editora é a única que realmente sabe para onde vai. Os outros, que se dizem idealistas, etc. e tal, estão simplesmente ganhando dinheiro. Trabalham dia-a-dia, acertam por palpite. Aqui o barco navega diferentemente. Depois de muito terem errado, com traduções, edições, etc., resolveram que a coisa tem de ser feita sob bases da mais pura seriedade intelectual. Leia qualquer tradução nossa, a partir de agora. Ou qualquer original incluído numa das nossas coleções. Traçamos um programa para um ano e meio. Dentro de nove meses nos reuniremos de novo, para ver o que foi cumprido, como foi cumprido e o que iremos fazer de novo. Isso, está claro, não exclui os novos originais, aqueles que, realmente, valeram a pena. Nada de pegar *best-sellers*, só porque são *best-sellers*. Livro sem qualidade literária não entra nem a tiro. Pelo menos nas coleções. Mas não posso dar a você uma idéia dos nossos planos numa simples carta. O *report* que fiz e que servirá de roteiro para as nossas atividades ocupa quinze páginas duplas. Por aí, podes ver o quanto trabalhamos. Adianto que lançaremos o Balzac, completo, em dezoito volumes de quinhentas a seiscentas páginas, cada volume precedido de um amplo ensaio (Taine, Sainte Beuve, Brunetière, Thibaudet, etc.). O leitor terá a obra e o que de melhor se escreveu sobre ela e seu autor. Também editaremos o Flaubert completo. O Edgar Poe, em três volumes, sairá também completinho, no começo do ano. Vamos fazer uma *Enciclopédia Brasileira*, um *Dicionário de Artes* (todas as artes, as menores e as maiores), um *Dicionário de Filosofia*, outro de Sociologia, enfim planos que demandarão tempo e cuidados infinitos. Creio que não cometeremos os erros que estão no *Dicionário Enciclopédico Brasileiro*. A editora, para realizar êsses planos, montará o escritório de São Paulo (de que eu tomarei conta) e outro escritório no Rio de Janeiro, que o Maurício Rosenblat, secretário-geral até agora, ira dirigir”.

Não faltava pequeno reparo, sôbre algo que, não sei porque, preocupava o nosso amigo: "O caso do Graciliano não tem a mínima importância. Pensei que êle tivesse afirmado ter recebido um convite oficial aqui da casa. Não encontrei troca de correspondência. Só isso".

Note-se: um mês antes, escrevendo ainda de São Paulo, Cavalheiro informava que a Editôra Martins estava montando filial no Rio; "o nosso amigo está crescendo", dizia Cavalheiro. Informava, em outra carta, que Artur Neves, Caio Prado Júnior e o Sr. Leandro Dupré estavam organizando uma nova editôra, que seria a Brasiliense. A Companhia Editôra Nacional, agora livre de ameaças, era uma potência. José Olímpio prosseguia em expansão. Meses atrás, Daniel Pereira me escrevera, surpreendido e até temeroso com a proliferação de pequenas editôras, que estavam inflacionando o mercado. Os editôres portugueses, por seu lado — e o informante era ainda Daniel — forçavam a entrada, aqui, ilegalmente, de títulos que haviam pago direitos exclusivos para circular em nosso País. Que traço de universalidade se poderia extrair dêsses exemplos singulares? O de que estávamos numa fase de avanço acelerado da cultura e, portanto, de ampliação do mercado interno do livro, de curiosidade mais intensa e generalizada. As emprêsas editôras novas surgiam sob êsses auspícios, como a ampliação, o crescimento das antigas. E, no fundo, como atrás do livro, agora, ampliando suas dimensões também enquanto mercadoria, estava o aprofundamento e o alastramento das relações capitalistas aqui. Êsse era o processo fundamental, de que derivavam os outros. A burguesia brasileira, com o desafôgo transitório que o imperialismo — entregue à sua tarefa específica, a guerra, e nela totalmente empenhado — lhe permitia, crescia em poder e em influência. No campo da cultura, êsse processo encontrava reflexos imediatos, como a curiosidade pelo Brasil, a necessidade de estudá-lo, de conhecê-lo melhor, de compreender as suas características. Tudo aquilo que fôra agudamente anotado por Caio Prado Júnior, em meia-dúzia de linhas de sua carta.

No particular da Editôra Globo, inserida naquele complexo processo — avalie-se, em têrmos de investimento de capital, a programação referida por Cavalheiro — havia aspectos a considerar. O primeiro saltava aos olhos: a intenção de tornar o setor editorial, numa fase favorável da mercadoria com que trabalhava, mais importante, no conjunto de uma emprêsa em

que o pêso do setor gráfico era muitíssimo superior. O segundo derivava do anterior e se configurava na necessidade de ganhar dimensão em ambiente nacional, uma vez que o mercado regional não corresponderia à expansão projetada. Do ponto de vista exclusivamente literário, havia também aspectos a considerar: o primeiro estava no pêso das traduções, no conjunto do programa editorial, bastante ambicioso, aliás; o segundo estava no pêso das obras em domínio público, isto é, sem direitos autorais a pagar, que constituíam a absoluta maioria e que, assim, barateavam os custos de produção dos livros; o terceiro, invisível naquele momento, apareceria depois, quando as enciclopédias e dicionários, de Filosofia, de Sociologia, de Artes, etc., não se concretizaram, significando que as obras fundamentais para a cultura, as que, nela, funcionam como ferramentas, foram desprezadas. E o que, delas, realmente, veio à luz, como o trabalho preparatório e resumido de Sociologia e Antropologia, de Emílio Willems, era parcela desprezível — nas dimensões, é claro — do monumental conjunto projetado.

Algumas das edições programadas, então, dentre as muitas que constituíam projeto, foram realmente importantes e o mérito da Editôra Globo no lançá-las foi inequívoco. A mais destacada, pelo vulto como pela qualidade, foi a da *Comédia Humana*. A obra de Balzac, que circulava, nos romances mais conhecidos, em nosso País, em textos em nossa língua, desde a fase do Garnier, encontrava, agora, não apenas uma editôra para lançá-la na sua totalidade, mas, coincidentemente, um conhecedor de suas minúcias e de suas riquezas, capaz de analisá-las e capaz, acima de tudo, de coordenar intelectualmente o empreendimento de grandes proporções que era escolher tradutores, selecionar, no patrimônio universal, estudos críticos, anotar, além de superintender a preparação integral dos textos. Esse elemento precioso foi o escritor húngaro Paulo Rónai, que chegara ao Brasil uns poucos anos antes e se impusera, em nosso meio intelectual, como criatura humana de primeira ordem e homem possuidor de excepcional cultura literária, um humanista, na realidade, dos últimos exemplares daquela formação intelectual que era numerosa na Europa, antes da fase de ascensão nazi-fascista, agora reduzida a poucos, tangidos para os cantos mais distantes do mundo pela fúria totalitária, que se alimentava precisamente dessa floração cultural insubstituível. O mérito maior da edição brasileira da *Comédia Humana*, portanto, cabia

a Paulo Rónai. Nos trabalhos especializados, daí para diante, os pesquisadores ou estudiosos de Balzac poderiam ver que essa empresa excepcional estava relacionada no nível das melhores, e com destacado valor entre aquelas lançadas fora da França, como “a edição Rónai”.

A tradução da obra de Proust foi outra proeza da Editôra Globo. Havia nela, embora representasse investimento muito menor, maior margem de risco, pelas características que apresentava; ainda nesse caso, e talvez especialmente nesse caso — Cavalheiro tinha razão quando pedia atenção para isso — destacava-se a qualidade das traduções de Mário Quintana e de Carlos Drummond de Andrade. Os melhores romances de Thomas Mann foram também colocados em excelentes textos portugueses, pela Globo. Ela ofereceu ainda *Os Thibault*, de Roger Martin Du Gard. Elas nos deu, igualmente, quase todo Joseph Conrad e o *Jean-Christophe*, de Romain Rolland, como um pouco de Emily Brontë, de Willa Carter, de Theodore Dreiser, de William Faulkner, de John Galsworthy, de André Gide, de Ernest Glaeser, de James Joyce, de Sinclair Lewis, de Virginia Wolf, de Luigi Pirandello, de Liam Ó Flaherty, de cambalhada com autores menores, confundindo um pouco a escala. Na coleção em que apareceu a *Comédia Humana*, foram lançados Dickens (*Grandes Esperanças*), Tolstói (*Guerra e Paz*), Stendhal (*A Cartuxa de Parma e O Vermelho e o Negro*), Laclós (*As Ligações Perigosas*), Shakespeare (*Romeu e Julieta*), Ibsen (*Seis Dramas*); as obras completas de Poe; as *Poesias Escolhidas*, de Verlaine; o *Tom Jones*, de Fielding; dois volumes de contos e novelas de Maupassant; o *Diário Íntimo*, de Amiel; os *Contos e Novelas*, de Voltaire; o melhor entre os trabalhos de ficção de Mérimée e, particularmente, textos excelentes dos filósofos gregos. Não foi pouco, como se vê. Mas, em literatura brasileira, quase nada, nenhum grande título, pelo menos; pouco em quantidade e em qualidade. Os dicionários e enciclopédias ficaram nos planos. O de Sociologia e Antropologia, organizado por Emílio Willems, professor alemão, contratado em São Paulo, autoridade na matéria, embora unilateralizado na Sociologia empírica, foi revisto, em Pôrto Alegre, por um bacharel que se arvorou o direito de intervir na parte conceitual; a obra, de reduzidas proporções, não passa de rascunho e projeto do que pode ser uma que corresponda ao título. Mais adiante, a Editôra Globo viria a especializar-se em dicionários, os da nossa língua

como os bilíngües. Essa extensa embora unilateral programação denunciava as exigências da cultura brasileira, ao mesmo tempo que as atendia. Na escolha dos títulos estrangeiros, em que houve, realmente, algumas ousadias, devem ter influído Érico Veríssimo e outros escritores ligados à emprêsa. A assessoria, em outros domínios, entretanto, não era do mesmo nível, ou talvez as possibilidades não fôsem as mesmas, e as obras de ciências do homem e de ciências da sociedade, históricas, filosóficas, políticas, lançadas pela Globo, sempre se caracterizaram pela mediocridade e por um ranço conservador que as condenou ao esquecimento.

Aproximava-se do fim minha temporada na Bahia. Fôra, do ponto de vista pessoal, quanto à cultura, proveitosa, apesar de tudo. A certa altura, nesse ano de 1943, ao fim do qual intensa campanha de opinião alcançava do Govêrno as medidas preparatórias à nossa participação na luta contra o nazi-fascismo, apareceu na Bahia, a convite dos estudantes, ao que me parece, para fazer duas ou três conferências, Gilberto Freyre. Lembro-me de que o presidente do diretório estudantil era o acadêmico de Engenharia, Fernando Santana, alto, moreno, espigado e todo baiano. Odorico Tavares foi anfitrião de Gilberto Freyre, dando-lhe, pelo *Diário de Notícias*, a mais ampla cobertura. O convite ao sociólogo pernambucano inseria-se entre as ações que as forças populares, de que as de esquerda, e as comunistas destacadamente, representavam o elemento motor e também o elemento aglutinador, empreendiam, com o objetivo de compor uma ampla frente que concentrasse os seus esforços no sentido da participação do Brasil na guerra, pelo conteúdo que essa participação assumiria, inevitavelmente, e pelos reflexos que encontraria em todos os campos, particularmente no político, com a deterioração do Estado Nôvo e retôrno ao regime dito democrático. A propósito daquela participação, divergiam as opiniões: havia os que, seguindo a decisão da esquerda, e ainda aí com os comunistas à frente, optavam pela participação o mais cedo possível e independentemente de qualquer outra luta ou objetivo; e havia os que optavam pela participação, mas depois de alcançados os objetivos internos, com prioridade o da destruição do Estado Nôvo e de seu dirigente, Getúlio Vargas.

Havia uma terceira corrente, minoritária, que combatia a nossa entrada na guerra, embora disfarçando essa posição com argumentos ardilosos, mas de inegável eficácia em certas áreas.

O motivo principal e oculto dessa oposição ao nosso alinhamento militar entre os que estavam em luta com o nazi-fascismo, estava na clareza com que via o problema, em sua essência, avaliando bem as conseqüências que adviriam, naturalmente, daquele alinhamento. As delongas na preparação militar da Fôrça Expedicionária Brasileira derivaram dessa avaliação: a cúpula militar, ligada de há muito ao nazi-fascismo, sabia que a sua sorte estaria gravemente ameaçada, com a nossa participação na guerra. Quando esta, por fôrça da pressão popular — apesar do regime ditatorial — acabou por tornar-se inevitável, aquela cúpula agiu com inexcedível sagacidade: primeiro tratou de ganhar tempo, retardando a preparação; mas, acima de tudo, tomou a si tal preparação militar, a intervenção e, finalmente, a própria derrocada do Estado Nôvo. De sorte que manteve em suas mãos o contrôle da situação, em todo o seu desenvolvimento: os que instalaram o Estado Nôvo foram os mesmos que o derrocaram, quando êle já não mais podia ser mantido. Vargas, que desejava, findo o Estado Nôvo, realizar as mudanças políticas que o após-guerra exigia, foi sacrificado no processo. É claro que manobra hábil, como essa, não surgiu do raciocínio da reação interna e da cúpula militar que a servia. Surgiu em nível mais alto, naturalmente. Naquele mesmo nível de decisões, em escala internacional, que assegurou a continuidade de Franco, na Espanha, e de Salazar, em Portugal, para não falar na galeria dos Chang Kai-Chec e sobas africanos e asiáticos que sobreviveram à guerra, como que milagrosamente. Sôbre êsses alicerces podres é que foi, em seguida, montada a “guerra fria”.

Voltemos à Bahia, porém. Contávamos que as conferências de Gilberto Freyre tiveram, ali, cobertura do *Diário de Notícias* e que encontraram apoio amplo, com os estudantes e os intelectuais à frente. No banquete oferecido ao sociólogo pernambucano, após as conferências, estavam representadas as mais variadas correntes e os grupos políticos mais diversos, desde as figuras ligadas à alta administração estadual, até os estudantes, desde comerciantes, fazendeiros, industriais até os intelectuais mais conhecidos, professores, jornalistas, advogados, médicos, escritores, magistrados. A um canto da sala, agrupados, os comunistas, com Jorge Amado pilotando; em outros trechos das longas mesas que ocupavam todo o salão nobre do aristocrático clube da sociedade baiana em que o banquete de realizou, estavam, amadrinhadas, como que tímidas ainda no congraça-

mento, coladas como coágulos, as representações das chamadas "classes conservadoras". Não me recordo se foi Luís Viana Filho quem saudou o homenageado: lembro-me de que êle estava presente, como Aliomar Baleeiro. A resposta de Gilberto Freyre foi calorosa, ampla, capaz de abarcar tudo o que ali estava representado. Começava, entre nós, a ter vigência, e cada vez com mais desembaraço, a norma de elogiar a União Soviética e até Stalin. Após Stalingrado e as sucessivas ofensivas dos exércitos soviéticos, aquela norma surgiu, sem disfarces, e cresceu até o fim da guerra. O discurso de Gilberto Freyre foi feito nesse molde e despertava, de quando em quando, arrepios nas áreas mais conservadoras, particularmente porque os aplausos da área capitaneada por Jorge Amado eram calorosos. Como as conferências, o banquete — tôda a temporada na Bahia, aliás — foi um triunfo para Gilberto Freyre, que vinha tendo, no Recife, violentos choques com o interventor Agamenon Magalhães e, portanto, não encontraria ali o acolhimento generoso e a oportunidade de dizer aquelas coisas que a Bahia lhe proporcionou.

Era tido, naquela época, Gilberto Freyre — pelo menos nas rodas intelectuais — como elemento de esquerda. Pelo cabedal renovador que seus livros traziam, mas principalmente pela sua afeição aos estudos e problemas ditos afro-brasileiros — tidos como altamente subversivos pela polícia política — e pelos discursos de José Américo na campanha presidencial, elaborados sob sua influência, ao que se dizia, Gilberto era tido como simpatizante das posições de esquerda. Assis Chateaubriand, de quem seria amigo, se já não o era na época, e que estava, naquela campanha presidencial, do lado oposto, o lado do dinheiro, naturalmente, levantara tal acusação. O escritor pernambucano teve sempre, aliás, singular habilidade, até certa altura, para manter ligações e simpatias nas áreas mais diversas. Brigava, no Recife, com Agamenon, homem de Vargas, mas continuava a referir-se ao chefe do Govêrno como "o meu amigo, o Sr. Getúlio Vargas"; depois da queda dêste, em outubro, suas referências à mesma personalidade passaram a ser a "o ditador". Acompanhando o balanço geral, Gilberto Freyre passava, naquela fase, por uma crise de coceira esquerdistas, de ostensivo namôro com as forças políticas populares, sem rompimento com áreas cujas simpatias lhe eram caras, coceira e namôro particularmente assinalados por declarações que pareciam corajosas porque estavam sempre um compasso à frente das que se permitiam

outros, que sofriam da mesma doença. O teor do discurso de agradecimento, com menção “à Bahia de Jorge Amado”, de mistura com outras menções “à Bahia” de outras figuras que diluíam o dedal de tinta vermelha em baldes de água sanitária — aplaudida a primeira, com veemência, pelo canto de mesa onde estava o romancista — alinhou algumas considerações lúcidas sôbre o momento, o Brasil, a guerra, tudo o que preocupava a todos, enfim. O discurso foi excelente. Como a entrevista que deixou com Odorico Tavares e que, bem me recordo, foi publicada após sua partida, de regresso ao Recife. Essa entrevista foi, sem dúvida, um dos pronunciamentos mais inteligentes divulgados naquela fase. “Não estamos numa guerrinha qualquer” — dizia êle — “mas numa luta mortal com o nazi-fascismo.” E por aí seguia, mostrando o caráter que a guerra assumira, o que a diferenciava das outras, o que a definia.

Acompanhei as conferências de Gilberto Freyre, na Bahia e, em algumas oportunidades estivemos juntos: em minha casa, em almoço na casa de Godofredo Filho, mas com interêsse particular no almoço que, na casa de Jorge Amado, em Peri Peri, reuniu o anfitrião, Gilberto Freyre, Anísio Teixeira, Valério Konder e eu. Foi nessa ocasião que conheci Valério Konder, que se tornaria, muito depois, pessoa digna de minha mais alta admiração. Anísio estava completando o período de seu “exílio” baiano, quando mudara de atividade, ocupando-se de comércio. Vitimara-o a repressão policial vesânica que, nas manobras preliminares que, iniciadas em 1935, levaram ao Estado Nôvo, em 1937, arrasara a Universidade do Distrito Federal. Jorge Amado encerrara há pouco, fixando-se na Bahia, o seu real exílio, conseqüente das possibilidades que as mudanças no mundo, e no Brasil, abriam para êle, de viver em seu próprio País.

Nas longas conversas daquela tarde, à mesa e, depois, ao ar livre, na quietude de Peri Peri, ajustamos nossos pontos de vista. Apesar da variedade dêles, naquela oportunidade, havia muito de comum, no essencial, particularmente quanto à necessidade de encerrar a etapa ditatorial, reabrindo aquelas condições democráticas antes em vigor, e agora no nível a que a situação internacional, com a perspectiva da liquidação do nazi-fascismo, conduzia. Êsse encontro, de pessoas tão diversas, na sua história e na posição diante da sociedade nova que surgia da guerra, era outra das características da fase que estávamos vivendo no Brasil. Todos nós vínhamos de separações, divergências

amargas, antagonismos políticos radicais. Estávamos abrindo uma fase nova: de unidade, de compreensão, de tolerância com as diferenças de pensamento. Não poderíamos supor que essa fase seria curta. A “guerra fria”, gestada no próprio andamento da guerra verdadeira — lembremos a delonga na abertura da segunda frente, ou a clara “advertência” das bombas atômicas lançadas sobre Hiroxima e Nagasáqui, ou a brutal repressão política desencadeada na Grécia — iria introduzir novamente, a desunião, a intolerância, a dispersão entre nós. Mas isso é outra história.

Balanço

Nos fins de 1943 tornou-se claro que se aproximava o momento de deixar a Bahia. Informações oficiais do Rio esclareciam que meu ingresso na Escola de Estado-Maior estava assentado. Isto significava permanência de três anos no Rio, salvo as contingências da guerra. Do ponto de vista cultural, minha temporada baiana constituía episódio de grande significação, enriquecendo-me a experiência. Do ponto de vista militar, entretanto, por razões que foram narradas nas *Memórias de um Soldado*, minha transferência era recebida como providencial. Ia deixar amigos, que permanecem em minha lembrança, pessoas de tôdas as classes, criaturas de quem tive sempre saudades, como do povo baiano, de sua generosa hospitalidade, e da paisagem do Recôncavo, com o seu azul de mar e o colorido das velas dos saveiros. Levava os originais de nôvo livro,

em busca de editor, e grandes projetos. Esses projetos dependiam, para sua concretização, não apenas do que estivesse ao meu alcance decidir, mas, e principalmente, do desenvolvimento histórico, naquela fase em que esse desenvolvimento estava triturando milhões de criaturas, para resolver o problema do nazi-fascismo, criação específica do imperialismo. A guerra, única terapêutica que o imperialismo conhece para as suas crises, passara por flutuações e incertezas, mas já se podia dividi-la em dois períodos: o da expansão nazi-fascista, subjugando numerosos países, na Europa e na África, como o militarismo japonês na Ásia; e o de virada contra o nazi-fascismo, que vinha de derrota em derrota, desde o marco histórico que fôra a batalha de Stalingrado.

Em 28 de janeiro os meus amigos da Bahia ofereceram-me um almoço de despedida, no restaurante *Estrêla do Mar*, no Mercado Modêlo. No dia seguinte, o *Diário de Notícias* contava assim esse encontro de lembrança tão saudosa para mim:

“Durante o período de sua estada, aqui, o ilustre escritor, que é também um excelente jornalista, manteve colaboração diária neste jornal, assinando a seção Esquina, sob o pseudônimo N., que foi, indiscutivelmente, uma coluna das mais lidas e das mais apreciadas na imprensa baiana dos últimos tempos. Abordando todos os problemas nacionais da atualidade, dentro de quadros políticos, econômicos, sociais e literários, teve oportunidade o escritor Nelson Sodré de, dentro do seu estilo forte e de suas qualidades morais e intelectuais, tornar-se um dos jornalistas favoritos do nosso povo. Tomaram parte no almoço o Prof. Roger Bastide, catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia de São Paulo e que se encontra, atualmente, nesta capital, colhendo material para um livro sobre costumes afro-brasileiros, que as Edições *O Cruzeiro*, dos Diários Associados publicará; escritor e educador Anísio Teixeira; Prof. Lafaiete Coutinho, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia; Cap.-ten. Waldir Holanda, comandante do navio de guerra *Muniz Freire*; Sr. Genébaldo Figueiredo, proprietário e industrial neste Estado; jornalistas Odorico Tavares, Evaldo Simas Pereira e Rui

Santos, respectivamente, diretor, redator-secretário e redator-chefe desta fôlha”.

Esse noticiário, em que é fácil reconhecer a mão amiga de Odorico Tavares, era completado com um resumo dos pronunciamentos ouvidos pelos participantes.

“Em nome dos manifestantes falou o Sr. Odorico Tavares, que acentuou saber, de antemão, a alegria do escritor Nelson Werneck Sodré em ser homenageado num ambiente tão baiano, em que a cozinha rigorosamente baiana se mostrava, ali, com tôda a sua pureza. Salientou que, muitas vêzes, estivera ali, com Nelson, almoçando ou jantando, numa identificação tão natural com esta grande fôrça que é o povo. Assim, seus amigos do *Diário de Notícias*, entre os quais incluía o Prof. Roger Bastide, nosso colaborador de tantos anos e uma das figuras mais cultas e mais ilustres que a França imortal nos enviara, para manter êsse elo que tanto nos prende à cultura francesa, como também Anísio Teixeira, figura admirável de sobrecerchia e de dignidade moral, a quem ninguém faria favor de chamá-lo uma das figuras mais impressionantes do pensamento brasileiro contemporâneo. Os outros eram de casa, como de casa já era Waldir Holanda, como Nelson Sodré, o tipo perfeito de um ‘*civis brasiliensis*’, na denominação de Anísio Teixeira. Salientou mais a importância que ao *Diário de Notícias* trouxe a sua seção ‘Esquina’. Tinha o prazer de salientar que, logo que a iniciou, apenas assinada com uma inicial, em menos de uma semana, leitores, por cartas e telefonemas, procuravam, numa curiosidade muito justa, saber quem era o autor de uma seção que empolgou inteiramente a opinião pública. Para isso, trazia o seu depoimento, a respeito do prestígio da colaboração de Nelson Werneck Sodré, ao declarar que a mesma, deixando de comparecer um ou dois dias, várias foram as reclamações recebidas dos leitores. Portanto, de um homem de letras da sua ombridade moral e material, um crítico e historiador que já nos havia dado livros como a *História da Literatura Brasileira* ou *Oeste*,

vínhamos conhecer uma facêta tão forte e tão consentânea com a sua mentalidade lúcida e integrada nos problemas dos nossos tempos”.

Minha resposta fôra condensada, naquele noticiário, com fidelidade, da forma seguinte: “Comovido, o escritor Nelson Werneck Sodré agradeceu aos seus amigos presentes, reafirmando as suas saudades em deixar a Bahia. Aludindo às palavras do Sr. Odorico Tavares, declarou que, se, de fato, sua seção diária no *Diário* teve a acolhida a que se aludiu, é que havia sempre procurado ser sincero consigo mesmo e com seus pontos de vista, que sempre têm contatos tão profundos com os problemas do povo”.

Antes de deixar a Bahia, decidira submeter os originais do livro que ali escrevera a algumas pessoas, em cuja cultura e discernimento eu confiava. A pressa obrigou-me a deixar êsses originais apenas um dia com duas dessas pessoas: Anísio Teixeira e Nestor Duarte, tendo me comprometido a enviar-lhes, do Rio, uma das cópias, para que lhes fôsse possível leitura mais sossegada. Anísio, na sua gentileza, remeteu-me os originais, tão inoportunamente submetidos a seu juízo, com um cartão animador: “Meu caro Nelson: o seu trabalho, o seu grande trabalho, ocupou-nos tôda a noite de ontem. Tanto Nestor quanto eu sentimos que se trata de obra de fôlego, para ser meditada e não apenas lida. Aqui ficamos, com a esperança de têmos a cópia que nos prometeu. E desde já muito gratos pelas primícias que nos deu dêste seu livro, que haveremos de ler com dupla emoção: a do assunto e a de o sabermos escrito na Bahia”. Nestor Duarte, professor, político, homem de letras, ficara conhecido como autor de um livro pequeno, lançado na “*Brasiliana*” da Companhia Editôra Nacional, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, ensaio interessante, um dos poucos, entre nós, que revelavam o trabalho da cultura, isto é, o esforço para, sôbre o material histórico acumulado, generalizar, levantar teses, formular conclusões. O livro, imerecidamente, permaneceu longos anos sem reedição, como acontece freqüentemente entre nós.

As nossas editôras não têm, realmente, um programa de reedições; algumas são excelentes lançadoras, mas não sabem

manter os seus lançamentos aprovados ao alcance dos leitores. Isso acontecera com o livro de Nestor Duarte, que levou muitos anos para ser reapresentado. Além disso, o autor, que provava a sua capacidade, desinteressou-se da atividade de escritor, provavelmente por força de suas atividades públicas. Nestas, marcou sua posição como liberal de esquerda, parlamentar respeitado por muitos títulos. Quando se distanciou da política, transitoriamente, tentou reconstituir, em romance, o clima daqueles tempos, no Brasil, mas não apresentou, como ficcionista, aquelas qualidades alinhadas no ensaio histórico. Como acontece com frequência, aqui — por condições ligadas à nossa estrutura econômica, política, social e cultural — Nestor Duarte representou um exemplo a mais, embora entre os destacados, de criatura que não se realiza, exteriormente — em obras publicadas, no caso — na proporção dos seus conhecimentos e dos seus méritos. Em um País em que criaturas assim não são numerosas, essa abstenção representa desfalque vultoso naquilo que poderia ser patrimônio cultural.

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Antes de deixar a Bahia, Odorico Tavares me emprestara, certa vez, alguns exemplares da revista recém-lançada, no

Rio, e que vinha encontrando larga receptividade nos meios literários. Chamava-se *Leitura* e fôra fundada por J. Barbosa Melo que, assim, tivera a sagacidade de verificar a existência de condições, agora, quando a ditadura afrouxava, como um barco velho, cheio de furos, para a circulação de revista desse tipo. Era a repetição, em moldes um pouco diferentes, do que fôra *Vamos Ler*. E vinha, realmente, atender a uma necessidade que todos percebiam e que se apresentava sob variados aspectos. Um deles, e não o menos importante, informar os leitores do interior sobre a programação editorial em curso, com uma parte noticiosa e uma parte crítica. A revista estava alcançando o público e encontrando grande aceitação, como prova de que, realmente, chegara no momento certo, sob a forma certa. Alguns dias depois eu recebia, assinada por Melo Lima, a que não conhecia, uma carta, nos seguintes termos:

“Foi o nosso velho conhecido Graciliano Ramos quem me deu o seu endereço. Há muito que eu procurava saber onde o senhor se encontrava, a fim de pedir-lhe uma colaboração para a revista *Leitura*. Provavelmente já a conhece, não é? Espero que sim. Mas, de qualquer maneira, *Leitura* é digna de uma colaboração sua. Seria interessante que o prezado escritor fizesse um artigo (limite de três páginas datilografadas, espaço dois) sôbre um bom livro que tenha aparecido por aí, de escritor baiano. Caso contrário, o amigo fará o que achar conveniente. Temos uma seção muito interessante e muito lida: Auto-Retrato. José Lins, Graciliano, Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, etc., etc., já apareceram nessa página... O senhor gostaria de fazer o mesmo? Mande me dizer como deseja que lhe seja feito o pagamento de cem cruzeiros pelo artigo que vai me enviar”.

Cheguei a escrever o auto-retrato sugerido mas, depois, arqueei-o entre os papéis antigos. Não me lembrei mais dêle, por muitos anos. Ao procurar, nos velhos arquivos em que conservo cartas, recortes, documentos, encontrei-o. Estava reunindo material para escrever as *Memórias de um Soldado* e transcrevi nesse livro um trecho do auto-retrato que traçara em 1944, ao aproximar-se a guerra de seu fim. Para mostrar quanto eu mudara, em pouco mais de um quarto de século.

Entre as pessoas que eu desejava lessem os originais do livro que escrevera na Bahia, intitulado, então, *Síntese de História do Brasil*, estavam Hermes Lima e Caio Prado Júnior. Isso deu margem a um equívoco que ameaçou me colocar em situação falsa com aquêles dois escritores amigos. Quando entreguei a Hermes Lima os originais, que êle levou para Lindóia, para onde ia em férias e repouso, e quando lhe pedi que, regressando por São Paulo, os entregasse a Caio Prado Júnior, não estava, nas minhas intenções, senão que êles, na qualidade de autoridades no assunto, opinassem. Esquecera que Caio Prado Júnior, com outros, fundara a Editora Brasiliense, e ignorava que Hermes Lima fôsse sócio da empresa. Fiquei em situação difícil quando, com intervalo curto, recebi duas cartas de Artur Neves, em que dava como resolvida a publicação daquele livro pela Brasiliense. A primeira, de 6 de março, dizia o seguinte:

“Recebi sua carta de 29 de fevereiro, bem como a sua colaboração para *Hoje*. O assunto está muito bom e cabe perfeitamente na revista. Sairá no número de abril (o primeiro que sairá sob nossa orientação). A importância referente ao pagamento do mesmo (cem cruzeiros) fica à sua disposição. O Hermes Lima ainda não voltou de Lindóia. Esperamos com muito interêsse os originais de seu nôvo livro, que pretendemos publicar na série Grandes Estudos Brasilienses. O Caio ficou muito satisfeito com o fato de ter podido entrar em contato mais íntimo com você. Já dei o seu nôvo enderêço ao nosso amigo e êle lhe escreverá assim que receber os originais que estão com o Hermes Lima. Creio que a Brasiliense será oficialmente inaugurada no fim do mês. Vamos convidar muitos amigos do Rio para assistirem a essa inauguração. Escreverei a você, dentro de poucos dias, marcando a data. Ficarei muito satisfeito se você puder comparecer”.

Em 18 de março, voltava ao assunto:

“O Hermes Lima, de volta de sua estada em Lindóia, passou uns dias aqui em São Paulo e fêz a entrega dos originais do seu livro ao Caio. Os dois julgaram a obra excelente e pretendem incluí-la em nossa coleção Grandes Estudos Brasilienses. Gostaria que você procurasse o Hermes Lima, a fim de conversar com êle sôbre o assunto, pois creio que êsse nosso amigo deseja lhe fazer algumas sugestões com referência a notas, bibliografia ou coisa parecida. Chamo a sua atenção para o fato de têmos urgência em resolver o assunto, visto pretendermos dar um grande impulso em nosso programa editorial. Não se esqueça, também, de ir preparando a colaboração para o próximo número de *Hoje*. Eu sugeriria um artigo de quatro páginas sôbre Floriano. Mãos à obra, capitão”.

O problema da edição desse livro não se limitaria ao engano relacionado com a Editôra Brasiliense. Ainda em 22 de março, na mesma época das cartas de Artur Neves, Edgard Ca-

valheiro me escrevia, de São Paulo e, em meio a notícias e comentários, lembrava o livro, sobre o qual tanto havíamos discutido antes:

“Pelo enderêço que v. me dá, verifico que és quase vizinho do Tristão de Ataíde. Os anjos celestes e terrestres que protegem o papa dos nossos católicos te protegerão, com tôda certeza, ainda que seja por tabela. Você conhece pessoalmente o Tristão? Embora deteste o escritor, acho que o homem é um encanto. Por aqui, nenhuma novidade de vulto. O Rubens Borba de Moraes já se foi, anda por aí, naturalmente sofrendo muito o período de ambientação. O Martins continua comilão e esportivo como sempre. O Artur, na faina de aparecer, anda desaparecido, isto é, anda metido na Brasiense, das sete da manhã às nove da noite. Eu, aqui no escritório, que se enfeita dia a dia. Já está com outra cara, seu Nelson. E o movimento tem sido grande. Movimento de gente, bem entendido. Autores de versos, de livros invendáveis, de abacaxis em todos os sentidos. Nada de bom aparece. Por onde andaré o grande romancista que ainda está inédito? Não quero terminar êste bilhete sem lembrá-lo a promessa da sua *História do Brasil*. O mais certo é você mandar o original por intermédio do Maurício, lá da Globo. Quase diariamente, temos portador e assim evita extravios do correio. A Central está êsse horror que v. bem sabe. Pra falar a verdade, estou curiosíssimo por êsse livro. O Glécério vai indo a passo de cágado. Termino o Lorca por êstes dias. Me satisfaz”.

O caso é que os meus amigos que, além de o serem, acumulavam funções editoriais, dispunham do livro e, certamente, admitindo que eu estivesse de acôrdo. É claro que, no fim de contas, isso era confortador. Entre os editôres, havia um que não me escrevera e nem me falara no livro, nem em editá-lo. Ignorava mesmo a existência dêsse livro. Mas acontece que, por uma questão de ética, eu nada poderia decidir sem que êle fôsse ouvido. Êsse editor era José Olímpio. Eu lhe devia, por todos os motivos, uma palavra. Sem êsse gesto prioritário,

nada poderia fazer. Não lhe devia apenas porque fôsse o meu editor, uma vez que lançara meus livros anteriores, os mais importantes. *Orientações do Pensamento Brasileiro* fôra oferecido a outro editor apenas depois que êle esclarecera sua impossibilidade em editá-lo. Quando entreguei à Editôra Martins, de outro amigo, a *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, consultei a José Olímpio se havia inconveniente, dado que era o editor de minha *História da Literatura Brasileira*. Mas, além de tudo, havia a particularidade, já mencionada nestas memórias, da confiança que depositara em mim, de receptividade ampla aos meus livros. Às vêzes, acontece que o editor não pode tomar a si os originais que lhe são oferecidos; se o autor é amigo, a recusa lhe é mas difícil e penosa. Poderia ser o caso, comigo, agora. Mas eu devia oferecer os originais a José Olímpio, antes de oferecê-los a outros, por melhores que fôsem, como amigos e como editôres. Na realidade, nunca havia dito a êsses outros que pretendia editar com êles o livro, embora muito me merecessem. Assim, logo ao chegar ao Rio, fiz o que pretendia e devia fazer: pedi que Otávio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda lessem os originais. Ambos me atenderam e me honraram com observações muito úteis e me cederam tempo para discutirmos teses que o livro levantava, os pontos controversos. Isto feito, consultei a José Olímpio; não colocou qualquer dificuldade, não apresentou qualquer dúvida. E, conseqüentemente, foi o editor. O livro, por sugestão de Otávio Tarquínio de Sousa passou a intitular-se *Formação da Sociedade Brasileira*; incluído na coleção Documentos Brasileiros, tomou nela o número 47.

Só em 1945 apareceram alguns artigos de crítica sôbre êsse livro, que foi lançado nos fins de 1944. Já estávamos na fase de ausência, nos jornais, dos rodapés de crítica, forma tradicional que a nossa imprensa havia imitado da francesa. Poucos ainda existiam, nenhum de grande prestígio. Apareciam artigos avulsos, que valiam conforme a autoridade de quem os assinasse. Em fevereiro de 1945, nas páginas de *Leitura*, Edison Carneiro comentou o livro, resumindo as teses nêle apresentadas e concluindo: "Êste livro não é uma simples recreação, um passeio pela História do Brasil. O autor acredita que a interpretação do passado serve ao presente e fornece instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros. Êste livro satisfaz êsse objetivo

da pesquisa e da interpretação da História". Em março, pelo *Correio da Manhã*, Hermes Lima dava o seu parecer:

"Já não são raros os bons estudos sôbre a nossa história social e, entre os melhores, lugar de destaque se reservará, certamente, para o nôvo livro de Nelson Werneck Sodré — *Formação da Sociedade Brasileira*. (. . .) O livro de Nelson Werneck Sodré é digno da mais atenta leitura. É já livro de pensamento amadurecido no estudo da história econômico-social do País, todo informado por um espírito científico de interpretação, que marca, aliás, as melhores contribuições da nossa moderna inteligência em tais domínios. Cheio de idéias, denso de sugestões, oferecendo largas e seguras perspectivas do nosso desenvolvimento, é, sem dúvida, a melhor obra até agora escrita pelo autor que, aliás, já se afirmara, em volumes anteriores, um investigador lúcido do nosso passado, de nossas tendências e das correntes de nossa formação sociológica".

Em abril, pela *A Gazeta*, de São Paulo, Souza Filho reputava o livro "oportuno e atual", com "páginas eruditas e compreensivas", concluindo que não era "um trabalho definitivo", dado que abordava "problemas que oferecem margem a largos debates", com interpretações "susceptíveis de controvérsias" embora as posições do autor não fôsem "precipitadas nem arbitrarias", antes repousando "na análise meticulosa dos fatos, à luz dos métodos sociológicos", sendo, finalmente, "obra merecedora de leitura meditada, pelos ensinamentos e ricas sugestões que encerra".

Em maio, no *Jornal do Comércio* do Recife, Aderbal Jurema analisaria o livro, em dois artigos. No primeiro, dizia que era "um trabalho digno de ser lido e sobremodo notável pela síntese e concisão que soube dar à sua interpretação da sociedade brasileira até 1929". Seu louvor era declarado: "*Formação da Sociedade Brasileira* é um livro nu da preocupação de demonstrar erudição, mas que revela, na pobreza franciscana das citações, um amadurecimento de raciocínio e de compreensão sociológica de um verdadeiro historiôgrafo do processo de formação do povo brasileiro. Talvez seja êste livro a nossa pri-

meira história popular". Apontava defeitos, contudo: "História popular que lucraria mais em clareza se possível fôsse diminuir o gôsto que o autor demonstra pelos períodos bem estirados, quase quilométricos, a exigir repetição de leitura para melhor se apreender a crítica ou o pensamento que o autor desejou fazer ou expor. Êsses períodos légua de beijo e o seu estilo frio e meio carrancudo são os únicos prejuízos para o entendimento do leitor comum, a quem o livro se destina, como o fêz notar o Sr. Nelson Werneck Sodré às primeiras linhas de sua Introdução". No segundo artigo, Aderbal Jurema acentuava, no autor, a "maneira de analisar, com honestidade e inteligência os pontos mais controvertidos de nossa vida econômica, social, política e religiosa".

Quero apreciar em separado duas críticas contrárias, que o livro recebeu, para que os escritores jovens, que porventura leiam estas memórias, saibam distinguir, em proveito próprio, uma crítica de honesta divergência, em termos de matéria opinativa ou mesmo em termos de análise conceitual, de uma crítica cuja origem e motivação é desonesta e que se esmera apenas em injuriar obra ou autor, ou ambos, enraizada em alguma frustração, no propósito político de diminuir e, se possível, destruir o adversário ideológico, às vêzes em simples antipatia pessoal ou no revide a qualquer gesto, intenção ou ação do autor, involuntário ou propositado. As críticas do primeiro tipo devem merecer pelo menos respeito; freqüentemente, elas são úteis ao autor; em alguns casos, podem ser mesmo importantes e fecundas em ensinamentos. Devem ser sempre tomadas em consideração. As críticas do segundo tipo não merecem, evidentemente, respeito algum; não mereceu sequer resposta; elas não têm, de forma alguma, a eficácia que supõem os espíritos acanhados que as atiram, como simples pedradas; enganam-se os que esperam, com a verrima, vencer o mérito; até porque tais vilanias costumam provocar atenção para a obra ou o autor que visam, funcionando como propaganda e, portanto, com o sinal invertido. Assim como há, na crescente produção de livros, numerosos autores marginais, que se colocam, às vêzes propositadamente, fora dos limites da literatura, ou da ciência, ou da arte, há críticos que, em busca da satisfação pessoal, do desabafo, colocam-se, também, deliberadamente, fora daqueles limites, à margem da área literária, científica ou artística.

Tomemos, no meu caso particular, a título de exemplo, a crítica dêste segundo tipo. Ela apareceu em rodapé de jornal de província. Não interessa a autoria. O título da seção de crítica literária era "Interpretações"; o da crítica em questão, "Vulgarização Científica". Começava assim: "Abundam, sem dúvida, os ensaios de interpretação de nossa formação histórica". Começava por uma inverdade: o inverso é que acontecia, e acontece. Lembrava, em seguida, "os estudos fundamentais de Oliveira Lima (principalmente *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*) e de Paulo Prado (principalmente *Retrato do Brasil*), chegando à culminância de Gilberto Freyre, de um lado, e de Artur Ramos, de outro". Êsses estudos, continuava o crítico, "pouca coisa deixam de original aos demais escritores". Para êle, assim, a pesquisa como a análise histórica deviam parar: tudo estava feito. Mas êle insistia: "Pode-se dizer, mesmo, que nada deixam, se considerarmos que o que havia de fundamental e de substancial já foi dito por êles". Restava apenas repetir, seja pelo caminho da vulgarização científica, seja pelo caminho das monografias, aquêle com "deficiências incuráveis", êste constituindo "o lado útil do dilema". Reafirmava, no final: "Esgotada, pois, como está, praticamente, a história sociológica do Brasil, pelo menos com os dados de que agora podemos dispor, vimos que apenas as monografias e as seleções poderiam ter lugar, para esclarecer melhor os detalhes ou para difundir os ensinamentos dos mestres. Vimos, também, que essa difusão encerra um sem número de perigos, pelas facilidades que provoca, pela 'irresponsabilidade' que acarreta, de modo que muitos enganos se difundem, pela própria incompreensão do vulgarizador — e que êsses perigos devem ser apontados e suas conseqüências desmascaradas, inobstante a boa fé do autor e o respeito que se tenha pelo esforço intelectual que sua obra representa". Até aqui — e estamos a duas linhas do fim do rodapé — o pedestal que, como se verifica, é constituído apenas por tolices. Agora o remate, quando, sem analisar uma só tese de meu livro, fulminava-o com inapelável sentença: "São essas as premissas que achei necessário fixar, para o estudo de uma genuína obra de vulgarização: Nelson Werneck Sodré — *Formação da Sociedade Brasileira* — Coleção Documentos Brasileiros — Livraria José Olímpio Editora — Rio — 1944 — 388 págs.". Se fôsse interessante — mas não é — êsse amontoado de afirmações peremptórias seria desmontado em algu-

mas linhas; o crítico penetrava, aliás, em terreno que não era o seu, sôbre o qual pouquíssimo conhecia. Isso não o impedia, entretanto, de estabelecer teses e de fazer julgamentos. Tudo no evidente intuito de desacreditar, pela ngação pura, aquilo que o incomodava. Por quê? Só êle poderia dizer. Sua carreira futura explicaria, mas só adiante surgiriam os dados.

Agora, o outro tipo, que não apenas serve aqui de exemplo — que a todos interessa — mas como ensinamento para mim e elemento para reexame de minha obra. Vou transcrever na íntegra essa crítica — dois palmos de coluna, em um só e compacto parágrafo — aparecida na seção “Crítica Literária”, sob o título “Sociologia e História”, no *Diário da Noite*, de São Paulo, assinada por Lívio Xavier:

“É o Sr. Nelson Werneck Sodré um trabalhador infatigável no vasto campo da pesquisa sociológica aplicada ao desenvolvimento histórico do Brasil. A sua mais recente contribuição a êstes estudos é, como tôda a sua obra já publicada, digna do melhor elogio como produto de um espírito não prevenido por preconceitos de escola ou tendência política. A ponderação, a seriedade na argumentação será a sua *faculté maitresse*, o que decerto não lhe será também o menor louvor. Por amor a ela, pode-se desculpar no Sr. Nelson Werneck Sodré certo grau de difusão e de preciosismo na expressão dos seus juízos. Não que êle seja dogmático ou pedante. Afigura-se-nos antes que o defeito apontado seja função de uma poda insuficiente do material e de forma literária imprecisa”.

“Mas acontece — continuava êle — que, enquanto essa imprecisão, mais de forma, não poderia afetar o curso da exposição do pensamento do historialor, o qual tratava de assuntos mais bem determinados e assim delimitados por sua própria natureza, (por exemplo um panorama do Segundo Império, um estudo sôbre a grande propriedade pastoril), o presente estudo, por seu próprio objeto, suporta mal essa imprecisão, essa ausência de fórmulas sintéticas, essa constante flutuação dos elementos da necessária interpretação final. Aqui, de meramente literário, o defeito passa a ser de lógica, isto é, de fundo. Em última análise, trata-se da incômoda questão da vizinhan-

ça, que está longe de ser pacífica, ainda hoje, nos arraiais da ciência constituída, entre a história e a sociologia. O mais obscurantista dos universitários pode hoje concordar, como aceita, como indiscutível, a hipótese de Copérnico, com uma interpretação econômica dos fundamentos da Revolução Francesa, ou mesmo uma análise da correlação das classes no Brasil colonial, tal como a faz o Sr. Nelson Werneck Sodré (pág. 97), aliás excelentemente. Mas, quando se passa a interpretar um desenvolvimento que ainda não chegou ao seu termo, multiplicam-se as razões de discrepância, cresce a dúvida na legitimidade dos processos da pesquisa alheia, mobilizam-se os argumentos quase militarmente, como artigos de fé”.

Aprofundando sua crítica, insistia:

“Mesmo o que se poderia chamar de agnosticismo histórico do Sr. Nelson Werneck Sodré não poderá escapar ao crivo implacável das preferências por um dado critério sociológico, o que é apenas um eufemismo para exprimir uma opinião política. Na sua introdução diz o autor, com a sua honestidade exemplar que ‘... por mais objetivo que seja um estudo, êle comporta, sem prejuízo da sua clareza e da validez de algumas de suas conclusões, uma certa posição, da parte de quem o leva a termo. Esta posição não está divorciada, como pode parecer, da ausência de dogmatismo, e da ânsia de encontrar o sentido exato’. Se assim é, podem-se suscitar sérias objeções a algumas das conclusões do autor, no decorrer do livro, e máxime no último capítulo, que trata da República, e no qual define êle os traços principais da paisagem social brasileira imediatamente anterior ao movimento revolucionário de 1930. É, pelo menos, impreciso o pensamento do autor quando diz, por exemplo, que no Brasil de 1929, não existe ainda ‘uma delimitação de classe nítida’, e fala de ‘sociedade inorganizada’ onde não se chegou ‘a elaborar elites compatíveis com a direção da coisa pública’. Mesmo como afirmação de credo parietista, é demasiado sumário, e seria conveniente que o autor fôsse mais explícito na

referência aos 'elementos melhores' no movimento ascensional anterior à quarta década do século XX. Mas, isso é outra história . . ."

Aqui, estamos diante de um crítico. Em rápida análise, elogiava o que merecia elogio, no autor e no livro, e denunciava a falha essencial dêste. Creio que posso aceitar — já poderia me orgulhar disso naquele tempo — sem falsa modéstia, as referências favoráveis ao meu "trabalho infatigável", ao meu "espírito não prevenida por preconceitos de escola ou tendência política", à minha *faculté maitresse* de "ponderação, de seriedade na argumentação". Acredito que o crítico não me fazia favor nisso (nunca tive, aliás, o prazer de conhecê-lo pessoalmente). Mas, em compensação, cabia a mim reconhecer, com humildade, quando êle mencionava "certo grau de difusão e de preciosismo na expressão" dos juízos, quando se referia ao meu "agnosticismo histórico", cabia a mim reconhecer que êle estava certo. Afirmar que, no Brasil anterior à Revolução de 1930, não existia ainda "uma delimitação de classes nítida" era, pelo menos, imprecisão de linguagem. Minha intenção, realmente, — que ninguém era obrigado a adivinhar — era a de afirmar que a burguesia não aparecia ainda, antes de 1930, com sua clara delimitação, sabia-se que, nos indivíduos, era comum existir fazendeiros que eram banqueiros, agricultores que eram industriais. Mas a expressão era confusa, sem qualquer dúvida. Quanto à conclusão de que ainda não chegáramos, no Brasil, "a elaborar elites compatíveis com a direção da coisa pública", tratava-se não apenas de reflexos paretistas e, conseqüentemente, reacionários, mas de tolice, em dimensão inequívoca. As expressões "elementos melhores", que figurariam no "movimento ascensional" anterior à quarta década do século XX, eram ambíguas e não científicas. Embora não mencionasse explicitamente, Lívio Xavier acusava a deficiência essencial da obra: a sua confusão conceitual. Onde ela existe, ou predomina, o teor científico dilui-se. A linguagem conceitual precisa funciona como sistema de coordenadas, que delimita as dimensões do trabalho científico. Se ela não existe, não existe ciência. Foi isso, precisamente isso, que inutilizou o livro, onde há, sem dúvida, apreciações parciais justas e até novas, trechos aproveitáveis e nada daquilo que o crítico típico da besteira malevolente assi-

nalava. O livro pretendia alcançar o grande público — desprovido, por isso mesmo, de citações e de referência bibliográficas — mas não era vulgarização científica, coisa inteiramente diversa. O fato de não ser ciência é que marcava a sua desvalia. O crítico que tipificava a opinião negativa, mas fundamentada e sem malevolência, porque conhecia o assunto e porque era honesto, ressaltando alguns méritos do livro, reforçou a sua condenação. E, no fim de contas, ajudou o autor.

LOBATO

A título de curiosidade, é interessante recordar que um inquérito realizado entre escritores, para conhecer quais os melhores livros publicados em 1943, nos domínios da ficção — romance, conto, tradução — apontava, quando abril de 1944 ia em meio (não guardei o resultado final, mas tenho quase certeza de que confirmava o dessa data), *Fogo Morto*, de José Lins do Rêgo, como o melhor romance; *Navio sem Pôrto*, de Lia Correia Dutra, como o melhor livro de contos; *Os Thibault*, de Roger Martin du Gard, como a melhor tradução, devida a Casimiro Fernandes. Meus votos foram para os dois últimos. Escolhi, entretanto, *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, como o melhor romance. Optar entre êste e *Fogo Morto* era difícil; o romance de José Lins do Rêgo viria a ser talvez a sua melhor realização, ultrapassando *Menino de Engenho* e *Bangüê*, depois do que começara a declinar. O de Jorge Amado, que, com êle, retomava a sua saga do cacau, colocava-se como a melhor realização dêste, que voltava ao nível de *Jubiabá*, e ganhava em lirismo, no toque poético da narrativa. *Fogo Morto* fôra preferido por muita gente boa: Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Joel Silveira, Otávio Tarquínio de Sousa, Astrojildo Pereira, e já havia alcançado vinte e três votos. Em segundo lugar, entre os romances, com sete votos, vinha *Perto do Coração Selvagem*, com que estreava Clarice Lispector; é curioso lembrar que os sete eram Marques Rebêlo, Lúcio Cardoso, Diná Silveira de Queirós, Murilo Rubião, Fernando Sabino, Alfonsus de Guimarães Filho e Manuel Cavalcanti, que suponho ser o crítico a que faltava, no noticiário, o nome final: Proença. O romance de Jorge Amado vinha

em terceiro lugar, com cinco votos; além do meu, merecera o de Genolino Amado, Artur Ramos, Dias da Costa e . . . Graciliano Ramos, e o que significava, uma vez que o autor de *Angústia* era indicado entre os que haviam escolhido *Fogo Morto*, estar confuso o noticiário. Peregrino Júnior, que teve o seu pronunciamento divulgado no mesmo dia em que o foi o meu, refletia a generalizada dúvida que reinava entre os escritores, para a escolha do melhor romance; “Considero *Fogo Morto*, de José Lins do Rêgo, e *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, os dois melhores romances publicados em 1943. Contudo, prefiro dar o meu voto ao primeiro”.

Eu continuava a depender de um representante em São Paulo, para receber o pagamento dos meus artigos. Por um trecho de carta dêsse representante, em fins de maio, é possível verificar quanto isso era difícil:

“Recebi sua carta de 7 de maio, bem como os dois artigos que vieram com ela, os quais levei à redação do *Estado*. Estive hoje na Editôra Brasiliense, onde recebi do Sr. Artur Neves a importância de duzentos cruzeiros. Recebi, mais, na redação do *Estado*, a quantia de trezentos cruzeiros, correspondente aos artigos: “Rui, o apóstolo” (16.III), “Fogo Morto” (25.III) e “Alemanha de Amanhã” (30.III). Relativamente aos artigos “Sílvia Romero” (13.IV), “Lobato” (27.IV), “Euclides” (4.V) e “O documento de uma Época” (18.V), fui mandado pelo Dr. Sérgio Milliet receber o dinheiro no escritório situado na rua Boa Vista, nº 127, 10º andar, sala 1.022, onde me descontou três por cento sôbre o valor dos cinco últimos artigos. Nesse escritório é mais fácil receber as importâncias, pois no *Estado* quase sempre essa operação era difícil, e muitas vêzes eu tinha de ir três ou quatro vêzes para poder ser atendido, e talvez fôsse por isso que o Dr. Sérgio Milliet me mandou ao escritório”.

O escritório era nada menos que a sede da seção paulista da Sociedade Brasileira de Escritores, onde Mário Neme, abne-

gadamente, montara uma organização de recebimento de direitos autorais, para que os escritores não tivessem de ficar na dependência dos bofes dos proprietários de jornais. Tenho, como recordação, o pedaço de papel em que Mário Neme, com sua letra miúda, me prestava contas de que recebera para mim, em nome da SBE, de artigos publicados, em junho, no *Estado* e em *Hoje*, a importância de quatrocentos cruzeiros; deduzidos os três por cento da taxa de serviço, ficavam à minha disposição trezentos e oitenta e três (cinco cruzeiros, além dos doze da taxa, haviam sido gastos em selos). É fácil compreender a razão pela qual as emprêsas jornalísticas sempre combateram ferozmente qualquer organização dos escritores para a defesa de seus direitos: vivem da exploração do trabalho dêles (como, naturalmente, dos jornalistas e dos gráficos).

No Brasil há, realmente, muita coisa que destruir. Quem gostava dessa frase era Graça Aranha. Usei-a, em artigo sôbre Lobato, publicado pelo *Estado*, em abril. Ele me mandou, a propósito, rápido bilhete: "Obrigado por ter-se ocupado comigo pelo *Estado*. Sim, meu caro, o que há a destruir, em nossa terra, é coisa acima ainda das fôrças da RAF ou do Prestes Maia — e enquanto não destruírmos essa concreção que vem desde os tempos da colônia, não há como construir a sério — há só essa simulação de construção que aí vemos. Não posso compreender nenhuma construção sem demolição prévia; do contrário, temos superfetação, superposição, coisa pior, talvez, do que não ter coisa nenhuma. Mas agora vejo que estou a latir como um cachorro de tanto ão-ão. Maldito ditongo!" Antes que nos fôsse possível destruir, entretanto, e sob os auspícios da agonia do nazi-fascismo, estávamos fazendo coisas — construindo, em suma. Era o que Edgard Cavalheiro me mandava dizer, em junho: "Rumôres do próximo congresso de escritores, pouca gente escrevendo grandes livros, muitas editôras novas — uma em cada esquina". Ele mesmo estava construindo: "Estou botando os pontos finais num livrinho que escrevi sôbre o Garcia Lorca, para tocar depois, com tôda a energia, o Glicério. Estou sentindo que o negócio está ficando maduro".

Emancipado da servidão literária, com o emprêgo excelente de representante da Editôra Globo em São Paulo, Edgard Cavalheiro ganhava uma desenvoltura de julgamento que, alicerçada em conhecimento literário muito amplo e sensibilidade na aferição de valôres davam às suas cartas um sabor especial de

crônica da vida e da criação literárias. Em julho, por exemplo, fazia um balanço das nossas letras que merece atenção:

“Estou com você: não é possível coisa pior, em matéria de literatura, do que as últimas ‘novidades nacionais’. Andei tentando ler as mais recentes ‘revelações’ no romance — Xavier Placer, Fernando Sabino, Almir de Andrade, Novelli Júnior, Caio Jardim, um outro, autor de *Lixo*, etc., etc. — e palavra que, com exceção do Fernando Sabino, não cheguei ao fim de nenhum. Uma decadência absoluta. Os bons romances são ainda dos romancistas consagrados. Os novos, bem, os novos, só matando. O mais triste, na história, é que a gente não pode nem sequer fazer prognósticos com esses estreatantes. São de uma ruindade sem remédio. Começam desconhecendo completamente o instrumento de trabalho. Pensam que escrever modernamente é ignorar as mais comeczinhas regras. Não adiantou, pelo que vejo, coisa alguma tôda a fôrça de um Mário de Andrade, em tornar mais plástica a nossa língua. Das experiências dos modernistas, só aproveitam o lado ruim. Veja os poetas. Mas alguma coisa de melhor deve estar atrás disso tudo e que naturalmente surgirá, quando os tempos forem outros. Assim é que não pode continuar”.

A chave daquela análise severa, mas justa, estava naquela expressão: “quando os tempos forem outros”. A ditadura paralisara o nosso desenvolvimento cultural, como paralisara o nosso desenvolvimento político. Aquela enxurrada medíocre resultava de sua ação esterilizadora.

Em outro trecho da mesma carta Cavalheiro escrevia: “Imagino o trabalho para fazer uma obra com êste título: *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*. Mas é um trabalho que lhe vai compensar as canseiras, podes ficar descansado. Até eu serei um consultor assíduo. Tantas são as coisas que já se escreveu sôbre o Brasil que o leigo se perde num oceano de brochuras, sem saber qual a digna de ser lida. Sômente sôbre o período republicano, eu andei vendo centenas de livros. O pior é que, da centena, a gente salva um ou dois. Gasta-se muito papel inútilmente nesta terra”. Êste comentário referia-se a um

trabalho que eu estava preparando, por encomenda da Editôra Leitura, gêmea da revista do mesmo nome. A idéia surgira de conversa minha com o diretor da revista, lançado, agora, aproveitando a corrente, na atividade editorial. Era uma dessas descobertas do óbvio, tão comuns em todos os campos e de que, às vêzes, surgem inovações sensacionais. A nossa não tinha tais dimensões ou pretensões, mas apenas a da utilidade, visando poupar esforços.

Surgira da constatação dos obstáculos encontrados pelos norte-americanos que, como conseqüência da guerra, estavam “descobrimdo” a América Latina, o Brasil com destaque, para conhecer as nossas coisas. Não tínhamos bibliografias organizadas, não tínhamos cartografia, não tínhamos sequer estatística econômica digna de fé. Por fôrça da pressão dos nossos “aliados tradicionais”, começou o corre-corre do levantamento dos recursos, do balanço das possibilidades. No terreno bibliográfico, fêz-se também alguma coisa: Rubens Borba de Moraes, de parceria com William Berrien, procedeu a um inventário de fontes de estudo. Da constatação dessas dificuldades, como daquelas, idênticas, dos próprios brasileiros iniciantes, aprendizes, estudantes, surgiu a idéia do livro. Combinamos alguns detalhes, elaborei um plano e coloquei mãos à obra. Não havia imaginado que fôsse tanto e tão difícil o trabalho preparatório, mas essencial, que consistia em selecionar as obras a indicar, fazendo um resumo e um juízo de cada uma. Eram centenas a escolher, entre dois ou três milhares a examinar. Constatee, desde logo, as numerosas e graves lacunas que a bibliografia brasileira apresenta: nossa cultura, com algumas áreas de avanço, semelhava uma rêde de pesca, com mais furos do que tecido. Em variados campos, não tínhamos o que indicar. E, desde logo, ficou claro que as indicações não correspondiam, obrigatoriamente, em juízos de valor e, com mais fortes razões, a concordância com as teses defendidas pelos autores. A preparação foi penosa e longa. O livro apareceu em 1945. Adiante, voltarei a êle.

Em agôsto, Edgard Cavalheiro falava de meus livros em andamento e dos dêle:

“Li sua entrevista sôbre *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil* e estou aguardando curiosamente o traba-

lho. E o livro sôbre o Brasil que entregaste ao José Olímpio? Quando sairá? Cumprindo um velho compromisso com o Martins, conclui há uns quinze dias o meu ensaio sôbre o Garcia Lorca. Com grande surprêsa, verifiquei que a coisa dará um livrinho regular, com umas cento e cinqüenta a cento e oitenta páginas. Aconteceu o seguinte: há tempos, escrevi dois artigos sôbre o Lorca, e publiquei-os no *Estado*. O Martins achou que eu devia ampliá-los um pouco e fazer um volume da 'Mosaico', nem que fôsse para completá-lo com uma pequena antologia de poemas do homem. Comecei a melhorar a coisa, a reler a obra do poeta, a percorrer críticos, biógrafos etc. E, de vez em quando, escrevia uma página. Quando, há um mês, peguei na coisa com vontade, dei o arranco final e o resultado foram nada menos do que cem páginas datilografadas. Já entreguei ao Martins e não tenho idéia se é bom ou mau. Só nas provas é que talvez me arrependa. Por enquanto, estou de dieta . . . Escrevi, também, uma introdução para as cartas do Lobato, que a Editôra vai lançar, com o título de *A Barca de Gleyre*. Um livro interessantíssimo, êste. Vais gozar um bocado com os rompantes do Lobato. É o livro mais pessoal, o que melhor o explica. Será, a meu ver, o seu grande livro”.

A preocupação principal de Edgard Cavalheiro, naquela altura, porém, era outra:

“Assoberbado pelos trabalhos da campanha contra o *Pocket Book*, não tenho feito outra coisa, êstes últimos dias, senão agitar, escrever memoriais, telegramas, artigos, cartas, o diabo. Independente do fato de estar ligado a uma editôra, eu acho, meu caro Nelson, que precisamos reagir contra a infiltração do livro americano em língua portuguesa. Infelizmente, estou com muito serviço e não posso expor a v., com todos os detalhes, os males, ou melhor, as tristes conseqüências que, para a nossa vida mental, tais livros irão trazer. Mas v. é suficientemente inteligente e lúcido para ter percebido o problema. Deve, também, ter lido a moção apresentada pela Sociedade dos Escritores.

Embora eu não concorde com todos os itens de tal moção, estou certo de que focalizaram a questão com felicidade no item nº 8. Releia-o. Pense no assunto. E contribua com a sua pedrinha, escrevendo uma crônica para o *Estado*, ou dando uma entrevista aí. Converse com o Rosenblat sôbre o assunto”.

Claro, conversei com Maurício Rosenblat sôbre tal assunto, como sôbre muitos outros, porque eu era amigo do representante da Editôra Globo no Rio e que era criatura das mais inteligentes, dignas e eficientes que conheci. Acompanhei a proclamação, na luta contra a ameaça que o *Pocket Book* representava, mas não fui empolgado pela campanha. Sabia o que ela representava — ou presumia saber — mas constatava que estávamos, escritores, editôres, educadores, jornalistas, combatendo efeitos, esquecendo causas. Mas isso é já outra história, ou outro capítulo da mesma história, o capítulo da agressão cultural.

Um dos lançamentos mais importantes do ano, em 1944 — Edgard Cavalheiro tinha razão — foi *A Barca de Gleyre*. Começava por ser excepcional, ou raro, quanto ao gênero. São poucos entre nós, — praticamente não existiam, até então — os livros de correspondência. Creio que o precedente mais destacado foi o que reuniu cartas de Jackson de Figueiredo a seus amigos; êsse livro, hoje fora de circulação, só encontrável em bibliotecas, não pode deixar de ser estudado pelos que pretendem fazer um balanço do pensamento conservador no Brasil. Fora êsse caso, não me vem outro à memória, e é claro que aos livros de certa importância me refiro. Assim, a correspondência de Monteiro Lobato como que inaugurava o gênero, pelo menos na altura em que êle o colocava e como livro em que a literatura era o tema central. Como sabem os que o conhecem, reúne as cartas escritas por Lobato ao seu amigo Godofredo Rangel, durante anos. Nelas, o futuro autor de *Urupês* mostra-se em verdadeira grandeza e sem disfarce algum, dêsse que todos usam, na vida em sociedade. Quer dizer: sem disfarce algum é exagero, mas, na verdade, com o mínimo possível de disfarce. Lobato, homem, como é muito comum entre nós, cheio de falhas de julgamento, gostando de opinar sôbre o conhecido e o desconhecido, tinha a mania das cartas, em que foi substituído, depois, por Sobral Pinto. Mas, enquanto êste as escreve como

dever de consciência e sempre tratando de sua preocupação com os direitos individuais, Lobato as escrevia sôbre qualquer assunto, dos econômicos mais especializados aos literários. *A Barca de Gleyre* não contém cartas dêsse tipo, em que êle foi prolífico. A correspondência, aqui e ali tocando em problemas pessoais — a morte do filho, por exemplo — ocupa-se essencialmente de literatura. E constitui, por isso — pela sinceridade, pelo desembaraço nas expansões, pela despreocupação com juízos alheios — preciosa fonte que, via de regra, tem sido desprezada pelos nossos estudiosos, os críticos como os historiadores.

Não fui amigo de Monteiro Lobato. Mantivemos relações cordiais que a falta de oportunidade impediu que se aprofundassem. Encontrávamo-nos, quando morei em São Paulo, com frequência, nos escritórios da Companhia Editôra Nacional e, mais tarde, sem aquela frequência, entretanto, nos da Editôra Brasiliense que, desde a fundação, passou a editar a sua obra, em volumes avulsos e em coleções. Lobato era excelente conversador, desabusado, irônico, vivo. Nessas conversas, as suas falhas de cultura, que apareciam nas falhas de julgamento, mostravam-se em tôda a dimensão. Nos escritórios da Brasiliense havia, naquele tempo, alguns quadros modernos, de Portinari se não me engano. A propósito de tais quadros, Lobato, que não voltou jamais atrás nos conceitos externados, tantos anos antes, a respeito da mostra de Anita Malfatti, no artigo que se tornou tão discutido, fazia comentários que denunciavam absoluta incompreensão da pintura. Para isso, talvez tenha contribuído justamente a repercussão daquele artigo e o fato de ser referido sempre como modêlo de desconhecimento do assunto. Como reação, Lobato — que poderia ter revisto seus juízos anteriores, e isso seria natural — reafirmava, em tôdas as oportunidades, e sempre de forma áspera e irônica, uma posição que, acredito, se não tivesse ficado marcada, êle já teria abandonado.

Escrevi, sôbre *A Barca de Gleyre*, um artigo, que apareceu no *Estado*, creio que em outubro. Dos últimos dias de setembro, pelo menos, é a carta em que Edgard Cavalheiro se refere a êsse artigo:

“Estou com a sua carta de 19 e o artigo sôbre o livro do Lobato. Um excelente artigo, por sinal. Fui ao Es-

tado mas, como o Sérgio estava fora, não me arrisquei a deixá-lo. Hoje, segunda-feira, voltarei e, então, farei a entrega, com a sua recomendação no sentido de dar preferência a êle, pela oportunidade do assunto e pelo Lobato. Deixei a tua sugestão pois, na verdade, acalento a fagueira ilusão de ser o futuro biógrafo do homem. O próprio Lobato já percebeu minhas aspirações e, honestamente, tem me facilitado muito, inclusive horas e horas contando coisas. Mas escrever a vida do Lobato, estando êle ainda com vida, não é coisa fácil nem aconselhável. O homem não é fácil de se pegar e, além do mais, ao lado do meu grande entusiasmo pelo homem e pela obra, tenho as minhas restrições. Essas restrições, algumas de ordem política, não convém discuti-las agora. Contar a vida de um homem é contar com o máximo de verdade. E como abordar o caso do petróleo, no momento? Como tocar nas últimas atitudes lobatinas — suas cartas volantes, admiráveis como crítica, mas inconseqüentes como atitudes políticas?”

Não posso esclarecer, ao certo, se, no caso do petróleo, como no caso dos pronunciamentos de Lobato, a partir dos fins da guerra, Cavalheiro discordava de seu futuro biografado porque adotava posições melhores ou piores. Só posso afirmar que Cavalheiro foi sempre um liberal, com o tipo de tendências que, logo adiante, se definiria na UDN, o partido antiditatorial quando a ditadura já não existia, aqui tomado como sua expressão média e inicial e não na expressão que, ao longo do tempo, e pela sua cúpula, foi assumindo, e em que o farisaísmo político era a nota dominante. Ora, Lobato, que fôra sempre um conservador, e mais por incompreensão dos problemas — seu tipo *Jeca Tatu*, representava falsa e reacionária visão das coisas — tomara-se de pendores violentamente esquerdistas que, ao libertar-se a imprensa das peias da censura, foram afirmados de público, em entrevistas, discursos, declarações, a qualquer momento em que a oportunidade se apresentasse. Começava a ser moda, então, ostentar esquerdismo, elogiar a União Soviética e, adiante, glorificar Prestes e até mesmo conversar com o dirigente que passara dez anos na prisão. Em Lobato, isso poderia ter tido influência no subconsciente, mas não estava presente

nas posições que adotou. Era homem de rompantes, íntegro, sincero. Nêle, as posições novas derivavam de íntima convicção. E, por outro lado, jamais deixou de ser um individualista feroz, que estimava andar só, em discrepar de tendências dominantes, adotadas por isso. Até que ponto Cavalheiro discordava dessas posições da última fase da vida de Lobato não tenho condições para esclarecer.

Nessa mesma carta, Cavalheiro dava algumas informações interessantes: “Uma notícia que talvez de te agrade: vamos (a Globo) editar o romance de Amadeu de Queirós, *João*, uma coisa melhor ainda do que *A Voz da Terra*. E pegamos, também, o romance premiado pela Academia Paulista, *Um Olhar para a Vida*, de Maria Luísa Cordeiro Prestes, uma estréia”. Vinha, depois, repondo Lobato na berlinda, o que sabia sôbre a última façanha do seu amigo: “Releio tua carta e vejo que tocas na candidatura do Lobato. O caso é o seguinte: êle não recebeu convite algum da Academia. E, se receber, não escreverá as cartas de praxe. Se fôr aclamado, com a dispensa de tôda e qualquer formalidade, não recusará públicamente, mas não tomará posse. O certo é que não há nada de positivo. Lobato é um homem de ‘veneta’. Os repórteres vão procurá-lo e êle faz blague. Mas não há perigo dêle acabar de fardão, saudado por qualquer dos cavalos que pastam no campo das letras oficiais”. Em outra carta, de 19 de outubro, voltava ao assunto: “Outro caso que tem dado panos para manga é o do Lobato com a Academia. O Cassiano e o Múcio torceram completamente o sentido de um telegrama do Lobato e apresentam êste grande homem como um safado sem palavra. Lobato aceitaria a Academia se fôsse aclamado, se não tivesse que concorrer às eleições. Candidatar-se, nunca. Aliás, o Lobato tem uma carta do Cassiano que, se publicar, enterrará para todo o sempre êste mulato ordinaríssimo”.

O caso entre Lobato e a Academia rendeu muito. Era um caso ridículo, à margem da cultura, embora protagonizado por escritores, dêsses casos que marcam o provincianismo de nossa vida literária e a função da Academia como reduzida, agora, a alimentar êsse provincianismo. Acompanhei-o, de longe, pelo noticiário dos jornais, apenas quando me sobrava tempo para isso. Espetáculos circenses despertam sempre curiosidade, entretanto, e a imprensa, amordaçada em relação ao importante, servia-se daquilo para distrair leitores fatigados pela monotonia do

noticiário interno, tão contrastante com a gravidade severa do noticiário externo. O caso, em confronto com o gigantesco conflito que vinha sacrificando milhões de vidas, assemelhava-se aos que haviam marcado o festim de Baltasar. Mas, nêle, Lobato e a Academia apareciam com tôdas as suas debilidades. Esta cometera a baixeza de, por alteração estatutária adrede introduzida, acolher o chefe do govêrno ditatorial, que encarcerara alguns dos maiores escritores do País, expulsara professores de suas cátedras, permitira a queima de livros e o expurgo de bibliotecas, mantinha severa censura aos jornais e ao rádio e, por processos variados de pressão, ao livro. Getúlio Vargas não era um Ataulfo de Paiva qualquer; homem inteligente, não desonrava a instituição com a sua companhia. A realidade, porém, é que nela ingressara não por suas qualidades intelectuais, menos ainda pelas literárias, que estas inexistiam nêle, mas por ser o ditador, o homem poderoso, que podia punir e premiar, fonte de benesses e de vantagens.

Nem a teoria do “medalhão” — sustentando a necessidade do ingresso, à imitação do modelo francês, de pessoas ilustres, embora não dotadas intelectualmente e alheias às letras — justificava a escolha. E havia, além do mais, a exceção que obrigara a rasgar normas e estatutos, consagrados inclusive pela tradição. Como, entre as normas e determinações estatutárias, havia a de candidatar-se o pretendente — que se submetia, assim, ao risco da derrota na eleição — e de dirigir-se aos membros, solicitando-lhes o voto, e um ditador não poderia, realmente, sujeitar-se a isso, pois se colocava sob julgamento e podia enfrentar recusas, a Academia, com os seus elementos mais dotados de aulicismo à frente, rasgara aquelas normas e determinações estatutárias. Essas normas eram ridículas, humilhantes, fora de propósito, permitindo aos membros da Academia uma preeminência de todo descabida e tornando a instituição de fácil contrôle por grupo reduzido de pessoas, arvoradas em árbitros do valor literário de tôdas as outras que trabalhavam no campo das letras e, desde que adotada a teoria do “medalhão”, também em outros campos. O pecado teria sido perdoável se, revogadas aquelas disposições ridículas e humilhantes, para poder ingressar o escolhido, que estava dispensado até de candidatar-se, ficassem revogadas para sempre, reformando a instituição, em seu próprio benefício, uma legislação inadequada. Mas não: colocado o chefe do govêrno ditatorial dentro, fecharam, nova-

mente, as portas, ergueram a ponte levadiça, voltando a vigorar aquela legislação antiquada, aquelas normas ridículas e humilhantes. Quando tudo isso ocorreu, parece que só um dos membros da Academia recusou-se a participar da aclamação do ditador: Afrânio Peixoto. Teria sido uma prova de inteligência, além de o ser de probidade, se tivesse sido adotada sua decisão na decorrência e na obediência a princípios. Parece — de forma alguma estou fazendo uma afirmação categórica, pois não conheci o problema dos bastidores — que Afrânio Peixoto obedeceu apenas a impulso pessoal, de antipatia pelo homem, e não pelo que êle era, funcionalmente. Se assim foi, essa exceção perdeu o mérito, porque, no fim de contas, o que estava em jogo eram os princípios, pois pessoas piores que Getúlio Vargas, até intelectualmente, até literariamente, já estavam dentro da Academia.

Que Lobato almejasse o mesmo tratamento, não era nada de extraordinário. Julgava-se, como escritor que conquistara largo espaço no aprêço dos confrades e do público, merecedor de tal tratamento. Recusava-se a tomar a iniciativa da candidatura e recusava-se particularmente a fazer a horrosa visita aos acadêmicos, para lhes solicitar o favor de um pronunciamento em seu benefício. Mas Lobato, no seu feroz individualismo, queria ir mais longe, recusando-se a vestir o fardão, a pendurar o espadim e, finalmente, a tomar posse. Se a Academia aceitasse tôdas essas condições, deixaria de ser o que era. O bizantinismo do fardão e do espadim — compreensíveis no modelo originário francês, como tradição de uma época em que as distinções externas confirmavam e reafirmavam as diferenças de classe, e quando a marca aristocrática do saber era muito mais acentuada — não escapava a qualquer observador. Faltava apenas o menino despachado e ingênuo que via o rei nu, apesar dêste se supor ricamente vestido e de ser apregoado pelos áulicos que assim era, para proclamar o grotesco de homens amadurecidos, alguns na idade provecta, exibindo dourados na farpela, aliás caríssima, e rebocando um espadim ainda mais grotesco. Era natural que o agudo senso do ridículo — tão comum nos brasileiros e só ausente, por singularidade, nos “imortais” — de Monteiro Lobato lhe proibisse prestar-se ao vexame do triste espetáculo de exhibir-se com aquela fantasia carnavalesca. Aceitar o ingresso na Academia sob as exigências da aclamação, da dispensa dos trajés usuais ali e da solenidade de posse era equívoco

que mostrava as alternativas comuns no autor de *Urupês*, revezando intuições e incompreensões, avanços e recuos, acertos importantes e erros crassos. O problema de entrar ou não entrar para a Academia podia ser colocado, mas não naqueles termos. Nem era viável que esta capitulasse — se a sua essência era o culto da vaidade, defeito de fácil exploração, aliás — e concedesse em concordar com tôdas as exigências do veneteiro escritor cujos méritos literários eram reconhecidos mas de quem se pretendia que concordasse em respeitar normas e prescrições de que ela, desprimorosamente, só abriera mão no caso do ditador.

O leitor de hoje, particularmente se jovem, há de estranhar que essa batalha tôda tivesse sido travada por motivo tão secundário. A superação da glória acadêmica, realmente, nos dias que correm, no consenso das novas gerações — confirmada, aliás, pelo constante e visível rebaixamento do nível qualitativo médio dos componentes da “ilustre companhia” — reduz consideravelmente, na visão atual, o caso do ingresso de Lobato. O que reduz ainda mais as dimensões daquele caso, contudo, é o declínio do prestígio de sua obra, com o passar do tempo. Salvo a sua literatura infantil, ao que parece, Monteiro Lobato exemplifica o caso do escritor que chega a alcançar extensa notoriedade e que, logo adiante, começa a ser esquecido. Nessa obra, tão variada, aliás, as novas gerações não encontram aquilo que as mais antigas encontravam. Monteiro Lobato apareceu no fim da fase intervalar, cuja característica principal era a pausa, a estagnação, a mediocridade, entre a geração da Academia e a geração do Modernismo, de que foi, malgrado seu, precursor interessante.

A geração da Academia, assim conhecida porque foi aquela que criou tal instituição, foi, realmente, uma geração marcante, em que fulguraram Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, José Veríssimo, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Raimundo Corrêa, Lúcio de Mendonça, Alfredo de E. Taunay, a extraordinária plêiade que se distinguiu em todos os domínios, e a que, a rigor, pertencem ainda Euclides da Cunha, Graça Aranha, Alfonsus de Guimaraens, Afonso Arinos, e ainda grandes juristas, grandes parlamentares, grande políticos — Rui, Lafaiete, Lessa, Quintino, por exemplo — geração que ocupou o palco nos dois últimos decênios do século XIX e primeiro decênio do século XX. Já neste último, quando desapareceram Euclides e Machado, notava-se o início do declínio,

que se acentuou sempre, já não sendo preenchidos os claros que se abriam. Ao largo dos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, até quando o Modernismo começou a impor os seus padrões renovadores — não por volta de 1922, quando da Semana de Arte Moderna, mas logo depois de 1930, ao aparecer a floração dos romancistas ligados ao pós-Modernismo — reinou a estagnação, a pausa, a mediocridade. Foi a fase em que *A Esfinge* foi considerada estréia espetacular e Afrânio Peixoto aparecia como grande romancista; em que Paulo Barreto pontificava como renovador da crônica; em que a crítica era exercida por Medeiros e Albuquerque, Ronald de Carvalho, Osório Duque Estrada; em que já se notava o envelhecimento do parnassianismo e do simbolismo brasileiros.

Foi nessa fase de estagnação que apareceu, e desde logo com estardalhaço, conquistando o reduzido público que se interessava pelas letras, Monteiro Lobato. Foi nessa época que, como valores isolados, destacavam-se — mas apenas no julgamento posterior o segundo — o ensaísta Gilberto Amado e o romancista Lima Barreto. Tendo aquêles sido absorvido pela política e passando êste apagado, obscurecido, esquecido, Lobato foi o único, realmente, que conquistou o público, obtendo a possível consagração dêste, aquela que a época tornava enorme por excepcional. Só êle apareceu, desde logo, como escritor de mérito indiscutido. Tantos anos passados — meio século, na verdade — diminuíram enormemente a importância de sua obra, reduziram as suas dimensões. O caso de sua entrada para a Academia, por isso, não aparece com as mesmas côres e as mesmas proporções que o marcaram, quando ocorreu. Que Lobato tenha pertencido ou não à Academia, pouco importa, para o leitor de hoje. Naqueles dias, porém, importava: era errado, era absurdo, era injusto que êle ali não tivesse ingressado. E isso mostra como esmaeceram, em importância, em prestígio, tanto a Academia quanto Monteiro Lobato.

ESCRITORES E EDITORES

Que novidades Edgard Cavalheiro contava, em outubro? Não muitas: satisfação porque eu gostara do livro de Elliot Paul, *Aquela Rua em Paris*, traduzido pela Globo; informação de que “sobre o caso do *Pocket*, a solução é mandarmos impri-

mir nossos livros nos Estados Unidos”, solução de que a Globo já estava cuidando; confidências sôbre as colaborações que estava, agora, mantendo, no *Estado* e na *Fôlha da Manhã*. O mais importante era outra coisa: “Os interesses, agora, estão concentrados em tórno do próximo Congresso de Escritores, a se realizar em fins de janeiro, aqui mesmo. Vamos reunir perto de duzentos escritores, de todos os Estados. A coisa está muito bem planejada. Esperamos levantar uns cento e tantos contos, para hospedar o pessoal e outras despesas. Isto em São Paulo é possível. No Rio, totalmente impossível. Ninguém leva nada a sério. Acho que você deve fazer uma tese. Breve receberás notícias mais detalhadas de como elas deverão ser feitas, dos assuntos a serem tratados, etc. Vai ser uma coisa muito interessante, embora não acredito que saia algumas coisa realmente útil e prática. V. sabe como são nossos ‘colegas’. E, além disso, há o aspecto político: deixarão realizar o Congresso?” Em carta de dezembro, às vésperas do Natal, retomava o assunto: “Aguardo, porém, sua visita de janeiro próximo. Aliás, na segunda quinzena, realiza-se o Congresso de Escritores e isto aqui vai ficar que é uma beleza . . . ou uma feiúra. Imagine só cem ou duzentos homens de letras a discutirem, a brilharem. E gente de todo lado: nortistas, sulistas, mineiros. Vai ser algo memorável. O Congresso, em linhas gerais, está sendo decentemente organizado. Sem bairrismo: é uma coisa feita em São Paulo. Já arrecadaram mais de cinqüenta mil cruzeiros. Se a polícia não atrapalhar, a coisa promete. Amanhã realiza-se a eleição para a chapa representativa de São Paulo. A cabala é grande, os grupos se subdividem. São vinte lugares, e há tanta gente que escreve!” O Congresso Brasileiro de Escritores realizou-se e foi um sucesso, mas isso é coisa de que trataremos adiante. Cavalheiro desejava que eu lá estivesse: “E v. escreveu alguma tese? Mesmo sem tese, na certa estarás aqui nesses dias. Sei o quanto v. é arredio a essas reuniões, ainda mais de intelectuais. Mas, de um jeito ou de outro, o Congresso é uma necessidade. E como estamos todos no mesmo barco — e o momento é muito propício — o jeito é topar a parada”. Não compareci: minha situação militar não me permitia.

Minha atividade, na imprensa, em 1944, fôra intensa: mantive a colaboração em *O Estado de São Paulo*, no *Diário de Notícias* (até minha ida para o Rio); nas revistas *Leitura*, do Rio, e *Hoje*, de São Paulo; no *Diário de Notícias*, do Rio, para

onde fui levado por Guilherme Figueiredo, companheiro de bancos escolares; no *Observador Econômico e Financeiro*, a excelente revista mantida por Valentim Bouças; na *Revista Militar Brasileira*, editada pelo Estado-Maior do Exército. Essa atividade, como a preparação de um livro todo fundado em consultas e pesquisas — *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil* — foi desenvolvida enquanto eu tirava o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi um ano de muito trabalho. Ao aproximar-se de seu término, apareceu a *Formação da Sociedade Brasileira*, a que já me referi. A minha bagagem ia crescendo pouco a pouco. O mais importante não era isso, entretanto; o mais importante era o que se passava em meu espírito, um certo amadurecimento, que começara a se denunciar por sinais esparsos e alterações outras que resultavam da experiência e que também começavam a tomar forma. Essas tendências se acentuariam, no ano seguinte, mas a verdade é que, já em 1944, existiam e cresciam.

Em janeiro de 1945, comecei a escrever, também, na *Fôlha da Manhã*, de São Paulo. Creio que a pessoa que me levou a ampliar ainda mais, assim, a minha atividade de imprensa foi Ermínio Saccheta, excelente jornalista, a quem jamais conheci pessoalmente. É o que posso deduzir de uma carta que, ao começar o novo ano, me mandava Galeão Coutinho, agora fixado de vez no planalto, depois de temporada no Rio: “V. pode enviar a sua colaboração à *Fôlha da Manhã*, que será recebida com o maior agrado. Tornei a falar ao Saccheta e êle me disse que estava à espera das suas crônicas há muito tempo. Como sabe, o *pro-labore* é de cem cruzeiros”. Essa carta, como todas as que escreveu, retratava bem Galeão Coutinho que, nela, borboleteava sobre vários assuntos. Sobre o Congresso Brasileiro de Escritores, por exemplo, a respeito do qual a referência era a seguinte: “Quanto ao Congresso de Escritores, conquanto um pouco à margem, vou enviar ao mesmo algumas sugestões. Trata-se de organizar, em todo o País, anualmente, o Mês do Livro Brasileiro. Durante êsse período, as editôras lançarão obras de autores nacionais, a imprensa só se ocupará de autores nacionais, vivos e mortos, haverá conferências sobre a cultura nacional propriamente dita, etc. Que tal? Como sabe, nós, autores brasileiros, andamos muito por baixo. A tal ponto que há livrarias, aqui mesmo em São Paulo cito a Brasiliense, do Caio Prado, que se negam a receber obras de autores bra-

sileiros. Ora bolas!” Estaria Galeão bem informado? Ele não podia dispensar a blague, entretanto. Lá vinha ela: “Quando virão a esta nevoenta Paulicéia? Afinal, esta melancolia ambiente já se impregnou neste seu criado de tal forma que não posso mais viver fora do Triângulo, onde se aglomeram os sírios. Segundo o Oswald de Andrade, êsses sujeitos vêm a São Paulo para cuspir, falir e feder”. Galeão, assim, agarrava-se a outro amigo da blague, capaz de sacrificar tudo a uma frase de efeito, a uma brincadeira, a uma crítica.

Nos primeiros dias de fevereiro, duas cartas, ambas de São Paulo, traziam-me boas novas. A primeira era de Roberto Simonsen, a quem enviara a *Formação da Sociedade Brasileira*. Em Simonsen havia qualidades excepcionais em pessoas de sua classe. Nossa burguesia, ainda nova, não conhecia êsse tipo de dirigente, culto, capaz, lúcido, produto refinado que as burguesias nacionais já antigas sabiam formar, como ornamentos de uma classe e que serviam para mostrar como ela não era. Na Europa, realmente, não é rara a figura do burguês que se distingue por traços não comuns, que se interessa pelas artes e as conhece — não com o superficial conhecimento que permite acompanhar ou participar de conversas em reuniões sociais, mas aquêle que se denuncia inclusive, e principalmente, pela posse do gôsto, isto é, da capacidade de compreender a pintura, de sentir a música, de saborear um grande livro, pela forma, em suma, como usa uma escala de valôres que, esta precisamente, diferencia e distancia o sabedor do apenas informado, como êste se distingue do desinformado — mas por outros padrões — e o desinformado do ignorante. Era compreensível que, sendo Roberto Simonsen tão altamente dotado, fôsse invejado e, em alguns casos, detestado. Como dirigente de associação de classe, a que reunia os industriais, Simonsen era respeitado, mas não era querido, era acatado, pela necessidade que a classe tinha de seus serviços, mas não era estimado. Dava-se, com êle, a singularidade, que tinha, entretanto, suas razões, do dirigente que, defendendo os interêsses da classe, que são os seus, é por ela apenas usado, e lhe merece apenas a tolerância. Nem é possível comparar Roberto Simonsen com os seus confrades, mesmo no nível dos dirigentes. Seria como comparar Ariel e Calibã. Os botocudos que, geralmente, orientam, ou têm orientado, aqui, as associações das classes “produtoras” — porque auferem lucros com o que outros produzem

com o seu trabalho — podem apenas ostentar, quando isso acontece, certo polimento exterior e nada mais. Suas casas são horrosas contrafações dos modelos copiados; seus quadros e seus livros, quando existem, são meros elementos da decoração. Em confronto com essa bugrada, desafeita até ao uso dos talheres, Simonsen contrastava violentamente. É possível que algum dos bugres apareça, adiante, nestas memórias; ver-se-á como tal contraste era escandaloso. Sou grato, ainda hoje, às palavras de Roberto Simonsen, escritas há um quarto de século: “Acompanho sempre com o mais vivo interêsse tôdas as suas publicações e tenho externado a mais de um amigo a vontade de conhecê-lo pessoalmente, e poucos dias antes de receber o seu livro havia indagado de um amigo comum o seu enderêço. Rogo-lhe, assim, a gentileza de avisar-me quando pretende vir a São Paulo, para que eu tenha, então, a oportunidade de procurá-lo”. Isso não aconteceu, pois jamais nos conhecemos senão à distância.

A outra carta era de Galeão Coutinho e apresentava um problema imprevisto: o da volta à crítica sistemática: “Não sei se sabe que estou presentemente no *Correio Paulistano*. O velho órgão entra numa nova fase e precisamos reunir os elementos capazes. O seu nome foi logo lembrado, com a simpatia de todos, para retomar o rodapé de crítica. Quatro por mês. Se você topa o negócio, é só mandar uma carta endereçada ao *Correio*, ou a mim, avenida Lins de Vasconcelos, 1.510, ap. 7. Quanto ao preço, você é quem o fará, dentro do razoável, pois o velho órgão do *jequitibá* vai entrar em grandes transformações e estou certo de que dará a você a remuneração merecida”. Com a mudança de direção, eu nada tinha contra o *Correio Paulistano*, onde havia começado a minha atividade sistemática na imprensa, onze anos antes. O retorno ao rodapé de crítica também me satisfazia: a crítica literária, e até o simples noticiário, estava controlada por reduzido grupo de escritores, constituído em igreja e trabalhando em orquestração. A minha representaria o rompimento dêsse monopólio, erigido à base do elogio mútuo. Ainda pouco antes, em conversa, escritor que conhecia os bastidores da imprensa, onde o caso era objeto de comentários, contara-me que conhecido ensaísta, cujo valor estava muito distante e abaixo da propaganda que recebia, escrevera a conceituado crítico, espécie de porta-voz da igreja, alertando-o para a necessidade de analisar com rigor o livro de

Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, porque o autor “estava aparecendo muito”. O acolhimento merecido a uma obra cuja importância era indiscutível incomodava aquela infinita vaidade.

No início de fevereiro chegaram-me, também, no depoimento de Edgard Cavalheiro, informações sobre o Congresso Brasileiro de Escritores. Ele contava assim o acontecimento:

“Depois de quase um mês de vida completamente fora do ‘eixo’, recomeço a rotina gostosa: escritório, casa, escritório, casa. Desde nove de janeiro que não sei o que é almoçar ou jantar em casa. Dormir, somente lá pelas duas da manhã, depois de grandes jantares, muita bebida, muita conversa. A coisa começou com a chegada de alguns gaúchos, culminando com a turma do Congresso, cento e tantos escritores. (...) Quanto ao Congresso, foi, como deves ter visto pelo noticiário, um sucesso absoluto. Infelizmente, o DEIP, ou DIP, capou as melhores notícias, inclusive a ‘declaração de princípios’. Houve uma unidade política absoluta; todos sabem o que querem. Pode-se louvar, também, no Congresso, a ausência dos habituais brilharecos oratórios. Nada disso. Turma discreta, com um senso real das coisas. A parte referente aos direitos autorais, sem dúvida das mais importantes, não podia, evidentemente, ser resolvida em plenário. Este, simplesmente, limitou-se a enviar sugestões à mesa e esta as encaminhará ao comitê jurídico formado para esse fim. O comitê está encarregado de concretizar um novo código de direitos autorais, o qual será submetido aos poderes oficiais. Enfim, um serviço decente. Ficaria aqui por muito tempo, se fôsse transmitir a v. tôdas as impressões do Congresso”.

A essência da informação de Edgard Cavalheiro está no trecho em que ressalta a “unidade política absoluta” reinante no Congresso. A ditadura estava condenada, à medida em que o nazi-fascismo chegava ao fim, derrotado na guerra, e com a nossa participação. O Congresso Brasileiro de Escritores, que o regime já não teve condições para impedir, representara passo muito importante para a liquidação daquele regime e, entre os

escritores, essa liquidação era ponto pacífico. A habilidade daqueles que, sem a preocupação do brilho individual nas intervenções e com a preocupação do “senso real das coisas”, como Cavalheiro acentuava também, e com argúcia, estêve em fazer os trabalhos gravitarem em tórno daqueles pontos em que havia consenso. Êsses pontos eram os importantes, representavam a base comum de trabalho. Não poderiam deixar de constituir o centro das preocupações e o objeto das declarações.

Tanto foi assim que o documento final, resumindo as decisões, ficou sonogado à imprensa, pela censura ditatorial, então vigente ainda. Está fora de dúvida que o Congresso e a “declaração de princípios” que dêle se originou constituíram golpes demolidores contra o regime, cuja sobrevivência estava condenada pela ordem nova que surgia da guerra, com a liquidação do nazi-fascismo. O sucesso do conclave, como a objetividade dos trabalhos e a validade do documento final, representavam conseqüências da unidade política estabelecida. Até no detalhe relativo a uma nova legislação sôbre direitos autorais se notaria a preocupação em manter a unidade. Tôda legislação nesse terreno coloca em evidência, necessariamente, a contradição entre trabalhadores intelectuais, os escritores, e capitalistas que operam com o livro, os editôres. Compreender que tal contradição, naquela fase, não assumia caráter prioritário, não apresentava qualidade antagônica, foi sabedoria que os representantes dos trabalhadores e congressistas tiveram. A festa de encerramento teve lugar, aliás, na esplêndida mansão do industrial do ramo gráfico Nelson Palma Travassos, proprietário da Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. Agradecendo a hospitalidade, Aparício Torelly, com a licença permitida pela sua condição de acatadíssimo jornalista de *A Manhã*, iniciou sua saudação com estas palavras: “Nesta casa, construída com o suor do nosso trabalho...”

Pouco depois do lançamento da *Formação da Sociedade Brasileira*, nos fins de 1944, aparecia *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*. Eu estava em férias, fora do Rio, quando se deu o lançamento do livro. O editor aparecia nêle, com um prefácio não previsto. Não seria esta, entretanto, a minha maior surpresa, nem a única, ao folhear o exemplar que êle me enviou. Com desenvoltura que jamais conheci igual, o editor, sem me consultar, decidira “colaborar” na obra. Quando esta em pre-
paro e conversávamos a respeito de seu andamento, pedia-lhe

eu sugestões, e não só a êle, evidentemente. Pois bem, como não me atendera, naquela fase — quando eu seria o juiz, no fim de contas, aceitando ou esquecendo as sugestões — resolvera fazê-lo quando o livro estava em provas. Avêssô à revisão e obediente ao preceito de que o autor não é bom revisor de suas próprias obras, deixara o encargo à editôra, como é da boa praxe. Minha surpresa, quando passei os olhos no texto impresso, foi grande, pois jamais poderia supor que tal coisa fôsse possível; a interferência de pessoa estranha em meu livro. A revisão fôra precaríssima, ou a oficina não atendera às emendas, o que também acontece, às vêzes, e a percentagem de erros era enorme. O escândalo, entretanto, estava em que o editor acrescentara, às obras indicadas por mim e rigorosamente selecionadas — embora entrasse, nessa seleção, taxa inevitável de subjetivismo — duas, de sua escolha pessoal. Uma delas era o ensaio de José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus Problemas*. A outra era nada mas nada menos que a *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, logo esta, a que eu sempre apontava como o próprio modelo de mediocridade e de que fôra acusado de plagiador. . .

Foi com revolta que escrevi ao editor, protestando contra essa exorbitância, para não qualificar de maneira adequada a audácia com que se “associara” à minha obra, sem consulta, como quem entra em casa alheia, dispensando-se de bater à porta e pedir licença. Transcrevo a sua resposta, pelo que tem de pitoresco:

“Sòmente hoje tenho um tempinho para responder a sua carta de 1º do corrente. Tive de mandar o Sousa para São Paulo, a fim de tomar conta da sucursal de *Leitura* e da representação da editôra, cujos negócios andavam mal. Apesar de ter conseguido substituto para êle, o lugar continuava vago até sábadô próximo, aguardando a chegada do nôvo gerente. Assim que tenho repartido o meu tempo entre a oficina e a editôra. Êste se escoa fâcilmente e anoitece sem que eu perceba. Mas vamos responder a sua carta. I — A revisão do livro, conforme é do seu conhecimento, eu a entreguei a rapaz culto e que até agora tem correspondido à minha expectativa. Ainda não tive tempo de verificar os numerosos erros que

V. diz que o livro está cheio. Ao revisor lhe comuniquei o que V. me mandou dizer, e êste me respondeu que desejava ver o exemplar devidamente assinalado por V. Quanto à página 237, e outras coisas, esperamos corrigi-las numa próxima edição. Continuo otimista, não obstante o pessimismo do Bertrand. II — Índice onomástico. Êste deveria ter saído, e sairá em outra edição, mas não creio que prejudique a obra a sua ausência. Os capítulos são tão curtos que o leitor se informará de todos os autores fãcilmente. III — No que se refere à inserção de obras, V. me autorizou a sugerir-lhe as que deviam ser incluídas. Eu não o fiz no tempo em que você estava no Rio porque desgraçadamente não tenho tempo mais para nada. Sou obrigado a ver tudo por cima apesar do meu enorme desejo de ver tudo bem. De maneira que, na sua ausência, quando o Ascendino me consultou sôbre aquelas duas, não tive dúvida em dizer que as incluísse. Aliás, me lembro bem que da obra de José Américo fui eu quem lhe falou, pois é tão importante para ser conhecida como *Os Sertões*, pois trata-se de um estudo sério não só da Paraíba como do Nordeste. Quanto à obra de Ronald de Carvalho, não lhe dou a importância que V. lhe dá. Ela me é indiferente. Mas acaso não será melhor recomendá-la à *Onda Raivosa* e *O Feijão e o Sonho*, ambos dos meus excelentes amigos Joel e Orígenes? Creia-me que só agora, depois do seu protesto, é que leio as cinqüenta obras recomendadas. V. tem absoluta razão quando diz que devia ser consultado, e sou o primeiro a lamentar que não houvesse oportunidade para fazê-lo. IV — Não tem razão V. quando diz que o fato de se ler *Copyright by Editora Leitura* haja cessão de direitos totais. Logo abaixo está 1ª edição. O direito de cópia está assegurado apenas para a primeira edição. Sou obrigado a interromper esta aqui, para não retardá-la mais. Conversaremos depois. abraços do Barbosa Melo”.

Assim, o editor não achava nada de extraordinário no que fizera. O livro de Ronald de Carvalho lhe era indiferente; o de José Américo de Almeida, do nível de *Os Sertões*. Apenas, nisso tudo, não tocava no essencial: a sua intromissão na obra,

que não seria justificável nem para acertar, quanto mais para fazer tolíces. E, atrás da tolíce e da ousadia, estava uma figurinha sinistra, que insinuara a introdução do compêndio de Ronald de Carvalho, figurinha abjeta que, adiante, em recompensa a serviços de delação no meio dos escritores, recebera polpudo cartório na Guanabara, abandonando, desde então, redações, editoras, livrarias e até o ato de escrever: a pena lhe fôra simples gazua. O editor não se justificava, embora se desculpasse, ao fim, não de ter invadido os meus domínios, mas de tê-lo feito sem me consultar, como se eu, consultado, pudesse concordar. Ia além, discutindo a qualidade de dois livros que eu incluía numa coleção de cinqüenta, que aconselhava como, simultaneamente, forma de conhecer o Brasil e de conhecer nossa literatura. Em edições posteriores, quando, para a seleção das cinqüenta obras a isso destinadas, estabeleci o critério de só incluir livros de autores já desaparecidos, aquêles dois foram cortados. Mas o foram somente por fôrça do critério adotado. Até hoje, considero-os livros de boa qualidade: o de Joel Silveira, que tem contra si apenas o mau gôsto do título, merece de há muito reedição (a que se deveria juntar *Roteiro de Margarida*, simples prolongamento daquele), textos que me faziam sempre lembrar Knut Hamsun; o de Orígenes Lessa tem tido numerosas edições, como prova de sua qualidade. O caso referente ao *copyright* prestava-se à interpretação que lhe dei e que ficou desfeita com a carta do editor. Êste confiava no sucesso comercial do livro, tanto que fêz uma tiragem de quinze mil exemplares, absolutamente desusada, entre nós, e particularmente naquela época. Uma tiragem grande multiplicava os direitos autorais, atenuando, em meu favor (e do público) o baixo preço de capa. Esperei receber os direitos, com paciência; com impaciência, depois; cobrando-os, por fim. Tudo foi inútil: de início, proteções; ao têrmo de certo tempo, a liquidação da editora. Jamais recebi um tostão por aquêle trabalho, que me consumiu meses a fio de pesquisas e que, segundo os livreiros informavam, vendeu-se muito. Mas quem era eu para receber remuneração do trabalho? Um simples escritor.

Dir-se-á que só editôres dêsse tipo exploram o trabalho intelectual, totalmente desprotegido em nosso País. Não é verdade. Querem prova de que não é? Aqui está, na carta que me chegou em março, datilografada a rigor, em papel excelente, trazendo, em relêvo, no canto superior esquerdo, as palavras: "Se-

cretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro". Nela, êste pobre marquês era tratado, por extenso, de "ilustríssimo senhor". Seguiu-se o texto:

"Dentro do seu programa de difusão da cultura brasileira, esta Divisão incluiu a tradução, para o espanhol, do livro de sua autoria *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, sem dúvida um precioso roteiro para quantos se interessem pelo nosso País. 2. Venho, portanto, solicitar de Vossa Senhoria a necessária autorização para mandar traduzir o referido livro. 3. A edição projetada será de mil exemplares, sendo postos duzentos à sua disposição. Não havendo de nossa parte qualquer intuito comercial, uma vez que o livro em aprêço se destina à distribuição gratuita no exterior, seria necessário que Vossa Senhoria renunciasse aos seus direitos autorais, contribuindo assim para essa iniciativa cujo alcance não é preciso encarecer. 4. Muito agradeceria a Vossa Senhoria o obséquio de informar-me se concorda com a presente proposta. Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de estima e consideração com que me subscrevo. De Vossa Senhoria, confrade e admirador Osório Dutra, Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual".

Conquanto a autoridade que assim se dirigia a mim o fizesse com gentileza e provasse aprêço pelo autor do livro, e nada tivesse a ver, em termos de responsabilidade, com essa forma curiosa de realizar a "cooperação intelectual", recusei minha autorização para a tradução proposta. Nem era a primeira vez que órgãos do Estado procediam dessa maneira: anos antes, o Conselho Nacional de Geografia, em ofício que guardo em meu arquivo, assinado pelo seu secretário-geral, Cris-tóvão Leite de Castro, solicitara-me a oferta de um exemplar de meu livro *Oeste*. Enviei o exemplar. Sabem para que fim havia sido solicitado? Para que elemento ligado àquele Conselho e "proprietário", nêle, dos assuntos mato-grossenses, escrevesse e publicasse no órgão oficial, a *Revista Brasileira de Geografia*, a crítica que comentei, aqui, ao tratar da repercussão que o livro alcançara. A mais alta instituição oficial nos do-

mínios da Geografia precisava pedir a cessão gratuita de um livro, até mesmo para permitir que dêle se fizesse uso pouco higiênico.

FIM DA DITADURA

Em março o Estado Nôvo desabou. Foi um desabamento súbito, ainda que de forma alguma surpreendente. A estrutura estava abalada em seus alicerces. O “aliado tradicional” mandara o recado: “arrumem a casa, botem uma fachada democrática, com eleições, partidos, suspensão da censura à imprensa; mas, cuidado com o comunismo: cozinhem-no em banho-maria”. José Américo, que atravessara aquêlo tempo todo reponsando em sua poltrona no Tribunal de Contas, deitara falação por um jornal. Francisco Campos, mãe da “polaquinha”, ministro da Justiça das prisões, das torturas, do Tribunal de Segurança, cometia a ignomínia de vir a público, batendo caixa contra o Estado Nôvo. Os ratos abandonaram o navio: os ratos reais procediam com mais dignidade e saíam antes do casco afundar; os humanos esperavam que o edifício desabasse, para ousar dizer que estavam contra o teto que os abrigara com as vantagens e o calor do poder. O desabamento, sem surpreender, desorientou muita gente. Política é realmente difícil e, no Brasil, suas dificuldades aumentam, com as formas inéditas que pontilham o seu processo. Essas formas, que escapam a precedentes, a modelos anteriores, geram-se à margem das concepções dogmáticas e exigem extrema vigilância e flexibilidade, pois, às vêzes, as mudanças são bruscas, por assim dizer imprevistas, e os desatentos, levados pela inércia, pelo impulso anterior, por fascinação a modelos, seguem com a corrente, com a mesma direção, ao sabor dos acontecimentos — e erram. Foi isso o que aconteceu, quando o Estado Nôvo desabou.

Amostra da surprêsa e do desconcerto que dominou muitas áreas, a dos intelectuais, por exemplo, é o que Edgard Cavaleiro exteriorizava, em carta dos meados de março:

“Estou me lembrando que, no nosso almoço, aqui em São Paulo, falamos na situação política, nas eleições,

etc. No mesmo dia, v. embarcou e, no dia seguinte, tivemos o 'estouro' da imprensa, com tôda a confusão inevitável. Felizmente a confusão está passando, embora as coisas, a meu ver, estejam longe de nos prometer um futuro mais decente do que êsse indigno passado que estamos deixando para trás. Por aqui, a politicalha, no que tem de pior, está se pondo por demais em evidência. Êste, a meu ver, o grande mal do regime de 10 de Novembro: o vácuo entre uma geração e outra. Os moços, de uma hora para outra, sendo obrigados a tomar atitude política e faltando-lhes a solução de continuidade necessária ao embalo. Mas não há que ser nada: o Brasil é algo muito sério para não continuar... (...) Quanto ao ambiente político, a confusão, como disse, é ainda muito grande e o silêncio do Eduardo Gomes está comprometendo ou atrasando um pouco a arregimentação das forças. Na minha opinião, êste candidato está pecando por falar muito pouco, como o Zé Américo pecou por falar demais, em 37. Enfim, vejamos o que sai dessa meleca. O lançamento da candidatura do Gen. Dutra, na opinião geral, esconde segundas intenções getulianas. Há algo atrás disso: o homem está cozinhando a turma em água morna. É infernal. E a burrice dos nossos políticos é assustadora. Não acordam senão quando é muito tarde. Mas, de uma maneira geral, a situação é boa. Pelo menos, a reação contra o Estado Nôvo mostrou que nem tudo estava corrompido, que a nação vegetava, mas não estava morta. Literatura, livros, etc., está tudo em segundo plano. Não é possível alhear-se ao que vai lá fora".

Êsse homem que, em março, deixava tudo de lado, porque não era possível alhear-se do que acontecia "lá fora", isto é, na ampla área política, em junho, logo aos primeiros dias, decidira afastar-se, isolar-se, alhear-se, enojado com o espetáculo. Que mudanças o haviam levado a isso? Deixemos que êle mesmo conte, porque reações assim foram típicas:

São tão raros os amigos com os quais a gente pode conversar hoje em dia. A intolerância política, os donos

da verdade absoluta, o dogmatismo de certos pretensos líderes, enfim, tudo isso que constitui, de certa forma, uma parte da realidade brasileira, faz com que a gente cada vez se retraia mais, cada vez menos se interesse pelos problemas gerais para cair num perigoso egoísmo, num *me ne freguismo* de trágicas conseqüências. Mas que fazer, seu Nelson, quando a consciência nos diz que está errado, que não era essa a liberdade dos nossos sonhos? Veja o caso da esquerda brasileira. Nunca fui comunista, embora tôdas as minhas simpatias tendessem mais para a extrema esquerda do que para o centro. Mas, como é possível levar a sério e acreditar na inteligência de homens como Prestes, ou da camarilha que o cerca? Então, durante sete ou oito anos, combatemos uma ditadura, atacamos com tôdas as armas possíveis, inclusive o silêncio, um regime com tôdas as características fascistas para, depois, ouvirmos do homem mais autorizado a dar a extrema-unção ao regime palavras de conforto ao agonizante? Onde está a moral? Depois, sairmos de um fascismo getulista para cairmos num fascismo prestista? E que marxista me sai êste homem, com aquelas besteiras sôbre lucros extraordinários, burguesia progressista e conferências diárias com os Simonsen, os Daudt de Oliveira, etc.? Qual, isso não tem jeito. Não sei o que pensas de tôda essa confusão, mas estou quase certo de que também repeles a 'coalizão' prestista. União à base de tais concessões não é democracia, é safadeza. Pelo menos é o que penso. Se não pensares assim, não faças como o Neves, o Caio e outros ortodoxos, que me chamam de 'golpista', 'trotskista' e outras bobagens de igual teor. Discuta comigo, procure me convencer de que estou errado. (. . .) Acontece, seu Nelson, que o ambiente por aqui, como por aí, é irrespirável para os que não se conformam com a situação de 'maria-vai-com-as-outras'. Não faz mal. Há uma solução: a solidão. É o que tenho feito, nestes últimos meses. Escritório, casa, livros, música. Nada mais".

A reação de Edgard Cavalheiro era típica. Representava a reação de determinada faixa da opinião, a faixa da pequena burguesia, sempre propensa à radicalização, a nortear-se por

modelos subjetivos, que só existem na imaginação, preocupada com os objetivos finais, esquecendo os intermediários. Na pequena burguesia brasileira, àquele tempo, a camada constituída pelos intelectuais e, nesta, pelos artistas, os escritores, pesava bastante, menos pela quantidade do que pela qualidade. Outra característica da pequena burguesia, que assume formas agudas na camada intelectual, é a da fúria de que é possuída, quando suas tendências não são consideradas e obedecidas. O timbre aristocrático da inteligência, tão marcante na sociedade dividida em classes e especialmente naquela dos países ditos subdesenvolvidos, em que o acesso à cultura representa inequívoco privilégio de classe, está ainda nessa forma de reação, nessa reserva do direito de dirigir, de orientar, de tutelar. E de, correspondentemente, enfurecer-se, retirar-se da arena, omitir-se, ficar “neutra” e desinteressada quando seus impulsos são contrariados.

E de desabafar-se em crítica acerba, em remoques, em ironias, em sarcasmos, e até em calúnias, não contra o inimigo, paradoxalmente, mas contra o aliado que não aceita a sua tutela política. O aliado, nesses casos, passa a figurar como inimigo. Nisso tudo, é evidente, estava, como fundamento, a presença invisível e até, muitas vezes, inconsciente, da ideologia burguesa. Os que se pretendem revolucionários em estado de pureza, incontaminados pelas concessões a que a realidade obriga, não sabem, quase sempre, quão próximos estão ainda, e quão dependentes, daquilo que proclamam detestar. E é evidente que tudo isso diz respeito à faixa dos pequenos burgueses honestos que agem, ou não agem, assim por convicção. Não diz respeito, é claro, aos agentes provocadores, cuja missão é justamente guiar seus possíveis seguidores para o erro. Como não diz respeito ao tipo, que encontramos, ainda hoje, com certa frequência, no Brasil, cujas provocações e cujas análises “neutras” ou “independentes” — na realidade concentradas na difamação das forças politicamente responsáveis e autenticamente populares — representam apenas prova pública de desonestidade congênita, por assim dizer. Para isso, não há terapêutica, em termos políticos: o lumpem intelectual é, na verdade, algo que assinala rápida e próxima deterioração social.

O meu caro amigo era vítima inconsciente desses equívocos. Representava, no Brasil e, naquele momento, a camada que se preocupava mais com o passado do que com o futuro, e talvez por medo do futuro. Naquele momento, um dos traços fáceis de

perceber — às vezes confessados — era o do mêdo do futuro, mêdo das transformações que o futuro, e futuro próximo, parecia anunciar. Havia, ao fim da guerra, e generalizada, a impressão de que o destacado papel representado pela União Soviética na luta e na vitória sôbre o nazi-fascismo, importava em próxima generalização do regime socialista, como que por fatalidade, em todo o mundo, salvo, talvez, nos Estados Unidos. Isso infundia mêdo em muita gente. Não apenas em gente que detestava o socialismo, por boas e sólidas razões, ou que o detestava apenas por obediência aos preconceitos e temores gerados pelo anticomunismo sistemático, que ia sendo revitalizado às pressas. Mas ainda entre pretensos revolucionários pequeno burgueses, entre aquêles mesmos que proclamavam seus ardentes desejos de radical transformação na sociedade. Assim é que, na realidade, há muitos “revolucionários” que têm mêdo da revolução. Nesse sentido é que o mêdo do futuro explicava posições como a de Edgard Cavalheiro, isto é, daqueles que, em vez de olhar para a frente, voltavam-se para o passado e com êle se preocupavam.

Que outra explicação poderia haver para, em vez de unir forças destinadas a preparar o futuro, no Brasil — futuro imediato, ao menos, que não alinhava entre as soluções a transformação socialista — houvesse a preocupação em lutar contra o passado? Que lógica existia em combater a ditadura, se ela já não existia? Era curioso, aliás, assistir o espetáculo dessa aparente perda de energias e de rumo, em que se somavam, agora, os Francisco Campos, que dera forma jurídica ao Estado Nôvo; o Brigadeiro Gomes, que ascendera brilhantemente na hierarquia militar sob aquêle regime; e os intelectuais que se enfureciam, agora, contra o regime e contra a pessoa que o dirigira. Que razão haveria para odiar Vargas e não odiar Dutra, condestável do Estado Nôvo, ou Gomes, que tão bem o servira, com a singular perfeição de, enquanto bem o servia, deixar que dissessem que o detestava?

Em que Vargas era mais responsável pelo regime extinto? Qual a diferença entre Vargas e Dutra, e Gomes, e os intelectuais que haviam servido ao Estado Nôvo, e os que haviam contra êste protestado “até com o silêncio”, como confessava, em tom pitoresco, o excelente Edgard Cavalheiro? Havia uma diferença, sim: é que Vargas mudara, como político sagaz, voltado para o futuro, submisso às mudanças, de que desejava partilhar e a que até almejava controlar. E os outros não haviam

mudado nada. Estavam voltados para o passado, amarrados ao passado, condenados a transformar-se em estátuas de sal, como os que abandonaram Sodoma e Gomorra mas queriam assistir a sua destruição, talvez com saudade do que deixavam. Condenar Vargas, naquele momento, em que êle mudava, quando o regime chegava ao fim, quando comprovava a sua aptidão para acompanhar as alterações que a derrota do nazi-fscismo acarretava, era desviar energias para o secundário. E, no fim de contas, foi isso o que aconteceu, para alegria da reação e do imperialismo: a divisão, a dispersão, a concentração das atenções no não essencial, atenuando as possibilidades da continuação do Estado Nôvo, com simples fachada democrática, continuação que ocorreu com Dutra, como ocorreria com o Brigadeiro Gomes. O desvio das atenções para o secundário, para o ajuste de contas com um passado morto, com um regime que não existia mais, com um ditador que já deixara de o ser, fechou os caminhos do futuro, dividiu os brasileiros, abriu condições para o golpe de outubro de 1945 e gerou a situação de que se originou o Governo Dutra, em que o débil regime democrático em início sofreu inomináveis atentados. Contra os quais os furiosos de antes protestaram, outra vez, "até com o silêncio".

Em março, quando tudo isso apenas se preludiava, Edgard Cavalheiro me colocava um problema concreto e me pedia uma decisão. Examinemos o problema, tal como foi por êle colocado:

"Mas esta carta, meu caro Nelson, além do prazer de conversar um pouco com você, tem outra finalidade. É o caso das suas colaborações para o *Estado* e a *Fôlha*. Como deves ter sabido, o Sérgio abandonou o *Estado*. E, com êle, todos os amigos, que assumiram o compromisso moral de não colaborar em jornais que apóiem a situação. Se v. acha que a tua colaboração nada tem a ver com a política e que o fato de escrever em jornais do govêrno não afeta a tua 'sensibilidade', continui mandando as colaborações, que eu encaminharei ao substituto do Sérgio, que me parece ser o Afonso Schmidt. Quanto às *Fôlhas*, deves ter lido o manifesto dos rapazes, abandonando o jornal, que passa, agora, por uma dessas sujas negociatas, a

pertencer ao Govêrno. Também, todos nós, que colaborávamos na *Fôlha* — Antônio Cândido, Lourival Gomes Machado, Jamil, Luís Washington, etc. — resolvemos assinar uma declaração, dizendo que não mais escreveríamos artigos para o jornal. Confesso-lhe que não havia outra solução, depois da sujeira do Otaviano Alves de Lima. A turma da *Fôlha*, com Guilherme de Almeida à frente, acaba de fundar um jornal, que circulará brevemente, com o título de *Jornal de São Paulo*. Levantaram, em meia hora, quatro mil contos, compraram uma oficina — a que pertenceu ao *Diário Alemão* — e esperam botar o jornal na rua no mês de abril. É a mesma turma da *Fôlha*, redatores, secretários, repórteres, fotógrafos, desenhistas, e até tipógrafos, e a orientação será de reação ao Govêrno. Posso dizer aos rapazes que contem com a tua colaboração?”

Os nossos bons amigos estavam no mundo da lua. Desde quando, no mundo ocidental e cristão, isto é, na sociedade capitalista, redatores, secretários, fotógrafos, repórteres, desenhistas e até gráficos tiveram condições para influir na orientação de jornais, revistas, periódicos de qualquer espécie? Desde quando, nesta sociedade, sentiram-se vinculados à direção desses órgãos, responsáveis pela orientação que lhes era imposta? Desde quando o pessoal que vendia trabalho intelectual — o da redação, os colaboradores — ou vendia trabalho físico — os operários gráficos — tiveram que ver com os patrões, os proprietários da empresa capitalista que é um jornal? Desde quando o pessoal dos Diários Associados pensava igual ao diretor deles por exemplo? Que vínculo de opinião existia e existiria entre Roberto Marinho e o linotipista João ou o redator Pedro? Mas o nosso bom amigo Sérgio Milliet, que servira a *O Estado de São Paulo* sob a direção de Júlio de Mesquita Filho e não deixara o jornal, quando êste fôra assaltado, que servira ali quando o jornal era do Govêrno, achava, agora, que devia deixar a redação. Em que, no essencial, para fins do trabalho, se diferenciava o jornal dos Mesquita do jornal do Govêrno? Em que se diferenciavam as *Fôlhas* de Otaviano Alves de Lima das que circularam depois que êle as vendera? Mas um grupo de colaboradores, entre os quais estava o bom Edgard Cavalheiro, achava que o antigo proprietário fizera uma “sujeira”, só por

vender o que lhe pertencia. Um jornal — esquecia o meu amigo — era propriedade, como um terreno, uma casa, uma fábrica. Se os trabalhadores da fábrica ou da fazenda se julgassem obrigados a deixar o emprêgo por outro sempre que ocorresse mudança de proprietário, por não concordarem com o modo de pensar do que começava, isso constituiria a negação da essência do regime, na sociedade dividida em classes — seria a própria anarquia. Mas era êsse ideal avançadíssimo, completamente fora da realidade daqueles dias, que tais intelectuais pretendiam fazer vigorar. Porque, no fundo, estavam voltados para o passado: detestavam Vargas, amavam o Brigadeiro Gomes, que ofereceria ao Brasil, em uma bandeja, a “democracia”. Essa ingenuidade dispensa mais comentários. Claro que minha resposta que, em outras palavras, correspondia a êste raciocínio, deve ter decepcionado o amigo Edgard Cavalheiro. Salvo honrosa exceção, os que viveram sabem quão afeiçoados à democracia, ao longo dos tempos, mostraram-se os outros.

Mas, apesar de tudo, Cavalheiro tratava ainda de literatura: “Tenho lido um bocado e tenho mexido um pouco no Glicério. É um grande assunto a propaganda republicana e não pretendo estragar o assunto. Será um livro demorado, mas com uma documentação arrasa-quarteirões. Estou firmemente convencido de que o Império brasileiro teria caído, sem a quartelada do Deodoro, que o País já estava maduro. O País, não, êste modorrava, alheio aos acontecimentos. Mas as classes mandantes, os fazendeiros e os políticos profissionais. Como é velha e igual a fauna dos políticos!” Duas observações, adiante, a respeito de coisas minhas: “O Maurício já me havia contado sôbre a tua colaboração para a Globo. Ótimo. E o trabalho é interessante. (...) Pelo correio, sob registro, estou remetendo a você os livros recolhidos em casa do Pierre Monbeig, conforme o cartão que me deixaste em fevereiro. (...) O Monbeig se desculpou muito, pediu que transmitisse a v. as desculpas pelo atraso involuntário, uma vez que não sabia onde encontrá-lo, etc. e tal”. Em outra carta, comentava meu último livro: “A propósito do Brasil: teu livrinho sôbre o que se deve ler para conhecê-lo é excelente. É um roteiro seguro, feito com grande critério. Talvez tivesse alguma discordância no capítulo ‘literário’, pois aqui você não justificou a bibliografia, como fêz nos capítulos anteriores, especialmente naqueles que se referem ao Brasil Colônia. Mas, em conjunto, é um livro utilíssimo, prin-

principalmente para quem deseja formar uma brasileira, ou fazer um curso da nossa história”.

Como os dois livros haviam sido lançados guardando curto intervalo um do outro, apareciam, na imprensa, referências ora a um, ora a outro, e, na correspondência dos amigos, apareciam ambos. Em abril, por exemplo, Oliveira Viana comentava, em carta, aspectos da *Formação da Sociedade Brasileira*, que era, em seu julgamento sempre benevolente, “uma bela realização, no fundo e na forma, no campo da nossa Sociologia e da nossa crítica histórica”. Monteiro Lobato, ainda em abril, e por carta, esclarecia que vinha tendo, agora, “uma sobrecarga de entrevistas...” Não pudera, por isso, concluir a leitura do livro: “Mas já li o bastante” — observava — “para ter o seu livro como um dos mais esclarecedores que conheço”. As entrevistas a que alude eram tempestuosas manifestações de esquerdismo, que provocavam escândalo nos arraiais conservadores.

Peregrino Júnior, em sua página da *Careta*, em agosto, fazia um balanço dos livros lançados naquela época, destacando: “Nota de sensação: a Livraria Martins acaba de lançar a edição brasileira da Vida de Luís Carlos Prestes, de Jorge Amado, cuja edição príncipe saiu em castelhano, há quatro ou cinco anos”. Adiante: “Dêsse incansável e admirável ensaísta e crítico que é Nelson Werneck Sodré, tivemos uma obra de alto valor: *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*”. Na *Fôlha Carioca*, Manuel Diégues Júnior, a propósito da necessidade de reeditar livros antigos, fora de circulação, fontes indispensáveis, entretanto, ao conhecimento de nossa terra e de nossa gente, traçava comentários em tôrno daquele que lhe parecia “interessante e “útil”, “esplêndido roteiro” em que êle sentira falta, no entanto, “de referência a algumas obras básicas para formarmos exata noção dêste ou daquele episódio nacional”, não aceitando a minha desculpa de “não serem as mesmas encontradas no mercado livreco”. Insistia nisso: “A justificativa, a meu ver, não é de todo satisfatória, e sômente pela admiração que tenho ao Sr. Nelson Werneck Sodré tomo a liberdade de fazer esta restrição. Se não o admirasse e não lhe reconhecesse o mérito da obra, nem me lembraria de que ela existe”.

O livro foi saudado, inicialmente, por arrasadora diatribe, publicada em revista de vida efêmera, que circulou no Rio em 1945: *Tempo*. Era uma das muitas imitações da publicação nor-

te-americana *Time*, feita com menos conhecimento de técnica de imprensa, porém, e, no caso, com o deliberado e radical propósito de fazer campanha ideológica, no pior sentido, isto é, de atacar as instituições, pronunciamentos, atos, pessoas que tivessem, na verdade ou por suposição, tendência ou atitude esquerdista. A diabrite é ineficaz, como qualquer pessoa medianamente informada sabe. Nos termos em que estava redigida aquela, voltava-se contra quem a fizera ou mandara fazer. Era, também, anônima, como da boa praxe na especialidade. Começava por comentar a “Nota dos Editôres”, que abria o livro: “Ficamos dêste modo prevenidos de que se trata de um trabalho encomendado, sob medida. O autor não se traçou um plano, não foi o arquiteto de sua obra. Os editôres lhe impuseram as linhas diretivas. Salientamos êste importante pormenor, em consideração ao título de sociólogo, que é atribuído ao autor. Quer parecer-nos que os editôres se excederam, desconhecendo o seu devido lugar, com o que diminuíram a autoridade de seu editado, a despeito das elogiosas referências. Como quer que seja, porém, é o ‘sociólogo’ que deve apurar a intenção de seus panegiristas”.

Depois de resumir, pela seriação dos títulos dos capítulos, a estrutura da obra, entrava a combatê-la de rijo, afirmando, para princípio de conversa, que a “síntese final” era “um atestado de incompreensão e de pobreza de espírito”. A bordoadá prosseguia nestes têrmos:

“Para se ter uma impressão exata dêste livro não é preciso ter ido muito adiante do curso primário, a que aludem os editôres, na sua nota explicativa. Qualquer menino mais atilado, que inicie o seu curso ginásial, está apto a apontar na obra que o Sr. Werneck Sodré escreveu, os deslizes, as omissões, as citações tendenciosas, o partidatismo literário e o compadrio imoral do autor, sendo, neste sentido, tal livro um verdadeiro embuste. (...) Mas a verdade é que o autor falhou na elaboração dêste trabalho. Revelou uma completa ausência de método, uma falta de critério literário, uma lamentável desorientação em todos os sentidos. (...) Neste estilo deficiente, o autor prossegue cada vez mais confuso. (...) Não tem sentido, não tem gramática, não tem nada, mas o seu autor e os seus

editores acham que é com as suas luzes que vamos aprender a conhecer o Brasil. (. . .) As fontes estão bem indicadas, mas é lastimável o que o autor escreve sobre o assunto. Não se chega a entender o que êle pensa do tema”.

A catilinária era longa:

“Os capítulos em que trata da fundação da República e dos fatos econômicos que se desenrolaram no nôvo regime, são dos mais fracos. Confessando uma escassez de fontes que só a ignorância do assunto justifica, o autor confunde as coisas e dá-lhes interpretações tendenciosas. Na parte dos ‘estudos especiais’, a vacuidade ainda é maior. Acha o autor que um certo sociólogo (a propósito, conta-se a seguinte anedota: — Ah! o senhor é sociólogo? Então, somos colegas . . .), um certo sociólogo escreveu a maior obra do País: ‘O aparecimento de *Casa Grande & Senzala* assinala, sem dúvida, o início de uma nova etapa no desenvolvimento dos estudos sobre o Brasil’. São dêste porte as opiniões do Sr. Werneck Sodré! Muita coisa ainda haveria que respigar, mas basta, para concluir estas observações apressadas, ler-se o que o autor escreveu sobre a evolução da cultura, e as fontes que indicou. Não tem nenhuma orientação científica, ou simples critério literário. É um aprendiz de literatura, dando-se ares de mestrescola. Omite os nomes mais gloriosos e cita alguns cabotinos nacionais. (Está visto que não falta à relação o famoso Andrade Drummond)”.

Agora, comigo, apanhavam, também, Gilberto Freyre e Carlos Drummond de Andrade, êste vítima ainda do deboche, com a inversão de seu nome. A diatribe, como já contei, não era inédita em minha carreira. Ninguém, depois de certa altura, nesta carreira, fica impune, livre de receber um “tigre” pela cabeça, como os transeuntes, nas cidades brasileiras e nos velhos tempos. São cavacos do ofício. Mas geralmente se sabe — mesmo no caso das anônimas — do autor e do motivo. O caso citado constitui exceção: jamais vim a saber quem escrevera tais sandices, nem o motivo que o levara a escrevê-la. Nunca,

nem mesmo quando o fato ocorreu, tive qualquer interesse nisso. Agora, o reverso da medalha: um dia qualquer, ao ler o rodapé de crítica de Agripino Grieco, em *O Jornal*, em que estudava o livro de Evaristo de Moraes, *Reminiscências de um Rábula Criminalista*, deparei com um curioso P.S.: “Desejam a minha opinião sobre o Sr. Nelson Werneck Sodré. Responderei que não me escapou nenhum dos seus livros e que o tenho em conta de uma das forças do Brasil pensante de hoje. É admirável historiador e sociólogo, sem intrujice nas idéias e sem lantejoulas nas palavras”. Isso mostra que, na penosa caminhada, o escritor encontra, também, quem lhe atire flores rociadas de generosidade. Isso é sempre alentador, mas principalmente quando a qualificação de quem as atira multiplica-lhes tanto a generosidade como a beleza.

PAUSA

Naquela época a situação financeira de meu pai agravou-se; como todos os que viviam de salários ou de vencimentos, que se diluíam na maré montante inflacionária, seu orçamento doméstico apresentava rombos cada vez maiores, apesar da modéstia com que viviam, êle e minha mãe; esta, sofrendo de moléstia antiga e incurável, e consumindo remédios cada vez mais caros e difíceis, procurava ajudar a tapar aquêles rombos, sem resultados animadores. Foi quando meu pai se lembrou de vender a mobília antiga, que pertencera ao Pe. Feijó, e que êle comprara em Itu, na época de meu casamento, entregando sua restauração ao Liceu de Artes e Ofícios local, que fizera admirável trabalho. Já por êsse tempo, Octales Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editôra Nacional, dedicava-se a colecionar quadros e móveis antigos. Pensei em incluí-lo na lista dos possíveis compradores daquela mobília. Refere-se a isso pitoresca observação contida numa carta de Edgard Cavalheiro, que recebi em agosto:

“Não queria escrever, antes de me avistar com o Octales. Já fui duas vêzes aos escritórios da Editôra, mas nada de encontrar o homem. Êle cuida de tudo, menos de livros. A Editôra anda sozinha. Nada como fazer uma

organização *comme il faut*. Deixei um recado para êle, na última visita. Mas, por pêso, êle passou por aqui justamente numa hora em que eu andava fora. Mas, como o negócio não é urgente, estou esperando uma nova oportunidade, isto é, uma pequena folga, para dar um pulo na rua dos Gusmões. Talvez amanhã, talvez depois”.

Na carta seguinte, Cavalheiro acrescentava: “Sôbre os teus móveis, falei com o Octales, que se interessou muito e, como estava de viagem para o Rio, ficou de procurar-te. Apareceu por aí? Também não o tenho visto mais”. Meu pai, que oferecera a mobília ao Itamarati, também, quando da gestão de Osvaldo Aranha, acabou não fazendo negócio com ninguém. Quando faleceu, vendi-a a um comerciante local, em Caçapava.

Mas o fato aparece aqui para situar e discutir a observação feita por Cavalheiro a respeito da Companhia Editôra Nacional. Essa observação me recordava outra, que viveu de repetição, e que parecia verdadeira por isso: a de que a Companhia Paulista assentava os grandes lucros que obtinha no transporte ferroviário apenas no fato de ser bem administrada. Não havia nada mais falso: a Companhia Paulista alcançava grandes lucros porque transportava a única mercadoria que, no Brasil, suportava altos fretes: o café. Quando o café encontrou escoamento no transporte rodoviário ou foi produzido em zonas não servidas pela Paulista, a boa administração não livrou a empresa dos orçamentos deficitários. Quando servi em Jundiá, aliás, vi de perto em que assentava a “boa administração” da Paulista: nos salários e vencimentos baixíssimos com que remunerava o trabalho. Ora, o crescimento e os lucros correspondentes da Companhia Editôra Nacional não eram consequência apenas de sua boa administração, mas do monopólio que praticamente exercia no suprimento do mercado do livro didático, cujo consumo era crescente porque crescente era a população escolar.

O ambiente intelectual refletia o ambiente político. Em agosto, Cavalheiro mostrava-se ainda desanimado:

“Com esta, junto os recortes de todos os teus artigos, publicados no *Jornal de São Paulo*. Mande mais. O Sac-

cheta vive reclamando. Quanto aos cobres, creio que tens recebido tudo em ordem, pela Associação dos Escritores, não é? Há muito que conversar, meu caro, mas o 'fumo' por aqui anda forte. Em literatura, nada de nôvo. Em política, ainda a mesma coisa, mas agora com tendências a maior clareza nas coisas. Ou antes, a definições mais claras. Mas, discutir nossa pobre política, depois das descrições que os jornais estão fazendo da bomba atômica, não é um tanto ridículo?" Em 1º de novembro — logo depois, portanto, do golpe que depôs Vargas — Cavalheiro estava eufórico: "O Saccheta saiu do *Jornal de São Paulo*. Houve lá uma grossa encrenca, e êle deu o pira. Aliás, o *Jornal* vai de mal a pior. Não conheço detalhes da saída do Saccheta e de quem ficou por lá, porque ando fora de circulação há muitos dias. Mas posso lhe dar a boa notícia de que o Sérgio Milliet voltou para o *Estado* e está novamente dirigindo a página de colaboração. Se quiseres, portanto, voltar a escrever para lá, é só mandar os artigos. (. . .) Não te posso contar novidades literárias e políticas, pois não vejo a turma há quase um mês. Mas a queda do Getúlio, com a escolha do Linhares e o nôvo ministério, causou uma excelente impressão por aqui. Houve uma queda brusca no movimento comercial, mas foi um dia só. Francamente, gostei do 'glorioso exército'. Acho que a solução foi boa, muito boa. O cinismo do Getúlio, nomeando seu irmão para a chefatura de polícia, é de amargar. Que homenzinho terrível!"

Quem lê estas linhas, há que supor que Edgard Cavalheiro era fascista, pois o tempo já permitiu, dos acontecimentos de 1945, uma visão mais profunda, dissipadas as aparências e disfarces. Não era tal: Cavalheiro confessava-se, e sinceramente, mais próximo da extrema-esquerda que do centro; mas, depois, criticava acerbamente a extrema esquerda (aqui colocada a expressão como eufemismo, pois designava mesmo os comunistas), quando esta apontava rumo de que êle discordava; e acabaria por aplaudir o golpe militar, como solução política. Que significa uma curva descendente tão rápida, excluída a hipótese de desonestidade? Significa a flutuação, o movimento pendular da pequena burguesia, o medo do futuro, o temor à revolução,

o peso do lastro ideológico burguês, a necessidade de acomodação com a “ordem” vigente (às vezes, vizinha da mais virulenta manifestação “revolucionária”). O fenômeno era mais freqüente do que se poderia supor, diante das candentes lições que a realidade estava apresentando. A lição do nazismo, por exemplo, com o seu cortejo de atrocidades, agora exibidas nas telas dos cinemas: o anticomunismo levava àquilo. A lição, por outro lado, da união entre os povos, para liquidar aquela incrível lepra. A lição de desunião e de desumanidade que consistira em utilizar a bomba atômica contra objetivos civis — cidades sem função militar, cheias, não de soldados, mas de mulheres, velhos, crianças — e contra um adversário derrotado. Havia um elo — o da “guerra fria” em prelúdio — entre essa atrocidade inominável e o aplauso que pessoas como Edgard Cavalheiro ofereciam a um golpe militar que iria comprometer profundamente o processo em curso de mudança do regime vigente no Brasil. O imperialismo, com a arrogância insofrida do monopólio atômico, começaria, agora, a impor suas necessidades, seriando exigências. A mais premente dessas necessidades era a da limitação das franquias democráticas. O período de Dutra — inserido nessa fase, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da agressão norte-americana à Coréia — foi, por tudo isso, uma ditadura com fachada formal de uma que outra concessão democrática. E havia intelectuais e artistas que aplaudiam o golpe, mas detestavam serem chamados de golpistas, como se outro nome, mais adequado, houvesse para isso.

Minha atividade literária foi intensa, em 1945, mas inteiramente absorvida pela colaboração na imprensa. O livro que lancei, *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, fôra preparado no ano anterior. A colaboração na imprensa era variada, nos assuntos e nos destinos. Mantinha a seção de crítica literária no *Correio Paulistano*, mas escrevia trabalhos avulsos para *O Estado de São Paulo*, até fins de abril, quando voltei ao *Correio Paulistano*: no *Jornal de São Paulo*, de circulação efêmera; no *Diário Carioca* e no *Diário de Notícias*, do Rio; em *Leitura* e na *Revista do Globo*, aquela editada no Rio e esta, em Pôrto Alegre; e no *Observador Econômico e Financeiro*, em que escrevi ensaios sôbre assuntos econômicos. Era muita coisa para quem estava em meio a um curso absorvente como o da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Apareciam, ainda, trabalhos eventuais: em 1945, por exemplo, o prefácio

que fiz para o livro de Eugênio Tarlé, *Napoleão*, o mais importante estudo de autor soviético vivo aparecido no Brasil, que desconhecia totalmente a existência deles e de suas obras.

Eu estava completando, ao fim de 1945, doze anos de atividade literária intensa, pois iniciara a minha colaboração sistemática no *Correio Paulistano* em 1934; e a crítica literária, em 1936. Escrevera nos maiores jornais do País, no Rio e em São Paulo, e nas revistas de mais prestígio e circulação. Estreando em livro, em 1938, lançara um por ano, desde então; tinha títulos meus incluídos nas duas consagradas coleções de estudos brasileiros, a "Brasiliiana" da Companhia Editôra Nacional, dirigida por Fernando de Azevedo, e a "Documentos Brasileiros", da Livraria José Olímpio Editôra, dirigida por Gilberto Freyre e, depois, por Otávio Tarquínio de Sousa. Quando começara a colaboração sistemática, no *Correio Paulistano*, Hitler ascendera há pouco ao poder e pensava-se que Hindenburg o contivesse; quando comecei a fazer crítica literária, ali, a guerra civil na Espanha fôra desencadeada. Veio, depois, a Segunda Guerra Mundial, que estava chegando ao fim. Fôra uma fase de profundas alterações, no mundo e no Brasil.

A experiência literária era suficiente para permitir o balanço do que eu havia feito até aquela altura, em meio entre os trinta e os quarenta anos — na maturidade. Cabe aqui, antes de apresentar o resultado do balanço que fiz de minha própria atividade intelectual, uma observação preliminar. Na mocidade, somos, via de regra, audaciosos; na atividade intelectual, isto significa que somos apressados e não tememos os julgamentos. Desejamos conquistar um lugar ao sol e, para isso, nos afoitamos, escrevendo obras para as quais não estamos preparados, cujos dados informativos ainda não estão suficientemente acumulados e selecionados por nós e para cuja seleção e análise não estamos ainda aparelhados. Não nos importa: como o jovem supõe o patrimônio já constituído pela cultura menos importante do que as inovações que surgem a cada passo — e o contrário disso é que é verdade — supõe, em consequência, que a sua contribuição tem condições favoráveis de sucesso apenas por ser recente. Não é de surpreender que os possuidores, individualmente, de passado curto e fraco de experiência, voltados para o futuro e tudo esperando dêle, tenham e até ostentem um certo menosprêzo pelo passado em geral, o coletivo. A realidade é totalmente o inverso disso, como se sabe, e o passado

de cada indivíduo, em qualquer altura de sua vida, não pode ser confundido com o passado coletivo, o humano, o nacional. O indivíduo repete, em cada caso isolado, a aventura do conhecimento, iniciando-a praticamente do nada. Isso não acontece com a sociedade, que começa, a cada instante, a partir do conhecimento acumulado. Esta é uma razão — e outras muitas há — que nos proíbem confundir a sociedade com o indivíduo, tomando características dêste por características daquela.

Nessa aventura pessoal do conhecimento, repetida em cada indivíduo e sempre inédita, não espanta que a audácia apareça, pelo menos até à metade da jornada — e nem sempre a metade cronológica — como constante. Só quem sabe muito tem condições para avaliar como é infinito o conhecimento e pode sentir como o já conquistado é mínimo, em confronto com o que resta a conquistar. É isso, no fundo, que estimula a audácia. A consequência, normalmente, é a pressa. E a pressa leva às estréias prematuras. Na realidade, quando jovens, temos pressa em estreiar, desejamos publicar nossa experiência, difundir nossas criações. A audácia, predominante em nós, impulsiona a precipitação; ela nos aumenta desmedidamente a confiança, levando-a aos extremos da presunção. Sem capacidade autocrítica, admitimos estar preparados, quando não estamos; admitimos estar oferecendo algo nôvo, quando não fazemos mais do que repetir. Tudo isso não importa. Importa começar, estreiar, produzir, aparecer. Nossa literatura tem, entre suas aparentes singularidades — depois verificamos que isso acontece em outras; quando, repetidas as causas, surge o mesmo traço — a de apresentar alta percentagem de escritores jovens, particularmente poetas. Como muitos dêles faleceram jovens, não podemos senão supor a que nível atingiriam; as obras dêsses jovens estão incorporadas ao nosso patrimônio literário, algumas em lugar destacado. Isso representa prova de que, no fim de contas, a experiência é dispensável? De que basta atender o impulso criador, que surge com a adolescência ou quando ela mal termina? Claro que não. Mas a realidade nos esmaga — aparentemente, a meu ver — com os casos concretos, e repetidos, dos Álvares de Azevedo, dos Casimiro de Abreu e, para nos liquidar, com o caso singularíssimo de Castro Alves.

Analiseemos êsses casos, e a repetição dêles em período curto, mas com o espírito crítico que já podemos apresentar, no Brasil, apesar de tôdas as deficiências do ensino de literatura

em nossas Universidades. Aquêles poetas jovens, que escreveram ainda jovens e morreram jovens, são, na realidade, muito menores do que costumamos supor e divulgar. Êles são grandes apenas em relação à literatura brasileira da época, êles são grandes como poetas brasileiros, na escala do meio e do tempo. A grandeza dêles, por outro lado, é fundada em alguns versos, e não na obra inteira. A vulgaridade da poesia de Casimiro de Abreu foi o que contribuiu mais para popularizá-lo; salvam-se dêle duas ou três poesias, sem nenhum alto pensamento ou audácia na expressão. O mesmo acontece, mas já em nível muito superior, com Álvares de Azevedo; conhecidas algumas poesias dêste — e são as antológicas — o resto é de segunda ordem e a prosa não vale senão como singularidade romântica. E Castro Alves? Em Castro Alves encontramos a exceção, quando acontece um daqueles casos raríssimos, em que o talento se aproxima da genialidade. Mas, ainda aqui, é fácil verificar como a obra superior, aquilo que dêle fica marcando a sua presença fulgurante, é muito pouco. Haverá caso mais flagrante do que o de Castro Alves de contraste, no mesmo escritor, do grande e do pequeno, do importante e do vulgar, do poético e do prosaico?

Estas observações, sem nenhuma idéia de comparação, evidentemente, que seria ridícula, nos ajudam, ao que parece, a compreender o problema de que nos ocupamos. Caberia, para rematá-las, lembrar que as obras mestras, aquelas que atravessam os tempos, aquelas que marcam um lugar, as que ajudam o conhecimento a avançar, foram sempre obras da maturidade. E é claro que não apenas naquilo em que a maturidade representa, no indivíduo — é dêste que falamos — ter nascido antes e ter vivido mais, mas ter acumulado experiência, no plano da prática e no plano da teoria; ter acumulado cultura, em suma, tanto quanto isso é possível em dimensões individuais. Essa acumulação de cultura está ligada, até certo ponto — não podendo ser tomada como absoluta tal ligação — com o tempo, com a idade, portanto. Ora, não há nenhuma obra perdurável em que a cultura esteja ausente ou se apresente débil. A consciência dessas verdades leva o escritor a um excesso, na maturidade, de sentido oposto àquêle que o movia, quando jovem, à criação precoce. No jovem existe, via de regra, demasiada ousadia; no escritor amadurecido, passa a predominar demasiado temor. Aquêle, atira-se com temeridade às obras para as quais

se supõe preparado; êste retrai-se, com receio, guardando o que faz, supondo-se impreparado. Como não há nunca preparação total, conhecimento completo, pesquisa acabada, a transferência na publicação, a protelação em vir a público pode resultar perniciosa, tal como a ousadia no desprezo à preparação cuidadosa, própria do jovem.

Essas considerações, não assim — estou reconstituindo, sinteticamente, o que levou algum tempo a se desenvolver em mim — mas de outro modo, calaram fundo em meu espírito. No decorrer dêsse demorado e por vêzes penoso reexame, verifiquei que nenhum de meus livros me satisfazia. O processo prático de comprovar essa insatisfação era fácil: embora o da estréia datasse de sete anos atrás apenas, eu os escreveria, a êsse como ao mais recente, de forma inteiramente diversa, se os tivesse de escrever naquele momento. Por outro lado, e ainda que isso fôsse difícil e constrangedor, a desvalia dessas obras aparecia, agora, com clareza, diante de mim, vistas pelos meus próprios olhos. Claro que quando vistas em conjunto. Era possível, em algumas, aproveitar trechos, partes. Era inegável que, sob êste ou aquêle aspecto, esta ou aquela de minhas obras apresentava algum mérito. O conjunto de cada uma era fraco; o conjunto das obras, pouco expressivo. Havia uma razão para isso, naturalmente, e a razão era a impreparação para lançar-me à emprêsa de escrevê-las. Os temas estavam acima de minhas possibilidades; eu não me equipara devidamente para enfrentá-los. A estima que haviam merecido, os elogios que as haviam acolhido, até a homenagem secreta que havia nas diatribes que tinham recebido, derivavam do valor relativo que possuíam, isto é, do valor em comparação com as outras, de outros autores, em relação à média cultural de nosso meio, em que os trabalhos arrimados na impreparação constituem a regra.

Era fácil verificar, nessa altura dos acontecimentos, que a cultura brasileira ia enfrentar fase nova, em seu desenvolvimento. Não seria mais possível, com veleidades triunfadoras, a improvisação, a impreparação, a pressa, a fácil ousadia das estréias precoces. É claro que tais coisas continuariam a acontecer. Mas receberiam, inevitavelmente, a sanção de um meio cultural que estava sendo renovado, acelerada e profundamente. As novas gerações seriam muito mais rigorosas, muito mais aparelhadas, também, para ajuizar do que lhes fôsse apresentado. A escala de valores que utilizaria, por outro lado, seria

diferente e muito mais discriminadora. Essas gerações não seriam, em si, melhores do que as anteriores; a diferença — e esta, de ordem qualitativa — estava apenas em que viveriam tempos melhores. Um dos aspectos externos da mudança residia na liquidação de uma espécie de amadorismo literário, antes predominante e agora impossível. Esse amadorismo estava ligado a características materiais, e isso explica o título, por contraste com o profissionalismo, que definia espaço específico ocupado na divisão do trabalho. Outras características influiriam na passagem ascensional do amadorismo ao profissionalismo, à especialização. Já não seria viável, em determinados gêneros, mais exigentes ou de traços mais definidos, o amadorismo no sentido de atividade literária subsidiária, acessória, destinada apenas a acrescentar uma prenda ao portador que, para viver, se profissionalizava em outra forma de atividade. É preciso, para prevenir confusões, explicar com clareza esse processo, em curso após a Segunda Guerra Mundial, sob o impulso que, nessa época e no Brasil, receberam as relações capitalistas.

Em nosso meio, como é sabido, literatura não era profissão, no sentido de que não era meio de vida. As exceções não contam, no caso, como em tudo. O indivíduo dado às letras era, profissionalmente, médico, advogado, funcionário, militar, comerciante, etc. Nessas condições, sua face literária lhe proporcionava destaque, prestígio, brilho: era um ornamento, funcionava como prenda. E ele a exercia à base de leituras da adolescência, desordenadas, dispersivas, de pendor raramente bem verificado e de um pouco de conhecimento adquirido nos vágares permitidos pela atividade profissional. Os dotes literários facilitavam o progresso em algumas profissões: o jornalismo, especialmente, o magistério, a advocacia, as letras jurídicas e, com destaque, as atividades políticas, particularmente as parlamentares. Em todos esses casos, entretanto, por mais brilhantes que fôssem, eram acessórios, subsidiários, complementares. Nesse sentido — mais do que no sentido puramente material, de proporcionar meio de vida — é que a atividade literária se definia como amadorismo. Pouco a pouco — a começar por atividades como o jornalismo — as exigências de cultura literária cresceram. Não era possível atendê-las à base das leituras da adolescência ou dos ócios da maturidade. Elas só podiam ser satisfeitas pelos estudos, cada vez mais profundos, sistemáticos e constantes. Em seguida, elas foram atendidas, de forma orga-

nizada, didática, como uma ciência, ou como uma arte. Ora, na medida em que isso acontecia, a possibilidade de conciliar a atividade literária com outra, mantida aquela como prenda e complemento, tornava-se cada vez mais difícil. O problema se apresentava em dois planos: o plano dos que escreviam e o plano dos que liam. O processo se desenvolveu nesses dois planos, simultaneamente, existindo entre eles uma relação dialética: público mais exigente provocava o aparecimento de escritores melhores, e escritores melhores faziam ascender as exigências do público e o número de seus componentes, a quantidade e a qualidade. O escritor já não era lido apenas pelos confrades. E já não vivia apenas do julgamento dos confrades. Havia público, êsse público crescia: êle é que sustentava, com o seu interêsse, a atividade literária. Claro que o aspecto da remuneração, o aspecto ligado à atividade como forma de assegurar subsistência, evoluiu paralelamente. Não foi êsse aspecto, tomado isoladamente, que assinalou o fim do amadorismo literário. Foi a compreensão, imposta pela realidade social do País, da seriedade do estudo de literatura, da complexidade dos fenômenos ligados à literatura, da necessidade de conhecer literatura, que definiu a passagem do amadorismo ao profissionalismo.

A literatura começou a deixar de ser a área devoluta, devassada, em que todos podiam transitar e exhibir-se, ainda os menos preparados. Passou a ser uma área especializada, em que penetravam ou trabalhavam apenas as pessoas que se haviam habilitado para isso. Na maioria dos casos, essas pessoas podiam exercer outras profissões, mas não era isso que definia a autonomia da atividade literária, e sim a habilitação e a devoção dos participantes. Êsse processo foi sempre estreitamente ligado a outros, especialmente o que ficou assinalado no campo dos transportes e o que se processou no campo das comunicações. Naquele, os reflexos no processo literário derivaram de que o mundo ficou menor, em termos de tempo para vencer as distâncias: o que ocorria na França, há um século — e a França era a matriz quase única dos padrões literários, para nós — refletia-se aqui com uma diferença de vinte a quarenta anos, dependente, em muito, do transporte marítimo, já a vapor. O que ocorre, hoje, em todo o mundo, praticamente, nos chega em meses, em termos de influência literária (em termos de informação, demanda apenas horas). No campo das comunicações, os

reflexos no processo literário derivaram do alastramento dos meios de massa, que passaram a exercer, mais do que influência, verdadeiro monopólio e controle das informações e, além disso, de padrões e valores massificados. Um dos menores efeitos desse domínio foi a necessidade de estabelecer diferenças, pretendendo-se — além da cultura de classe — a função de valores populares, apenas porque muito difundidos, e de valores de elite, apenas porque saboreados pelo reduzido número dos privilegiados. A diferença, para exemplificar, que distancia um livro literário de qualidade de outro que vale apenas como *best-seller*.

A consciência, às vezes clara, às vezes confusa, desse processo, a experiência proporcionada pela guerra e difundida em todos os domínios da ciência e da arte, o conhecimento das transformações por que passava o nosso próprio País, faziam-me crer que estávamos abrindo uma fase nova na história e que a literatura não ficaria imune aos seus efeitos. A constatação preliminar estava no que dizia respeito ao geral, no reconhecimento da complexidade da literatura. Ela não apenas mostrava que não poderia ficar subalternizada, como antes, como destacava sua importância, no conjunto dos meios, técnicas e processos de que o homem se utiliza para apropriar-se da realidade. A constatação estava, no que dizia respeito à minha própria obra, ao meu caso individual, no reconhecimento de que meus recursos culturais eram insuficientes para prosseguir produzindo, necessitando de ampliação e de aprofundamento. Além disso, surgia, como consequência necessária, a constatação de que refundir, ampliar e aprofundar meus conhecimentos era tarefa muito grande, que iria demandar anos de estudos sistemáticos, metódicos e progressivos. Dispuse-me a iniciar esses estudos, preparando, de início, as bibliografias. Estas, estabelecidas às vezes com dificuldade, mostraram, desde logo, a interpenetração dos diversos campos do conhecimento, aqueles compreendidos pelas ciências e aqueles compreendidos pelas artes como, no primeiro, aqueles compreendidos pelas ciências da natureza e aqueles compreendidos pelas ciências da sociedade.

Para estas voltaram-se as minhas preferências, talvez porque sejam vizinhas da literatura, de todas as artes aquela que mais me seduzira sempre. Assim, no domínio das ciências da sociedade, fixei-me na História; no domínio das artes, fixei-me na Literatura; nos dois casos, procurei estudar a teoria, o geral,

e a prática, no caso concreto do Brasil, o particular; entendendo, desde logo, que a área do singular, percorrida pelos pesquisadores, não era de meu interesse. Sempre me causou estranheza, por outro lado, que algumas pessoas, às vezes revestidas de autoridade, falassem de artes e literatura, como se esta estivesse fora do campo daquelas. A mim me pareceu sempre que a Literatura é uma das artes. Está claro que êsse aprofundado reexame de meus próprios conhecimentos, essa autocrítica, base da etapa seguinte, não se processou com a forma aqui apresentada. Nem os estudos seguiram, ao longo do tempo, superando obstáculos colocados pela vida, até mesmo a de rotina, programação rígida. Muito ao contrário, foram desenvolvidos com altos e baixos, períodos de grande intensidade e períodos de pausa.

E o importante estava, em suma, na constatação das falhas em meus conhecimentos, na necessidade de preencher os vazios que nêles existiam, na exigência de suprir deficiências. Minha vida, apesar de tudo, não me permitiu nunca estudos sistemáticos e particularmente formação didática. Meus conhecimentos se ressentiram sempre, ainda após os longos períodos de estudo, de vazios, de áreas baldias, de espaços em branco. Cedo fui obrigado também, a estreitar a larga frente que pretendia explorar, revestido de coragem mas com a ingenuidade dos que desconhecem os campos que pensam percorrer. Acredito que, se tivesse ocorrido depois de algum tempo, oportunidade para um balanço das aquisições feitas por mim, no vasto mundo dos conhecimentos, êsse balanço poderia ser resumido da maneira seguinte: eu estava armado para ter uma visão de conjunto das ciências da sociedade, com um conhecimento especial de História e de Literatura. Estava em condições de realizar, no domínio das ciências da sociedade, análises macroscópicas, importantes para me situar face aos problemas que se apresentavam; e estava em condições de realizar, no domínio da História e da Literatura, análises microscópicas. Tudo isso não me isentava, é claro, da incidência no êrro, como acontece com as criaturas de dimensões humanas.

Essa revisão e ampliação dos meus conhecimentos deixou, além de conseqüências ligadas a aspectos singulares ou particulares, alguns traços ligados ao universal. O primeiro dêles foi a constatação de que as ciências ditas exatas são sujeitas a erros e que, inversamente, outras ciências, não consagradas an-

tes com a infalibilidade, podiam atingir o mesmo nível de exatidão das primeiras. Só mais tarde, entretanto, quando ampliei meus conhecimentos do materialismo dialético, vim a compreender as relações de categorias como essência e fenômeno, particular, singular e universal, necessidade e casualidade, causa e efeito, possibilidade e realidade, que deixam claras as limitações do processo do conhecimento, estabelecendo ainda a distinção entre verdade absoluta e verdade relativa. Outra constatação, e esta de natureza essencial, foi a de que, nas sociedades divididas em classes, ciências e artes, toda a cultura, são de classe. Aquilo que, adiante, me foi confirmado pela tese da dualidade de culturas, com esclarecimento completo do problema, foi intuído por mim, naquela fase. A princípio, o resultado dessa intuição, ajudada pela leitura de textos de agitação, de caráter polêmico mas de cunho científico débil, foi o desprezo pelas conquistas da classe dominante, toda ela, no passado e no presente, particularmente neste, digna apenas de ser atirada ao lixo. Terceira e última decorrência de meus estudos foi a constatação de que o processo de desenvolvimento da cultura está íntima e profundamente relacionado com o processo de desenvolvimento global da sociedade, mas que as relações entre um e outro são extremamente complexas, longe do simplismo e do mecanicismo com que são encaradas, às vészes, mesmo por autores que conquistaram nomeada e deixaram, realmente, obras importantes, sempre merecedoras de leitura.

Como é sabido, Hegel era dialético mas não era materialista, e Fuerbach era materialista mas não era dialético. Até essa fase de reexame de meus conhecimentos, as vigas mestras em que me apoiava, e que esboroaram então, eram, de um lado, as concepções de Henri Berr e seu grupo, em História, e as teorias que fundamentaram os transformistas e materialistas dos fins do século XIX e início do século XX. A leitura de Haeckel, de Buchner, um pouco menos de Le Dantec, deixara marcas em meu pensamento. Dois eixos presidiam, desde então, o meu raciocínio: o da concepção materialista do universo e o da concepção de movimento da matéria. A leitura de Darwin, apesar de seu espiritualismo, fôra muito importante para mim: êle reforçava a estrutura do pensamento apoiada naqueles dois eixos. Do ponto de vista da cultura individual — numa época em que se procurava impor o primado da especialização, que desumaniza os conhecimentos — eu continuava a acreditar no pri-

mado de uma base ampla, em que repousasse uma especialização não extremada. Daí a curiosidade voltada para uma faixa muito variada e extensa de conhecimentos, a busca de um mínimo de informação de cada um. Sou grato — e naquela fase ainda mais o fui — à base matemática de minha formação, como até ao estudo de uma língua morta, como o latim. O segredo do fascínio que, em certa época, quando de minha adolescência, senti pela obra de Vilfredo Pareto estava nos fundamentos de sua cultura individual: as matemáticas e as humanidades greco-latinas.

O respeito pelo trabalho intelectual, que existia em mim, de há muito, firmou-se por essa época. Sempre compreendi o sentido reacionário do menosprezo pelo seu exercício e pelos seus resultados. O antiintelectualismo, que reponta, às vezes, nas sociedades subdesenvolvidas — para usar o eufemismo consagrado — ou em seus grupos mais atuantes e mais ingênuos, origina-se da crença no sentido de mudança, que o conhecimento traz consigo, como carga intrínseca. Tôda cultura — é sabido e repetido — conserva, como dado de raiz, sentido progressista. Não é de surpreender — porque há nisso uma lógica profunda, embora às vezes escondida — a fúria com que os regimes retrógrados voltam-se contra os intelectuais, os artistas, os cientistas, e os aprendizes, os estudantes: a verdade é sempre subversiva. Ela não vive em repouso, não é estática, não se alimenta da pausa. Exige, ao contrário, a inquietação, o movimento, a mudança. E isso porque deriva da realidade, busca traduzir a realidade, retratar a realidade. A realidade está em perpétua e incessante transformação, desenvolvendo-se dialéticamente. Só o pensamento dialético pode acompanhar, pois, o fenômeno que se desenvolve segundo a dialética. Essa aproximação com a realidade confere à ciência e à arte, ao conhecimento, o intrínseco sentido de mudança, que desperta tanta fúria nos regimes que, também intrinsecamente, permanecem ancorados no passado.

Tais regimes surgem da necessidade de evitar, deter, retardar as mudanças. Daí a necessidade que os leva a punir a inteligência, a marginalizar a ciência e a arte, a vigiar policialmente as suas manifestações. O desrespeito ao trabalho intelectual, e particularmente ao trabalho artístico e científico, representa simples manifestação de atraso, que não pode passar sem protesto, que não pode ser aceita de forma alguma. E é claro que, como diretamente interessados, os intelectuais devem ser os

primeiros a zelar por êsse respeito, a praticá-lo. Isso nem sempre acontece, entretanto. Porque a classe dominante, que se presume eterna, e que, por isso, está interessada nos regimes que combatem as mudanças, tem sempre condições de privilegiar, não o trabalho intelectual, mas *alguns* intelectuais. E êstes, como privilegiados, prestam-se a servi-la. Para servi-la, prestam-se ao desrespeito ao trabalho intelectual, ao artístico especialmente. Essas exceções são sempre tristes, naturalmente, mas não devem constituir preocupação para os que se dedicam às atividades intelectuais: em tôdas as fases de mudança, acontece o contraste entre o velho e o nôvo, como acontecem as confusões, os equívocos e as situações em que a prostituição da inteligência e da cultura podem surgir, ganhando certa dimensão. Isso, no fim de contas, não altera a marcha da História. Assim, apenas, a debilidade da condição humana.

Índice Onomástico

- ABREU, Brício de — 121.
ABREU, Casimiro de — 354, 355.
ABREU, J. Capistrano de — 89.
ADERSEN, A. — 95
ALBANO, José — 149.
ALBERTO I (rei) — 48.
ALBUQUERQUE, J. C. Medeiros e
— 57, 68, 127, 327.
ALENCAR, José de — 16, 250.
ALEXANDRE III (czar) — 15.
ALMEIDA, César Correia de — 4.
ALMEIDA, Guilherme de — 37,
40, 237, 275, 276, 344.
ALMEIDA, José Américo de — 26,
52, 53, 92, 136, 296, 334, 335,
338, 339.
ALMEIDA, Júlia Lopes de — 267.
ALMEIDA, J. Correia de — 3.
ALMEIDA, Manuel Antônio de —
86, 232.
ALMEIDA, Rosina Werneck de —
4, 6.
ALVES, A. de Castro — 50, 354,
355.
ALVES, Francisco — 11.
ALVES, Francisco (cantor) — 121.
AMADO, Genolino — 107, 108,
177, 184, 315.
AMADO, Gilberto — 28, 57, 238,
239, 270, 327.
AMADO, Jorge — 95, 102, 106,
110, 118, 166, 186, 200, 201,
213, 252, 255, 295, 296, 297,
314, 315, 346.

- AMARAL, A. J. de Azevedo — 96,
 113, 114, 115, 116, 159, 160,
 175, 196, 197, 199, 205, 207,
 217, 220, 222, 249, 251, 253,
 259, 262, 263.
 AMARAL, Cecília de Azevedo —
 196.
 AMARAL, Rubens do — 205.
 AMARAL, Tarsila do — 34.
 AMIEL, H. F. — 294.
 ANCHIETA, José de — 147.
 ANDERSEN, H. C. — 11.
 ANDRADE, Almir de — 107, 109,
 123, 150, 205, 239, 241, 242,
 262, 279, 317.
 ANDRADE, Carlos Drummond de
 — 41, 105, 202, 294, 314, 348.
 ANDRADE, Mário de — 30, 31,
 41, 44, 166, 209, 217, 232,
 259, 267, 317.
 ANDRADE, O. Cordeiro de — 81,
 230.
 ANDRADE, Oswald de — 34, 35,
 36, 37, 40, 42, 43, 44, 78, 79,
 162, 219, 260, 287, 304, 330.
 ANJOS, Augusto dos — 50, 51.
 ANJOS, Ciro dos — 132, 166.
 ARANHA, J. P. da Graça — 18,
 25, 37, 40, 41, 53, 118, 143,
 251, 316, 326.
 ARANHA, Oswaldo — 350.
 ARARIPE, T. de Alencar — 236.
 ARARIPE JÚNIOR, T. de A. — 68,
 69, 89.
 ARISTÓTELES — 86.
 ASSIS, J. M. Machado de — 16,
 18, 23, 77, 109, 110, 127, 132,
 143, 165, 180, 208, 232, 250,
 267, 326.
 ATAÍDE, Austregésilo de — 258.
 ÁTILA — 199.
 AZEVEDO, Artur — 267.
 AZEVEDO, Fernando de — 30, 81,
 129, 131, 143, 157, 171, 235,
 237, 251, 253, 254, 259, 260,
 353.
 AZEVEDO, M. A. Álvares de —
 259, 354, 355.
 AZEVEDO, Vítor de — 260.
 BACH, J. S. — 2.
 BALZAC, H. — 16, 53, 288, 293,
 294.
 BALEEIRO, Aliomar — 296.
 BANDEIRA, Manuel — 288.
 BARATA, Antônio — 289.
 BARBOSA, A. Rolmes — 260.
 BARBOSA, Rui — 6, 17, 18, 22,
 218, 315, 326.
 BARINE, Arvéde — 47.
 BARING, M. — 262.
 BARREIRA, João — 87.
 BARRETO, A. H. de Lima — 22,
 23, 24, 41, 73, 86, 111, 112,
 267, 327.
 BARRETO, B. de Barros (Belmon-
 te) — 212.
 BARRETO, Fausto — 7.
 BARRETO, Iscard Dantas — 23,
 46, 56, 160.
 BARRETO, J. de Lima — 169.
 BARRETO, Paulo — 16, 17, 19,
 20, 267, 327.
 BARRETO, Plínio — 150, 151, 205,
 216.
 BARRETO, Tobias — 194, 212.
 BARROS, Ademar de — 239, 240.
 BARROSO, Gustavo — 22, 26, 128,
 129, 131, 235.
 BASTIDE, P. Arbousse — 231.
 BASTIDE, Roger — 231, 259, 300,
 301.
 BASTOS, Abguar — 260.
 BASTOS, Plínio Fernandes — 153.
 BATINI, Tito — 248, 260.
 BAUM, Vicki — 261.
 BAZIN, René — 53.
 BEER, Max — 87.
 BELO, José Maria — 268.
 BEMPOSTA, Barões de — 6.
 BENNETT, Arnold — 53.
 BENNINGSEN, E. — 281.
 BERGER, H. — 98.
 BERL, Emanuel — 275.
 BERNARDES, Artur — 263.
 BERR, Henri — 361.
 BERRIEN, W. — 318.
 BERTA, Albertina — 40.

- BERTASO, Henrique — 203, 285, 289.
- BERTRAND, Antônio — 204, 335.
- BEZERRA, F. de Assis — 56.
- BILAC, Olavo — 5, 37, 48, 250, 326.
- BITTENCOURT, Edmundo — 13, 113, 127, 263.
- BLOEM, Rui — 260.
- BOCAIUVA, Quintino — 326.
- BOPP, Raul — 41.
- BORBA, Osório — 97, 124.
- BOREL, Cecil — 98.
- BOUÇAS, Valentim — 329.
- BOURGET, Paul — 53.
- BRAGA, Rubem — 122, 177, 209.
- BRANCO, C. Castelo — 56, 63, 64.
- BROCA, Brito — 148, 205, 216.
- BRONTE, Emily — 294.
- BRUNETIÈRE, F. — 291.
- BRUNO, Ernani Silva — 260.
- BUCHNER, L. — 361.
- CAÍMI, Dorival — 22
- CAÍNE, Hall — 53.
- CÂMARA, J. Adour da — 107, 108, 229.
- CAMINHA, Adolfo — 23.
- CAMPOS, Francisco — 96, 108, 139, 220, 221, 222, 240, 338, 342.
- CAMPOS, Humberto de — 21, 22, 28, 81, 82, 241.
- CAMPOS, Sílvio de — 65, 83.
- CAPANEMA, Gustavo — 144.
- CÁRCANO, Ramón J. — 96.
- CARDOSO, Lúcio — 176, 212, 252, 253, 255, 262, 314.
- CARLOS MAGNO — 11.
- CARNEIRO, Edison — 307.
- CARTER, Willa — 294.
- CARVALHO, José Cândido de — 212.
- CARVALHO, Ronald de — 23, 37, 38, 40, 69, 112, 146, 152, 154, 155, 273, 327, 334, 335, 336.
- CASCUDO, Luís da Câmara — 259.
- CASTILHO, A. — 16, 92.
- CASTRO, Cristóvão Leite de — 337.
- CASTRO, J. M. Ferreira de — 82.
- CAVALCANTI, Alberto — 86.
- CAVALHEIRO, Edgard — 172, 232, 246, 255, 258, 260, 267, 268, 269, 270, 280, 282, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 305, 306, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 327, 332, 333, 338, 340, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352.
- CEARENSE, Catulo da Paixão — 149, 155.
- CÉSAR, A. Vergueiro — 269.
- CÉSAR, A. M. de Oliveira — 83, 226.
- CÉSAR, Osório — 205.
- CHAMBELLAND, C. — 49.
- CHAMBERLAIN, A. — 15.
- CHATEAUBRIAND, F. de Assis — 24, 49, 92, 150, 172, 173, 175, 184, 199, 211, 265, 296.
- CHEC, Chang Cai — 195.
- CHESTERTON, G. K. — 171.
- CHOPIN, F. — 221.
- CHURCHILL, W. — 114, 222.
- CÍCERO — 86.
- CIDADE, F. de Paula — 236.
- CLEMENCEAU, G. — 15
- COARACY, Vivaldo — 69.
- COELHO NETO, H. — 17, 18, 19, 26, 28, 37, 40, 41, 73, 267.
- COLBACCHINI, A. — 259.
- CONRAD, J. — 294.
- CORRÊA, Lavínia — 3.
- CORRÊA, Raimundo — 3, 4, 5, 6, 211, 326.
- CORREIA, J. C. Martinez — 35.
- COSTA, Ciro — 127.
- COSTA, Fernando — 248.
- COSTA, J. Dias da — 315.
- COSTA, Oswaldo — 263.
- COSTALLAT, Benjamim — 20, 21, 23, 127.
- COUTINHO, Lafaiete — 300.
- COUTINHO, S. Galeão — 80, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 107, 108,

- 133, 158, 161, 181, 182, 183, 230, 329, 331.
- CUNHA, Euclides da — 18, 164, 242, 250, 315, 326.
- CUNHA, J. Carlos de Brito e — 47.
- CUNHA, Olegário Mariano Carneiro da — 50, 51.
- DALTRO, Harold — 128.
- DANTAS, Júlio — 38.
- DANTAS, Lucas — 266.
- D'ANNUNZIO, G. — 46, 48, 54, 57, 58.
- DARWIN, C. — 361.
- DEABREU, Moacir — 107, 108.
- DEBRET, J. B. — 152, 230.
- DEFOE, Daniel — 262.
- DEKOBRA, M. — 21.
- DESSFONTAINES, P. — 231.
- DIAS, A. Gonçalves — 73, 250.
- DIAS, Carlos Malheiros — 47.
- DICKENS, C. — 16, 53, 64, 294.
- DIDEROT, D. — 86.
- DIÉGUES JÚNIOR, M. — 205, 346.
- DORNAS FILHO, João — 268.
- DOSTOIEVSKI, F. — 16, 53, 267.
- DOYLE, A. Conan — 12.
- DREISER, T. — 294.
- DUARTE, Nestor — 302, 303.
- DUMAS, A. — 53.
- DUPRÉ, Leândro — 289, 292.
- DUPRÉ, Leândro (Sra.) — 289.
- DURANT, Will — 284.
- DUTRA, Eurico G. — 92, 96, 183, 339, 342, 343.
- DUTRA, Lia Correia — 314.
- DUTRA, Osório — 337.
- ELLIOT, Paul — 327.
- ESTRADA, Osório Duque — 24, 25, 31, 327.
- ESTRADA, Luís Gonzaga Duque — 40.
- FALCÃO, E. de Cerqueira — 259.
- FARHAT, Emil — 172, 173, 175, 184, 185, 186, 199, 200, 208, 209, 210, 212, 213, 227, 228, 246, 253.
- FARIA, Otávio de — 113, 212.
- FAULKNER, W. — 247, 294.
- FEIJÓ, Diogo A. — 349.
- FERNANDES, Carlos Dias — 83.
- FERNANDES, Casímiro — 314.
- FERREIRA, Ascenso — 41.
- FERREIRA, Cleo Marcondes — 237.
- FERREIRA, Octales Marcondes — 73, 129, 131, 143, 230, 234, 235, 237, 259, 261, 289, 349, 350.
- FERRO, Antônio — 48.
- FEUERBACH, L. — 361.
- FIELDING, H. — 294.
- FIGUEIREDO, Euclides — 241.
- FIGUEIREDO, Fidelino de — 191, 231.
- FIGUEIREDO, Genebaldo — 300.
- FIGUEIREDO, Guilherme — 176, 212, 329.
- FIGUEIREDO, Jackson de — 26, 136, 139, 140, 320.
- FIGUEIREDO, J. de Lima — 236.
- FLAUBERT, G. — 46, 53, 87, 267, 288, 291.
- FONSECA, A. Gondin da — 149, 155.
- FONSECA, A. Deodoro da — 345.
- FONSECA, Luís Carlos da — 50.
- FONTES, Amado — 95, 132.
- FONTES, Hermes — 50, 51.
- FONTES, Lourival — 93, 94, 95, 96, 107, 108, 160, 161, 201, 202, 225, 229, 240.
- FORNARI, Ernani — 267.
- FORTES, C. Jaques Bias — 3.
- FRANCE, A. — 53, 55, 56, 57.
- FRANCISCO JOSÉ (imperador) — 15.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo — 4, 267, 326.

- FRANCO, Afonso Arinos de Melo (Sobrinho) — 81, 163, 164, 246, 247, 270.
- FRANCO, Cid — 205.
- FRANCO, F. — 98, 99, 174, 295.
- FRANCO, Virgílio de Melo — 138.
- FRAGOSO, A. Tasso — 236.
- FREYRE, Gilberto — 80, 92, 96, 142, 171, 179, 180, 242, 251, 253, 254, 262, 295, 296, 297, 310, 348, 353.
- FREYRE, Ulisses — 179.
- FUSCO, Rosário — 176.
- GALSWORTHY, J. — 247, 294.
- GANDHI, M. — 56.
- GARD, R. Martin Du — 294, 314.
- GARNIER, B. L. — 16, 230, 293.
- GERALDY, P. — 37.
- GIDE, A. — 294
- GLICÉRIO, Francisco — 268, 269, 271, 280, 283, 287, 288, 306, 316, 345.
- GODOFREDO FILHO, J. — 297.
- GOERING — 129, 222.
- GOETHE, W — 2, 57.
- GOLD, Michael — 86.
- GOMES, Eduardo — 339, 342, 343, 345.
- GOMES, Lindolfo — 267.
- GONZAGA, Tomás Antônio — 259.
- GORKI, M. — 16, 61, 167.
- GRAVES, J. — 247.
- GRIECO, Agripino — 22, 24, 25, 26, 52, 57, 69, 135, 177, 230, 349.
- GRIECO, Donatelo — 205.
- GRIMM (irmãos) — 11.
- GUDIN, Eugênio — 134.
- GUILBEAUX, H. — 57.
- GUILHERME II (kaiser) — 15.
- GUIMARAENS, Alfonsus — 326.
- GUIMARÃES, João Alfonsus de — 161, 162, 267.
- GUIMARÃES FILHO, Alfonsus de — 314.
- GUIMARÃES FILHO, Luís — 127.
- HADDAD, Jamil A. — 344.
- HAECKEL, E. — 361.
- HAMSUM, K. — 336.
- HARTE, F. Bret — 267.
- HAWTHORNE, N. — 267.
- HEGEL, W. F. — 361.
- HENRY, O. — 267.
- HESSE, Hermann — 87.
- HINDENBURG, W. — 353.
- HITLER, A. — 15, 75, 97, 98, 99, 129, 141, 174, 199, 222, 256, 353.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de — 57, 80, 95, 247, 270, 307.
- HOLANDA, Valdir — 300, 301.
- HOMERO — 46.
- HORTA BARBOSA, J. C. — 233, 234.
- HUGON, Paul — 231.
- IBANEZ, V. Blasco — 54, 57, 65, 70.
- IBSEN, H. — 294.
- JARDIM, Caio — 317.
- JARDIM, Luís — 171, 179, 180, 181, 185.
- JARDIM, A. Silva — 283.
- JOYCE, J. — 32, 253, 294.
- JUREMA, Aderbal — 308, 309.
- KAFKA, F. — 32, 253.
- KIPLING, R. — 171, 267.
- KLINGER, Bertoldo — 236.
- KONDER, Valério — 297.
- KONDER, Vítor — 50.
- KOSTER, H. — 259.
- LACERDA, Carlos — 280.
- LACLOS, C. — 294.
- LAEMMERT, H. — 230.
- LAET, Carlos de — 7, 30.
- LAGE, João — 240.

- LAPA, M. Rodrigues — 253.
 LAWRENCE, D. H. — 247.
 LEÃO, Múcio — 6, 205, 323.
 LE BON, G. — 113.
 LE DANTEC, F. — 361.
 LEITE, Ascendino — 335.
 LEMOS, Francisca de Almeida — 15.
 LEMOS, J. Pinheiro de — 145.
 LÊNIN, V. I. — 15.
 LEÔNI, Raul de — 51.
 LESSA, Orígenes — 84, 122, 162, 267, 335, 336.
 LEWIS, Sinclair — 294.
 LÍBERO, Casper — 107.
 LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Ataíde) — 24, 25, 26, 52, 69, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 171, 176, 205, 212, 251, 253, 254, 306.
 LIMA, Augusto de — 28.
 LIMA, Benjamim — 128.
 LIMA, Hermann — 241.
 LIMA, Hermes — 106, 141, 142, 151, 194, 212, 248, 304, 305, 308.
 LIMA, J. Melo — 303.
 LIMA, M. de Oliveira — 95, 310.
 LIMA, Otaviano Alves de — 344.
 LIMA, R. Rocha — 89.
 LIMA, Vasco — 183.
 LIMA, Valdomiro Castilho de — 57.
 LINHARES, José — 351.
 LINS, Álvaro — 151, 152, 155, 186, 246, 247, 251.
 LIRA, Roberto — 243, 248.
 LISBOA, Antônio Francisco — 4.
 LISBOA, Rosalina Coelho — 177.
 LISPECTOR, Clarice — 314.
 LLOYD GEORGE, D. — 15.
 LOBATO, J. B. Monteiro — 22, 23, 30, 33, 40, 72, 73, 129, 230, 233, 234, 235, 248, 267, 280, 283, 289, 314, 315, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 346.
 LÔBO, H. Sousa — 285.
 LÔBO, Pelágio — 281, 282.
 LOPES, Álvaro Augusto — 281.
 LOPES, José Francisco (Guia Lopes) — 246.
 LOPES, Senhorinha — 246.
 LOPES NETO, J. Simões — 267, 284.
 LORCA, F. Garcia — 287, 288, 306, 316, 319.
 LOUSADA, Wilson — 153.
 LUCCOCK, J. — 258.
 LUDWIG, Emil — 172.
 LUKÀCS, G. — 167.
 MACEDO, J. Manuel de — 2.
 MACEDO, Roberto — 202.
 MACHADO, Aníbal — 202, 267.
 MACHADO, A. de Alcântara — 163, 267.
 MACHADO, J. G. Pinheiro — 114.
 MACHADO, Lourival Gomes — 344.
 MAGALHÃES, Agamenon — 296.
 MAGALHÃES, Dario de Almeida — 173, 175, 184, 185, 199, 282.
 MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de — 250.
 MAGALHÃES, Paulo — 128.
 MAGALHÃES, Valentim — 35, 277.
 MAGALHÃES JÚNIOR, R. — 122, 183, 200, 201, 210, 211.
 MAIA, F. Prestes — 316.
 Malfatti, Anita — 30, 33, 321.
 MANGABEIRA, Otávio — 241.
 MANN, Thomas — 247, 294.
 MANOILESCO, M. — 96.
 MARGUERITTE, P. — 20.
 MARGUERITTE, V. — 20.
 MARINHO, A. Saldanha — 283.
 MARINHO, Irineu — 120.
 MARINHO, Roberto — 344.
 MARQUES, F. Xavier Ferreira — 69, 128.
 MARTINS, Clemente Barbosa — 15, 245.
 MARTINS, José de Barros — 230,

- 232, 238, 246, 247, 248, 270,
272, 281, 287, 288, 306, 319.
- MARTINS, Luís — 260, 281.
- MARX, Karl — 91, 139.
- MATOS, José de — 230.
- MAUGHAM, W. Somerset — 267.
- MAUPASSANT, G. — 53, 294.
- MAUROIS, André — 64, 284.
- MEDEIROS, Maurício de — 147.
- MELLID, Atilio Garcia — 205.
- MELO, J. Barbosa — 303, 335.
- MELO, Luís Correia de — 64.
- MELO, Luís Gonzaga de — 94.
- MENDES, Murilo — 41.
- MENDES, Odorico — 2.
- MENDES, Oscar — 262.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind de
— 163, 164.
- MENDONÇA, Edgard Sussekind de
— 165.
- MENDONÇA, Lúcio de — 164, 326.
- MENESES, A. H. Dias de — 65,
83, 131.
- MENESES, Rodrigo César de —
245.
- MENESES, Rodrigo Otávio Lan-
gaard de — 7.
- MENUCCI, Sud — 287.
- MESQUITA, José de — 245.
- MESQUITA FILHO, Júlio de — 30,
150, 240, 241, 247, 344.
- MEYER, Augusto — 143, 237,
238.
- MILLIET, Sérgio — 246, 247, 259,
266, 270, 281, 287, 304, 315,
322, 343, 344, 351.
- MIRALES, José — 235.
- MIRANDA, Carmem — 121.
- MIRANDA, J. P. Veiga — 23.
- MIRANDA JÚNIOR, A. — 55, 56.
- MONBEIG, Pierre — 230, 231, 345.
- MONIZ, Heitor — 185, 227, 229.
- MONTEIRO, P. A. de Góis — 92,
96.
- MOOG, C. Viana — 203, 204,
205, 212.
- MORAIS, Carlos Dante de — 135,
136, 139.
- MORAIS, Evaristo de — 349.
- MORAIS, Raimundo — 194.
- MORAIS, Rubens Borba de —
230, 231, 270, 306, 318.
- MOREIRA, Álvaro — 177, 248.
- MOTA, Artur — 273.
- MOTA FILHO, Cândido — 260,
266.
- MOURÃO, Abner — 205, 240, 246,
281.
- MÜLLER, Filinto — 97, 183.
- MURICI, Andrade — 147.
- MUSSOLINI, B. — 15, 97, 98, 99,
141, 174.
- NABUCO, Joaquim — 146, 218,
223, 283, 326.
- NEME, Mário — 260, 315, 316.
- NEVES, Artur — 259, 283, 289,
292, 304, 305, 306, 315, 340.
- NEWBERRY, J. — 64.
- NORDAU, M. — 47.
- NOVELLI JÚNIOR, L. — 319.
- NUNES, Janary Gentil — 56.
- OBREGON, A. — 46.
- Ó'FLAHERTY, Liam — 294.
- OLIVEIRA, Alberto de — 5, 50,
326.
- OLIVEIRA, Armando de Sales —
65, 92, 230.
- OLIVEIRA, Filipe de — 118, 119.
- OLIVEIRA, João Daudt de — 118,
340.
- OLIVEIRA, M. Botelho de — 90.
- OLIVEIRA, Vitorino de — 49.
- ORICO, Oswaldo — 177.
- ORNELAS, Manoelito de — 205.
- PACHECO, Félix — 128.
- PAIVA, Ataulfo de — 26, 324.
- PARETO, V. — 55, 362.
- PASCAL, B. — 136, 139.
- PAVÃO, Arí — 127.
- PEDRO II — 216, 217.

- PEIXOTO, Afrânio — 30, 47, 127, 152, 325, 327.
 PEIXOTO, Floriano — 305.
 PEIXOTO, J. Silveira — 122, 220, 268.
 PEKELMAN, Henrique — 287.
 PENA, Cornélio — 212.
 PEREGRINO, Umberto — 56, 82, 144, 149, 248.
 PEREGRINO JÚNIOR, J. — 57, 82, 143, 144, 145, 150, 154, 174, 205, 208, 213, 267, 315, 346.
 PEREIRA, Antônio Olavo — 93, 275.
 PEREIRA, Astrojildo — 143, 314.
 PEREIRA, Atos — 93.
 PEREIRA, Daniel — 93, 186, 225, 261, 262, 292.
 PEREIRA, Evaldo Simas — 300.
 PEREIRA, Flávio — 93.
 PEREIRA, Jaime R. — 74, 77.
 PEREIRA, Lafaiete Rodrigues — 326.
 PEREIRA, Lúcia Miguel — 142, 232.
 PEREIRA FILHO, José Olímpio — 72, 73, 74, 77, 80, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 143, 144, 151, 174, 176, 177, 178, 185, 186, 187, 199, 200, 203, 206, 208, 209, 225, 230, 242, 243, 261, 275, 292, 306, 307.
 PESSOA, Epitácio — 22, 23.
 PESSOA, João — 53.
 PESSOA, José — 56, 92, 106, 172, 177, 178, 183.
 PICCHIA, Menotti del — 37, 38, 40, 128, 260, 266.
 PILSUDSKI, J. — 221.
 PIMENTEL, A. Figueiredo — 11.
 PINTO, E. Roquete — 57, 248.
 PINTO, M. Sobral — 320.
 PIRANDELLO, L. — 294.
 PIRES, Homero — 247.
 PIZA, Salvador — 229.
 PLACER, Xavier — 317.
 PLATÃO — 86, 192.
 POE, Edgard — 267, 291, 294.
 POINCARÉ, R. — 15.
 POMPÉIA, Raul — 250.
 PONTES, Elói — 131, 242, 250, 252, 253, 254.
 POPE, Mário — 205.
 PORTELA, J. M. Bastos — 51.
 PORTINARI, Cândido — 321.
 PRADO, Paulo — 29, 310.
 PRADO JÚNIOR, Antônio — 254.
 PRADO JÚNIOR, Caio — 231, 259, 263, 264, 266, 289, 290, 292, 304, 305, 330, 332, 340.
 PRESTES, Luís Carlos — 77, 78, 97, 98, 108, 322, 340, 346.
 PRESTES, Maria Luísa C. — 323.
 PROENÇA, M. Cavalcanti — 314.
 PROTÁGORAS — 56.
 PROUST, M. — 32, 253, 294.
 PUJOL, Alfredo — 72.

 QORPO SANTO — 42, 162.
 QUARESMA, L. 11, 230.
 QUEIRÓS, Amadeu de — 161, 162, 267, 323.
 QUEIRÓS, Diná Silveira de — 207, 314.
 QUEIRÓS, J. M. Eça de — 3, 16.
 QUEIRÓS, Raquel de — 95, 110, 118, 119, 166, 169.
 QUINTANA, Mário — 294.

 RABELO, E. de Castro — 141.
 RALPH, J. — 95.
 RAMALHETE, Clóvis — 227, 229.
 RAMOS, Artur — 205, 310, 315.
 RAMOS, Graciliano — 70, 71, 93, 94, 95, 96, 102, 108, 109, 110, 112, 113, 124, 165, 166, 167, 168, 172, 173, 175, 176, 181, 186, 209, 252, 255, 257, 258, 279, 280, 288, 289, 292, 304, 314, 315.
 RAMOS, Hugo de Carvalho — 267.
 RANGEL, Alberto — 83.
 RANGEL, Godofredo — 23, 320.
 REBÊLO, Marques — 177, 186, 212, 267, 314.
 REDONDO, Garcia — 22.

- REIS, Joaquim Silvério dos — 99.
 RÉGO, José Lins do — 19, 81, 95,
 100, 101, 102, 104, 106, 110,
 118, 119, 161, 166, 169, 173,
 176, 184, 185, 199, 210, 213,
 218, 252, 254, 255, 262, 304,
 314, 315.
 RÉGO, P. Costa — 205.
 RESENDE, Leônidas de — 141.
 RIBEIRO, João — 20, 25, 68, 132.
 RICARDO, Cassiano — 105, 226,
 323.
 RIO BRANCO, Barão de — 223,
 246.
 ROCHA, Geraldo — 120.
 ROCHA, Glauber — 169.
 ROCHA, Rubem — 208.
 ROLLAND, Romain — 294.
 RODRIGUES, E. Nina — 169.
 RODRIGUES, J. Barbosa — 268.
 RODRIGUES, Mário — 120, 263.
 ROMERO, Nelson — 262.
 ROMERO, Sílvio — 28, 68, 89,
 152, 163, 164, 262, 273, 274,
 315, 326.
 RONAI, Paulo — 293, 294.
 ROOSEVELT, F. D. — 15, 174.
 ROSA, J. Guimarães — 186.
 ROSENBLAT, Maurício — 291,
 306, 320, 345.
 ROSSI, Edmundo — 260.
 ROUSSEAU, J. J. — 66.
 RUBIÃO, Murilo — 314.
 RUELLAN, F. — 231.
 RUGENDAS, M. — 230.
 SABINO, Fernando — 314, 317.
 SACCHETA, Ermínio — 329, 350,
 351.
 SAINTE-BEUVE, C. A. — 24, 67,
 291.
 SALAZAR, M. de Oliveira — 97,
 173, 295.
 SALES, M. F. de Campos — 4,
 221.
 SALGADO, Plínio — 26, 35, 36,
 37, 40, 57, 76, 77, 78, 80, 256.
 SANTANA, Fernando — 295.
 SANTO, Vítor do Espírito — 175.
 SANTOS, José Maria dos — 268.
 SANTOS, Luís Delfino dos — 50.
 SANTOS, Nestor Vítor dos — 69,
 89, 147.
 SANTOS, Rui — 300, 301.
 SCHENBERG, Mário — 231.
 SCHMIDT, Afonso — 260, 266,
 270, 343.
 SCHMIDT, Augusto F. — 220.
 SCHMIDT, J. — 47.
 SCOTT, Walter — 16.
 SEGHERS, Ana — 248.
 SEN, Sun Yat — 15.
 SÉRGIO, Antônio — 264.
 SHAKESPEARE, W. — 294.
 SILOS, Honório de — 207.
 SILVA, Hélio — 234.
 SILVA, José Bonifácio de Andra-
 da e — 142.
 SILVA, A. M. Pereira da — 50.
 SILVA, J. M. Pereira da — 158.
 SILVA, Gabriel Monteiro da —
 281, 282, 287.
 SILVA, Sérgio — 47.
 SILVEIRA, Agenor — 207.
 SILVEIRA, Alarico — 207.
 SILVEIRA, Breno — 207.
 SILVEIRA, Joel — 121, 212, 314,
 335, 336.
 SILVEIRA, João — 207.
 SILVEIRA, Tasso da — 49, 69, 136,
 145, 146, 147, 154, 205.
 SILVEIRA, Valdorniro — 195, 207,
 267.
 SILVEIRA FILHO, João — 207.
 SIMÕES FILHO, J. — 265.
 SIMONSEN, Roberto — 131, 133,
 134, 330, 331, 340.
 SINGERMAN, Berta — 51.
 SOARES, J. C. de Macedo — 205.
 SOARES, J. E. de Macedo — 21.
 SOARES, Orris — 50.
 SÓCRATES — 192.
 SODRÉ, Amélia Werneck — 4.
 SODRÉ, Alexandre — 4.
 SODRÉ, Heitor de Abreu — 4.
 SODRÉ, Mariana de Abreu (Zinha)
 — 3, 4, 5.

- SODRÉ, Maria Jandira de Abreu (Zita) — 4.
- SODRÉ, Nelson Werneck — 146, 147, 149, 151, 152, 154, 181, 182, 185, 186, 195, 196, 197, 216, 217, 218, 227, 229, 237, 243, 250, 251, 252, 257, 274, 275, 279, 280, 291, 300, 301, 302, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 319, 340, 343, 346, 347, 348, 349.
- SODRÉ, Olga Regina Frugoli — 246.
- SOUSÂNDRADE, J. — 42, 162.
- SOUSA, Antônio Cândido de Melo e — 273, 281, 344.
- SOUSA, Augusto de — 87.
- SOUSA, Cláudio de — 126, 127, 128.
- SOUSA, José Carlos Pereira de — 65, 83, 131, 211.
- SOUSA, J. Cruz e — 147.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de — 96, 142, 143, 150, 151, 173, 187, 205, 242, 307, 314, 353.
- SOUSA, Washington Luís Pereira de — 47.
- SOUSA FILHO, J. — 270, 308.
- SOUTHEY, R. — 158.
- STALIN, J. — 15, 174, 296.
- STENDHAL — 53, 294.
- STERNE, L. — 53.
- STRANGFORD, W. — 158.
- STRINDBERG, A. — 53.
- SUE, Eugênio — 53.
- TÁCITO, Hilário — 22.
- TAINÉ, H. — 24, 291.
- TARLÉ, Eugênio — 352.
- TAUNAY, Alfredo de E. — 326.
- TAUNAY, Afonso de E. — 73, 212, 259.
- TAVARES, Odorico — 265, 283, 288, 295, 297, 300, 301, 302, 303.
- TEIXEIRA, Anísio — 120, 297, 300, 301, 302.
- TEIXEIRA, Bento — 90.
- TEÓFILO, Aníbal — 238.
- THACKERAY, W. M. — 53.
- THÉO FILHO — 21, 57, 127.
- THIBAUDET, A. — 291.
- THIOLLIER, René — 128.
- TILLIER, C. — 16.
- TOJO, H. — 99, 141.
- TOLSTOI, L. — 16, 53, 294.
- TORELLY, Aparício (Apoirelly) — 133, 333.
- TORRES, Antônio — 37.
- TRAVASSOS, Mário — 236.
- TRAVASSOS, Nelson Palma — 73, 237, 333.
- TRICART, J. — 231.
- TRONCHA, Irani E. — 288.
- TROTSKI, L. — 217.
- TWAIN, Mark — 267.
- UNGARETTI, G. — 231.
- VALADARES, Benedito — 92.
- VALE, L. Ribeiro do — 143.
- VALENTINO, Rodolfo — 54.
- VAN LOON, H. — 64.
- VARGAS, Getúlio D. — 65, 96, 108, 160, 178, 223, 224, 225, 234, 241, 295, 296, 324, 325, 339, 342, 343, 345, 351.
- VARNHAGEN, F. A. — 158.
- VASCONCELOS, Bernardo P. — 142.
- VASCONCELOS, Genseric de — 236.
- VAZ, Leo — 23.
- VECCHI, Artur — 249, 278.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco — 164.
- VERGARA, Telmo — 69.
- VERLAINE, P. — 111, 294.
- VERÍSSIMO, Érico — 166, 180, 202, 203, 204, 285, 286, 295.
- VERÍSSIMO, Inácio José — 236.
- VERÍSSIMO, José — 24, 25, 67, 68, 82, 89, 110, 267, 273, 326.
- VERNE, Júlio — 11, 65, 171.

- VERONA, Guido da — 48, 57.
VIANA, Evandro — 201.
VIANA, F. J. de Oliveira — 23,
205, 206, 207, 210, 215, 243,
249, 251, 253, 254, 264, 346.
VIANA, J. Segadas — 177.
VIANA FILHO, Luís — 247, 296.
VICENTE, Gil — 149.
VIEIRA, José Geraldo — 284.
VIEIRA, Miguel de Assis — 56.
VILA, J. M. Vargas — 46, 48.
VOLTAIRE — 86, 294.
- WASHINGTON, Luís — 344.
WATAGHIN, Gleb — 231.
WATT, James — 66.
WERNECK, Américo — 6, 7.
WERNECK, Eugênio — 7.
WHITMAN, Walt — 38.
WILDE, Oscar — 16.
WILLEMS, Emílio — 293, 294.
WILSON, W. — 15
WOLF, Virgínia — 294.
- XAVIER, Lívio — 205, 217, 219,
311, 313.
- ZINGG, Paulo — 260.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NA
COMPANHIA GRÁFICA LUX,
ESTRADA DO GABINAL, 1521
JACAREPAGUÁ — GUANABARA

sempre a lucidez crítica diante de fatos e personalidades. Dois de seus livros, no entanto — MEMÓRIAS DE UM SOLDADO e este seu irmão-paisano, que é MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR — nos apresentam um Nelson Werneck Sodré que, sem perda dessa inflexível lucidez, revela as facetas emotivas de sua personalidade. São ambos livros de deliciosa leitura, palpitantes de vida, povoados de figuras conhecidas que marcaram — ou ainda marcam — a história cultural e política do Brasil.

Mais do que isso, são também dois painéis humanos de grande interesse para o leitor. Nelson Werneck Sodré situa no espaço e no tempo, em comentários sempre oportunos, os eventos marcantes e as personagens que os viveram. Nestas MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR, por exemplo, encontraremos como pano de fundo uma verdadeira história da indústria editorial brasileira, desde o momento em que ela se independeu de Portugal e da França, países onde eram impressas até o início dos anos vinte as obras didáticas ou literárias que nosso povo lia. Teremos, também, um panorama da formação de nossa moderna literatura, dado pelas anotações críticas do autor e pelo relato caloroso do excelente memorialista que ele é. E, como não poderia deixar de ser, em se tratando de quem as escreveu, aqui estão — postas sob lúcida análise crítica — as idéias e tendências que marcaram as últimas décadas de nossa vida.

AS MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR se estenderão por três volumes, segundo o plano de Nelson Werneck Sodré. Serão uma obra indispensável, rica de informações, excelente como fonte de referência, que fixará para sempre o que foram — e como foram — os tempos conturbados em que esse homem sério e dedicado, esse intelectual conseqüente e digno, esse democrata convicto exerceu sua atividade fecunda.

MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR

é um brilhante panorama da vida cultural brasileira, e um depoimento, realista e ágil, sôbre as condições sociais de uma época a um tempo repleta de promessas, esperanças e decepções.

Nelson Werneck Sodré

rememora neste tomo em que reconstitui a sua formação intelectual, algumas figuras expressivas de nossa vida literária e editorial, como, entre outras, Raimundo Correia, Galeão Coutinho, José Olympio, Monteiro Lobato, Edgard Cavalheiro, Octalles Marcondes Ferreira, José de Barros Martins, Fernando de Azevedo e Azevedo Amaral. Traça também vasto painel do momento político-histórico balizado pelo Modernismo e a queda da Ditadura Vargas.

MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR

é livro original, único mesmo, em nossa bibliografia, constituindo valioso e indispensável documentário para o cabal conhecimento do que tem sido a luta pela cultura no Brasil.

MAIS UM LANÇAMENTO DE CATEGORIA DA
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

